UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS
DOUTORADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

WAGNER BELCHIOR DIAS

CONTABILIDADE CONTRA-HEGEMÔNICA: ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO DOS RELATÓRIOS SOCIOAMBIENTAIS DE BELO MONTE

Rio de Janeiro
2024

WAGNER BELCHIOR DIAS

CONTABILIDADE CONTRA-HEGEMÔNICA: ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO DOS RELATÓRIOS SOCIOAMBIENTAIS DE BELO MONTE

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Contábeis com o objetivo de atender ao pré-requisito para a obtenção do título de Doutor em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio de Janeiro

ORIENTADOR: Prof. Dr. José Ricardo Maia de Siqueira

Junho/2024
Rio de Janeiro – RJ

CIP - Catalogação na Publicação

D541c

Dias, Wagner Belchior
CONTABILIDADE CONTRA-HEGEMÔNICA: ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO DOS RELATÓRIOS SOCIOAMBIENTAIS DE BELO MONTE / Wagner Belchior Dias. -- Rio de Janeiro, 2024.
325 f.

Orientador: José Ricardo Maia de Siqueira.
Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Ciências Contabeis, Programa de Pós-Graduação em Ciências Contabeis, 2024.

1. Relatórios de Sustentabilidade. 2. Contabilidade contra-hegemônica. 3. Análise Crítica. 4. Povos Indígenas. 5. Belo Monte. I. Siqueira, José Ricardo Maia de , orient. II. Título.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os dados fornecidos pelo(a) autor(a), sob a responsabilidade de Miguel Romeu Amorim Neto - CRB-7/6283.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Wagner Belchior Dias

Título: Contabilidade Contra-Hegemônica: Análise Crítica do Discurso dos Relatórios Socioambientais de Belo Monte

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Contábeis com o objetivo de atender ao pré-requisito para a obtenção do título de Doutor em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Aprovada em:

_____

Prof. Dr. José Ricardo Maia de Siqueira

_____

Prof. Dr. Fernanda Filgueiras Sauerbronn

_____

Prof. Dr. Marcio Moutinho Abdalla

_____

Prof. Dr. Joao Carlos Hipolito Bernardes do Nascimento

_____

Prof. Dr. Marcello Angotti

Resumo

A presente tese analisa criticamente os discursos presentes nos relatórios de sustentabilidade, de 2017 a 2021, da empresa Norte Energia, responsável pela Usina Hidrelétrica de Belo Monte. O objetivo principal foi revelar como as práticas discursivas refletem a ideologia e a hegemonia dominante de desenvolvimento, especialmente em relação aos impactos sobre os povos indígenas. Utilizando o quadro teórico da análise crítica do discurso e o modelo de análise de Norman Fairclough (2001), a metodologia adotada foi dividida em três frentes: análise textual, análise discursiva e análise da prática social. A investigação concentrou-se nos impactos nos povos indígenas, abordando quatro temas centrais: desmatamento, uso da água, biodiversidade e violência. A análise textual examinou a escolha de palavras, a estrutura e a retórica dos relatórios. A análise discursiva explorou a produção e o consumo dos textos, enquanto a análise da prática social conectou essas práticas às estruturas sociais e às relações de poder subjacentes. Os resultados mostraram que os relatórios de sustentabilidade da Norte Energia refletem uma ideologia de desenvolvimento dominada pela racionalidade instrumental, frequentemente mascarando os impactos reais das operações da empresa sobre as comunidades indígenas. Em relação ao desmatamento, a análise revelou que a empresa utiliza uma linguagem técnica para descrever medidas compensatórias e de monitoramento ambiental, minimizando a gravidade do desmatamento causado pela construção da usina. A gestão dos recursos hídricos é apresentada de maneira quantitativa, com ênfase na coleta de amostras e conformidade com normas regulatórias, mas falha em reconhecer os impactos significativos nas comunidades indígenas e ribeirinhas. Quanto à biodiversidade, os relatórios destacam os esforços para preservação, mas há uma desconexão entre as ações relatadas e a realidade. A violência contra as comunidades locais e indígenas é sub-representada, com os conflitos e violações de direitos humanos sendo minimizados ou omitidos. Portanto, a análise evidenciou a hegemonia de uma ideologia de desenvolvimento que prioriza a racionalidade instrumental e marginaliza as preocupações sociais e ambientais. A abordagem discursiva da empresa, focada em conformidade regulatória e medidas compensatórias, obscurece os impactos negativos de suas operações e perpetua relações de poder desiguais. Para avançar rumo a um modelo de desenvolvimento mais justo e sustentável, é essencial adotar uma perspectiva que valorize a racionalidade substantiva e integre as vozes e conhecimentos das comunidades afetadas. Isso implica em uma gestão que reconheça e respeite os direitos e necessidades das populações locais e indígenas, promovendo uma coexistência harmoniosa entre desenvolvimento econômico e preservação ambiental.

Palavras-chave: Discurso. Sustentabilidade. Ideologia. Hegemonia.

Lista de Figuras

Figura 1 – Rio Xingú Antes e Depois de Belo Monte 21
Figura 2 - Volta Grande do Xingú e UHE Belo Monte 21
Figura 3 - Análise Sistêmica do Contexto Socioambiental 38
Figura 4 Mapa conceitual simplificado de interações entre construção de barragens, mineração, crescimento populacional, biodiversidade e mudanças climáticas 42
Figura 5 - Modelo Tridimensional de Fairclogh (2001) 86
Figura 6 - Visão Geral das Normas GRI 2016 96
Figura 7 Seção Licenciamento Ambiental no site da Norte Energia 131
Figura 8 Apresentação do objetivo do PBA no site da Norte Energia..... 132
Figura 9 - Tópicos Materiais do Relatório de Sustentabilidade 2020 da Norte Energia 135
Figura 10 - Matriz de Materialidade Norte Energia (2020) 136
Figura 11 - Temas materiais definidos pela Norte Energia (2020) 137
Figura 12 - Temas Materiais 2021..... 138
Figura 13 – Menção a códigos utilizados na Norma GRI G4 141
Figura 14 - Menção a cógidos utilizados na norma GRI G4 141
Figura 15 - Consumo de Energia da Norte Energia em 2020..... 148
Figura 16 - Consumo de energia da Norte Energia em 2021..... 149
Figura 17 - Número de espécies ameaçadas de extinção..... 232

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Modos e estratégias de operação da Ideologia 74
Tabela 2 - Tópicos ambientais - Série 300 99
Tabela 3 - Indicadores Série 400 - Tópicos Sociais 99
Tabela 4 - Frequência da preposição desde 109
Tabela 5 - Citação da sigla PBA e PBA-CI 130
Tabela 6 - Indicadores Série 300 utilizados nos relatórios de sustentabilidade 143
Tabela 7 - Indicadores da Série 400 utilizados nos relatórios de sustentabilidade 145
Tabela 8 – Indicadores citados nos relatórios de 2020 e 2021 152
Tabela 9 - Indicadores citados tanto nos relatórios de 2020 e 2021 154
Tabela 10 - Códigos e segmentos 160
Tabela 11 - Cobertura de códigos 160
Tabela 12 - Combinações de Códigos 161

Sumário

1 INTRODUÇÃO 11
1.1 Contextualização 11
1.1.1 Belo Monte e os Povos Indígenas 18
1.2 Objetivos 23
1.3 Justificativa e Relevância 25
2 REFERENCIAL TEÓRICO 29
2.1 Necessidades, Atividades Humanas e Impactos Socioambientais 29
2.2 O Desenvolvimento Capitalista e a Intensificação dos Impactos Socioambientais 35
2.3 O Fracasso Iluminista: A Razão como Instrumento de Opressão 42
2.4 Legitimação do Sistema: Ideologia e Hegemonia 54
2.4.1 Introdução ao Conceito de Ideologia 55
2.4.2 A Concepção de Marx de Ideologia 57
2.4.3 Das Diferentes Concepções de Ideologia à Hegemonia 63
2.4.4 Ideologia e Mídia Corporativa 73
2.5 Apreciação Crítica: Pluralismo na Desconstrução da Realidade 78
2.5.1 Counter Accounts 79
2.5.2 Análise do Discurso 81
2.5.3 Análise Crítica do Discurso 84
2.5.4 Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe 88
2.5.5 ACD de Fairclough e Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe: uma comparação 92
2.5.6 Introdução ao GRI 94
2.5.7 Materialidade 100
3 METODOLOGIA 102
3.1 Tipologia da Pesquisa 102
3.2 Construção do Corpus de Análise 103
3.3 Operacionalização da Análise Crítica do Discurso 104
4 ANÁLISES 108
4.1 Análise Textual 108
4.1.1 O Encadeamento no Texto 108
4.1.1.1 Volatilidade da Escala Temporal 108
4.1.1.2 Partindo do Início – Excertos com apenas a delimitação de tempo inicial 108

4.1.1.3 Desde o Início das Obras 109
4.1.1.4 Desde 2011 110
4.1.1.5 Desde o Início do Projeto 113
4.1.1.6 De Algum Lugar do Passado – Excertos com apenas a delimitação final 117
4.1.1.7 Em Algum Lugar do Passado – Excertos sem delimitação temporal de ações 121
4.1.1.8 Em anos anteriores ao do relatório 126
4.1.2 Fragmentação em documentos 129
4.1.3 Materialidade e GRI 133
4.1.3.1 Comparabilidade - Inconsistências nos indicadores GRI 140
4.1.3.2 Comparação dos indicadores comuns a 2020 e 2021 – Série 300 – Tópicos Ambientais 147
4.1.3.3 Comparação Indicadores comuns a 2020 e 2021 - Série 400 – Tópicos Sociais 153
4.1.3.4 Conclusões sobre a comparabilidade 156
4.1.4 Mais se Revela ou Mais se Esconde? 157
4.1.4.1 Numerais e números 157
4.1.4.1.1 Contexto: Escrevendo em números 157
4.1.4.1.2 Numerais e Números – Método de Busca e Resultados Gerais . 158
4.1.4.1.3 Numerais e Números: Análise das narrativas. 162
4.1.5 Hiperônimos e Hipônimos 166
4.1.5.1 Conceitos e método para definição dos termos-chave 166
4.1.5.2 Hiperônimos e Hipônimos definidos 168
4.1.6 Silêncio Léxico 171
4.1.6.1 Impactos socioambientais negativos 171
4.1.6.2 Indígenas 175
4.1.7 Controlando a narrativa 179
4.1.7.1 Voz ativa e passiva 179
4.2 Análise da Prática Discursiva 183
4.2.1 Desmatamento 183
4.2.1.1 Relatório de Sustentabilidade de 2017 183
4.2.1.2 Relatório de Sustentabilidade de 2018 188
4.2.1.3 Relatório de Sustentabilidade de 2019 192
4.2.1.4 Relatório de Sustentabilidade de 2020 196
4.2.1.5 Relatório de Sustentabilidade de 2021 202

4.2.2 Água 204
4.2.2.1 Relatório de Sustentabilidade de 2017 205
4.2.2.2 Relatório de Sustentabilidade de 2018 208
4.2.2.3 Relatório de Sustentabilidade de 2019 211
4.2.2.4 Relatório de Sustentabilidade de 2020 214
4.2.2.5 Relatório de Sustentabilidade de 2021 219
4.2.3 Biodiversidade 220
4.2.3.1 Relatório de Sustentabilidade de 2017 220
4.2.3.2 Relatório de Sustentabilidade de 2018 224
4.2.3.3 Relatório de Sustentabilidade de 2019 227
4.2.3.4 Relatório de Sustentabilidade de 2020 229
4.2.3.5 Relatório de Sustentabilidade de 2021 235
4.2.4 Violência 239
4.2.4.1 Relatório de Sustentabilidade de 2017 239
4.2.4.2 Relatório de Sustentabilidade de 2018 246
4.2.4.3 Relatório de Sustentabilidade de 2019 248
4.2.4.4 Relatório de Sustentabilidade de 2020 251
4.2.4.5 Relatório de Sustentabilidade de 2021 256
4.3 Análise da Prática Social 260
4.3.1 Hidrelétricas como Energia Limpa: Como considerá-las assim em vista da tumba negra da floresta? 264
4.3.2 A fartura aparente de água: Com esse “marzão” de água doce, pode “fartar” água? 272
4.3.3 Árvores e Bichos de todos os tipos: Essa diversidade não tem mais fim? 279
4.3.4 Avanço de um mundo sobre o outro: isso pode ser considerado progresso? 283
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 294
6 REFERÊNCIAS 298

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização

No domínio da contabilidade, o conceito de contabilidade contra-hegemônica ou *counter-accounting* emergiu como uma abordagem crítica para desafiar as narrativas dominantes e as estruturas de poder no âmbito da responsabilidade social corporativa e dos relatórios de sustentabilidade (BOIRAL 2013). Essa forma de contabilidade busca emancipar-se do controle das informações detidas pelas empresas, visando proporcionar uma visão mais realista da sustentabilidade empresarial (BOIRAL, 2013). Ao apresentar contra-relatos que desafiam os discursos hegemônicos, existe um potencial para que estas narrativas alternativas tragam mudanças emancipatórias nas sociedades (VINNARI; LAINE, 2017).

Essa perspectiva crítica da contabilidade visa questionar as estruturas de poder e as relações econômicas dominantes, buscando ampliar a transparência e responsabilidade das organizações em relação ao impacto social e ambiental de suas atividades (DENEDO; THOMSON; YONEKURA, 2019). A contabilidade contra-hegemônica está enraizada em teorias críticas e perspectivas interdisciplinares, como a análise crítica do discurso, os estudos de movimentos sociais e a governança corporativa emancipatória (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 2010; HASLAM; CHABRAK; KAMLA, 2019). Ela busca desafiar as narrativas dominantes e as práticas contábeis que podem perpetuar desigualdades e injustiças, especialmente em relação aos direitos humanos, danos ecológicos e questões de justiça social (MARTINS; GOMES; BRANCO, 2021).

A análise crítica do discurso tem sido uma ferramenta importante para examinar como as práticas contábeis refletem e perpetuam ideologias dominantes, como o neoliberalismo (FUNNELL; JUPE, 2021; SANTOS; COSTA, 2019). Estudos demonstram que a difusão de técnicas contábeis em estruturas organizacionais e instituições estatais desempenha um papel fundamental na manutenção da lógica econômica e na promoção de formas hegemônicas de governança, alinhadas com os princípios neoliberais (FUNNELL; JUPE, 2021). Nesse contexto, a contabilidade contra-hegemônica surge como uma resposta crítica a essas práticas, buscando desafiar a narrativa dominante e promover perspectivas mais inclusivas e socialmente responsáveis na contabilidade.

O potencial da análise do discurso na gestão da cadeia de abastecimento tem sido explorado, enfatizando a sua capacidade de avanço teórico e a sua recente integração no campo

da gestão da cadeia de abastecimento (HARDY; BHAKOO; MAGUIRE, 2020). Isto significa um reconhecimento crescente da relevância da análise crítica do discurso em diversos domínios, incluindo negócios e gestão. Nesse sentido, a análise crítica do discurso também tem sido aplicada para examinar como as empresas comunicam suas práticas de responsabilidade social e ambiental, destacando as representações e discursos presentes em relatórios de sustentabilidade (BERNARD, 2020). Essa abordagem crítica busca desvelar as estratégias discursivas utilizadas pelas empresas para construir uma imagem de responsabilidade social, muitas vezes em contextos pós-coloniais (BERNARD, 2020).

No domínio da contabilidade, têm sido defendidas perspectivas críticas e interdisciplinares para a contabilidade emancipatória e a governança corporativa, oferecendo possibilidades para que pesquisadores críticos desafiem os paradigmas e práticas existentes (HASLAM; CHABRAK; KAMLA, 2019). Além disso, práticas contabilísticas alternativas têm sido associadas a ONG locais de defesa de direitos, indicando uma ação dialógica em relação aos danos ecológicos e às questões de direitos humanos (DENEDO; THOMSON; YONEKURA, 2019). Além disso, a criação de valor financeiro para as florestas tropicais tem sido associada ao desembaraço das pessoas da natureza, refletindo uma perspectiva crítica sobre as práticas contabilísticas e a sustentabilidade ambiental (CUCKSTON, 2018a).

Esse interesse crescente na análise crítica do discurso em diversas áreas se conecta aos avanços históricos na conscientização ambiental global. Em 1970, a Conferência das Nações Unidas promoveu, em Estocolmo, um debate que buscou conciliar o desenvolvimento econômico à prudência ecológica e à justiça social, fortalecendo, assim, a consciência pública quanto aos problemas ambientais. (POTT; ESTRELA, 2017). O discurso da sustentabilidade teve o início de sua estrutura no relatório Limites para o Crescimento de 1972, encomendado pelo Clube de Roma, que modelou as consequências do aumento populacional e levantou questões sobre o crescimento econômico atrelado ao uso excessivo de recursos naturais e à poluição (BRUCKMEIER, 2020). No contexto brasileiro, a Secretaria Especial do Meio Ambiente (Sema) foi criada em 1973, a qual propunha discutir a questão ambiental junto à opinião pública, sem possuir, no entanto, poder de polícia na defesa do meio ambiente (POTT, ESTRELA, 2017).

Na década de 1980, foram estabelecidos outros avanços foram estabelecidos que impulsionaram o avanço da política ambiental global. Em 1980, o relatório de Brandt – Securing the Survival enfatizava os problemas ambientais causados principalmente pelo crescimento das economias industriais, pelo crescimento da população global e o quanto isso

ameaçava o bem-estar e a sobrevivência das gerações futuras, sendo necessária uma cooperação global para gerenciar a atmosfera da Terra e outros bens comuns globais e para evitar danos ecológicos irreversíveis (BRUCKMEIER, 2020). Em 1987, de forma mais crítica, o relatório de Brundtland – Our Common Future, cria um ideal de futuro comum para a humanidade baseado nas relações entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, promovendo a ideia de solidariedade global no uso dos recursos naturais, mais crescimento econômico e a manutenção das funções e serviços dos ecossistemas (BRUCKMEIER, 2020).

Esse alarde e urgência em lidar com as questões socioambientais afetou as operações de organizações públicas e privadas de forma que as discussões e medidas de prevenção e correção passaram a ser consideradadas mais efetivamente. A pressão para aumentar a padronização dos relatórios de desempenho social e ambiental das empresas aumenta na década de 1990, particularmente na Europa, em busca de maior transparência e responsabilização dos impactos socioambientais (LIVESEY; KEARINS, 2002).

Tanto que em 1992, a Conferência das Nações Unidas de Meio Ambiente e Desenvolvimento – United Nations Conference Environment and Development – UNCED, no Rio de Janeiro, promoveu a ideia de sustentabilidade e desenvolvimento e aprovou cinco documentos com o objetivo de serem usados como instrumentos de referência para políticas, programas, projetos e medidas que governos, empresas e organizações da sociedade, fortalecendo o discurso da sustentabilidade, são eles: Convenção sobre a Diversidade Biológica; Convenção Quadro sobre Mudança do Clima; Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento; Declaração sobre Conservação e Uso Sustentável de todos os tipos de Florestas; Agenda 21 (BRASIL, 2000; BRUCKMEIER, 2020; DOBSON, 1997)

Nesse contexto, a contabilidade socioambiental teve e tem um papel significativo em desempenhar provocações que visem mudanças sociais e ambientais e aprimoramento da responsabilidade e transparência das organizações (GRAY, 2005). O principal foco no campo da política e da responsabilidade social corporativa é o desenvolvimento de relatórios centrados na organização. No entanto, estudos mostram que as divulgações centradas na organização podem perpetuar, em vez de reformar comportamentos organizacionais e sociais insustentáveis (THOMSON; DEY; RUSSELL, 2015).

As grandes organizações, inseridas em um contexto globalizado, tem pelo lado positivo, a capacidade de agregar valor às economias, contribuindo para o crescimento econômico, produtividade e competitividade e melhorar o bem-estar nacional (BELAL; COOPER; KHAN, 2015). Por outro lado, por serem guiadas pela acumulação do capital,

maximização do lucro e minimização dos custos, a responsabilidade ambiental e prestação de contas, principalmente em países em desenvolvimento, continuam ilusórias (DENEDO; THOMSON; YONEKURA, 2017). Estudiosos ressaltam que, nesses países, a globalização contribui ainda mais para a perpetuação das desigualdades e flexibilizações no atendimento das leis e diretrizes ambientais, uma vez que estruturas jurídicas e regulamentações podem ser ainda mais fracas e/ou menos estritamente aplicadas, quando comparadas as das economias mais avançadas (BELAL; COOPER; KHAN, 2015; HILSON, 2012). A ligação entre grandes corporações e Estado frequentemente é motivo de acusação da destruição de ecossistemas, violação de direitos humanos, incluindo direito a vida, água, trabalho, educação e liberdade (DENEDO; THOMSON; YONEKURA, 2017; SIDDIQUI; UDDIN, 2016).

Além da relação entre capital e trabalho, as contradições e problemas do sistema econômico, político e social guiado pelo modus operandi capitalista de produção e impulsionado pela globalização e avanços neoliberais, questões de gênero, ambiental e de responsabilidade sociocorporativa, são de grande relevância à agenda crítica da contabilidade (POULLAOS, 2004). Apesar da globalização ameaçar silenciar as vozes locais, a contabilidade tem o potencial de iluminar injustiças e dar voz a essas pessoas (GALLHOFER; HASLAM; KAMLA, 2011; GALLHOFER; HASLAM; VAN DER WALT, 2011). Além disso, a contabilidade e os relatórios sociais e ambientais corporativos podem tornar visíveis os impactos econômicos, sociais e ambientais (POULLAOS, 2004). Galhoffer e Haslam (2006) ressaltam que os cidadãos podem desenvolver e compartilhar linhas de argumentação que ajudam a combater grupos socialmente hegemônicos, tais como os atores empresariais e o governo e, assim, aumentar a pressão para responsabilidade socioambiental (APOSTOL, 2015; GALLHOFER et al., 2006).

Em estudo realizado pela KPMG, divulgado em 2020, foi observado que cerca de 80% das empresas N100[1] em todo o mundo produzem relatórios de responsabilidade socioambiental. Quando se considera as 250 maiores empresas por receita do mundo esse percentual é de 96%. Entre os países da América do Norte e da América Latina houve um aumento de 7% no número de empresas que divulgam relatórios de sustentabilidade em relação a 2017. México (100%), EUA (98%) e Canadá (92%) estão entre os 10 países e jurisdições com as maiores taxas de relatórios de sustentabilidade do mundo, enquanto Brasil (85%), Argentina e Colômbia ambos com 83% estão acima da média global atual de 77% (KPMG, 2020).

[1] O N100 se refere a uma amostra mundial de 5.200 empresas. Compreende as 100 maiores empresas por receita em cada um dos 52 países e jurisdições pesquisados no estudo da KPMG de 2020.

Apesar dos avanços em sua utilização e nas discussões, os relatórios de sustentabilidade ainda carecem de confiabilidade, credibilidade e falham em conectar mudanças climáticas, gerenciamento ambiental e relatórios financeiros (ATKINS et al., 2015a; BOIRAL, 2013a; SOLOMON et al., 2013). Nesse sentido, Boiral (2013), ressalta que os relatórios são elaborados com premissas de buscar maior legitimidade e passar uma visão idealizada dos impactos socioambientais, mesmo com a institucionalização de diferentes mecanismos de divulgação, entre eles o mais utilizado mundialmente, o elaborado pela Global Reporting Iniciative (GRI). Cerca de 75% das empresas das 250 maiores por receita utilizam o GRI como padrão ou estrutura de relatório (KPMG, 2020). Com relação a outras diretrizes e padrões, a estrutura do *Sustainability Accounting Standards Board* (SASB) e os padrões da *International Standards Organization* (ISO) são os mais comumente usados para relatórios de sustentabilidade (KPMG, 2020).

Apesar desse mecanismo ser comumente utilizado pelas grandes empresas para divulgarem suas ações ambientais, muito se questiona quanto à validade e efetividade desses documentos na preservação, conservação e na responsabilização dos impactos ambientais (ADLER; MANSI; PANDEY, 2018a; ATKINS; MAROUN, 2018a; HASSAN; ROBERTS; ATKINS, 2020a). Desse modo, estudos demonstram que esses relatórios, por vezes, não passam de um simulacro, cujo objetivo principal é transmitir uma realidade idealizada ou distorcida em busca de legitimidade social (BOIRAL, 2013a; CHO; PATTEN, 2007; GRAY, 2010; MOREIRA et al., 2016). Outros, por sua vez, enfatizam a falta de transparência desses relatórios e falha, quase inteiramente, em atender a qualquer medida de responsabilidade (ADAMS, 2004; BEBBINGTON; LARRINAGA, 2014; CHO; PATTEN, 2007; EJIOGU; EJIOGU; AMBITUUNI, 2019; GRAY, 2012; GRAY; BRENNAN; MALPAS, 2014; SUCENA; MARINHO, 2019).

Estudos críticos, por sua vez, preocupam-se com os significados e as representações das práticas e atores sociais nos relatórios de sustentabilidade e como isso reflete as relações de poder e domínio do mundo real em diferentes contextos sociais (BERNARD, 2020b; CUMMINGS; SEFERIADIS; DE HAAN, 2020; HIGGINS; COFFEY, 2016). Outros investigam o que as organizações e seus gestores entendem sobre o conceito de sustentabilidade, o modo como o utilizam para se auto legitimarem e como isso reflete não apenas as identidades e posições das empresas em relação ao seu envolvimento com a emergência global de sustentabilidade, mas também como constrói socialmente a realidade do

que as empresas estão enfrentando e optam por fazer (MILNE; TREGIDGA; WALTON, 2009a; SEILONEN, 2020; YU; HORNBORG, 2020).

No Brasil, o estudo de Cavalcante (2018) no âmbito da linguística aplicada, investigou as contradições, fragilidades e ideologias implicadas nas estratégias discursivas de três relatórios de sustentabilidade da empresa JBS S.A.. Lara e Oliveira (2017) investigaram como a ideologia do crescimento lida com as contradições do discurso do desenvolvimento. Para tanto os autores analisaram os relatórios de sustentabilidade das empresas estatais listadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bolsa de Valores de São Paulo pautados na conceituação de ideologia de Giddens (1979) e verificaram que os componentes ideológicos do crescimento se apresentaram nos relatórios por meio de eufemismos, permitindo às empresas usufruírem de propriedades polissêmicas da linguagem para a ressignificação (LARA; OLIVEIRA, 2017a).

Gray (2013) ressalta, portanto, que o grande problema desses relatórios é que, com poucas exceções, são relatos com padrões de informação e qualidade de comunicação julgados como ruins e são cercados por uma notável ironia. Ao passo que despende enormes esforços para produzir tais relatórios que são voluntários, ainda assim são considerados extremamente pobres. No entanto, a experimentação e a prática mostram que relatos substantivos e convincentes do meio ambiente são inteiramente viáveis e oferecem a possibilidade de um mecanismo verdadeiramente significativo para o cumprimento da responsabilidade substantiva em relação às questões ambientais. A ironia é que provavelmente o desenvolvimento desses relatórios envolve mais despesas e esforços para garantir que não tenham qualquer relação material com a prestação de contas (GRAY, 2013).

Os relatórios de sustentabilidade têm-se apresentado com uma eficácia limitada em demonstrar os efeitos deletérios de suas atividades na esfera socioambiental, levando a um fenômeno nomeado por Dyllick e Muff (2016) de “grande desconexão”, que se trata da discrepância entre os discursos de cunho ambiental associados a medidas corporativas de cunho sustentável e a degeneração socioambiental observada no globo terrestre. Esse fenômeno é uma consequência do centralismo de mercado criticado por Polanyi (2012), onde vicejam males apresentados sob formas nocivas de liberdade.

Essa economia de mercado é sustentada por uma racionalidade calculista - denominada por Adorno e Horkheimer como instrumental - que se trata “de uma racionalidade que pondera, calcula e ajusta os melhores meios a fins dados exteriormente ao agente” (NOBRE, 2012, p. 51). Segundo Huisman (2000) essa racionalidade, nas palavras de dois expoentes da Escola de Frankfurt – Adorno e Horkheimer –, representa uma traição aos ideais propalados pelo

iluminismo, pois representa uma fusão da razão com a dominação (HUISMAN, 2000). Os teóricos da escola de Frankfurt destacam o risco desse progresso técnico e científico ser confundido com progresso da humanidade, o que configuraria uma racionalização do sofrimento levado pelos periódicos regressos à barbárie observados na história (ABRÃO, 1999).

A essa racionalidade instrumental, Ramos contrapõe uma racionalidade substantiva com caráter emancipatório, ou seja, ela é a razão com a qual "o homem transcende a condição de um ser puramente natural e socialmente determinado, e se transforma num ator político" (RAMOS, 1989, p. 28)

Nesse sentido, o pilar contábil do *Counter Account* ou contabilidade contra-hegemônica é que dará o aparato necessário para essa contraposição entre duas visões de mundo guiados por duas abordagens à racionalidade. O *Counter Account* tem como ideia central evidenciar contradições e potencialidades radicais dentro da ordem sociopolítica, como uma forma de mobilizar relatos contra-hegemônicos. A posição hegemônica engloba a posição dos governos e o que é divulgado pelas instituições consideradas politicamente alinhadas (GALLHOFER et al., 2006). De outra forma, o *Counter Account* é compreendido como uma área do relato de sustentabilidade que pode ser definida como um processo de identificar e reportar informações sobre questões sociais, ambientais e econômicas de uma organização que vem de fontes externas e não oficiais, com o objetivo de verificar, complementar ou contrariar os relatórios oficiais de uma organização sobre sua performance e resultados (BOIRAL, 2013).

O *Counter Account* é diferenciado de outras formas de contabilidade externa por abranger um conjunto mais amplo que inclui as diferentes formas de relatos externos, inclusive os relatórios sombra e silencioso, que desafiam e confrontam relações de poder dominantes e desiguais, ideologias políticas e deslegitima práticas corporativas insustentáveis, dando voz a grupos oprimidos (APOSTOL, 2015; DENEDO; THOMSON; YONEKURA, 2017; SPENCE, 2009).

O conflito de arena como um método para a construção de projetos de pesquisa tem sido usado em diferentes controvérsias sociais e ambientais (DEY; RUSSELL, 2014; GEORGAKOPOULOS; THOMSON, 2008; HILGARTNER; BOSK, 1988; TREGIDGA, 2013a, 2017). Estes estudos usam a arena como uma metáfora para representar uma localização simbólica de relações associadas a uma controvérsia que afetam e é afetada por um número diferente de participantes. Uma arena é um espaço em que instituições políticas, legisladores,

stakeholders, corporações, grupos da sociedade civil, comunidades, o público em geral e a mídia interagem (ORTWIN, 1992).

A abordagem do discurso e da análise crítica do discurso proposta por Fairclough (2001), integra uma variedade de perspectivas teóricas e metodológicas com o objetivo de estudar as dimensões discursivas da mudança social e cultural. Fairclough (2001) propõe analisar o discurso por meio de um conceito tridimensional, pois qualquer evento discursivo "é considerado como simultaneamente um texto, uma prática discursiva e um exemplo de prática social" (FAIRCLOUGH, 2001a). No cerne da teoria do discurso é importante frisar que o significado total nunca pode ser único ou fechado e, portanto, deve ser constantemente renegociado e rearticulado (LACLAU; MOUFFE, 2015; TREGIDGA; MILNE; KEARINS, 2014). Essa falta de fixidez torna-se relevante e essencial para a análise aqui proposta, visto que abre lutas sobre o significado que sempre ocorrem em um terreno de poder e resistência e nos remete ao conceito de hegemonia e à estruturação dos sentidos na articulação entre as práticas discursivas e organizações sustentáveis (TREGIDGA; MILNE; KEARINS, 2014).

1.1.1 Belo Monte e os Povos Indígenas

A construção e operação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Brasil, têm sido assuntos de intenso escrutínio e debate, abrangendo uma ampla gama de questões ambientais, sociais e de responsabilidade corporativa. O projeto, que remonta à década de 1970, durante a ditadura militar, tem sido um ponto focal para discussões sobre desenvolvimento sustentável, eficiência energética e as complexidades da implementação de projetos de infraestrutura de grande escala em meio a controvérsias e lutas sociais e ambientais (KRAMER et al., 2022a).

Estudos destacaram os impactos significativos da Usina de Belo Monte nos territórios indígenas e na biodiversidade, com análises mostrando intensificação do desmatamento em terras indígenas diretamente afetadas pela hidrelétrica (TURÍBIO; VELOSO; LOBATO, 2022b). A grandiosidade do projeto foi justaposta a preocupações de sustentabilidade, particularmente no que diz respeito aos direitos humanos e às implicações ambientais, levando a avaliações críticas da sua sustentabilidade global (KRAMER et al., 2022a).

Localizada no Rio Xingu, um afluente do Rio Amazonas que flui para o norte do Estado do Pará, a obra foi cercada por diversos atores sociais que compuseram dois lados durante e após o processo de concretização da obra, que podem ser reunidos em dois grandes grupos, pró barragem e anti-barragem. No grupo pró barragem incluem as empresas de construção, empresas de consultoria que preparam relatórios de licenciamento ambiental, órgãos

governamentais tais como a ELETROBRÁS, a empresa de Pesquisa Energética (EPE) e a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e políticos. Já no grupo antibarragem, há vários grupos de povos indígenas, a população ribeirinha não indígena, moradores da cidade de Altamira e até mesmo a igreja Católica de Altamira, que teve o Bispo Dom Erwin Krautler, um crítico ferrenho dos planos da barragem (FEARNSIDE, 2016)

Além desses atores, um conjunto de ONGs tiveram importante papel de influência nas decisões do governo e na divulgação das implicações da barragem. Entre as ONGs nacionais, Fearnside (2016, p. 168), destaca "o Instituto Socioambiental (ISA), os Amigos da Terra Amazônia Brasileira; a Comissão Pró-Índio de São Paulo (CPISP), a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)"; e entre as ONGs internacionais a "Sobrevivência Cultural (Cultural Survival), Rios Internacionais (International Rivers) e o Monitoramento da Amazônia (AmazonWatch)".

O discurso em torno da Usina Hidrelétrica de Belo Monte tem sido multifacetado, com diversas partes interessadas e coalizões de defesa influenciando as mudanças institucionais e a dinâmica do capital social nas comunidades reassentadas e não reassentadas impactadas pela barragem (VIEIRA, 2021). De forma geral, já é bem estabelecido que a construção e o funcionamento de uma barragem têm diversos efeitos sobre os povos indígenas, a perda de peixes e de outros recursos dos rios naturais, variação da carga de sedimentos devido a inundações, variação do volume e a vazão do rio, que se torna mais vulnerável à ocorrência de eventos extremos, como seca e inundações (DIAS et al., 2018; FEARNSIDE, 2017; LEES et al., 2016a).

Entre outros, há impactos do reassentamento de pessoas urbanas e rurais, que representam uma concentração do custo humano desta forma de desenvolvimento e do caso dos impactos sobre os moradores a jusante, que perdem a subsistência baseada na pesca e na agricultura de várzea. Impactos devido à perda de floresta, que ocorre não só devido a inundação direta, mas também pelo desmatamento por moradores deslocados e pelo agronegócio viabilizado pelas hidrovias associadas a muitas das barragens. E ainda, não menos relevante, há as emissões de gases de efeito estufa, que incluem "o dióxido de carbono oriundo da decomposição das árvores mortas pela inundação e a emissão de óxido nitroso e especialmente de metano da água nos reservatórios e da água que passa através das turbinas e vertedouros" (FEARNSIDE, 2013). Apesar de todos esses impactos, a energia gerada pelas hidrelétricas é constantemente dita por autoridades e empresas como uma "energia limpa" (FEARNSIDE, 2017).

Belo Monte foi a principal obra de infraestrutura do governo do então presidente Luís Inácio Lula da Silva, dentro do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), um pacote de projetos lançado em janeiro de 2007 que incluiu muitas barragens, entre elas Belo Monte (FLEURY; ALMEIDA, 2013a). A construção foi iniciada em 2011 e passou a funcionar parcialmente no governo da presidenta Dilma Roussef, 2016 e, no mês de novembro de 2019, foi inaugurada, pelo presidente Jair Bolsonaro, a última das 18 turbinas.

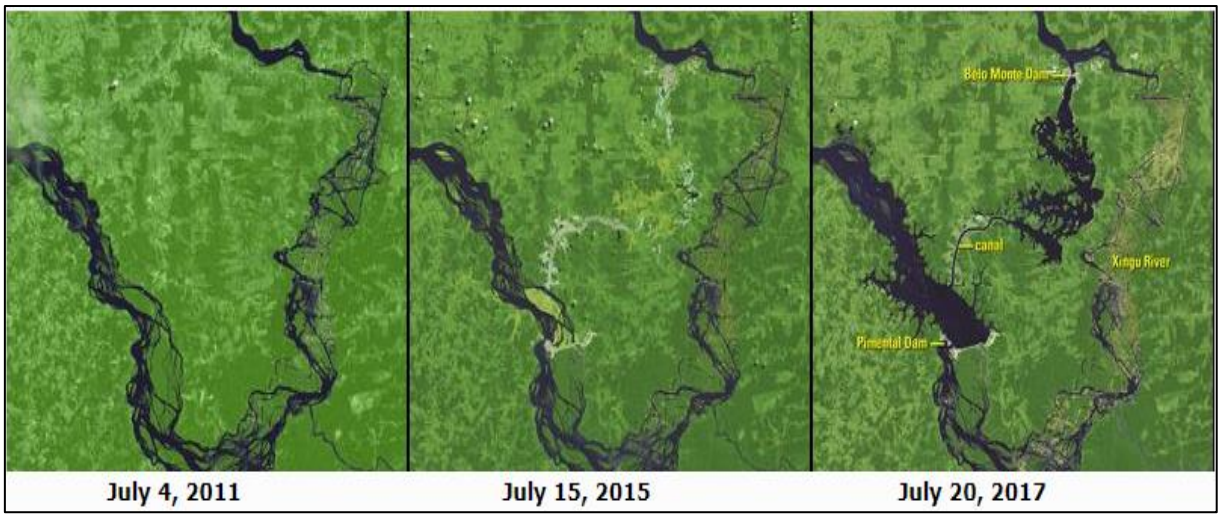
Apesar disso, a sua capacidade de geração continua inferior à sua capacidade total, devido à baixa vazão do Rio Xingú, o que leva a questionamentos da viabilidade da hidrelétrica. O empreendimento apresentou gastos exorbitantes para a construção de hidrelétrica que não produz, durante os 12 meses, todo o potencial energético prometido nos estudos iniciais. Os 11.233 megawatts só são obtidos nos meses chuvosos, diminuindo drasticamente nos períodos de seca, em função das enormes variações de vazão a que estão sujeitos os rios da Amazônia (BERMANN, 2012)

É também nesta região que, nos últimos anos, outra gigante, a mineradora canadense Belo Sun, pressiona a população local e assedia políticos de Belém para obter autorização para explorar aquela que seria a maior mina de ouro a céu aberto do Brasil – e o sepultamento oficial da Volta Grande embaixo de toneladas de rejeitos tóxicos.

Para a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, a Volta Grande do Rio Xingu, um trecho de 130 km e uma região com endemismo excepcional de espécies (FITZGERALD et al., 2018; WINEMILLER et al., 2016a), teve sua vazão reduzida pois foi desviado para a formação dos grandes reservatórios que garantem a operação de centrais geradoras de energia. A barragem tem 11.233,1 MW de capacidade instalada e quantidade média de geração de energia de 4571 MW, ou seja, cerca de 40% de eficiência energética. A área alagada totaliza 478 quilômetros quadrados e abrange os municípios de Altamira, Brasil Novo, Vitória do Xingu, Anapu e Senador José Porfirio (NORTE ENERGIA, 2019).

A Figura 1, mostra a imagem de satélite do Serviço Geológico dos Estados Unidos – United States Geological Servey, uma instituição científica, que se dedica ao estudo da topografia, recursos naturais e desastres naturais. A floresta tropical é identificada na imagem como verde e o verde desbotado é o desmatamento. Na imagem de 2015, áreas claras indicam a construção de barragens, canais e diques para conter o reservatório. A barragem primária, Pimental, cria um reservatório ao longo do curso do rio, e um canal desse reservatório desvia 80% do fluxo do Xingu para outro reservatório. A barragem de Belo Monte e as turbinas hidrelétricas estão no extremo norte deste reservatório (USGS, 2020).

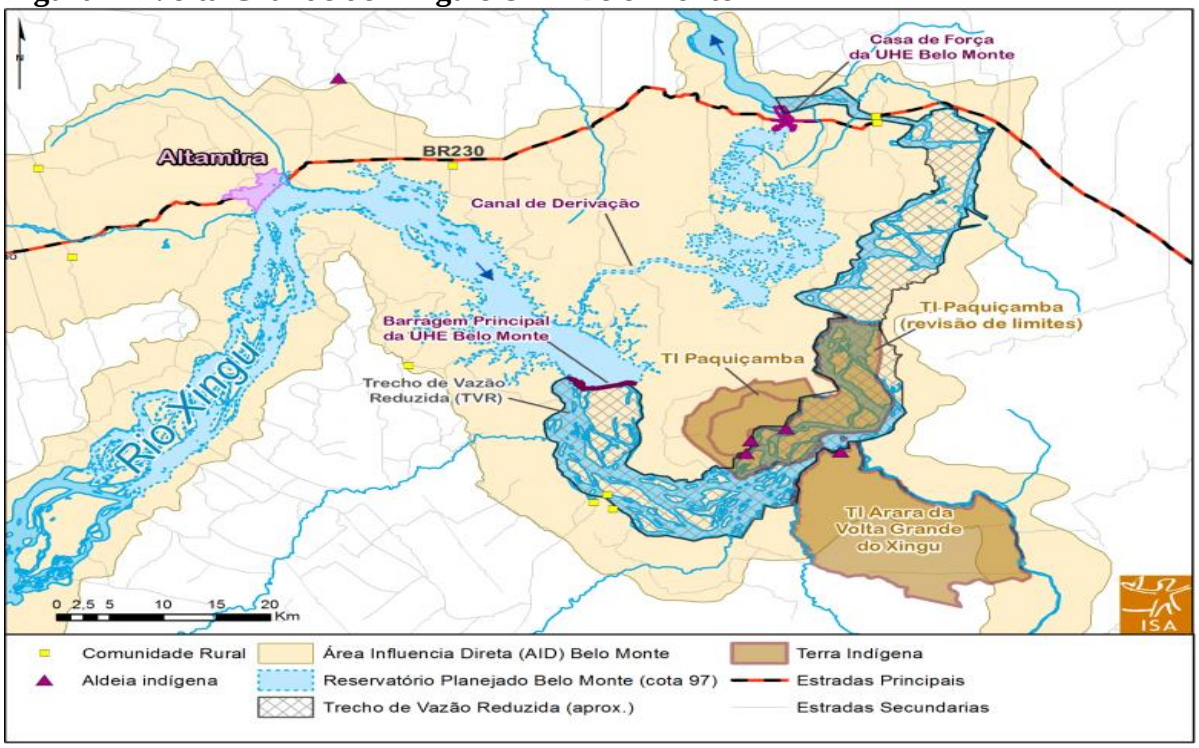
Figura 1 – Rio Xingú Antes e Depois de Belo Monte



Fonte: U.S. Geological Survey (USGS) – NASA.
https://remotesensing.usgs.gov/gallery/image_collections?img:728:3

O trecho que teve a vazão reduzida é conhecido como a Volta Grande do Xingú, Figura 2, uma curva de 100 km e deve ser monitorada e submetida a um Hidrogama de Consenso, que tem o objetivo de manter a vazão mínima de água necessária para a manutenção da biodiversidade e dos recursos que a Volta Grande do Xingú oferece aos ribeirinhos e populações indígenas (ISA, 2018).

Figura 2 - Volta Grande do Xingú e UHE Belo Monte



Fonte: EIA/RIMA Belo Monte

Apesar disso, especialistas já comprovaram que o hidrograma de consenso não é suficiente e estudos contrapuseram dados “oficiais” sobre o impacto de Belo Monte. Durante a obra os povos Juruna realizaram um monitoramento independente para impactos da usina sobre o território e o modo de vida do povo Juruna na Volta Grande do Xingú. O monitoramento, realizado no período de 2013 a 2017, foi embasado em pesquisa colaborativa e metodologia científica e foi realizado em parceria com o Instituto Socioambiental (ISA), pesquisadores da Universidade Federal do Pará (UFPA), da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e famílias juruna da aldeia Mïratu (PEZZUTI et al., 2018a).

Esse estudo colaborativo de monitoramento apontou que uma análise técnica do Ibama sobre o EIA, de 2009, registrou que os pressupostos e conclusões que levaram à definição do hidrograma “de consenso” eram insustentáveis e não deveria ser considerado uma medida adequada de mitigação, dado que colocaria espécies da fauna e flora seriamente em risco de extinção, assim como ameaçaria a permanência de povos indígenas e ribeirinhos na região (PEZZUTI et al., 2018a).

Já o estudo demonstra que a barragem interferiu na cadeia do ecossistema de diversas espécies de peixes, impedindo-os de se alimentarem, se reproduzirem e fazerem a desova. Além disso, os dados apresentam que em 2014 e 2015 o peixe era a principal fonte de proteína animal consumida, mas esse quadro se alterou em 2016 e 2017, depois do barramento do rio em 2015. (ISA, 2018).

A presença da obra impulsionou o desmatamento nas proximidades do Rio Xingu e atingiu áreas indígenas, sendo que a Funai, em 2011, havia proposto o Plano Emergencial de Proteção das Terras indígenas do Médio Xingu e sua implementação foi uma das condicionantes para a licença de instalação, que não foi cumprida pela concessionária responsável, segundo o Ministério Público Federal do Pará (EBC, 2018).

A obra de Belo Monte foi protagonista de diversas batalhas judiciais. Em 2012, o Tribunal Regional Federal da 1ª região (TRF-1) determinou a suspensão das obras, mas duas semanas depois, o então ministro do Supremo Tribunal Federal, Carlos Ayres Britto concedeu liminar autorizando a retomada das obras. Em 2013, o mesmo ocorreu quando o TRF-1 acolheu o pedido do Ministério Público Federal e determinou a suspensão imediata do licenciamento ambiental e das obras, alegando que as obras já refletiam negativamente nas comunidades locais (G1, 2013). Já em funcionamento, em 2017 foi suspensa a licença de operação da usina até que

fosse integralmente realizado o saneamento básico na cidade de Altamira, uma das condicionantes do empreendimento (MPF, 2017).

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), no estudo que analisou 310 municípios brasileiros com mais de 100 mil habitantes em 2017, Altamira apresentou o maior índice de homicídios do estado do Pará (133,7), e o segundo maior do país, com uma taxa estimada de homicídios acima de 56 por 100.000 habitantes. “Tal dinâmica resultou em parte da desorganização social, no rastro da construção da Usina de Belo Monte” (CERQUEIRA et al., 2019). Além desses problemas socioambientais, o empreendimento é cercado por diversas ações relativa a infrações de premissas constitucionais, da legislação socioambiental e de obrigações e condicionantes referentes ao licenciamento ambiental (GLASS, 2016).

1.2 Objetivos

Pelo que foi exposto até aqui, observa-se, portanto, que a necessidade de repensar os elementos atuantes nos relatórios socioambientais é uma constante tanto do ponto de vista acadêmico, quanto dos demais atores sociais envolvidos, governos, empresas e sociedade.

Os relatórios de sustentabilidade são uma representação das visões dos elaboradores sobre o desenvolvimento, sendo influenciados por um conjunto de princípios, conceitos, instituições e atores sociais (LOPES; DEMAJOROVIC, 2020). Nesse contexto, a contabilidade desempenha um papel fundamental na evidenciação dos conflitos e visões de mundo presentes na articulação de forças hegemônicas e progressistas, fornecendo insights valiosos sobre as dinâmicas internas das organizações e suas relações com o ambiente externo (HASLAM; CHABRAK; KAMLA, 2019).

No caso da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, essa análise é essencial para entender como os discursos presentes nos relatórios de sustentabilidade da Norte Energia refletem e moldam as realidades socioambientais e culturais das comunidades indígenas afetadas. A construção e operação da usina têm sido marcadas por intensos debates e controvérsias, abrangendo questões de desmatamento, uso da água, perda de biodiversidade e violência contra as populações locais. Por meio da análise textual, discursiva e da prática social, podemos investigar como essas questões são abordadas e representadas nos discursos oficiais da empresa Norte Energia, e como esses discursos se alinham ou se opõem às experiências e narrativas das comunidades impactadas.

Além disso, é crucial explorar como as práticas discursivas presentes nos relatórios socioambientais da Norte Energia refletem a ideologia dominante de desenvolvimento e

racionalidade instrumental, perpetuando uma visão de progresso alinhada aos interesses econômicos e políticos hegemônicos. A ideologia do desenvolvimento e a racionalidade instrumental frequentemente colocam o crescimento econômico acima das considerações ambientais e sociais, marginalizando as vozes das comunidades afetadas e os impactos negativos de tais projetos.

Para tanto, a formulação dessa pergunta ergue-se sobre pilares teóricos múltiplos. Tais pilares tocam no papel da contabilidade socioambiental na luta pela preservação e conservação ambiental no âmbito da ecologia, emancipação humana, economia, política e da sociologia. Desse modo, buscou deter-se em como a contabilidade pode ter o potencial de integrar múltiplas visões de mundo e trazer à superfície o conflito em oposição às forças hegemônicas. Assim, buscar-se-á, por meio da análise crítica do discurso em relação às práticas sustentabilidade enunciadas no relatório de sustentabilidade associado a Belo Monte, analisar as práticas discursivas presentes nos relatórios socioambientais da Norte Energia o embate entre o discurso hegemônico e as forças contrárias que priorizam os cuidados com o meio ambiente e a busca por mudanças necessárias para o quadro socioambiental em que se encontram.

Pelo exposto anteriormente, tem-se como objetivo geral do presente estudo: analisar criticamente o discurso apresentado nos relatórios socioambientais da empresa responsável pela Usina Hidrelétrica de Belo Monte para revelar como as práticas discursivas refletem a ideologia dominante de desenvolvimento calcada em uma racionalidade instrumental, servindo, consequentemente, como um instrumento ideológico.

Para atingir este objetivo, serão explorados os seguintes objetivos específicos:

- Analisar a aderência do texto dos relatórios a regras tácitas de construção e conexão de unidades linguísticas, criando significados que obliteram interesses opressores usados para preservar privilégios em uma sociedade desigual
- Desvelar a apropriação de cadeias de discurso para a formação de uma hegemonia calcada em uma racionalidade quantitativa, herdada de colonizadores europeus, em detrimento de uma racionalidade ecocêntrica oriunda dos povos originários
- Tornar claro como o uso de relatórios de sustentabilidade pelas corporações reforça a prática de ações na contemporaneidade responsáveis pela exacerbação de injustiças socioambientais, o que torna imprescindível sua análise crítica como instrumento de resistência baseado na counter account

1.3 Justificativa e Relevância

A construção de grandes represas, como a Usina Hidrelétrica de Belo Monte, representa um dos mais controversos e impactantes projetos de infraestrutura no Brasil, com consequências profundas para os territórios indígenas e o meio ambiente (DE MATTOS; DE SOUZA, 2015; KRAMER et al., 2022a). A usina, situada na bacia do Rio Xingu, tem sido alvo de intensos debates devido aos seus significativos impactos socioambientais, incluindo desmatamento, alterações nos regimes hídricos, perda de biodiversidade e violência contra as populações locais indígenas (BRUM, 2021).

Os Povos Indígenas representam menos de 5% da população mundial e gerenciam menos da metade das paisagens terrestres e um terço das águas interiores. No entanto, eles conseguiram proteger 80% da biodiversidade global, mesmo diante de desequilíbrios históricos de poder (WWF, 2021). Os Povos Indígenas e as Comunidades Locais desempenham um papel crucial na interrupção e reversão da perda de biodiversidade, bem como na identificação e ampliação de soluções baseadas na natureza que beneficiem a natureza, as empresas, as instituições financeiras e as comunidades que dependem dos serviços ecossistêmicos fornecidos pela natureza (GARNETT et al., 2018).

A avaliação global da Plataforma Intergovernamental de Políticas Científicas sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (IPBES) também constatou que a natureza está geralmente declinando mais lentamente nas terras dos Povos Indígenas do que em outras áreas, assim como o conhecimento sobre como gerenciá-la (IPBES, 2019). As terras geridas por povos indígenas e comunidades locais enfrentam uma pressão crescente devido a várias atividades humanas, como desmatamento, mineração, agricultura intensiva e mudanças climáticas. Esses territórios, embora mais bem preservados do que outras áreas, não estão imunes ao declínio da biodiversidade e à degradação ambiental (IPBES, 2019).

A sabedoria ancestral e as práticas de manejo sustentável, que têm sido fundamentais para a preservação desses ecossistemas, estão sendo ameaçadas e gradualmente perdidas. Isso ocorre tanto pela perda de território quanto pela assimilação cultural e falta de transmissão intergeracional de conhecimento. Dado que cerca de 25% das terras do mundo são tradicionalmente administradas por povos indígenas, a proteção desses territórios e a valorização do conhecimento indígena são cruciais para a conservação da biodiversidade global e para o combate à crise ambiental (IPBES, 2019).

Não há uma definição consensual de Povos Indígenas adotada no direito internacional. Para as Nações Unidas uma definição estrita é considerada desnecessária e indesejável, mas utilizam uma definição funcional do estudo de Martinez Cobo (1986)

> "Comunidades, povos e nações indígenas são aqueles que, mantendo uma continuidade histórica com as sociedades pré-invasão e pré-coloniais que se desenvolveram em seus territórios, consideram-se distintos dos demais setores das sociedades que atualmente prevalecem sobre esses territórios ou partes deles. Eles constituem atualmente setores não dominantes da sociedade e estão determinados a preservar, desenvolver e transmitir às gerações futuras seus territórios ancestrais e sua identidade étnica, como base para sua existência contínua como povos, de acordo com seus próprios padrões culturais, instituições sociais e sistemas jurídicos."(UN, 2007).

De acordo com o direito internacional, os Povos Indígenas têm direitos internacionalmente reconhecidos que incluem, mas não se limitam a: direito à autodeterminação; o direito de possuir, controlar e usar suas terras, territórios e recursos; e o direito de dar ou negar acesso gratuito e prévio e consentimento informado para assuntos que afetam suas vidas, direitos e territórios.

A Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas (UNDRIP) e a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) estão entre os importantes instrumentos internacionais e jurisprudência que afirmam os direitos dos Povos Indígenas. A Convenção das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica (CDB) reconhece os papéis, direitos e contribuições de Povos Indígenas e Comunidades Locais para a conservação e uso sustentável da biodiversidade, e isso é enfatizado nas diretrizes da CDB e no Quadro Global de Biodiversidade de Kunming Montreal (GBF). O GBF destaca a importância de abordagens da sociedade, tomada de decisão inclusiva e abordagens de envolvimento baseadas nos direitos humanos.

Nesse sentido, a análise crítica de relatórios de sustentabilidade é de fundamental importância para compreender as complexas dinâmicas envolvidas e para promover uma maior transparência e responsabilidade socioambiental por parte das empresas e do governo. A teoria de análise crítica do discurso de Norman Fairclough oferece uma ferramenta poderosa para desvelar as práticas discursivas que sustentam e perpetuam a ideologia dominante de desenvolvimento e racionalidade instrumental. Esta abordagem permite explorar como os relatórios de sustentabilidade da Norte Energia refletem e moldam as percepções públicas sobre os impactos da usina, muitas vezes legitimando ações que podem ser prejudiciais às comunidades indígenas e ao meio ambiente.

Ao considerar que a análise do discurso examina as condições de fixação de um discurso específico em um contexto de múltiplas possibilidades—onde algumas contribuem para a formação hegemônica enquanto outras são excluídas (LACLAU; MOUFFE, 2015), percebe-se que este estudo tem o potencial de questionar as aparências discursivas e investigar o que está nas entrelinhas. Com isso, pode-se problematizar aspectos tidos como certos na vida organizacional, incluindo sua responsabilidade socioambiental. A análise dos relatórios de sustentabilidade, por meio dessa abordagem, revelará que a racionalidade que tende a apresentar a naturalidade dos meios para alcançar um objetivo e, portanto, a ideia de ser inevitável e benéfico, pode não ser tão simples quando se considera a pluralidade de interesses envolvidos.

Além disso, por meio da forma como enfatiza a interrogação do significado, a análise crítica do discurso pode ampliar as conceituações da sustentabilidade e responsabilização para incluir atores que antes eram esquecidos ou silenciados de alguma forma, seja pela omissão ou suavização de suas vozes. Com isso, a presente tese contribui para os debates sobre sustentabilidade e aumenta a compreensão do que Dyllick e Muff (2016) chamam de "grande desconexão". A grande desconexão diz da discrepância entre o aumento da adoção de medidas sustentáveis pelas companhias, expostas por meio dos discursos de sustentabilidade e o deterioramento da saúde ambiental e social do planeta (DYLLICK; MUFF, 2016).

Nesse sentido, a contabilidade ambiental é uma ferramenta essencial para avaliar e comunicar o desempenho ambiental das empresas, enfatizando a importância da divulgação de informações ambientais às partes interessadas (KURUPPU; MILNE; TILT, 2019). A prática da contabilidade da sustentabilidade e responsabilização ambiental em contextos ambientalmente e socialmente sensíveis tem sido explorada para ganhar, manter e restaurar a legitimidade organizacional (DEWI; MANOCHIN; BELAL, 2021; KURUPPU; MILNE; TILT, 2019).

A justificativa para o presente estudo, portanto, reside nos seguintes aspectos:

- **Relevância Socioambiental**: A usina de Belo Monte tem impactos significativos sobre os territórios indígenas e o meio ambiente, ameaçando a biodiversidade e os modos de vida tradicionais. É fundamental entender e documentar esses impactos para fomentar políticas de desenvolvimento mais sustentáveis e justas.
- **Desafios à Transparência e Responsabilidade**: Embora os relatórios de sustentabilidade sejam ferramentas importantes para a prestação de contas, eles muitas vezes refletem a ideologia dominante e podem mascarar realidades

complexas. Esta pesquisa visa revelar as contradições e lacunas nesses relatórios, promovendo uma maior transparência e responsabilidade.

- **Contribuição Acadêmica**: Utilizando a teoria de Fairclough (2001), esta pesquisa contribuirá para o campo da contabilidade crítica e da análise crítica do discurso, oferecendo novas perspectivas sobre como as práticas contábeis de relatos de sustentabilidade podem desafiar as narrativas hegemônicas e promover mudanças sociais.
- **Implicações Práticas**: As recomendações resultantes desta pesquisa podem influenciar a elaboração de políticas públicas, normas de relatos de sustentabilidade e práticas empresariais, promovendo uma governança corporativa mais inclusiva e responsável. Ao dar voz às comunidades afetadas, a pesquisa também oferece subsídios a movimentos sociais e iniciativas de justiça ambiental.
- **Urgência dos Temas Abordados**: Com as crescentes preocupações globais sobre a crise climática e os direitos dos povos indígenas, esta pesquisa se torna ainda mais relevante. A investigação crítica dos discursos de sustentabilidade oferece conhecimentos essenciais para a formulação de estratégias eficazes de mitigação e adaptação.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Necessidades, Atividades Humanas e Impactos Socioambientais

O homem, assim como todos os demais animais, luta por sua sobrevivência. Com sua aglomeração em comunidades primitivas os seres humanos usaram seus esforços conjuntos para atender às suas necessidades e com isso assegurar sua existência e sua reprodução. Eles vivem do que extraem da terra e do que conseguem com a caça e a pesca. Neste modo de vida essas comunidades, baseadas em clãs ou tribos, levam uma vida nômade, com uma organização social simples, sem se fixar em um território determinado e, portanto, sem conhecer a propriedade privada (BEER, 2007).

Esses povos primitivos se esforçam para obter avanços tecnológicos que os auxiliem na satisfação de suas necessidades, as quais estavam baseadas não na acumulação de bens, mas na relação equilibrada entre os seres humanos e a natureza, retirando da natureza apenas o necessário para a sua sobrevivência (PITTON, 2009). Com o crescimento numérico das populações os problemas crescem em complexidade. Durante o neolítico a humanidade aprimora as técnicas associadas à agricultura e ao pastoreio, lançando assim as bases para o sedentarismo e para o desenvolvimento da tecnologia e de uma rudimentar indústria cerâmica (ROSSETTI, 2016).

Indícios ligados à atividade agrícola associados à cultura Peiligang, que viveu no território chinês de 7.000 a.C. e 5.000 a.C. às margens do rio Yi-Luo na província de Henan, datam de aproximadamente 6.000 a.C. (COUTO, 2008). Com o início do cultivo de plantas e a domesticação de animais, o homem converte-se em agressor da natureza, criando espaços artificiais, ainda sem impactos ambientais significativos, mas alterando, paulatinamente, a dinâmica da natureza por dessas atividades (PITTON, 2009)

O desenvolvimento da metalurgia durante as Idades do Bronze e do Ferro, levou ao surgimento de instrumentos agrícolas mais eficientes e à expansão dos povos, este movimento associado a armas mais mortais criou desafios para a sobrevivência dos indivíduos e dos povos. Percebe-se assim que essa sociedade mais complexa levou também a necessidades mais difíceis de serem saciadas (ROSSETTI, 1982).

Os grandes rios da Mesopotâmia com suas cheias que fertilizavam os solos próximos às margens, favoreceram as práticas agrícolas. Contudo, esta não era uma atividade simples de ser desenvolvida, já que as águas que desciam das regiões montanhosas vinham com violência e

causavam destruição. Era necessária a escavação de diques e sistemas de contenção. Além disso o leito dos rios se modificava, impactando a produção agrícola e os assentamentos. Na Suméria, localizada no sul da Mesopotâmia, surgiram as primeiras cidades-estados e o crescimento das populações e exércitos levaram a seguidos conflitos. O constante crescimento conduziu ao surgimento de impérios (CARDOSO, 2002).

Em, aproximadamente, 2300 a.C., Sargão da Acádia atacou a cidade de Kish, bem ao norte de Lagash, e assumiu o poder. Sua base de poder foi erigida em Acádia e, por meio de um exército permanente de 5.400 soldados, manteve seu império por uma grande extensão de terra no Oriente Médio durante toda sua vida. Tal império permaneceu por cerca de um século após sua morte (FERRARI, 2011).

Nestes povos já se encontrava uma divisão social do trabalho, onde templos e *ziggurats* foram erigidos com o esforço de segmentos da população. Surgiram assim os antagonismos de classe, aqueles não motivados por uma manifestação de cunho pessoal, mas sim em função de uma racionalidade específica do local e da época (PINSKY, 2005).

Dentre os impérios, aquele que mais se destacou foi o Romano. O império teve sua origem na união dos povos do Lácio – latinos e sabinos – para resistir às incursões de povos inimigos. Esta união de povos deu origem a uma sociedade estratificada com fortes conflitos em seu interior. Apesar de seus conflitos internos Roma seguiu sua expansão e através de vitórias militares sobre a submissão dos povos ao redor em, aproximadamente, dois séculos passou a controlar toda a península itálica. Desta base, ao longo dos séculos, o Império Romano se expandiu alcançando grande parte da Europa, norte da África, Oriente Médio e o território inglês. Esse foi um processo sangrento, com brutais campanhas militares, submissão dos povos, desagregação social, conquistas de saques desmedidos, cobrança de impostos altíssimos e escravização em massa (ARRUDA, 1979)

A escravidão foi parte fundamental da vida romana, mas era uma instituição jurídica peculiar onde coexistiram punições, relações de dependência e, até mesmo, de afeto. O escravo não era considerado como um objeto, mas como um ser humano, embora hierarquicamente inferior, tanto é assim que a tortura nunca era reservada ao homem livre, mas sim ao escravo (VEYNE, 1993). Contudo, não era incomum os escravos assumirem posições de destaque na sociedade romana, tais como, administradores, gramáticos, cantores e arquitetos, conquistando a posteriori a situação de homens livres. Apesar da face mais humana da escravidão em Roma em relação aos seus equivalentes mais recentes, os romanos viviam um medo silencioso em relação à possibilidade de levante de sua numerosa população escrava (VEYNE, 1993).

Esse expansionismo da presença humana no planeta não foi conseguido sem impactos ao ambiente natural. A humanidade ao longo do tempo foi rompendo fronteiras e alcançando as grandes massas de terra do planeta, colonizou a Europa, a Ásia, as Américas e as grandes ilhas, como a Austrália, Madagascar e Nova Zelândia. Ao alcançar cada uma dessas novas fronteiras o resultado foi a extinção da megafauna – aquela em que a massa corporal dos animais supera os 50 kg (FERNANDEZ; ARAÚJO, 2012)

O Império Romano, com todas suas conquistas tecnológicas e arquitetônicas, alcançou a incrível extensão territorial de 10 milhões de quilômetros quadrados – sendo 30% deste total apenas na região mediterrânea – e uma população de 80 milhões de habitantes. Obviamente que tal avanço não foi obtido sem um grande ônus ambiental, por "toda parte se construía, desmatava-se e semeavam-se novas plantações" (ROUX, 2009).

Os romanos instalaram na região espanhola do Rio Tinto um grande empreendimento de mineração, buscando atender às necessidades para fabricação de recipientes. A poluição produzida pela atividade extrativista não se limitou à região, atingindo todo o Hemisfério Norte. Levantamentos feitos pela Universidade Tecnológica de Curtin, detectou vestígios desse chumbo no gelo da Groenlândia (BURSZTYN; PERSEGONA, 2008a).

A agressão ao ambiente natural pode ser determinante na extinção de civilizações. A antiga, complexa e hierarquizada sociedade que surgiu por volta do ano de 2300 a.C. na região do Vale do Indus teve sua vida abreviada a apenas quatro séculos com a contribuição fundamental da salinização dos solos, da devastação florestal e da erosão subsequente (VEIGA, 2006).

Um caso clássico de desequilíbrio ecológico concentrado em um espaço territorial limitado, apesar das controvérsias existentes, é o ocorrido na Ilha de Páscoa. As populações vindas da Polinésia chegaram à ilha e começaram a construir seus gigantescos ídolos de pedra, durante esse processo usaram de forma não sustentável as árvores e demais espécies da flora local, o que afetou negativamente o equilíbrio hidrológico. A devastação junto com a multiplicação de ratos – que chegou aos milhões e se alimentou das sementes que poderiam ter levado à regeneração das florestas – que veio nas embarcações levou a um solo árido, contribuindo para a drástica redução populacional (MILLER; SPOOLMAN, 2012).

Esforços contra a degradação ambiental foram implementados ao longo da história. Por volta de 2.700 a.C., a cidade-estado de Ur decretou uma das primeiras leis para proteção das florestas remanescentes. Em 400 a.C. Platão se pronunciou contra o desmatamento e a consequente erosão decorrente do corte para a lenha e a expansão das áreas de pastoreio. No

primeiro século da era cristã o senado de Roma proclama uma lei visando proteger a água em períodos de seca. Além disso, Plínio e Columena criticam o risco do mau gerenciamento de recursos provocar a erosão do solo (BURSZTYN; PERSEGONA, 2008a).

Durante a Idade Média os esforços de regulamentação continuam mesmo tendo um caráter utilitarista. Em Oisans, no distante ano de 1348, o herdeiro do trono francês proibiu o a derrubada de árvores visando prevenir avalanches e problemas diversos. Durante o século XIV medidas são tomadas visando reduzir a pastagem de ovelhas e cabras nos bosques localizados nos Alpes. Apesar do empenho regulatório, a cobertura florestal europeia registrou redução ao longo dos séculos seguintes (VEYRET, 2012).

No Brasil, a exploração dos recursos naturais marcou o período de colonização, principalmente o pau-brasil ao longo da costa brasileira, pois detinha grande valor aquisitivo para a economia portuguesa, o que tornou esse recurso um monopólio do império português. Desde a primeira árvore abatida para montar uma cruz, a colonização portuguesa no Brasil nos séculos que se seguiram significou a destruição de uma floresta de um milhão de metros quadrados e hoje reduzida a vestígios (DEAN, 1996).

Os tupis-guaranis, os primeiros a terem contato com os europeus, já habitavam as florestas aproximadamente desde o ano 400 na américa do sul, integraram movimentos migratórios de povos agricultores que vieram das montanhas na direção da baixada litorânea (BARRETO, 2017). Os primeiros impactos ambientais da cultura dos tupis foi a agricultura de coivara, utilizada no cultivo de alimentos para subsistência, tanto da mandioca, como do milho, da batata-doce, feijão, pimenta, amendoim, abóbora e abacaxi, além do algodão para a confecção de redes e tabaco (BARRETO, 2017). A agricultura de coivara, uma técnica que utiliza o fogo para garantir a fertilidade do solo para o plantio, foi resumida por Dean (1996, p. 44):

> [...] perto do fim da estação seca, (...) uma faixa da floresta – um hectare mais ou menos - era cortada e deixada secar, e, por meio de machados de pedra, retirava-se um anel da casca dos troncos das árvores maiores. Então, um pouco antes da chegada das chuvas, a área era queimada, fazendo que a enorme quantidade de nutrientes da biomassa na floresta caísse sobre a terra sob a forma de cinzas. [...] As chuvas drenavam os nutrientes para o interior do solo, neutralizando-o e ao mesmo tempo fertilizando-o.

Tal estratégia de queimada e plantio utilizada pelos nativos implicava na necessidade de repouso da terra de cerca de 20 anos até ser utilizada novamente (BARRETO, 2017), o que levou, na visão de historiadores, a aceitar que em torno das aldeias havia uma provável colcha de retalho, que segundo Drummond (1997, p. 41) eram:

> "lotes agrícolas em produção, lotes recentemente abandonados cobertos por gramas e ervas, lotes recém-abertos, mas ainda não plantados, lotes abandonados há mais tempo cobertos por capoeira mais ou menos densa, e extensões de terra cobertas por florestas primárias não afetadas pela agricultura."

Dean (1996) ressalta que não convém subestimar os impactos ambientais causados pela agricultura de queimadas ao longo de 400 anos de agricultura no litoral brasileiro, que podem ter reduzido uma parte razoável de florestas primárias (BARRETO, 2017). Nesse sentido, Drummond (1997) considera que os povos americanos antes da chegada dos europeus também produziram impactos ao desenvolverem seu estilo de vida explorando recursos naturais da Mata Atlântica, modificando-a, sem no entanto, produzir rupturas ou danos ambientais irreversíveis (BARRETO, 2017).

A expansão europeia, com a grandes navegações, de fato produziu uma transformação no padrão de exploração dos recursos naturais em escala planetária (BARRETO, 2017). A chegada dos europeus ao Caribe em 1492 e a subsequente anexação das Américas estabeleceu as primeiras redes de comércio global ligando a Europa, China, África e as Américas e, consequentemente uma série de modificações na forma de explorar os recursos naturais e a mistura de biotas impactaram a biodiversidade nas regiões exploradas (LEWIS; MASLIN, 2015).

Antes da utilização do carvão e, posteriormente, do petróleo na revolução industrial, a principal fonte de energia dos impérios coloniais europeus era a madeira. Engendrado no mecanismo de controle das colônias, a exploração da madeira foi a principal matéria prima na construção dos centros de administração colonial e das cidades necessárias para administrar seus territórios, bem como para a construção da infraestrutura de transporte, nos navios do período pré-industrial e nas ferrovias do período industrial (WOOD, 2017). Isso era totalmente contrário aos hábitos das sociedades indígenas, que haviam adaptado seus modos de vida ao ambiente que os rodeava. Nesse contexto, a alteração da natureza era uma forma de afirmação de dominação política do poder colonial (WOOD, 2017).

Damodaran (2012) argumenta que o surgimento de uma consciência ambiental está diretamente ligado a esse contexto de desenvolvimento específico, que dependia de novos conhecimentos e das observações da capacidade humana de mudar o ambiente natural em escala global. Dois elementos foram necessários para que essa consciência emergisse: primeiro, as instituições de empresa de comércio marítimo, respaldadas pelo Estado e, segundo o assentamento de ilhas e penínsulas continentais antes desabitadas nos trópicos e subtrópicos por colonos e fazendeiros (DAMODARAN, 2012). Nesse sentido, o mecanismo de lucro dessas empresas comerciais, especialmente das Companhias das Índias Orientais de Portugal, Holanda, Grã-Bretanha e França, resultaram em atividades intensivas de plantio de safras

comerciais em ilhas oceânicas e no desmatamento de florestas para agricultura e madeira para a construção de navios (DAMODARAN, 2012).

Todo esse processo teve sua escala de impacto massivo no desenvolvimento de rotas para a Índia. Índias Orientais e Caribe. Na década de 1670, as consequências catastróficas da intensificação das atividades em capital e mão de obra tornaram-se claras à medida que ilhas colonizadas apresentavam seca devido a perenidade dos rios, erosão do solo e desaparecimento de espécies animais e vegetais. (DAMODARAN, 2012). Essas dificuldades encorajaram questões de sustentabilidade do mundo explorado e incentivaram ideias sobre recursos limitados e a necessidade de conservação (DAMODARAN, 2012). Nas palavras de Damodaran (2012, p. 4):

> "A ideia de degradação ou controle ambiental regional não era nova; na verdade, a palavra "conservação" foi adotada pela primeira vez na Grã-Bretanha no século 14 em relação ao controle de bacias hidrográficas inteiras, como a do rio Tâmisa. Da mesma forma, na República de Veneza, existiam ideias bem desenvolvidas sobre o controle do desmatamento em as colinas para controlar a erosão e o assoreamento a jusante. Essas iniciativas podem ter sido os primeiros sinais de respostas de novos estados marítimos altamente sofisticados às primeiras consequências do capitalismo mercantil e do comércio inicial que tiveram um alcance global. De fato, mesmo antes do advento de grandes impérios europeus de base continental na Ásia, África e nas Américas, a escala das mudanças ambientais causadas artificialmente já estava sendo transformada à medida que os países marítimos europeus começaram a explorar novos tipos de recursos naturais em escala global. Açúcar e outras safras essenciais para os novos mercados urbanos da Europa eram cultivados em pequenas ilhas, especialmente nas Índias Ocidentais, no Oceano Índico e nas Índias Orientais. Após cerca de 1400, a pesca se estendeu a uma escala oceânica enquanto focas e baleias eram caçadas de polo a polo."

A extensão da exploração e o desenvolvimento do comércio mercantilista ao longo dos séculos mostrou seus primeiros sintomas com a marginalização, a escravidão e a extinção de pequenas culturas indígenas, especialmente as dos povos insulares, como por exemplo, os indígenas das Ilhas Canárias (DAMORADARN, 2012). Em ilhas desabitadas como Santa Helena e Maurício, uma ilha no Oceano Índico a leste de Madagascar, foi possível observar pela primeira vez os efeitos das plantações, do desmatamento e da importação de animais, especialmente porcos, cabras e ratos (DAMODARAN, 2012). A extinção do dodô, por volta de 1700, uma ave da família dos pombos e endêmica de Maurício, causou grande impressão nos naturalistas contemporâneos (DAMODARAN, 2012; HUME, 2006). O fato de Maurício ser percebido como lugares endêmicos, o dodô era altamente desejável na cultura europeia e foi levado em navios para o continente. Não se sabe ao certo a quantidade de animais levados, porém, baseado em pinturas e arquivos dessas navegações, Hume (2006) estimou cerca de onze aves que foram levadas e chegaram vivas aos seus destinos. A extinção da espécie mostrou a

forte degradação causada pela exploração da ilha, o que ameaçou o papel da ilha como ponto para abastecimento para a tribulação dos navios (DAMODARAN, 2012).

Por fim, vale ressaltar a visão de Pádua (2002) com relação aos fatores que levaram a devastação ambiental no período da colonização, em especial no Brasil. Para compreender o caráter ambientalmente devastador é preciso compreender quatro variáveis: a fartura de terras, as tecnologias rudimentares para o cultivo da terra, a escravidão e, por fim, a mentalidade de uma natureza inesgotável e que existia para ser explorada, sem qualquer preocupação ou atitude com relação a preservação do meio ambiente (PÁDUA, 2002a).

2.2 O Desenvolvimento Capitalista e a Intensificação dos Impactos Socioambientais

A Revolução Industrial iniciada na Inglaterra, em meados do século XVIII, com a transição da indústria manufatureira para um processo de mecanização, alterou o modo de viver no planeta por meio da ascensão de novos meios de produção e tecnologias, intensificando os impactos socioambientais (POTT; ESTRELA, 2017). Para Furtado (1998) não há como escapar da evidência que a civilização nascida dessas forças avança inexoravelmente em direção a grandes calamidades, em função do consumo predatório não-sustentável por alguns poucos, como resultado de uma política concentracionista que retira a renda de muitos.

Polanyi (2021, p. 87) recorre a um poema de William Blake para comparar a Revolução Industrial a um "moinho satânico" que transforma homens em massas, levando a "uma desestruturação catastrófica na vida das pessoas". Stiglitz (2021) afirma que Polanyi esclarece que a economia de mercado foi serva dos interesses industriais nascentes e que tais mercados, que persistem até os dias de hoje, não podem ser autorregulados pois seus efeitos são severos para grandes segmentos da sociedade, como os menos favorecidos, por exemplo. Para Polanyi (2012, p. 225) a economia de mercado cria uma série de liberdades nocivas como: "a liberdade de explorar o semelhante, ou a liberdade de auferir lucros descomunais, sem a prestação de serviços correspondentes (...), a liberdade de impedir que as invenções tecnológicas sejam usadas em benefício de todos, ou a liberdade de tirar proveito de calamidades públicas (...)".

Essa assertiva vai ao encontro da visão de Boff (2012, p. 18), ao afirmar que o "mercado livre se transformou na realidade central, subtraindo-se ao controle do Estado e da sociedade, transformando tudo em mercadoria, desde as realidades sagradas e vitais como a água, (...) até as mais obscenas como o tráfego de pessoas, de drogas e de órgãos humanos". Boff (2004) entende que há um aspecto de sacrificialidade no mercado autorregulado, onde o mais forte sobrevive e o mais fraco morre, levando consigo os empregados, pois a preservação destes seria

poupá-los do altar econômico. Confirma-se assim a visão de Benjamin (2013, p. 21) de que o "capitalismo é a celebração de um culto *sans trêve et sans merci* [sem trégua e sem piedade]". Segundo Polanyi (2012), em uma sociedade democrática o problema deveria se resolver por uma intervenção planejada envolvendo tanto produtores, quanto consumidores.

Foi durante o século XX que a Terra passou a sofrer os maiores impactos das atividades humanas, que foram intensificadas pelas estruturas socioeconômicas e políticas que revelam não só a desagregação e dissociação entre os diferentes subsistemas da Terra, mas também uma profunda crise de valores (PITTON, 2009). O atual modelo de desenvolvimento mundial e a busca incessante pelo progresso alteraram o equilíbrio natural, contrapondo-se o tempo lento da natureza ao tempo rápido da sociedade gerando impactos e desarranjos nas dimensões socioambientais (PITTON, 2009).

Após a Segunda Guerra Mundial o mundo testemunhou o avanço tecnológico e o surgimento de uma cultura eminentemente urbana e com diversos mecanismos voltados para a noção individualizada de bem-estar. Ao lado das mudanças nos padrões de produção e consumo surgiram situações emergenciais relacionadas a degradação ambiental que colocaram por terra o mito de natureza inesgotável. Diversas foram as respostas institucionais aos danos causados ao meio ambiente pela superexploração dos recursos naturais. Tais respostas, cabe ressaltar, não foram resultado de apenas uma ciência, mas sim de uma gama de conhecimentos interdisciplinares e transdisciplinares que tecem as discussões ambientais (LOURENÇO, 2019).

A sociedade de consumo estimulada pelo sistema econômico vigente, no qual há um estímulo crescente a um fetiche de consumismo a cada novo produto, pensar na relação entre as atividades humanas, econômicas e o meio ambiente passa também pela questão da reestruturação produtiva e organizacional das empresas (MENDES, 2009). Para Cortez e Ortigoza (2009), é possível compreender as mudanças que vem ocorrendo no mundo contemporâneo por meio da importância que é dada ao consumismo, que se difere do consumo pela intensidade e compulsão para consumir.

Na visão de Pitton (2009), ao ter como princípio de que todo espaço é transformado em mercadoria, o capitalismo apropria-se de maneiras diferentes dos ambientes naturais e produz uma outra "natureza", na qual tudo se resumo ao dualismo entre valor de uso e valor de troca (PITTON, 2009).

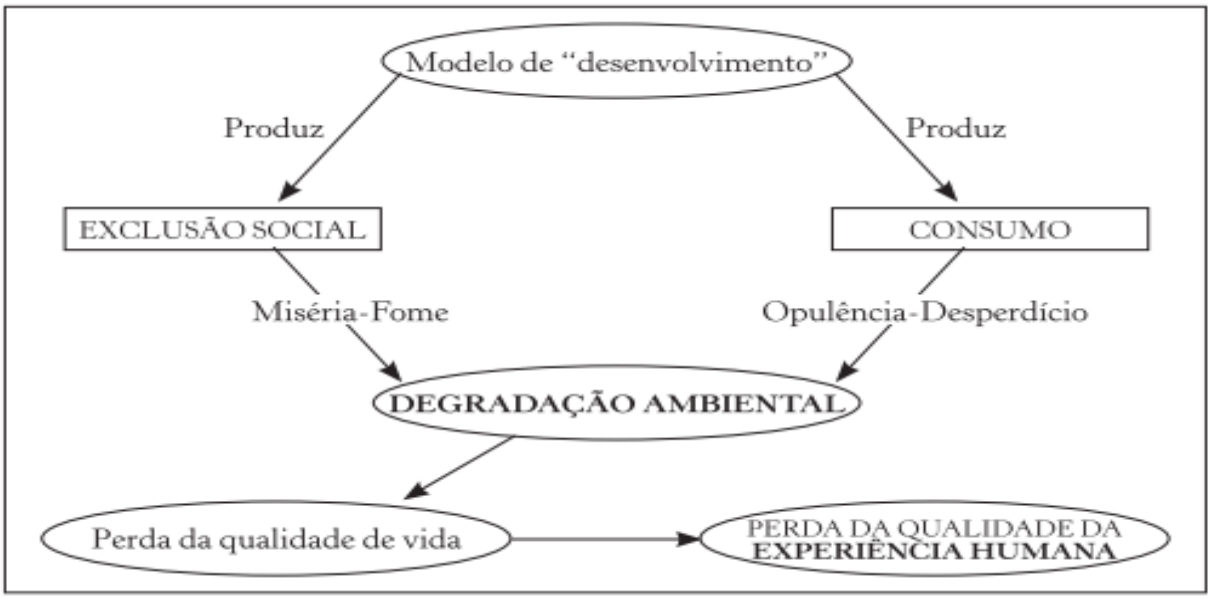
Nesse sentido, é possível observar uma relação direta entre produção e consumismo, que se revela no espaço social e geográfico por meio de um crescimento infinito da produção

de mercadorias concomitantemente a um crescimento infinito de consumo e vice-versa (MENDES, 2009).

É constatado que o consumo em massa quando ocorre de forma desequilibrada em termos quantitativos e tecnologias empregadas, implicam no desperdício e maiores impactos ambientais. Há dezenas de exemplos que mostram uma nova forma de produzir e consumir como a reciclagem que reduz o consumo de energia em processos industriais, diminui a emissão de gases de efeito estufa e evita o desmatamento. Outros como serragem de madeira, bagaço da cana, folhas de abacaxi, embalagens de leite longa vida, entre outros, mostram que se reaproveitados podem substituir materiais plásticos. São inúmeros exemplos e medidas que podem ser realizadas no que tange a novas formas de produção e consumo. No entanto, são medidas que exigem não apenas mudanças nas organizações, mas também de uma mudança de mentalidade e de postura de toda uma sociedade. Desse modo, para que ocorra um desenvolvimento de novas tecnologias e uma ampla consciência dos cidadãos, a educação ambiental tem um papel relevante nesse processo de mudança (MENDES, 2009).

O modelo de desenvolvimento vigente, Figura 3, baseia-se no princípio do consumismo exacerbado, o qual é promovido e estimulado por instituições, por exemplo, a mídia, que projeta nas pessoas a necessidade de ter aquilo e ser assim, mesmo sem condições econômicas, políticas, sociais, culturais e até mesmo ecológicas que o permitam (PITTON, 2009). Tal forma de pensar passou a orientar a conduta das pessoas e, consequentemente, das organizações, levando a uma situação socioambiental insustentável. A premissa organizacional tradicional é guiada pela busca do lucro a qualquer custo, o qual está atrelado ao aumento de produção em que os recursos naturais são utilizados sem critério algum e como se deles houvesse um estoque infinito, privatizando, nesse processo, o lucro e socializando os custos (DIAS, 2010; PITTON, 2009).

Figura 3 - Análise Sistêmica do Contexto Socioambiental



Fonte: Dias (2010)

Segundo Dias (2010), o modelo de desenvolvimento embasado pelo princípio do aumento da produção e consumo implica em consequências tanto ambientais quanto sociais. A maior produção leva à maior pressão sobre os recursos naturais, água, energia, minérios, matérias primas, etc, causando mais degradação ambiental que se reflete na qualidade de vida, gerando desigualdades sociais, condições de moradia inadequadas, produção de lixo, emissão de poluentes atmosféricos, lançamento de efluentes nos corpos d'água, inundação das áreas de floresta, entre outros (DIAS, 2010; PITTON, 2009).

Na sociedade atual a demanda por energia, por exemplo, cresce frequentemente com consequências desastrosas para o meio ambiente. Uma opção é a utilização de fontes de energia renovável, no entanto, esta substituição tem se mostrado difícil de ser realizada, de 1980 a 2009 estas fontes, quando acrescida da geração nuclear, cresceram 160%, mas a participação da energia limpa na matriz elétrica tem demonstrado tendência de queda desde 1995. O motivo para isso é o reduzido custo dos combustíveis fósseis, que fazem com que a energia produzida por eles seja muito mais barata – e poluente – que a produzida pelas fontes renováveis, que só consegue avançar amparada por incentivos governamentais. (BARRETO, 2018)

Mesmo as fontes de energia limpa não são isentas de problemas. Em um estudo que buscou medir a redução na emissão de gases do efeito estufa (GEE) foi observado que o Brasil teve seu desempenho comprometido em função da redução da área de floresta, e afirmaram que "caso um país queira melhorar seu desempenho (...) é necessário que o país direcione seus

esforços para o florestamento ou reflorestamento" (SALGADO JUNIOR et al., 2017). Essa redução da cobertura florestal impacta também o ciclo hidrológico, definido "como as vias de movimentação e distribuição da água acima, abaixo e na superfície da Terra" (MIHELCIC et al., 2018, p. 307).

Tais considerações geram preocupações quando a energia hidrelétrica tem peso considerável na matriz energética. Fainguelernt (2020) chama atenção para as diferentes dimensões de impactos causadas por Belo Monte. Uma das dimensões engloba a qualidade e o nível da água do rio, bem como a fauna e flora. O estudo constatou ainda, junto a moradores da região, a percepção da existência de impactos futuros prejudiciais às matas ciliares e igapós. Percebeu-se que Belo Monte incorreu em erros já verificados em outras hidrelétricas da Amazônia, como o ocorrido no rio Tocantins com Tucuruí.

O neoliberalismo – a face mais evidente e atual do capitalismo – tornou evidente sua contribuição profunda e negativa à humanidade, por meio do aumento do desemprego, precarização do trabalho, diminuição da autonomia dos Estados, pasteurização cultural, fragilização democrática e brutal degradação ambiental (GÓMEZ, 2001).

Para Sachs (2000), as políticas de mercado atuais são incapazes de mediar um desenvolvimento de caráter sustentável, visto que estão centradas na defesa da eficiência da alocação de recursos e do lucro e, portanto, não alcançam a visão de longo prazo necessária para trabalhar com questões ambientais.

Nesse sentido, destaca-se que diversos problemas socioambientais causados pela intervenção do homem no meio ambiente são constantemente discutidos e apresentam-se como grandes desafios para a humanidade no século XXI (WWF, 2019). Os desafios vão desde o fornecimento de água potável, passando por produção agrícola sustentável para cerca de 9 bilhões de pessoas, mudanças climáticas catastróficas, conflitos regionais e migração devido à escassez de recursos, até, mais recentemente, a rápida e acelerada taxa atual de perda de biodiversidade e colapso do ecossistema, entre outros fenômenos elencáveis (WEF, 2021; WWF, 2019).

Pesquisas científicas recentes mostraram que, de uma amostra de metade das espécies de vertebrados, 32% diminuíram o tamanho da população como resultado da perda de habitat, superexploração, poluição e aquecimento global (JONES; SOLOMON, 2013; MAROUN; ATKINS, 2018). Nunca uma única espécie exerceu tal influência no planeta e na evolução de seus habitantes a ponto de colocar a própria sobrevivência em perigo, como os seres humanos. O crescente consumo, guiado por um sistema financeiramente hegemônico (CUSHEN, 2013),

coloca pressão sobre o complexo sistema de relações entre plantas, insetos e animais, destruindo ecossistemas inteiros, desde as Grandes Barreiras de Corais a parasitas que vivem na casca de um caranguejo (WOOD, 2019).

A história da economia da biodiversidade está atrelada a uma mudança de paradigma quanto a sua utilidade, que mostra porque a biodiversidade é importante para os debates científicos e sua importância para serviços e funções úteis a sociedade e ao bem-estar da vida humana (CARVER, 2017). "Nesse sentido, a conceituação de serviços ecossistêmicos provou ser uma metáfora poderosa e uma ideia sedutora adotada com grande velocidade e com pouca discussão crítica" (CARVER, 2017, p. 47). Desde a influente Avaliação do Ecossistema do Milênio (MEA), em 2005, os quadros de valor dos serviços do ecossistema consolidaram-se por meio da estabilização discursiva e institucional de abordagens em direção ao "capital natural" (CARVER, 2017). Desde então, esforços na tentativa de conscientizar ou dialogar com o mundo dos negócios incluem o programa Economia de Ecossistemas e Biodiversidade (TEEB), a Avaliação de Ecossistemas do Milênio (MEA), a Aliança de Capital Natural e, mais recentemente, a OCDE, além de várias outras avaliações de ecossistemas nacionais (PWC; WWF, 2020).

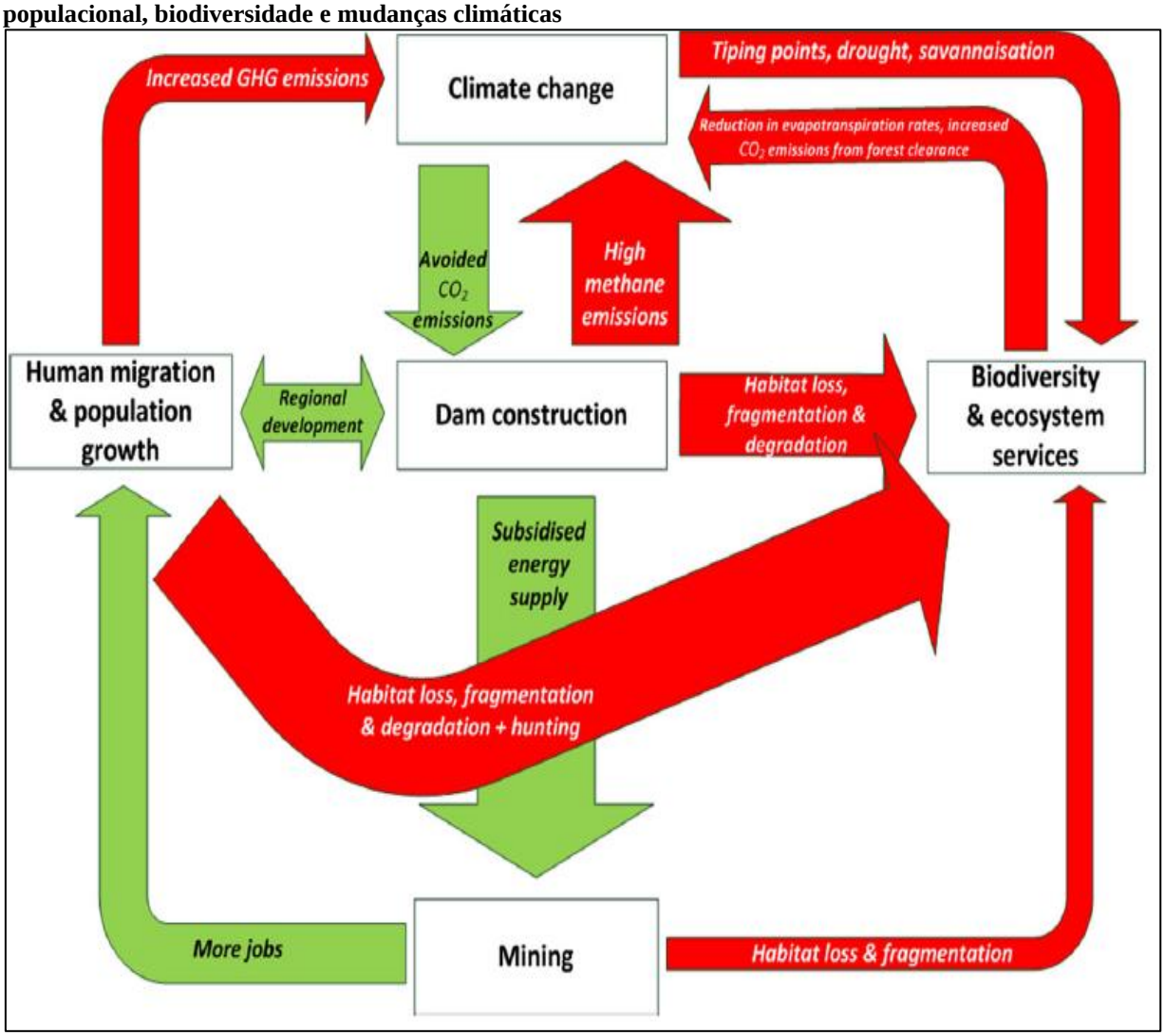
Nessa seara, o estudo da WEF (2019) estimou que as interrupções na produção e distribuição de bens e serviços aumentaram em 29% devidos aos riscos associados a destruição do ecossistema e a perda da biodiversidade (PWC; WWF, 2020). Em uma tentativa de avaliar o valor econômico dos serviços ecossistêmicos, o programa TEEB estimou o valor anual global de US$124 trilhões por ano, incluindo água potável, ar fresco, absorção de calor, florestas, oceanos, alimentos e polinização. Supondo que a polinização natural dos insetos precise ser substituída por uma polinização artificial, isso custaria cerca de EUR 153 bilhões por ano. No geral, esses cenários colocariam uma grande pressão sobre os negócios e, consequentemente, resultariam em elevados riscos financeiros e de investimento. No entanto, os benefícios econômicos dos serviços ecossistêmicos suplantam os custos com investimento em conservação (PWC; WWF, 2020). O risco de colapso ambiental, resultante do esgotamento do capital natural, é compreendido como um risco sistêmico, subdivido em intrinsicamente sistêmico e financeiramente sistêmico. O primeiro é devido à complexidade do mapeamento das interligações e interdependência dos elementos do ecossistema. Já o segundo diz da fragilidade do sistema financeira na sua dependência direta de matéria prima para a produção (PWC; WWF, 2020).

Em comparação com os impactos ambientais causados pela exploração e utilização de combustíveis fósseis e mudanças climáticas, os sistemas de energia renovável podem ter impactos menores, mas amplamente dispersos. Quando se trata de energias renováveis, como a energia hidrelétrica, há questões que afetam as possibilidades de sua implantação, que incluem questões ambientais e sociais, que dependem de cada tipo de projeto, tamanho e condições locais (LEES et al., 2016).

O debate acadêmico e o aumento das preocupações ambientais, entre elas, os impactos dos projetos de infraestrutura na Amazônia, tem como foco principal o deslocamento de populações humanas, incluindo inundações de territórios indígenas e a perda de habitat de vertebrados. No entanto, projetos de hidrelétricas na Amazônia tem impactos em escala local, regional e global, de forma que devem ser melhor considerados caso a caso para o desenvolvimento de novas políticas ou planos de mitigação ou rejeição de novas barragens (LEES et al., 2016).

Nesse sentido, Lees, Peres e Fearnside (2016), elaboraram um mapa conceitual simplificado (Figura 4) que mostra as interações entre a construção de barragens, mineração, crescimento populacional, biodiversidade e mudanças climáticas, com objetivo de evidenciar as consequências para a biodiversidade. Os autores dividiram as consequências em impactos diretos, resultado da perda de habitat e/ou modificação resultante diretamente da construção da barragem e impactos indiretos na biodiversidade regional catalisada pelo efeito cascata das trajetórias de desenvolvimento regional. Entre os impactos diretos ressalta-se aqueles que afetam diretamente as regiões consideradas mais secas e suas biotas ao longo do rio, visto que as barragens substituem seções turbulentas dos rios por água parada, o que impacta os regimes de fluxo, temperatura e transporte de sedimentos. De forma indireta, Lees et al. (2016) diz que os efeitos indiretos após a construção da barragem têm o potencial de afetar profundamente a biodiversidade regional. Além disso, os trabalhadores da construção que repentinamente ficam desempregados com o término da obra recorrem, muitas vezes, às atividades de exploração, como o desmatamento ilegal, além do aumento da violência, da prostituição e da exploração de terras indígenas (FLEURY; ALMEIDA, 2013a; FREIRE, 2014; LEES et al., 2016a).

Figura 4 Mapa conceitual simplificado de interações entre construção de barragens, mineração, crescimento populacional, biodiversidade e mudanças climáticas



Fonte: Lees, Peres e Fearnside (2016). A espessura da seta é proporcional ao tamanho do efeito, setas vermelhas indicam impactos negativos (reduções e/ou crescimento negativo no campo de destino) e setas verdes indicam impactos positivos (aumento e/ou crescimento positivo no campo alvo)

2.3 O Fracasso Iluminista: A Razão como Instrumento de Opressão

A abordagem do conceito de racionalidade com o intuito de compreender as ações humanas é central em vários campos de pesquisa, visto que o tema permeia uma série de estudos críticos da modernidade na filosofia, sociologia e nas ciências sociais de maneira geral (BRONNER; DI IORIO, 2018; SERVA et al., 2015). A racionalidade foi originalmente compreendida como uma análise das regras de significado correto e foi durante muito tempo considerado essencialmente normativo. Muitos pensadores, como Aristóteles, Cícero, Malebranche, Descartes, Hume, Condorcet e Kant, tentaram definir essas regras e alertaram contra as falsas evidências e falácias lógicas, estabelecendo um princípio de otimização objetiva que permite diferenciar as ações racionais e não racionais. (BRONNER; DI IORIO, 2018).

Aristóteles compreendeu a razão como um atributo da alma que teria duas partes distintas, porém conexas: o princípio racional e outra parte destituída de razão, em suas palavras, “o que a visão é para o corpo, a razão é para a alma” ou, ainda, “parece haver na alma ainda outro elemento irracional, mas que, em certo sentido, participa da razão (ARISTÓTELES, 1991; p. 499). Para Cícero, há dois fatores fundamentais para a sociedade civil, um deles é a razão, faculdade que nos permite desvendar a verdade e o outro é a retórica, a arte de expor a verdade com eloquência (SKINNER, 1999).

Kant, em sua obra Crítica da Razão Pura, detalhou duas formas de manifestação da razão: a razão teórica e a razão prática. Enquanto a razão teórica permite ao sujeito elaborar o conhecimento do mundo da natureza, a razão prática abre o caminho para o conhecimento do mundo social, regido pela vontade e liberdade dos homens (FREITAG, 1989). Tal distinção colocou em destaque a diferença qualitativa que Kant atribuía à natureza e à sociedade, “os dois mundos onde atuaria a razão, conhecendo as leis matemáticas e físicas do mundo natural e fazendo as leis que regeriam o mundo social ou dos costumes” (FREITAG, 1989).

O iluminismo, fenômeno histórico que caracterizou o século XVIII, operou como constructo derivado e extensivo ao modo burguês de pensar a sociedade, a superestrutura jurídico-política e ideológica, a educação e suas relações mútuas (TAMARATI, 1999). O projeto iluminista consistia no pressuposto de que por meio da razão ou do processo de autoconsciência, o indivíduo se emanciparia (CANTISTA, 1982; ORTIZ, 1989). Por meio do seu racionalismo universalista, portanto, abstrato e a-histórico, a ilustração tende a se opor ativamente às práticas irracionais do povo e, o universalismo cosmopolita gerará o desconhecimento das particularidades culturais locais e regionais (TAMARATI, 1999).

Nas palavras de Cantista (1982, p. 308), “a ciência iluminada degenerou num processo técnico desalmado e inumano, destruiu o meio ambiente, bem como o sujeito crítico e histórico, tido até agora como eixo fundamental da ilustração” (CANTISTA, 1982). Os teóricos da Escola de Frankfurt também tiveram como um de seus principais objetivos investigar a temática da dialética da razão e a crítica à ciência, principalmente em relação às questões que levaram ao que chamaram de autodestruição do iluminismo (BRAGA; NETO, 2012; FREITAG, 1994).

Os teóricos da Escola de Frankfurt tiveram como um de seus principais objetivos investigar a temática da dialética da razão e a crítica à ciência, principalmente em relação às questões que levaram ao que chamaram de autodestruição do iluminismo (BRAGA; NETO, 2012; FREITAG, 1994). Apesar de reconhecerem que a sociedade é inseparável do pensamento

iluminista e de seus avanços científicos e tecnológicos, dizem, com a mesma clareza, que esse modelo de racionalidade traz em si o germe da regressão (BRAGA e NETO, 2012).

Em outras palavras, na visão frankfurtiana o iluminismo falhou ao tentar libertar o homem, pois substituiu os mitos e as superstições pela escravidão da dominação técnica amparada pela indústria cultural que manipula a opinião pública, impedindo a emancipação do homem por meio de um pensamento independente que possibilite uma tomada de decisão consciente (CUNHA; FLORIDO, 2005).

A razão que era concebida como um processo emancipatório que conduziria à autonomia e à autodeterminação, se transforma eu seu contrário, um crescente processo de instrumentalização para dominação e repressão do homem (FREITAG, 1994). Kant via na razão o instrumento de libertação do homem para que alcançasse por meio dela sua autonomia e Muendigkeit (maioridade) (FREITAG, 1994). Defendia que o homem deveria assumir com coragem e competência o seu próprio destino e não que esse fosse ditado por deuses, mitos ou leis da natureza e nem por um Karma interior (HILÁRIO; CUNHA, 2014). Para isso, devem fazer uso da razão e tomarem em mãos sua própria história. Para Freitag (1994), tal convicção partilhada por todos os iluministas revela-se ilusória. O Iluminismo pregava o desencantamento do mundo. Queriam dissolver os mitos e fortalecer as impressões por meio do saber. No entanto, "o saber produzido pelo iluminismo não conduzia à emancipação e sim à técnica e ciência moderna que mantêm com seu objeto uma relação ditatorial" (FREITAG, 1994, p. 34).

Adorno e Horkheimer, membros da Escola de Frankfurt, no contexto da ascensão dos regimes nazifascistas na Europa e a crise da democracia na primeira metade do século XX, analisaram as complicações decorrentes dessa crise do iluminismo por meio da avaliação das estruturas ideológicas de dominação política (DRAGO, 1992; MOGENDORFF, 2012; VASCONCELLOS, 2014). As principais questões levantadas convergiam para a reflexão sobre o crescimento das indústrias bélicas, a corrida armamentista, os conflitos armados, que marcaram as duas grandes guerras mundiais e o crescimento das injustiças sociais (LIMA; SANTOS, 2018). Além dessas questões, a partir da década de 1940, os autores trouxeram mais um elemento para a discussão, a indústria cultural ou a cultura de massas (CAMARGO, 2014; JUNIOR, 2019; LIMA; SANTOS, 2018).

Adorno e Horkheimer (1985, p. 5) ressaltam que “o mito converte-se em esclarecimento e a natureza em mera objetividade”. Como consequência o preço pago pelo homem pelo aumento de seu poder é a alienação sobre aquilo que exercem o poder, sendo o comportamento do esclarecimento com as coisas o mesmo de um ditador com os homens, que os conhece a

medida em que pode manipulá-los (ADORNO; HORKHEIMER, 1985). Para Adorno e Horkheimer, “a razão tornou-se inerentemente violenta e manipuladora, esmagando as particularidades sensuais da natureza e do corpo” (EAGLETON, 2019; p. 143). Nesse sentido, segundo Freitag (1994), se a razão defendida por Kant permitia o homem emancipar-se dos seus entraves, auxiliando-os a dominar e controlar a natureza externa e interna, há de se reconhecer que essa razão não mais existe. Pelo contrário, a razão manifestada pela ciência e pela técnica é uma razão instrumental, repressiva (FREITAG, 1994).

Corroborando, Braga e Neto (2012) destaca a frase "O progresso converte-se em regressão" justamente para demonstrar a contradição revelada pela razão instrumental, a qual promove o desenvolvimento econômico, progresso, condições materiais mais justas, mas se estabelece à custa da autodestruição e barbárie da humanidade (BRAGA; NETO, 2012)

Na análise frankfurtiana, com o objetivo de identificarem o desencantamento do mundo, os autores Adorno e Horkheimer tencionam a relação entre natureza e entendimento humano, tida como responsável pela divisão do trabalho e pela dominação e pela prevalência do entendimento sobre a natureza (ADORNO; HORKHEIMER, 1985; RAMOS, 2019). Segundo Adorno e Horkheimer (1985, p. 5), “o que os homens querem aprender da natureza é como empregá-la para dominar completamente a ela e aos homens”. Como se nada mais importasse, nem mesmo a autoconsciência, mas apenas o saber capaz de destruir os mitos, cujo elemento básico sempre foi antropomorfismo, a projeção do subjetivo na natureza (ADORNO; HORKHEIMER, 1985).

Nesse sentido, Adorno e Horkheimer (1985) ressaltam que o esclarecimento elimina o incomensurável, não apenas dissolve o pensamento, mas os homens são forçados à real conformidade. O preço dessa vantagem é pago por elas mesmas ao deixarem que suas possibilidades inatas sejam modeladas pela produção das mercadorias que se podem comprar no mercado (ADORNO; HORKHEIMER, 1985). Em outras palavras, o processo de desencantamento transforma indivíduos em seres desencantados, ou seja, em seres guiados pela racionalidade e submissos à autoridade da esfera econômica:

> “Os sujeitos da economia pulsional são expropriados psicologicamente e essa economia é gerida mais racionalmente pela própria sociedade. A decisão que o indivíduo deve tomar em cada situação não precisa mais resultar de uma dolorosa dialética interna da consciência moral, da autoconservação e das pulsões. Para as pessoas na esfera profissional, as decisões são tomadas pela hierarquia que vai das associações até a administração nacional; na esfera privada, pelo esquema da cultura de massa, que desapropria seus consumidores forçados de seus últimos impulsos” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 96)

Hegel tentou redimir o potencial do Iluminismo ao pensar a vida moderna e a racionalidade (FONTES, 2019). Segundo Habermas (1990) *apud* Fontes (2019), se quisermos compreender a relação interna entre modernidade e racionalidade devemos nos remeter a Hegel (FONTES, 2019).

Para Hegel, compreender o que havia distanciado as pessoas de si próprias só é possível por meio da razão, uma vez que "só a razão poderia levar pessoas alienadas a perceberem como a natureza de cada uma foi negada da existência fragmentada da outra" (FONTES, 2019). Segundo Honneth (2009), Hegel via as patologias sociais, um estado de negatividade social, que prejudica as condições de bem-estar social, como resultado da incapacidade em expressar adequadamente nas instituições, nas práticas e nas rotinas cotidianas um potencial de razão que já está latente nelas. Se esta concepção se baseia no contexto em que é incerto em Hegel, implica na tese geral de que de que uma sociedade de sucesso só é possível se preservado o máximo de racionalidade em cada caso (HONNETH, 2009).

A justificação desta conexão tem como premissa ética de que somente o universal racional pode indicar aos membros de uma sociedade os critérios de orientação e dar um sentido à vida (HONNETH, 2009). Em outras palavras, o universal racional é necessário para a autorrealização do indivíduo. Tal convicção deve estar presente nos representantes da teoria crítica, pois entendem que a causa das patologias da sociedade capitalista está ligada à falta de racionalidade social (FONTES, 2019). Nesse sentido, Honneth (2009) destaca que a ideia hegeliana de um universal racional é condição necessária para a autorrealização plena dos indivíduos é retomada em diversas definições da práxis da ação originária do ser humano:

> "A ideia hegeliana de que é sempre necessário um universal racional que possibilite a autorrealização plena dos sujeitos dentro da sociedade é retomada em diversas definições da práxis do ser humano: como o conceito de "trabalho humano" de Horkheimer, a ideia de "vida estética" em Marcuse ou o conceito de entendimento comunicativo em Habermas servem como princípio ao objetivo de estipular uma racionalidade em cuja forma desenvolvida é determinada a medida de uma integração racional e satisfatória da sociedade. A remissão a esta instância de praxis racional é que permite a estes autores desenvolverem a sua análise da sociedade como um diagnóstico das patologias sociais baseado na teoria da razão: os desvios ao ideal que se alcançaria com a realização social do universal racional podiam ser descritos como patologias sociais, uma vez que estavam acompanhadas de uma perda dolorosa das oportunidades de autorrealização intersubjetiva" (HONNETH, 2009; p. 32).

Para a teoria crítica, a realização hegeliana da razão é entendida como um processo de aprendizagem conflitual, em que o saber generalizável só se realiza na medida em que se melhoram as soluções dos problemas e contra a resistência dos grupos dominantes (FONTES, 2019). Nas palavras de Honneth (2009), ao conceito de razão é necessário incluir "novos

critérios de modo que a racionalidade possa ampliar-se e diferenciar-se de forma permanente para poder dar conta do caráter multiforme dos processos sociais de aprendizagem" (HONNETH, 2009; p. 41). Tal concepção é compreendida por Honneth (2009) como uma versão pós idealista da ideia hegeliana de realização da razão, que proporciona a transformação necessária a ideia que seguramente constitui o núcleo das teorias de Horkheimer a Habermas: que o processo de realização social tem sido interrompido ou enviesado de tal forma por características estruturais exclusivas do capitalismo, que resultam em inevitáveis patologias que acompanham a perda de um universal racional (HONNETH, 2009).

Tendo como horizonte a visão de Kant e Hegel, um dos principais pensadores que influenciaram a Escola de Frankfurt, Max Weber toma a racionalização como o conceito mais amplo e central em sua teoria (SELL, 2017). Segundo a sociologia weberiana, a modernidade é fruto de um longo e peculiar processo histórico social de racionalização, que apesar de dar ao homem a capacidade dominação do mundo, também trouxe consequências negativas como a perda da liberdade e o sentido da vida (SELL, 2017). Em outras palavras, Weber viu no processo de racionalização, ou no cientificismo, a transformação da natureza e do espírito em artifício e máquina (THIRY-CHERQUES, 2009).

Em sua teoria, Weber toma como unidade básica de análise, o sujeito, considerando-o como fundante na explicação da realidade social. Ao propor uma metodologia para compreender o significado da ação social e mostrar o que causa estas mesmas ações, Weber apresenta sua teoria dos tipos ideias de ação, cujo objetivo é apontar, quais seriam os motivos básicos ou puros da ação social (SELL, 2017). Assim, admitindo um grau de racionalidade e irracionalidade da primeira para a última, Weber define quatro tipos ideias de ação: ação social com relação aos fins, com relação aos valores; ação afetiva e ação tradicional (SELL, 2017). Desse modo, mostra, passando pelas relações sociais, que é possível compreender elementos coletivos da vida social por meio de uma variedade de condutas humanas a partir de sua coerência racional (SELL, 2017). Quanto às características de cada tipo de ação, Siqueira (2014) destaca:

> "Os dois últimos tipos de ação são determinados por estados emotivos, sentimentais e por costumes e tradições, o que inviabiliza sua avaliação sistemática. A racionalidade tocante a fins é calculada, sistemática e atenta aos imperativos de adequar condições e meios a uma finalidade deliberadamente escolhida. A racionalidade tocante a valores (Wertrationalität) é pautada pela intencionalidade, ditada pelo mérito intrínseco dos valores que a inspiram. É uma conduta heroica ou polêmica que testemunha a crença num valor ético, espiritual, estético ou de outra natureza superior, cuja racionalidade decorre de uma orientação por critérios transcendentes" (SIQUEIRA, 2014a).

Ressalta-se que os tipos ideais, apesar de não serem verificados em sua totalidade, permite compreender a realidade pesquisada, verificando em que medida, o comportamento dos atores sociais se aproxima ou se distancia desse tipo ideal, ou seja, são conceitos puros, tecnicamente elaborados, que necessariamente representam deformações da realidade (RAMOS, 2006; SERVA et al., 2015). Nesse sentido, Weber fala do desencantamento do mundo guiado por uma visão instrumental, técnica, científica e afirmava que a ilustração poderia "criar um duro edifício de metal em que viveriam os últimos homens deste desenvolvimento cultural europeu" (CANTISTA, 1982).

A racionalidade pode, ainda, ser classificada como prática, teórica, substantiva e formal (MUZZIO, 2014; THIRY-CHERQUES, 2009). Na racionalidade prática a ordenação direta da ação está voltada para os interesses egoístas e pragmáticos ou, ainda, está associada a visão de juízo do ator social com uma prática assumida, aceita o status quo, os valores e as tradições e procura o melhor meio de lidar com eles; calcula os meios para alcançar os fins (MUZZIO, 2014; THIRY-CHERQUES, 2009).

Com relação a racionalidade teórica, há uma "relação entre conceitos abstratos e a ação humana" (MUZZIO, 2014), ou, ainda, "tem uma influência indireta sobre a ação" e refere-se "à constituição de conceitos abstratos, à atribuição de causalidades e à formação de significados simbólicos" (THIRY-CHERQUES, 2009).

A racionalização substantiva diz da relação entre os padrões do ator social e seu contexto, que abrange a ordenação direta da ação segundo postulações de um conjunto de valores. (MUZZIO, 2014; THIRY-CHERQUES, 2009). "Compreende os valores comunitários, como a amizade; sociais, como o igualitarismo; e universais, como se pretendem os valores religiosos, éticos e estéticos" (THIRY-CHERQUES, 2009). A razão substantiva "seria um atributo natural do ser humano que reside na psique" (SERVA, 1997; p. 19), por meio da qual os indivíduos buscariam sua autorrealização e emancipação, levando em consideração o direito do outro em fazê-lo (SERVA, 1997).

Por fim, a racionalidade formal está relacionada às estruturas de dominação, que deriva da racionalização instrumental com referência a regras, leis e regulamentos, um processo que acima de tudo visa resultados, fins específicos (THIRY-CHERQUES, 2009; VASCONCELOS, 2004). De outra forma, se associa ao cálculo e à resolução de problemas por meio de ações fundamentadas em padrões racionais e ao "conceito de organização burocrática, que é planejada e operada como máquina cujo modo de funcionamento pode oferecer as bases para um funcionamento eficaz" (BIN; CASTOR, 2007). Esse tipo de racionalidade se transforma em um

valor para a sociedade moderna, sendo que o tempo e o cálculo de consequências constituem valores predominantes e norteiam as ações ou o comportamento dos indivíduos (DELLAGNELO; MACHADO-DA-SILVA, 2000).

Nesse sentido, Funes e Rios (2020) corrobora ao destacar que a visão predominante a partir do século XIX, a visão racionalista, impõe uma relação homem e natureza administrada por sugestões científicas, consideradas racionais. É a conhecida gestão da natureza, agora dominada, catalogada, manipulada a serviço do suposto melhoramento de vida (FUNES; RIOS, 2020). No nordeste brasileiro, como forma de combater os danos causados pelas secas constantes, o discurso desenvolvimentista se apresenta pelos usos e práticas na produção e tecnicização de suas principais atividades comerciais: pecuária, cultura do algodão e extração da carnaúba, que exigiam procedimentos técnicos metódicos e conhecimentos com maior exatidão, com vistas a resultados objetivos (FUNES; RIOS, 2020). Assim, palavras como desmatar, alisar, planificar, aterrar passam a ser ações que garantirão o controle e o futuro da natureza. “Tudo deveria estar a serviço da diminuição dos obstáculos que impediam a aceleração, o avanço, e temporalização da natureza a serviço do homem moderno” (FUNES; RIOS, 2020).

No Brasil, essa abordagem weberiana é discutida intensamente por Alberto Guerreiro Ramos, inquestionavelmente um dos maiores sociólogos brasileiros e um dos principais autores que refletiram a sociedade pela perspectiva da razão (BARIANI JUNIOR, 2008a; FARIA, 2009). Sua principal influência foram os teóricos da Escola de Frankfurt, que revisitaram as teorias Weber, principalmente com Adorno, Horkheimer e Marcuse, os quais estão presentes em sua uma linha de estudos críticos da soberania da razão instrumental sobre a sociedade moderna (FARIA, 2009; RAMOS, 2006; SIQUEIRA, 2014a).

A Escola de Frankfurt foi a denominação pela qual ficou conhecido o Instituto de Pesquisa Social, criado em 1923, que congregou uma ampla gama de intelectuais, dentre os quais se destacam Erich Fromm, Max Horkheimer, Theodor Adorno, Herbert Marcuse, Walter Benjamin e, mais recentemente, Jurgen Habermas, entre outros. Esses pensadores produziram um extenso cabedal de conhecimento que engloba – mas não se limita – a servidão na sociedade moderna, a indústria cultural, o desenvolvimento da Teoria Crítica como contraponto à teoria tradicional, o delineamento da personalidade autoritária e a elaboração da teoria da ação comunicativa como meio de superação dos problemas da razão instrumental (D’ANGELO, 2011).

No âmbito dessa escola, o pensamento de Adorno e Horkheimer destacavam que o Iluminismo falhou em alcançar seu objetivo de emancipar o homem e fazê-lo senhor, já que em seu seio se encontrava a razão calculista que buscava dominar a natureza, o que só seria possível pela dominação do homem (FARINA, 2017). Nas palavras de Adorno e Horkheimer (1985, p. 18), o "saber que é poder não conhecer barreira alguma (...). A técnica é a essência desse saber, (...) o método, a utilização do trabalho de outros, o capital. (...) O que os homens querem aprender da natureza é como empregá-la para dominar completamente a ela e aos homens".

Marcuse (2010, p. 144) destaca que "mesmo o conforto, a prosperidade e a pretensa liberdade política e moral são utilizados com fins opressivos". O papel central nesse processo cabe ao mercado que subordina toda a vida aos componentes econômicos por meio da indústria cultural que debilita a educação emancipatória "sob o impacto de valores empresariais do sucesso e do lucro" (MATOS, 1996, p. 22).

Para Ramos (2006), é a partir de Weber que a sociologia se emancipa definitivamente do normativismo e se liberta das tendências reformistas que "impelia invadir, não sem os clamores das vítimas, os feudos da moral, da religião, da profecia e da filosofia" (RAMOS, 2006). Guerreiro Ramos sistematizou suas ideias sobre a racionalidade humana por meio da "Abordagem Substantiva da Organização", apresentada em seu livro intitulado A Nova Ciência das Organizações – uma reconceituação da riqueza das nações. Sua obra é de grande importância na sociologia brasileira, sendo considerado um dos maiores intelectuais negros do século XX. Natural da cidade de Santo Amaro da Purificação no Recôncavo Baiano, formou-se em Ciências Sociais na então Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, em 1942, defendia uma vertente sociológica que chamava de autêntica, onde defendia uma absorção crítica dos conhecimentos oriundos do exterior, o que promoveria o autoconhecimento e levaria à autodeterminação. Foi um dos primeiros a manifestar-se a favor de um pensamento decolonial e a ressaltar a importância de ouvir os pesquisadores negros sobre a questão racial (GOMES; JAIME; SCHWARCZ, 2021).

Dentre os diversos modelos de racionalidade, Guerreiro Ramos se propôs a pensar a sociologia, em particular, a teoria organizacional, sob o enfoque do que chamou de "abordagem substantiva da organização" (CERRI; MARANHÃO; PEREIRA, 2017; SIQUEIRA, 2014a). Nessa abordagem, o indivíduo é visto como um ser que não é limitado pela razão baseada na calculabilidade, na métrica e no que é mensurável, a razão instrumental, mas sim, é composto também pela razão que o permite o ser emancipar-se, a racionalidade substantiva (CERRI; MARANHÃO; PEREIRA, 2017; SERVA, 1997a).

Apesar da abordagem de racionalidade substantiva ter sido bem desenvolvida, Guerreiro Ramos não a demonstrou na prática de organizações reais, o que gerou uma lacuna nesse campo de estudos chamada por alguns autores de impasse (SERVA et al., 2015; SERVA, 1996). A partir desse diagnóstico, Serva (1996, 1997) elaborou um modelo de análise para evidenciar a concretização da racionalidade substantiva na gestão de organizações produtivas. Esse modelo apresenta elementos constitutivos das racionalidades instrumental e substantiva que foram analisados em onze processos administrativos (SERVA, 1997a).

Serva (1997) definiu os elementos constitutivos da ação substantiva como:

> "a) Autorrealização - processos de concretização do potencial inato do indivíduo, complementados pela satisfação;
> b) Entendimento - ações pelas quais estabelecem-se acordos e consensos racionais, mediadas pela comunicação livre, coordenando atividades comuns sob a égide da responsabilidade e satisfação sociais;
> c) Julgamento ético - deliberação baseada em juízos de valor (bom, mal, verdadeiro, falso, correto, incorreto, etc.), que se dá através do debate racional das pretensões de validez emitidas;
> d) Autenticidade - integridade, honestidade e franqueza dos indivíduos nas interações;
> e) Valores emancipatórios - aqui destacam-se os valores de mudança e aperfeiçoamento do social, bem-estar coletivo, solidariedade, respeito à individualidade, liberdade e comprometimento, presentes nos indivíduos e no contexto normativo do grupo;
> f) Autonomia - condição plena dos indivíduos para poder agir e expressar-se livremente nas interações" (SERVA, 1997; p. 22)

Por outro lado, a racionalidade instrumental é vista em elementos "que quando articulados ou relacionados com outros atos ou elementos, contribuem para que se logre atingir um objetivo predeterminado" (GUERREIRO RAMOS, 1983; p. 38). Serva (1997) define a ação racional instrumental e seus elementos como "ação baseada no cálculo, orientada para o alcance de metas técnicas ou de finalidades ligadas a interesses econômicos ou de poder social, através da maximização dos recursos disponíveis" (SERVA, 1997; p. 22).

Serva (1997) definiu os elementos constitutivos da razão instrumental como:

> "a) Cálculo - projeção utilitária das consequências dos atos humanos;
> b) Fins - metas de natureza técnica, econômica ou política (aumento de poder);
> c) Maximização de recursos - busca da eficácia e da eficácia máximas no tratamento de recursos disponíveis, quer sejam humanos, materiais, financeiros, técnicos, energéticos ou ainda, de tempo;
> d) Êxito, resultados - o alcance, em si mesmo, de padrões, níveis, estágios, situações, que são considerados como vitoriosos face a processos competitivos numa sociedade capitalista;
> e) Desempenho - performance individual elevada na realização de atividades;
> f) Utilidade - considerada na base das interações como valor generalizado;
> g) Rentabilidade - medida de retorno econômico dos êxitos e resultados alcançados;
> h) Estratégia interpessoal, entendida como influência planejada sobre outrem, a partir da antecipação das reações prováveis desse outrem a determinados estímulos e ações, visando atingir seus pontos fracos" (SERVA, 1997, p. 22).

Com isso, Serva (1996, 1997) desenvolveu um quadro de análise para a ação instrumental e substantiva, Quadro 1, integrando elementos e "observando a correspondência de cada um deles com a natureza intrínseca de cada processo organizacional" (SERVA, 1996)

Quadro 1 - Quadro de Análise da Racionalidade Instrumental e Substantiva

Tipo de Racionalidade X Processos Organizacionais	Razão Substantiva	Razão Instrumental
Hierarquia e Normas	Entendimento Julgamento Ético	Fins Desempenho Estratégia Interpessoal
Valores e Objetivos	Autorrealização Valores Emancipatórios Julgamento Ético	Utilidade Fins Rentabilidade
Tomada de Decisão	Entendimento Julgamento Ético	Cálculo Utilidade Maximização de Recursos
Controle	Entendimento	Maximização de Recursos Desempenho Estratégia Interpessoal
Divisão do Trabalho	Autorrealização Entendimento Autonomia	Maximização de Recursos Desempenho Cálculo
Comunicação e Relações Interpessoais	Autenticidade Valores Emancipatórios Autonomia	Desempenho Êxito/Resultados Estratégia interpessoal
Ação Social e Relações Ambientais	Valores Emancipatórios	Fins Êxito/Resultados
Reflexão sobre a organização	Julgamento Ético Valores Emancipatórios	Desempenho Fins Estratégia Interpessoal
Conflito	Julgamento Ético Autenticidade Autonomia	Cálculo Fins Estratégia Interpessoal
Satisfação Individual	Autorrealização Autonomia	Fins Êxito Desempenho
Dimensão Simbólica	Autorrealização Valores Emancipatórios	Utilidade Êxito Resultados/Desempenho

Fonte: Serva (1997; p. 24)

A lógica dominante do uso racional dos recursos naturais, está inserida em uma cosmovisão nitidamente antropocentrada, economicista, que não vê problemas em privatizar e instrumentalizar a natureza (LOURENÇO, 2019). "A própria economia surge a partir de um paradoxo entre os desejos humanos e os recursos disponíveis para satisfazê-los" (LOURENÇO, 2019). Tal visão, interfere até mesmo no entendimento do conceito da sustentabilidade e seu uso. Nas palavras de Lourenço (2019; p.73), "o próprio uso inflado do termo sustentabilidade revela a perda de conteúdo material", pois ao utilizar o termo usa-se com o significado que

quer, sem conseguir recuperar o conceito genuíno diante da diluição linguística e emprego abusivo (LOURENÇO, 2019).

Há outros argumentos mais sofisticados, no entanto, continuam centradas exclusivamente no homem, persistindo na tese de alocação de valor intrínseco ou inerente, que buscam justificativas para atribuição de valor próprio aos seres humanos, mas não as razões pelas quais os entes não humanos não o possuem (LOURENÇO, 2019). Lourenço (2019) destaca dois argumentos, o de Bryan Norton e o de John O' Neill. Segundo Norton (1991, p.240 apud LOURENÇO, 2019, p.74), "as políticas que servem aos propósitos da espécie humana como um todo, a longo prazo tenderão a favorecer os interesses da natureza, e vice-versa, pois nenhum valor humano pode ser protegido sem que seja também protegido o contexto no qual se desenvolve". O'Neill (1986, p. 24 apud LOURENÇO, 2019, p.74) sustenta que "o florescimento de muitos outros seres vivos deve ser promovido porque são constitutivos de nosso próprio florescimento".

Observa-se que a mera proteção do interesse dos humanos implicaria na proteção da natureza, o que soa duvidoso segundo Loureço (2019), pois os interesses naturais são multifacetados e nem sempre perceptíveis. Tal assertiva vai ao encontro da visão sobre o contraste entre a complexidade da natureza e a ação mutiladora do homem apontada por Carson (2010a, p. 26), que destaca que ao agir assim, "ele desfaz o sistema interno de equilíbrio de poderes pelo qual a natureza mantém as espécies dentro de limites". Além disso, o florescimento humano depender do florescimento de todas as outras formas de vida não parece ser um objetivo recorrente na humanidade, visto a grande quantidade de seres vivos em processo de extinção, muitos sem sequer serem identificados, e, portanto, nem todos, aparentemente, constituem o bem-estar humano. Nesse sentido, Lourenço (2019) destaca:

> "A cosmovisão centrada exclusivamente no homem falha, portanto, ao não dar conta do fato de que há obrigações diretas em relação ao mundo natural, ou a parte dele, e que essas obrigações possuem fundamentos independentes dos interesses, das demandas e dos valores humanos. O antropocentrismo, do ponto de vista de uma proposta ética aplicada à natureza, mostra-se insuficiente no sentido de traduzir uma ética normativa minimamente sustentável" (LOURENÇO, 2019; p. 74).

Esta visão é referendada por Boff (2010, p. 201) ao afirmar que a perspectiva antropocêntrica não "toma em consideração os demais seres vivos com os quais somos interdependentes, formando a biosfera. Por isso, esse tipo de desenvolvimento dificilmente pode ser sustentável".

Do ponto de vista da História Ambiental, compreender a relação do homem com a natureza passa por três conjuntos de questões, que constituem uma investigação única e

dinâmica, cada um deles exigindo contribuições de diferentes campos do conhecimento e aplicando métodos especiais de análise (WORSTER, 1991). O primeiro conjunto trata do entendimento da natureza propriamente dita, tal como se organizou e funcionou no passado; inclui-se tanto os aspectos orgânicos quanto inorgânicos da natureza; o segundo trata do domínio socioeconômico na medida em que este interage com o meio ambiente; nesse conjunto inclui-se as ferramentas, trabalho e os diversos modos que os povos criaram de produzir bens a partir de recursos naturais; e, por fim, o terceiro conjunto diz dos valore éticos, morais, leis, mitos e outras estruturas de significação que se tornam parte do diálogo de um indivíduo ou de um grupo com a natureza (WORSTER, 1991).

2.4 Legitimação do Sistema: Ideologia e Hegemonia

Para Galbraith (1972), o bem-estar social sofrerá reveses se o ser humano não for um fim em si mesmo, mas sim um meio para alcançar um fim associado a uma meta econômica corporativa. Faz-se necessário, portanto, que os objetivos econômicos sejam colocados em uma perspectiva adequada, para que possam ser questionados e não exijam da população adequações que trarão consequências nocivas no futuro.

A indústria cultural atua, em grande parte, desviando a atenção das camadas populares das questões mais significativas por meio da reprodução de eventos irrelevantes e, consequentemente, salvaguardando os interesses de uma minúscula elite socioeconômica, escondidos sob um conjunto de crenças mentirosas que jamais conduziram ao cumprimento das enganosas promessas. (BAUMAN, 2015)

Aliado ao aparato midiático há toda uma conjunção de instrumentos políticos e econômicos que, aliados a um modelo cultural de consumo que abraça o conjunto da sociedade, impedem que a imensa maioria da sociedade enxergue as mudanças necessárias para proteger seus interesses, em detrimento dos privilégios de uma minoria endinheirada, e impedir que o caos, notadamente ambiental, se estabeleça (KEMPF, 2014). Esse aparato é fundamental, já que segundo Ramos (2016, p. 85), uma “minoria é dominante, durante e enquanto tem capacidade para controlar, em seus aspectos essenciais, o movimento econômico e o movimento político”.

Uma das relações mais propaladas na atualidade é a associação entre capitalismo e democracia, onde o primeiro sistema reforçaria o segundo. No entanto, Strathern (2003) discorda de tal assertiva, afirmando que tal relação nada mais é do que um mito, já que historicamente comunidades socialistas garantiram um alto grau de liberdade individual,

enquanto governos eleitos democraticamente acabaram convergindo para regimes autoritários, onde o caso mais notório é o da Alemanha Nazista. Adicionalmente, o autor defende que com o aumento da escassez de recursos, a tendência é oposta, pois mercados restritos levam à restrição da liberdade.

No início do século XX a relação produtivo-exploratório da natureza pelo homem era percebido como uma constante, enquanto tratavam de imaginar diferentes formas de organização social da produção e do comércio, com o fascismo ou o comunismo como alternativa ao capitalismo liberal. Hoje, essas alternativas ao capitalismo não são consideradas de forma séria, mesmo diante de visões de um futuro de um colapso da natureza, sendo mais fácil imaginar o "fim do mundo" do que promover mudanças no modo de produção capitalista (ZIZEK, 1996). Nas palavras de Zizek (1996), portanto, é possível afirmar "categoricamente a existência da ideologia *qua* matriz geradora que regula a relação entre o visível e o imaginário, o imaginável e o inimaginável, bem como as mudanças nessa relação" (ZIZEK, 1996; p.6).

2.4.1 Introdução ao Conceito de Ideologia

O primeiro uso do termo Ideologia foi no início do século XIX, em 1801, na França pós a Revolução Francesa (1989). Foi utilizada no livro Eléments d'Idéologie (Elementos de Ideologia) de Antoine Destutt de Tracy, um iluminista liberal, que pretendia elaborar uma ciência da gênese das ideias e concebia o termo como uma nova disciplina filosófica, que devia incorporar os resultados de todas as outras (CHAUÍ, 2008). Para tanto, elabora uma teoria sobre as faculdades sensíveis, responsáveis pela formação de todas as ideias, o querer (vontade), julgar (razão), sentir (percepção) e recordar (memória) e, assim, pretendia tratar as ideias como fenômenos naturais que exprimiam a relação do corpo humano com o meio ambiente (CHAUÍ, 2008; KONDER, 2002).

A história de Destutt de Tracy apesar de fascinante não ganhou notoriedade. Lutou como soldado durante a Revolução Francesa, foi preso na época do Terror e foi na cela que esboçou o conceito de uma ciência das ideias. A noção de ideologia já nasceu em condições inteiramente ideológicas: "a ideologia pertencia a uma política racional, contrária a barbárie irracionalista do Terror" (EAGLETON, 2019; p.82).

Seu raciocínio partia do pressuposto de que a nossa ação é derivada dos nossos conhecimentos, que se organizam por meio das ideias e que se fosse possível alcançar a compreensão de como se formam essas ideias a partir das sensações, então teríamos a chave

para nos entender e para criar um mundo melhor. A sua tese era de que precisamos decompor as ideias até alcançar os elementos sensoriais que as constituem em sua base (KONDER, 2002).

Essa perspectiva do conhecimento foi entendida como a doutrina segunda a qual a consciência era produto do meio. Assim, a expressão da realidade objetiva por meio das impressões sensoriais, que se compilavam nas ideias por meio da ideologia, refletia com maior fidelidade o real e evitava o subjetivismo (KONDER, 2002)

Destutt de Tracy e outros pensadores eram conhecidos como os ideólogos franceses. Na época, após a publicação do livro, quem governava era Napoleão Bonaparte e o grupo prestava aos detentores do poder assessoria esclarecendo e orientando-os no sentido de promover o aprimoramento das instituições. Eram críticos a toda explicação sobre uma origem invisível e espiritual das ideias humanas e inimigos do poder absoluto dos reis, ou seja, eram antiteológicos, antimetafísicos e antimonárquicos. Os ideólogos foram partidários de Napoleão e apoiaram o golpe de 18 de Brumário, pois o julgavam um liberal e continuador das ideias da Revolução Francesa, no entanto, logo se decepcionam e começaram a fazer oposição ao governo napoleônico, quando viram nele o restaurador do Antigo Regime, ou seja, a monarquia que tanto criticavam (CHAUÍ, 2008; KONDER, 2002)

Na visão do imperador o grupo deu sinais de que desejava ensiná-lo a dirigir o Estado, o que o desagradou e, em 1812, em um discurso ao Conselho de Estado, Napoleão atribuiu o primeiro uso pejorativo e negativo do termo, que passa a ter um tom claramente desqualificador e que prevaleceu nas décadas seguintes. Napoleão declarou:

> "É a doutrina dos ideólogos - a essa metafísica difusa que artificialmente busca encontrar as causas primárias e sobre esse alicerce erigir a legislação dos povos, em vez de adaptar as leis ao conhecimento do coração humano e das lições da história – que se deve atribuir todos os infortúnios que se abateram sobre nossa amada França" (EAGLETON, 2019, p. 84).

Com isso Bonaparte inverte a imagem que os próprios ideólogos tinham de si mesmo, antimetafísicos, materialistas e realistas. No entanto, a acusação de Bonaparte em relação aos ideólogos franceses é infundada, mas não o seria se fosse em relação aos ideólogos alemães, criticados por Marx. "Marx conservará o significado napoleônico do termo: o ideólogo é aquele que inverte as relações entre as ideias e o real", ou seja, "a ideologia passa a designar um sistema de ideias condenadas a desconhecer sua relação com a realidade" (CHAUÍ, 2008, p. 28).

Eagleton (2019), ressalta que a ironia de Napoleão em suas acusações tem um fundo de verdade, uma vez que De Tracy e seus colegas atribuíam às ideias o papel de alicerce da vida social e acreditavam em uma política de princípios a priori. Ou seja, se por um lado eram

contrários ao idealismo metafísico que via as ideias como entidades espirituais, por outro, concordavam com sua crença de que toda a base da sociedade era sustentada pelas ideias. Mas a irritação de Napoleão era devida à impaciência do pragmatismo político com o intelectual radical, que ousava teorizar toda a formação social (EAGLETON, 2019). Em outras palavras, se Napoleão denuncia os ideólogos é porque estes estão "empenhados em desmistificar as ilusões sentimentais e a religiosidade divagante com a qual esperava legitimar seu governo ditatorial" (EAGLETON, 2019; p. 84).

O surgimento do conceito de ideologia, portanto, está relacionado com a luta revolucionária e figura, desde o início, como uma arma teórica da guerra de classes, "inseparável das práticas materiais dos aparelhos ideológicos de Estado e, enquanto noção, constitui ele próprio um palco de interesses ideológicos conflitantes" (EAGLETON, 2019; p. 85). Em outras palavras, o conceito de ideologia surgiu no ponto histórico em que o sistema de ideias percebeu sua própria parcialidade e a ascensão da burguesia obrigou a encontrar formas de discursos estranhas ou alternativas (EAGLETON, 2019).

Mas ao questionar o que se propõe a ideologia, ou seja, questionar a própria consciência que realiza a operação de examinar as origens da consciência humana, Eagleton (2019), expõe a contradição do conceito, que talvez no entender de Destutt de Tracy, "seja apenas um reflexo biologicamente determinado, sem nenhuma outra validade objetiva além dessa". Afinal, à ciência das ideias atribui-se um status transcendental, mas é justamente isso que suas próprias doutrinas colocam em dúvida (EAGLETON, 2019; p. 86).

Assim, o cerne da crítica de Napoleão aos ideólogos está na irracionalidade do racionalismo excessivo. Segundo Eagleton (2019), eles se isolaram da realidade prática e o termo ideologia "deixou de denotar um cético materialismo científico para significar uma esfera de ideias abstratas e desconexas, e é esse o significado da palavra que será então adotado por Marx e Engels" (EAGLETON, 2019; p. 86).

Segundo Thompson (2013), os escritos de Marx sobre ideologia ocuparam posição central na história do conceito de ideologia. Com Marx o conceito adquiriu um novo status como uma ferramenta crítica e como um componente integral de um novo sistema teórico. Por esse motivo, a próxima seção se dedica a apresentar o conceito de ideologia elaborado por Marx e seus adeptos.

2.4.2 A Concepção de Marx de Ideologia

Foi nos escritos de 1845-1846, no livro a Ideologia Alemã, só publicado em 1931, pensando a cultura política histórica alemã, que Marx e Engels caracterizaram e desenvolveram o conceito de ideologia de maneira nova e diz respeito à lógica do processo de inversão e alienação, em um sentido crítico negativo, não sendo, portanto, uma teoria das ideologias. Essa crítica foi dirigida principalmente aos ideólogos alemães Fauerbach, Strauss, Stirner e Bauer, os quais eram discípulos da filosofia hegeliana (CHAUÍ, 2008; EAGLETON, 2019).

Para Marx e Engels o processo de inversão e alienação está presente tanto nos poderes quanto nas instituições e, por isso, entendem que poderia também a consciência refletir esse processo. Para eles a consciência está, na verdade, estreitamente vinculada à prática social. No entanto, para os filósofos idealistas de que falam Marx e Engels, ela se torna dissociada dessas práticas e assim, mediante um processo de inversão, pode ser erroneamente compreendida como a própria origem e fundamento da vida histórica (EAGLETON, 2019). Dessa forma, "se as ideias são apreendidas como entidades autônomas, então isso ajuda a naturalizá-las e desistoricizá-las" (EAGLETON, 2019; p.87) e esse é o segredo de toda ideologia para Marx:

> "Os homens são os produtores de suas representações, de suas ideias e assim por diante, mas os homens reais, ativos, tal como são condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e pelo intercâmbio que a ele corresponde, até chegar às suas formações mais desenvolvidas. A consciência [Bewusstsein] não pode jamais ser outra coisa do que o ser consciente [bewusste Sein], e o ser dos homens é o seu processo de vida real. Se, em toda ideologia, os homens e suas relações aparecem de cabeça para baixo como numa câmera escura, este fenômeno resulta do seu processo histórico de vida, da mesma forma como a inversão dos objetos na retina resulta de seu processo de vida imediatamente físico. Totalmente ao contrário da filosofia alemã, que desce do céu à terra, aqui se eleva da terra ao céu. Quer dizer, não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou representam, tampouco dos homens pensados, imaginados e representados para, a partir daí, chegar aos homens de carne e osso; parte-se dos homens realmente ativos e, a partir de seu processo de vida real, expõe-se também o desenvolvimento dos reflexos ideológicos e dos ecos desse processo de vida. [...] Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência." (MARX; ENGELS, 2007).

Vale destacar que o quadro histórico desses pensadores foi marcado pelo rápido avanço das mudanças e transformações contraditórias das sociedades, com o advento da Revolução Industrial. Faltava a ideologia o espírito crítico e autocrítico sobre os conflitos internos do conhecimento humano em ligação com as mudanças históricas. Algumas indagações necessitavam de uma maior reflexão. As causas das transformações históricas eram causas exteriores aos homens? Ou eram homens que faziam a história? Que homens faziam a história? Todos? Alguns? Ou um herói iluminado? Para a compreensão e reflexão mais aprofundada sobre a questão da ideologia, os teóricos críticos precisavam assimilar um novo pressuposto

que não estava presente na cultura francesa: o sujeito. O sujeito como construtor do conhecimento (Kant) e como criador da própria realidade (Hegel) (KONDER, 2002).

A primeiras críticas de Marx aos seguidores das realizações de Hegel diz da pretensão desses filósofos em criticar apenas um aspecto da filosofia hegeliana e não a abarcar como um todo, assim os críticos hegelianos apenas substituíram a dialética hegeliana por uma "fraseologia" sem sentido e sem consistência (CHAUÍ, 2008). A segunda crítica diz que cada um desses filósofos tomaram um aspecto da realidade humano, converteram esse aspecto em uma ideia e passaram a deduzir todo o real a partir desse aspecto idealizado, acreditando estarem criticando o trabalho de Hegel. Para Marx, "eles não criticaram coisa alguma, ignoraram a filosofia alemã e, sobretudo, ignoraram a realidade histórica alemã" (CHAUÍ, 2008; p.35). Sobre os escritos de Fauerbach, Marx e Engels (2007), dizem:

> "Ele não vê que o mundo sensível que o rodeia não é uma coisa dada imediatamente por toda a eternidade e sempre igual a si mesma, mas o produto da indústria e do estado de coisas da sociedade, e isso precisamente no sentido de que é um produto histórico, o resultado da atividade de toda uma série de gerações, que, cada uma delas sobre os ombros da precedente, desenvolveram sua indústria e seu comércio e modificaram sua ordem social de acordo com as necessidades alteradas" (MARX; ENGELS, 2007, p. 30).

O pensamento de Hegel incide sobre o que justamente era assumido como dado da realidade, a separação, contraposição ou reencontro entre sujeito e objeto. Para ele, Hegel, a maior das questões do conhecimento é a busca das razões pelas quais sujeito e objeto aparecem diferenciados e contrapostos, redefinindo, assim, os termos subjetividade e objetividade bem como a relação entre eles (MARX; ENGELS, 2007). Para Hegel, "o movimento que constitui a realidade é o passar do subjetivo para o objetivo" (HEGEL, 1983; p.89) e a história não é uma sucessão de causas e efeitos, mas um processo dotado de uma força que produz os acontecimentos. Essa força é a contradição. Ou seja, entende a história como um processo temporal movido pelas contradições e cujo Sujeito é o Espírito como reflexão, o que é considerado idealista, pois o seu sujeito é idealista e o seu objeto também (CHAUÌ, 2008).

Esse processo de ligação entre a subjetividade e objetividade passa pela consciência é chamado por Hegel de estranhamento. Nesse sentido, para Hegel a existência do Estado era compreendida como um corpo estranho que submete a sociedade ao seu controle e, assim, resulta em um sintoma da chamada alienação, o estranhamento. Sobre esse estranhamento, Hegel diz:

> Não há nada que tenha um espírito nele mesmo fundado e imanente, mas [tudo] está fora de si em um estranho (alheio – fremd): o equilíbrio do todo não é a unidade em

> si mesma permanente, ou placidez dessa unidade em si mesma retornada, o todo, como cada momento singular, é uma realidade alienada de si mesma; ele se rompe em um reino onde a consciência-de-si é efetiva, como também seu objeto; e em um outro reino, o da pura consciência (...) (Hegel, 1993: 37).

Marx critica o idealismo hegeliano e, por isso, conserva muito de suas contribuições, na qual afirma que Hegel inverte a relação entre o que é determinante, a realidade material, e o que é determinado, as representações e conceitos acerca dessa realidade (KONDER, 2002). Marx e Engels examinam as causas e funções históricas dessa falsa consciência, inaugurando dessa maneira o principal significado moderno do termo cuja história investigavam (KONDER, 2002).

Entre as concepções conservada por Marx está o conceito de dialética, que a entende como um movimento interno de produção da realidade cujo motor é a contradição. No entanto, Marx aponta que a contradição não é a do Espírito consigo mesmo, entre sua face subjetiva e em sua face objetiva, mas ela se estabelece entre homens reais em condições históricas sociais reais e chama-se luta de classes (CHAUÍ, 2008; p. 47). Marx, contrapondo sua filosofia ao idealismo hegeliano, afirma na introdução do livro a Ideologia Alemã, sobre os "pressupostos incontornáveis para todo o ser humano":

> "os pressupostos de que partimos não são arbitrários, dogmas, mas pressupostos reais de que só se pode abstrair na imaginação. São os indivíduos reais, sua ação e as suas condições materiais de vida, tanto aquelas por eles já encontradas como as produzidas por sua própria ação (MARX; ENGELS, 2007, p. 14)

Nesse ponto, entende-se que a dialética marxista não é espiritualista ou idealista, e sim materialista. Para Marx, as relações sociais são entendidas como relações de produção, ou seja, é o modo pelo qual os homens produzem e reproduzem suas condições materiais de existência e o modo como pensam e interpretam essas relações. Assim, a dialética é materialista, pois seu motor não é o trabalho do espírito, mas o trabalho material propriamente dito: o trabalho como relação dos homens com a Natureza, para negar as coisas naturais enquanto naturais, transformando-as em coisas humanizadas ou culturais, produtos do trabalho (CHAUÍ, 2008).

O motor da dialética materialista é a forma determinada pelas condições de trabalho, ou seja, das condições de produção e reprodução da existência social dos homens, forma que é sempre determinada por uma contradição interna, isto é, pela luta de classes ou pelo antagonismo entre proprietários dos meios de produção e não-proprietários (KONDER, 2002)

Nos Fundamentos para a Contribuição à Crítica da Economia Política, Marx define a relação de produção não como um dado, mas como uma força social criada pelas ações

econômicas e políticas dos agentes sociais, independentemente de sua vontade ou de sua consciência, assim Chauí (2008, p. 61), prossegue sobre a consciência:

> "A consciência, prossegue o texto de a Ideologia Alemã, estará indissoluvelmente ligada às condições materiais de produção de existência, das formas de intercâmbio e de cooperação, e as ideias nascem da atividade material. Isso não significa, porém, que os homens representem nessas ideias a realidade de suas condições materiais, mas ao contrário, representam o modo como essa realidade lhes aparece na experiência imediata. Por esse motivo, as ideias tendem a ser uma representação invertida do processo real, colocando como origem ou como causa aquilo que é efeito ou consequência, e vice-versa"

A forma inicial da consciência é a alienação (Entfremdung ou Entäusserung, em alemão), Marx a designa como:

> "a) uma separação (separação entre o homem e sua natureza, separação entre o trabalhador e os seus produtos); b) uma inversão (inversão das relações entre o homem e Deus, da vida social e da vida política, da atividade humana e das relações econômicas); e c) uma opressão do sujeito pelo objeto (submissão dos homens às representações religiosas, dominação da vida social pelo Estado, opressão dos trabalhadores pelo capital)" (LÖWY; DUMÉNIL; RENAULT, 2015, p. 13).

Para Marx, a alienação na esfera econômica e da produção material é o pressuposto para entender a problemática da alienação religiosa, filosófica e política (LÖWY; DUMÉNIL; RENAULT, 2015) e por ser a alienação "a manifestação inicial da consciência, a ideologia será possível, as ideias serão tomadas como anteriores à práxis, como um poder espiritual autônomo que comanda a ação material dos homens" (CHAUÍ, 2008; p.62). De outro modo, a alienação foi descrita como o fenômeno através do qual o produto do trabalho "surge frente ao trabalho como um ente estranho, como uma potência independente do produtor" (MARX, 1976, p. 298).

Sobre a consciência e crítica da filosofia de Fauerbach, Marx e Engels afirmam:

> "A consciência (Bewusstsein) não pode jamais ser outra coisa do que o ser consciente (bewusste Sein), e o ser dos homens é o seu processo de vida real. Se, em toda ideologia, os homens e suas relações aparecem de cabeça para baixo como numa câmara escura, este fenômeno resulta do seu processo histórico de vida, da mesma forma como a inversão dos objetos na retina resulta de seu processo de vida imediatamente físico. ... A moral, a religião, a metafísica e qualquer outra ideologia, bem como as formas de consciência a elas correspondentes, são privadas, aqui, da aparência de autonomia que até então possuíam. Não tem história, nem desenvolvimento; mas os homens, ao desenvolverem sua produção e seu intercâmbio materiais, transformam também, com esta sua realidade, seu pensar e os produtos de seu pensar. Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência. No primeiro modo de considerar as coisas, parte-se da consciência como do indivíduo vivo; no segundo, que corresponde à vida real, parte-se dos próprios indivíduos reais, vivos, e se considera a consciência apenas como sua consciência" (MARX; ENGELS, 2007, p. 94)

Assim, observa-se que a compreensão de ideologia para Marx retrata a visão invertida dos homens sobre suas relações que irão formar a sua consciência social, que "é a expressão das relações que os seres humanos estabelecem para produzir sua vida" (IASI, 2014, p. 12). Os pressupostos da ideologia na concepção de Marx e Engels é retratado como:

> "As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante (...) As ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal (ideológica [variante no manuscrito]) das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação. Os indivíduos que compõem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também consciência e, por isso, pensam; na medida em que dominam como classe e determinam todo o âmbito de uma época histórica..." (Marx e Engels, 2007: 47).

Portanto, os autores veem a divisão do trabalho como a divisão dos interesses econômicos e antagônicos que passam a refletir na esfera política e na divisão da sociedade em classes (CHAUÍ, 2008; IASI, 2014) e introduzem a concepção que desnaturaliza a força imanente dos valores e ideias que constituem uma determinada consciência social, ou seja, "uma classe é dominante não porque universalizou suas ideias, mas universalizou ideias porque é a classe dominante" (IASI, 2014).

Em suma, a divisão social constituída por duas classes, a classe burguesa e a classe operária, possuem interesses particulares e antagônicos. Como forma de criar um interesse comum, o qual seja bom para todos, há no Estado a figura que coloca os interesses comuns como a forma aceita. No entanto, nem sempre os interesses comuns são os interesses de todos, mas ocorre uma prevalência de interesses sobre outros, sendo que os interesses que prevalecem são os da classe dominante, que possuem o domínio econômico e, assim, a esfera política passa a ser vista pela ótica econômica (CHAUÍ, 2008). Nesse aspecto, a sociabilidade social formada pelo antagonismo das classes produzirá uma alteração em "como os seres humanos expressam essas relações na forma de valores, juízos, concepções de mundo, em síntese, em uma consciência social" (IASI, 2014, p. 13).

Em suma, o conceito marxista clássico de ideologia, segundo Lowy (1988), para Marx e Engels, ideologia é um "conjunto de ideias que procura ocultar a sua própria origem nos interesses sociais de um grupo particular da sociedade". Ou seja, para Marx e Engels o conceito de ideologia é como uma ilusão ou uma falsa consciência, que é formada pela inversão da realidade. Portanto, para Marx esse modelo de consciência social ainda não é a ideologia propriamente dita, embora seja vivida, embora seja obviamente errônea e ilusória, a ideologia só emerge com a divisão do trabalho e a cisão das classes (ZIZEK, 1996).

Para Marx e Engels, o termo "ideologia" adquire um significado intrinsecamente crítico, representando um "conjunto de ideias que procura ocultar a sua própria origem nos interesses sociais de um grupo particular da sociedade". Nessa concepção, a ideologia não é meramente uma expressão neutra de pensamentos ou crenças, mas, ao contrário, é vista como uma construção intencional que dissimula suas raízes nos interesses específicos de determinados estratos sociais. Essa perspectiva implica que a ideologia serve como uma espécie de véu, obscurecendo as relações de poder subjacentes e contribuindo para a manutenção do status quo. Para Marx e Engels, a ideologia é, portanto, entendida como uma forma de ilusão ou falsa consciência, na medida em que distorce a realidade ao inverter as percepções, favorecendo os interesses dominantes em detrimento da compreensão verdadeira das dinâmicas sociais. Essa análise crítica fundamenta-se na ideia de que as ideologias não são meras representações ingênuas da realidade, mas sim instrumentos de legitimação que perpetuam as estruturas de poder existentes.

2.4.3 Das Diferentes Concepções de Ideologia à Hegemonia

Para Thompson (2013), quando se emprega o termo ideologia, seja na análise da vida social, política ou no cotidiano, usa-se um conceito que tem um longo e complicado histórico. Por essa razão, seu conceito atualmente, por vezes, pode ser considerado ambíguo, com múltiplos usos e significados diferentes e convenientes, porém nem todos compatíveis entre si (EAGLETON, 2019; THOMPSON, 2013).

Na tentativa de domar o conceito e se livrar da ambiguidade histórica e até mesmo de sua conotação negativa, diversos pensadores, estudiosos, filósofos se empenharam na tarefa de defini-lo ao longo dos últimos dois séculos (THOMPSON, 2013). Thompson (2013) distingue dois tipos de concepção de ideologia, uma concepção neutra e outra crítica.

As concepções neutras de ideologia são aquelas que classificam um fenômeno como ideológico “sem implicar necessariamente que esses fenômenos sejam enganosos, ilusórios ou alinhados com os interesses de qualquer grupo” (THOMPSON, 2013). Nesse sentido, ideologia é compreendida como um aspecto da vida social, em que não é nem mais nem menos atraente ou problemática do que qualquer outro. (THOMPSON, 2013). Entre os autores que desenvolveram essa concepção estão Destutt de Tracy, Lênin, Luckács e Mannhein, Já as concepções críticas de ideologia são aquelas que contém um senso negativo, crítico ou pejorativo (EAGLETON, 2019). Ao contrário da concepção neutra, a crítica vê a ideologia

como um fenômeno ilusório, unilateral e enganador (THOMPSON, 2013). Entre os autores que desenvolveram essa concepção estão Napoleão, Marx e Mannheim (EAGLETON, 2019).

Eagleton (2019), considera que se pode definir ideologia de seis formas diferentes, com um enfoque progressivamente mais nítido da primeira para a última. Em sua primeira concepção de ideologia, Eagleton (2019) ressalta que uma definição política e epistemologicamente neutra se assemelha ao conceito mais amplo de cultura. Nessa definição, ideologia pode ser compreendida como "um processo material geral de produção de ideias, crenças e valores na vida social" (EAGLETON, 2019; p. 45). Para Eagleton (2019), a ideologia, ou cultura, denotaria todo o complexo de práticas significantes e processos simbólicos em uma sociedade particular, aludiria a como os indivíduos vivem nos diferentes âmbitos da vida. No entanto, diferentemente da cultura, que englobaria todas as práticas e instituições de uma vida, a ideologia se ocuparia particularmente dos signos, significado e valores codificados nas atividades sociais (EAGLETON, 2019).

O segundo significado está relacionado a uma autoexpressão do coletivo, de uma visão de mundo dominante, portanto "diz respeito a ideias e crenças (verdadeiras ou falsas) que simbolizam as condições e experiências de vida de um grupo ou classe específico, socialmente significativo" (EAGLETON, 2019; p.45). Já um terceiro significado relaciona ideologia "a promoção de interesses de grupos sociais em face de interesses opostos". Este último implica na suposição de que a ideologia é um discurso orientado para a ação subordinada ao favorecimento de interesses e desejos a-racionais (EAGLETON, 2019; p. 46).

Uma definição ainda epistemologicamente neutra diz que ideologia "conserva a ênfase na promoção e legitimação de interesses setoriais, restringindo-a, porém, às atividades de um poder social dominante" (EAGLETON, 2019; p. 46). Para Eagleton (2019, p.46), essa definição "supõe que ideologias dominantes contribuam para unificar uma formação social de maneira que sejam convenientes para seus governantes", garantindo a cumplicidade das classes e grupos subordinados (EAGLETON, 2019).

Enquanto a apuração de uma quinta definição diz que "ideologia significa as ideias e crenças que ajudam a legitimar os interesses de um grupo ou classe dominante, mediante sobretudo a distorção e a dissimulação" (EAGLETON, 2019; p.46). Por fim, a possibilidade de uma sexta definição aproxima-se da teoria de Marx sobre o fetichismo da mercadoria, que considera as crenças falsas ou ilusórias não oriundas dos interesses de uma classe dominante, mas da estrutura material do conjunto da sociedade como um todo (EAGLETON, 2019).

Para Chauí (2008), a ideologia é um corpo explicativo de representações e prático com normas, regras e preceitos, de caráter prescritivo, normativo, regulador, cuja função é dar uma explicação racional aos membros de uma sociedade dividida em classes "para as diferenças sociais, políticas e culturais, sem jamais atribuir essas diferenças à divisão da sociedade em classes a partir das divisões na esfera da produção" (CHAUÍ, 2008; p. 109).

Para Augusto Comte (1798-1857), considerado o pai do pensamento positivista na França, o termo ideologia passa a ter dois significados: no primeiro continua sendo a atividade filosófica que estuda a formação das ideias a partir da relação entre o corpo humano e o meio ambiente, no segundo passa a significar um conjunto de ideias de uma época (CHAUÍ, 2008). As fases do progresso humano, segundo Comte, levam o espírito humano a criar um conjunto de ideias para explicar a totalidade dos fenômenos, as quais constituem a ideologia de cada fase. A explicação da transformação do espírito humano, com base no positivismo de Augusto Comte, é constituído de três fases sucessivas: o fetichismo ou teológica, a qual os homens explicam a realidade por meio de ações dividas; a fase metafísica, na qual a explicação é dada por meio de princípios gerais e abstratos; e a fase positiva ou científica, na qual os homens observam a realidade, analisam, encontram leis gerais e necessárias para os fenômenos naturais e humanos e elaboram uma ciência da sociedade, que serve de princípio para a ação individual (moral) e para a ação coletiva (política). Para Comte, ideologia é sinônimo de teoria e é compreendida como a organização sistemática de todos os conhecimentos científicos. Assim, a ideologia "passa a ter um papel de comando sobre a prática dos homens", que são submetidos aos critérios do teórico ou do cientista antes de agir (CHAUÍ, 2008).

A concepção positivista de ideologia como um conjunto de conhecimento pode ser considerada reducionista, por três motivos: i) reduz a teoria a simples organização sistemática de ideias, sem indagar o papel da teoria de explicação e interpretativo dos fenômenos naturais; ii) estabelece uma ordem hierarquizada entre teoria e prática, colocando a teoria, detentora das ideias, como superior a prática, pois esta é ignorante; iii) concebe a prática como mero instrumento que aplica regras, normas e princípios vindos da teoria (CHAUÍ, 2008).

Este último leva à falsa noção de harmonia entre teoria e ação, uma vez que "quando as ações humanas contradisserem as ideias, serão tidas como desordem, caos, anormalidade e perigo para a sociedade". No lema Ordem e Progresso pode-se estar a relação de causa e efeito, pois segundo Comte, não existe progresso sem ordem e só há ordem onde a prática estiver subordinada a teoria. Assim, está implícito que "o poder pertence a quem possui o saber" (CHAUÍ, 2008, p. 31).

David Émile Durkheim (1858-1917), sociólogo francês, considerava a sociologia uma nova ciência, que poderia ser usada para elucidar questões filosóficas tradicionais, mediante análise empírica. Com o objetivo de dar a sociologia o aparato científico, Durkheim pensou que a realidade social deveria ser tratada como uma coisa, assim como o cientista da natureza trata os fenômenos naturais, dando objetividade e neutralidade na análise do cientista social (GIDDENS, 2012). Assim, diz que a ideologia é todo conhecimento da sociedade que não respeite aos critérios de objetividade científica. Tratar o fato social como coisa científica, "nada mais é do que um dado previamente isolado, classificado e relacionado com outros por meio da semelhança ou constância das características externas" (CHAUÍ, 2008, p. 33).

Para o marxista húngaro Gyorgy Lukács (1885-1971), a característica fundamental da ideologia seria o fato dela prestar à orientação da vida prática dos indivíduos, ou seja, teria uma função operativa e existiria desde o momento em que os homens vivem em coletividade. Para Lukács a ideologia não seria um fenômeno apenas das sociedades divididas em classes, pois ela não tem necessariamente um caráter dissimulador da luta de classes. Assim, como pensava Marx, o fato de que a ideologia burguesa oculta a realidade se originaria, por um lado, de sua própria incapacidade de ver a realidade em sua totalidade e, por outro lado, da necessidade, comum a todas as classes dominantes de tornar universais os seus interesses particulares a fim de garantir a estabilidade social (KONDER, 2002).

No entanto, Lukács considera a ideia de Marx e Engels de que a ideologia se trata de uma consciência social com a função de manter e reproduzir uma dominação de classe, um tanto restrita, como destaca Iasi (2014), ele propõe uma aproximação mais ampla do conceito:

> "...trata -se da diferença entre posições teleológica primárias (aquelas que se referem a relação dos seres humanos com a natureza, o trabalho, por exemplo) e posições teleológicas secundárias (as que se referem a relação entre os seres humanos). Neste segundo momento os seres humanos procuram expressar em sua consciência as contradições do mundo real produzindo objetivações ideais (ideias, valores, juízos, normas morais, etc.) que os ajudam a enfrentar e resolver estes conflitos em uma determinada direção. Ora, não há forma social (independente de seu grau de desenvolvimento ou da forma de suas relações sociais) na qual não haja contradições a serem compreendidas e enfrentadas e, neste processo, a intervenção de produtos da ideação e da consciência como mediações desta resposta" (IASI, 2014).

Ao contrário de Luckács, Adorno não vê a ideologia como uma questão de consciência, mas de estruturas materiais de troca de mercadorias. Para Adorno, a identidade é a forma primal de toda ideologia, cujo princípio se baseia em um processo que foi aperfeiçoado no mundo reificado, burocratizado e administrado do capitalismo avançado, visão essa compartilhada pelo seu colega na Escola de Frankfurt, Herbert Marcuse. A ideologia, em resumo, é um sistema

totalitário que geriu e processou todos os conflitos sociais até privá-los de existência (EAGLETON, 2019; p.143).

Pensador, filósofo, marxista e ativista político, Antônio Gramsci é considerado uma das grandes influências intelectuais do século XX, cuja teoria tem o seu ponto forte o desenvolvimento do conceito de hegemonia e adquire um novo tipo de centralidade, que transcende seu uso tático ou estratégico e se torna o conceito chave na compreensão da própria unidade existente em uma formação social concreta (LACLAU; MOUFFE, 2015). Nas palavras de Barrett (1996, p. 317), "Gramsci é uma espécie de paradoxo no pensamento político radical", tanto pela sua abordagem menos determinista do marxismo, da política, da cultura e da ideologia, quanto pela sua teoria da hegemonia (BARRETT, 1996).

Portanto, a contextualização e a distinção que esse pensador fez entre ideologia e hegemonia faz-se necessária. Inserido em um contexto de grandes fatos e mudanças históricas, como a primeira Guerra Mundial, a Revolução Bolchevique e a ascensão do fascismo, Gramsci foi um intelectual alimentado por ressentimentos de classe e ressentimentos regionalistas profundos que marcaram a Itália, principalmente nas primeiras décadas do século XX (YAMALTI, 2015).

De grande militância política, filiou-se ao Partido Socialista Italiano em 1913, posicionando-se contra a guerra e contra Benito Mussolini, que na época, estava sendo excluído do Partido que acabara de filiar-se e defendia a posição de neutralidade perante a guerra. Com o crescimento de greves e protestos dos trabalhadores, principalmente pós-guerra, Gramsci liderou a fração comunista do partido. Em 1921 participou da fundação do Partido Comunista da Itália, que propunha metas revolucionárias, superando a tendência reformista do PSI. Foi eleito deputado pelo PCI em 1924, quando também se tornou secretário geral do partido, cujo principal alvo era o combate às forças fascistas do governo. A grande oposição ao fascismo o fez ser perseguido pelo regime e em 1926, mesmo com imunidade parlamentar, foi aprisionado na remota ilha de Ustica em Palermo e em 1927 foi transferido para o cárcere de Melam, onde permaneceu por cerca de dez anos e desenvolveu seus principais escritos que mais tarde comporiam a obra Cadernos de um Cárcere. Faleceu em 27 de abril de 1937, em Roma, aos quarenta seis anos de idade. A produção do cárcere preocupou-se com uma reformulação teórica capaz de superar os paliativos desenvolvidos pela sociedade burguesa para neutralizar a revolução socialista e dar solução às crises do capitalismo (YAMALTI, 2015).

Nesse contexto, Gramsci utiliza o termo hegemonia para designar "a maneira como um poder governante conquista o consentimento dos subjugados a seu domínio", apesar de, por

vezes utilizar o termo para designar conjuntamente consentimento e coerção (EAGLETON, 2019; p. 128). Uma distinção imediata entre ideologia e hegemonia é que esta é uma categoria mais ampla do que a ideologia, "inclui a ideologia, mas não pode ser reduzida a ela" (EAGLETON, 2019; p. 128). Alves (2010, p. 72) ressalta que a noção de hegemonia de Gramsci é "mais elaborada e adequada para pensar as relações sociais, sem cair no materialismo vulgar e no idealismo encontrados na tradição". Suas raízes "residem nos debates sobre a necessidade da "hegemonia" (influência persuasiva) do proletariado sobre o campesinato no período pré-revolucionário na Rússia" (BARRETT, 1996).

Na conceituação de hegemonia de Gramsci é evidente a influência dos pressupostos leninistas em sua teoria e ação política (SOBRAL; RIBEIRO, 2020). O primeiro texto em que o conceito de hegemonia é utilizado é em "Notas sobre a questão meridional" de 1926, quando se observa uma abordagem puramente leninista (LACLAU; MOUFFE, 2015). Posteriormente, em Cadernos de um Cárcere, o próprio Gramsci deixa evidente essa influência em sua obra, quando se refere a Lênin por meio das expressões "Vilitch", "Ilitch", pseudônimo de Vladimir Ilitch Ulianov, como forma de escapar da censura dos dirigentes da prisão.

> A proposição contida na introdução à Crítica da economia política, segundo a qual os homens tomam consciência dos conflitos de estrutura no terreno das ideologias, deve ser considerada como uma afirmação de valor gnosiológico e não puramente psicológico e moral. Disto decorre que o princípio teórico-prático da hegemonia possui também um alcance gnosiológico; e, portanto, é nesse campo que se deve buscar a contribuição teórica máxima de Ilitch à filosofia da práxis. Ilitch teria feito progredir efetivamente a filosofia como filosofia na medida em que fez progredir a doutrina e a prática política. A realização de um aparelho hegemônico, enquanto cria um terreno ideológico, determina uma reforma das consciências e dos métodos de conhecimento, é um fato de conhecimento, um fato filosófico. Em linguagem crociana: quando se consegue introduzir uma nova moral conforme a uma nova concepção do mundo, termina-se por introduzir também esta concepção, isto é, determina-se uma completa reforma filosófica" (GRAMSCI, 1999, p. 320).

Para Sobral e Ribeiro (2020, p. 93), Gramsci "não pretendia criar algo novo, mas apurar o conceito de hegemonia cunhado por Lenin, ponto fundamental de sua teorização". De fato, o conceito de hegemonia de Gramsci está bem próximo ao de Lenin, no entanto, ambos divergem quanto a preeminência da direção cultural e ideológica (PORTELLI, 1977). Enquanto Lenin destaca o caráter coercitivo da hegemonia com foco na ditatura da burguesia e do proletariado e do caráter puramente político, Gramsci "destaca a importância de formar uma classe dirigente que se mantenha pelo consentimento das massas e não apenas pela força coercitiva" (ALVES, 2010, p. 73). Nas palavras de Portelli (1977):

> "o problema essencial para ele [Lênin] é a derrubada, pela violência, do aparelho de Estado: a sociedade política é o objetivo e, para atingi-lo, uma prévia hegemonia política é necessária: hegemonia política porque a sociedade política é mais importante, em suas preocupações estratégicas, do que a civil […] Gramsci, ao contrário, situa o terreno essencial da luta contra a classe dirigente na sociedade civil: o grupo que a controla é hegemônico e a conquista da sociedade política coroa essa hegemonia, estendendo-a ao conjunto do Estado (sociedade civil mais sociedade política). A hegemonia gramscista é a primazia da sociedade civil sobre a sociedade política" (PORTELLI, 1967; p.78).

Para Grupp (1978) *apud* Sobral e Ribeiro (2020, p. 94), a hegemonia em Gramsci é compreendida "como a capacidade de viabilizar uma base social ao Estado proletário". Tal concepção diz que

> "a hegemonia do proletariado se realiza na sociedade civil, ao passo que a ditadura do proletariado é o aspecto estatal, no sentido restrito, assumido pela hegemonia. Contudo, também é imprescindível constituir-se como força capaz de reprimir as classes adversárias a transformação radical da forma de sociabilidade capitalista" (SOBRAL; RIBEIRO, 2020, p. 95).

Os principais aspectos do pensamento gramsciano articulam-se em torno do conceito-chave de bloco histórico. Este bloco forma um conjunto complexo em qual Gramsci distingue duas esferas essenciais: a sociedade política, que agrupa o aparelho do Estado, e a da sociedade civil, que compõe a maior parte da superestrutura (PORTELLI, 1977). Esses elementos se integrariam e coexistiriam pela ideologia, o que, segundo Barrett (1996), conduziu o trabalho de Gramsci, "sobre o que se denominou de funções socialmente "cimentadoras" da ideologia e sobre os modos como o consentimento é obtido num nível não violento" (BARRET, 1996; p. 321).

A sociedade civil é composta por um complexo de relações que se articulam de forma dinâmica. Nessas relações, Gramsci designa uma organização que ele chama de estrutura ideológica. Essa estrutura é entendida como a organização material destinada a manter, defender e desenvolver a frente teórica e, portanto, a forma como a classe dirigente propaga seus ideais e mantém sua dominação sobre os subalternos. É formada não somente pelas organizações cuja função é difundir a ideologia, mas também pelos meios de comunicação social e todos os meios que podem influenciar a opinião pública. Para Gramsci, as organizações com a função de propagar a ideologia dominante são a Igreja, a organização escolar e as organizações de imprensa (PORTELLI, 1977).

A sociedade política é compreendida por Gramsci como o oposto da sociedade civil e agrupa o conjunto das atividades da superestrutura relacionadas à função de coerção. Tal coerção não se limita ao uso da força militar, mas diz respeito igualmente ao governo jurídico, a força legal. Há dois momentos da coerção, que define a sociedade política pela situação em

que é utilizada. Um momento quando a coerção legal é utilizada de forma legal para manter a dominação e, em outro, quando a classe dirigente perde o controle da sociedade civil e apoia-se na sociedade política para lograr e manter sua dominação. Nos dois casos, a sociedade política apoia-se no aparelho do Estado (PORTELLI, 1977).

Sociedade civil e política não são esferas separadas e independentes da superestrutura. Na realidade, como enfatiza Portelli (1977, p. 35), "essa divisão funcional deve situar-se no quadro de uma unidade dialética em que consenso e coerção são utilizados alternativamente e em que o papel exato das organizações é mais fluido". Na realidade, "a classe dominante combina e utiliza uma e outra, no exercício de sua hegemonia" (PORTELLI, 1977; p.38). O problema das relações entre sociedade civil e política são, portanto, aspectos da hegemonia da classe dominante. Sua distinção metodológica não deve se tornar orgânica sob pena de incorrer em erros teóricos: os sindicatos italianos e partidários do livre comércio apoiaram-se em tal distinção para afirmar que o Estado não deveria intervir no jogo da economia de mercado. No entanto, o próprio "liberalismo é uma regulamentação de caráter estatal, introduzida e mantida por vias legislativa e coercitiva" (PORTELLI, 1977; p. 42). Dessa forma, afirma Portelli (1977), quando tal erro é evitado, a distinção entre sociedade civil e política é essencial para "resolver os problemas estratégicos e práticos pela derrubada do sistema hegemônico da classe dirigente" (PORTELLI, 1977; p.42).

Em Cadernos do Cárcere, Gramsci ao falar de uma concepção de mundo e da filosofia, ressalta que esta se transformou em um movimento cultural, em uma religião, em uma fé e que produziu uma atividade prática contida em uma premissa teórica implícita, uma ideologia (GRAMSCI, 1999). Gramsci (1999) ressalta sua visão de ideologia da seguinte maneira:

> "uma ideologia, pode-se dizer, desde que se dê ao termo ideologia o significado mais alto de uma concepção de mundo, que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações de vida individuais e coletivas, isto é, o problema de conservar a unidade ideológica em todo o bloco social que está cimentado e unificado justamente por aquela determinada ideologia" (GRAMSCI, 1999, p. 98)

|Para Gramsci (1999) não existe uma filosofia geral, mas sim diversas filosofias ou concepções de mundo, e sempre se faz uma escolha entre elas. Desse modo, questiona como ocorre essa escolha e qual seria a verdadeira concepção de mundo: a que ocorre pela escolha intelectual ou a que resulta da atividade de cada um, que está implícita em sua ação? E se a ação é uma ação política, não poderíamos dizer que a ação de cada um está contida em sua política? (GRAMSCI, 1999). Gramsci (1999) diz que esse contraste entre pensar e agir, ou seja, a coexistência de duas concepções de mundo, uma afirmada por palavras e a outra manifestando-

se na ação efetiva, nem sempre se deve a má fé, ainda mais quando o contraste se verifica nas manifestações de amplas massas, quando é a expressão de contrastes mais profundos de natureza histórico-social (GRAMSCI, 1999).

Por isso um grupo social, que tem sua própria concepção de mundo, ainda que embrionária, em uma situação de submissão insubordinação intelectual em relação a outro grupo, adota a visão de mundo deste, mesmo que ela esteja em contradição com sua atividade prática (ALVES, 2010; GRAMSCI, 1999). Gramsci (1999, p. 97) conclui, portanto, que "não se pode destacar a filosofia da política; ao contrário, pode-se demonstrar que a crítica de uma concepção de mundo são, também elas, fatos políticos"

Nesse sentido, conquistar a hegemonia é estabelecer liderança moral, política e intelectual na vida social, difundindo sua própria visão de mundo pelo tecido da sociedade como um todo, igualando, assim, o próprio interesse com o da sociedade em geral" (EAGLETON, 2019; p. 131). De outra maneira, a classe fundamental, compreendida por Gramsci como os intelectuais, no nível estrutural dirige a sociedade pelo consenso, que ela obtém por meio do controle da sociedade civil, que é caracterizado pela difusão de uma concepção de mundo sobre as demais camadas sociais, tornando-se assim senso comum e "pela constituição de um bloco histórico homogêneo, ao qual cabe a gestão da sociedade civil" (PORTELLI, 1977; p. 82).

Na visão de Gramsci, conquistar a hegemonia é estabelecer a liderança moral, política e intelectual na vida social, por meio da difusão de sua própria visão de mundo pelo tecido da sociedade como um todo e, então, igualando o seu próprio interesse com o da sociedade em geral (EAGLETON, 2019). Esse domínio consensual não é exclusividade do capitalismo, mas um certo grau de consentimento entre seus subalternos é necessário em qualquer forma de poder político para que seja durável e bem fundado (EAGLETON, 2019). Desse modo, para que o Estado exerça seu poder de forma não violenta, sob o risco de perder credibilidade ideológica, é preferível que "o poder permaneça convenientemente invisível, disseminado por toda a textura da vida social e, assim, naturalizado como costume, hábito, prática espontânea" (EAGLETON, 2019; p. 132).

A hegemonia não é apenas um tipo bem-sucedido de ideologia, mas pode ser decomposta em seus aspectos ideológicos, culturais, políticos e econômicos (EAGLETON, 2019). A melhor maneira de compreender a hegemonia é por meio da indagação "como o estado pode governar sem coerção?", ou seja, compreender os processos pelos quais são construídas formas subordinadas de consciência, sem recurso à violência (BARRET, 1996). Diferente da hegemonia, a ideologia refere-se à "maneira como as lutas de poder são levadas a cabo no nível

da significação, e, embora tal significação esteja envolvida em todos os processos hegemônicos, ela não é em todos os casos o nível dominante pelo qual a regra é sustentada" (EAGLETON, 2019; p. 129).

Althusser (1996) corrobora dizendo que que nenhuma classe é capaz de deter o poder estatal por um período prolongado sem, ao mesmo tempo, exercer a hegemonia dentro do que chamou de Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE), que segundo Althusser (1996; p. 150), "refere-se a um certo número de realidades que se apresentam o observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas". Althusser (1996) considera como exemplos de Aparelhos Ideológicos de Estado, o religioso, o escolar, o familiar, o jurídico, o político, o sindical, a imprensa e o cultural. Todos esses aparelhos funcionam maciça e predominantemente pela ideologia, "mas também funcionam secundariamente pela repressão, ainda que, no limite, mas somente no limite, esta seja muito atenuada e escondida, até mesmo simbólica" (ALTHUSSER, 1996, p. 150).

2.4.4 Ideologia e Mídia Corporativa

Já não é uma novidade que cientistas sociais veem na mídia uma forte ferramenta capaz de influenciar a visão de mundo e estimular certas atitudes que impactam de forma direta e indireta o ambiente em que se estabelece as relações sociais e, portanto, detém o poder de doutrinar (ABDULMAJID, 2019; FAIRCLOUGH, 2001b; HARDY, 2001).

Para Fairclough (2001), a mídia de notícias efetiva o trabalho ideológico de transmitir as vozes do poder em uma forma disfarçada e oculta. A incorporação de pontos de vista ideológicos nos discursos é considerada um argumento primário nos estudos do discurso em geral e em sua abordagem crítica (ABDULMAJID, 2019). Acredita-se que a noção de ideologia contida nos discursos transcende as práticas discursivas textuais e permeia outas formas de discurso, visto que os meios de comunicação utilizam múltiplas plataformas para atingir o público (ABDULMAJID, 2019).

Nesse sentido, a mídia corporativa, entendida como pertencente a um conjunto maior denominado indústria do *management*, contribui para a homogeneização de ideias, conceitos e práticas administrativas, apresentando-se como um importante veículo na disseminação de ideologias na sociedade (COSTA; BARROS; MARTINS, 2012a). Além disso, a mídia corporativa articula e difunde uma visão de mundo que edifica ideias, comportamentos, o envolvimento de atores políticos e a influência em projetos econômicos (ABDULMAJID, 2019; COSTA; BARROS; MARTINS, 2012a).

Nesse sentido, Thompson (2013) compreende a ideologia como uma maneira pela qual o significado estabelece e mantém relações de poder que são sistematicamente assimétricas e, portanto, mantém relações de dominação. “Ideologia, em linhas gerais, é o significado a serviço do poder” (THOMPSON, 2013, p. 225) e, portanto, trata-se de um aspecto da vida social, tão real quanto qualquer outro, evitando, assim, pensar a ideologia pela concepção citada por Marx, de que a ideologia seria uma ilusão e funciona como câmera obscura, que representa o mundo por meio de uma imagem invertida (THOMPSON, 2013). A vida social, segundo Thompson (2013; p.277), “é até certo ponto, um campo de contestações em que a luta ocorre por meio de palavras e símbolos, bem como por meio do uso da força física”.

Corroborando, o filósofo soviético Voloshinov entende que linguagem e ideologia são em certo sentido idênticas, mas em outro não o são. Tal fato se comprova pelas posições ideológicas contendoras que podem articular-se na mesma língua nacional, na mesma comunidade linguística e “isso significa que o signo se torna uma arena de luta de classes”

(EAGLETON, 2019; p. 209). E como em uma guerra de forças, um signo social particular é puxado de um lado para o outro de acordo com interesses sociais em competição, inscrito por uma multiplicidade de sotaques ideológicos, que lhe dão dinamismo e vitalidade (EAGLETON, 2019). Dessa maneira, Voloshinov compreende ideologia "como a luta de interesses sociais antagônicos no nível do signo" (EAGLETON, 2019; p. 209).

Nesse sentido, com o objetivo de identificar as estratégias de como a ideologia pode operar, Thompson (2013) distingue cinco maneiras, são elas: legitimação, dissimulação, unificação, fragmentação e reificação, Quadro 1. Esses modos, segundo o autor, indicam as formas pelas quais podem ser associados a várias estratégias ou que ele chamou de construções simbólicas. O autor ressalta que esses não são os únicos modos que a ideologia pode operar ou que eles sempre operam independente um do outro, pelo contrário, esses modos podem se sobrepor e reforçar um ao outro e, em certas circunstâncias, a ideologia pode operar de outra forma. Da mesma forma, o autor salienta que as estratégias não necessariamente estarão sempre associadas exclusivamente aos modos propostos ou que as estratégias são as únicas, o que se pode dizer é "que certas estratégias são tipicamente associadas a certos modos, embora se reconheça que, em certas circunstâncias, qualquer estratégia pode servir a outros propósitos e qualquer modo pode ser atualizado de outros maneiras" (THOMPSON, 2013; p. 1309).

Tabela 1 - Modos e estratégias de operação da Ideologia

Modo de Operação da Ideologia	Estratégia Linguística	Explicação
Legitimação	Racionalização Universalização Narrativização	Justificar ou racionalizar relações sociais Argumenta que as relações institucionais que servem a alguns grupos estão beneficiando a todos As relações sociais atuais estão localizadas dentro de tradições e histórias do passado
Dissimulação	Deslocamento Eufeminização Tropo	Usando um termo que normalmente se refere a outra coisa Mudança na linguagem descritiva que dá às relações sociais um viés positivo Inclui sinédoque, metonímia e metáfora
Unificação	Padronização Simbolização da Unidade	Padronização de linguagem ou indivíduos para criar uma união de indivíduos ou grupos Adoção de um conjunto compartilhado de símbolos para criar uma identidade coletiva entre grupos
Fragmentação	Diferenciação Expurgação do outro	Ênfase na diferença entre grupos Criando um inimigo em comum – unir pessoas em oposição
Reificação	Naturalização Eternização Nominalização Passivização	Apresentar situações como naturais e como resultado de um processo histórico natural Retratando situações sem o seu histórico Atores a ação dentro de uma frase são transformados em substantivos Uso da voz passiva no lugar da voz ativa

Fonte: Traduzido de Fergunson, Collison e Power (2009)

Tomando como referência a noção de Max Weber de relações de dominação, Thompson (2013) diz que essas podem se tornar legítimas por meio de estratégias discursivas que buscam legitimar determinadas relações. Essas estratégias discursivas ocorrem de três formas diferentes, a racionalização, a universalização e a narrativização.

A racionalização ocorre quando o produtor de uma forma simbólica constrói uma cadeia de raciocínio que busca defender ou um conjunto de relações ou instituições sociais e, assim, persuadir um público-alvo. A universalização ocorre quando os arranjos institucionais defendem os interesses de um pequeno grupo como sendo o interesse de todos, que vai ao encontro de um dos pressupostos da ideologia na visão de Iasi (2011, p. 81), de que a ideologia pressupõe "a apresentação de ideias e concepções de mundo particulares como sendo universais". Por fim, a legitimidade também pode ser expressa pela narrativização, que diz das reivindicações que estão embutidas em histórias que recontam o passado e tratam o presente como parte de uma tradição atemporal e acalentada (THOMPSON, 2013). As "reivindicações estão embutidas em histórias que recontam o passado e tratam o presente como parte de uma tradição atemporal e acalentada" (THOMPSON, 2013; p. 1353). Com relação a narrativização o autor ressalta:

> "Na verdade, as tradições às vezes são inventadas a fim de criar um sentimento de pertença a uma comunidade e a uma história que transcende a experiência de conflito, diferença e divisão. Histórias são contadas, tanto por cronistas oficiais quanto por indivíduos no curso de suas vidas diárias, que servem para justificar o exercício do poder por aqueles que o possuem e que servem para reconciliar os outros com o fato de que não o possuem." (THOMPSON, 2013; p. 1353).

O segundo modo de operação da ideologia é a dissimulação. As relações de dominação podem ser estabelecidas por meio do ocultamento, negação e obscuramento ou por serrem representadas de forma que que desvie a atenção ou encubra os processos existentes (THOMSON, 2013). A ideologia como dissimulação pode ser expressa por meio de várias estratégias, no entanto, Thompson (2013) destaca três formas: deslocamento, eufemização e tropo.

O deslocamento é utilizado quando se transfere a um objeto ou um indivíduo uma conotação positiva ou negativa que pertence a outro objeto ou indivíduo. Essa era a estratégia da construção simbólica empregada por Luis Bonaparte, que, como Marx observou, conseguiu reativar uma tradição de respeito referente ao herói imperial, que se apresentava como o legítimo herdeiro do grande Napoleão (THOMPSON, 2013). Thompson (2013; 1365) ainda ressalta "que foi esse disfarce consagrado pelo tempo e essa linguagem emprestada que velou a nova cena da história mundial", fazendo com que a sociedade camponesa ficasse no passado

em vez do futuro e os impediu, por conta de Marx, de compreender suas reais condições de vida (THOMPSON, 2013).

A eufeminização refere-se aos processos de descrever ações, instituições ou relações sociais em termos que suscitem uma avaliação positiva (THOMPSON, 2013). Por fim, um conjunto de estratégias que pode designar a dissimulação é o Tropo, que são conhecidas como figuras de estilo, "desvios de sentido ou um rodeio inabitual relativamente ao sentido original" (PEREIRA, 2016; p. 347). As formas mais comuns das figuras de estilo são a sinédoque, a metonímia e a metáfora; também chamadas de tropos-mestres (PEREIRA, 2016).

Para Thompson (2013), a sinédoque pode ser definida como:

> "...a fusão semântica de parte e todo: usa-se um termo que representa parte de algo para se referir ao todo, ou usa-se um termo que representa o todo para se referir à parte. Essa técnica pode dissimular as relações sociais ao confundir ou inverter as relações entre coletividades e suas partes, entre grupos particulares e formas sociais e políticas mais amplas." (THOMPSON, 2013; 1383).

Thompson (2013) compreende a metonímia como um termo que representa um atributo ou característica relacionada a algo para se referir à própria coisa, embora não necessariamente tenham conexão. O autor ressalta que seu uso pode enfatizar a implicitude ou explicitude do que é declarado ou pode ser valorado positiva ou negativamente por associação com outra coisa (THOMPSON, 2013). De outra forma, a metonímia instaura uma identidade entre dois conjuntos, por uma relação que pode ser de causa e efeito ou o feito pela causa (PEREIRA, 2016). Por fim, a metáfora é aplicação de um termo ou frase a um objeto ou ação ao qual não é literalmente aplicável. Com relação ao seu efeito nas relações sociais, Thompson (2013, p. 1387) enfatiza:

> "a metáfora pode dissimular as relações sociais representá-las, ou aos indivíduos e grupos nelas embutidos, como dotados de características que não possuem literalmente, acentuando assim certas características em detrimento de outras e atribuindo-lhes um sentido positivo ou negativo" (THOMPSON, 2013; p. 1387).

O terceiro modo de operação da ideologia é a unificação, a qual ocorre por meio de duas estratégias, a padronização e a simbolização da unidade (THOMPSON, 2013). A padronização refere-se às formas simbólicas que "são adaptadas a uma estrutura padrão que é promovida como a base compartilhada e aceitável da troca simbólica" (THOMPSON, 2013; p. 1402). Essa estratégia, pode ocorrer quando se estabelece uma língua como padrão, que "pode servir para a criação de uma identidade coletiva entre grupos e uma hierarquia legítima entre línguas" (THOMPSON, 2013; p. 1402).

A simbolização da unidade refere-se "à construção de símbolos, de identidade e identificação coletiva que se difundem em um grupo ou pluralidade de grupos" (THOMPSON,

2013; p. 1402). Como exemplo, o autor cita a construção de símbolos nacionais, como bandeiras e hinos nacionais, que na prática está entrelaçado com o processo de narrativização, "pois os símbolos da unidade podem ser parte integrante de uma narrativa de origens" (THOMPSON, 2013; p. 1402).

A quarta maneira de operação da ideologia é a fragmentação, a qual pode se manifestar por meio de duas estratégias segundo Thompson (2013), a diferenciação e a expurgação do outro. A diferenciação é "enfatizar as distinções, diferenças e divisões entre indivíduos e grupos, as características que os separam e os impedem de constituir um desafio efetivo às relações existentes ou um participante efetivo no exercício do poder. Outra estratégia pertinente pode ser descrita como o expurgo do outro" (THOMPSON, 2013; p. 1417). A expurgação do outro "envolve a construção de um inimigo, interno ou externo, que é retratado como mau, prejudicial ou ameaçador e ao qual os indivíduos são chamados coletivamente a resistir ou expurgar. Essa estratégia muitas vezes se sobrepõe a estratégias orientadas para a unificação, uma vez que o inimigo é tratado como um desafio ou ameaça, diante da qual os indivíduos devem se unir" (THOMPSON, 2013; p. 1417).

A quinta maneira pela qual a ideologia pode se manifestar é a reificação. Esse modo de operação pode ocorrer por meio de quatro estratégias, são elas: a naturalização, eternização, nominalização e a passivização. "A ideologia *qua* reificação envolve a eliminação ou ofuscação do caráter social e histórico dos fenômenos históricos" (THOMPSON, 2013; p. 1440).

A naturalização ocorre quando uma criação social e histórica pode ser tratada como um evento natural ou como o resultado inevitável de características naturais (THOMPSON, 2013). Ideia essa que vai ao encontro da visão de Iasi (2011, 81), segundo o qual, "a ideologia pressupõe inversão, velamento da realidade, das relações de dominação e, daí, sua justificação". Por exemplo, a divisão de trabalho entre homens e mulheres é tratada como o produto de características fisiológicas e das diferenças entre os sexos (THOMPSON, 2013). De forma semelhante ocorre com a eternização, na qual "os fenômenos histórico-sociais são privados de seu caráter histórico ao serem retratados como permanentes, imutáveis e sempre recorrentes" (THOMPSON, 2013; p. 1440).

Por fim, a ideologia pode se manifestar por meio da sintaxe e aspectos gramaticais das sentenças, como a nominalização e a passivização. A nominalização é compreendida como a conversão de processos em nomes e tem o efeito de colocar o processo em si em segundo plano (FAIRCLOUGH, 2001). Já a passivização ocorre quando o objeto é sujeito e o agente é agente da passiva ou é omitido (FAIRCLOUGH, 2001). "A nominalização divide com a voz passiva

a possibilidade de omitir o agente ou ofuscar a agência e, portanto, a causalidade e responsabilização (FAIRCLOUGH, 2001).

2.5 Apreciação Crítica: Pluralismo na Desconstrução da Realidade

Para compreender os impactos socioambientais de qualquer atividade humana pela lente de uma determinada ciência é preciso reconhecer o quão interdependentes são as abordagens e o quanto de fato podem contribuir para a relação harmoniosa entre seres humanos e natureza. Nesse sentido, em específico a contabilidade, Gray (2013) questiona se a essência da Contabilidade Socioambiental é realmente ambiental. Na Contabilidade Financeira o termo meio ambiente reflete uma gama de custos, riscos/oportunidades que derivam em algum ponto de questões do ambiente natural. No entanto, o impacto ambiental na realidade pouco recebe atenção, sendo as categorias contábeis o principal foco. Desse modo, a contaminação do solo ou a poluição causada por uma atividade são de interesse da contabilidade não por que sejam de alguma forma errada, inadequada ou ofensiva à natureza, mas sim por afetar de alguma forma as demonstrações financeiras (GRAY, 2013).

Por outro lado, Gray (2013) enfatiza que o potencial da Contabilidade Gerencial, embora marginalista, é mais amplo e aumenta a visibilidade e consciência ambiental para uma organização. Isso se deve ao fato de que nesta o gestor pode manifestar seu papel menos como uma tentativa de obter lucro por meio da interação ambiental e mais como uma expressão de buscar formas de reduzir ou melhorar as interações ambientais que podem ser "vendidas" à organização por meio variações no business case (GRAY, 2013). Já os relatórios ambientais, sociais ou de sustentabilidade, nas palavras de Gray (2013), representam uma vergonha, pois seu potencial é considerável.

Muitas das críticas aos relatórios de sustentabilidade devem-se ao fato de não representarem a multiplicidade de interesses e atores sociais envolvidos em qualquer empreendimento ou, ainda, pela compreensão que adotam do conceito de sustentabilidade (CAVALCANTE, 2018; DYLLICK; MUFF, 2016; LANDRUM; OHSOWSKI, 2018; TREGIDGA; MILNE; KEARINS, 2014). Além dessas, a falta de transparência, a busca por legitimação e a utilização do relatório como forma de mascarar os impactos socioambientais, funcionando como uma ferramenta de criação de uma realidade descontextualizada, são características constantemente levantadas por cientistas e organizações da sociedade civil (BEBBINGTON et al., 2007; DEEGAN, 2002; GRAY, 2006; TREGIDGA, 2017; UNERMAN; BENNETT, 2004).

Nesse sentido, indo na direção contrária da racionalização do sistema progressista e do discurso hegemônico, o *Couter Account* pode fornecer subsídios para que atores sociais possam ter participação e serem de fato ouvidos e representados nas questões que envolvem impactos socioambientais. Além disso, para representar as posições antagônicas dentro do campo discursivo será adotado o conceito de Arena, na qual é possível representar os atores e suas posições nas contrárias com relação ao tema. E, por fim, será apresentado o conceito de discurso e a apreciação da Análise da Crítica do Discurso.

2.5.1 Counter Accounts

Na literatura acadêmica, há uma grande variedade de termos que são usados para denotar as práticas que poderiam ser descritas como a contabilidade para o outro ou pelo outro (TREGIDGA, 2017). Entre os termos utilizados, incluem: auditorias sociais (MEDAWAR, 1976), anti-relatórios (RIDGERS, 1979), desindustrialização ou auditorias de fechamento de fábricas (HARTE; OWEN, 1987), contas silenciosas - *silente accounts* (GRAY, 1997), contas-sombra - *shadow accounts* (DEY, 2007), contas heteroglósicas - *heteroglossic accounts* (MACINTOSH; BAKER, 2002), lacunas na representação do desempenho de relatórios - *reporting-performance portrayal gaps* (ADAMS, 2004), contas sociais - *social accounts* (COOPER et al., 2005), contas dialógicas - *dialogic accounts* (BEBBINGTON et al., 2007), contra-contas - *counter accounts* (GALLHOFER et al., 2006), anti-contas - *anti-accounts* (SPENCE, 2009), contas polilógicas - *polylogic accounts* (BROWN; DILLARD, 2013) e novas contas - *new accounts* (GRAY; BRENNAN; MALPAS, 2014).

Counter Accounts são documentos que fornecem informações alternativas e independentes da performance social e ambiental de uma dada companhia. O objetivo é reavaliar ou verificar a acurácia de relatórios, por meio de informações não incluídas nos relatórios ou questionando a qualidade da informação (SPENCE, 2009). Tais informações podem incluir, notícias, relato de especialistas, artigos, estudos de organizações não governamentais, procedimentos legais, entrevistas com a sociedade civil, entre outras (BOIRAL, 2013). Dessa forma, o termo *counter accounting* pode também ser tratado como *external accounts* ou contas externas, como foi referenciado por Thomsom, Dey e Russell (2015).

A ideia central do que é chamado *Counter Accounting* é evidenciar contradições e potencialidades radicais dentro da ordem sociopolítica, como uma forma de mobilizar relatos

contra hegemônicos. A posição hegemônica engloba a posição dos governos e o que é divulgado pelas instituições consideradas politicamente alinhadas (GALLHOFER et al., 2006).

Usualmente, os produtores de *counter accounts* são grupos sociais em que os direitos e interesses tem sido ou provavelmente serão afetados por ações corporativas. Trata-se de uma resposta às consequências de negócios insatisfatórios e prejudiciais à sociedade. Eles expressam o ponto de vista do oprimido ou das vozes sub representadas que não são comumente encontradas na produção de relatórios contábeis. Grupos marginalizados ou desemponderados na sociedade podem fazer uso do counter-accounts para avançar nas reivindicações aos atores de maior poder, como o governo ou grandes corporações (APOSTOL, 2015)

Assim, o potencial do *counter account* é fornecer uma perspectiva ampla da sociedade sobre o *disclosure* corporativo de uma organização centrada na contabilidade, ou seja, complementa a contabilidade organizacional e fornece um quadro dela no seu contexto social e político. De forma ampla, o *counter account* tem o potencial de expor grupos socialmente hegemônicos, tais como os atores empresariais e o governo (APOSTOL, 2015; GALLHOFER et al., 2006).

No atual sistema capitalista globalizado, a aproximação entre governos e empresas em busca de interesses econômicos é um fenômeno mundial presente em diferentes economias e contextos sociais (ADHIKARI; DERASHID; ZHANG, 2006; BUNKANWANICHA; WIWATTANAKANTANG, 2009; CLAESSENS; FEIJEN; LAEVEN, 2008; FACCIO; PARSLEY, 2006; FISMAN, 2001). No entanto, a subordinação do Estado frente ao poder econômico de grandes corporações se apresenta como uma preocupação, pois coloca em risco os interesses plurais e bem-estar social comum (CHO; PATTEN; ROBERTS, 2006).

Dessa forma, a sociedade civil e movimentos sociais tornam-se uma peça poderosa em revelar a hegemonia corporativa, desmascarando as ações preferenciais do Estado e sua falta de imparcialidade, mesmo ao custo de altos impactos ambientais e sociais. *Counter account* pode facilmente desafiar as racionalidades econômicas divulgadas pelas organizações e oferecer uma nova perspectiva (APOSTOL, 2015).

Com o desenvolvimento e ampliação do acesso à internet, abriu-se novas alternativas fontes de informação sobre a sustentabilidade corporativa (GALLHOFER et al., 2006; SIKKA, 2006). É evidente o uso da internet para acessar informações ou relatórios corporativos, o que permite uma forma mais ampliada e democrática de acessar informações. Com relação aos relatórios publicados via internet, Gallofer et al., (2006), afirma que potencialmente permite

uma rica atualização, não oficial, crítica além de canais alternativos de informação contábil competirem com os oficiais.

Com relação ao potencial emancipatório do *counter accounting*, a afirmação de Gaffikins (2009) *apud* Lanka, Khadaroo e Bohm (2017) esclare que:

> "Se a contabilidade deve ser envolvida nas tentativas de determinar qualquer solução eficaz para os problemas do impacto do comportamento corporativo explorador no ambiente (dominação corporativa), é necessário um esforço muito maior para construir uma resistência emancipatória efetiva." (GRAFFIKINS, 2009; p.271)

Denedo et al. (2017), contribui ao chamado de Rahaman (2010) para a pesquisa contábil do problema da corrupção e degradação que desnuda a África e suas riquezas naturais e comunidades indígenas. É motivado pela pesquisa do *counter account* que busca problematizar, transformar e representar vulnerabilidades, marginalizadas e stakeholders oprimidos de quem os direitos humanos têm sido violados. Além disso, os autores desenvolvem e aplicam o framework conflito de arena apresentado por Thomson et al. (2015) dentro do uso do *counter accounts* pelas ONGs na tentativa de resolução de conflitos.

2.5.2 Análise do Discurso

A expressão análise de discurso desperta uma gama de interpretações e equívocos relacionados ao significado do termo discurso (MELO, 2009). Desse modo, torna-se necessário ressaltar as nuances e ideias atribuídas à definição, uma vez que, segundo Abdala e Altaf (2018), a tentativa de estabelecer uma única conceituação é delicado e até mesmo colonialista. Fairclough (2001) ressalta que "discurso é um conceito difícil, principalmente porque há tantas definições conflitantes e sobrepostas, formuladas de várias perspectivas teóricas e disciplinares" (FAIRCLOUGH, 2001; p. 21). Portanto, é interessante compreender a diversidade e complexidade do termo e o quão pode significar.

Na linguística, discurso é utilizado com referência a linguagem falada ou escrita com foco em aspectos organizacionais de nível superior (FAIRCLOUGH, 2001b). Nesse sentido, o discurso enfatiza a relação entre falante e receptor ou entre escritor e leitor, portanto entre processos de produção e interpretação da fala e da escrita bem com o contexto situacional do uso linguístico (FAIRCLOUGH, 2001). De outro modo, o discurso representa as combinações de elementos linguísticos utilizados pelos falantes com o propósito de exprimir pensamentos, de falar do mundo exterior ou interior, de agir sobre o mundo. Já a fala representa a exteriorização psico-fisico-fisiológica do discurso (FIORIN, 2007).

Para Michel Foucault, que constitui um dos pilares para o desenvolvimento das teorias linguísticas, uma das definições de discurso apresentadas em sua obra a Arqueologia do Saber entende o discurso não como uma forma ideal ou intemporal, mas sim histórica.

> "Chamaremos de discurso um conjunto de enunciados que se apoiam na mesma formação discursiva; ele não forma uma unidade retórica ou formal, indefinidamente repetível e cujo aparecimento ou utilização poderíamos assinalar (e explicar, se for o caso) na história; é constituído de um número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência" (FOUCAUTL, 2008, p. 135).

Fischer (2001) destaca a visão de Laclau, o qual segue uma conceituação de objetividade da realidade, sendo discurso uma instância limítrofe com o social, pois cada ato social possui um significado que é constituído por sequências discursivas que articulam elementos linguísticos e extralinguísticos (FISCHER, 2001). Para Laclau e Mouffe (2015), um discurso é uma tentativa de fixar uma teia de significados dentro de um determinado domínio.

Silva e Gonçalves (2017) compreendem o discurso como algo que se materializa a partir das condições sociais que possibilitam sua reprodução, que nasce a partir de condições políticas e ideológicas e reproduz certas condições e podem ser modificadas ao longo do seu uso (consumo e interpretação). Fairclough (2001) compreende o termo discurso como "o uso da linguagem como forma de prática social e não como atividade puramente individual ou reflexo de variáveis situacionais" (FAIRCLOUGH, 2001; p. 90).

Tal compreensão tem três principais implicações. "Primeiro, implica ser o discurso uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros, como também um modo de representação" (FAIRCLOUGH, 2001; p. 91), de outra forma está relacionada com o que é referido como identidade social e posições do sujeito. Segundo, implica uma relação dialética entre o discurso e a estrutura social, ou seja, contribui para a construção das relações sociais entre as pessoas e, terceiro, implica na contribuição do discurso para a constituição de todas as dimensões da estrutura social, que molda e restringe normas e convenções e a constrói o sistema de crenças e conhecimento (FAIRCLOUGH, 2001).

Esses três efeitos correspondem as dimensões de sentido que coexistem e interagem em todo discurso e que Fairclough (2001) associou às de funções da linguagem, são elas, função identitária, relacional e ideacional. A identitária corresponde a como as identidades sociais são construídas no discurso, a relacional a como as relações sociais são representadas e a função ideacional "ao modo como os textos significam o mundo e seus processos, entidades e relações" (FAIRCLOUGH, 2001; p. 92). Apesar de apresentadas de forma separada por uma questão

didática, empiricamente elas se manifestam simultaneamente no uso da linguagem (FAIRCLOUGH, 2001).

Essas três funções da linguagem estão ligadas ao que é chamado na Linguagem Funcional Sistêmica de metafunções ou macrofunções da linguagem. As metafunções da linguagem permitem que indivíduos representem, organizem e troquem sua experiência no mundo de três formas: na forma ideacional, interpessoal e textual (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004). Assim, a oração é vista como representação, como interação e como mensagem (FUZER; CABRAL, 2014).

Na metafunção ideacional o discurso contribui para a construção de sistemas e crenças por meio da representação particular do mundo, ou seja, o discurso diz das possíveis representações sociais durante sua produção. Na interpessoal o discurso diz das construções das relações sociais e, por fim, a terceira metafunção, a textual, está relacionada "a forma como a estrutura do texto indica determinadas ideologias e intenções de quem o produz" (MELO, 2009; p. 10). Dessa forma, as escolhas sobre o modelo e a estrutura de suas orações que resultam em escolhas de significado e a construção de identidades sociais, relações sociais e conhecimento e crença (FAIRCLOUGH, 2001; p. 104).

Fazendo um paralelo às metafunções de Halliday, construção de identidades sociais e posições do sujeito; construção de relações sociais; construção de sistemas de conhecimento e crença, Fairclough (2003) diz que o discurso se apresenta de três maneiras na prática social, gênero (formas de agir), discurso (formas de representação) e estilo (formas de ser). Referindo-se à essas três formas, Fairclough (2003) adota ao invés das metafunções, três principais significados da linguagem, significado acional, representacional e identificacional. Apesar dos três significados serem apresentados separadamente, eles são dialeticamente relacionados, de forma que cada um internaliza os outros (FAIRCLOUGH, 2003).

O gênero, forma de agir, é o aspecto discursivo específico da forma de agir e interagir no curso dos eventos sociais, que são delineados por redes de práticas sociais (FAIRCLOUGH, 2003). Magalhães (2001) o conceitua como um conjunto estável de convenções associadas a uma atividade social. São exemplos de gênero, um bate papo informal, um documentário, um poema um artigo científico, um email, discurso publicitário, uma comédia, etc (MAGALHÃES, 2001). Discurso refere-se à linguagem utilizada para construir algum aspecto da realidade de uma perspectiva particular; e estilos refere-se ao tipo de linguagem utilizada por uma categoria particular de pessoas e relacionado a sua identidade (FAIRCLOUGH, 2003).

Nesse sentido, Fairclough (2003, p. 65) enfatiza que “poderíamos dizer que a (inter)ação não é apenas discurso, mas frequentemente é principalmente discurso”. Isso implica que os textos podem dizer muito sobre as relações e convenções estabelecidas pelas pessoas, como por exemplo, relações simétricas ou assimétricas, de cooperação ou competição, etc. Desse modo, o significado acional focaliza o texto como um modo de localizar os sujeitos em suas posições sociais por meio da linguagem, revelando, assim, relações assimétricas de poder (SALLES; DELLAGNELLO, 2019).

O significado identificacional busca identificar como são construídas e negociadas identidades no texto, não se referindo apenas a identidade própria, mas como os outros a identificam. Os estilos discursivos são aspectos das formas de ser, das identidades. Fairclough (2003) ressalta que “Quem você é” é em parte uma questão de como você fala, como você escreve, bem como uma questão de encarnação - como você se parece, como se comporta, como se move e assim por diante.

Por fim, o significado representacional, que corresponde ao significado ideacional das metafunções de Halliday, implica na forma como aspectos do mundo físico e social são representados em textos (SALLES; DELLAGNELLO, 2019). Para Fairclough (2003), os discursos constituem maneiras particulares de representar identidades, relações sociais, materiais e crenças.

Na ACD, o termo discurso é utilizado com significados distintos. Segundo Meurer (2005), o termo discurso se aproxima do significado de ideologia, por outro lado é apenas uma ocorrência do uso da linguagem. Para Brandão (2004), a linguagem enquanto discurso é interação e um modo de produção social, que não é neutra, inocente e nem natural e, portanto, o lugar ideal para a manifestação da ideologia. No presente estudo, será utilizada a concepção de discurso como uma manifestação da ideologia e, portanto, uma ferramenta de dominação e poder.

2.5.3 Análise Crítica do Discurso

A Análise Crítica de Discurso (ACD) é compreendida como uma disciplina ou área de estudo já bem estabelecida, que constitui em um modelo teórico-metodológico considerado diversificado e com amplo escopo de aplicação (LEITCH; PALMER, 2010). A ACD procura estabelecer uma relação entre as relações de poder e recursos linguísticos selecionados por pessoas ou grupos sociais. Uma de suas características é seu caráter emancipatório, pois visa desnaturalizar crenças e comportamentos que servem de suporte a estruturas de dominação,

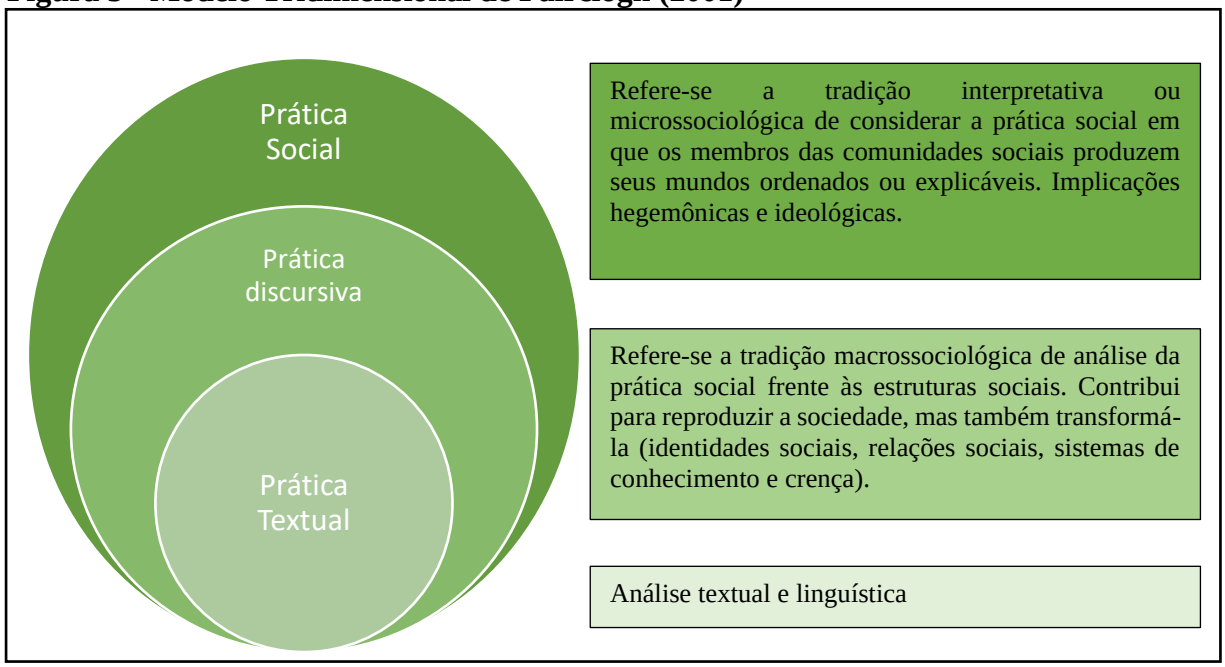
com o objetivo de favorecer a desarticulação de tais estruturas (RESENDE; RAMALHO, 2004).

A ACD nasceu de uma corrente da Linguística hoje denominada Linguística Crítica, desenvolvida na década de 1970 na Universidade de East Anglia, na Inglaterra. Teve "como ponto de partida a tese de que teorizar a linguagem é uma forma de intervir nela e na estrutura social que a norteia"(MELO, 2009; p. 10). “Tentaram casar um método de análise linguística textual com uma teoria social do funcionamento da linguagem em processos políticos e ideológicos” (FAIRCLOUGH, 2001; p. 47), recorrendo à Linguística Sistêmica – Funcional (LSF), cujos princípios teóricos e bases epistemológicas, segundo Fuzer e Cabral (2014, p. 18) “estão esboçados em Halliday (1978, 1985, 1994, 2004), Halliday e Hasan (1976, 1989), Eggins (1994), Martin e Rose (2003), Thompson (2004)” dentre muitos outros que consideraram a importância do ambiente situacional e cultural para a língua em uso”.

A abordagem da análise crítica do discurso de Fairclough é baseada na premissa de que a linguagem é uma parte dialeticamente interconectada com outros elementos da vida social, visto que a pesquisa e a análise social sempre têm a linguagem como um meio de reprodução. De outra forma, tenta transcender a divisão entre os trabalhos inspirados na teoria social que tendem não analisar os aspectos textuais e os trabalhos nos quais o foco está na linguagem textual, mas não nas questões sociais (FAIRCLOUGH, 2003).

O modelo tridimensional de análise de Fairclough (2001), Figura 1, compreende o evento discursivo simultaneamente como um texto, uma prática discursiva e uma prática social (FAIRCLOUGH, 2001). A dimensão do texto diz da análise linguística de textos. A dimensão da prática discursiva especifica a natureza dos processos de produção e interpretação textual, por exemplo, que tipos de discurso são derivados e como se combinam. Por último, "a dimensão da prática social cuida de questões de interesse na análise social, tais como as circunstâncias organizacionais do evento discursivo e como elas moldam a natureza da prática discursiva e os efeitos constitutivos construtivos referidos anteriormente" (FAIRCLOUGH, 2001; p. 22).

Figura 5 - Modelo Tridimensional de Fairclogh (2001)



Fonte: Adaptado de Fairclough (2001)

A Análise Textual refere-se a análise descritiva do modelo tridimensional. Fairclough (2001; p. 102) destaca que a "divisão dos tópicos analíticos entre análise textual e análise da prática discursiva não é nítida", visto que sempre que se falar em aspectos textuais implica em falar sobre à produção e interpretação. A análise textual compreende quatro principais elementos: vocabulário, gramática, coesão e estrutura textual. Além desses quatro pilares, Abdalla et al. (2018) ressalta que outros elementos podem ser empregados no processo analítico textual, por exemplo, o "silêncio", que pode transitar pelas três dimensões analíticas. O silêncio pode revelar questões e sentidos por meio do que é dito, sendo responsável pelo ocultamento de fatos indesejáveis (ABDALLA; ALTAF, 2018).

A Análise da Prática Discursiva especifica a natureza dos processos de produção, distribuição e interpretação textual ou consumo textual, que "exigem referências aos ambientes econômicos, políticos e institucionais particulares nos quais o discurso é gerado" (FAIRCLOUGH, 2001; p. 99). Nesse ponto uma das principais preocupações é conhecer com profundidade o contexto no qual os discursos são produzidos, distribuídos e consumidos, uma vez que em que muitas situações os discursos têm o objetivo de legitimar ações que favoreçam grupos hegemônicos (BARROS, 2014).

Ainda na dimensão discursiva, analisam-se também as categorias força, coerência e intertextualidade. A força dos enunciados refere-se aos tipos de atos de fala (promessas,

pedidos, ameaças etc.) desempenhados; a coerência, às conexões e inferências necessárias e seu apoio em pressupostos ideológicos e, por fim, a intertextualidade, formas pelas quais um texto se refere a outros textos ou discurso (HARDY, 2004; RAMALHO; RESENDE, 2004).

Sobre esta última, Fairclough (2001) destaca que a intertextualidade implica inserção na história (sociedade) em um texto e deste texto na história. Por inserção na história entende-se que um texto é construído por textos do passado. Por inserção do texto na história implica na resposta do texto, que reacentua e retrabalha textos passados, construindo a história e contribuindo para mudanças mais amplas, antecipando e tentando moldar textos subsequentes. (FAIRCLOUGH, 2001a). A essa historicidade, Fairclough (2001) entende que permite aos textos desempenharem "os papéis centrais que têm na sociedade contemporânea no limite principal da mudança social e cultural" (FAIRCLOUGH, 2001a). Por fim, vale ressaltar que, Segundo Fairclough (2001), a intertextualidade tem como característica a heterogeneidade dos textos e um modo de análise que ressalta elementos e linhas diversas e frequentemente contraditórias.

Por último, a análise da dimensão da prática social de Fairclough está centrada nos conceitos de ideologia e de hegemonia, "no sentido de um modo de dominação que se baseia em alianças, na incorporação de grupos subordinados e na geração de consentimento" (FAIRCLOUGH, 2001; p. 28).

Na categoria da ideologia são considerados aspectos dos textos que podem ser investidos ideologicamente, tais como os sentidos das palavras, pressuposições, metáforas e estilo. Já na hegemonia são considerados as estruturações particulares das relações das palavras e das relações entre os sentidos das palavras bem como a intertextualidade, às vezes manifesta, em outras ocultada pelos processos de produção textual (FAIRCLOUGH, 2001). Fairclough (2001) enfatiza que a hegemonia fornece um modo de teorização da mudança discursiva em relação à evolução das relações de poder e sua contribuição aos processos mais amplos de mudança social. "A luta hegemônica localiza-se em uma frente ampla, que inclui as instituições da sociedade civil, com possível desigualdade entre diferentes níveis e domínios" (FAIRCLOUGH, 2001; 122).

Além disso, a ACD de Fairclough tem sido aplicada em uma variedade de contextos, incluindo estudos organizacionais, mídia, ativismo social e relações de poder (Mohr & Frederiksen, 2020). A análise crítica do discurso de Fairclough tem sido utilizada para examinar como as ideologias são construídas e perpetuadas em diferentes contextos, incluindo a mídia, organizações e práticas sociais mais amplas (COSTA; BARROS; MARTINS, 2012).

Fairclough destaca a importância de desnaturalizar o discurso, ou seja, questionar as representações ideológicas dominantes e revelar as relações de poder subjacentes que moldam o discurso (WODAK; BLOMMAERT; BULCAEN, 2003).

2.5.4 Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe

Nas últimas décadas uma nova abordagem expandiu a noção gramsciana para pensar a configuração social do capitalismo e como se desenvolvem as lutas hegemônicas nesse novo espaço social (ALVES, 2010). Laclau e Moufee (2015) formulam um novo conceito de hegemonia a partir da junção da lógica política gramsciana e categorias do pós-estruturalismo, contextualmente compreendido como o esforço teórico que parte do pressuposto de que não há possibilidade de considerarmos qualquer estrutura como uma totalidade fechada, para dar ênfase e no conflito da constituição e transformação dos significados sociais e de identidade (ALVES, 2010; TREGIDGA; MILNE; KEARINS, 2014).

O fio condutor da análise de Laclau e Moufee (2015, p. 53) "foi o conjunto de transformações do conceito de hegemonia, tomado como superfície discursiva e ponto nodal fundamental da teorização política marxista" e entendem que por trás do conceito de hegemonia se oculta algo mais do que um tipo de relação complementar às categorias básicas da teoria marxista (LACLAU; MOUFFE, 2015). A discussão de Laclau e Mouffe é classificada no terreno pós-marxista, pois fazem uma releitura da tradição marxista à luz dos problemas contemporâneos e desconstroem algumas de suas categorias centrais (ALVES, 2010), além de desenvolver alternativas para os movimentos sociais. Entretanto, Laclau e Mouffe (2015) ressaltam que foi nos textos marxistas que buscaram a pluralidade e aprenderam inúmeras sequências discursivas que constituíram sua análise política e, portanto, só concordam com tal a denominação pós-marxista "se for entendida como um processo de reapropriação de uma tradição intelectual e como um processo de ir além" (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 36). De forma geral, Laclau e Mouffe se interessaram "pelo modo como os marxistas haviam ignorado aspectos da ideologia política que não se enquadravam numa análise em que essa ideologia era explicada pelos efeitos dos interesses das classes sociais, ou reduzida a eles" (BARRETT, 1996, p. 325).

O conceito de hegemonia não é simplesmente baseado em uma dominação ou coerção, mas sim na demonstração da liderança moral e intelectual do grupo hegemônico, o qual depende no consentimento das massas, como enfatizava Gramsci (SPENCE, 2007). Essa noção de

hegemonia é o ponto de partida de Laclau e Mouffe que consideram o papel da linguagem na formação de tal consentimento (SPENCE, 2007).

O pensamento de Laclau e Mouffe é de particular interesse no presente estudo, pois dão sentido à linguagem que permeia os discursos dos relatórios de sustentabilidade e para inferir qualquer caráter hegemônico. Assim como Fairclough (2001), a linguagem é vista por Laclau e Mouffe como constitutiva da realidade social (FAIRCLOUGH, 2001a; LACLAU; MOUFFE, 2015). Ou seja, o discurso é compreendido como uma força que molda ativamente o mundo ao nosso redor, fornecendo orientação conceitual para ações, prescrições de políticas, construção de instituições, etc (SPENCE, 2007). Além disso, como enfatiza Fairclough (2001), as práticas discursivas, sua produção, distribuição, consumo e interpretação são uma faceta do discurso hegemônico, que não só contribui para a manutenção do status quo vigente, como também pelo fortalecimento das relações sociais assimétricas (FAIRCLOUGH, 2001).

Nesse sentido, Laclau e Mouffe (2015) sugerem que os elementos discursivos não podem ser vistos como separados dos elementos materiais não discursivos. Assim, afirmam que todo objeto é constituído como objeto do discurso, uma vez que nenhum objeto é dado como fora das condições discursivas, o que, na visão dos autores, não está relacionado com a existência de um mundo externo ao pensamento, nem com a oposição realismo/idealismo (LACLAU; MOUFFE, 2015). Um terremoto ou a queda de um tijolo são eventos que existem independente da minha vontade, mas se são compreendidos como vontade de Deus ou como fenômenos naturais, depende da estruturação de um campo discursivo. O que constitui uma posição diferencial e, portanto, uma identidade relacional não é a ideia do objeto, mas o objeto em si. A ideia de pedra não foi suficiente para a construção de um edifício. Assim, os elementos linguísticos e não linguísticos não são meramente justapostos, mas constituem um sistema diferencial e estruturado de posições, isto é, um discurso (LACLAU; MOUFFE, 2015). Para elaborar o conceito de hegemonia consideram os conceitos de momentos, elementos, articulação, pontos nodais e antagonismo.

A articulação, segundo Laclau e Mouffe (2015, p. 178), é definida como “qualquer prática que estabeleça uma relação entre elementos de tal modo que sua identidade seja modificada como um resultado da prática articulatória”. O conjunto de todas as práticas articulatórias é chamado de discurso (LACLAU; MOUFFE, 2015). Ou seja, a discursividade ou o social é sempre constituído relacionalmente, sempre em construção e passível de desarticulação (JESSOP, 2019).

As posições diferenciais articuladas no interior de um discurso são chamadas de momentos e todo diferença não discursivamente articulada é chamada de elemento (LACLAU; MOUFFE, 2015). Os pontos nodais são "pontos discursivos privilegiados da fixação parcial de sentido" (LACLAU; MOUFFE, 2015; p. 187) ou, de outra forma, são significantes privilegiados dentro de um discurso que une um sistema particular de significados (TREGIDGA; MILNE; KEARINS, 2014). No presente estudo, a sustentabilidade é um ponto nodal, visto que a partir do seu significado foi possível proceder muitas práticas sociais.

De forma mais específica, Laclau e Mouffe (2015) definem a prática articulatória como "a construção de pontos nodais que fixam sentido parcialmente; e o caráter parcial desta fixação advém da abertura do social, resultante, por sua vez, de constante transbordamento do discurso pela infinitude do campo da discursividade" (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 188).

O argumento que ocupa um papel central na elaboração do conceito de hegemonia, segundo Laclau e Mouffe (2015), é o de antagonismo, o qual os autores enfatizam que não pode ser descrito em termos de oposições reais e nem de contradição dialética. Dessa forma, para além da discussão sobre o que causa ou a descrição dos antagonismos sociais, os autores buscam compreender o que é uma relação antagonística e que tipo de objetos ela pressupõe (LACLAU; MOUFFE, 2015). No antagonismo, "a presença do "Outro" me impede de ser plenamente eu mesmo" (LACLAU; MOUFFE, 2015; p. 202). A existência do ser pleno, de forma que a relação antagônica resulta não da totalidade das identidades plenas, mas da impossibilidade de sua existência. A relação antagônica impede a constituição de identidades plenas" (ALVES, 2010, p. 91), ou seja, "na medida em que há antagonismos, eu não posso ser uma presença plena para mim mesmo" (LACLAU; MOUFFE, 2015; p.202).

De outra maneira, a noção de antagonismo está diretamente relacionada ao que Laclau e Mouffe chama de fechamento e desempenha um papel central na conceituação de hegemonia. O fechamento diz da flexibilidade do significado, que nunca pode ser definitivamente fechado e, portanto, deve ser sempre rearticulado e renegociado (TREGIDGA; MILNE; KEARINS, 2014). Nesse sentido, "é porque a hegemonia supõe um caráter aberto e incompleto do social que ela só pode ter lugar num campo dominado por práticas articulatórias" (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 213). Os elementos centrais de toda prática articulatória é a constituição de um sistema organizado de diferenças, momentos, partindo de elementos desagregados e dispersos. No entanto, para falar de hegemonia, o momento articulatório não é suficiente, é necessário que a articulação tenha lugar no confronto com práticas articulatórias antagonísticas e instabilidade das fronteiras que a separam, ou seja, a hegemonia emerge em um campo atravessado por

antagonismos e, portanto, supõe os fenômenos da equivalência e dos efeitos de fronteira (LACLAU; MOUFFE, 2015). Nas palavras de Laclau e Mouffe (2015, p. 215), "sem equivalência e sem fronteiras, é impossível falar estritamente de hegemonia".

A fronteira diz da presença vasta de elementos flutuantes e a possibilidade de sua articulação em campos opostos, o que implica em sua constante redefinição e o fenômeno da equivalência implica na simplificação do espaço político em dois campos antagônicos e inconciliáveis (ALVES, 2010). Para exemplificar a equivalência Laclau e Mouffe (2015) demonstram como em um país colonizado, o poder dominante é evidenciado de diversas formas, seja pela diferença de vestimentas, de costumes, da cor da pele ou da linguagem. "Uma vez que cada um desses conteúdos é equivalente aos outros em termos de sua comum diferenciação do povo colonizado, eles perdem sua condição de momento diferencial, e adquirem o caráter flutuante de um elemento" (LACLAU; MOUFFE, 2015; p. 205). Assim, na relação de equivalência, as diferenças mútuas são canceladas ou redefinidas devido à centralidade do que é idêntico a todas elas e que não podem ser construídas de forma positiva (ALVES, 2010). De outra maneira,

> Uma relação de equivalência que absorva todas as determinações do colonizador em oposição ao colonizado, não cria um sistema de posições diferenciais positivas entre os dois, simplesmente, porque dissolve toda positividade: o colonizador é discursivamente construído como o anticolonizado. Em outras palavras, a identidade torna-se puramente negativa (LACLAU; MOUFFE, 2015; p. 206)

Assim, por meio da equivalência, certas formas discursivas anulam a positividade de um objeto e dão uma existência real à negatividade enquanto tal, que por sua vez alcança uma forma de presença (LACLAU; MOUFFE, 2015). E "como o social é penetrado pela negatividade, isto é, pelo antagonismo, ele não atinge o status de transparência, de presença plena, e a objetividade de suas identidades é permanentemente subvertida" (LACLAU; MOUFFE, 2015; p. 207).

Spence (2007) diz que a relação de equivalência se refere à forma como a hegemonia é formada. Em vez de absorver outros movimentos ou signos dentro de um movimento ou signo dominante, ela envolve a união de movimentos, lado a lado. Isso serve para reter a particularidade de cada movimento ou signo social, ao passo que difunde seu antagonismo, tornando-os equivalentes entre si até certo ponto. Essa união de grupos distintos é como a hegemonia é construída (SPENCE, 2007).

Alves (2010) expõe pontos que se aproximam de Gramsci e pontos de ruptura. Entre os pontos de aproximação, ambos privilegiam momento da articulação política e concebem as relações sociais em torno da disputa pela hegemonia e reconhecem que a hegemonia não é

exercida sobre toda a sociedade. Ambas as abordagens defendem a criação de uma nova hegemonia com base na aliança de grupos subalternos, no caso de Gramsci, ou na criação de uma cadeia de equivalências, no caso de Laclau e Mouffe (ALVES, 2010). Quanto à ruptura, Alvez (2010) destaca que enquanto Gramsci a hegemonia remete à unidade do bloco histórico, Laclau e Mouffe consideram que seria impossível, pois toda tentativa de fechamento e fixação de sentido é ideológica. O que Gramsci chamou de bloco histórico, Laclau e Mouffe chamaram de formação hegemônica, visto que o tipo de vínculo que caracteriza o bloco histórico é a regularidade em dispersão e não a unidade dada a priori pelo momento histórico (LACLAU; MOUFFE, 2015).

Laclau e Mouffe (2015) afirmam que a hegemonia tem condições de possibilidades precisas, tanto da perspectiva do que uma relação requer para ser hegemônica, quanto da construção do ser hegemônico. Nesse sentido, a luta hegemônica em termos de articulação, desarticulação e rearticulação está em harmonia com a concepção de Fairclough (2001) de discurso na perspectiva dialética da relação entre estruturas e eventos discursivos e na situalização das práticas discursivas em relação ao social.

O conceito de hegemonia é, portanto, uma prática articulatória que estrutura conceitos e práticas, de forma que certos elementos possam ser vistos como naturais ou dados como garantidos (TREGIDGA; MILNE; KEARINS, 2014). E, embora o significado não possa ser nunca fixado, certos discursos podem dominar outros e tornarem-se o principal guia para a ação (SPENCE, 2007). Em termos da Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe, hegemonia é compreendida como a expansão de um discurso, ou um conjunto de discursos, dentro de um horizonte dominante de ação e orientação social por meio da articulação de elementos não fixados dentro de momentos parcialmente fixos em um contexto cruzado por forças antagônicas (LACLAU; MOUFFE, 2015).

2.5.5 ACD de Fairclough e Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe: uma comparação

Rear e Jones (2013) enfatizam que a primeira diferença epistemológica entre a Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe e a Análise Crítica do Discurso de Fairclough é a visão do social, enquanto em Laclau e Mouffe o mundo social é inteiramente constituído pelo discurso, na ACD há uma distinção entre práticas sociais discursivas e não discursivas. O que dividem em comum é a ênfase que Laclau e Mouffe colocam na natureza contingente dos discursos e, portanto, na prática social (REAR; JONES, 2013). Enquanto Fairclough e outros argumentam que Laclau e Mouffe superestimam a capacidade de grupos sociais em trazer mudanças por

meio da rearticulação de elementos dentro de uma nova ordem social (REAR; JONES, 2013). Eles reconhecem que Laclau e Mouffe fornecem recursos valiosos para teorizar e analisar a abertura e complexidade da vida social moderna, pois capturam a instabilidade e o fluxo das práticas sociais e identidades, e a dissolução generalizada e redesenho das fronteiras, as quais caracterizam a modernidade (REAR; JONES, 2013).

Além disso, apesar das diferenças epistemológicas das duas abordagens, elas compartilham muitos pontos em comum que a construção analítica fornecida por elas pode ser operacionalizada em conjunção uma com a outra (REAR, 2013). O conceito de intertextualidade e interdiscursividade desenvolvido por Fairclough, o qual relaciona-se ao conceito de articulação de Laclau e Mouffe oferece uma estrutura teórica com termos como ponto nodal, elementos, momentos, significantes flutuantes e a lógica de equivalência/diferença, que pode ser empregada para enriquecer a análise discursiva, vinculando o texto em estudo tanto com outros textos quanto com outras práticas sociais mais amplas (REAR, 2013).

Fairclough (2001) ressalta a importância da discussão sobre hegemonia e articulação de Laclau e Mouffe (1985) e que, portanto, a concepção de luta hegemônica em termos de articulação, desarticulação e rearticulação de elementos está em harmonia com sua concepção de dialética das relações entre estrutura e eventos discursivos. Fairclough (2001) define estruturas discursivas como ordens do discurso, que:

> "são concebidas como configurações de elementos mais ou menos instáveis; e adotando uma concepção de textos que se centram sobre sua intertextualidade e sobre a maneira como articulam textos e convenções prévias. Pode se considerar uma ordem de discurso como a faceta discursiva do equilíbrio contraditório e instável que constitui uma hegemonia, e a articulação e a rearticulação de ordens de discurso são, consequentemente, um marco delimitador da hegemonia" (FAIRCLOUGH, 2001; p. 123).

O conceito de articulação dissolve qualquer demarcação estrita entre as três dimensões que a ACD define, textual, prática discursiva e prática social (REAR, 2013). Na visão Fairclough, "a articulação reúne elementos mutáveis do social e os estabiliza em permanências menos relativas como momentos de prática social" (REAR, 2013; p. 19). Os momentos articulatórios são transformados por meio de processos articulatórios, que são trazidos para novas combinações uns com os outros e são, portanto, nas palavras de Rear e Jones (2013; p. 19), "simultaneamente um local, um tempo e um evento, o nexo crítico de forças sociais contingentes, quando a função de um determinado significante em um discurso particular é momentaneamente fixada"

2.5.6 Introdução ao GRI

A Global Reporting Initiative (GRI) tem sido influente na formação do discurso sobre relatórios de sustentabilidade. A utilização de normas GRI tem contribuído para a percepção de uma maior relevância, rigor e transparência nos relatórios de sustentabilidade (BOIRAL, 2013b). As diretrizes voluntárias da GRI foram reconhecidas pelo seu potencial para melhorar a responsabilidade corporativa (ADAMS, 2004). A GRI também foi reconhecida como um ator significativo no fornecimento de orientação para corporações e organizações no domínio da sustentabilidade corporativa (LANDRUM; OHSOWSKI, 2018).

A influência da GRI estende-se ao contexto mais amplo da sustentabilidade e do impacto ambiental. Tem sido associada aos esforços para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas, com um número substancial de metas dos ODS referenciando a GRI e os seus padrões (BEBBINGTON; UNERMAN, 2018). Além disso, a GRI tem sido associada à responsabilidade social corporativa, com investimentos em atividades socialmente responsáveis potencialmente conduzindo a benefícios internos para as empresas, tais como o desenvolvimento de novos recursos e capacidades (BRANCO; RODRIGUES, 2006a).

Além disso, o impacto da GRI na divulgação social e ambiental das empresas foi destacado, particularmente em termos de responsabilização e gestão de impressões. Foi sugerido que a estrutura da GRI influencia a forma como os potenciais funcionários percebem as organizações, enfatizando a importância dos relatórios baseados na GRI na formação das percepções das partes interessadas (MARTINS; GOMES; BRANCO, 2021) (Martins et al., 2020). Além disso, os padrões da GRI foram integrados nos relatórios de sustentabilidade após desastres ambientais, indicando o seu papel na influência das práticas de relato em resposta a eventos críticos (CORAZZA et al., 2020).

No contexto da biodiversidade e da contabilidade ecológica, a GRI foi reconhecida como uma instituição influente que incentiva uma abordagem da contabilidade centrada na ecologia, refletindo uma mudança na conceptualização da entidade contabilística das organizações para os sistemas ecológicos (CUCKSTON, 2018a). Isto sublinha o impacto mais amplo da GRI nas práticas contabilísticas, que vai além dos tradicionais relatórios de sustentabilidade empresarial.

Fundada em 1997, a Global Reporting Iniciative (GRI) é uma instituição independente sem fins lucrativos que teve como o objetivo inicial criar mecanismos de prestação de contas pelas empresas com relação a sua conduta ambiental, que posteriormente foi ampliada para

questões sociais, econômicas e de governança. Sua origem teve como contexto os protestos que ocorreram no final da década de 1990 sobre os impactos ambientais causados pelo derramamento de óleo da empresa Exxon Valdez.

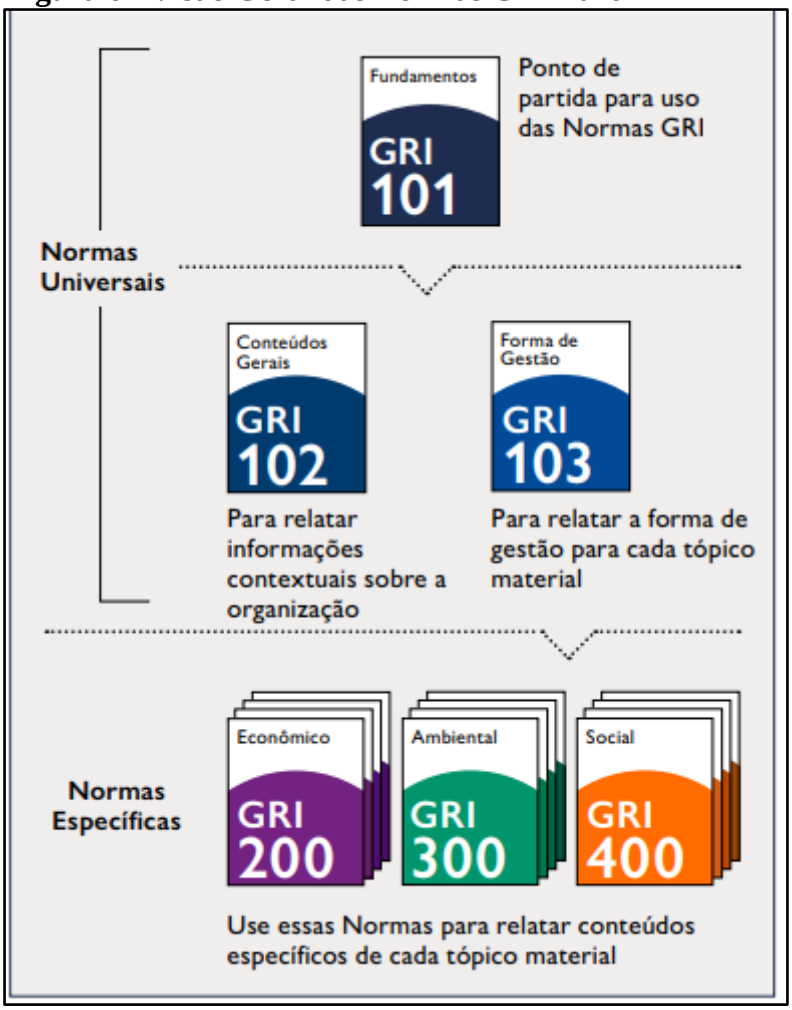
A primeira versão das diretrizes para relatórios de sustentabilidade foi publicada no ano de 2000, denominada G1. Em 2002 foi lançada a primeira atualização das diretrizes (G2) e à medida que a demanda por relatórios GRI e a aceitação por parte das organizações as diretrizes foram expandidas e atualizadas, resultando nas diretrizes G3 (2006) e G4 (2013).

Em 2016, a GRI deixou de fornecer apenas diretrizes para, então, definir os primeiros padrões globais para relatórios de sustentabilidade – o *GRI Standards* ou Padrões GRI. Os Padrões continuam a ser atualizados e adicionados, incluindo novos Padrões sobre Impostos (2019), Resíduos (2020) e uma grande atualização dos Padrões Universais (2021), que passaram a vigorar em janeiro de 2023 e a implementação contínua dos Padrões Setoriais.

O objetivo de as organizações utilizarem o padrão GRI é "propiciar transparência sobre como a organização está contribuindo ou pretende contribuir para o desenvolvimento sustentável" (GRI, 2021). Dessa forma, os padrões GRI permitem que a organização relate seus impactos mais significativos, positivos ou negativos, na economia, no meio ambiente, nas pessoas, inclusive impactos nos direitos humanos, e como esses impactos são gerenciados (GRI, 2021).

O processo de relato de acordo com a GRI inclui a identificação e avaliação dos impactos relevantes de uma organização e seus temas materiais. A materialidade é um princípio que determina quais tópicos são relevantes e suficientemente importantes para que sejam apresentados no relatório. Os padrões GRI de 2016 são um sistema modular que consiste em dois pilares interligados: Normas Universais e Normas Específicas. As Normas Universais fazem parte do conjunto de normas da chama Série 100, são elas: GRI 101: Fundamentos, GRI 102: Conteúdos Gerais, GRI 103: Forma de Gestão. As Normas Específicas são compostas pelas séries 200, 300 e 400, que contém normas para relatar conteúdos específicos de cada tópico material. A Figura 3 demonstra o esquema geral das normas GRI 2016.

Figura 6 - Visão Geral das Normas GRI 2016



Fonte: GRI (2016)

Cada padrão contém requisitos obrigatórios divulgações, que consistem em requisitos e recomendações. Os padrões a serem usados dependem do setor de atividade de uma organização e de seus temas materiais e, portanto, geralmente nem todos os padrões da GRI se aplicam aos relatórios. Um "índice de conteúdo" GRI que faz referência aos padrões aplicados devem ser fornecidos como parte do relatório.

Segundo a Norte Energia a empresa adota o padrão GRI de divulgação de relatórios socioambientais desde o início de suas atividades, 2016. Em paralelo ao GRI, a empresa ressalta que também responde às exigências e orientações feitas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL com relação à indicadores direcionados às empresas do setor de Energia Elétrica e ao conteúdo dos capítulos dos relatórios.

A presente seção tem o objetivo de identificar inconsistências nas informações que são divulgadas conforme o padrão de divulgação de relatórios de sustentabilidade GRI Standards 2016. Como limitação, tivemos como foco os indicadores das séries 300 (Tópicos Ambientais)

e 400 (Tópicos Sociais), visto que esses tópicos podem conter maior número de questões sensíveis às atividades da empresa.

Para que o relatório de sustentabilidade esteja em conformidade com as Normas GRI Standards 2016, a instituição tem a opção de adotar as normas como um todo ou utilizar normas específicas selecionadas. Com base nisso, o relatório pode ser classificado como essencial ou abrangente. O essencial indica "que um relatório contém o mínimo de informações necessárias para entender a natureza da organização, seus tópicos materiais e impactos a eles relacionados, e como tais impactos são geridos" (GRI 101, 2016; p. 21). Enquanto o abrangente refere-se a informações adicionais em relação a estratégia, ética, integridade e governança da organização, além da organização ter que relatar todos os conteúdos específicos para cada tópico material (GRI 101, 2016; p.21).

A norma universal GRI 101 – Fundamentos enfatiza quais são os critérios requeridos para que um relatório esteja em conformidade com as Normas GRI, tanto para a opção essencial quanto para a abrangente, como demonstra o Quadro 2.

Quadro 2 - Critérios para declarar que um relatório foi elaborado em conformidade com as normas GRI

Item	Critérios requeridos	Opção Essencial	Opção Abrangente
1	Use a declaração correta (declaração de uso) em qualquer material publicado com onteúdos baseados nas Normas GRI	Inclua a seguinte declaração: "Este relatóriofoi elaborado em conformidade com as Normas GRI: opção Essencial"	Inclua a seguinte declaração: "Este relatóriofoi elaborado em conformidade com as Normas GRI: opção Abrangente"
2	Use a Norma GRI 101: Fundamentos para seguir o processo básicode elaborar um relatóriode sustentabilidade	Cumpra todos os requisitos da Seção 2 da Norma GRI 101: Fundamentos("Uso das Normas GRI para relato de sustentabilidade")	[O mesmo que na opção Essencial]
3	Use a Norma GRI 102: Conteúdos Gerais para relatar informações contextuais sobre a organização	Cumpra todos os requisitos de relato paraos **seguintes conteúdos** da Norma GRI 102: Conteúdos Gerais: • Conteúdos 102-1 a 102-13 (Perfil organizacional) • Conteúdo 102-14 (Estratégia) • Conteúdo 102-16 (Ética e integridade) • Conteúdo 102-18 (Governança) • Conteúdos 102-40 a 102-44 (Engajamento de stakeholders) • Conteúdos 102-45 a 102-56 (Prática de relato)	Cumpra todos os requisitos de relato de **todos os conteúdos** da **Norma** GRI 102:Conteúdos Gerais Motivos para omissões somente são permitidos para os seguintes conteúdos: Conteúdo 102-17 (Ética e integridade) e Conteúdos 102-19 a 102-39 (Governança). Para maiores informações, consulteo item 3.2

4	Use a Norma GRI 103: Forma de Gestão para relatar a forma de gestão e o Limite de um tópico para todos os tópicos materiais	Para cada tópico material, cumpra todosos requisitos de relato da Norma GRI 103:Forma de Gestão Motivos para omissões somente são permitidos para os Conteúdos 103-2 e 103-3(consulte o item 3.2)	[O mesmo que na opção Essencial]
5	Use as Normas específicas da GRI (séries 200, 300, 400)para relatar tópicos materiais	Para cada tópico material coberto por umaNorma específica da GRI: • cumpra todos os requisitos de relato da seção "Conteúdos da forma de gestão" • cumpra todos os requisitos de relatopara **pelo menos um conteúdo específico** Para cada tópico material não coberto por uma Norma GRI, recomenda-se relatar outros conteúdos apropriados para aqueletópico (consulte o item 2.5.3) Motivos para omissões são permitidos paratodos os conteúdos específlcos (consulte o item 3.2)	Para cada tópico material coberto por uma Norma específica da GRI: • cumpra todos os requisitos de relato da seção "Conteúdos da forma de gestão" • cumpra todos os requisitos de relatopara **todos os conteúdos específicos** Para cada tópico material não coberto por uma Norma GRI, recomenda-se relatar outros conteúdos apropriados para aquele tópico (consulte o item 2.5.3) Motivos para omissões são permitidos paratodos os conteúdos específlcos (consulte o item 3.2)
6	Garanta que os motivos para omissões sejam usados corretamente, se aplicáveis	Cumpra todos os requisitos do item 3.2(Motivos para omissões)	[O mesmo que na opção Essencial]
7	Comunique a GRI sobreo uso das Normas	Cumpra todos os requisitos do item 3.4 (Comunicar a GRI sobre o uso dasNormas)	[O mesmo que na opção Essencial]

Há de se destacar do Quadro 2 o Item 1 no qual afirma sobre o uso da declaração correta de qualquer material publicado com base nas normas GRI. Apesar da Norte Energia ressaltar nos anos de 2017, 2018 e 2019, que todo o relatório de sustentabilidade dos respectivos anos segue os padrões GRI, em nenhum desses anos há a declaração sobre qual opção de reporte se trata, o essencial ou o abrangente. Tal declaração foi observada apenas nos relatórios de 2020 e 2021.

Não é o intuito desta seção avaliar cada um desses critérios, pois o objetivo é verificar possíveis inconsistências do conteúdo dos relatórios referente as normas específicas da série 300 e 400. Porém, ressalta-se que os critérios apresentados no Quadro 2 são diretrizes de como um relatório deve ser apresentado segundo o padrão de divulgação GRI e, portanto, deve ser adotado pelas organizações relatoras como a base para a elaboração de relatórios de sustentabilidade.

A Tabela 2 mostra os indicadores GRI da Série 300 – Tópicos Ambientais bem como o ano de publicação das diretrizes.

Tabela 2 - Tópicos ambientais - Série 300

Tópicos Ambientais	Ano de Publicação das Diretrizes
GRI 301: Materiais	2016
GRI 302: Energia	2016
GRI 303: Água e Efluentes	2018
GRI 304: Biodiversidade	2016
GRI 305: Emissões	2016
GRI 306: Resíduos	2020
GRI 307: Conformidade Ambiental	2016
GRI 308: Avaliação ambiental de fornecedores	2016

A Tabela 3 mostra os indicadores GRI da Série 400 – Tópicos Socias bem como o ano de publicação das diretrizes.

Tabela 3 - Indicadores Série 400 - Tópicos Sociais

Tópicos Sociais	Ano de Publicação das Diretrizes
GRI 401 - Emprego	2016
GRI 402 – Relações de Trabalho	2016
GRI 403 – Saúde e Segurança do Trabalho	2018
GRI 404 - Capacitação e Educação	2016
GRI 405 - Diversidade e Igualdade de Oportunidades	2016
GRI 406 - Não Discriminação	2016
GRI 408 - Trabalho Infantil	2016
GRI 409 - Trabalho Forçado ou Análogo ao escravo	2016
GRI 410 - Práticas de Segurança	2016
GRI 411 - Direitos de Povos Indígenas	2016
GRI 412 - Avaliação de Direitos Humanos	2016
GRI 413 - Comunidades Locais	2016
GRI 414 - Avaliação Social de Fornecedores	2016

GRI 415 - Políticas Públicas	2016
GRI 416 - Saúde e Segurança do Consumidor	2016
GRI 417 - Marketing e Rotulagem	2016
GRI 418 - Privacidade do Cliente	2016
GRI 419 - Conformidade Socioeconômica	2016

2.5.7 Materialidade

A materialidade é um dos conceitos utilizados na elaboração dos relatórios de financeiros com objetivo de definir o quão uma informação ou dado é relevante para a tomada de decisão dos usuários da informação econômica, principalmente investidores. Segundo o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 26 – Apresentação das Demonstrações, que segue as normas internacionais de contabilidade IFRS (International Financial Reporting Standards) emitidas pelo IASB (International Accounting Standards Board), a informação é material se:

> "... sua omissão, distorção ou obscuridade pode influenciar, de modo razoável, decisões que os usuários primários das demonstrações contábeis de propósito geral tomam como base nessas demonstrações contábeis, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade."

De forma similar, os relatos de sustentabilidade têm utilizado o conceito oriundo das demonstrações financeiras como parâmetro para a seleção de tópicos nos quais a atividade das empresas tem maior relevância. Segundo o GRI (2016), esses tópicos relevantes abrangem, além das questões econômicas, impactos ambientais e sociais. Tais impactos, que podem ser positivos ou negativos, refletem as ações que as empresas causam na sociedade e no meio ambiente, sendo estes definidos a partir de uma combinação de fatores externos e internos (GRI, 2016).

O Conteúdo 102-46 e o item 6.1 da Norma GRI 102 - Conteúdos Gerais afirma que "a organização relatora deve incluir uma explicação de como o princípio da Materialidade foi aplicado para identificar tópicos materiais, incluindo as premissas adotadas" (GRI 102, 2016; p. 34). Além disso, a norma GRI 102 estabelece que essa explicação deve abordar "uma descrição específica de como o Princípio da Materialidade foi aplicado, inclusive como os tópicos materiais foram identificados com base nas duas dimensões do princípio." (GRI 102, 2016; p. 34).

O conceito de materialidade nos relatórios de sustentabilidade é crucial para que as organizações identifiquem e comuniquem as informações mais relevantes às partes interessadas. A materialidade envolve a determinação dos aspectos econômicos, ambientais e sociais de extrema importância para o desempenho e avaliação de impacto da organização. Isso garante que as informações relatadas sejam significativas, úteis e transparentes para as partes interessadas. A compreensão e implementação da materialidade podem variar, levando a debates e interpretações divergentes (EDGLEY et al., 2015; JONES et al., 2016).

A Global Reporting Initiative (GRI) tem enfatizado a importância da materialidade nos relatórios de sustentabilidade corporativa, pois ajuda a focar o relatório em questões que realmente importam para a empresa e seus stakeholders (MACHADO et al., 2020; PIZZI et al., 2022). A análise de materialidade é um processo subjetivo que requer mediar potenciais conflitos e lidar com a consistência do julgamento em diversas questões (MANETTI; MANETTI, 2011). Adicionalmente, tem sido estudada a adoção do conceito de materialidade na garantia de relatórios sociais e ambientais, destacando a sua importância na compreensão da transição e dos desafios associados (MORI et al., 2014).

3 METODOLOGIA

O presente capítulo tem o objetivo de apresentar os fatores que constituíram a configuração metodológica, como a tipologia da pesquisa, a escolha do corpus, os procedimentos de constituição dos dados e, ainda, algumas principais características da operacionalização da Análise Crítica do Discurso de Fairclough.

3.1 Tipologia da Pesquisa

As diferentes formas de enxergar uma situação dependem de diversos fatores que são resultantes da interação do indivíduo com o meio. Meio este que é composto por crenças, que são construídas socialmente por meio da mídia, do sistema de justiça, pela religião, pelas próprias experiências do indivíduo e pelo conhecimento popular. Da mesma forma, a pesquisa social pode ser construída por diversas formas e pode ser influenciada por diferentes fatores, entre os quais as nossas crenças como ímpeto para uma pesquisa. Entretanto, o conhecimento científico produzido com rigor científico pode suportar ou refutar as crenças pessoais (LEAVY, 2017).

As pesquisas sociais podem ser classificadas em categorias, nas quais uma pesquisa pode se encaixar em mais de uma (LEAVY, 2017). Este estudo é classificado quanto aos seus objetivos como exploratório e descritivo, que busca explorar como os relatórios de sustentabilidade refletem a ideologia dominante e retrata de forma precisa e detalhada as características observadas, sem interferir ou alterar o ambiente natural em que ocorrem (TAHERDOOST, 2022). Em relação aos procedimentos adotados, ele é caracterizado como documental, pois baseia-se em reportagens e documentos de fontes de informações externas bem como relatórios e documentos divulgados pela empresa (LEAVY, 2017).

Quanto à abordagem da situação problema, a pesquisa é classificada como qualitativa, pois requer a compreensão da natureza de um fenômeno social e segundo Pernecky (2017), torna-se uma mistura heterogênea de várias posições filosóficas em uma complexa rede de interesses, princípios, ideias e valores, sendo que não é suficiente falar apenas de uma única forma que comtempla o realismo ou absolutismo, de um único tipo de objetivismo, ou de uma única forma de abordagem do construcionismo, idealismo, hermenêutica ou fenomenologia. Há uma multiplicidade de horizontes filosóficos e metodológicos os quais requer um pensamento fluido e contínuo como oposição a quadros rígidos.

Quanto aos elementos da pesquisa, estes estão contidos em três categorias, filosófica, práxis e ética. A estrutura filosófica consiste em três elementos: paradigma, ontologia e epistemologia. No nível da práxis, há quatro elementos de pesquisa: genêro/desenho, método/prática, teoria e metodologia. O componente ético inclui valores, ética e reflexividade (LEAVY, 2017).

O paradigma consiste nas crenças ontológicas e epistemológicas e é uma visão de mundo ou quadro através do qual o pesquisador é levado por meio de um conjunto de premissas. Leavy (2017) sugere seis termos para categorizar os múltiplos paradigmas, são eles (1) pós-positivismo; (2) interpretativo/construtivista; (3) crítico; (4) transformativo; (5) pragmático e (6) intersubjetivo (LEAVY, 2017).

Desse modo, quanto a estrutura filosófica, esse estudo se classifica como crítico e transformativo. Crítico, pois envolve contextos interdisciplinares e enfatiza questões de poder, discursos dominantes e de justiça social. De outra maneira, a pesquisa crítica é compreendida como um "empreendimento político com capacidade de empoderar e emancipar" (LEAVY, 2017), buscando priorizar experiências e perspectiva daqueles que estão na periferia de uma ordem social hierárquica (LEAVY, 2017). Transformativo pois baseia-se na teoria crítica e levanta questões de raça, indígenas e promove os direitos humanos, justiça social e perspectivas orientadas para a ação social (LEAVY, 2017). Cabe reiterar que a Análise Crítica do Discurso é a ferramenta metodológica central na análise da linguagem apresentada tanto nos relatórios de sustentabilidade da empresa Norte Energia S.A quanto dos atores sociais envolvidos enquanto prática discursiva. Portanto, dada a heterogeneidade constitutiva do discurso, segundo a classificação de Fairclough (2001), considera-se o estudo como descritivo-interpretativo, uma vez que as três dimensões do discurso, textual, discursiva e social, se interagem de forma dialética e, portanto, estabelece diferentes dimensões de interpretação.

3.2 Construção do Corpus de Análise

Na ACD o conjunto de textos que serão analisados compõem o corpus. Para Fairclough (2001), a perspectiva do pesquisador é essencial para a seleção dos dados, na construção de um corpus de amostras de discurso bem como na decisão de coletar dados suplementares. O primeiro passo é saber o que é útil e "ter-se um modelo mental da ordem do discurso da instituição" e "os processos de mudança que estão em andamento", como uma preliminar para a construção do corpus. (FAIRCLOUGH, 2001; p. 278).

Foi definido como corpus da presente pesquisa, os relatórios da administração e sustentabilidade da empresa Norte Energia S.A., responsável pela construção e operação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. O recorte temporal do presente estudo foi o ano seguinte ao início da operação comercial que ocorreu em 2016. Portanto, serão analisados os relatórios de sustentabilidade referente aos exercícios de 2017, 2018, 2019, 2020 e 2021. Os relatórios são divulgados no site da empresa, https://www.norteenergiasa.com.br, na subseção Relatórios Anuais, https://www.norteenergiasa.com.br/pt-br/norte-energia/relatorios-anuais.

Consta-se que o, relatório de 2017 possui 33 páginas; o relatório de 2018 possui 62 páginas; de 2019, 19 páginas, do ano de 2020, há 115 páginas e, por fim, o relatório de sustentabilidade de 2021 possui 114 páginas.

3.3 Operacionalização da Análise Crítica do Discurso

Esta seção tem o objetivo de apresentar como será operacionalizada a Análise Crítica do Discurso de Fairclough (2001) em conjunto com os modos de operação da Ideologia, a análise das forças hegemônicas e sujeitos hegemônicos alinhados a perspectiva da racionalidade instrumental e substantiva.

A primeira etapa de análise consiste na leitura dos relatórios com o objetivo de buscar palavras e expressões que se referem a possíveis atores sociais ou fenômenos relacionados a intervenção no meio ambiente. Por exemplo, a palavra indígena é relevante para o estudo, visto que verificar como as questões da população indígena são tratadas e como são representados nos relatórios é central no presente estudo. Assim, após essa primeira leitura quatro eixos centrais de análise; o que se refere às questões de etnia, visando, principalmente captar a referência aos seguintes eixos temáticos: desmatamento, água, biodiversidade e violência. Nessa etapa é importante identificar sinônimos e metáforas utilizadas para expressar determinado ponto de vista e podem revelar a posição sobre um fenômeno (SALLES; DELLAGNELLO, 2019). Foram definidas inicialmente as seguintes palavras alinhadas ao objetivo do estudo para a busca nos relatórios de sustentabilidade: indígena, extinção, animais, biodiversidade, fauna, flora, ribeirinho, desmatamento, supressão, impacto e violência.

Essas palavras foram utilizadas para a codificação dos parágrafos aos quais pertenciam, nos quais foram realizadas a leitura inicial visando identificar elementos gramaticais, vocábulos e coesão textual. Essa etapa foi a Análise da Prática Textual conforme o quadro teórico de Fairclough (2001).

As seguintes etapas serão seguidas para análise textual:

1. codificação dos parágrafos com as palavras de interesse, palavras não reveladas em função de escolhas na construção do discurso: indígena, extinção, animais, biodiversidade, fauna, flora, ribeirinho, desmatamento, supressão, impacto e violência.
2. Levantamento de características dos discursos apresentados.
3. Análise da escala temporal adotada nos discursos e suas implicações.
4. Comparação entre relatórios
5. Análise das estruturas de forma a entender o que mais se revela ou mais se esconde na construção dos discursos.
6. Os atores sociais são representados por ativação ou passivação?
7. Há nominalizações? Há omissão de agentes?
8. Qual ator social é representado com papel mais ativo no texto?
9. Qual imagem é construída dos atores sociais?
10. Há fragmentação do texto ao abordar questões mais sensíveis? Por exemplo, utilizam recursos não discursivos (tabelas, gráficos, figuras) associados a questões sensíveis?
11. Há o uso de eufemismos, metáforas e ambiguidades?

Após essa primeira etapa da análise textual, considerada uma análise interna (semântica, gramatical e vocabulário), passa-se para uma análise externa, o texto conectado a outros textos (intertextualidade) e conectados a elementos de eventos sociais, a relações sociais práticas e estruturas sociais (interdiscursividade) (FAIRCLOUGH, 2003).

Assim, adentrando na esfera na prática discursiva, um recurso que permite ligar a prática discursiva aos processos de produção, distribuição e consumo é a intertextualidade (FAIRCLOUGH, 2001). De maneira simples, a intertextualidade diz da forma como um texto se refere a outros textos ou discursos (HARDY, 2004). É um conceito chave dentro da ACD e refere-se aos elementos discursivos nas relações de poder e solidariedade (FARRELY, 2019). A sua forma mais evidente é a citação direta, na qual um texto é citado entre aspas ou recuo de texto. Há também a citação indireta, na qual um texto é reportado, porém não se trata de uma cópia literal do original (SALLES; DELLAGNELLO, 2019).

A intertextualidade pode incorporar as relações potencialmente complexas que tem com as convenções (de gêneros, discursos, estilos, tipos de atividades), que estão estruturadas juntas

e constituem uma ordem de discurso[2] (FAIRCLOUGH, 2001). Assim, Fairclough (2001) destaca que a intertextualidade implica inserção na história (sociedade) em um texto e deste texto na história. Por inserção na história entende-se que um texto é construído por textos do passado. Por inserção do texto na história implica na resposta do texto, que reassenta e retrabalha textos passados, construindo a história e contribuindo para mudanças mais amplas, antecipando e tentando moldar textos subsequentes (FAIRCLOUGH, 2001). A essa historicidade, Fairclough (2001) entende que permite aos textos desempenharem "os papéis centrais que têm na sociedade contemporânea no limite principal da mudança social e cultural" (FAIRCLOUGH, 2001).

Por fim, vale ressaltar que, segundo Fairclough (2001), a intertextualidade tem como característica a heterogeneidade dos textos e um modo de análise que ressalta elementos e linhas diversas e frequentemente contraditórias. Portanto, dada essa historicidade, heterogeneidade e, por vezes, visões contraditórias dos textos, no presente estudo, a intertextualidade será analisada do ponto de vista da teoria racionalidade instrumental e substantiva de Guerreiro Ramos (1983). Uma vez que a arena representa o cenário de conflito composta por atores sociais contra ou a favor, a teoria da racionalidade de Guerreiro Ramos será grande relevância, visto que Belo Monte representa o confronto de duas visões de mundo opostas, de duas racionalidades. De um lado um mundo calcado na razão instrumental, voltado para a quantificação, mensuração, metas, lucros, etc. De outro, o mundo calcado na racionalidade substantiva, voltada para a realização plena do homem, para a redução da opressão, para a busca da integração com o próximo e com o meio ao redor, onde os avanços são alcançados por meio do diálogo.

As etapas, portanto, da prática discursiva, incluem a contextualização histórica e social, colocando os relatórios de sustentabilidade em contexto, considerando eventos históricos, políticas públicas e debates sociais relevantes que influenciam a produção desses documentos. A intertextualidade será examinada para identificar referências a outros textos, como leis, regulamentos, notícias, relatórios de ONGs e outras fontes independentes, analisando como essas referências são usadas para legitimar ou desafiar certas práticas e narrativas.

Por fim, na prática social, em que os membros das comunidades sociais produzem seus mundos ordenados ou explicáveis com implicações hegemônicas e ideológicas, a metodologia proposta por Thompson (2013) será uma importante aliada para a verificação dos modos de operação de ideologia nos relatórios a serem analisados. Na visão de Thompson (2013), a

[2] Uma ordem do discurso é uma rede práticas sociais em seu aspecto linguístico. Seus elementos são discursos, gêneros e estilos (FAIRCLOUGH, 2003).

manifestação da ideologia acontece em cinco dimensões essenciais para a compreensão do antagonismo produzido pela divisão da sociedade em interesses econômicos antagônicos, são elas: legitimação, dissimulação, unificação, fragmentação e reificação (THOMPSON, 2013). Após essa identificação serão analisados como esses discursos ideológicos representam forças hegemônicas e reativas e que implicam ou não na manutenção e a contestação do domínio social.

4 ANÁLISES

4.1 Análise Textual

4.1.1 O Encadeamento no Texto

4.1.1.1 Volatilidade da Escala Temporal

Um dos grandes problemas dos relatórios de sustentabilidade relativos à Usina de Belo Monte é a inconsistência da escala temporal, que dificulta o acompanhamento dos impactos socioambientais, sejam eles positivos ou negativos. Foram observados nos excertos quatro situações recorrentes no discurso apresentado nos relatórios.

1. A primeira situação refere-se a excertos em que há apenas a delimitação inicial do tempo, não sendo possível inferir quando essas ações foram concluídas.
2. A segunda situação diz de excertos que apresentam uma delimitação final, mas não dizem quando foram iniciadas as ações.
3. A terceira é composta por excertos em que não há delimitação temporal nem inicial e nem final.
4. E, por fim, passagens do texto em que o tempo é definido, mas não se refere ao atual período do relato.

4.1.1.2 Partindo do Início – Excertos com apenas a delimitação de tempo inicial

Esta seção é dedicada a análise de excertos presente nos relatórios de sustentabilidade, o corpus, nos quais é possível observar uma abordagem acumulativa, pois são passagens que se referem a investimentos ou ações com uma referência temporal que partem de um determinado ponto no tempo anterior ao ano base do relatório. Essas passagens não permitem realizar uma análise precisa quanto ao desenvolvimento dos investimentos ao longo do tempo e, muito menos, aferir quanto foi investido ou realizado no ano base a que se refere o relatório. Por isso, o nome da seção “Partindo do Início” representa o ponto temporal, considerado pela empresa como referência para apresentar suas ações e investimentos nos relatórios.

Foi possível observar que essa abordagem acumulativa aparece, principalmente, por meio da utilização da preposição “desde” e pode ser encontrado nos cinco relatórios analisados. A Tabela 1 apresenta a frequência com que a preposição desde foi utilizada no corpus.

Tabela 4 - Frequência da preposição desde

Expressões em que utilizam a preposição desde	Frequência
Desde início das obras	15
Desde 2011	15
Desde início do projeto	11
Desde 1970	4
Outros pontos do tempo ou usos	53
Total	**98**

Fonte: Elaborado pelo autor

É possível observar que a utilização da preposição se referindo ao início das obras é mais frequente juntamente com a expressão se referindo ao ano de 2011, totalizando ambas, 30 vezes a sua utilização nos cinco relatórios. A expressão se referindo ao início do projeto foi utilizada 11 vezes, se referindo à década de 1970 foi utilizada 4 vezes e, por fim, outros pontos do tempo ou usos da palavra desde foi utilizado 53 vezes nos cinco relatórios analisados.

4.1.1.3 Desde o Início das Obras

O início das obras de Belo Monte é um momento essencial e de interesse tanto por parte da empresa quanto de todas as partes envolvidas[3], já que foi o momento em que os impactos sociais e ambientais se materializaram, resultante da movimentação de máquinas, caminhões, pessoas, terras, materiais e capitais associados à obra. Momento esse, também marcado por protestos e reivindicações por garantia de direitos e contra a ocorrência da obra, principalmente por parte de ONGs e populações indígenas.

O excerto a seguir apresenta um exemplo dessa abordagem cumulativa: “Desde o início da obra da UHE Belo Monte, a Norte Energia já investiu cerca de R$ 115 milhões em segurança pública” (Norte Energia, 2017; p.21). É possível observar que essa sentença cria uma noção de vagueza, um fenômeno semântico associado a expressões que fazem referências a uma maneira aproximada, que se apresenta de maneira incerta ou imprecisa, deixando o contexto acrescentar as informações não especificadas (CANÇADO, 2012). Observe que ao não especificar o ano de início das obras, a sentença exige do usuário da informação o conhecimento do contexto de quando as obras se iniciaram. Isso pode implicar em interpretações diversas, já que torna obscura informações relevantes para os usuários locais, em especial, dos relatórios de sustentabilidade, pois não informa o valor investido no corrente ano, nem tampouco como os

[3] Considera-se partes envolvidas todos os que foram atingidos direta ou indiretamente pelas obras como os povos indígenas, população ribeirinha e população das cidades nas áreas de influência direta e indireta.

investimentos se comportaram ao longo dos anos, ou seja, se há uma tendência de queda, de crescimento ou de estabilidade.

O uso da preposição aparece novamente quando se aborda as ações da empresa em relação a uma das mais importantes substâncias necessárias para a manutenção da vida – a água. Neste ponto é dito que: “Desde o início das obras, foram coletadas 57.628 amostras de água superficial para análise dos parâmetros físico-químicos e bacteriológicos (...)” (NORTE ENERGIA, 2017; p.26). Apesar da importância dos recursos hídricos na contemporaneidade, não há maiores detalhamentos, fazendo com que as informações se tornem vagas, o que, segundo Houaiss (2009), é uma característica indesejável em um texto científico, informativo e que deve atender aos requisitos e necessidades de todas as partes interessadas, como os relatórios de sustentabilidade.

Esse mesmo padrão de apresentação de ações da empresa se repete nos relatórios dos anos seguintes. Por exemplo, o excerto a seguir se repete nos relatórios de 2017, 2018, 2019 e 2020. Nele é tratado a questão de saneamento básico em um dos municípios diretamente impactados pela obra: em “Senador José Porfírio, três comunidades deste município receberam obras de saneamento desde o início da construção da UHE Belo Monte” (Norte Energia, 2020; p. 69). Observe mais uma vez que a sentença não demonstra o quanto foi investido em obras de saneamento básico nos anos base a que se referem e nem mesmo o comportamento desses investimentos ao longo dos anos, o que a torna uma sentença imprecisa semanticamente.

No relatório de 2020 a preposição “desde” é novamente utilizada com a ideia de um ponto de partida, distante do tempo atual, denotando uma ação constante até a data do relatório: “Desde o início das obras, a Norte Energia desenvolveu programa específico para a destinação adequada da madeira originada da supressão vegetal” (Norte Energia, 2020; p. 97). Observe que nesse excerto a empresa enfatiza que desenvolveu o programa para a destinação adequada da madeira originada da supressão, que foi finalizado no ano de 2015 como a própria empresa destaca: o “processo de supressão vegetal nas áreas das obras civis e dos reservatórios da UHE Belo Monte foi concluído em 2015” (2020, P. 97). Salienta-se, desse modo, os anacronismos das informações com o ano base do relatório.

4.1.1.4 Desde 2011

Como ressaltado, a utilização da preposição desde juntamente com o ano de 2011 ocorreu 15 vezes nos cinco relatórios analisados. Mesmo no relatório de 2021, dez anos após, ainda relatam ações que se iniciaram em 2011 e passam a ideia de que permanecem ativas no

ano base do relatório sem, no entanto, destacar a variação ano a ano. Essa característica cumulativa das ações implica em informações e análises imprecisas.

Por exemplo, pode-se citar as ações da empresa para fortalecer o controle da Malária. A empresa, mais uma vez, demonstra dados que se referem a anos anteriores ao ano base do relatório como no excerto em que destaca a queda dos casos de Malária desde o ano de 2011:

> "Na área de saúde pública, a Norte Energia investe, desde 2011, no Plano de Ação para Controle da Malária (PACM). Nos cinco municípios que constituem a AID da UHE Belo Monte, os casos da doença tiveram redução quase total em 2016, sendo que, em novembro de 2017, não foi relatado nenhum caso da doença. Com a inclusão de Pacajá na AID do empreendimento, a diminuição chega a 99% nos últimos sete anos" (NORTE ENERGIA, 2017; p. 20).

Observe que a apresentação da informação sobre os investimentos no Plano de Ação para Controle da Malária (PACM) ocorre por meio de uma sentença na voz ativa, que indica que a empresa realiza a ação de forma constante até a data a que se refere o relatório. Entretanto, não é possível inferir de quanto foi o investimento no PACM no último ano. Essa mesma informação é repetida no ano de 2018:

> "A área de saúde pública, a Norte Energia investe, desde 2011, no Plano de Ação para Controle da Malária (PACM). A continuidade das ações do PACM nos cinco municípios da AID da UHE Belo Monte tem sido de extrema importância para redução e controle da malária na região. Quando são comparados os dados de 2018 em relação a 2011, registra-se uma redução de 97,5% e 94,5%, quando são incluídos os dados do município de Pacajá" (NORTE ENERGIA, 2018; p. 36)

Observe nesse excerto que, além de ser muito semelhante ao do ano de 2017, ainda é possível observar que a redução que antes era de 99% do ano de 2017 em relação ao de 2011, agora é de 94,5%, em relação ao ano de 2011. Ou seja, pela interpretação desses números, ocorreu um aumento dos casos de malária no ano de 2018.

No relatório de sustentabilidade do ano de 2019, a comparação com o ano de 2011 permanece:

> "Na área de saúde pública, a Norte Energia investe, desde 2011, no Plano de Ação para Controle da Malária (PACM). Quando são comparados os dados de 2018 em relação a 2011, registra-se uma redução de 97,5% e 94,5% quando são incluídos os dados do município de Pacajá. Os resultados do Programa até o 1º semestre de 2019 demonstraram uma redução de 96,3% nos municípios da AID da UHE Belo Monte e 96,4% quando são incluídos os dados de Pacajá" (NORTE ENERGIA, 2019; p. 16)

Pode ser observado no parágrafo acima que a informação sobre os dados de 2018 se repetem no ano de 2019. Acrescentam a informação da redução de casos, ainda em relação a

2011, apenas em relação ao primeiro semestre de 2019. Além disso, a redução que no relatório de 2018 era de 94,5%, passou para 96,3%.

Ainda com referência ao Plano de Ação para Controle da Malária, no relatório de 2020 a Norte Energia divulgou a seguinte informação:

> "Além de ações solidárias diretamente ligadas ao controle da pandemia, a Norte Energia investe, desde 2011, no Plano de Ação para Controle da Malária (PACM). O êxito do plano pode ser medido pela redução de 91,12% nos registros de caso da doença de 2020 em relação a 2011, nos municípios da AID Belo Monte e Pacajá" (NORTE ENERGIA, 2020; p. 68)

Observe que em relação ao ano de 2011, a redução foi menor do que a apresentada nos anos anteriores, implicando em um aumento, portanto, em relação, ao ano anterior, segundo os percentuais informados.

> "A Norte Energia investe, desde 2011, no Plano de Ação para Controle da Malária (PACM). O êxito do plano nos municípios da AID Belo Monte e Pacajá pode ser medido pela redução de 93,51% nos registros de caso da doença de 2021 em relação a 2011, medidos pelo Sistema de Informação de Vigilância Epidemiológica (Sivep) do Ministério da Saúde" (NORTE ENERGIA, 2021; p. 73)

Observe que a comparabilidade da informação do atual período do relato com anos anteriores é prejudicada. Assim como em anos anteriores, não é possível inferir qual foi a efetividade e alcance do Plano de Controle da Malária nos municípios afetados ao longo do período analisado e nem mesmo compará-lo com o ano anterior.

Em suma, o quadro abaixo resume as informações apresentadas pelos relatórios de sustentabilidade de forma comparada com o ano anterior.

Quadro 3 Dados sobre a Malária divulgados pela Norte Energia

	2017	2018	2019	2020	2021
Redução em relação a 2011, incluindo o município de Pacajá.	99%	94,5%	96,4%	91,12%	93,51%
Implicação dos percentuais apresentados	Ocorreu praticamente zero casos em 2017	Houve um aumento de casos em relação a 2017	Houve uma diminuição de casos em relação a 2018	Houve um aumento de casos em relação a 2019	Houve uma diminuição de casos em relação a 2020

Fonte: Elaborado pelo autor

Observe que pelos dados divulgados nos relatórios, quando comparados com o ano anterior, em 2018 e 2020 os casos de malária aumentaram. Porém, isso só é possível inferir se

olhar os cinco relatórios em conjunto. Essa informação comparada não é apresentada bem como a que universo esse percentual se refere. Tais condições dificultam a leitura, a interpretação e, portanto, podem impactar a tomada de decisão dos potenciais usuários dos relatórios. Indo além, essa falta de comparabilidade temporal bem como a informação cumulativa em relação a 2011, esconde e distorce informações de ações ineficazes da empresa bem como impactos negativos.

4.1.1.5 Desde o Início do Projeto

Outro ponto de partida relevante nos relatórios é o início do projeto. O início do projeto foi utilizado em excertos da mesma forma que foi a expressão desde o início das obras e desde 2011, com um sentido de passar uma ideia de acumulação das ações e de distanciamento do tempo presente em que o relatório foi emitido.

Em tópico que trata a assistência social às famílias afetadas pela barragem é possível observar algumas inconsistências temporais. Por exemplo, a Norte Energia, no relatório de 2017, ressaltou que "Desde o início do projeto, foram visitadas mais de 6 mil famílias, com 22.415 encaminhamentos para atendimentos a situações de vulnerabilidade." (Norte Energia, 2017; p.21). Assim como anteriormente, a sentença sem uma data específica cria uma noção de vagueza, que exige do leitor um conhecimento prévio do contexto do projeto.

Ao tratar do mesmo assunto, a empresa divulgou no ano seguinte, 2018, que "Desde o início do Projeto, foram encaminhadas 2.392 famílias para atendimento dos Serviços Conveniados de Altamira e Vitória Xingu, para as quais foram realizadas 12.092 visitas e 3.818 encaminhamentos." (Norte Energia, 2018; p. 39). Observe que o início do projeto, que, segundo o próprio relatório seria em 2010, é uma referência temporal de oito anos atrás ao ano base a que se refere.

Além disso, surge aqui uma inconsistência no relatório, já que a preposição **desde** "indica (...) extensão a partir de um momento determinado" (HOUAISS, 2009), sendo assim, a informação publicada em 2017 implica que – já que não há o uso da preposição **até** que "expressa um limite posterior de tempo" (HOUAISS, 2009) – foram feitos, cumulativamente, 22.415 encaminhamentos. Todavia, ao analisar as informações de 2018, indica-se dois números muito inferiores – 2.392 e 3.818 – ao número anteriormente apresentado em 2017, o que não faz sentido quando se usa o adjetivo **desde**, que denota uma condição acumulativa. Uma possibilidade seria a mudança na unidade que poderia ter passado de indivíduos para famílias, contudo, isso deve ser entendido como uma suposição, já que não há qualquer tipo de esclarecimento no relatório, o que reduz a coesão do texto.

O uso da preposição **desde** continua presente no relatório do ano de 2019, quando afirmam que "Desde o início do Projeto, foram visitadas mais de 6 mil famílias, encaminhadas 2.666 para atendimento dos Serviços Conveniados de Altamira e Vitória Xingu, para as quais foram realizadas 15.286 visitas e 4.463 encaminhamentos." (NORTE ENERGIA, 2019; p.19). Além da referência temporal distante do ano base a que se refere, observa-se que os números relatados não demonstram a variação que ocorreu de um ano para o outro e, portanto, o julgamento da informação torna-se falho, pois não há como concluir qual o número alcançado por ano, sem ter o relatório anterior, ou saber se foram atendidas às reais demandas da comunidade, pois não há indicadores para estas.

A configuração usada para a exposição dessas informações se mantém ao longo dos anos nos diferentes relatórios publicados, mas isso não implica em um efeito coesivo positivo pois os extratos analisados, com suas variações, apresentam uma incoerência estrutural na exposição pretendida das informações.

Retomando o relatório de 2018 tem-se: "Desde o início do Projeto, foram encaminhadas 2.392 famílias para atendimento dos Serviços Conveniados de Altamira e Vitória Xingu, para as quais foram realizadas 12.092 visitas e 3.818 encaminhamentos" (Norte Energia, 2018; p. 39). Da primeira oração conclui-se que aconteceram 2.392 encaminhamentos de famílias para os serviços das duas cidades. A locução **para as quais** estabelece uma relação entre esta oração e a segunda, todavia, nesse caso há uma inconsistência, pois, a vinculação é estabelecida entre as 2.392 famílias e as "12.092 visitas e 3.818 encaminhamentos", o que não faz sentido, pois o segundo número de encaminhamentos é 1.426 superior ao primeiro. Surge então a possibilidade de vinculação com os municípios de Altamira e Vitória Xingu, o que também não faz sentido pois o sintagma, de tipo nominal, é "Serviços Conveniados de Altamira e Vitória Xingu" e se teria um erro de concordância pois a locução usada deveria ser **para os quais**, ademais, serviços conveniados não são objetos de visitas ou encaminhamentos dentro do contexto apresentado no relatório.

Conclui-se, consequentemente, que esse segmento tem baixa coerência textual, entendida como a organização "dos elementos de um texto que, com significados diferentes, são interligados de modo a fazer com que esse texto apresente sentido completo, sendo claro e compreensível". (RIBEIRO, 2023)

O formato da informação sobre o número de famílias em situação de vulnerabilidade é repetido no relatório do ano de 2020 da seguinte maneira: "Desde o início do projeto, mais de seis mil famílias receberam visitas de equipes especializadas. Do total, 2.993 foram encaminhadas para atendimento dos Serviços Conveniados de Altamira e Vitória Xingu, para

as quais foram realizadas 18.970 visitas e 5.106 encaminhamentos" (NORTE ENERGIA, 2020; p. 72).

Poderia se dizer que há a manutenção do baixo padrão de coerência textual, contudo, uma informação foi resgatada do relatório de 2017, quando foi afirmado que "Desde o início do projeto, foram visitadas mais de 6 mil famílias" (Norte Energia, 2017; p.21). Infelizmente esse acréscimo não representa uma melhora no relato das informações.

Primeiramente, dado que o uso da preposição **desde** implica em uma abordagem acumulativa, torna-se improvável que o número de visitas se mantenha depois de três exercícios, até porque, ao longo dos anos são relatadas uma sequência de visitas muito superior a esse número agora resgatado.

Em segundo lugar, no relatório de 2020 há uma discrepância, pois no mesmo excerto são encontradas duas quantificações distintas em relação às visitas. Apesar de tecnicamente se poder dizer que não há tal discrepância, pois associado aos 6 mil está o advérbio **mais**, que tem como significação acima de, e 18.970 é claramente um número superior; esse argumento chega a ser risível pois tal imprecisão seria incompatível ao propósito de um relatório corporativo que visa divulgar seus impactos socioambientais. Tal uso iria contra "a necessidade da adequação da linguagem e da terminologia à situação, ao contexto" (CIPRO NETO, 2007), prejudicando a propriedade linguística necessária na interação entre empresa e sociedade.

A única distinção entre a informação de 2017 e a de 2020 é que nesta última há a qualificação de que as visitas foram feitas por equipes especializadas. Mas isto quer dizer que nas demais visitas as equipes não eram especializadas? Questões como essa são mais difíceis de serem respondidas pelo uso de nominalizações, que representam um elemento complicador para o processo de compreensão do relatório. A nominalização trata-se da "conversão de processos em nomes, que tem o efeito de por o processo em si em segundo plano" (FAIRCLOUGH, 2001, p. 223). As palavras visitas e encaminhamentos são muito amplas, sob esses dois guarda-chuvas há todo um conjunto de ações e caracterizações que destacariam a atuação da empresa aos usuários dos relatórios. Mas, talvez não.

Por que talvez não? Porque a nominalização tem como característica "a possibilidade de omitir o agente e a variedade de motivações para fazê-lo" (FAIRCLOUGH, 2001, p. 226). Sob os dois substantivos estão soterradas informações como a amplitude da ação da empresa, o volume de seus recursos alocados para essas atividades, a diversidade dessas visitas, a subordinação dos componentes das equipes que fazem as visitas, o grau de comprometimento financeiro e físico da Norte Energia no deslocamento das pessoas para fins de encaminhamento, e a responsabilidade pelos custos dos serviços conveniados nos municípios da região, entre

outras. Em suma, não fica claro os limites entre as esferas pública e privada nesse processo, se há esses limites e o porquê dessa falta de clareza.

Cabe destacar ainda a falta de consistência no tratamento dos topônimos ao longo dos relatórios. Nestes excertos analisados aqui neste subtópico, o município de Vitória do Xingu foi tratado erroneamente, por diversas vezes, como Vitória Xingu, ou seja, omitindo-se a contração **do**. Isso aconteceu simultaneamente ao uso correto em outros segmentos do relatório durante várias edições, o que certamente não auxiliou na adequada interpretação das informações por parte dos usuários.

Observe que de 2017 a 2020, no âmbito da assistência social, não foram informadas as quantidades de atendimentos e encaminhamentos em cada ano referentes ao ano base do relatório. Entretanto, no relatório de 2021 foi observado uma mudança, quando não mais utilizaram a expressão desde o início do projeto, mas utilizam um substituto: "ao longo de" e "já foram" resultando em uma situação mista, pois ainda enfatizam um ponto temporal inicial distante do ano base, mas divulgam os dados referente ao ano base, como pode ser observado no excerto a seguir:

> "A Norte Energia, no âmbito do Projeto de Atendimento Social e Psicológico da População Atingida, já possibilitou a realização de atendimentos e encaminhamentos nas áreas de Saúde, Educação, Segurança Pública, Emissão de documentos, além da estruturação de Cras, Creas, Cadastro Único, Conselho Tutelar e Sistema de Garantia de Direitos. Ao longo do processo de implementação já foram realizados 21.367 atendimentos e 5.690 encaminhamentos. Em 2021, especificamente foram 2.271 atendimentos e 574 encaminhamentos." (NORTE ENERGIA, 2021; p. 75)

Além dessas inconsistências que expressam a ambiguidade e vagueza da informação relatada, foi possível observar que no relatório de 2020, a data inicial do projeto considerada foi de 2011 e não de 2010, como pode ser visto no excerto que se segue: "As iniciativas nesse campo estão todas previstas no PBA, desenvolvido pela Companhia desde o início do projeto da UHE Belo Monte, em 2011." (NORTE ENERGIA, 2020; p. 100).

No relatório de sustentabilidade do ano de 2021 ainda é possível observar excertos que expressam o acúmulo de quantidades com referência a um ponto inicial diferente do ano base do relatório. Assim, ao tentar associar a arrecadação de impostos de vários municípios atingidos pela barragem e que tiveram seu sistema de econômico totalmente modificado, a empresa enfatiza: "Somente em impostos municipais, já propiciou uma arrecadação, desde 2011, de mais de R$840 milhões, o que torna o empreendimento um vetor do desenvolvimento socioeconômico da região." (NORTE ENERGIA, 2021; p. 65). Observa-se que ao ler o valor

informado passa-se a ideia de um valor notável, substancial ou significativo, decorrente da abordagem acumulativa, entretanto, esse valor refere-se a dez anos, “desde 2011”.

4.1.1.6 De Algum Lugar do Passado – Excertos com apenas a delimitação final

Ao contrário das seções anteriores, quando a empresa se referia a um determinado ponto no tempo, esta seção é dedicada a análise de excertos dos relatórios de sustentabilidade, no corpus, em que não há a referência ao início temporal, mas a delimitação final. Por isso, o nome da seção “De algum lugar do passado”, pois nos excertos analisados não há a possibilidade de concluir qual o momento inicial dos investimentos ou ações declaradas pela empresa.

Essa característica, sem delimitação do tempo inicial, foi observada quando foi utilizada a preposição “até”, que do ponto de vista semântico está em um campo de análise cujo traço principal é a dinamicidade, que pode indicar um movimento de aproximação a um ponto de chegada: a) uma chegada ao limite (físico ou temporal) ou b) mera direção (BECHARA, 2019; PRIBERAM, 2011).

Os excertos em que não há uma delimitação do tempo inicial, dificultam a comparabilidade tanto das ações realizadas no ano corrente do relato quanto de objetivos e metas que foram ou que possam ser estabelecidos. Por exemplo, o excerto seguinte aponta que a Norte Energia investiu “até o fim de 2017, R$ 2,9 bilhões em ações socioeconômicas nos municípios das áreas de influência direta e indireta do empreendimento” (Norte Energia, 2017; XX). O mesmo tratamento é dado a outros extratos, quando é afirmado que: “Até 2017, a Norte Energia investiu R$ 4,8 bilhões em ações socioambientais” (Norte Energia, 2017; XX).

O mesmo acontece em anos posteriores quando é dito que: “Até 2018, a Norte Energia investiu R$ 6,3 bilhões em ações socioambientais e seguiu atendendo aos compromissos definidos pelo PBA” (Norte Energia, 2018; p. 45). Quando se refere ao atendimento à população migrante, que no caso de Belo Monte atraiu um grande contingente de pessoas para as áreas diretamente e indiretamente afetadas, a empresa ressalta:

> “No que diz respeito ao atendimento voltado à população migrante, este tem como função acolher, disponibilizar hospedagem provisória às pessoas ou grupo familiar em situação de migração e sem condições temporárias de auto sustento, aguardando retorno ao local de origem ou outro tipo de encaminhamento. Até o momento, foram atendidos 820 migrantes” (NORTE ENERGIA, 2018; p. 39).

No trecho sobre o atendimento à população migrante fornecido pelo relatório da Norte Energia de 2018, observa-se uma certa ambiguidade na apresentação das informações relacionadas ao acolhimento e à hospedagem provisória oferecidos a indivíduos ou famílias em situação de migração. A passagem menciona que até aquele momento, 820 migrantes foram

atendidos, mas não esclarece se esse número representa o total de migrantes assistidos no ano de 2018 ou se acumula o atendimento ao longo de vários anos. Além disso, falta uma indicação precisa dos períodos ou anos aos quais esses dados se referem, o que deixa uma lacuna na interpretação dos esforços contínuos da empresa e na avaliação do impacto de suas ações socioambientais.

Esta imprecisão na comunicação demanda que o leitor faça suposições sobre o contexto e o histórico dos esforços de sustentabilidade da empresa. Tal exigência por conhecimento prévio ou a ausência de informação detalhada no relatório pode levar a interpretações equivocadas. Por exemplo, sem uma delimitação temporal clara, fica difícil determinar se o apoio a migrantes constitui um esforço contínuo e sistemático da Norte Energia ou se as ações foram concentradas em momentos específicos, afetando a compreensão sobre a consistência e a magnitude dos investimentos em iniciativas socioambientais.

No relatório de sustentabilidade do ano de 2019 a empresa Norte Energia apresenta seu investimento em valores monetários nas ações socioambientais da seguinte forma: “Durante a implantação da Usina Hidrelétrica Belo Monte no Pará, a Norte Energia empregou, até o fim de 2019, R$ 3,1 bilhões em ações socioeconômicas nos municípios das áreas de influência direta e indireta do empreendimento” (NORTE ENERGIA, 2019; p. 15). Esse investimento considerável tem consequências significativas nas áreas de influência direta e indireta do empreendimento. Economicamente, pode-se esperar um impacto positivo na geração de empregos e no desenvolvimento da infraestrutura local, com potenciais melhorias no padrão de vida das comunidades. Social e culturalmente, tais investimentos podem influenciar positivamente em educação e saúde, embora exista o risco de desafios como desintegração cultural e deslocamento de populações. Ambientalmente, os investimentos demandam uma análise crítica, pois, apesar de parte dos recursos poder ser destinada à mitigação de impactos ambientais, as alterações significativas nos ecossistemas e na biodiversidade são uma preocupação, por vezes, de difícil mensuração financeira. Por fim, o contexto da sustentabilidade desses investimentos surge como uma questão crucial, onde a eficácia e a distribuição dos recursos devem ser avaliadas para assegurar benefícios de longo prazo para as comunidades e o meio ambiente.

No relatório de 2020, com relação às áreas de recuperação de florestas, a Norte Energia destaca: “A área já recuperada perfaz 1.607 ha, sendo que essa atividade envolveu até dezembro de 2020 a produção de 1.723.660 mudas de espécies nativas” (NORTE ENERGIA, 2020; p. 99). Ao delimitar apenas o ponto final (dezembro de 2020) sem especificar quando essas atividades de recuperação começaram, o relatório deixa um vácuo na compreensão do leitor

sobre a duração e o ritmo das ações ambientais. Sem esse marco inicial, é difícil avaliar o verdadeiro alcance e a intensidade dos esforços de recuperação.

Ademais, a falta de uma linha do tempo clara pode levar a uma percepção exagerada ou subestimada do progresso feito pela empresa. Por exemplo, a recuperação de 1.607 hectares e a produção de mais de 1,7 milhão de mudas podem parecer mais impressionantes se os leitores assumirem que esses esforços foram concentrados em um período curto, enquanto a percepção pode mudar se essas ações foram espalhadas ao longo de muitos anos. Essa abordagem na apresentação dos dados pode ser vista como uma falta de transparência total, pois a omissão de datas de início pode implicar em uma tentativa de mascarar a lentidão no progresso ou de exagerar os esforços realizados.

Na realidade, a constituição da Norte Energia não se iniciou apenas com o começo de suas operações. A empresa foi estabelecida quando o projeto da Usina Hidrelétrica Belo Monte foi colocado em leilão. Este evento crucial ocorreu em 2009, marcando a formação da Norte Energia por um consórcio de empresas. Posteriormente, em 2010, a Norte Energia consolidou sua posição ao vencer o leilão, pavimentando o caminho para o início de suas atividades operacionais. Portanto, a existência da empresa é anterior ao início efetivo de suas operações, estando vinculada desde sua concepção ao projeto de Belo Monte.

Em outra passagem, a empresa destaca suas ações em relação à ictiofauna: “A Norte Energia havia protegido, até dezembro de 2020, quase 5 milhões de filhotes de tartarugas-da-amazônia, pitiús e tracajás nascidos nas praias do Refúgio de Vida Silvestre Tabuleiro do Embaubal e Volta Grande do Xingu, por meio de seu projeto de conservação e manejo de quelônios, executado no âmbito do PBA da Usina Hidrelétrica Belo Monte” (NORTE ENERGIA, 2020; p. 101). A ausência de um marco temporal inicial nas atividades de conservação relatadas cria uma ambiguidade. Sem conhecer o período durante o qual esses 5 milhões de filhotes foram protegidos, torna-se desafiador para o leitor avaliar a eficácia e o escopo temporal das iniciativas de conservação da empresa. Essa omissão pode levar a interpretações variadas sobre o ritmo e a intensidade dos esforços de conservação.

Por fim, no relatório de sustentabilidade de 2021, ainda é possível observar abordagens cumulativas e sem a demarcação temporal inicial. Por exemplo, ao tratar de apoio financeiro a associações e instituições que atuam em defesa da causa indígena, a Norte Energia ressalta:

> Assim sendo, no período de 2010 a 2012, a Eletrobrás aportou recursos e acompanhou projetos socioambientais apresentados e executados pela Associação Floresta Protegida e pelo Instituto Kabu, ambas instituições do povo Kayapó. Em 2013, a Norte Energia iniciou seu apoio, por meio de aporte financeiro, para que ambas as instituições indígenas dessem continuidade aos projetos então em curso, e a Eletrobrás

> permaneceu na gestão e acompanhamento. O aporte financeiro da Norte Energia até o ano de 2021 já soma aproximadamente R$ 18 milhões, que foram alocados em projetos relacionados à proteção territorial; à valorização cultural, e ao apoio às atividades econômicas sustentáveis

Portanto, percebe-se nesses extratos a ausência de uma clara delimitação do momento em que se inicia tais investimentos ou mesmo uma indefinição como no último caso. Pode-se ficar tentado a considerar tal começo a partir do início das obras, que parece ser o contexto construído em função dos excertos extraídos do corpus anteriormente apresentados, porém, isso não é possível de ser afirmado, já que não foi observado um padrão estabelecido no texto construído pela organização.

"Em 2013, a Norte Energia iniciou seu apoio, por meio de aporte financeiro, para que ambas as instituições indígenas dessem continuidade aos projetos então em curso, e a Eletrobrás permaneceu na gestão e acompanhamento." Este trecho revela um emaranhado de operações entre a Norte Energia e a Eletrobrás, evidenciando uma interconexão complexa em suas atividades. Notavelmente, o uso de termos como 'gestão' e 'acompanhamento' resulta em uma falta de clareza sobre os limites exatos das responsabilidades e intervenções de cada organização. Essa nominalização não delineia claramente onde termina a atividade de uma instituição e começa a da outra. Além disso, a ausência de quantificação dos valores de aportes financeiros contribui para a nebulosidade desta relação, deixando lacunas significativas em nossa compreensão do escopo e da magnitude desses apoios financeiros."

O marco temporal inicial das obras relatado como sendo em 2011 é citado apenas uma vez ao longo de cada um dos relatórios analisados, exceto no relatório de 2021, em que o ano de 2011 não é associado ao início das obras em nenhuma passagem do texto. O excerto em que é destacado o ano de 2011 como sendo o início das obras se repete nos relatórios dos quatro primeiros anos analisados, 2017, 2018, 2019 e 2020: “Por isso, desde o início das obras de construção da usina, em 2011, a empresa publica um Relatório Anual...” (Norte Energia, 2017; p.7). O que gera dúvidas, já que trabalhos apontam o início da construção em 2010 (FLEURY; ALMEIDA, 2013b), enquanto outros estudos referem-se ao ano de 2011 (PINTO, 2011).

A definição do momento inicial de Belo Monte é complexa, pois, conforme foi visto, o projeto original remonta à ditadura militar, mas foi retomado no governo Luís Inácio Lula da Silva dentro de um conjunto de projetos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em 2007 (FLEURY; ALMEIDA, 2013). Isso está associado ao início do projeto.

Portanto, caso o usuário da informação não fique atento ao único excerto em que é citado o ano inicial como sendo considerado, não fica claro de que horizonte de tempo se está falando

quando se aborda o atendimento às famílias, se de um período superior a 50 anos, remontando ao regime militar, ou se da retomada do projeto, já no Governo Lula, com um horizonte de tempo bem menor, com cerca de 15 anos.

4.1.1.7 Em Algum Lugar do Passado – Excertos sem delimitação temporal de ações

Esta seção, "Em algum Lugar do Passado", é dedicada a analisar excertos que demonstram ações que já se findaram, mas não se sabe quando isso aconteceu. Desse modo, são excertos que demonstram informações incompletas quanto aos momentos em que ocorreram no passado. Por isso, o nome da seção Perdido no tempo, pois as ações encontram-se sem delimitação temporal.

Esses excertos têm como característica a utilização de algum verbo no pretérito perfeito, que se refere a fatos anteriores ao momento em que é falado (BECHARA, 2019; p. 366). Ou seja, o uso do verbo no pretérito perfeito sem um delimitador temporal implica em uma indefinição ou uma incerteza se as ações ocorreram ao longo do ano-base do relatório, em algum momento do passado ou se numa base acumulativa até o presente.

O caso mais drástico de tratamento da escala temporal acontece quando o relatório aborda a vila construída como apoio às famílias impactadas por Belo Monte. No relatório de 2017 é declarado que a "Vila Residencial chegou a abrigar 2.587 famílias" (NORTE ENERGIA, 2017; p. 24). É importante notar o verbo chegar no pretérito perfeito, que é um "tempo verbal que se refere a uma ação ou estado tido pelo falante como concluído" (HOUAISS, 2009). Em suma, a referida vila, em algum momento abrigou mais de 2.500 famílias. Não se sabe, contudo, quantas pessoas lá se encontram em 2017 ou se há de fato alguém, já que não há indicações de que tenha continuidade no presente, ou seja, remete a uma ação do passado que não se sabe quando ocorreu. Dada a precisão do número apontado, e ao sentido de **chegar** como "ir até o ponto de" (PRIBERAM, 2011) se denota que este foi o ápice de ocupação da vila.

Tal ápice de ocupação é reiterado nos relatórios de 2018 e 2019, quando a mesma informação é repetida, ou seja, o mesmo número de famílias abrigadas. Portanto, de fato, o número de famílias abrigadas não ultrapassou o número de 2.587 famílias abrigadas nos anos subsequentes e não demonstra qual foi a variação desses números nos anos anteriores ao ano base dos relatos.

O caso da vila residencial traz um complicador a mais para o entendimento do relatório de sustentabilidade. Até o tópico anterior havia a ideia subjacente de que as ações tinham um

elo de continuidade até o presente, o que deixou de ocorrer pois a construção do texto sobre a vila não deixa isso claro, pois o uso do pretérito perfeito traz a ideia de uma ação que se completa no passado e não há qualquer outra informação abordando a quantidade de famílias acolhidas nos dias de hoje.

Outro caso de indefinição ou incerteza de qual momento em que ocorreu o fato relatado foi quando a Norte Energia destaca que na "sede municipal de Vitória do Xingu, a empresa concluiu a implantação de 29 quilômetros de rede de esgoto, além de 12 quilômetros de rede de drenagem de águas pluviais e 12,8 quilômetros de rede de água." (NORTE ENERGIA, 2017; p.20). Observe que o pretérito perfeito indica uma ação realizada no passado, mas não é possível afirmar quando esta ação ocorreu. Essa indefinição fica ainda mais ressaltada quando se observa que nos relatórios dos anos 2018 e 2019 o mesmo excerto é utilizado (NORTE ENERGIA, 2018, p.37). No relatório socioambiental de 2019 da Norte Energia, é mencionado especificamente que, "na sede municipal de Vitória do Xingu, a empresa concluiu a implantação de 29 quilômetros de rede de esgoto, além de 12 quilômetros de rede de drenagem de águas pluviais e 12,8 quilômetros de rede de água" No relatório de sustentabilidade do ano de 2020, no entanto, é quando a empresa utiliza o mesmo excerto, mas por fim destaca quando foi concluída a obra de implantação da rede de esgoto. Assim, no relatório de sustentabilidade de 2020 da Norte Energia, especificamente, é detalhado que "na sede municipal de Vitória do Xingu, a empresa concluiu em 2014 a implantação de 29 km de rede de esgoto, além de 12 km de rede de drenagem de águas pluviais e 12,8 km de rede de água" (NORTE ENERGIA, 2020; p. 68). Este detalhe, fornecendo o ano de conclusão das obras, esclarece a indefinição observada em relatórios anteriores e contribui para uma maior precisão temporal das informações reportadas.

A recorrência de afirmações idênticas em relatórios anuais consecutivos, sem a devida especificação temporal ou menção a avanços subsequentes, suscita questionamentos acerca da precisão temporal dos eventos relatados. Este fenômeno é exemplificado pela citação nos relatórios da Norte Energia referente à conclusão da implantação de infraestrutura em Vitória do Xingu, que se mantém inalterada ao longo de vários anos, levando a uma indefinição quanto à data exata de realização dessas ações. A ausência de atualizações detalhadas acerca do progresso ou de novas iniciativas em anos subsequentes pode resultar em interpretações equivocadas a respeito da evolução e conclusão de projetos significativos. Essa prática sublinha a necessidade vital de uma comunicação eficaz e atualizada nos relatórios anuais, assegurando a transmissão de informações precisas sobre o status corrente das ações e projetos empreendidos pela empresa.

A repetição de informações relativas aos investimentos realizados no município de Anapu, especificamente a conclusão “de 320 metros da rede de drenagem pluvial e 4,3 quilômetros da rede de esgoto sanitário” (NORTE ENERGIA, 2017; p.20), em relatórios anuais consecutivos da Norte Energia, sem a devida contextualização temporal, apresenta desafios à interpretação correta dos dados por parte dos leitores. Nos relatórios de 2018 (NORTE ENERGIA, 2018; p. 38), 2019 (NORTE ENERGIA, 2019; p. 17), essa informação é mencionada sem referência ao ano de conclusão das obras, o que poderia levar os leitores a presumir equivocadamente que essas ações foram realizadas no ano correspondente a cada relatório.

Somente no relatório de 2020, especifica-se que tais obras foram concluídas em 2014, revelando uma lacuna na comunicação dos avanços ou continuidades de tais projetos nos anos subsequentes. "No município de Anapu na comunidade de Belo Monte do Pontal a Norte Energia concluiu em 2014 320 m da rede de drenagem pluvial e 43 km da rede de esgoto sanitário além de dar andamento à construção de um aterro sanitário em cumprimento à condicionante 2.10 alínea 'c'." (NORTE ENERGIA, 2020; p. 69).

Ainda sobre a devida falta de especificação do período em que determinadas ações foram realizadas, no relatório da Norte Energia de 2020 é relatado que no “Sítio Belo Monte, a Norte Energia concluiu 96,35% da execução contratual de obras civis.” (NORTE ENERGIA, 2017; p. 20). Observe que não há uma clara referência temporal, de onde emerge uma problemática significativa na comunicação de progresso em projetos de extensa duração. A omissão de datas precisas ou de marcos temporais específicos impede uma compreensão adequada do avanço das obras por parte dos stakeholders, ao mesmo tempo que compromete a análise criteriosa sobre a eficiência e o ritmo de execução do projeto.

Nos anos de 2017 e 2018, os relatórios revelam uma prática de repetição de excertos com alterações mínimas referentes aos investimentos em educação nos municípios afetados pela UHE Belo Monte. Essa prática pode ser exemplificada pelas citações dos relatórios desses anos, que, apesar de mencionarem o esforço contínuo da empresa em reforçar a estrutura educacional na Área de Influência Direta (AID) do empreendimento, oferecem pouca clareza sobre os progressos específicos ou novas iniciativas empreendidas em cada ano. “A Norte Energia vem reforçando a estrutura de educação nos cinco municípios da AID da UHE Belo Monte. Como parte do PBA do empreendimento, a empresa concluiu várias obras relacionadas à área até o fim de 2017” (NORTE ENERGIA, 2017; p. 21).

A alteração no texto de um ano para o outro limita-se à mudança do ano de referência para a conclusão das obras relacionadas à educação, sem fornecer detalhes adicionais sobre quais obras foram concluídas ou iniciadas dentro do período especificado. “A Norte Energia vem reforçando a estrutura de educação nos cinco municípios da AID da UHE Belo Monte. Como parte do PBA, a Empresa concluiu várias obras relacionadas à área até o fim de 2018.”

Esta abordagem pode levar à percepção de uma comunicação não apenas redundante, mas também potencialmente enganosa, pois sugere um avanço contínuo sem apresentar evidências concretas do progresso ano a ano. Tal prática ressalta a necessidade de uma maior transparência e especificidade nas comunicações, especialmente quando se trata de investimentos críticos em áreas como a educação, que têm impactos diretos e significativos sobre as comunidades locais.

A abordagem adotada pela Norte Energia em seu relatório de 2019, ao descrever os investimentos em educação sem delimitação temporal específica, dá continuidade ao desafio significativo na comunicação das realizações da empresa, especialmente em termos de transparência e clareza para os stakeholders. A apresentação de informações sobre a conclusão de 78 obras educacionais, envolvendo a construção, ampliação e reforma de 505 salas de aula, embora impressionante, padece de uma indefinição temporal que impede uma compreensão precisa do ritmo e do escopo temporal desses investimentos.

A falta de especificação sobre quando exatamente essas obras foram concluídas ou a distribuição dessas realizações ao longo dos anos anteriores ao relatório obscurece a capacidade dos stakeholders de avaliar o progresso contínuo da empresa em relação aos seus compromissos educacionais. Isso também dificulta a análise do impacto direto desses investimentos sobre a qualidade da educação oferecida aos mais de 30 mil alunos beneficiados, dado que a conexão temporal entre as ações da empresa e os resultados alcançados permanece ambígua. Essa ambiguidade destaca a importância de uma comunicação estratégica que não apenas valorize a transparência, mas também enfatize a importância da cronologia na apresentação dos feitos corporativos.

A não delimitação temporal em relatórios anuais, especialmente ao mencionar realizações como "a Companhia concluiu 78 obras relacionadas à área de educação, entre reformas, ampliações e construção de escolas" (Norte Energia, 2020, p. 69), sem especificar o período ao qual essas obras se referem, pode levar a interpretações equivocadas por parte dos usuários desses relatórios. Quando os relatórios de diferentes anos repetem informações sem clarificar os períodos específicos de realização das atividades, os leitores podem incorrer no erro de supor que tais feitos ocorreram integralmente no ano a que o relatório se refere.

De outra maneira, sem uma delimitação temporal clara, cria-se para o usuário do relatório a impressão de que todas as obras mencionadas foram iniciadas e concluídas dentro do ano-base do relatório. Isso pode levar a uma superestimação do desempenho operacional e financeiro da empresa em um único ano, distorcendo a percepção sobre sua eficiência e eficácia. Para os stakeholders que acompanham o desempenho da empresa ao longo do tempo, a falta de especificação de datas dificulta a avaliação do progresso de projetos específicos e do cumprimento de metas de longo prazo. Isso impede uma análise precisa da evolução da empresa em suas iniciativas de responsabilidade social e ambiental.

A repetição de informações entre relatórios anuais sem a devida contextualização temporal pode levantar questões sobre a transparência das comunicações da empresa. Stakeholders podem questionar se a empresa está realmente avançando em seus compromissos socioambientais ou apenas reciclando informações para apresentar uma imagem favorável.

A longo prazo, a prática de não delimitar temporalmente as realizações relatadas pode afetar a credibilidade da empresa perante investidores, reguladores e a comunidade em geral. A confiança na precisão e na veracidade dos relatórios de sustentabilidade, crucial para a reputação corporativa, fica prejudicada.

A repetição do padrão discursivo em relatórios consecutivos da Norte Energia, especialmente notável no excerto do relatório de 2021 sobre investimentos em educação, destaca uma abordagem de comunicação que enfatiza realizações acumuladas ao longo do tempo, sem delimitar especificamente as ações realizadas no ano-base. Este padrão cria desafios significativos para a compreensão e análise precisa das informações por parte dos stakeholders, e reflete algumas questões mais amplas na prática de relatórios de sustentabilidade.

> “Ao longo do período de implantação e operação do empreendimento foram realizadas inúmeras obras de infraestrutura, além de ações, programas e projetos, dentre eles: 78 obras de educação (construção, reforma e ampliação de unidades educacionais, capacitações e doação de mobiliários)” (NORTE ENERGIA, 2021, p. 65)

A expressão "ao longo do período de implantação e operação do empreendimento" introduz uma grande amplitude temporal que dilui o foco do relatório anual, destinado a apresentar conquistas e progressos específicos de um único ano. Este tipo de formulação linguística contribui para uma indefinição do início das ações relatadas, dificultando a compreensão da temporalidade e sequência das iniciativas.

Segundo o dicionário, a palavra "inúmeras" sugere uma quantidade tão grande que não pode ser facilmente contada ou quantificada, o que, embora possa parecer positivo à primeira vista para fins corporativos, na realidade, compromete a transparência e a precisão das

informações apresentadas. A inclusão de atividades como doação de mobiliário e capacitações entre parênteses, supostamente para detalhar as "78 obras de educação", na verdade, dilui o foco dessas obras, misturando projetos de natureza muito diferente sem oferecer detalhes claros sobre cada tipo de atividade.

Essa situação ilustra um dos principais desafios enfrentados pelos stakeholders ao analisar relatórios de sustentabilidade que não apresentam informações de maneira clara, específica e temporalmente delimitada. A repetição de informações sobre investimentos em educação desde o ano de 2017, sem detalhamento adequado ou distinção entre as atividades realizadas em cada ano, impede que os leitores façam uma avaliação informada sobre o progresso real da empresa nessa área. Isso levanta várias questões importantes:

A falta de especificidade e clareza nos relatórios compromete a transparência da empresa, uma vez que não permite aos stakeholders externos, como investidores, reguladores, clientes e a comunidade em geral, obter uma compreensão precisa do compromisso e do desempenho da empresa em relação às suas responsabilidades socioambientais. A accountability, ou seja, a capacidade de prestar contas de forma compreensível e confiável, também é prejudicada.

Sem informações detalhadas e específicas sobre os investimentos realizados anualmente, torna-se extremamente difícil para os stakeholders avaliar o impacto real desses investimentos na educação. Isso é particularmente problemático em áreas como a educação, onde o impacto e os resultados dos investimentos podem ser significativos para o desenvolvimento comunitário e a sustentabilidade de longo prazo.

Por fim, a não participação das comunidades ribeirinhas e indígenas no processo de planejamento e implementação dos investimentos em educação é outra questão crucial. Essas comunidades muitas vezes são as mais afetadas pelas operações das grandes empresas, especialmente em regiões onde são realizados projetos de grande escala, como usinas hidrelétricas. A inclusão dessas comunidades nos processos decisórios não apenas é um direito, mas também contribui para a eficácia e relevância dos investimentos realizados.

4.1.1.8 Em anos anteriores ao do relatório

A presente seção é dedicada a uma análise aprofundada e crítica das ações finalizadas e das estratégias implementadas pela empresa nos anos que antecedem o ano base do presente relatório. O propósito desta análise é não apenas registrar os feitos passados, mas mais importante, entender o impacto e a eficácia dessas ações ao longo do tempo, identificando padrões, tendências e lições que podem ser aprendidas a partir das experiências passadas.

Ao examinar as iniciativas concluídas em anos anteriores, esta seção busca oferecer uma perspectiva histórica, permitindo uma compreensão mais rica do desenvolvimento e da evolução da empresa em suas práticas de sustentabilidade e responsabilidade social. Através de uma reflexão crítica sobre o passado, é possível avaliar o verdadeiro progresso feito em direção aos objetivos de longo prazo da empresa, bem como a sustentabilidade e o impacto de suas políticas e ações.

Esta análise histórica serve também como base para uma discussão informada sobre a eficácia das estratégias adotadas, proporcionando insights valiosos sobre o que funcionou, o que não funcionou e por quê. Ao destacar os sucessos e desafios enfrentados, esta seção contribui para a construção de um conhecimento institucional que pode orientar decisões futuras, garantindo que os esforços futuros sejam mais alinhados com as necessidades das partes interessadas e com os princípios de sustentabilidade.

Portanto, o objetivo desta seção é duplo: primeiro, fornecer uma análise detalhada e contextualizada das ações anteriores para avaliar sua contribuição para os objetivos da empresa e para o bem-estar das comunidades e do meio ambiente; segundo, extrair aprendizados críticos dessas experiências para aprimorar práticas futuras, promovendo uma abordagem mais reflexiva, responsável e eficaz na realização de suas metas de sustentabilidade.

A questão da supressão vegetal, necessária para a implementação das obras da UHE Belo Monte, é abordada consistentemente nos relatórios anuais da empresa de 2017 a 2020, onde é declarado que "O processo de supressão vegetal nas áreas das obras civis e dos reservatórios da UHE Belo Monte foi concluído em 2015". Este enunciado, recorrente ao longo dos anos, evidencia uma tentativa de normalizar e finalizar o debate sobre o impacto ambiental dessa atividade, utilizando um termo tecnicamente neutro, "supressão vegetal", que minimiza a percepção negativa associada ao desmatamento. A repetição dessa afirmação busca transmitir a ideia de que as ações mais controversas foram concluídas, tentando assim desviar a atenção de suas consequências.

A seguir, a narrativa nos relatórios tenta redirecionar a discussão para os esforços de mitigação, destacando a instalação de duas serrarias para o aproveitamento da madeira e o estabelecimento de contratos para o uso energético dos resíduos vegetais. Esta informação, embora aparente ser uma medida positiva de aproveitamento dos recursos, omite uma discussão crítica sobre o volume e a extensão do impacto ambiental causado pela supressão vegetal. A menção às serrarias e ao aproveitamento dos resíduos vegetais, sem detalhar as quantidades envolvidas ou as áreas afetadas, não oferece uma visão completa das consequências ambientais dessas ações.

Além disso, a continuidade dessas instalações e seu funcionamento nos anos subsequentes a 2015 permanece incerta, já que os relatórios não fornecem informações atualizadas sobre as atividades das serrarias ou sobre a gestão dos resíduos vegetais nos anos base analisados. Esta lacuna na informação sugere uma desconexão entre a apresentação dos dados e a realidade operacional, levantando questões sobre a transparência e a responsabilidade ambiental da empresa no manejo dos recursos naturais e na mitigação dos impactos de suas operações.

Esta abordagem, influenciada pelo pensamento habermasiano, revela uma estratégia discursiva que busca esconder ou atenuar a percepção negativa do desmatamento, substituindo-a por uma terminologia que soa menos agressiva e mais gerenciável. Contudo, essa estratégia de comunicação, ao minimizar a gravidade do impacto ambiental e ao não atualizar de forma transparente as informações sobre as iniciativas de mitigação, pode comprometer a credibilidade da empresa perante os stakeholders, enfatizando a importância de uma comunicação mais autêntica e responsável sobre as ações ambientais e seus resultados.

A referência da Norte Energia à implantação da rede de esgoto em Vitória do Xingu em 2014, destacada em seu relatório de 2020, “Na sede municipal de Vitória do Xingu, a Norte Energia concluiu, em 2014, a implantação de 29 km de rede de esgoto, além de 12 km de rede de drenagem de águas pluviais e 12,8 km de rede de água.” (NORTE ENERGIA, 2020; p. 69), ilustra um aspecto significativo na comunicação de iniciativas de responsabilidade social e ambiental por parte das empresas. A inclusão de informações sobre projetos concluídos seis anos antes do ano base do relato aponta para uma prática discursiva que visa demonstrar um histórico de compromisso com o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida nas comunidades afetadas por suas operações. No entanto, essa abordagem também levanta questões importantes sobre a atualidade e relevância das informações apresentadas nos relatórios anuais.

A menção de projetos concluídos muito antes do ano base do relatório pode sugerir uma falta de ações recentes ou significativas no campo do saneamento básico ou outras áreas de responsabilidade social e ambiental. Isso pode levar os stakeholders a questionar se a empresa manteve seu compromisso com investimentos contínuos após a conclusão desses projetos iniciais. A referência a projetos concluídos em anos anteriores abre a oportunidade para as empresas discutirem o impacto a longo prazo dessas iniciativas. Relatar sobre a eficácia e a sustentabilidade das redes de saneamento implantadas, por exemplo, poderia oferecer insights valiosos sobre os benefícios duradouros desses investimentos para as comunidades. No entanto, não é possível observar isso no corpus analisado.

Da mesma forma, a empresa refere-se a obras em outros municípios e, em todos, refere-se ao ano de 2014, por exemplo, ao falar do município de Belo Monte e de Leonardo da Vinci: "o distrito de Belo Monte, onde a empresa concluiu, em 2014, implantação de 220 metros da rede de drenagem pluvial e 2,3 km da rede de esgoto sanitário; e o distrito de Leonardo da Vinci, onde construiu, em 2014, 9,8 km de rede de esgoto, 5,6 km" (NORTE ENERGIA, 2020; p. 69). Ou ainda, sobre o município Anapu quando dizem que "No município de Anapu, na comunidade de Belo Monte do Pontal, a Norte Energia concluiu, em 2014, 320 m da rede de drenagem pluvial e 4,3 km da rede de esgoto sanitário" (NORTE ENERGIA, 2020; p. 69).

4.1.2 Fragmentação em documentos

Esta seção tem o objetivo de apresentar a fragmentação das informações existente nos relatórios de sustentabilidade da empresa, que dificultam sua compreensão, já que menciona outros documentos que não estão facilmente disponíveis. Entende-se aqui a fragmentação do relato de sustentabilidade quando no próprio relatório se transfere informações relativas a licenciamento e investimento – entre outros aspectos significativos – para outros documentos externos, o que quebra a coesão do texto. Para tanto, foram identificados os principais documentos citados por meio da leitura dos relatórios e então apresentado o caminho necessário para que eles sejam acessados com o objetivo de verificar a acessibilidade dessas informações.

Tal análise se justifica principalmente pelo grande volume de informações e base de dados externos aos relatórios. Além disso, faz-se mister ressaltar nessa seção o trecho retirado do próprio relatório de sustentabilidade do ano de 2020, na seção Carta Leitor Independente elaborada por Sérgio Weguelin - Sócio da Maker Sustentabilidade:

> Estrutura da narrativa - A adoção das normas do GRI é um passo importante da empresa em direção a uma melhor comunicação dos impactos de seu negócio. No entanto, os próximos relatórios poderiam adotar uma narrativa mais simples e objetiva se usassem os indicadores como referência, mas não como base da estrutura. Como alguns assuntos são tratados em diferentes grupos de indicadores, alguns temas aparecem com explicações fragmentadas e intermitentes, o que não ajuda na construção de um fio condutor que leve o leitor a apreender a dimensão exata de cada assunto. Tanto quanto possível, o relatório deveria concentrar-se na abordagem e análise dos temas sob um prisma essencialmente estratégico, em vez de focá-los em seus aspectos operacionais. Para que essa abordagem se sustente e não seja dissociada do relato do desempenho, somente os indicadores principais seriam citados, e poderia haver um link para uma base de dados que incluísse todos os indicadores GRI e outros que a empresa utilize. Ou seja, os dados devem funcionar como apoio ao relatório, e não como ponto de partida para a narrativa. (NORTE ENERGIA, 2020, p. 104)

Observe que a fragmentação é uma característica citada no próprio relatório pelo autor da carta independente. De fato, o relatório é construído por meio de uma narrativa que tem como foco apresentar números já alcançados e com uma abordagem acumulativa. Muitos desses números apresentados são metas e ações que foram estabelecidas como condicionantes às licenças de instalação e de operação.

Entre as condicionantes específicas determinada pelo IBAMA está o Plano Básico Ambiental (PBA) ou Plano de Gestão Ambiental, que é um documento que descreve as medidas ambientais, incluindo os critérios e diretrizes para adoção destas medidas, que é dividido em programas de ação específico e é apresentado juntamente com o requerimento de licença de instalação ou operação (IBAMA, 2023)[4]. A licença de instalação LI Nº 795/2011, que foi concedida em 2011 à Norte Energia pelo IBAMA, autorizou o início da construção da Usina.

A apresentação de dados do PBA e do PBA – CI e todas as suas extensões é de extrema importância, visto a magnitude das ações definidas nesses documentos, pois contempla os planos de mitigação de riscos e impactos nas esferas ambiental, cultural, social e econômica. A complexidade dos documentos PBA e PBA-CI utilizado como pilar na narrativa do relatório pode levar à falta de clareza, à falta de transparência e a conclusões conflitantes.

A sigla PBA foi utilizada 83 vezes nos cinco relatórios analisados. A sigla PBA-CI foi utilizada em outros 47 excertos. No total, os dois documentos foram mencionados 130 vezes em todo o corpus, ou seja, aproximadamente 25 vezes em cada relatório. Há de se destacar como mostra a Tabela X, que o número de vezes em que a sigla foi utilizada nos primeiros relatórios é exatamente o mesmo, o que reitera a semelhança da narrativa e estrutura dos relatórios nesses três primeiros anos analisados. É possível observar uma grande mudança no ano de 2020 em relação aos anos anteriores, quando o PBA-CI foi citado 22 vezes e o PBA 25 vezes. Entretanto, no ano de 2021 esses dois documentos perderam espaço na construção da narrativa, sendo citado apenas 4 e 7 vezes respectivamente.

Tabela 5 - Citação da sigla PBA e PBA-CI

Relatório	PBA - CI	PBA	Total
2017	7	17	24
2018	7	17	24
2019	7	17	24
2020	22	25	47

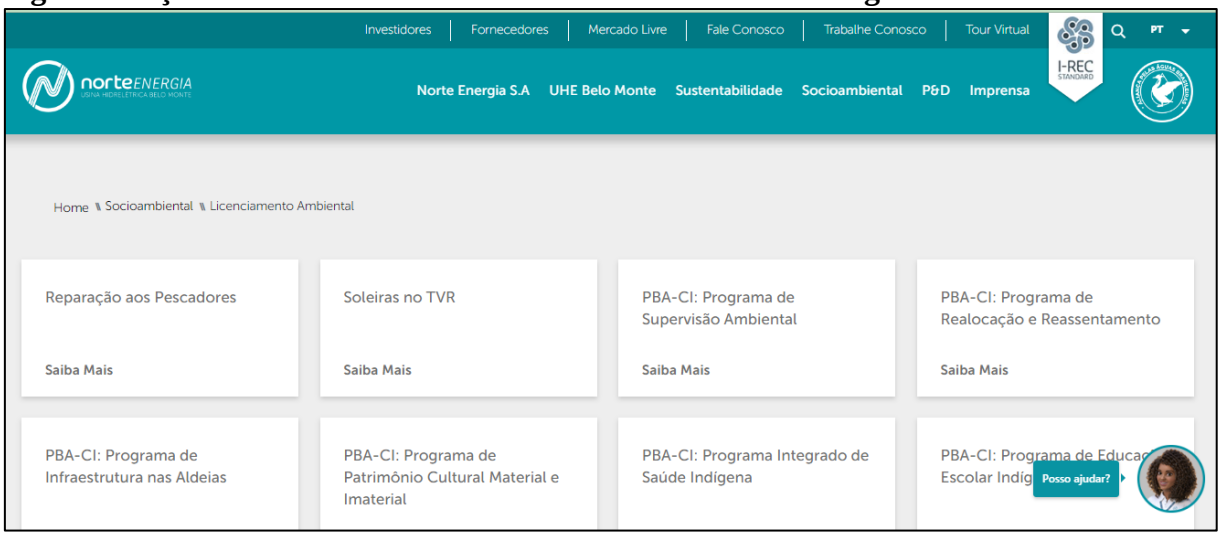
[4] http://www.ibama.gov.br/laf/sobre-o-licenciamento-ambiental-federal

2021	4	7	11
Total	47	83	130

Fonte: Elaborado pelo autor

Apesar de ser um documento que é apresentado como um dos pilares para a construção da narrativa nos relatórios, tentar encontrá-los não é uma tarefa fácil. Em busca realizada no sítio eletrônico da empresa Norte Energia, pode-se observar diversas etapas de acesso a links que em tese direcionariam para que o PBA. Na seção do site chamada socioambiental é possível acessar a subseção com o nome Licença Ambiental, na qual há diversos quadros com os nomes dos programas que foram definidos no PBA, como apresentado na Figura 1.

Figura 7 Seção Licenciamento Ambiental no site da Norte Energia



Fonte: Sítio eletrônico da empresa Norte Energia

Ao clicar em qualquer um desses que indicaram o acesso ao PBA é apresentado apenas o objetivo do componente do PBA a que faz referência, como na Figura 2, no qual é apresentado o objetivo do Plano de Gestão Ambiental.

Figura 8 Apresentação do objetivo do PBA no site da Norte Energia



Fonte: Sítio eletrônico da empresa Norte Energia

Os documentos externos mencionados pela Norte Energia desempenham um papel fundamental em enriquecer a compreensão dos esforços de sustentabilidade da empresa, detalhando aspectos críticos como metas, objetivos, valores e o alcance específico de suas iniciativas. Esses documentos complementam os relatórios anuais ao oferecerem uma visão ampla e detalhada das estratégias de sustentabilidade adotadas, bem como dos princípios orientadores que moldam as operações e as decisões corporativas.

Os documentos externos frequentemente delineiam as metas específicas de sustentabilidade que a empresa se propõe a alcançar, oferecendo uma base quantitativa e qualitativa para a avaliação do progresso. Isso inclui objetivos de redução de impactos ambientais, como a diminuição das emissões de gases de efeito estufa, a preservação da biodiversidade nas áreas de influência da empresa, e metas sociais, como o desenvolvimento educacional e a melhoria da infraestrutura comunitária. Essas metas proporcionam um contexto essencial para os stakeholders avaliarem a seriedade e o comprometimento da empresa com suas responsabilidades socioambientais.

Os relatórios podem se referir a documentos que detalham as estratégias e planos de ação desenvolvidos para atingir as metas estabelecidas. Isso pode incluir a adoção de tecnologias limpas, programas de engajamento comunitário, investimentos em infraestrutura de educação e saúde, e iniciativas de conservação ambiental. A explicitação dessas estratégias oferece insights sobre como a empresa planeja traduzir seus compromissos em ações concretas.

Documentos como políticas de sustentabilidade corporativa e relatórios de impacto ambiental muitas vezes refletem os valores centrais da empresa, como o compromisso com a ética, a transparência, a responsabilidade social e a proteção ambiental. A divulgação desses valores ajuda a construir uma imagem corporativa positiva e reforça a confiança dos stakeholders na gestão da empresa.

Frequentemente, são mencionados documentos que descrevem os processos e ferramentas utilizados para monitorar o andamento dos projetos e avaliar seu impacto sobre as comunidades e o meio ambiente. Isso pode incluir relatórios de progresso, estudos de impacto ambiental e social, e revisões de desempenho. Essa informação é crucial para garantir a accountability da empresa e para ajustar estratégias conforme necessário.

Diante da centralidade desses planos e documentos para uma compreensão aprofundada do relatório de sustentabilidade, torna-se evidente a necessidade de um esforço consciente por parte da empresa relatora para integrar um volume maior de informações diretamente nos relatórios de sustentabilidade ou disponibilizar, de forma acessível, links que remetam aos documentos externos mencionados. Esta prática não só facilitaria o acesso à informação por parte dos usuários, como também demonstraria um compromisso maior com a transparência e a responsabilidade corporativa.

4.1.3 Materialidade e GRI

Na presente seção, será abordada a aplicação do modelo da Global Reporting Initiative (GRI) pela Norte Energia, enfocando na evolução da materialidade em seus relatórios anuais e socioambientais. A GRI estabelece padrões reconhecidos internacionalmente para a divulgação de impactos econômicos, ambientais e sociais, incentivando uma comunicação transparente e responsável das atividades empresariais. Este modelo destaca a importância da coesão e coerência no relato corporativo, elementos centrais para a análise crítica do discurso conforme Norman Fairclough.

Através dos anos, a Norte Energia mencionou os indicadores GRI, revelando uma trajetória de maturação na integração das práticas de sustentabilidade. No entanto, a consistência na aplicação desses indicadores e a abordagem da materialidade evoluíram, especialmente notável no relatório de 2020. Aqui, delinearemos como a materialidade, fundamental para a identificação de temas prioritários, foi tratada ao longo dos anos, incluindo a metodologia empregada e a representação visual dessas prioridades. Esta introdução visa esclarecer a relevância do GRI para a compreensão das práticas de relatório da empresa,

estabelecendo um pano de fundo para a análise subsequente dos dados publicados pela Norte Energia em seus relatórios, incluindo os anexos onde são mencionados os indicadores.

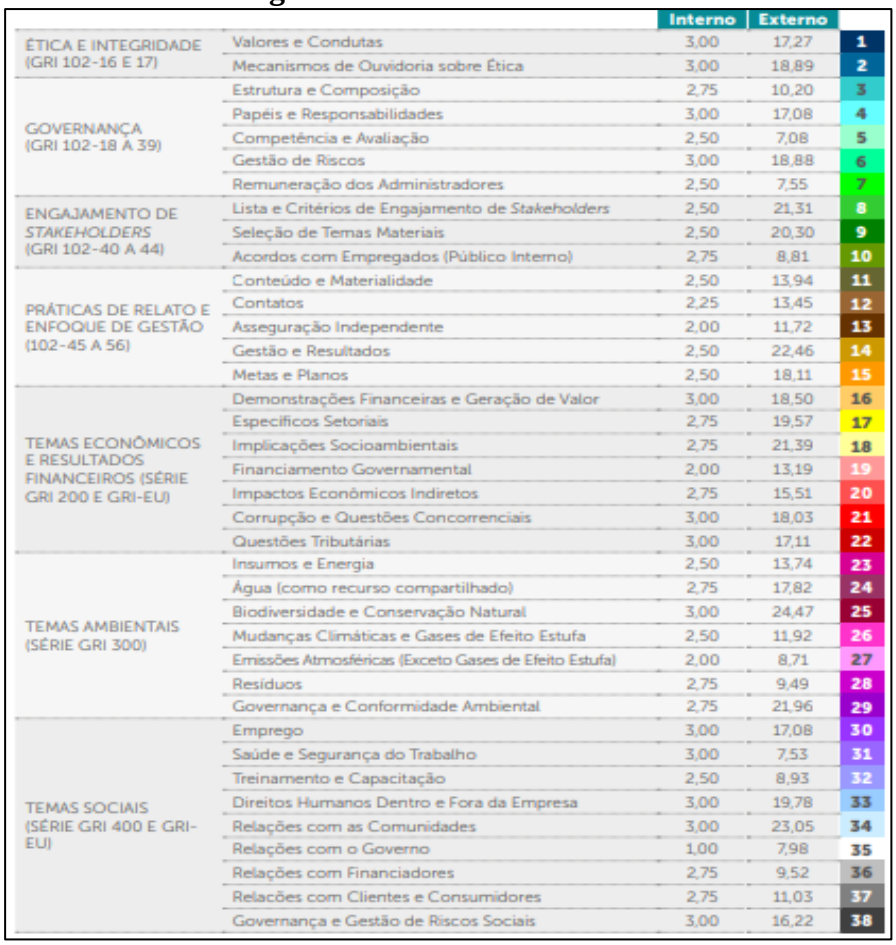
Nos relatórios de 2017, 2018 e 2019 da Norte Energia, a ausência de uma explicação detalhada sobre a aplicação do princípio da materialidade, sua descrição e representação através de uma matriz destaca uma abordagem inicial menos estruturada em relação à transparência dos temas socioambientais sensíveis. Embora os relatórios afirmem seguir os padrões do Global Reporting Initiative (GRI), a falta de menção explícita à materialidade sugere que a empresa não detalhou como identificou ou priorizou os temas socioambientais críticos para o negócio e seus stakeholders durante esses anos.

A afirmação da Norte Energia sobre seguir os padrões do GRI, apesar da não utilização da palavra "materialidade" e da falta de descrição dos tópicos materiais nos relatórios de 2017, 2018 e 2019, ressalta uma incongruência na comunicação de suas práticas de sustentabilidade. Essa discrepância merece um destaque, especialmente considerando que o princípio da materialidade é fundamental para o relato GRI, guiando as organizações a reportar informações relevantes e significativas para stakeholders. A ausência de uma explicação clara sobre como os temas materiais são identificados e priorizados pode indicar uma falta de alinhamento completo com os requisitos de transparência e responsabilidade que o GRI promove, levantando questões sobre a coerência e a coesão do relato de sustentabilidade da empresa.

Em contrapartida, no relatório de 2020, observou-se uma mudança significativa. A empresa passou a considerar o princípio da materialidade de forma mais explícita em sua abordagem. Neste ano, a empresa aderiu de maneira mais fiel aos princípios e orientações do GRI, descrevendo o processo de seleção dos temas considerados relevantes e a metodologia utilizada para realizar o teste de materialidade, incorporando a perspectiva dos stakeholders. Além disso, houve a apresentação da matriz de materialidade, que visualmente demonstra os 38 temas identificados como materiais pela Norte Energia no ano em questão.

Essas observações indicam uma evolução na forma como a empresa aborda a materialidade em seus relatórios, evidenciando um maior comprometimento com a transparência e a prestação de contas socioambiental. A inclusão da matriz de materialidade e a descrição do processo de seleção dos temas materiais proporcionam uma visão mais abrangente e detalhada das questões relevantes para a empresa, atendendo às diretrizes do GRI de forma mais abrangente. A Figura 9, presente no relatório de 2020, apresenta visualmente os 38 temas identificados como materiais pela empresa Norte Energia. Nos anos anteriores a 2020 não foi mencionada a palavra materialidade.

Figura 9 - Tópicos Materiais do Relatório de Sustentabilidade 2020 da Norte Energia



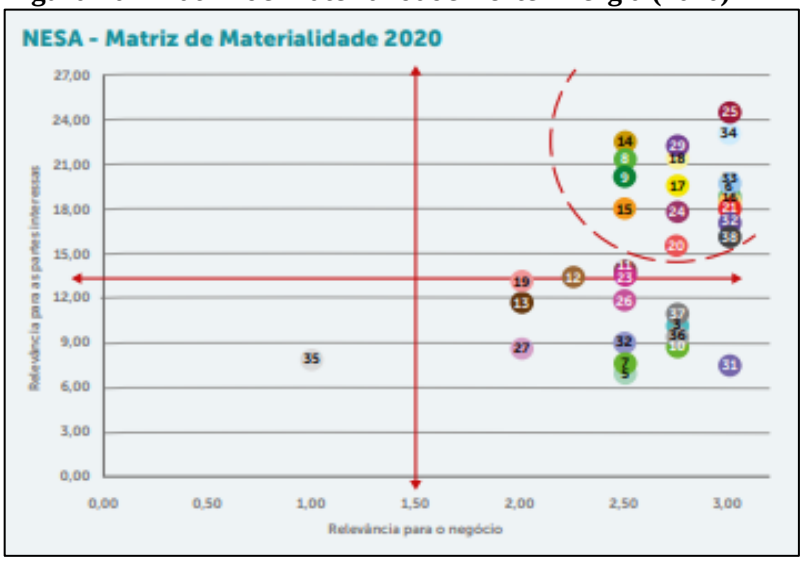
		Interno	Externo	
ÉTICA E INTEGRIDADE (GRI 102-16 E 17)	Valores e Condutas	3,00	17,27	1
	Mecanismos de Ouvidoria sobre Ética	3,00	18,89	2
GOVERNANÇA (GRI 102-18 A 39)	Estrutura e Composição	2,75	10,20	3
	Papéis e Responsabilidades	3,00	17,08	4
	Competência e Avaliação	2,50	7,08	5
	Gestão de Riscos	3,00	18,88	6
	Remuneração dos Administradores	2,50	7,55	7
ENGAJAMENTO DE *STAKEHOLDERS* (GRI 102-40 A 44)	Lista e Critérios de Engajamento de *Stakeholders*	2,50	21,31	8
	Seleção de Temas Materiais	2,50	20,30	9
	Acordos com Empregados (Público Interno)	2,75	8,81	10
PRÁTICAS DE RELATO E ENFOQUE DE GESTÃO (102-45 A 56)	Conteúdo e Materialidade	2,50	13,94	11
	Contatos	2,25	13,45	12
	Asseguração Independente	2,00	11,72	13
	Gestão e Resultados	2,50	22,46	14
	Metas e Planos	2,50	18,11	15
TEMAS ECONÔMICOS E RESULTADOS FINANCEIROS (SÉRIE GRI 200 E GRI-EU)	Demonstrações Financeiras e Geração de Valor	3,00	18,50	16
	Específicos Setoriais	2,75	19,57	17
	Implicações Socioambientais	2,75	21,39	18
	Financiamento Governamental	2,00	13,19	19
	Impactos Econômicos Indiretos	2,75	15,51	20
	Corrupção e Questões Concorrenciais	3,00	18,03	21
	Questões Tributárias	3,00	17,11	22
TEMAS AMBIENTAIS (SÉRIE GRI 300)	Insumos e Energia	2,50	13,74	23
	Água (como recurso compartilhado)	2,75	17,82	24
	Biodiversidade e Conservação Natural	3,00	24,47	25
	Mudanças Climáticas e Gases de Efeito Estufa	2,50	11,92	26
	Emissões Atmosféricas (Exceto Gases de Efeito Estufa)	2,00	8,71	27
	Resíduos	2,75	9,49	28
	Governança e Conformidade Ambiental	2,75	21,96	29
TEMAS SOCIAIS (SÉRIE GRI 400 E GRI-EU)	Emprego	3,00	17,08	30
	Saúde e Segurança do Trabalho	3,00	7,53	31
	Treinamento e Capacitação	2,50	8,93	32
	Direitos Humanos Dentro e Fora da Empresa	3,00	19,78	33
	Relações com as Comunidades	3,00	23,05	34
	Relações com o Governo	1,00	7,98	35
	Relações com Financiadores	2,75	9,52	36
	Relações com Clientes e Consumidores	2,75	11,03	37
	Governança e Gestão de Riscos Sociais	3,00	16,22	38

Fonte: Norte Energia (2020, p.18)

A Figura 9 mostra a matriz de materialidade do relatório de 2020 da Norte Energia, detalhando a importância relativa de vários temas para partes internas e externas à empresa. Cada tema é avaliado em uma escala, refletindo sua prioridade tanto para a gestão interna quanto para o impacto e as expectativas dos stakeholders externos. Isso permite que os leitores visualizem como a empresa avalia e equilibra questões de ética, governança, engajamento de stakeholders, práticas de relatório, desempenho econômico, questões ambientais e sociais, pois apresenta de forma consolidada e comparativa a importância atribuída aos diferentes temas conforme percebida internamente pela gestão da empresa e externamente pelos seus stakeholders.

Além desse formato consolidado e em escala de importância, o relatório de sustentabilidade do ano de 2020 o apresenta em seu formato cartesiano, conhecido como Matriz de Materialidade, Figura 10:

Figura 10 - Matriz de Materialidade Norte Energia (2020)

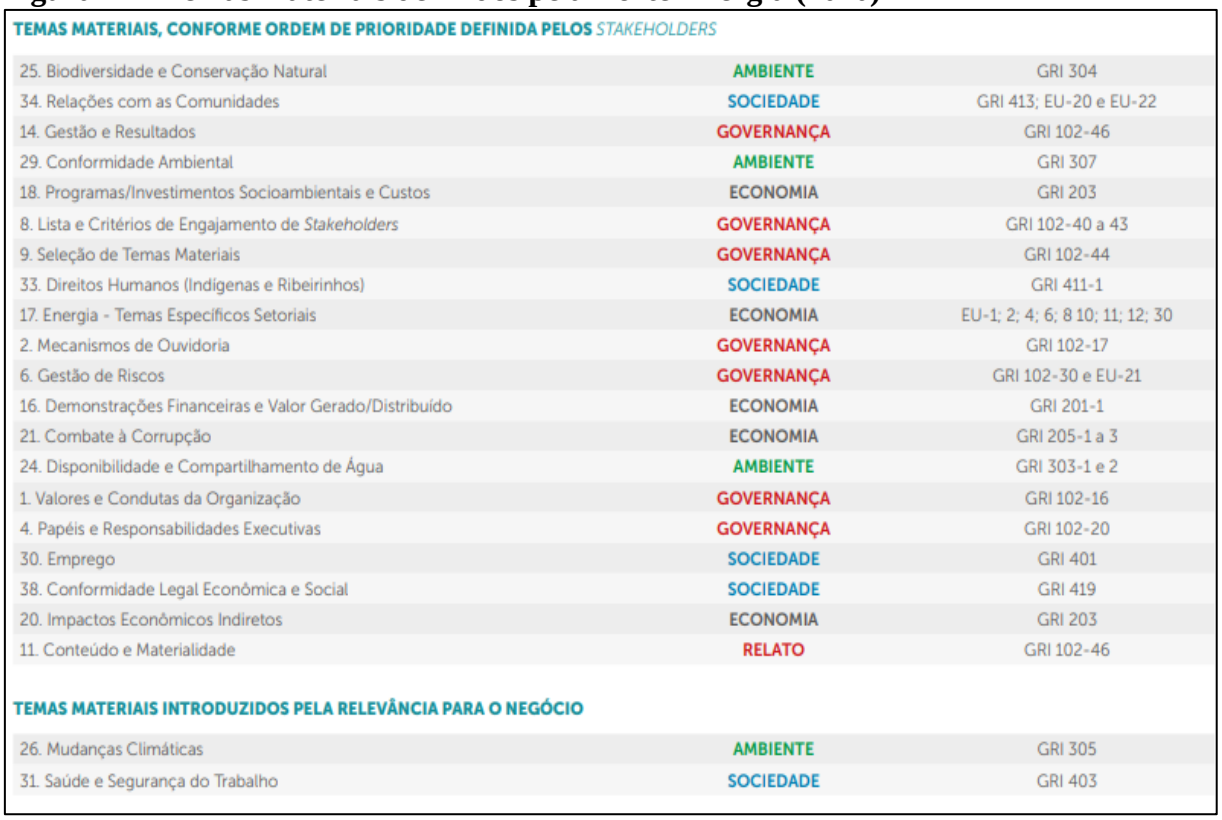


Fonte: Norte Energia (2020; p. 18)

O formato cartesiano com duas dimensões — uma representando a importância para o negócio e a outra a relevância para os stakeholders externos — facilita a identificação de quais temas merecem atenção especial. Temas posicionados no quadrante superior direito, por exemplo, seriam aqueles considerados altamente relevantes tanto internamente quanto para os stakeholders, indicando áreas prioritárias para a estratégia de sustentabilidade e comunicação da empresa.

Após a apresentação dos tópicos materiais e os testes de materialidade apresentados foram selecionados, pela Norte Energia, 22 Temas Materiais no ano base de 2020, conforme demonstra a Figura 11.

Figura 11 - Temas materiais definidos pela Norte Energia (2020)



TEMAS MATERIAIS, CONFORME ORDEM DE PRIORIDADE DEFINIDA PELOS *STAKEHOLDERS*		
25. Biodiversidade e Conservação Natural	AMBIENTE	GRI 304
34. Relações com as Comunidades	SOCIEDADE	GRI 413; EU-20 e EU-22
14. Gestão e Resultados	GOVERNANÇA	GRI 102-46
29. Conformidade Ambiental	AMBIENTE	GRI 307
18. Programas/Investimentos Socioambientais e Custos	ECONOMIA	GRI 203
8. Lista e Critérios de Engajamento de *Stakeholders*	GOVERNANÇA	GRI 102-40 a 43
9. Seleção de Temas Materiais	GOVERNANÇA	GRI 102-44
33. Direitos Humanos (Indígenas e Ribeirinhos)	SOCIEDADE	GRI 411-1
17. Energia - Temas Específicos Setoriais	ECONOMIA	EU-1; 2; 4; 6; 8 10; 11; 12; 30
2. Mecanismos de Ouvidoria	GOVERNANÇA	GRI 102-17
6. Gestão de Riscos	GOVERNANÇA	GRI 102-30 e EU-21
16. Demonstrações Financeiras e Valor Gerado/Distribuído	ECONOMIA	GRI 201-1
21. Combate à Corrupção	ECONOMIA	GRI 205-1 a 3
24. Disponibilidade e Compartilhamento de Água	AMBIENTE	GRI 303-1 e 2
1. Valores e Condutas da Organização	GOVERNANÇA	GRI 102-16
4. Papéis e Responsabilidades Executivas	GOVERNANÇA	GRI 102-20
30. Emprego	SOCIEDADE	GRI 401
38. Conformidade Legal Econômica e Social	SOCIEDADE	GRI 419
20. Impactos Econômicos Indiretos	ECONOMIA	GRI 203
11. Conteúdo e Materialidade	RELATO	GRI 102-46
TEMAS MATERIAIS INTRODUZIDOS PELA RELEVÂNCIA PARA O NEGÓCIO		
26. Mudanças Climáticas	AMBIENTE	GRI 305
31. Saúde e Segurança do Trabalho	SOCIEDADE	GRI 403

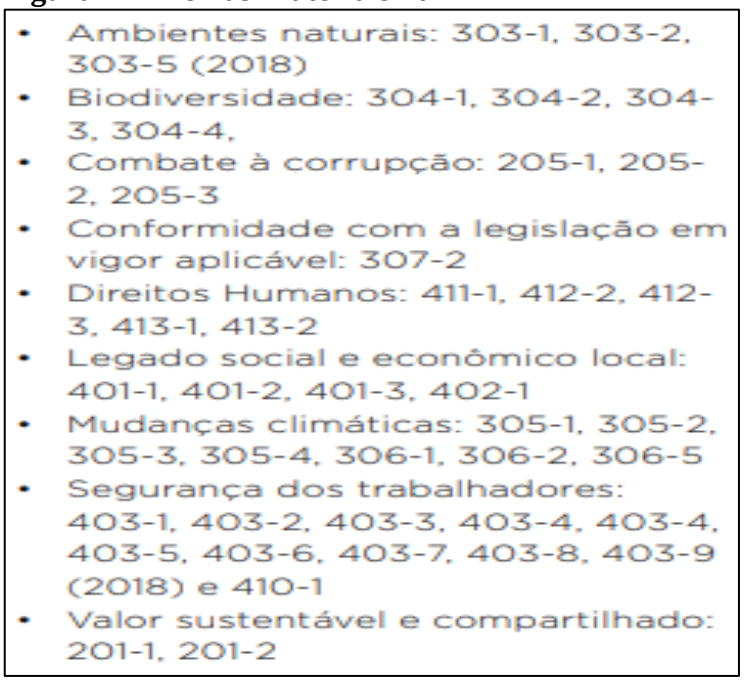
Fonte: Norte Energia (2020, p.19)

A Figura 11 representa a seleção de temas materiais definidos pela Norte Energia para o ano de 2020. Esta lista reflete a avaliação de quais aspectos socioambientais e de governança são considerados de maior significância tanto para o negócio quanto para os stakeholders. A empresa categoriza e prioriza esses temas com base em sua relevância estratégica e impacto potencial, alinhando-os com os padrões GRI correspondentes, o que permite uma melhor orientação para a tomada de decisões e a comunicação transparente de suas operações e impactos (CALABRESE et al., 2019; CAMOLETTO et al., 2022; DE VILLIERS; TORRE; MOLINARI, 2022).

No ano de 2021, após uma melhora significativa observada no ano anterior, foi identificado um retrocesso em relação à abordagem da materialidade nos relatórios da empresa Norte Energia. No relatório de 2021, a matriz de materialidade não foi apresentada como ocorreu no ano anterior, indicando que os temas materiais ainda estavam baseados na matriz divulgada em 2020. No entanto, foi observado que os temas foram agrupados e resumidos em novos assuntos que passaram a ser considerados os temas-chave da agenda ESG (Environmental, Social, and Governance) da empresa (Norte Energia, 2021, p. 83). Consequentemente, o número de temas materiais diminuiu de 22 tópicos em 2020 para apenas

9 tópicos em 2021, conforme ilustrado na Figura 12 do relatório. A redução do número de temas materiais de 22 para 9 entre os relatórios de 2020 e 2021 pode ter implicações significativas. Tal mudança pode sugerir uma tentativa de simplificar ou reforçar a estratégia de sustentabilidade da empresa. No entanto, isso também pode limitar a visibilidade e o acompanhamento de questões anteriormente consideradas materiais, potencialmente impactando a percepção dos stakeholders sobre a abrangência e profundidade do compromisso da empresa com a sustentabilidade. Isso pode afetar a confiança dos stakeholders na transparência e responsabilidade da empresa, especialmente se a relevância de temas excluídos não for claramente comunicada ou justificada.

Figura 12 - Temas Materiais 2021



Fonte: Norte Energia (2021, p. 83)

Essa mudança de estrutura na apresentação dos tópicos materiais não permite ao usuário da informação um acompanhamento de forma estruturada e comparativa com o ano anterior, pois altera a base sobre a qual os temas são reportados e analisados. Quando a organização muda a forma como categoriza e reporta suas informações materiais, isso pode interromper a continuidade dos dados, tornando mais complexo para os usuários discernirem tendências, progressos ou retrocessos nas questões de sustentabilidade (CERBONE et al., 2019; MACHADO et al., 2020). Além disso, vale ressaltar que a base para a construção da matriz de materialidade de 2020 foi uma pesquisa com stakeholders realizada em 2019 e atualizada em 2020 por pesquisa qualitativa semiestruturada, na qual foram entrevistadas apenas três

representantes de cada grupo de stakeholders e enquete com os empregados sobre materialidade dos temas.

Evidencia-se que a empresa Norte Energia negligenciou a divulgação dos temas materiais, assim como sua descrição, nos primeiros anos de operação da usina. Nos últimos dois anos analisados (2020 e 2021), apesar de o relatório de 2020 apresentar os princípios e a descrição dos temas materiais, a mudança estrutural na definição dos tópicos compromete a comparabilidade das informações. Adicionalmente, em 2021, a empresa baseia-se em um levantamento realizado em 2019 para considerar a perspectiva dos stakeholders sobre os temas materiais, desconsiderando possíveis mudanças de visão desses atores diante do contexto da pandemia da COVID-19 e das transformações sociais e ambientais observadas tanto no Brasil quanto no mundo. Especialmente relevantes são as questões relacionadas à preservação da Amazônia.

A utilização de um levantamento de 2019 para definir os temas materiais em 2021 pode não refletir as mudanças significativas no cenário socioambiental e nas expectativas dos stakeholders, que poderiam ter sido afetadas pela pandemia da COVID-19 e outros eventos. A ausência de dados atualizados para informar a seleção de temas materiais pode levar a uma desconexão entre o que é reportado e as preocupações atuais dos stakeholders, limitando a relevância e a eficácia do relatório no que diz respeito à responsabilidade socioambiental e à transparência corporativa. Isso destaca a importância de uma avaliação contínua e dinâmica dos temas materiais para manter a integridade e a utilidade dos relatórios de sustentabilidade.

Desse modo, pode-se dizer que essa falta de atualização e consideração das mudanças de contexto revela uma postura inadequada por parte da empresa em relação à transparência e à responsabilidade perante as partes interessadas. Ao negligenciar em sua análise de materialidade os impactos da pandemia e as transformações sociais e ambientais recentes, a Norte Energia falha em fornecer uma análise abrangente e atualizada de seus impactos e riscos.

Essa omissão estratégica compromete a credibilidade da empresa e suscita questionamentos sobre sua abordagem ética e responsável. Torna-se imperativo que a Norte Energia revise sua estratégia de divulgação e adote medidas para garantir a consideração adequada dos temas materiais, incorporando as perspectivas e preocupações dos stakeholders contemporâneos. Somente assim será capaz de fornecer uma prestação de contas verdadeiramente abrangente e relevante para embasar decisões informadas por parte das partes interessadas.

Assim, com a mudança de estrutura dos relatórios tanto de 2019 para 2020 quanto de 2020 para 2021, a comparação das informações torna-se uma tarefa de grande desafio para o

usuário da informação. Tal fato se concretiza quando se quer comparar o conteúdo apresentado nos indicadores GRI. Observou-se que ao fazer menção aos indicadores não há uma padronização do conteúdo de um ano para outro, muito devido a mudança ao considerar quais são os tópicos materiais. A próxima seção, portanto, tem o objetivo de apontar possíveis inconsistências na apresentação dos dados que compõem os indicadores GRI utilizados nos relatórios.

4.1.3.1 Comparabilidade - Inconsistências nos indicadores GRI

Como mencionado anteriormente, foi observado em todos os relatórios uma falta de padronização na estrutura no período analisado. Uma das primeiras implicações dessa ausência de padronização na divulgação das informações presentes nos relatórios é o não atendimento ao princípio da comparabilidade. Segundo o GRI (2016), a organização relatora deve:

> "…. selecionar, compilar e relatar as informações de forma consistente. As informações relatadas deverão ser apresentadas de modo que permitam aos stakeholders analisar mudanças no desempenho da organização ao longo do tempo e de forma a subsidiar análises relacionadas a outras organizações." (GRI 101, 2016; p. 14).

Portanto, há de se ressaltar a importância da comparabilidade das informações divulgadas, com o objetivo de contribuir para a tomada de decisão do usuário da informação. Assim, pode-se dividir os relatórios em três períodos distintos, quanto à estrutura.

O primeiro período corresponde aos relatórios divulgados referente aos anos-base de 2017 2018 e 2019, nos quais a empresa ressalta que os relatórios seguem os padrões de divulgação GRI, mas não é possível encontrar elementos básicos de divulgação no padrão mencionado. No relatório de 2017 a empresa ressalta "que todo o Relatório Anual e Socioambiental 2017 já segue padrões GRI" (NORTE ENERGIA, 2017; p.12). O mesmo destaque é dado nos relatórios de 2018 e de 2019, de forma idêntica. Observe, portanto, que não há menção sobre qual norma a empresa se baseou para a divulgação. Somente é possível observar que se trata da norma GRI G4 por meio das tabelas apresentadas no final do relatório quando utilizam a mesma sigla para se referir aos indicadores utilizados na versão G4 das normas, como pode ser observado na figura abaixo retirada do relatório de sustentabilidade de 2017.

Figura 13 – Menção a códigos utilizados na Norma GRI G4

Informações gerais	GRI	Dados Dez 2017
Número total de empregados	LA1	339
Empregados até 30 anos de idade (%)		60 – 17,70%
Empregados com idade entre 31 e 40 anos (%)	LA13	119 – 35,10%
Empregados com idade entre 41 e 50 anos (%)	LA13	72 – 21,24%
Empregados com idade superior a 50 anos (%)	LA13	88 – 25,96%
Número de mulheres em relação ao total de empregados (%)	LA13	89 – 26,25%
Mulheres em cargos gerenciais - em relação ao total de cargos gerenciais (%)	LA13	14 – 4,13%
Empregadas negras (pretas e pardas) - em relação ao total de empregados (%)	LA13	41 – 12,09%
Empregados negros (pretos e pardos) - em relação ao total de empregados (%)	LA13	111 – 32,74%
Empregados(as) negros (pretos e pardos) - em cargos gerenciais em relação ao total de cargos gerenciais %	LA13	22 – 6,49%
Estagiários em relação ao total de empregados (%)	LA1	22 – 6,49%
Empregados do programa de contratação de aprendizes (%)	LA1	6 – 5,05%
Empregados com deficiência	LA13	11 – 3,24%

Fonte: Relatório de Sustentabilidade da Norte Energia (2017; p. 60)

Observe que na Figura 13 o código utilizado para se referir aos indicadores são os mesmos utilizados na norma GRI G4, LA, abreviação utilizada pela norma para se referir aos indicadores da Categoria Social, Subcategoria Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente.

Foram apresentados nos relatórios de 2017, 2018 e 2019 apenas seis indicadores da Categoria Social em cada ano. Os indicadores apresentados foram LA1, LA3, LA7, LA10, LA13. Há um total de 16 indicadores divididos em oito subcategorias: Emprego (LA1, LA2, LA3); Relações Trabalhistas (LA4); Saúde e Segurança no Trabalho (LA5, LA6, LA7, LA8); Treinamento e Educação (LA9, LA10, LA11); Diversidade e Igualdade de Oportunidades (LA12); Igualdade de Remuneração para Mulheres e Homens (LA13); Avaliação de Fornecedores em Práticas Trabalhistas Mecanismos de Queixas (LA14, LA15) e Reclamações Relacionadas a Práticas Trabalhista (LA16).

Além desses indicadores o relatório de 2017, 2018 e 2019 faz menção a indicadores da Categoria Econômica, quando utilizam a abreviação EC, como pode ser visto na Figura 8, retirada do relatório de 2017.

Figura 14 - Menção a cógidos utilizados na norma GRI G4

Remuneração, benefícios e carreira	GRI	Valor em R$
Remuneração		101.550.864,23
Folha de pagamento bruta	EC1	75.599.004,52
Encargos sociais compulsórios	EC1	25.951.859,71

Fonte: Relatório de Sustentabilidade da Norte Energia (2017; p. 60)

Foram apresentados apenas um indicador da Categoria Econômica, o EC1. Na Categoria Econômica há um total de nove indicadores divididos em quatro subcategorias, Desempenho

Econômcimo (EC1, EC2, EC3, EC4); Presença no Mercado (EC5, EC6); Impactos Econômicos Indiretos (EC7, EC8) e Práticas de Compra (EC9). (GRI, 2013).

Quanto aos números divulgados em cada indicador, quando comparados ano a ano há um inconsistências que comprometem a credibilidade dos dados. Primeiro, vale ressaltar que foram utilizados os mesmos indicadores nos três anos, 2017, 2018 e 2019. A Figura 7 apresenta os dados dos indicadores LA1 e LA13 ao longo nos relatórios, em que é possível observar inconsistências dos valores.

	GRI	2017	2018	2019
Número total de empregados	LA1	**339**	**360**	**369**
Empregados até 30 anos de idade (%)		60 (17,7%)	60 (17,7%)	60 (17,7%)
Empregados com idade entre 31 e 40 anos (%)	LA13	119 (35,1%)	119 (35,1%)	119 (35,1%)
Empregados com idade entre 41 e 50 anos (%)	LA13	72 (21,24%)	72 (21,24%)	72 (21,24%)
Empregados com idade superior a 50 anos (%)	LA13	88 (25,96%)	88 (25,96%)	88 (25,96%)

Observa-se que o número total de empregados não corresponde às somas por faixa etária nos anos de 2018 e 2019, visto que os valores por faixa etária são iguais em todos os anos e o número total de empregados aumentou. O número total de empregados é utilizado como base para demais indicadores como os demais indicadores apresentados, como o LA3, LA7 e LA13, o que indica a falta de credibilidade dos dados apresentados.

De acordo com a GRI (2013, p. 14), “relatórios publicados após 31 de dezembro de 2015 devem ser elaborados de acordo com as Diretrizes G4”. Entretanto, observou-se que os relatórios de 2017, 2018 e 2019 não mencionam qual versão da norma foi utilizada.

As Diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI) estabelecem duas opções para a elaboração de relatórios de sustentabilidade por organizações: a opção 'Essencial', que abrange os componentes fundamentais do relatório, e a opção 'Abrangente', que inclui todos os elementos da 'Essencial' com informações adicionais detalhadas sobre governança, estratégia, ética e integridade (GRI, 2013). Em nenhum dos três primeiros relatórios analisados é possível encontrar essa informação.

Ambas as opções demandam a identificação de Aspectos materiais, que são fatores com impactos significativos nas dimensões econômicas, ambientais e sociais, ou que influenciam profundamente as percepções e decisões dos stakeholders. No entanto, nos relatórios de 2017, 2018 e 2019 não há menção sobre aspectos materiais.

Nas diretrizes da norma G4, quanto aos aspectos materiais, observou-se que em nenhum dos três primeiros relatórios, 2017, 2018 e 2019 é citado algum aspecto material de forma

explícita. “As informações sobre cada Aspecto material identificado podem ser apresentadas como informações sobre a forma de gestão e na forma de indicadores” (GRI, 2013; p. 63).

Segunda a norma GRI G4, “as informações sobre a forma de gestão consistem em informações narrativas sobre como a organização identifica, analisa e responde aos seus impactos econômicos, ambientais e sociais materiais efetivos e em potencias” (GRI, 2013; p.65).

Conforme a Norma GRI 101 de 2016, a organização relatora no decorrer do processo de elaboração de um relatório de sustentabilidade deverá garantir a aplicação dos Princípios de Relato descritos pelo próprio GRI, deverá fornecer informações contextuais sobre a organização e identificar e relatar cada tópico material (GRI 101, 2016). Como já relatado, não há informações sobre materialidade nos três primeiros relatórios analisados. Além disso, não foi observado nesses três relatórios a correspondência entre o conteúdo apresentado e os tópicos materiais associados aos indicadores GRI.

Em um segundo instante, quando os relatórios passaram a adotar as normas GRI Standards de 2016, há os relatórios referente ao ano-base de 2020 e 2021, quando a empresa passou a divulgar os tópicos materiais bem como a metodologia para sua definição. Em 2020 foram apresentados 22 tópicos materiais. Em 2021, houve uma mudança na política de sustentabilidade da empresa e passou a considerar os tópicos materiais agrupados, como a própria empresa destaca, em “temas-chave da agenda ESG da Norte Energia” (NORTE ENERGIA, 2021; p. 83).

Para verificar as possíveis inconsistências nos dados apresentados, portanto, foi definido o seguinte passo-a-passo para a verificação: 1º Foi observado se o indicador foi citado ou não nos relatórios; 2° Passou-se para a leitura do conteúdo do indicador citado em cada ano; 3º Foi realizada a comparação, quando apresentado, do conteúdo de um ano para o outro. Ressalta-se que a análise se limitou a observar os dados apresentados na composição dos indicadores GRI e não a conformidade do conteúdo apresentado com os requisitos de cada indicador. Foram observados os indicadores da Série 300 e da Série 400.

A Tabela 3 mostra quais indicadores da Série 300 que foram citados nos relatórios durante o período analisado. O número zero representa a ausência de menção ao indicador no relatório e o número um representa a menção do indicador pelo menos uma vez em cada relatório. Ressalta-se que essa análise se refere somente aos relatórios de 2020 e 2021, quando passaram a utilizar o GRI Standards de 2016.

Tabela 6 - Indicadores Série 300 utilizados nos relatórios de sustentabilidade

Indicador GRI	2020	2021

GRI 301 Materiais 2016	301-1 Materiais utilizados, discriminados por peso ou volume	0	0
	301-2 Matérias-primas ou materiais reciclados utilizados	0	0
GRI 302 Energia 2016	302-1 Consumo de energia dentro da organização	1	1
	302-2 Consumo de energia fora da organização	1	0
	302-3 Intensidade energética	0	0
	302-4 Redução do consumo de energia	0	0
	302-5 Reduções nos requisitos energéticos de produtos e serviços	0	0
GRI 303 Água e efluentes 2018	303-1 Interações com a água como um recurso compartilhado	1	1
	303-2 Gestão de impactos relacionados ao descarte de água	1	1
	303-3 Captação de água	0	0
	303-4 Descarte de água	1	0
	303-5 Consumo de água	0	1
GRI 304 Biodiversidade 2016	304-1 Unidades operacionais próprias, arrendadas ou geridas dentro ou nas adjacências de áreas de proteção ambiental e áreas de alto valor de biodiversidade situadas fora de áreas de proteção ambiental	1	1
	304-2 Impactos significativos de atividades, produtos e serviços na biodiversidade	1	1
	304-3 Habitats protegidos ou restaurados	1	1
	304-4 Espécies incluídas na lista vermelha da IUCN e em listas nacionais de conservação com habitats em áreas afetadas por operações da organização	1	1
GRI 305 Emissões 2016	305-1 Emissões diretas (Escopo 1) de gases de efeito estufa (GEE)	1	1
	305-2 Emissões indiretas (Escopo 2) de gases de efeito estufa (GEE) provenientes da aquisição de energia	0	1
	305-3 Outras emissões indiretas (Escopo 3) de gases de efeito estufa (GEE)	0	1
	305-4 Intensidade de emissões de gases de efeito estufa (GEE)	0	1
	305-5 Redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE)	0	0
	305-6 Emissões de substâncias que destroem a camada de ozônio (SDO)	0	0
	305-7 Emissões de NOX, SOX e outras emissões atmosféricas significativas	0	0
GRI 306 Resíduos 2020	306-1 Geração de resíduos e impactos significativos relacionados a resíduos	1	1
	306-2 Gestão de impactos significativos relacionados a resíduos	0	1
	306-3 Resíduos gerados	0	0
	306-4 Resíduos não destinados para disposição final	0	0
	306-5 Resíduos destinados para disposição final	0	1
GRI 307 Conformidade ambiental 2016	307- 1 Não conformidade com leis e regulamentos ambientais	1	1

GRI 308 Avaliação ambiental de fornecedores 2016	308-1 Novos fornecedores selecionados com base em critérios ambientais	0	0
	308-2 Impactos ambientais negativos da cadeia de fornecedores e medidas tomadas	0	0
	Total	**12**	**16**
	% em relação ao total de indicadores	0,39	0,52

Fonte: Elaborado pelo autor. * Indicadores citados nos anos de 2020 e 2021.

A Série 300 (Tópicos Ambientais) do padrão GRI contém um total de 31 indicadores. Observa-se que apenas os relatórios de 2020 e 2021 passaram a mencionar os indicadores nos relatórios. Em 2020, o relatório divulgado pela companhia referenciou 12 indicadores ambientais, perfazendo 39% dos indicadores. No relatório de sustentabilidade de 2021 a empresa referenciou cerca de metade dos indicadores, um total de 52%. O total de indicadores que foram citados tanto no ano de 2020 quanto no ano de 2021 são de 10 indicadores.

Da mesma forma, é possível observar quais indicadores da Série 400 foram citados nos relatórios referentes ao período analisado. A Tabela Y demonstra quais indicadores foram mencionados pelo menos uma vez em cada relatório.

Tabela 7 - Indicadores da Série 400 utilizados nos relatórios de sustentabilidade

Norma GRI	Indicador	2020	2021
GRI 401 Empregos 2016	401-1 - Novas contratações e rotatividade de empregados	1	1
	401-2 - Benefícios oferecidos a empregados em tempo integral que não são oferecidos a empregados temporários ou de período parcial	0	1
	401-3 - Licença maternidade/paternidade	1	1
GRI 402 Relações de trablaho 2016	402-1 - Prazo mínimo de aviso sobre mudanças operacionais	0	1
GRI 403 Saúde e Segurança do trabalho 2018	403 – 1 Sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho	1	1
	403 – 2 Identificação de perigos, avaliação de riscos e investigação de incidentes	0	1
	403 – 3 Serviços de saúde do trabalho	1	1
	403 – 4 Participação, consulta e comunicação dos trabalhadores sobre saúde e segurança ocupacional	0	1
	403 – 5 Treinamento de trabalhadores em segurança e saúde ocupacional	0	1
	403 – 6 Promoção da saúde do trabalhador	0	1
	403 – 7 Prevenção e mitigação de impactos na saúde	1	1

	403 – 8 Trabalhadores cobertos por um sistema de gestão de saúde e segurança ocupacional	0	1
	403 – 9 Acidentes de trabalho	1	1
	403 – 10 Doenças profissionais	0	0
GRI 404 Capacitação e Educação 2016	404 – 1 Média de horas de treinamento por ano e por funcionário	1	1
	404 – 2 Programas para atualizar as habilidades dos funcionários e programas de assistência à transição	0	1
	404 – 3 Porcentagem de funcionários que recebem avaliações regulares de desempenho e desenvolvimento de carreira	1	0
GRI 405 Diversidade e Igualdade de Oportunidades 2016	405-1 - Diversidade em órgãos de governança e empregados	1	1
	405-2 - Proporção entre o salário-base e a remuneração recebidos pelas mulheres e aqueles recebidos pelos homens	1	1
GRI 406 Não Discriminação 2016	406-1 - Casos de discriminação e medidas corretivas tomadas	1	1
GRI 407 Liberdade Sindical e Negociação Coletiva 2016	407-1 - Operações e fornecedores em que o direito à liberdade de associação e negociação coletiva pode estar em risco	0	0
GRI 408 Trabalho Infantil 2016	408-1 - Operações e fornecedores em risco significativo de ocorrência de trabalho infantil	0	1
GRI 409 Trabalho Forçado ou Análago ao Escravo 2016	409-1 - Operações e fornecedores em risco significativo de ocorrência de trabalho forçado ou obrigatório (análogo ao escravo)	0	1
GRI 410 Práticas de Segurança 2016	410-1 - Pessoal de segurança treinado em políticas ou procedimentos de direitos humanos	0	1
GRI 411 Direitos dos Povos Indígenas 2016	411-1 - Casos de violações envolvendo direitos dos povos indígenas	1	1
GRI 412 Avaliação de direitos humanos 2016	412-1 - Operações submetidas a avaliações de direitos humanos ou de impacto em direitos humanos	0	1
	412-2 - Capacitação de empregados em políticas ou procedimentos de direitos humanos	0	1
	412-3 - Acordos e contratos de investimentos significativos que incluem cláusulas de direitos humanos ou que foram submetidos à avaliação referente a direitos humanos	0	1
GRI 413 Comunidades Locais 2016	413-1 - Operações com engajamento, avaliações de impacto e programas de desenvolvimento voltados à comunidade local	1	1
	413-1 - Operações com envolvimento da comunidade local, avaliação de impacto e programas de desenvolvimento	0	1
	413-2 - Operações com impactos negativos significativos reais e potenciais nas comunidades locais	1	0
GRI 414 Avaliação Social de Fornecedores 2016	414-1 - Novos fornecedores que foram selecionados usando critérios sociais	0	0

	414-2 - Impactos sociais negativos na cadeia de abastecimento e ações tomadas	0	0
GRI 415 Políticas Públicas 2016	415-1 - Contribuições políticas	0	0
GRI 416 Saúde e Segurança do Consumidor 2016	416-1 - Avaliação dos impactos na saúde e segurança das categorias de produtos e serviços	0	0
	416-2 - Incidentes de não conformidade relativos aos impactos na saúde e segurança de produtos e serviços	0	0
GRI 417 Marketing e Rotulagem 2016	417-1 - Requisitos para informações e rotulagem de produtos e serviços	0	0
	417-2 - Incidentes de não conformidade relativos a informações e rotulagem de produtos e serviço	0	0
	417-3 - Incidentes de não conformidade relativos a comunicação de marketing	0	0
GRI 418 Privacidade do Cliente 2016	418-1 - Reclamações comprovadas sobre violação de privacidade e perda de dados de clientes	1	0
Total		**15**	**27**
% em relação ao total de indicadores		**0,38**	**0,69**

Fonte: elaborado pelo autor

A Série 400 (Tópicos Sociais) do padrão GRI contém um total de 39 indicadores. Novamente observa-se que apenas os relatórios de 2020 e 2021 passaram a mencionar os indicadores nos relatórios. Em 2020, o relatório divulgado pela companhia referenciou 15 indicadores sociais, o equivalente a 38% do total indicadores. No relatório de sustentabilidade de 2021 a empresa referenciou um total de 27 indicadores, o equivalente a 69% dos indicadores. O total de indicadores que foram citados tanto no relatório do ano de 2020 quanto no relatório do ano de 2021 são de 12 indicadores. As próximas subseções têm o objetivo de apresentar estes indicadores comuns nos dois anos e apontar as inconsistências ao comparar os dois relatórios.

4.1.3.2 Comparação dos indicadores comuns a 2020 e 2021 – Série 300 – Tópicos Ambientais

Como ressaltado, essa seção tem o objetivo de apresentar a análise comparativa dos indicadores GRI da Série 300 (Tópicos Ambientais), que foram citados tanto no relatório de 2020 quanto no relatório de 2021. Os 10 indicadores que foram referenciados nos anos de 2020 e 2021 estão demonstrados na Tabela 4. Na Tabela 4 foi destacado em quais indicadores é possível realizar uma comparação entre as informações, seja ela por meio de dados quantitativos

ou por meio da narrativa. Entretanto, observou-se que a mudança de estrutura do relatório e os tópicos materiais que foram considerados em cada relatório, distintos de um ano para o outro, dificulta a comparação das informações. Para ressaltar essa mudança de estrutura a Tabela 4 demonstra também as seções ou subseções nas quais os indicadores do GRI foram referenciados.

O indicador 302-1 – Consumo de Energia dentro da Organização foi possível observar que os dados foram demonstrados de forma diferente nos dois relatórios. As Figuras 9 e 10 demonstram, respectivamente, o relato do consumo interno da organização nos anos de 2020 e 2021. A Figura 9 mostra um resumo do consumo interno de energia de uma organização nos anos de 2019 e 2020, discriminado por tipo de combustível e energia elétrica, referenciando as normas GRI 301 e 302 e alinhando-se com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU.

Figura 15 - Consumo de Energia da Norte Energia em 2020

Consumo Interno de Energia (GJ) | GRI 301; 302-1; ODS 7, 8, 12 e 13; EP 2h

	2019	2020	Variação
Combustível, por tipo			
Diesel (GJ)	23.068	20.532	-11,0%
Gasolina (GJ)	10.706	6.001	-43,9%
Etanol hidratado (GJ)	680	917	34,8%
Total combustíveis	**34.454**	**27.450**	**-20,3%**
Energia elétrica comprada			
Edifícios (GJ)	2.730	3.202	17,3%
Casa de Força (GJ)	246	7.810	3076,1%
Total energia elétrica	**2.976**	**11.012**	**270,0%**
Consumo total de energia (GJ)	37.430	38.462	2,8%

Fonte: Norte Energia (2020, p. 94)

Em 2020, observa-se uma redução no consumo de diesel e gasolina, um aumento no uso de etanol hidratado e energia elétrica. Notavelmente, a energia elétrica adquirida para "Casa de Força" teve um aumento expressivo de 3076,1%. A variação total no consumo de energia foi um aumento modesto de 2,8%, indicando uma mudança no mix energético da empresa, com uma dependência menor de combustíveis fósseis e um maior consumo de energia renovável ou elétrica.

Analisando a tabela do relatório de 2021, observa-se uma tendência geral de redução no consumo de energia dentro da organização. O uso de combustíveis de fontes não renováveis

diminuiu significativamente, particularmente o consumo de etanol hidratado que caiu para zero. A energia elétrica também teve uma redução drástica.

Figura 16 - Consumo de energia da Norte Energia em 2021

Consumo de energia dentro da organização (GJ) GRI 302-1

Consumo de combustíveis de fontes não renováveis (GJ)			
	2019	2020	2021
Combustível de fonte não renovável (diesel)	23.068	20.532,00	4.154,32
Combustível de fonte não renovável (gasolina)	10.706	6.001,00	7.923,15
Combustível de fonte não renovável (etanol hidratado)	680	917,00	0
Total	**34.454**	**27.450,00**	**12.077,47**

Energia consumida (GJ)			
	2019	2020	2021
Eletricidade	**7.986,13**	**12.001,08**	**3.413,09**

Total de energia consumida (GJ)			
	2019	2020	2021
Combustíveis de fontes não renováveis	34.454	27.450	12.077,47
Energia consumida	7.986,13	12.001,08	3.413,09
Total	**42.440,13**	**39.451,08**	**15.490,56**

Fonte: Norte Energia (2021, p. 43)

O total de energia consumida reflete essa tendência com uma diminuição substancial comparada aos anos anteriores. Esse padrão pode indicar uma estratégia efetiva de sustentabilidade ou mudanças operacionais significativas na organização.

Observe que não é possível comparar a informações Consumo Total de Energia (GJ), Figura 16, em 2020, com o seu correspondente em 2021, pois não há uma equivalência dos termos utilizados. Assim, não é possível saber se o Total de energia consumido relatado em 2021 equivale ao Consumo Total de Energia em 2020, pois a descrição das parcelas que compõem o total também é distinta. Não há qualquer nota explicativa ou menção sobre a mudança na apresentação dos dados. Isso indica uma falha no relatório em manter a transparência e a consistência na comunicação de informações. A ausência de explicação para a descontinuidade de um indicador ou para a alteração nos termos usados para relatar o consumo de energia poderia dificultar a análise comparativa ano a ano, uma prática importante para avaliar o desempenho da sustentabilidade ao longo do tempo.

O indicador 303-1 - Interações com a água como um recurso compartilhado foi observada uma inconsistência quanto ao relato dos dados numéricos. Em 2021, na seção Qualidade da água, a Norte Energia relata sobre o monitoramento que a empresa realiza para analisar a qualidade da água por meio da coleta de amostras. A companhia afirma que foram coletadas "desde o início das obras 57 mil amostras de água superficial para análise dos parâmetros físico-químicos e bacteriológicos" (NORTE ENERGIA, 2021; p. 62). Desse total de amostras, "1.395 foram coletadas nos igarapés de Altamira" (NORTE ENERGIA, 2021).

Ao comparar a mesma informação no relatório de 2020 foi observado que o relato da quantidade de amostras coletadas e o monitoramento da qualidade da água não estava sendo referenciado pelo indicador 303-1, mas sim, no indicador 303-4 - Unidades operacionais próprias, arrendadas ou geridas dentro ou nas adjacências de áreas de proteção ambiental e áreas de alto valor de biodiversidade situadas fora de áreas de proteção ambiental. Nessa seção, em 2020, a companhia relata que foram coletadas "Desde o início das obras, foram coletadas 68.446 amostras de água superficial para análise dos parâmetros físico-químicos e bacteriológicos" (NORTE ENERGIA, 2020; p. 96). Desse total, "2886 foram coletados nos igarapés de Altamira" (NORTE ENERGIA, 2020; p. 96).

Ou seja, o primeiro ponto que dificulta a análise do usuário da informação é a mesma informação estar presente em seções distintas e indicadores GRI distintos de um ano para o outro. O segundo ponto a se destacar, é a própria inconsistência entre os números relatados. Até 2020 foram 68.446 amostras coletadas desde o início das obras e até 2021 foram 57 mil amostras coletadas desde o início das obras, conforme relatado, ou seja, números inconsistentes, visto que a quantidade é apresentada de forma acumulativa ano a ano e, portanto, o último dado deveria ser maior. Além da quantidade de amostrar apresentar números inconsistentes, ainda há o total coletado nos igarapés de Altamira, que até 2020 foi de 2886 e até 2021 foi de 1395, ou seja, também são dados inconsistentes.

Na análise dos indicadores de sustentabilidade, especificamente o 303-2 relacionado à gestão de impactos do descarte de água, observa-se uma variação na abordagem da Norte Energia entre os anos de 2020 e 2021. Em 2021, a empresa explicitamente declara que segue os padrões estipulados pela Resolução Conama nº 430/2011 e pelo International Finance Corporation (IFC) para o descarte de efluentes. O relatório de 2020, apesar de mencionar o indicador, não especifica quais padrões mínimos foram adotados para o descarte de efluentes, nem descreve como esses padrões foram determinados, conforme recomendado pela norma GRI. Essa omissão não apenas impede uma avaliação clara da aderência da empresa a práticas

reconhecidas de sustentabilidade no ano de 2020, mas também suscita dúvidas sobre a consistência da adoção de tais padrões ao longo do tempo.

Em relação ao indicador 304-1, sobre a preservação de habitats, a inconsistência se torna evidente quando comparada com as informações apresentadas sob o indicador 303-1, e é exacerbada pela apresentação confusa na seção "Habitats protegidos ou restaurados" do relatório de 2020. Nesta seção, que também aborda o indicador 304-3, menciona-se uma subseção intitulada "Área de Preservação Permanente". Aqui, descreve-se a implementação de medidas compensatórias para a formação dos reservatórios, indicando que o entorno das áreas inundadas deveria constituir uma área de preservação permanente. A redação nesta parte do relatório, contudo, carece de clareza, tornando complexa a compreensão das ações efetivamente realizadas e de seu impacto ambiental. Na sequência destacam a quantia que estão investindo, 135 milhões, para a viabilização de Unidades de Conservação novas e apoio às existentes e uma descrição sobre a recuperação de áreas degradadas.

No relatório de 2021, por sua vez, o conteúdo do indicador 304-1 é descrito apenas no sumário de conteúdo do GRI onde relatam que Na Área Diretamente Afetada (ADA) pela UHE Belo Monte existem duas Terras Indígenas e duas áreas de extrema importância biológica: AM 179 - Volta Grande do Xingu e AM 183 - Cavernas da Volta Grande (Portaria MMA nº 9/200).

O excerto apresentado do relatório de 2021 da empresa traz uma descrição limitada do indicador 304-1, levantando questionamentos pertinentes que demandam uma análise crítica mais aprofundada. Uma das questões críticas diz respeito à identificação das áreas mencionadas como "AM 179" e "AM 183". Não fica claro no excerto ou em outras partes do relatório se essas siglas se referem a Unidades de Conservação (UCs) ou a outra forma de categorização ambiental. Essa ambiguidade dificulta a compreensão do status de proteção ambiental atribuído a essas áreas específicas.

Além disso, é necessário avaliar a acessibilidade da Portaria MMA nº 9/200, citada no excerto, uma vez que ela contém informações detalhadas sobre as áreas mencionadas. A disponibilidade e o acesso facilitado a esse documento são fundamentais para que os leitores interessados possam obter informações precisas sobre as medidas de proteção ambiental e o contexto específico das áreas AM 179 - Volta Grande do Xingu e AM 183 - Cavernas da Volta Grande. No entanto, não são fornecidos links para acesso à Portaria.

Com relação ao indicador 304-2, não foram encontradas inconsistências nos dados na narrativa, pois o conteúdo apresentado que se refere ao indicador foi modificado de 2020 para 2021. Em 2020, o indicador estava dentro do capítulo Meio ambiente e na seção Biodiversidade e subseção Supressão de Vegetação durante as obras. Em 2021, o indicador foi apresentado no

capítulo Proteção Ambiental da Amazônia e seguido de quatro subseções em que é citado, cujo conteúdo não permite a comparação com o ano anterior. O mesmo ocorre com o indicador 304-3. Ademais, não foi identificada no excerto nenhuma parte do relatório que aborde explicitamente a transição dos indicadores, fornecendo informações claras e explicativas para o usuário. A falta de uma seção dedicada a essa transição pode impactar a compreensão adequada dos dados e dificultar a realização de comparações consistentes entre os anos.

Não foram observadas inconsistências no indicador 304-4 - Espécies incluídas na lista vermelha da IUCN e em listas nacionais de conservação com habitats em áreas afetadas por operações da organização. Entretanto, no relatório de 2021 a empresa destaca que a diferença do número de espécies vulneráveis entre 2019 e 2021 está relacionada exclusivamente à atualização taxonômica de espécies e à atualização de status pela IUCN. Além disso, foi atualizada a lista para as espécies levantadas no Relatório de 2020, com a inclusão das dez espécies de peixes classificadas em algum status de conservação e que já estão considerados nos números de 2019 e 2021. Apesar da mudança nos números apresentados de um ano para o outro, a empresa destacou, como orienta o GRI, que a mudança foi devido a mudança de classificação pela IUCN.

Com relação ao indicador 305-1 Emissões diretas (Escopo 1) de Gases de Efeito Estufa (GEE), apesar de ser referenciado no relatório de 2020, a empresa ressalta que ainda não possuía o levantamento de dados sobre as emissões de gases de efeito estufa, cujo monitoramento foi iniciado em 2020. Apenas em 2021 foram divulgados dados de escopo 1, 2 e 3. Portanto, não é possível verificar inconsistências dos dados nos anos analisados.

O indicador 306-1 - Geração de resíduos e impactos significativos relacionados a resíduos e 307-1 - Não conformidade com leis e regulamentos ambientais não apresentaram dados inconsistentes.

Tabela 8 – Indicadores citados nos relatórios de 2020 e 2021

Indicadores	Informações comparáveis?	Informações inconsistentes?	Seções em que são citados	
			2020	2021
302-1	Sim	Sim	• Insumos de Energia • Consumo Interno de Energia • Variação de consumo interno de combustíveis • Variação de consumo interno de energia comprada	• Consumo de Energia dentro da Organização • Sumário

303-1	Não	N/A	• Temas E Preocupações Chave Mencionados; • Identificação e Gestão dos Impactos Econômicos, Ambientais e Sociais; • Riscos Significativos Em 2020; • Saneamento Básico; Água e efluentes; • Água como um recurso compartilhado - Gestão Das Vazões De Jusante	• Qualidade da água; • Pesca Artesanal
303-2	Não	N/A	Água como um recurso compartilhado - gestão das vazões de jusante	Qualidade da água
304-1	Não	N/A	Habitats protegidos ou restaurados	Sumário
304-2	Não	N/A	Meio Ambiente: • Biodiversidade • Impactos em áreas naturais • Supressão de vegetação durante as obras	Proteção Ambiental da Amazônia: • Biodiversidade • Unidades de Conservação • Restauração Ecológica • Educação ambiental • Amazônia e Inovação 2
304-3	Não	N/A	• Habitats protegidos ou restaurados • Unidades de Conservação da Natureza selecionadas para receberem recursos da Compensarão Ambiental de Belo Monte	• Biodiversidade • Volta Grande do Xingu • Amazônia e Inovação 2
304-4	Sim	Não	• Número de espécies ameaçadas nas áreas de atuação • Espécies incluídas na lista vermelha da IUCN e em listas acionais de conservação na área de influência	• Biodiversidade • Pesca Artesanal • Número de espécies que ocorrem na área de atuação da Norte Energia e que estão incluídas na Lista Vermelha da IUCN e em listas nacionais de conservação, discriminadas por nível de risco de extinção
305-1	Sim	Não	Emissões de gases de efeito estufa (GEE)	Emissões diretas (Escopo 1) de gases de efeito estufa (GEE)
306-1	Sim	Não	Supressão de vegetação durante as obras	Resíduos
307- 1	Sim	Não	Não conformidade com leis e regulamentos ambientais	Não conformidade com leis e regulamentos ambientais

Fonte: Elaborado pelo autor

4.1.3.3 Comparação Indicadores comuns a 2020 e 2021 - Série 400 – Tópicos Sociais

Da mesma forma que na seção anterior, esta tem o objetivo de apresentar a análise comparativa dos indicadores GRI da Série 400 (Tópicos Sociais), que foram citados tanto no relatório de 2020 quanto no relatório de 2021.

A Tabela 5 demonstra esses indicadores e evidencia quando foi possível realizar a comparação das informações e as possíveis inconsistências de um ano para o outro. De forma geral, as informações não são comparáveis ou pelo menos não estão apresentadas de forma que facilite a comparação. Isso se deve ao fato pela mudança de estrutura que a própria empresa enfatizou, ao relatar o agrupamento de tópicos materiais divulgados em 2020 em temas-chave da agenda ESG no relatório de 2021 e, nos indicadores que foram agrupados ou realocados em seções diferentes do ano anterior, não foi destacado quando ocorreu essa mudança na apresentação do indicador.

Observou-se que os indicadores 401-1 e 401-3 não apresentaram alguma inconsistência quanto aos números apresentados sobre a quantidade e empregados ano a ano. O indicador 403-1 apesar de não ter apresentado inconsistência nos dados ou informações qualitativas, foi tratado em seções distintas nos dois relatórios. No ano de 2020, o indicador 403-1 foi referenciado na seção "Temas e Preocupações Chave Mencionados" e na seção "Riscos significativos", enquanto no ano de 2021 foi apresentado na seção "Segurança dos Trabalhadores". No relatório de 2020 o conteúdo trata dos reflexos e impactos da pandemia nos processos da organização, tanto sobre o risco de contaminação pelos colaboradores e pela comunidade assistida pelos programas socioambientais da Norte Energia (NORTE ENERGIA, 2020). No relatório de 2021, a empresa destaca, sob a seção com nome Segurança dos Trabalhadores, o seu compromisso no combate ao "trabalho escravo, infantil e condições inadequadas e nocivas ao bem-estar dos trabalhadores" (NORTE ENERGIA, 2021; p. 34).

Tabela 9 - Indicadores citados tanto nos relatórios de 2020 e 2021

Indicadores	Informações comparáveis?	Informações inconsistentes?	Seções em que são citados	
			2020	2021
401-1	Sim	Não	Pessoas: • Emprego	Nossa Gente: • Empregados contratados por faixa etária, gênero e região • Empregados que deixaram a empresa por faixa etária e gênero • Taxa de rotatividade
401-3	Sim	Não		
403-1	Sim	Não	Temas e Preocupações Chave Mencionados;	Segurança dos Trabalhadores

			Riscos significativos	
403-3	Sim	Não	Temas e Preocupações Chave Mencionados; Riscos significativos	Saúde ocupacional
403-7	Sim	Não	Saúde e Segurança no trabalho	Segurança dos trabalhadores
403-9	Não	N/A	Saúde e Segurança do Trabalho: • Número de acidentes - Próprios, Mulheres; • Número de acidentes - Terceiros, mulheres; • Número de acidentes - Terceiros, homens; • Óbitos e lesões graves – Próprios; • Óbitos e lesões graves – Terceiros; • Taxas de frequência e gravidade – Próprios; • Taxas de frequência e gravidade - Terceiros	Segurança dos trabalhadores: • Acidentes de Trabalho
404-1	Não	N/A	Empregos: • Horas de treinamento e aperfeiçoamento por categoria profissional	Capacitação e Desenvolvimento: • Média de horas de capacitação em 2021
405-1	Não	N/A	• Estrutura de governança e delegação de autoridade • Diversidade de gênero entre pessoal próprio • Diversidade etária entre pessoal próprio	• Governança • Força de trabalho por categoria funcional e gênero em 2019, 2020 e 2021 • Diversidade da força de trabalho em 2021 por faixa etária
405-2	Não	N/A	• Remuneração média anual por categoria profissional	• Proporção entre o salário-base e a remuneração recebidos pelas mulheres e aqueles recebidos pelos homens
406-1	Não	N/A	• Acordos de negociação coletiva	• Casos de discriminação e medidas corretivas tomadas
411-1	Não	N/A	• Diversas seções*	• Sumário
413-1	Não	N/A	• Diversas seções*	Indicadores Sociais • Operações voltadas à comunidade local

Fonte: Elaborado pelo autor. *Componente Indígena, Programa de Gestão, Programa de Gestão Territorial Indígena, Plano de Proteção Territorial e Ambiental do Médio Xingu, Programa de Educação Escolar Indígena, Programa Integrado de Saúde Indígena, Programa de Atividades Produtivas, Programa do Patrimônio Cultural Material e Imaterial, Programa de Supervisão Ambiental, Programa de Fortalecimento Institucional, Programa de Infraestrutura, Programa de Realocação e Reassentamentos, Programa de Comunicação para não Indígenas, Programa de Comunicação para Indígenas .

4.1.3.4 Conclusões sobre a comparabilidade

A análise detalhada dos relatórios revela que a comparabilidade das informações se apresenta como um desafio significativo, devido às alterações estruturais nos relatórios divulgados. Tal condição não obstante, a investigação permitiu a comparação de determinados indicadores. A variabilidade na estrutura, divulgação e conteúdo dos relatórios compromete a capacidade de stakeholders internos e externos em avaliar o desempenho organizacional e os progressos alcançados em diversas áreas de atuação, incluindo a eficácia de investimentos sociais e iniciativas de reparação ambiental. A Global Reporting Initiative (GRI) ressalta que, embora sejam admissíveis alterações nos tópicos materiais, nos limites dos tópicos, no período coberto pelo relatório, ou nas informações – englobando design, definições e conteúdo – espera-se que as organizações relatoras apresentem seus dados mais recentes em conjunto com a rearticulação dos dados históricos para preservar a integridade comparativa (GRI, 2021).

Contudo, a análise do corpus estudado demonstra uma negligência quanto ao princípio da comparabilidade. Esta conclusão é corroborada pela análise realizada, que evidencia uma falta de consistência e coesão nas informações reportadas, particularmente quando se compara os dados entre os dois anos específicos. Tal observação é agravada pela identificação de que apenas uma fração dos indicadores permaneceu constante ao longo do período analisado; especificamente, 10 dos 31 indicadores da série 400 e 12 dos 39 indicadores da série 300 foram consistentes entre os anos de 2020 e 2021. A limitada sobreposição de indicadores reflete a complexidade em manter uma consistência metodológica que facilite uma análise comparativa longitudinal efetiva.

Outra questão preocupante é a constatação de que, apesar de os relatórios examinados declararem conformidade com os padrões de divulgação da Global Reporting Initiative (GRI), nos primeiros três anos analisados, nenhum indicador específico foi referenciado explicitamente no texto. Essa omissão sugere uma desconexão entre as práticas de relatório da organização e os princípios orientadores da GRI, especialmente no que tange ao princípio da comparabilidade, um elemento central enfatizado nas diretrizes da GRI. A ausência de referência a indicadores específicos nos primeiros anos analisados compromete não apenas a transparência, mas também a capacidade de avaliação longitudinal do desempenho organizacional, em contraste direto com os objetivos declarados de adesão aos padrões GRI.

Adicionalmente, é imperativo mencionar que a organização Norte Energia parece ter negligenciado o princípio da comparabilidade, um pilar enfatizado nas normas GRI, o que revela uma falha significativa na adoção de práticas de relatório responsáveis e comparáveis.

Essa constatação aponta para a necessidade de uma investigação mais aprofundada sobre as práticas de relatório da organização, considerando os critérios estabelecidos pelas diretrizes GRI.

4.1.4 Mais se Revela ou Mais se Esconde?

4.1.4.1 Numerais e números

4.1.4.1.1 Contexto: Escrevendo em números

As recentes demandas ambientais e sociais do planeta levaram recentemente a um grande debate sobre o papel das organizações em mitigar os efeitos nocivos de suas atividades. O escrutínio a que as grandes corporações estão submetidas por parte da sociedade reflete cada vez mais a necessidade de maior transparência de seus impactos ambientais e sociais. Nesse contexto, os relatórios de sustentabilidade desempenham papel fundamental na engrenagem do sistema por parte de todos os stakeholders. Como já ressaltado, a eficácia dos relatórios é constantemente questionada e vem recebendo a atenção de diversos órgãos normatizadores, como o IFRS, sendo importante reconhecer que a eficácia desses relatórios não reside apenas sua mera existência, mas na maneira como são elaborados e comunicados.

Um dos elementos centrais na construção do discurso desses relatórios é uso de números ou de uma linguagem quantificadora. Números podem transmitir informações imprecisas, já que a objetividade é a essência a ser buscada, mas raramente alcançada (SEIFE, 2012). Segundo Seife (2012), os cálculos podem sobrecarregar o cérebro, anulando sua capacidade crítica. Isso ocorre porque, de acordo com o autor, os números, com sua natureza fria e precisa, aparentam oferecer uma raridade: a certeza absoluta.

Portanto, de acordo com Seife (2012, p. 12), "não importa o quão inacreditável uma ideia possa ser, os números têm o poder de conferir-lhe credibilidade". A objetividade e a credibilidade são dois atributos essenciais associados aos números, especialmente no campo do jornalismo e comunicação. Talvez seja por essa razão que a relação entre a economia e o jornalismo, com uma abordagem fortemente baseada na econometria e nas matemáticas, contribua para a construção da credibilidade dos números perante os profissionais da mídia.

Com o avanço científico, observa-se uma transição do paradigma do Positivismo para o Racionalismo. O Positivismo, que historicamente enfatizou a objetividade e a observação empírica, está sendo substituído por uma abordagem mais racionalista, que valoriza a razão e a lógica na construção do conhecimento (SOUZA LIMA, 2012). Nesse contexto, a ênfase na

objetividade e na empiria do Positivismo está sendo complementada ou substituída por uma abordagem mais racionalista, que reconhece a importância da razão e da lógica na compreensão do mundo (HASLAM; CHABRAK; KAMLA, 2019). De outra forma, nesse novo paradigma, o conhecimento é cada vez mais associado à quantificação e à mensuração, onde a verdade é definida pela capacidade de ser medida ou calculada, permitindo uma melhor compreensão da realidade (CHOUERI; NASCIMENTO, 2019)

Os números desempenham um papel significativo como signos dentro do discurso, diferentemente das palavras, que expressam juízos, sentimentos e ações. Enquanto as palavras dependem da relação entre sujeito e objeto para construir significado, os números são considerados um conhecimento universal do objeto, não necessitando da presença do objeto para existirem (SOUZA LIMA, 2012). Essa distinção ressalta a natureza objetiva e independente dos números em relação ao contexto em que são utilizados, contrastando com a natureza mais subjetiva e contextual das palavras.

O discurso, por sua vez, estabelece uma narrativa que confere ordem e sentido, reivindicando uma história. O indivíduo, por sua vez, é resultado de diversos discursos e concebe o sentido como um movimento, uma historicidade. Em outras palavras, o sentido (e o sujeito) leva em consideração a determinação histórica dos processos de significação, e a substância da linguagem é a interação verbal com a realidade fundamental, compreendendo o diálogo. Portanto, não é possível separar o objeto e o sujeito, pois ambos influenciam e são influenciados mutuamente, mantendo uma relação dialética.

Nessse sentido, a ausência de dados essenciais para a compreensão completa dos impactos ambientais e sociais de uma organização representa uma barreira significativa à interpretação efetiva dos relatórios por parte dos stakeholders. A omissão de números necessários não apenas compromete a transparência e a responsabilidade corporativa, mas também mina a confiança dos stakeholders na capacidade da organização de realizar uma autoavaliação honesta e crítica de suas práticas de sustentabilidade.

4.1.4.1.2 Numerais e Números – Método de Busca e Resultados Gerais

Esta seção dedicar-se-á à análise do emprego de dados quantitativos nos relatórios de sustentabilidade da Norte Energia, focalizando especificamente no modo como estes elementos quantitativos influenciam a comunicação e a interpretação da sustentabilidade corporativa. Em uma era dominada pela racionalidade instrumental, a quantificação de indicadores socioambientais emerge como uma prática complexa, suscitando questionamentos sobre sua

efetividade em transmitir a verdadeira extensão dos impactos e esforços de sustentabilidade das empresas.

Portanto, o propósito desta seção é examinar de maneira crítica a utilização de dados numéricos nos discursos dos relatórios selecionados. Será dada especial atenção à forma como esses dados são apresentados e à capacidade deles em esclarecer ou, paradoxalmente, obscurecer as iniciativas e impactos socioambientais da organização. Através deste escrutínio, busca-se desvendar as nuances da comunicação de sustentabilidade corporativa, avaliando se a representação numérica serve como um clarão de transparência ou como uma névoa que complica a compreensão plena dos esforços de sustentabilidade da empresa.

Isso será realizado examinando a forma como os numerais são utilizados, os contextos em que são apresentados e como eles influenciam a mensagem transmitida. Serão exploradas questões como a objetividade, a credibilidade e a manipulação dos números, bem como a sua influência na construção da percepção dos stakeholders em relação às práticas sustentáveis das organizações. Ao final dessa análise, espera-se obter um entendimento mais abrangente sobre o papel dos numerais e números na comunicação e percepção da sustentabilidade corporativa da Norte Energia, contribuindo para uma reflexão crítica sobre a utilização desses elementos nos relatórios de sustentabilidade. Além disso, será explorada a omissão significativa de quantificações essenciais que poderiam fornecer uma visão mais clara e completa dos esforços e impactos em sustentabilidade. A ausência dessas quantificações essenciais pode obscurecer o entendimento dos leitores e contribuir para uma visão distorcida ou incompleta das iniciativas de sustentabilidade da empresa.

Para tanto, após a leitura prévia do corpus e realizada uma pré-análise dos excertos em que se utilizam números e numerais foram definidas as seguintes etapas para a busca da totalidade desses excertos a serem analisados. Para tanto foi utilizado o software MaxQDA, o qual realiza a busca e codifica conforme parâmetros estabelecidos. A busca realizada e codificação seguiu a seguinte ordem:

1. Busca por excertos que utilizam literalmente a palavra número e suas variações. Estes receberam o código Número.
2. Busca por excertos que utilizam a palavra milhões, com o objetivo de identificar quando é utilizado valores monetários na narrativa. Estes receberam o código Milhões.
3. Busca por excertos que utilizam a palavra valor e suas variações. Estes receberam o código Valor

4. Busca por excertos que utilizam a palavra montante. Estes receberam o código Montante.

A busca e codificação desses termos seguiram uma sequência lógica, determinada por critérios claramente definidos, resultando na identificação de 253 excertos distribuídos em cinco documentos constituintes do corpus. A estratégia de codificação, que incluiu a análise dos parágrafos adjacentes às palavras-chave, foi essencial para capturar o contexto em que os dados quantitativos foram apresentados, permitindo uma avaliação mais precisa de como esses números influenciam a narrativa dos relatórios.

A Tabela 10 demonstra a quantidade de segmentos identificados para cada código. O maior número de segmentos identificados foi por meio da palavra Milhões, representando 34,39% do total de segmentos codificados.

Tabela 10 - Códigos e segmentos

Códigos	Segmentos	Porcentagem
Valor	59	23,32
Montante	38	15,02
Milhões	87	34,39
Números	69	27,27
TOTAL	253	100,00

Fonte: Dados da pesquisa

A frequência da palavra "milhões" associada a quantificações nos relatórios, sugere uma ênfase particular na representação de valores monetários. Esta observação é significativa, pois indica um potencial priorização de aspectos financeiros nas narrativas de sustentabilidade.

Em relação a totalidade do corpus, Tabela 11, é possível observar que aproximadamente 23% dos documentos possuem excertos em que são citadas as palavras-chave de cada código. Observe que o relatório de 2017 foi o que apresentou o maior percentual de segmentos em que uma dessas palavras ou a combinação delas está presente, 31%, ou seja, aproximadamente um terço de todo o relatório possui uma narrativa em que quantidades são enfatizadas por meio da utilização dessas quatro palavras.

Tabela 11 - Cobertura de códigos

Lista de Códigos	2017	2018	2019	2020	2021	TOTAL
Valor	8%	6%	4%	8%	6%	7%
Montante	7%	6%	7%	3%	2%	4%
Milhões	18%	20%	15%	3%	8%	10%
Números	5%	4%	6%	7%	7%	6%
Não codificado	69%	71%	73%	80%	80%	77%

Codificado	31%	29%	27%	20%	20%	23%
Todo o texto	**100% (90.426)**	**100% (95.314)**	**100% (96.007)**	**100% (283.604)**	**100% (247.561)**	**100% (812.912)**

A exploração da coocorrência dos códigos, possibilitada pela combinação de códigos do MaxQDA, forneceu uma compreensão mais profunda das intersecções temáticas dentro dos relatórios, como evidenciado pelos 215 excertos que apresentam uso isolado ou combinado dessas palavras-chave. Este achado é crucial, pois ilumina a maneira complexa e interconectada com que os números são empregados para comunicar sobre sustentabilidade, indicando tanto a abrangência quanto as limitações dessa abordagem quantitativa. No total, foram detectadas 12 combinações possíveis, como demostra a Tabela 12.

Tabela 12 - Combinações de Códigos

CÓDIGOS E COMBINAÇÕES	SEGMENTOS	PORCENTAGEM
Milhões	66	30,70
Números	55	25,58
Valor	42	19,53
Montante	16	7,44
Montante + Milhões	11	5,12
Valor + Números	6	2,79
Valor + Montante	5	2,33
Montante + Números	4	1,86
Valor + Milhões	4	1,86
Milhões + Números	3	1,40
Valor + Montante + Milhões	2	0,93
Montante + Milhões + Números	1	0,47
Total	215	100,00

O propósito deste esforço metodológico é duplo: primeiro, ele busca mapear de forma sistemática a presença e o papel dos elementos quantitativos na comunicação da sustentabilidade corporativa, oferecendo uma base sólida para uma análise crítica desses elementos. Segundo, almeja-se desvendar as nuances dessa comunicação, investigando não apenas a presença de números, mas também as potenciais omissões de dados cruciais para a compreensão dos esforços e impactos em sustentabilidade. Este exame meticuloso é vital para avaliar a transparência e a integridade dos relatórios de sustentabilidade, contribuindo para uma reflexão mais ampla sobre a eficácia da comunicação numérica em contextos corporativos sustentáveis.

4.1.4.1.3 Numerais e Números: Análise das narrativas.

Após a análise abrangente dos segmentos codificados no corpus integral, a subsequente subseção se propõe a examinar, sob a perspectiva das racionalidades instrumental e substantiva, a construção narrativa de excertos específicos emergidos da codificação. Um ponto preliminar a ser considerado é a adoção do padrão Global Reporting Initiative (GRI) na confecção do relatório de sustentabilidade, o qual estipula métricas e indicadores demandando a divulgação de dados quantitativos. Essas métricas perpassam um leque extenso de temáticas, incluindo, mas não se limitando a, emissões de gases de efeito estufa, consumo hídrico, equidade de gênero e práticas laborais. Este elemento constitui um fator determinante que influencia tanto a articulação da narrativa quanto a modalidade de apresentação das informações, primordialmente mediante expressões quantificadoras.

Não obstante, é imperativo considerar que a predominância de elementos numéricos no discurso pode resultar em uma sobrecarga cognitiva, comprometendo a eficácia da assimilação de informações por parte dos interlocutores. A indagação que emerge, portanto, é se houve uma utilização desmedida de quantificações numéricas na narrativa, potencializando tal risco de saturação informativa.

Ao apresentar números extensos, estatísticas, gráficos e informações complexas, esses elementos podem aumentar a credibilidade e fornecer uma base objetiva (AQUINO, 2022). No entanto, é crucial reconhecer que, embora as métricas ofereçam uma base objetiva, não transmitem a história completa. Os números e as expressões quantificadoras por si só podem ter limitações na transmissão do real impacto e contexto das ações e práticas de uma organização (AQUINO, 2022).

Métricas, como aquelas relacionadas à reputação da responsabilidade social corporativa (RSE), podem desempenhar um papel na melhoria do relacionamento com stakeholders externos (BRANCO; RODRIGUES, 2006b). No entanto, a garantia dos relatórios de sustentabilidade, especialmente durante crises económicas, pode sofrer um declínio, indicando uma potencial desconexão entre as práticas de relato e de garantia (BRANCO et al., 2014).

Por essa razão, o GRI também incentiva as empresas a complementar as métricas com informações qualitativas, análises aprofundadas e exemplos ilustrativos (GRI, 2021).. A narrativa em torno das métricas deve fornecer informações adicionais, interpretar os resultados

e fornecer uma visão mais abrangente do desempenho da organização em relação à sustentabilidade.

Dessa forma, embora as métricas do GRI enfatizem a objetividade e o uso de números, elas não excluem a necessidade de uma narrativa completa e bem contextualizada. A combinação de métricas quantitativas com uma narrativa qualitativa equilibrada é fundamental para transmitir uma mensagem abrangente e significativa sobre a sustentabilidade corporativa.

Dessa forma, a partir da perspectiva da racionalidade instrumental, é possível observar que a narrativa nos segmentos codificados é construída sob a égide do alcance de resultados. Essa abordagem é baseada em cálculos, utilidade e maximização de recursos financeiros, destacando o desempenho e a eficiência como os principais critérios de avaliação.

Por exemplo, no relatório de 2017 a Norte Energia refere-se a uma multa relacionada à exposição ao risco hidrológico, quando o agente, no caso a Norte Energia, não consegue entregar a quantidade de energia elétrica acordada devido à escassez de água nos reservatórios. Apesar da empresa ressaltar que chegou a um acordo com órgão regulador, observe que o excerto destaca um êxito até mesmo em uma situação adversa, ao conseguir um parcelamento e, portanto, otimizar seus recursos:

> Em dezembro de 2017, a Norte Energia teve êxito junto à Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) no parcelamento do pagamento decorrente da exposição ao risco hidrológico provocada pela aplicação do fator de ajuste de geração determinado pela CCEE. O montante envolvido chegou a R$ 740 milhões e será dividido em seis parcelas, a serem pagas a partir de 2018 (2017, p. 6).

Apenas nesse trecho inicial do relatório de 2017 já é possível perceber o papel dado ao número, que assume a função de amenizar uma situação de risco de geração de energia por meio da quantidade de parcelas.

Em outro momento, no relatório de 2018, sobre seu desempenho operacional a Norte Energia destaca que gerou “um total de 12.062 GWh com o Índice de Continuidade atingindo 97,1% em Belo Monte 93,2% em Pimental” (2018, p.6). Enquanto no ano de 2019, esse valor gerado foi de “um total de 24.800 GWh com o Índice de Continuidade (IC), atingindo 97,1% em Belo Monte, e 93,2%” (2019, p.2). Observe que não são utilizados parâmetros com o objetivo de aferir a magnitude desse número, além do que os percentuais nos dois anos são iguais. Ademais, pela perspectiva da racionalidade instrumental, que está relacionada à eficiência e ao alcance de objetivos atrelados ao conceito de eficiência, pode-se interpretar que a empresa está enfatizando os resultados quantitativos alcançados. O fato de ter gerado um total de 12.062 GWh (gigawatts-hora) de energia pode indicar um alto nível de produção. Mas também pode indicar o contrário, pois os parâmetros em números que serviriam para essa

avaliação não são oferecidos. Além disso, mencionar os índices de continuidade, como 97,1% em Belo Monte e 93,2% em Pimental, sugere que a empresa está buscando uma operação eficiente, com uma alta taxa de disponibilidade e um fornecimento constante de energia elétrica.

A própria empresa ressalta os números grandiosos do empreendimento conferindo-a um capacitismo em gerenciar tamanha obra bem como dando legitimidade e credibilidade a estratégia adotada pela empresa:

> "Os números ligados à UHE Belo Monte são impressionantes e demonstram a grandiosidade do empreendimento. Três milhões de metros cúbicos de concreto foram utilizados na construção das estruturas que compõem o complexo hidrelétrico – Casas de Força Principal e Complementar, Sistema de Transposição de Peixes (STP) e Sistema de Transposição de Embarcações (STE) (2019, p. 2).

Os 3 milhões de metros cúbicos de concreto indicam uma grande quantidade. No entanto, não é possível comparar esse número com outros projetos similares ou com o histórico do empreendimento por meio do relatório. Assim, não é possível concluir se essa quantidade é alta ou baixa. Ademais, sabe-se que o concreto possui um alto impacto ambiental devido à extração de recursos naturais como a retirada de britas e areia bem como o transporte desses materiais e o consumo de água, além de que a produção e o transporte dessas matérias-primas são emissoras de gases de efeito estufa. No entanto, não é possível encontrar menção sobre as ações mitigadoras desses impactos. Ao ressaltar, portanto, tal quantidade ainda se faz mister a comparação com metas e compromissos socioambientais assumidos pela empresa e, observa-se que o discurso omite se essa quantidade está alinhada a essas metas ou se a empresa progrediu durante sua obra na redução de impactos e aos seus compromissos. Ademais, a empresa não forneceu informações adicionais sobre o uso do concreto, como a origem dos materiais, se eles priorizaram fornecedores locais ou se estão envolvidos em iniciativas de compensação de carbono, por exemplo. Por fim, o número é tão exaltado que não se faz menção às partes interessadas, como comunidades locais, especialistas ambientais ou ONGs, no processo de tomada de decisão relacionado ao uso do concreto.

No relatório de 2020, a abordagem instrumental pode ser observada quando a empresa se refere a montantes como no excerto a seguir, quando a empresa se refere ao valor investido no empreendimento em questões socioambientais em busca de seus objetivos e eficiência:

> "Do montante previsto para o investimento socioambiental do empreendimento, já foram aplicados cerca de R$ 6.300.000.000,00, incluindo condicionantes ambientais, ações nos municípios e ações do componente indígena" (2020, p.42).

O excerto destaca um montante considerável de investimentos, cerca de R$ 6.300.000.000,00, no entanto, não são demonstrados quais foram os resultados concretos desses

investimentos. Embora seja mencionado que os investimentos incluem condicionantes ambientais, ações nos municípios e ações do componente indígena, não há detalhes específicos sobre quais ações foram realizadas e qual foi o impacto efetivo dessas iniciativas. A falta de informações quantitativas, notadamente em relação aos parâmetros, sobre os resultados obtidos dificulta uma avaliação precisa da eficácia dos investimentos e do cumprimento das metas e compromissos socioambientais.

No âmbito de enfatizar quantidades e continuando o contexto do excerto anterior, é ressaltada a importância de registrar que "o montante investido pela Norte Energia em ações socioambientais, R$ 500.000.000,00, compromissados com o Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu (PDRSX)" (2020, p. 42). Observe que o valor de quinhentos milhões pode parecer significativo, à primeira vista, mas sem uma quantificação dos custos e dos efeitos envolvidos com a operação da UHE, é difícil determinar se esse investimento é realmente suficiente para mitigar os impactos e promover o desenvolvimento sustentável na região. Portanto, a falta de transparência sobre a destinação específica desses fundos dentro do escopo do PDRSX e a ausência de dados sobre os resultados efetivamente alcançados com tais investimentos suscitam questionamentos sobre a eficácia e a suficiência dessas ações para alcançar os objetivos propostos de desenvolvimento sustentável.

Além disso, é fundamental avaliar se as comunidades locais, povos indígenas e outras partes interessadas foram efetivamente envolvidas nas definições dessas ações e, portanto, na tomada de decisão desses investimentos. E, por fim, os mecanismos de monitoramento e avaliação que acompanharam a aplicação dessas ações foram omitidos. Esses fatores dificultam a avaliação da eficácia e resultados dessas iniciativas. Portanto, observa-se que o número, o valor monetário é o ponto central dessa construção, dando grande ênfase a ideia de maximização de recursos, sem, no entanto, indicar o caminho para a análise de sua aplicabilidade.

Por fim, destaca-se o excerto que apesar de utilizar a palavra montante não no sentido monetário apresenta números relacionados a amostras de águas:

> Desde o início das obras, foram coletadas mais de 57 mil amostras de água superficial para análise dos parâmetros físico-químicos e bacteriológicos, tanto a montante do Reservatório Xingu quanto a jusante de Belo Monte, no rio e reservatório Xingu, assim como no Canal de Derivação e o Reservatório Intermediário. Além disso, do total de amostras, 1.395 foram coletadas nos igarapés de Altamira. (2021. P. 62)

Observa-se que o fato de terem sido coletadas mais de 57 mil amostras de água superficial demonstra a ênfase por meio um esforço quantitativo que pode parecer significativo

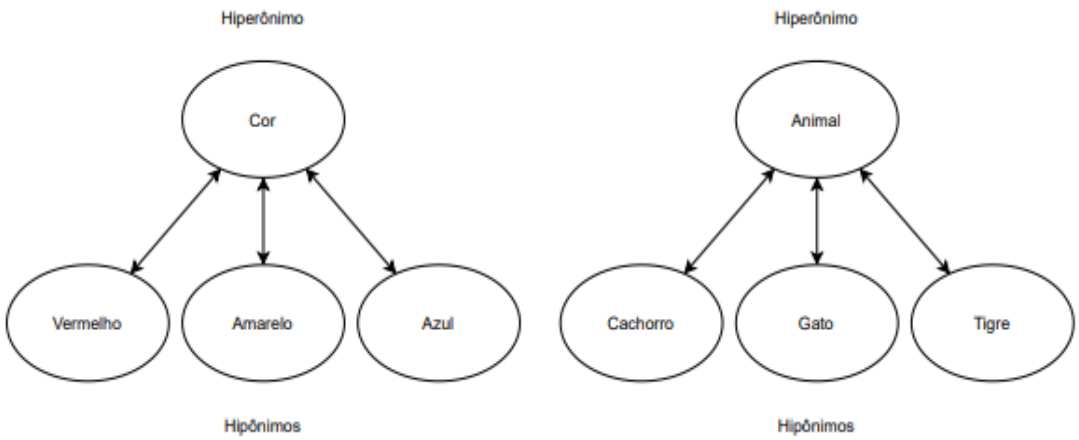
para obter dados sobre a qualidade da água. Esse enfoque quantitativo é consistente com a racionalidade instrumental, que busca alcançar resultados mensuráveis e objetivos por meio da coleta extensiva de dados. No entanto, não são oferecidas informações detalhadas sobre os parâmetros específicos que indicam que essa quantidade de amostras é suficiente. Além disso, o excerto menciona que os parâmetros físico-químicos e bacteriológicos foram analisados nas amostras coletadas. Isso indica uma abordagem instrumental orientada para a obtenção de informações precisas e específicas sobre a qualidade da água, a fim de identificar potenciais impactos resultantes da construção e operação da usina hidrelétrica. No entanto, os resultados quantificáveis não são apresentados de maneira que permitam expor as medições realizadas em comparação com os parâmetros estabelecidos. Isso impede a verificação da qualidade da água e limita a transparência e a compreensão dos impactos ambientais reais.

Além disso, 1.395 amostras foram coletadas nos igarapés de Altamira. O número isolado pode parecer relevante, porém é necessário avaliar se essa ação está alinhada com as reais necessidades de preservação ambiental e se busca proteger ecossistemas sensíveis. Além disso, é necessário verificar se essa coleta visa atender a preocupações e necessidades das comunidades locais que dependem desses igarapés para sustento e qualidade de vida. Considerando esses aspectos, é necessário avaliar se a coleta de 1.395 amostras nos igarapés de Altamira é suficiente para fornecer uma imagem completa e representativa da qualidade da água nessa área específica. Além disso, é importante considerar se essas ações são acompanhadas por medidas de preservação e conservação dos igarapés, bem como se envolvem a participação das comunidades locais na tomada de decisões e na implementação de medidas de proteção ambiental.

4.1.5 Hiperônimos e Hipônimos

4.1.5.1 Conceitos e método para definição dos termos-chave

A relação de hiperônimo, também conhecida como relação hipônimo-hiperônimo, é uma relação semântica amplamente estudada em várias ontologias linguísticas, representando a ideia de generalização (Yu et al., 2015). Em termos simples, o hiperônimo é uma palavra com um sentido mais abrangente em relação a outra palavra, por exemplo, "animal" é um hiperônimo de "tigre". Por outro lado, o hipônimo é a palavra com um sentido mais específico em relação a outra palavra, por exemplo, "tigre" é um hipônimo de "animal". A Figura XX ilustra exemplos adicionais dessa relação. A identificação do hiperônimo é um aspecto relevante.



Em pares de palavras como "fruta/maçã", "animal/cachorro" e "cadeira/móvel", podemos observar uma relação de inclusão, onde uma palavra mais ampla, conhecida como hiperônimo, abrange um termo mais específico, denominado hipônimo. Conforme apontado por Lyons (1979), a classe de entidades referenciada pela palavra "flor" (hiperônimo) é mais abrangente do que a classe de entidades referenciada pela palavra "tulipa" (hipônimo), sendo que a primeira inclui a última (LYONS, 1980, p. 482).

Esta seção tem, portanto, o objetivo de explorar a relevância dos hiperônimos e hipônimos na análise de um relatório de sustentabilidade. A compreensão desses conceitos é fundamental para uma análise abrangente e aprofundada dos dados e informações apresentados no relatório, permitindo uma visão mais clara das relações semânticas e das interconexões entre os diferentes elementos abordados.

Adaptando o conceito de hiperônimos aos relatórios de sustentabilidade, pode-se afirmar que os hiperônimos são termos mais gerais que representam conceitos amplos e abrangentes relacionados à sustentabilidade e à responsabilidade corporativa. Eles fornecem uma perspectiva ampla e holística das ações e práticas adotadas pela organização em relação aos aspectos sociais, ambientais e econômicos da sustentabilidade. A identificação e a compreensão desses hiperônimos são essenciais para uma avaliação abrangente do desempenho sustentável da empresa, permitindo a identificação de pontos que foram discursivamente bem elaborados no relatório e pontos que precisam de melhorias.

Por outro lado, os hipônimos são termos mais específicos que se enquadram sob os hiperônimos, representando elementos mais detalhados e específicos do relatório de sustentabilidade. Eles fornecem informações mais granulares sobre as práticas, iniciativas e resultados alcançados pela organização em áreas específicas, como redução de emissões de

carbono, gestão de resíduos, diversidade e inclusão, entre outros. A análise dos hipônimos permite uma compreensão mais aprofundada e detalhada do desempenho sustentável da empresa em áreas específicas de interesse.

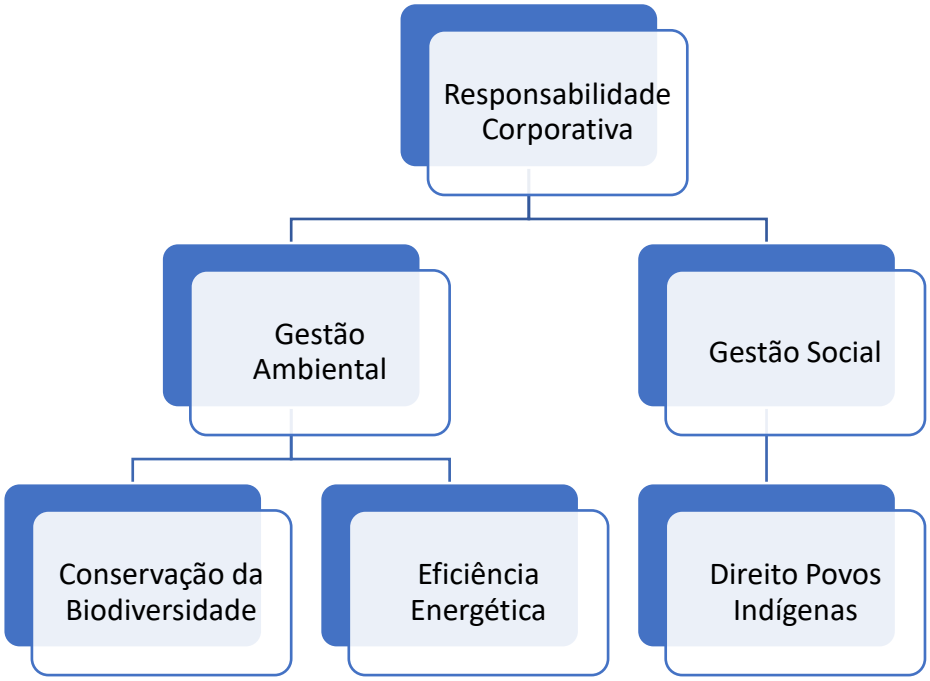
Ao explorar os hiperônimos e hipônimos no contexto do corpus, busca-se obter uma visão completa e precisa das ações e impactos da organização em relação à sustentabilidade. Essa análise permite identificar pontos fortes, áreas de melhoria e possíveis lacunas na construção do discurso da sustentabilidade, auxiliando na tomada de decisões estratégicas e no aprimoramento contínuo das práticas sustentáveis da empresa.

Assim, para a definição de possíveis hiperônimos foram considerados termos que são mais abrangentes relacionados a sustentabilidade. A definição desses termos seguiu as seguintes etapas:

1. Leitura do relatório com o objetivo de compreender o contexto e os objetivos da organização em relação à sustentabilidade. Nessa etapa foram observados os termos utilizados e identificado palavras-chave relacionadas aos tópicos de interesse.
2. Identificar os termos que representam conceitos amplos e abrangentes, os possíveis hiperônimos.
3. Utilizar os termos-chave identificados para buscar termos relacionados que representem conceitos mais específicos, os possíveis hipônimos.
4. Ao identificar os hiperônimos e hipônimos, foi feita uma análise para do contexto em que eles são mencionados no relatório. Nessa etapa foram observados as descrições, as iniciativas, os indicadores e os resultados relacionados a cada termo.
5. Relações de hierarquia e interconexões: Analise as relações de hierarquia entre os hiperônimos e hipônimos identificados. Verifique se os hipônimos estão sendo utilizados para descrever ações, metas ou resultados específicos dentro do âmbito dos hiperônimos. Observe também as interconexões entre os termos, identificando como eles se relacionam e se complementam.

4.1.5.2 Hiperônimos e Hipônimos definidos

1. **Responsabilidade corporativa**: Refere-se ao compromisso da organização em assumir a responsabilidade pelos impactos sociais, ambientais e econômicos de suas atividades.



- Gestão ambiental: Refere-se às práticas e medidas adotadas pela hidrelétrica para minimizar os impactos ambientais de suas atividades, como a monitorização da qualidade da água, a conservação da biodiversidade e a mitigação dos efeitos sobre os ecossistemas.

Nos anos de 2017 e 2018, os relatórios de sustentabilidade da Norte Energia contemplaram uma seção específica destinada à Gestão Ambiental. Essa seção abordava as ações desenvolvidas pela empresa para a Supressão Vegetal, Fauna e Flora, Qualidade da Água e Educação Ambiental. No ano de 2019, essa seção já apresentou uma redução em seu conteúdo. Nos anos seguintes, em 2020 já se observa uma mudança na estrutura e forma de divulgação das informações sobre gestão ambiental, nomeando a seção como Meio Ambiente e destaque para a subseção em que trata das espécies incluídas na lista vermelha da IUCN.

É interessante notar que em 2021 a empresa Norte Energia incluiu aspectos voltados para a estratégia ESG, o anacrônico em inglês de Environmental, Social and Governance, em seu relatório de sustentabilidade. A adoção de uma abordagem ESG pode ser uma resposta à demanda do mercado e reflete uma tendência crescente em relação à avaliação e divulgação do desempenho corporativo em aspectos ambientais, sociais e de governança. Além disso, destaca-se uma subseção específica que discorre sobre Energia Renovável, GEE (Gases de Efeito Estufa

– Escopo 1, Escopo2 e Escopo 3) e o selo I-Rec (Certificado Internacional de Energia Renovável).

O mapeamento das emissões de gases de efeito estufa e o reconhecimento através de certificações são elementos essenciais para uma economia sustentável e de baixo carbono. A transição para uma economia de baixo carbono é um tema em alta na agenda global, impulsionado pelo reconhecimento da necessidade de reduzir as emissões de gases de efeito estufa e mitigar as mudanças climáticas. Empresas que desejam se manter competitivas e relevantes em um cenário de transição energética e mudanças climáticas estão cada vez mais adotando estratégias voltadas para a sustentabilidade ambiental, incluindo a busca por fontes de energia renovável e a redução de emissões de GEE.

Além disso, a busca por legitimidade também pode ser um fator motivador para a inclusão dessas subseções nos relatórios de sustentabilidade. Afinal, ao demonstrar publicamente seu compromisso com a sustentabilidade e com uma economia de baixo carbono visa à atender às expectativas dos acionistas, investidores, consumidores e outras partes interessadas, bem como de se diferenciarem no mercado.

No entanto, é importante ressaltar que a inclusão dessas subseções não garante necessariamente que a empresa esteja efetivamente contribuindo para a transição para uma economia de baixo carbono ou que estejam alcançando resultados significativos nesse sentido. Uma análise mais aprofundada das ações, metas e resultados da empresa nessas áreas é necessária para avaliar o real impacto e comprometimento com a transição para uma economia de baixo carbono, que não é escopo do presente trabalho. Portanto, uma análise mais detalhada é necessária para verificar a consistência e efetividade das ações e resultados relatados pela empresa nessa transição para uma economia de baixo carbono.

2017	2018	2019	2020	2021
Seção principal				
Gestão Ambiental	Gestão Ambiental	Gestão Ambiental	Meio Ambiente	Estratégia ESG
Subseções				
Supressão Vegetal	Supressão Vegetal	Destinação Correta da Vegetação	Enfoque de Gestão	Energia Renovável
Fauna e Flora • Quelônios • Ictiofauna • Flora • Área de Preservação Permanente • Compensação ambiental	Fauna e Flora • Quelônios • Ictiofauna • Flora • Área de Preservação Permanente • Compensação ambiental	Quelônios	Insumos e Energia	Proteção Ambiental da Amazônia – Bacia do Xingu • Biodiversidade

• Recuperação de Áreas Degradadas	• Recuperação de Áreas Degradadas			• Volta Grande do Xingu
Qualidade da Água	Qualidade da Água	Ictiofauna	Águas e Efluentes	Unidades de Conservação
Educação Ambiental	Educação Ambiental	Qualidade da Água	Biodiversidade • Impactos em Áreas Naturais • Supressão de Vegetação durante as obras	Restauração Ecológica
			Espécies Incluídas na Lista Vermelha da IUCN	Resíduos
				Qualidade da Água

4.1.6 Silêncio Léxico

4.1.6.1 Impactos socioambientais negativos

Os silêncios léxicos podem ocorrer quando há uma omissão ou minimização dos impactos negativos significativos causados pelo empreendimento. Como delimitação de escopo para essa análise, o foco será sobre excertos em que são tratados a perda de biodiversidade, a alteração de ecossistemas naturais e a remoção de comunidades tradicionais e indígenas.

Para tanto foi realizada a busca pela palavra-chave biodiversidade para que que fossem levantados todos os excertos em que o termo é utilizado. No total foram codificados 34 segmentos, que constituem duas frases antes da palavra-chave e duas frases após a palavra-chave. Após esse levantamento, foi realizada a leitura prévia para verificar a devida aderência e, em caso positivo, realizada a análise com relação aos possíveis silêncios léxicos. A análise não se limitou em torno da palavra-chave, mas sim em todo o conteúdo do relatório bem como o contexto temporal.

No relatório de 2017, a empresa afirma que “Desde 1970, essa área do entorno dos reservatórios passa pelo processo de desmatamento, devido à ocupação por assentamentos rurais, o que resultou na supressão de 60% da floresta nativa da região.” (NORTE ENERGIA, 2017; p. 27). No relatório de 2018 este mesmo excerto se repete (NORTE ENERGIA, 2018; p. 50). No relatório de 2019 e 2020, substituem o percentual 60% pela expressão “grandes áreas” (NORTE ENERGIA, 2019, 2020; p. 47; p. 97). Observe que o excerto menciona que a área do

entorno dos reservatórios passou por um processo de desmatamento devido à ocupação por assentamentos rurais. No entanto, não são fornecidos detalhes sobre as causas subjacentes dessa ocupação ao longo do tempo e o papel desempenhado pela empresa ou outras partes interessadas. O silêncio em relação às questões sociais, econômicas e políticas que contribuíram para o desmatamento pode ocultar ou compartilhar a responsabilidade em relação à perda de floresta nativa.

O excerto menciona ainda que 60% da floresta nativa da região, no caso dos relatórios de 2017 e 2018, ou grandes áreas da floresta nativa da região, como nos relatórios de 2019 e 2020, foi suprimida devido ao processo de desmatamento. No entanto, não são fornecidos detalhes sobre os impactos ambientais específicos decorrentes desse desmatamento, como a perda de biodiversidade, as alterações nos ciclos hidrológicos e os impactos nas comunidades locais. O silêncio em relação a esses impactos pode minimizar a magnitude dos danos causados pela supressão da floresta tanto no período que precedeu o início das obras quanto a supressão com o fim específico para a construção da hidrelétrica.

Dando sequência a afirmação acima, a Norte Energia ressalta que "Como o processo de reflorestamento contará com mudas de espécies nativas oriundas da própria região, a área que está hoje muito fragmentada será restaurada, com a manutenção e a recuperação da biodiversidade original." (NORTE ENERGIA, 2017; p. 27). O excerto menciona que o processo de reflorestamento contará com mudas de espécies nativas da própria região, visando restaurar a área fragmentada e recuperar a biodiversidade original. No entanto, não são fornecidos detalhes sobre a abrangência, a escala e a efetividade dessas ações de reflorestamento. O silêncio em relação a essas informações levanta questionamentos sobre a viabilidade e a eficácia das medidas propostas. Ressalta-se que esse é o único excerto em que a palavra reflorestamento é utilizada no relatório de 2017.

Ainda com relação à biodiversidade, o excerto aborda a recuperação da biodiversidade original de forma geral, sem fornecer informações específicas sobre as espécies vegetais e animais que serão alvo das ações de reflorestamento. Não são fornecidos detalhes sobre as espécies nativas que serão reintroduzidas ou sobre como a diversidade de habitats e ecossistemas será restaurada. Essa falta de detalhes limita a compreensão da abordagem real e da eficácia das medidas propostas para preservar e promover a biodiversidade. Isto ocorre também com relação a todo o relatório.

O excerto assume que a biodiversidade original pode ser totalmente restaurada através do reflorestamento com mudas de espécies nativas. No entanto, a biodiversidade é complexa e envolve interações complexas entre espécies, ecossistemas e fatores ambientais. A restauração

de habitats fragmentados nem sempre é capaz de recuperar completamente a biodiversidade original, especialmente se houver perda de espécies-chave ou alterações nos processos ecológicos (ALMEIDA, 2016). Observe a ausência de dados sobre a restauração não permite uma avaliação mais aprofundada das expectativas realistas em relação à recuperação da biodiversidade original.

Além disso, o excerto no relatório de 2017 não menciona como será realizado o monitoramento da biodiversidade durante e após o processo de reflorestamento. O acompanhamento é fundamental para avaliar o sucesso das ações de recuperação e ajustar as estratégias conforme necessário (ALMEIDA, 2016). A falta de informações sobre o monitoramento da biodiversidade sugere um silêncio em relação à avaliação objetiva dos resultados e à transparência sobre o desempenho das medidas adotadas.

Por último, o excerto não aborda explicitamente as interconexões ecológicas que existem entre a área fragmentada a ser restaurada e outras áreas naturais circundantes. A biodiversidade é influenciada não apenas pelo habitat local, mas também pelas conexões com outras áreas naturais, permitindo a migração de espécies e a troca de genes. O silêncio em relação a essas interconexões pode indicar uma visão limitada da biodiversidade e negligência em relação à importância da conectividade ecológica para sua preservação.

No relatório de 2021, na subseção nomeada biodiversidade, a Norte Energia menciona que os resultados dos monitoramentos realizados, com vistas a identificar serviços ambientais e a condição do funcionamento dos sistemas ecológicos que foram afetados pelo empreendimento realizados em 2021, apontaram alterações nos ecossistemas terrestres e aquáticos (NORTE ENERGIA, 2021). No entanto, não são fornecidas informações detalhadas sobre a natureza dessas alterações, apenas ressaltam que não houve “comprometimento à condição ambiental das áreas interferidas pela Usina.” (NORTE ENERGIA, 2021; p. 47). O silêncio léxico em relação aos tipos específicos de impactos e às consequências dessas alterações limita a compreensão da extensão dos efeitos do empreendimento sobre os ecossistemas locais.

Ainda sob a mesma subseção biodiversidade, em 2021, a Norte Energia menciona que “promove ações em que as populações indígenas e ribeirinhas participam ativamente das discussões acerca das atividades que serão executadas em seus territórios” (NORTE ENERGIA, 2021; 47). No entanto, não é fornecido um contexto mais detalhado sobre a natureza dessas discussões, o grau de influência das comunidades nas decisões e se suas preocupações e demandas são realmente consideradas. Esse silêncio pode ocultar possíveis desequilíbrios de poder e falta de participação efetiva das comunidades afetadas.

Um dos aspectos mais ressaltados com relação a biodiversidade em todos os relatórios é sobre os quelônios. No relatório de 2021, a empresa apresenta a seguinte afirmação com relação aos programas desenvolvidos nessa seara:

> "desde 2011, a Norte Energia desenvolve 35 programas ambientais. Um dos que merece destaque é o Programa de Conservação e Manejo de Quelônios que já possibilitou, até o momento, o manejo de 5,5 milhões de filhotes que são devolvidos à natureza com o auxílio de pessoas das comunidades localizadas próximas às áreas de reprodução" (NORTE ENERGIA, 2021; p. 48).

Embora seja mencionado que o Programa de Conservação e Manejo de Quelônios já possibilitou o manejo de milhões de filhotes de quelônios, não são fornecidos dados ou informações sobre a eficácia desses esforços em termos de conservação e recuperação das populações de quelônios. Não há uma análise comparativa do impacto desses programas na viabilidade das espécies e no ecossistema como um todo.

Além do manejo dos quelônios, a empresa menciona a sua inciativa em relação ao Plano de Ação Nacional para Conservação de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção (PAN-Xingu) e ao Projeto Harpia vinculado ao Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa) (NORTE ENERGIA, 2021). Essas iniciativas têm como objetivo assegurar a viabilidade populacional de 21 espécies ameaçadas e endêmicas da fauna que ocorrem na região do Baixo e Médio Xingu, "conservar os habitáts e promover o desenvolvimento sustentável das regiões de ocorrência do gavião-real (Harpia harpyja), o uiraçu-falso (Morphnus guianensis) e o gavião-de-penacho (Spizaetus ornatus)" (NORTE ENERGIA, 2021, p. 48).

Observe que o discurso menciona que o PAN-Xingu visa assegurar a viabilidade populacional de espécies ameaçadas e endêmicas. No entanto, não são fornecidos detalhes sobre quais são as ações específicas, como são implementadas, qual é o escopo das atividades, quais são os resultados alcançados até o momento e como a Norte Energia está envolvida nesse plano. Essas informações seriam importantes para uma análise mais completa das iniciativas de conservação.

Embora o excerto mencione que o objetivo é "promover o desenvolvimento socioambiental" das regiões de ocorrência das espécies ameaçadas, não são fornecidos detalhes sobre como essas ações impactam positivamente as comunidades locais. Além disso, não há informações sobre a participação e o envolvimento das comunidades tradicionais nessas iniciativas, nem sobre os benefícios diretos que elas podem receber.

Por fim, embora o foco do discurso esteja seja no gavião-real e nas demais aves mencionadas, não são fornecidas informações sobre a existência ou não de outras possíveis

espécies ameaçadas e endêmicas da fauna presentes na região do Baixo e Médio Xingu. Não fica claro se existem ações específicas para conservar essas outras espécies e como elas estão sendo abordadas no contexto do PAN-Xingu e do Projeto Harpia.

4.1.6.2 Indígenas

"Um montante de R$ 475,9 milhões já foi investido no Plano Básico Ambiental do Componente Indígena (PBA-CI)" (2017, p. 22). "Um montante de R$ 582 milhões já foi investido no Plano Básico Ambiental do Componente Indígena (PBA-CI) (2018, p. 40)". "Um montante de R$ 673,43 milhões já foi investido no Plano Básico Ambiental do Componente Indígena (PBA-CI)." (9 RA e Socioambiental 2019, P. 20). Observa-se nos excertos mencionados que empresa destaca, na subseção Componente Indígena o montante que foi investido no Plano Básico Ambiental do Componente Indígena, entretanto, não há informações sobre os resultados alcançados ou os benefícios concretos para as comunidades indígenas.

Após o destaque do montante, a empresa ressalta que "as ações do PBA-CI são executadas em 11 terras indígenas e em uma área de 5 milhões de hectares que, atualmente, contam com aproximadamente 49 aldeias. Nestas aldeias vivem aproximadamente 3,5 mil indígenas de nove etnias" (NORTE ENERGIA, 2017; p.43). Embora o excerto forneça informações básicas sobre a quantidade de comunidades indígenas envolvidas e a abrangência das ações do PBA-CI, existem silêncios léxicos relacionados a características específicas das etnias, os impactos do empreendimento, a participação das comunidades e avaliação da eficácia das ações. Esses aspectos são fundamentais para uma avaliação pelo usuário da informação sobre a atuação da empresa junto a comunidade indígena e a implementação do PBA-CI.

Tanto no excerto destacado quanto em outas seções não há informações detalhadas sobre as etnias envolvidas. Cada etnia possui sua própria cultura, língua, costumes e necessidades específicas, as quais podem ter sido afetadas com o empreendimento, como por exemplo, a pesca e a caça devido a variação do volume de água com a barragem. Essas informações seriam relevantes para compreender como as ações do PBA-CI são adaptadas para atender às demandas específicas.

Além disso, não há menção explícita sobre os impactos do empreendimento na vida das comunidades indígenas. É importante compreender como a construção e operação da usina hidrelétrica afetaram as terras, os recursos naturais e os modos de vida das comunidades indígenas. Essa compreensão permitiria avaliar se as ações do PBA-CI são adequadas para mitigar esses impactos e promover o bem-estar das comunidades.

Apesar dos relatórios nos três primeiros anos analisados dedicarem uma seção às comunidades indígenas, não há menção nesses relatórios sobre a participação e consulta das comunidades indígenas nas decisões relacionadas ao PBA-CI. A participação efetiva e o respeito aos direitos das comunidades indígenas são aspectos fundamentais para garantir que suas vozes sejam ouvidas e que suas necessidades sejam consideradas nas ações implementadas.

No relatório de 2020 e 2021 a abordagem do discurso é modificada, quando então apresentam uma melhora relativa aos relatórios passados fornecendo mais detalhes sobre cada programa. Observe, por exemplo, o excerto em que são pontuados os principais resultados sobre o Programa de Gestão do PBA-CI:

> "Principais realizações e resultados até 2020: • Gerência de Assuntos Indígenas (GAI) com equipe técnica especializada; • Implantação de Sistema de Atendimento ao Indígena para registro das demandas e acompanhamentos pela equipe técnica; Implantação do Sistema de Gestão de Insumos (SGEI), que permite aprimoramento do processo de aquisições e entregas de equipamentos e insumos; • Reuniões internas e externas, com foco na gestão integrada e estratégica do PBA-CI, com destaque para as reuniões com a FUNAI e com empresas contratadas para implementação do PBA-CI nas rotas mencionadas da área de abrangência do empreendimento; • Reportes periódicos aos órgãos licenciadores e intervenientes sobre a execução do PBA-CI; • Construção de espaços de diálogos estruturados e contínuos entre a Norte Energia, FUNAI, povos e organizações indígenas para tratar questões relacionadas ao licenciamento ambiental - componente indígena, no contexto da pandemia da COVID-19; • Ampliação no diálogo com governo e terceiro setor; • Pactuação da retomada parcial da execução do PBA-CI, em campo, no contexto de Pandemia, com plano de trabalho aprovado em reuniões tripartites, promovidas num processo de corresponsabilidade entre os envolvidos" (NORTE ENERGIA, 2020; p. 76).

Apesar de apontar principais realizações e resultados, não menciona de forma explícita a participação direta das comunidades indígenas na tomada de decisões e no planejamento de ações do PBA-CI. Ou seja, não são mencionados processos ou mecanismos específicos que promovam a inclusão efetiva das comunidades indígenas no desenvolvimento e na implementação dos planos. Ademais, há de ressaltar que não há menção sobre a realização de processos formais de consulta prévia, livre e informada às comunidades indígenas afetadas pelas ações do PBA-CI. A consulta prévia é um direito fundamental estabelecido em convenções internacionais e deve ser garantida como parte dos processos de tomada de decisões que impactam as terras e os direitos indígenas.

Apesar do trecho apontar reuniões internas e externas com foco na gestão integrada do PBA-CI, não é esclarecido se as comunidades indígenas estão envolvidas e participando ativamente dessas reuniões. É de extrema importância a garantia de que as vozes e perspectivas das comunidades indígenas sejam ouvidas e consideradas durante esses encontros. Por último,

não há menção quanto aos mecanismos de prestação de contas por parte da Norte Energia em relação às ações do PBA-CI. É essencial que as comunidades indígenas tenham a oportunidade de expressar suas preocupações, dar retorno sobre as atividades em andamento e ter acesso a informações claras sobre o andamento e os resultados do plano.

Sobre esse aspecto, há uma seção no relatório de 2020 nomeada "Consulta a Partes Interessadas sobre Temas Econômicos, Ambientais e Sociais" a Norte Energia ressalta alguns pontos com relação participação indígena e de comunidades próximas: "A Norte Energia mantém, sistematicamente, canais abertos para escuta das partes interessadas e envolvidas nas atividades da hidrelétrica, elaborando e aplicando questionários e realizando pesquisas de percepção nas comunidades." (NORTE ENERGIA, 2020; p. 38). Embora seja mencionado que a empresa elabora questionários e realiza pesquisas de percepção nas comunidades, não fica claro se essas pesquisas incluem de forma específica e significativa a participação das comunidades indígenas. É importante garantir que os questionários e pesquisas sejam desenvolvidos de forma culturalmente sensível e inclusiva, levando em consideração os valores, a língua e os costumes das comunidades indígenas.

No mesmo relatório, 2020, a Norte Energia ressalta que

> "Em relação ao público indígena de sua área de abrangência, especificamente, o sistema de radiofonia operado pela Companhia é o principal veículo de comunicação entre as comunidades nas aldeias, e entre essas, a empresa e as instituições governamentais voltadas para tais questões, como FUNAI, Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI), entre outros. (NORTE ENERGIA, 2020; p. 38).

O excerto menciona que o sistema de radiofonia operado pela empresa é o principal veículo de comunicação entre as comunidades indígenas, a empresa e as instituições governamentais. No entanto, não aborda de forma explícita a participação efetiva das comunidades indígenas na produção e na tomada de decisões relacionadas ao conteúdo transmitido pelo sistema de radiofonia.

O silêncio nesse aspecto deixa lacunas em relação à voz e à agência das comunidades indígenas na definição dos temas, informações e mensagens veiculadas pelo sistema de radiofonia. É importante garantir que as comunidades indígenas sejam envolvidas ativamente na produção, programação e gestão do conteúdo do sistema de radiofonia, para que possam expressar suas necessidades, interesses e perspectivas de forma autônoma e representativa.

Assim, a Norte Energia acrescenta, em continuidade ao excerto anterior, que "também promove reuniões do Comitê Gestor Indígena e de seus subcomitês, divididos por Terras Indígenas, bem como instituiu, em sua Gerência de Assuntos Indígenas, equipes voltadas ao

atendimento nas aldeias...” (NORTE ENERGIA, 2020; p. 38). Apesar da empresa mencionar que promove reuniões do Comitê Gestor Indígena, não é especificado como é realizada a seleção e a representação das comunidades indígenas nesses comitês, a frequência das reuniões, quais temas são discutidos e como as decisões são tomadas. É fundamental garantir que a participação seja equitativa e que as vozes de todas as comunidades indígenas afetadas sejam ouvidas e consideradas nas tomadas de decisões.

Ainda sob o tópico Consultas a Partes interessadas, no ano de 2020, a empresa enfatiza que as atividades de participação foram substancialmente prejudicadas pela pandemia (NORTE ENERGIA, 2020; p. 39). Tal contexto levou a FUNAI instituir a Portaria nº149, que instituiu a suspensão, “pelo tempo da emergência pública”, da concessão de novas autorizações em terras indígenas, à exceção das necessárias à continuidade da prestação de serviços essenciais às comunidades (NORTE ENERGIA, 2020, p. 39). Apesar dessa informação, não foram fornecidos detalhes de como essa suspensão de autorizações de entrada em terras indígenas afetou a participação das comunidades indígenas nas atividades relacionadas à empresa, pois não fica claro se foram estabelecidos mecanismos alternativos para manter a comunicação e o diálogo com as comunidades durante esse período.

Por fim, vale destacar o excerto em que é tratado o Hidrograma Ecológico de Consenso, questionado por especialistas, que argumentam que ele não é suficiente para mitigar os impactos ambientais e sociais gerados pelo controle das vazões do Rio Xingu. Além disso, estudos independentes têm contraposto os dados "oficiais" apresentados, revelando um impacto muito mais significativo do que o previsto inicialmente.

A Norte Energia destaca que “O hidrograma estabeleceu vazões mínimas que devem ser destinadas à Volta Grande do Xingu” (NORTE ENERGIA, 2021; p.46), porém Não são mencionados os critérios utilizados na definição das vazões mínimas nem os estudos hidrológicos e ambientais que embasaram essa definição. No esforço de declararem os impactos a empresa destaca que “estudos ambientais prévios...indicou os impactos que poderiam afetar as atividades socioeconômicos das populações que vivem às margens do TVR...” (p. 46).

Observe que há um silêncio em relação aos resultados dessa matriz de impactos e à forma como esses impactos foram abordados e mitigados. Não são fornecidos detalhes sobre as conclusões específicas da matriz, as ações adotadas para lidar com os impactos identificados ou os resultados obtidos até o momento. Apesar disso, na sequência, no esforço de destacar as ações a empresa ressalta que “foram previstos seis anos de testes do hidrograma e estão em execução, o Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu (PGIVGX), que compõe o PBA, e projetos específicos no TVR, incluídos aqueles do componente indígena”

(PBA-CI) (11 RA 2021, P. 51). Apesar de mencionar a existência dessas medidas, o relatório não fornece informações detalhadas sobre a natureza específica dos projetos e ações realizadas no âmbito do PGIVGX e do PBA-CI. Adicionalmente, não são fornecidos detalhes sobre as estratégias de mitigação adotadas, os resultados alcançados até o momento ou a efetividade dessas medidas na redução dos impactos socioambientais.

Ainda sobre o Hidrograma, a empresa menciona que "As vazões e níveis de água são informadas às comunidades ribeirinhas e populações indígenas do Trecho de Vazão Reduzida por meio dos diferentes mecanismos de comunicação (sistema de radiofonia, internet, spots de rádio, dentre outros). Observe que não são fornecidos um aprofundamento acerca dos detalhes relacionados à divulgação das informações sobre vazões e níveis de água às comunidades ribeirinhas e populações indígenas. Não há uma explicação sobre a metodologia empregada para utilizar os mecanismos de comunicação mencionados, tais como o sistema de radiofonia, internet, spots de rádio, entre outros. Além disso, não são abordadas questões referentes à frequência das atualizações das informações e a existência de mecanismos de diálogo com as comunidades, que poderiam permitir o fornecimento de informações adicionais ou esclarecimentos.

4.1.7 Controlando a narrativa

4.1.7.1 Voz ativa e passiva

Essa seção tem como foco analisar a dimensão ideacional da gramática da oração, "usualmente referida na linguística sistêmica como transitividade" (FAIRCLOUGH, 2001c). A análise concentrou-se em identificar os tipos de processos (ação, evento, relacional, mental), a voz (ativa/passiva) e o uso de nominalizações que refletem a representação da agência, responsabilidade e comprometimento para entender como a Norte Energia constrói sua identidade discursiva.

Na oração passiva, "o objeto é sujeito e o agente é agente da passiva (uma estrutura que começa com por) ou é omitido" (FAIRCLOUGH, 2001; p. 235). A escolha da forma passiva tem motivações como a omissão do agente, embora isso possa ser motivado pelo fato de que o agente é evidente em si mesmo, irrelevante ou desconhecido. Pode ter uma razão política ou ideológica que tem o objetivo de ofuscar a agência e, portanto, a causalidade e a responsabilidade (FAIRCLOUGH, 2001). "A nominalização divide com a voz passiva a possibilidade de omitir o agente e a variedade de motivações para fazê-lôs" (FAIRCLOUGH, 2001; p. 235). Por fim, a voz ativa é a escolha não marcada, a forma escolhida quando não há

razões específicas para escolher a passiva (FAIRCLOUG, 2001; p. 235). A voz ativa é frequentemente utilizada para atribuir clareza e direcionar a ação, ressaltando a responsabilidade e a proatividade da organização nas suas iniciativas de sustentabilidade. Verbos em voz ativa tendem a indicar ação direta, onde o sujeito realiza a ação.

Para cada relatório analisado foi realizada a escolha de seções mais aderentes ao tema central da tese, os povos indígenas.

No Relatório de Sustentabilidade de 2021 as seções "Direitos Humanos" e "Comunidades Locais" foram selecionadas. Essas seções são particularmente relevantes porque abordam diretamente as interações da empresa com comunidades vulneráveis e a maneira como seus direitos e bem-estar são considerados dentro das operações corporativas. A análise destas seções proporciona uma compreensão profunda das práticas discursivas adotadas pela Norte Energia ao comunicar suas políticas e ações relacionadas aos povos indígenas.

A seção "Direitos Humanos" do Relatório de Sustentabilidade 2021 da Norte Energia destaca as iniciativas proativas da empresa por meio do uso de verbos de ação. Essa escolha discursiva coloca a Norte Energia como sujeito central, enfatizando sua agência e responsabilidade. Por exemplo, ao descrever a criação de sua Política de Sustentabilidade, o relatório utiliza "a Norte Energia criou" (NORTE ENERGIA; 2021; p. 71), um verbo de ação em voz ativa, refletindo uma ação direta da empresa. Da mesma forma, a implementação de um sistema de radiofonia nas terras indígenas é expressa através do verbo "implementou" (NORTE ENERGIA, 2021; p. 71), reforçando a capacidade de ação e intervenção da empresa no espaço social. As medidas atreladas ao licenciamento ambiental são expressas por meio dos verbos como contribuir e possibilitar ao relatar que “a Norte Energia contribuiu para a ampliação dos sistemas de educação, saúde, segurança, saneamento e assistência social e assim, possibilitou a ampliação do acesso da população a direitos fundamentais” (NORTE ENERGIA, 2021; p. 72).

Na seção Comunidades locais a empresa destaca seu protagonismo nas ações em prol das comunidades urbanas, rurais, ribeirinhas e indígenas ao relatar que “desenvolve desde 2011 um conjunto de ações mitigadoras e compensatórias” (NORTE ENERGIA, 2021; p. 74). Nesta seção, referem-se novamente à política de sustentabilidade, ressaltando que a empresa “instituiu a Política de Sustentabilidade” (NORTE ENERGIA, 2021; p. 74).

Na sentença "O tema tem sido tratado de acordo com as melhores práticas de governança da Companhia e faz parte de sua matriz de riscos corporativos" (NORTE ENERGIA, 2021; p.71), o verbo "tratado" exerce a função gramatical de um verbo na voz passiva. Neste contexto, o sujeito da sentença ("o tema") recebe a ação, indicando que as práticas de governança são aplicadas ao tema, não que o tema executa a ação.

A voz passiva é formada pelo verbo auxiliar "tem sido" seguido pelo particípio passado "tratado", destacando que a ação é realizada sobre o tema por um agente não especificado na sentença. Na sentença "as questões relacionadas a Direitos Humanos vêm sendo tratadas de forma transversal, desde 2013"(NORTE ENERGIA, p.71), o verbo "tratar" também é utilizado na voz passiva, indicado pela construção "vêm sendo tratadas".

Esta estrutura destaca que as ações ou medidas aplicadas às questões de Direitos Humanos são realizadas pela empresa, mas o foco está nas questões de Direitos Humanos como receptoras da ação. Ao não especificar quem está tratando as questões de Direitos Humanos, a voz passiva pode difundir a sensação de responsabilidade. Isso pode ser visto tanto positivamente, implicando que a responsabilidade é compartilhada por toda a organização, quanto negativamente, como uma maneira de evitar a atribuição direta de responsabilidade. A expressão "vêm sendo tratadas" na voz passiva destaca a continuidade e a persistência no tratamento das questões de Direitos Humanos ao longo do tempo. Indica que não se trata de esforços isolados ou pontuais, mas de um compromisso contínuo.

A nominalização aparece em contextos como "a elaboração de normativas internas" (p. XX) e "a revisão da matriz de impacto" (p. XX), abstraindo processos complexos em entidades nomeáveis, o que contribui para a formalização e legitimização das ações da empresa.

O discurso empregado pela Norte Energia na seção "Comunidades Locais" caracteriza-se pelo uso intensivo de verbos em voz ativa, como "desenvolve" e "implementou", destacando a empresa como principal agente das ações descritas. Por exemplo, "A Norte Energia desenvolve desde 2011 um conjunto de ações mitigadoras e compensatórias junto às comunidades..." (p. 75) ilustra como a empresa se posiciona como líder nas iniciativas de sustentabilidade.

A nominalização, presente em expressões como "a realização de atendimentos" e "o dimensionamento do apoio", contribui para uma apresentação mais abstrata e formal das ações, como observado na descrição dos programas de atendimento à população atingida e nas parcerias estabelecidas com os municípios (p. 76-77)

A predominância de verbos em voz ativa e o uso estratégico de nominalizações no texto favorecem a apresentação da Norte Energia como uma entidade ativa, responsável e comprometida com a promoção dos Direitos Humanos. A metáfora gramatical, através da nominalização, contribui para uma construção discursiva que visa legitimar e formalizar as ações da empresa. A escolha linguística reflete e constrói uma realidade onde a empresa se posiciona como protagonista nas iniciativas de Direitos Humanos.

No capítulo Sociedade do Relatório de Sustentabilidade de 2020, a utilização predominante de verbos na voz ativa no relato das ações da Norte Energia transmite uma imagem de proatividade e responsabilidade direta da empresa em suas iniciativas. Expressões como “A Norte Energia previa investir..." (p. 66); O PBA atende os municípios da área de influência (p. 66); “A Norte Energia atuou em parceria com autoridades públicas” (p.67); A Norte Energia contratou...” (p. 68); A Companhia implantou ... (p. 68); A Norte Energia concluiu ...” (p. 68); “A Norte Energia já investiu ...” (p. 70); A Norte Energia promoveu" (p. 72), entre outros, destacam o papel ativo da empresa no desenvolvimento e implementação de programas voltados à inclusão social, educação, saúde e proteção ambiental. Isso reflete uma tentativa de construir uma narrativa que posiciona a empresa como um agente de mudança positiva, comprometido com a melhoria das condições de vida das comunidades afetadas por suas operações.

A voz passiva, por sua vez, é menos prevalente, mas sua utilização tem implicações significativas na narrativa. Ela tende a despersonalizar as ações, removendo o sujeito ativo e, consequentemente, diluindo a responsabilidade. No relatório, a voz passiva aparece em contextos que descrevem processos técnicos ou resultados de ações, como "foram investidos até 31/12/2020 R$ 673.000.000" (p. 75). Isso pode servir para enfatizar a magnitude dos investimentos e dos esforços realizados sem atribuir diretamente essas ações a um agente específico, focando mais nos processos e resultados do que nos responsáveis por essas ações.

Além dos verbos na voz ativa é possível observar a utilização de nominalizações como a "implantação de estruturas" (p. 74), um exemplo claro de nominalização, onde o verbo (implantar) é transformado em um substantivo (implantação). Esta forma abstrai a ação, focando no processo ou resultado, sem indicar diretamente quem realiza a ação. Outro exemplo é a realização de oficinas (p. 75), que assim como o exemplo anterior, "realização" é uma nominalização derivada do verbo "realizar". A ação de realizar as oficinas é convertida em um substantivo, deslocando o foco para o evento em si, em vez da entidade que executa a ação. Similarmente, "construção" é uma nominalização que vem do verbo "construir" "construção de escolas" (p. 77). Este substantivo enfoca o processo de construção ou o resultado (as escolas construídas), abstraindo o agente da ação.

As nominalizações, como "implantação de estruturas", "realização de oficinas", e "construção de escolas", servem para formalizar e abstrair as ações, alinhando-se com o contexto de um relatório de sustentabilidade onde o objetivo é transmitir realizações e impactos de maneira objetiva e resumida. Este uso tem implicações significativas sob a ótica da teoria do discurso de Norman Fairclough, pois contribui para uma construção discursiva que pode tanto

legitimar quanto formalizar as ações da empresa. Ao abstrair a agência, as nominalizações podem ajudar a apresentar as iniciativas da empresa de maneira mais neutra e factual, potencialmente reforçando a percepção de responsabilidade e comprometimento da empresa com práticas sustentáveis e sociais.

4.2 Análise da Prática Discursiva

4.2.1 Desmatamento

O desmatamento é uma prática humana muito antiga, existindo evidências do uso deliberado do fogo para limpeza de florestas em 60.000 a.C., na atual Tanzânia. Não é de se estranhar, portanto, que os discursos de longa data já tragam preocupação com esse processo antrópico, estando presente inclusive na fala de Platão, que se mostrava descontente com tal prática, que buscava a ampliação da área de pasto e a retirada de lenha na região da Ática (BURSZTYN; PERSEGONA, 2008b).

Não é surpresa, portanto, que os relatórios analisados abordem uma questão que é tão cara para a humanidade com muito cuidado, aparentando até mesmo, um certo receio. Isso acontece desde o ano de 2017, o primeiro ano de análise.

4.2.1.1 Relatório de Sustentabilidade de 2017

> “Para os povos originários, não existe a natureza e as pessoas humanas, uma coisa e outra coisa. Há apenas natureza. Os indígenas não estão na floresta, eles são floresta. Interagem com o que os brancos chamam de floresta, como também interagem as pessoas não humanas. A floresta é tudo, o visível e o invisível.” (BRUM, 2021; p.20).

Estudos têm destacado que o desmatamento na Amazônia está intrinsecamente ligado a uma série de fatores, incluindo atividades de exploração madeireira, expansão agrícola, mineração e construção de infraestrutura, como estradas e barragens (CASTELLO; MACEDO, 2015a; FINER; JENKINS, 2012).

O desmatamento tem levado à perda de habitat para inúmeras espécies animais e vegetais, resultando em impactos significativos na biodiversidade e na estabilidade dos ecossistemas amazônicos (LATRUBESSE et al., 2017a; REIS et al., 2016). Além disso, o desmatamento na Amazônia tem implicações diretas nas comunidades locais, incluindo povos indígenas e populações tradicionais. Estudos têm demonstrado que o desmatamento pode resultar no deslocamento forçado de comunidades, perda de recursos naturais essenciais para a subsistência e impactos negativos na segurança alimentar e na saúde dessas populações (RIBEIRO; MORATO, 2020a; SANTOS et al., 2018)

O aumento do desmatamento também tem sido associado a conflitos socioambientais e a uma maior vulnerabilidade das comunidades locais (FRANCO, 2018; RODRIGUES; CAVALCANTE, 2022). A literatura também destaca a importância de abordar o desmatamento na Amazônia por meio de estratégias de conservação, manejo sustentável dos recursos naturais e políticas de proteção ambiental eficazes (LIMA et al., 2015a; MORAN et al., 2018). A implementação de práticas de manejo florestal sustentável, a criação e a expansão de áreas protegidas e o fortalecimento da fiscalização e da aplicação da lei são apontados como elementos-chave para enfrentar o desafio do desmatamento na região (ADGER et al., 2001; HARDY; BHAKOO; MAGUIRE, 2020).

O relatório de sustentabilidade de 2017 divulgado pela empresa Norte Energia menciona a palavra desmatamento apenas uma vez, na seção 5.3.4 Área de Preservação Permanente:

> "Como medida compensatória para a formação dos reservatórios, ficou estabelecido que o entorno dos trechos inundados deve formar uma faixa de Área de Preservação Permanente (APP) com largura média de 500 metros. Isso equivale a aproximadamente 26 mil hectares, área expressivamente superior à **supressão de vegetação** ocorrida para a implantação da Usina. Desde 1970, essa área do entorno dos reservatórios passa pelo processo de desmatamento, entre outros fatores, devido à ocupação por assentamentos rurais, o que resultou na supressão de grandes áreas da floresta nativa da região. A Norte Energia tem reflorestado as áreas da APP com mudas de espécies nativas, e o resultado será a formação de corredores ecológicos. A área que está hoje muito fragmentada será restaurada, com a manutenção e a recuperação da biodiversidade original." (NORTE ENERGIA, 2017, p.53).

Primeiramente vale destacar que a empresa aponta que a construção dos reservatórios exigiu a criação de uma faixa de APP de 500 metros de largura ao redor das áreas inundadas. Isso equivale a aproximadamente 26 mil hectares, que representa, segundo o relato da empresa, uma extensão de terra muito superior àquela que foi originalmente desmatada para a construção da usina. A menção desse fato destaca o impacto significativo da hidrelétrica na floresta nativa da região, que foi perdida devido ao processo de desmatamento, incluindo a ocupação por assentamentos rurais.

É possível observar que o excerto utiliza a frase "processo de desmatamento" para se referir à supressão de vegetação na área de entorno dos reservatórios. Essa escolha de palavras tende a suavizar a gravidade do desmatamento ao não destacar a magnitude das áreas desmatadas desde 1970. O uso do termo "processo" pode sugerir que o desmatamento é algo natural ou inevitável, o que não reflete a realidade das ações humanas como principal causa.

Além disso, é mencionado que o desmatamento é devido à ocupação por assentamentos rurais com uma das causas, mas não explora ou detalha as causas subjacentes, como a expansão da agricultura, a exploração madeireira ilegal, a grilagem de terras, entre outros fatores. Isso não fornece uma visão completa das razões por trás do desmatamento na região e não aborda

implicações socioeconômicas e culturais do desmatamento na região, muito menos, a relação entre o desmatamento e o projeto da Usina.

A escolha do ano de 1970, usado na passagem em destaque do relatório, é emblemática pois remete a raiz do problema do desmatamento a um período de 21 anos que, segundo Gaspari (2002, p. 129), "quando se tratava de separar a luz das trevas, podia-se aferir a profundidade da ditadura pela sistemática com que se torturavam seus dissidentes". Ao remeter a esse período a empresa se descola de um problema, associando-o a um momento, distante no tempo, onde, sabidamente, ocorreu o colapso do regime democrático brasileiro. Esse fato é reconhecido amplamente pela historiografia nacional. Fausto (2002) o coloca como um dos períodos mais assustadores da história brasileira e Fico (2008) destaca o momento como aquele quando a imagem brasileira no mundo ficou desgastada pela prática de tortura, contra segmentos da população, pelos militares. Consegue-se assim um álibi, já que se resgata a ideia de que não há instrumentos para assegurar o atendimento a direitos fundamentais em um regime ditatorial.

A escolha corporativa do ano é tão precisa que não remete apenas à ditadura militar, mas ao seu momento mais severo. Os anos 1970 abrigaram os anos de chumbo do governo Médici, que foi o mais duro "período da mais duradoura das ditaduras nacionais" (GASPARI, 2002 p. 13).

Contudo, nem só de chumbo se viveu nesse período. Foram os anos do milagre econômico, fortemente alimentado pelo endividamento externo e projetos governamentais dos militares com fortes impactos ambientais. A devastação do bioma amazônico já se encontrava presente no texto do Decreto-lei n° 1.179, assinado pelo General Médici em 6 de julho de 1971, que objetivava a criação do Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste (PROTERRA), com o intuito de adquirir terras da Região Norte "para posterior venda a pequenos e médios produtores rurais da região, com vistas à melhor e mais racional distribuição de terras cultiváveis" (BRASIL, 1971). Segundo Bursztyn e Persegona (2008), o PROTERRA não deixou um legado social positivo para o Brasil, contribuindo para a devastação da maior floresta brasileira.

Para Gaspari (2002, p. 13) se em seu trabalho sobre a ditadura "há mais do chumbo do que do milagre, isso se deve à convicção do autor de que a tortura e a coerção política dominaram o período". Este pequeno trecho sintetiza a carga histórica depositada no ano escolhido pela empresa para figurar em seu relatório, funcionando como um álibi institucional para a devastação ocorrida no entorno de Belo Monte.

Se no parágrafo em questão há uma carga negativa associada ao ano selecionado, há também a escolha de uma palavra com um sentido positivo para os movimentos sociais:

assentamento. Este termo aparece com destaque, no ano de 1993, na lei n° 8.629, que trata da normatização dos dispositivos constitucionais referentes à reforma agrária (BRASIL., 1993) (BRASIL, 1993). Trata-se de ponto central do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) que os considera como territórios conquistados pelos trabalhadores, onde são produzidos alimentos saudáveis e acessíveis (MST, 2024).

Percebe-se, dessa maneira, que a Norte Energia busca tanto se afastar da responsabilidade pelos impactos ambientais quanto sinalizar que, quando estes ocorrem, é por uma motivação social justa.

Não obstante, as denúncias, de que o desmatamento na região diretamente afetada por Belo Monte, foram constantes nas lutas dos povos indígenas e ribeirinhos. Por exemplo, a Terra do Meio, uma região localizada entre os rios Xingu e Iriri, no Pará, abriga diversas Terras Indígenas (TIs) e unidades de conservação. A região está sob a influência direta da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, que alterou o regime hidrológico do rio Xingu e afetou a pesca, a navegação e a cultura dos povos indígenas e ribeirinhos (ISA, 2016). O Instituto Socioambiental (ISA) realizava o monitoramento da situação e denunciava as violações aos direitos humanos e ambientais na região. Nesse sentido, a notícia publicada pelo Instituto Socioambiental (ISA) em 15 de março de 2016 relata que o ISA entregou à relatora da Organização das Nações Unidas (ONU) para os direitos indígenas, Victoria Tauli-Corpuz, um levantamento sobre invasões às Terras Indígenas (TIs) e desmatamento na Terra do Meio, no centro-sul do Pará (NEGRO; MONTE, 2016).

De acordo com os dados fornecidos pelo ISA, as invasões de terras indígenas e o desmatamento se intensificaram significativamente na Terra do Meio no ano em questão, o que colocou em risco não apenas o meio ambiente, mas também a vida e a cultura das comunidades indígenas que habitam a região. O desmatamento desenfreado, muitas vezes impulsionado pela grilagem de terras e atividades ilegais, resultou na perda de vastas áreas de floresta nativa. (ISA, 2016)

Em outra notícia divulgado pelo Instituto Socioambiental em novembro de 2016 foi revelado que a Terra Indígena (TI) Cachoeira Seca, localizada na zona de influência da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, foi a mais desmatada no Brasil e a mais degradada no Estado do Pará, “a área é sistematicamente saqueada por madeireiros e grileiros, entre outros invasores. Só neste ano, de lá foi retirado o equivalente a mais de 1,2 mil caminhões de madeira do Pará em 2016” (ISA, 2016).

> “Segundo estudo realizado pelo ISA, entre 2014 e 2015 o desmatamento na Cachoeira Seca aumentou 73% e a extensão das estradas de madeireiros ilegais, 48%, contabilizando mais de 43 mil hectares desmatados e 333 quilômetros de estradas.

> Desde 2011, foram abertos mais de 1,3 mil km de estradas, 258 km só em 2016, para escoar milhares de toneladas de madeira. Calcula-se que, apenas no ano de 2014, foram movimentados R$ 200 milhões em vendas ilegais de madeira da área" (ISA, 2016).

Ainda na mesma notícia, o Instituto Socioambienal destacou as ações da Fundação Nacional do Índio (Funai) para proteger a Terra Indígena (TI) Cachoeira Seca. De acordo com a Fundação Nacional do Índio (Funai), em 2016 foram identificadas 1.085 ocupações de não indígenas na área da TI Cachoeira Seca, sendo 72% de pequenas propriedades (ISA, 2016). O órgão indigenista orientou ações para encaminhar a saída gradativa e o reassentamento dos ocupantes, em sua maioria posseiros de boa fé. "Entre eles, também há ribeirinhos que, assim como os Arara, dependem dos recursos da floresta e para os quais será necessária uma relocação diferenciada para garantir seus direitos" (ISA, 2016; n.p.).

Por fim, a retirada e a relocação das famílias não indígenas que vivem na TI Cachoeira Seca também foi uma das condicionantes de Belo Monte que deveria ter sido cumprida antes do início das obras. Assim como, a implantação de postos de vigilância nas TIs afetadas pela hidrelétrica - dois deles na TI Cachoeira Seca - é outra condicionante não cumprida pela Norte Energia. Segundo os Arara, a construção do posto prevista para começar em 2012 foi impedida com violência por ocupantes não indígenas, que bloquearam a passagem dos materiais e da equipe de construção na época. Depois disso, a empresa não tomou mais providências (ISA, 2016).

O relatório de sustentabilidade da empresa Norte Energia, como já destacado, apresenta uma narrativa otimista sobre suas ações e impactos na região. No entanto, observe que as notícias divulgadas pelo Instituto Socioambiental forneceram fatos preocupantes sobre a proteção de Terras Indígenas que estão sob a influência de Belo Monte. Uma das principais preocupações levantadas nas notícias do ISA foi a questão da regularização fundiária das Terras Indígenas (TIs) na área de influência da usina. O relatório de sustentabilidade da Norte Energia de 2017 menciona apenas a implementação de um Plano de Proteção Territorial em colaboração com a Fundação Nacional do Índio (Funai), sem detalhes sobre as ações tomadas e resultados alcançados. Quanto ao desmatamento nas áreas citadas, a Norte Energia menciona ações de apoio à fiscalização ambiental, mas não entra em detalhes sobre a extensão do desmatamento nas TIs afetadas. Por último, o relatório de sustentabilidade não diz sobre o descumprimento de condicionantes, o que levanta questionamentos sobre a responsabilidade da empresa em relação às obrigações assumidas.

Além disso, fica evidente a não divulgação de informações delicadas a empresa, como os altos índices de desmatamento em sua área de influência. Isso é particularmente problemático

em projetos de grande escala, nos quais a transparência é essencial para garantir que todas as partes interessadas tenham acesso às informações necessárias para tomar decisões informadas e para monitorar o cumprimento de obrigações ambientais e sociais.

O desmatamento tem um impacto direto nas comunidades indígenas e ribeirinhas que dependem dessas terras para seu sustento e cultura. A falta de divulgação de informações sobre esses impactos pode prejudicar a capacidade dessas comunidades de buscar soluções e proteção adequadas. Nesse sentido, é evidente que a relação entre empresa e comunidades afetadas estabelece-se sob a égide da dominação por meio do ocultamento, negação e, até mesmo, por fatos serem representados de forma que desvie a atenção ou encubra processos existentes não bem delineados ou finalizados.

4.2.1.2 Relatório de Sustentabilidade de 2018

O relatório de sustentabilidade de 2018 da Norte Energia revela uma notável similaridade em relação ao documento do ano anterior, o de 2017, apresentando uma estrutura e divisão de tópicos praticamente idêntica. Mais uma vez, a palavra "desmatamento" é mencionada apenas uma vez, corroborando a consistência discursiva entre os dois anos analisados.

Uma das grandes preocupações geradas pelo desmatamento é a emissão de gases de efeito estufa. No início do século XXI, o documentário Uma Verdade Inconveniente já chamava atenção para o aquecimento global e lembrava essa preocupante associação entre os dois impactos ambientais em que quase 30% das emissões anuais de CO2 estavam associadas ao desmatamento (GORE, 2006).

Poucos anos depois, Fearnside et al. (2009) desenvolveram uma modelagem buscando a quantificação da emissão de gases de efeito estufa associada ao desmatamento causado em função de um grande empreendimento na região amazônica. Os pesquisadores descobriram que, em um cenário “business-as-usual”, até o ano de 2050 as emissões alcançariam quase 1 bilhão de toneladas de CO2-equivalente, o que representaria um aumento de 48% em relação a um cenário de conservação.

A associação de desmatamento e emissão de GEE se reflete na escolha de palavras do relatório, onde o termo desmatamento é substituído pelo eufemismo supressão vegetal que dá título ao subtópico 5.1 do relatório, único segmento onde é informada a brutal derrubada de árvores inerente a empreendimentos relacionados a barragens gigantes, ou seja, aquelas que superam os 150 metros acima das fundações (MARQUES, 2018). A citação tem uma singeleza aparente, onde é dito que “a Norte Energia suprimiu 22.470,82 hectares de vegetação” (NORTE

ENERGIA, 2018). Até a escolha do hiperônimo **vegetação** funciona para atenuar a mensagem desta sentença, trata-se de um vocábulo tão genérico que pode se referir tanto a uma alface quanto a um angelim-vermelho de 400 anos e 80 metros de altura.

O desmatamento é obviamente um dos impactos centrais na construção de usinas hidrelétricas, notadamente uma com o porte de Belo Monte. Já na década de 1980, Mello (1987) destacava os diversos impactos socioambientais na construção de barragens, dentre estes, um dos que recebeu maior atenção no artigo foi a questão do desmatamento. O autor chamou a atenção para uma série de cuidados, dentre eles o planejamento precoce do processo e o não desmatamento no limite de variação do nível da água – questão fundamental para a represa em questão – visando evitar a erosão das margens e reduzir o impacto no habitat natural da região.

O artigo mencionado levanta questões interessantes, já que o relatório informa que como "medida compensatória para a formação dos reservatórios, ficou estabelecido que o entorno dos trechos inundados deve formar uma faixa de Área de Preservação Permanente (APP)" (NORTE ENERGIA, 2018). Associado a este segmento o relatório especifica ainda que "a área que está hoje muito fragmentada será restaurada" (NORTE ENERGIA, 2018), o que sinaliza uma imprudência da gestão neste empreendimento em relação a uma questão central que já era destacada desde a década de 1980.

Neste ponto, a análise concentrar-se-á na contextualização de eventos prévios ao relatório buscando identificar elementos que a empresa possivelmente negligenciou em sua narrativa anual. Essa abordagem busca destacar lacunas na representação da empresa diante de acontecimentos relevantes ocorridos no período, enfatizando a importância de considerar o contexto mais amplo para uma avaliação crítica.

Apesar de ser evidente a ausência de abordagem adequada à questão do desmatamento nos relatórios divulgados pela Norte Energia, a sociedade civil e diversas organizações mostraram-se ativas na busca por soluções que abordassem a complexidade desse problema decorrente da construção da Hidrelétrica de Belo Monte.

O desmatamento, muitas vezes resultante de grandes empreendimentos como hidrelétricas, é uma questão crítica que afeta não apenas o meio ambiente, mas também as comunidades locais e o equilíbrio ecológico. A falta de transparência e de medidas eficazes por parte da Norte Energia para mitigar o desmatamento nas áreas afetadas levou à mobilização da sociedade civil e de organizações não governamentais.

Esses grupos se uniram para promover conscientização sobre os impactos do desmatamento, defender os direitos das comunidades afetadas e pressionar por políticas ambientais mais rigorosas. Suas ações incluíram campanhas de conscientização, protestos,

ações legais e esforços de advocacia para garantir que a questão do desmatamento fosse tratada de maneira mais adequada e responsável.

A mobilização da sociedade civil e das organizações desempenhou um papel fundamental na sensibilização do público e na pressão por mudanças nas políticas e práticas relacionadas à Hidrelétrica de Belo Monte. Essa luta contínua é um exemplo do poder da sociedade em defender o meio ambiente e proteger as comunidades que dependem dele.

A notícia publicada pelo ISA em novembro de 2017 sobre a situação da usina de Belo Monte após dois anos de operação revelou diversas controvérsias mesmo após a emissão da Licença Prévia (LP) em 2010 e da Licença de Instalação (LI) em 2011 (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2017a). A notícia foi baseada em dados oficiais e em entrevistas com representantes da Norte Energia, concessionária da usina, do Ibama, do Ministério Público Federal (MPF) e de organizações da sociedade civil (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2017a).

Um dos destaques dessa notícia foram os problemas em decorrência do aumento do desmatamento na região, um impacto ambiental diretamente ligado à construção e operação da usina. Adicionalmente, a notícia enfoca as questões jurídicas e administrativas enfrentadas pela Norte Energia, particularmente as licenças ambientais que foram suspensas pela Justiça. Essa suspensão reflete preocupações legais e ambientais substanciais que questionam a adequação e a eficácia das medidas de mitigação adotadas pela empresa para lidar com os impactos do projeto (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2017a).

Além dos desafios ambientais e legais, a reportagem também aponta para problemas socioeconômicos graves, como os passivos socioambientais que permanecem uma questão premente. Estes incluem impactos sobre as comunidades locais que não foram adequadamente geridos ou compensados, exacerbando tensões e descontentamento entre os habitantes locais (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2017a).

Com relação aos povos indígenas, a notícia sobre a situação de Belo Monte após dois anos do início de sua operação revela que apesar de previsto na Licença Prévia, a condicionante referente à reestruturação da Fundação Nacional do Índio (Funai), ainda não havia sido plenamente atendida (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2017a). Na ocasião, a sede própria do órgão indigenista, que deveria estar pronta antes do início da instalação da usina, estava sendo reformada com previsão de conclusão em meados de 2018. Além disso, outro agravante revelado, foi que em 2011 o órgão contava com 60 servidores em Altamira, sendo que em 2017 contavam com apenas 20 (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2017a). Tais questões são críticas, pois afetam diretamente a capacidade da Funai de oferecer suporte adequado aos povos

indígenas impactados pelo projeto. Essa deficiência não apenas reflete problemas administrativos e operacionais, mas também ressalta uma negligência na proteção e promoção dos direitos dos povos indígenas, que são particularmente vulneráveis aos impactos ambientais e sociais de grandes empreendimentos.

Com relação ao desmatamento a ONG já destacava o não cumprimento das condicionantes relativas à regularização fundiária das Áreas Protegidas e a implantação de um Plano de Proteção às Terras Indígenas (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2017a). Nesse sentido, a notícia ressalta que "das dez Terras Indígenas mais desmatadas entre 2016 e 2017, cinco são impactadas pela implantação de Belo Monte" (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2017a). E de forma alarmante traz dados sobre o desmatamento na Terra Indígena Ituna/Itatá, "morada de indígenas isolados e localizada a menos de 70 km do sítio Pimental, principal canteiro de obras da hidrelétrica, onde houve um aumento de 486% no desmatamento no último ano" (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2017a).

Somente com esses dados alarmantes já é possível observar que a região do Rio Xingu já enfrentava desafios críticos que ameaçavam e ainda ameaçam tanto o seu ambiente natural quanto os modos de vida das comunidades indígenas e ribeirinhas que a habitam. Nesse sentido, duas notícias publicadas pelo ISA sobre o 3º Encontro Xingu+ Diversidade Socioambiental[5] no coração do Brasil, de outubro de 2017, relata o encontro que reuniu indígenas e ribeirinhos, além de representantes do MPF, Funai, Icmbio, MMA, ANA e Ibama em Brasília para debater os desafios e as estratégias para o futuro do Xingu (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2017b, 2017c). As notícias foram baseadas em relatos dos participantes do encontro e em dados do Observatório Xingu (OX), uma ferramenta de monitoramento das pressões e ameaças sobre o território.

Durante o encontro, os participantes se apresentaram e marcaram no mapa o local onde moram, mostrando a dimensão e a diversidade do Corredor de Diversidade Socioambiental do Xingu, que abrange 28 milhões de hectares entre Mato Grosso e Pará. Eles também discutiram os principais problemas que enfrentam em suas áreas, como o desmatamento, a invasão de terras, e a violação dos direitos territoriais, entre outros.

> "O Corredor, que abriga uma das maiores diversidades socioambientais do mundo, enfrenta ameaças que colocam em risco a integridade do território e os modos de vida de seus povos. "A nossa união se fortaleceu quando nosso rio ficou ameaçado",

[5] A rede **Xingu+** é uma articulação da sociedade civil cujos antecedentes remontam a movimentos de resistência contra o barramento do rio Xingu durante o encontro dos povos da floresta de Altamira em 1989, e posteriormente com o processo de organização social de indígenas e ribeirinhos que culminou na criação de associações, movimentos e todo tipo de organizações que voltaram a se reunir no encontro de Altamira de 2008, e que desde então vêm fortalecendo seus vínculos de conexão e identidade, até que em outubro de 2013, quando foi realizado **o 1º grande encontro do Xingu+**, explicitou-se a vontade destes atores de firmar uma aliança em defesa do rio e os direitos de seus povos. Fonte: https://xingumais.org.br/encontro-xingu

> lembrou Kanato Yawalapiti, fazendo referência à usina de Belo Monte. A hidrelétrica faz parte de um conjunto de empreendimentos – de transporte, energia e mineração – que, com o desmatamento, os conflitos territoriais e a degradação ambiental, pressionam a região. Os xinguanos estão organizados e atentos" (ISA, 2017; p.1).

Para monitorar essas pressões e ameaças, os participantes conheceram e testaram o Observatório Xingu (OX), ferramenta lançada durante o encontro, que acompanha a incidência de desmatamento, degradação ambiental, conflitos territoriais, focos de calor e empreendimentos na região. O Observatório Xingu está ancorado na Plataforma Colaborativa Xingu e permite aos xinguanos acompanhar as informações em seus dispositivos e enviar mensagens por meio de um sistema de alerta.

Além disso, o destaque vai também para os dados apontados pelo Instituto Socioambiental sobre o desmatamento. Ao destacar o legado de destruição deixado pelas obras e sua influência na qualidade de vida de povos indígenas e ribeirinhos a ONG ressalta:

> "O Território Indígena do Xingu (TIX), que engloba o Parque Indígena do Xingu e três Terras Indígenas adjacentes, enfrenta a ocorrência de incêndios descontrolados provocados pelo avanço do desmatamento – nos últimos 30 anos 44% das florestas do entorno foram desmatadas. No ano passado, 221.394 hectares (8 % da área total) foram queimados trazendo inúmeras consequências para os 16 povos que habitam a região. Iniciativas vem sendo realizadas junto aos povos indígenas para barrar o avanço do fogo" (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2017b, p. 1).

4.2.1.3 Relatório de Sustentabilidade de 2019

No contexto da Gestão Ambiental, os Relatórios Anuais e Socioambientais de 2018 e 2019 da Norte Energia articulam, de forma muito similar, as práticas e estratégias implementadas para mitigar impactos ambientais decorrentes das operações da UHE Belo Monte. Ainda assim, não é observado um tratamento sobre a questão do desmatamento.

Na subseção Supressão Vegetal do relatório de 2018 é observado uma descrição do processo de supressão vegetal e das medidas compensatórias adotadas, como o resgate de plantas e animais. A informação de que a "supressão final foi 3,2% acima do previsto" (NORTE ENERGIA, 2018; p. 45) é uma admissão de um desvio em relação ao planejado, o que implica um grau de transparência sobre as atividades da empresa. Essa passagem também contextualiza a ação como a "maior intervenção relacionada à retirada de remanescentes de vegetação já realizada em empreendimentos hidrelétricos no Brasil" (NORTE ENERGIA, 2018; p. 45), o que enfatiza a escala das operações da Norte Energia. Já no relatório de 2019, embora o texto inicial pareça similar, omitindo a menção específica do desvio de 3,2% acima do previsto, a empresa escolhe não reiterar este ponto, que poderia ser interpretado como uma variação negativa nas práticas ambientais (NORTE ENERGIA, 2019; p. 43).

As passagens dos relatórios de 2018 e 2019 da Norte Energia sobre a destinação da madeira e resíduos da supressão vegetal são notavelmente similares, compartilhando uma descrição detalhada do procedimento adotado pela empresa. Em ambos os textos, há uma ênfase no programa específico desenvolvido para lidar com a madeira proveniente da supressão vegetal, classificada em três categorias: madeira aproveitável para serraria, resíduos grossos e resíduos finos (NORTE ENERGIA, 2018, 2019a). A leitura atenta das duas passagens revela que elas são praticamente idênticas, sugerindo que não houve mudanças significativas na política ou prática de gestão de resíduos da empresa entre esses anos.

Na subseção nomeada Área de Preservação Permamente, em ambos os anos, há uma clara ênfase na responsabilidade ambiental da Norte Energia em relação à criação e manutenção de Áreas de Preservação Permanente (APPs) como medida compensatória pela formação dos reservatórios, "ficou estabelecido que o entorno dos trechos inundados deve formar uma faixa de Área de Preservação Permanente (APP) com largura média de 500 metros" (NORTE ENERGIA, 2018, p. 50, 2019a, p. 47). Ambos os trechos dos documentos descrevem ações similares em termos de estabelecimento de APPs, reflorestamento com espécies nativas e diretrizes para o uso dos reservatórios e seu entorno.

A diferença notável entre as duas subseções está na menção específica, no texto mais recente, da formação de corredores ecológicos, o que representa um acréscimo na descrição das ações de conservação. "A Norte Energia tem reflorestado as áreas da APP com mudas de espécies nativas, e o resultado será a formação de corredores ecológicos" (NORTE ENERGIA, 2019; p. 47).

A introdução do conceito de corredores ecológicos no relatório de 2019 pode ser interpretada como um alinhamento com práticas contemporâneas de conservação, que reconhecem a importância da conectividade entre áreas protegidas. Observou-se que a criação de novas áreas protegidas e a manutenção da conectividade entre as existentes são cruciais para a preservação da biodiversidade regional (FRANÇOSO, 2013). A conectividade entre essas áreas garante o fluxo de genes entre as populações e facilita a recolonização de áreas fragmentadas, contribuindo assim para a persistência das espécies no longo prazo (PIROVANI et al., 2015). Além disso, a interrupção da conectividade original da paisagem devido à fragmentação do habitat pode levar a perturbações nas populações de espécies, limitando o fluxo gênico e dificultando a persistência das espécies a longo prazo (PIROVANI et al., 2015). Essa mudança pode ser uma resposta a um entendimento científico mais aprofundado ou a mudanças nas expectativas regulatórias ou dos stakeholders.

A única vez que a palavra desmatamento é utilizada é na subseção Áreas de Preservação Permanente, quando a empresa diz, de forma idêntica nos anos de 2017 e 2018, que “Desde 1970, essa área do entorno dos reservatórios passa pelo processo de desmatamento...” (NORTE ENERGIA, 2017a, 2018, p. 50, 2019a, p. 47). A menção ao desmatamento ocorrido desde 1970 nas áreas do entorno dos reservatórios, descrita de forma idêntica nos relatórios de 2017 e 2018 da Norte Energia, foi discutida na análise do relatório de 2017.

A menção ao desmatamento nos relatórios anuais e socioambientais da Norte Energia, quando contrastada com informações de fontes externas como a notícia publicada pelo Instituto Socioambiental (ISA), destaca uma discrepância significativa entre a autodescrição das práticas ambientais da empresa e os relatos de impacto ambiental e social por partes terceiras. A situação do Povo Arara da Terra Indígena Cachoeira Seca do Iriri, como apresentada pelo ISA, sugere impactos muito mais severos e diretos do desmatamento e da invasão de territórios do que o discurso empresarial pode indicar (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2018a) .

Este descompasso entre os discursos corporativos e as narrativas de entidades independentes expõe um campo tensional, característico da dinâmica entre desenvolvimento industrial e direitos indígenas e ambientais (HOFFMANN et al., 2009). A menção uniforme e recorrente ao desmatamento nos relatórios corporativos sugere uma estratégia discursiva que busca estabelecer uma continuidade nas práticas de sustentabilidade ambiental da empresa. Por outro lado, a reportagem do ISA articula um contraponto crítico, iluminando as consequências adversas do projeto hidrelétrico sobre as comunidades indígenas e o ecossistema.

Na interface entre as práticas de desenvolvimento industrial e os imperativos de conservação ambiental e de direitos humanos, a situação exposta pelo Instituto Socioambiental (ISA) em 2018 revela uma faceta preocupante do impacto do projeto da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. A reportagem do ISA lança luz sobre a vulnerabilidade e a violação dos direitos territoriais do povo Arara na Terra Indígena Cachoeira Seca do Iriri, que, desde 2009, sofreu um desmatamento alarmante de 15.689 hectares, posicionando a área como uma das mais desmatadas no Brasil. Este dado notável ressalta o abismo entre o discurso de sustentabilidade projetado nos relatórios anuais da Norte Energia e a realidade observada por entidades externas.

A acusação de roubo de madeira e a intensificação da grilagem, identificadas pelo ISA como principais vetores do avanço do desmatamento, contrastam fortemente com as medidas compensatórias relatadas pela Norte Energia. Considere-se que tais atividades ilícitas não só exacerbam a perda de biodiversidade mas também ameaçam a integridade cultural e a sobrevivência do povo Arara. Ademais, a demanda desse povo pela desintrusão dos ocupantes não indígenas e pela implementação de um plano de proteção territorial, ambos condicionantes

para a licença da hidrelétrica, evidenciam uma inexecução de medidas mitigatórias e protetivas cruciais para a justiça social e ambiental.

Dado que o plano de vigilância e fiscalização, que deveria ter sido estabelecido em 2009 antes da construção da Usina, ainda não havia sido cumprido até a data da reportagem, percebe-se uma lacuna entre as obrigações socioambientais da empresa e a realidade dos fatos. Esta incongruência indica não apenas um fracasso na aplicação de políticas de proteção territorial, mas também uma desconsideração das complexas dinâmicas socioambientais afetadas pela operação da Usina Belo Monte.

O relatório de 2019 menciona a execução de uma série de ações sob o Plano Básico Ambiental do Componente Indígena (PBA-CI), com o objetivo de evidenciar um compromisso com a melhoria das condições de vida dessas comunidades (NORTE ENERGIA, 2019). Dentre essas medidas, o relatório enfatiza a construção de Unidades Básicas de Saúde, Escolas Indígenas, Casas de Farinha, Casas de Moradia, estações de rádio e estradas em Terras Indígenas (NORTE ENERGIA, 2019, p. 38). Entretanto, a problemática do desmatamento e a violação dos direitos territoriais indígenas, como apontado pelo ISA, não são diretamente abordadas nas ações do PBA-CI.

A lacuna entre as ações reportadas pela Norte Energia e os problemas críticos identificados pelo ISA reflete uma questão mais ampla de responsabilidade corporativa e de accountability. O relato de investimentos para a melhoria da qualidade de vida das comunidades indígenas, "um montante de R$ 673,43 milhões já foi investido no Plano Básico Ambiental do Componente Indígena (PBA-CI)" (NORTE ENERGIA, 2019; p. 38), embora seja uma ação louvável, pode ser interpretado como uma tentativa de ofuscar ou desviar a atenção das questões mais conflituosas de desmatamento, invasão de territórios e desrespeito aos direitos indígenas.

Dada a gravidade das acusações de invasões e desmatamento na Terra Indígena Cachoeira Seca do Iriri, há uma necessidade evidente de que a Norte Energia aborde estas questões de maneira transparente e integrada às suas práticas de sustentabilidade. Apesar disso, o único momento em que a empresa cita a Terra Indígena em seu relatório é na lista de terras indígenas onde as ações do PBA-CI são executadas.

A adaptação do discurso da Norte Energia pode ser vista como um reflexo das transformações nas práticas sociais e um aumento na vigilância por parte do público em relação às atividades empresariais, notadamente em setores com grande impacto ambiental, como é o caso da energia hidrelétrica. Ao reformular seu discurso, a empresa atende a pressões sociais e regulamentações, engajando-se na evolução do debate sobre gestão ambiental e ética empresarial. No entanto, apesar de sua narrativa enfatizar a sustentabilidade, a Norte Energia

mostra-se menos eficaz ao confrontar e apresentar soluções concretas para os desafios enfrentados pelos povos indígenas que se agravam com o aumento do desmatamento. Esse aumento, amplamente documentado, reflete-se não apenas na degradação ambiental, mas também na erosão da qualidade de vida e na sustentabilidade das culturas indígenas, aspectos estes que exigem uma resposta corporativa mais substancial e integrada

4.2.1.4 Relatório de Sustentabilidade de 2020

No Relatório de Sustentabilidade de 2020 da Norte Energia, a abordagem ao desmatamento está conectada principalmente com a gestão das áreas impactadas pela construção e operação da UHE Belo Monte. O relatório descreve, de forma similar aos relatórios passados, medidas compensatórias que incluem a gestão das Áreas de Preservação Permanente (APP) e o tratamento da vegetação suprimida durante as obras, assim como nos relatórios passados (NORTE EENRGIA, 2020).

No relatório de sustentabilidade de 2020 a palavra desmatamento foi utilizada apenas duas vezes. A primeira vez a palavra é utilizada dentro da seção Programa de Gestão Territorial Indígena (PGTI) ao relatar os principais resultados alcançados até 2020, “Mapeamento do desmatamento e de focos de calor nas Terras Indígenas da área de abrangência” (NORTE ENERGIA, 2020, P. 78). Entretanto, o relatório não divulga dados sobre esse mapeamento, como é possível acessá-los e quais medidas mitigadoras foram tomadas. O mapeamento em si é dado como um resultado positivo, no entanto, a qualidade desse mapeamento traduzido em ações não são apresentadas na narrativa do relatório

Em um segundo momento, a Norte Energia utiliza a palavra desmatamento na seção Habitats Protegidos ou Restaurados, da mesma forma que nos anos anteriores, ao ressaltar que o desmatamento é resultante de um longo período anterior ao início das obras da usina, ainda na década de 1970, já discutido anteriormente (NORTE ENERGIA, 2020; 97).

Com relação ao relatório de 2019 e anos anteriores, todos reafirmam o compromisso com a criação e manutenção de APPs como medida compensatória, em conformidade com a legislação ambiental (NORTE ENERGIA, 2017a, 2018, 2019a, 2020a). Contudo, a menção mais detalhada da condição existente da vegetação e da importância da biodiversidade regional no relatório de 2020 pode refletir uma resposta às críticas sobre a falta de medidas específicas contra o desmatamento. Ao focar na preservação da biodiversidade já presente e no reforço da necessidade de corredores ecológicos, o relatório de 2020 parece tentar estabelecer um entendimento mais profundo do papel da empresa na conservação ambiental.

Entretanto, apesar destas menções, a falta de uma discussão explícita sobre medidas contra o desmatamento nas áreas indígenas e as ações específicas de fiscalização e proteção sugere uma oportunidade perdida de comunicar as estratégias da empresa para enfrentar um dos desafios ambientais mais críticos da região. Isso pode levar a questionamentos sobre a eficácia e abrangência dos esforços de conservação da Norte Energia, em contraste com as crescentes taxas de desmatamento relatadas por organizações como o ISA.

A notícia veiculada pelo Instituto Socioambiental (ISA) em 2019 evidencia uma contradição entre a narrativa apresentada nos relatórios de sustentabilidade da Norte Energia e a realidade do desmatamento que assola a região de Altamira – PA. O projeto mencionado pelo ISA, que envolve o cultivo de babaçu e cacau por comunidades locais em parceria com a Cacauway, destaca uma iniciativa positiva de fortalecimento econômico e nutricional das comunidades da Terra do Meio, uma área marcada pela ameaça constante de grileiros e exploração ilegal de madeira (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2019a).

A incongruência apontada surge na comparação entre as ações sustentáveis de pequena escala, como o projeto de cultivo, e a ausência de medidas de grande impacto no que diz respeito ao combate ao desmatamento, reveladas pelos dados do monitoramento SiradX – Sistema de Indicação por Radar de Desmatamento na Bacia do Xingu (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2019a). O desmatamento de 37.359 hectares de florestas no mosaico de áreas protegidas da Terra do Meio em 2018 (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2019a), ilustra a gravidade do desafio que a região enfrenta, o qual parece não ser adequadamente abordado pela Norte Energia em suas políticas compensatórias focadas na faixa de APP de 500 metros.

Além disso, segundo o ISA, houve um avanço significativo do desmatamento na Terra Indígena Cachoeira Seca, com mais de 100 hectares de aberturas ilegais registradas nos primeiros dois meses de 2019 e um total de 5.466 hectares desmatados em 2018. A gravidade desta situação é reforçada pela afirmação do ISA de que, de 2009 a 2019, 19.474 hectares de floresta foram derrubados na região, o que caracteriza a Terra Indígena Cachoeira Seca como a mais desmatada do Brasil (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2019a).

Essa disparidade entre o discurso empresarial e os dados de desmatamento levantados pelo ISA sugere que a Norte Energia poderia expandir sua visão e ações além da manutenção da APP, buscando iniciativas mais abrangentes e efetivas para a prevenção e o combate ao desmatamento em toda a região impactada pela Usina de Belo Monte. Isso incluiria não apenas estratégias de fiscalização e monitoramento, mas também o fortalecimento das comunidades

locais por meio de projetos de desenvolvimento sustentável, que podem desempenhar um papel vital na preservação ambiental e no combate às atividades ilegais.

A adequação das políticas de sustentabilidade e a implementação de ações práticas em resposta aos desafios reais da região seriam passos fundamentais para alinhar os relatórios da empresa com a responsabilidade socioambiental e com a urgência das questões ambientais e sociais atuais.

O Conselho Missionário Indigenista destacou que no estado do Pará, o segundo a registrar o maior número de casos, a Terra Indígena (TI) Cachoeira Seca foi a mais desmatada do país, segundo os dados divulgados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). Entre julho de 2019 e agosto de 2020, foram 72,4 quilômetros quadrados de área desmatada nesta terra indígena. A região foi muito afetada pela construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte e as populações indígenas vêm sofrendo com a invasão e ação ilegal de madeireiros (CIMI, 2020).

A Terra Indígena Cachoeira Seca é citada no relatório de sustentabilidade de 2020 ao descreverem as Associações Indígenas por Terra Indígena (NORTE ENERGIA, 2020; p.32) e na seção Componente Indígena (NORTE ENERGIA, 2020; p. 75). Na seção Componente Indígena é declarado que há ações do Plano Básico Ambiental do Componente Indígena (PBA-CI) sendo executadas em várias terras indígenas, incluindo a Terra Indígena Cachoeira Seca. Além disso, destaca a extensão das terras indígenas e o número de indígenas aldeados.

As ações relacionadas à proteção ambiental em terras indígenas realizadas pela Norte Energia são observadas no relatório quando a empresa ressalta que desenvolveu e executou o Plano de Proteção Territorial e Ambiental do Médio Xingu (PPTMX), que é sustentado por dois programas principais: o Programa de Proteção Territorial e Ambiental e o Programa de Monitoramento Territorial e Ambiental (NORTE ENERGIA, 2020). A Norte Energia executa o PPTMX desde 2015, o que já garantiu construção e equipagem de oito Unidades de Proteção Territorial (UPTs) (NORTE ENERGIA, 2020; p.77). Especificamente, o relatório destaca a construção e equipamento de oito Unidades de Proteção Territorial, onde a empresa também contratou e mantém mão de obra de monitoramento territorial. Além disso, destaca a realização de mapeamento do desmatamento e de focos de calor nas Terras Indígenas da área de abrangência e a construção de um Centro de Monitoramento Remoto (CMR) na sede da FUNAI em Brasília e Altamira (NORTE ENERGIA, 2020a).

A Norte Energia também relata a realização de diversas oficinas e outras atividades que visam ao fortalecimento da gestão territorial indígena, incluindo a realização de “18 oficinas de Monitoramento Territorial” (NORTE ENERGIA, 2020a, p. 76), o estabelecimento de “acordos

internos de uso dos territórios", a "consolidação do Etnozoneamento" e o "Plano de Uso Sustentável para as 11 Terras Indígenas" (NORTE ENERGIA, 2020a, p. 77),

Tais informações revelam uma clara contradição. Enquanto o relatório de sustentabilidade sugere a implementação de ações em terras indígenas para proteção ambiental e apoio às comunidades indígenas, a notícia aponta para um aumento do desmatamento e ameaças enfrentadas por essas comunidades.

A discrepância entre o discurso corporativo e as evidências fornecidas pelo Instituto Socioambiental (ISA) reflete uma problemática que vai além da retórica ambientalista proferida pela Norte Energia em seu relatório de sustentabilidade de 2020. Enquanto a empresa discorre sobre a implementação de ações voltadas para a proteção ambiental em terras indígenas, as notícias divulgadas pelo ISA apontam para um cenário onde a devastação persiste e, em alguns casos, intensifica-se.

Os dados alarmantes do ISA sobre o desmatamento na bacia do rio Xingu entre janeiro e setembro de 2019, com mais de 31 mil hectares desmatados dentro de Terras Indígenas e Unidades de Conservação, destacam um cenário desolador que se desdobra apesar das alegadas medidas compensatórias e de proteção da Norte Energia (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2019b). Essa realidade é ainda mais agravada pelas causas elencadas pelo ISA, que incluem garimpo, invasões, flexibilização da legislação, incêndios descontrolados, avanço da agropecuária e pressões decorrentes de grandes obras de infraestrutura, como a própria Usina Hidrelétrica de Belo Monte (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2019b).

A menção a mais de 37 milhões de árvores derrubadas não é apenas uma estatística; ela carrega o peso da perda de biodiversidade e do impacto sobre as comunidades indígenas que dependem da floresta para sua sobrevivência física e cultural. Tais impactos não são efetivamente abordados no relatório da Norte Energia, o que sugere uma necessidade premente de reavaliação e reforço das estratégias ambientais da empresa (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2019b). Esta lacuna apontada indica uma responsabilidade corporativa que deve ser ampliada, integrando a vigilância contínua, a fiscalização eficaz e o engajamento com as comunidades locais para desenvolver soluções que respeitem os direitos indígenas e promovam a conservação ambiental.

A relação entre desmatamento e aquecimento global, particularmente no contexto da floresta amazônica, tem sido objeto de extensas pesquisas. Foi demonstrado que o desmatamento na Amazônia tem implicações significativas para o clima global, particularmente através da liberação de gases de efeito estufa, como o dióxido de carbono. Fearnside (2008) destaca o papel crítico da floresta amazônica no armazenamento de carbono, evitando assim o

aumento das concentrações de gases de efeito estufa na atmosfera e consequentemente mitigando o aquecimento global. Além disso, Fearnside e Laurance (2004) enfatizam que o impacto do desmatamento tropical no aquecimento global, especialmente na Amazônia brasileira, pode ser mais que o dobro das estimativas fornecidas em estudos anteriores, ressaltando a contribuição substancial do desmatamento para a exacerbação do aquecimento global.

As consequências do desmatamento na Amazônia vão além da liberação de gases de efeito estufa. Também afeta a variação regional da biomassa viva acima do solo, conforme indicado por (MALHI et al., 2006). A redução da biomassa viva acima do solo devido ao desmatamento tem implicações para o ciclo do carbono e para o ciclo da água na região, exacerbando ainda mais os impactos do aquecimento global. Adicionalmente, o estudo de Nogueira et al. (2008) revela que o desmatamento na Amazônia leva a árvores mais curtas em certas áreas, implicando menor biomassa, o que tem implicações no armazenamento e sequestro de carbono.

O impacto do desmatamento no aquecimento global é ainda agravado pela ocorrência de incêndios florestais, conforme destacado por Barbosa e Fearnside (1999). A sua investigação estima a emissão de gases com efeito de estufa, especialmente dióxido de carbono, provenientes de incêndios florestais na Amazónia, especialmente durante o evento El Niño, sublinhando a ligação entre a desflorestação, os incêndios florestais e a libertação de gases com efeito de estufa que contribuem para o aquecimento global.

Apesar de estudos, até mesmo anteriores ao início das obras, demonstraram os efeitos do desmatamento nas mudanças climática, apenas no relatório de sustentabilidade de 2020 a Norte Energia apresenta pela primeira vez uma iniciativa, mesmo que embrionária, em prol de mitigar os efeitos de suas atividades nas mudanças climáticas.

A passagem do relatório de 2020 em que aborda o tema está ligada ao indicador GRI 201-2 – Implicações e outros riscos e oportunidades decorrentes de mudanças climáticas. Desse modo, seguindo a norma GRI, a Norte Energia aborda a questão das mudanças climáticas de um ponto de vista financeiro e operacional, centrando-se na discussão das emissões de gases de efeito estufa (GEE) (NORTE ENERGIA, 2020).

A empresa relata o início do monitoramento de suas emissões em 2020 e a intenção de desenvolver um inventário estruturado de acordo com o GHG Protocol Brasil (NORTE ENERGIA, 2020). Ainda que os dados exatos não estejam disponíveis, a Norte Energia antecipa que o balanço de emissões seja positivo, considerando principalmente as emissões evitadas que

seriam geradas por fontes térmicas, que são grandes contribuintes para as emissões totais do Setor Elétrico Nacional (NORTE ENERGIA, 2020).

A narrativa sugere que, pelas características do projeto hidrelétrico de Belo Monte, as emissões próprias e indiretas de GEE “não tem representatividade em termos de volume e intensidade pelas características do projeto” (NORTE ENERGIA, 2020; p. 88). Essa afirmação reflete um posicionamento comum de empresas hidrelétricas, que defendem a energia gerada por represas como uma alternativa mais limpa em comparação com as termelétricas.

A empresa vai além e afirma que “Belo Monte contribui para "limpar" a matriz energética brasileira” (NORTE ENERGIA, 2020; p.88), apresentando cálculos que estimam a capacidade de offset (compensação) de emissões de CO2. Com uma garantia física de 4.571 MW médios de geração, a Norte Energia propõe que a geração de Belo Monte poderia compensar mais de 11 milhões de toneladas de CO2 por ano (NORTE ENERGIA, 2020).

A narrativa otimista apresentada pela Norte Energia em seu relatório de 2020, acerca do impacto climático da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, exige uma avaliação criteriosa e multidimensional. Enquanto a operação hidrelétrica pode, de fato, representar um perfil de emissões de gases de efeito estufa (GEE) mais baixo quando comparada a fontes térmicas de energia, esta comparação não contempla o espectro completo dos impactos ambientais. Projetos hidrelétricos em escala significativa, particularmente situados em biomas sensíveis como o da Amazônia, estão associados a uma série de efeitos colaterais ambientais não capturados pela simples mensuração de GEE.

Primeiramente, as alterações ecossistêmicas que acompanham a construção de grandes represas são vastas e complexas. Elas incluem a transformação de vastas áreas de floresta em corpos d'água, alterando ciclos hidrológicos e ecossistemas terrestres, e muitas vezes resultam na perda de habitats cruciais para a flora e fauna nativas (ANSAR et al., 2014). Essas mudanças podem ter repercussões cascata, afetando a biodiversidade e os serviços ecossistêmicos que são fundamentais para a regulação do clima e para o sustento das comunidades locais (FEARNSIDE, 2002).

Além disso, os impactos sobre as comunidades locais podem ser profundos. A realocação forçada, a alteração dos modos de vida tradicionais e o acesso restrito a recursos naturais são desafios comuns enfrentados pelas populações atingidas por projetos hidrelétricos. Essas comunidades frequentemente experimentam uma ruptura no seu tecido social e econômico, o que pode levar a um legado de pobreza e desigualdade (MAIA; GUERRA, 2015).

Outro aspecto pertinente é a geração de metano, um GEE potente, que ocorre pela decomposição anaeróbia de material orgânico inundado nos reservatórios (FEARNSIDE,

2011). O impacto climático do metano em termos de aquecimento global é consideravelmente mais alto que o do CO2 no curto prazo, elevando significativamente o perfil de emissões de um projeto hidrelétrico (SAATCHI et al., 2007).

Adicionalmente, a relação entre a operação da usina e o desmatamento nas regiões adjacentes não pode ser ignorada. O desmatamento é frequentemente acelerado por obras de infraestrutura de grande porte, seja pela abertura de novos acessos, seja pelo incentivo ao crescimento populacional e econômico nas áreas adjacentes, que muitas vezes carecem de governança ambiental efetiva (ALENCAR et al., 2004; FEARNSIDE, 2006a). A perda de floresta não só resulta em emissões diretas de GEE devido à queima e decomposição de biomassa, mas também afeta negativamente a capacidade de sequestro de carbono da região, prejudicando o equilíbrio climático global (MALHI et al., 2006).

Portanto, embora a Norte Energia possa contribuir para a diminuição do uso de fontes energéticas de maior intensidade carbonífera, sua contribuição para um modelo de desenvolvimento verdadeiramente sustentável e para a mitigação das mudanças climáticas deve ser vista no contexto de uma avaliação integral de impactos, que considere os efeitos a longo prazo sobre os ecossistemas e as comunidades humanas. Isso inclui não somente a mitigação dos impactos imediatos da construção e operação da usina, mas também a implementação de estratégias de longo alcance para o combate ao desmatamento, para a conservação dos recursos hídricos e para a preservação da biodiversidade na bacia do Xingu.

4.2.1.5 Relatório de Sustentabilidade de 2021

No Relatório de Sustentabilidade de 2021 da Norte Energia, eles abordam suas ações relacionadas ao “combate das mudanças climáticas e redução do desmatamento na região amazônica” (NORTE ENERGIA, 2021, p. 56). Especificamente, mencionam a alocação de recursos para a “implantação e fortalecimento de Unidades de Conservação sob gestão do Instituto Chico Mendes da Biodiversidade – ICMBio” (NORTE ENERGIA, 2021, p.56), detalhando o depósito de “mais de R$ 135 milhões para aplicação Unidades de Conservação federais” (NORTE ENERGIA, 2021; p. 56). Eles também mencionam esforços para a “regularização fundiária, elaboração de planos de manejo e investimentos na infraestrutura dessas áreas protegidas.”

Apesar dessa narrativa em torno de uma série de ações destinadas a combater as mudanças climáticas e reduzir o desmatamento na região amazônica, inclusive em terras indígenas, observa-se um foco na compensação ambiental, como por exemplo, quando ela destaca a disponibilização de recursos ao ICMBio (NORTE ENERIGA, 2021; p. 56). Embora seja

louvável o investimento em UCs, essa abordagem pode ser vista como uma tentativa de compensar os impactos ambientais causados por suas operações, não se responsabilizando pelos danos causados ao meio ambiente, em específico, com relação ao desmatamento. A compensação não pode ser vista como uma solução única para mitigar danos ambientais, pois é preferível que adotem medidas preventivas. No entanto, não é possível observar quais são as medidas preventivas tomadas relacionadas ao desmatamento.

A Norte Energia, em seu relatório de 2021, destaca várias iniciativas de parceria com instituições públicas como a Fundação Nacional do Índio (Funai) e o financiamento de Unidades de Conservação geridas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Essas ações incluem projetos que buscam a valorização cultural e o desenvolvimento de atividades econômicas sustentáveis, tais como a coleta de castanha e o plantio de cacau, além da construção de Unidades de Proteção Territorial (UPTs) e a implementação do Centro de Monitoramento Remoto (CMR). Essas iniciativas são apresentadas como esforços para fortalecer a proteção das terras indígenas. Contudo, apesar desses esforços reportados, a eficácia real na prevenção do desmatamento nas áreas afetadas pela Usina de Belo Monte permanece incerta.

Em contraste com esses esforços relatados, os dados alarmantes divulgados pelo Programa de Monitoramento do Desmatamento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite (Prodes) em 2020 pintam um quadro diferente. Segundo o Prodes, houve um desmatamento significativo de 5,4 mil hectares em terras indígenas como Cachoeira Seca, Apyterewa, Ituna Itatá e Trincheira Bacajá no Pará, durante apenas dois meses (INSITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2020, p. 1).

. Esse dado contrastante sugere que, apesar das iniciativas relatadas pela Norte Energia para a proteção e valorização das terras indígenas, as medidas podem não estar sendo suficientemente eficazes ou amplamente implementadas para conter o avanço do desmatamento nessas áreas críticas. Essa ligação entre os esforços reportados pela empresa e os dados de desmatamento realçados pelo Prodes levanta questões sobre a eficácia das políticas e práticas de sustentabilidade implementadas pela Norte Energia.

A notícia sublinha uma preocupação séria relacionada ao não cumprimento das condicionantes estabelecidas antes do início da construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte em 2011, com especial enfoque no Plano de Proteção Territorial e na regularização fundiária das Terras Indígenas (TIs) na área de influência da usina. O relato aponta que essas obrigações não foram satisfeitas de forma adequada, uma falha crítica, considerando que a concessão da Licença de Operação pela Norte Energia foi realizada em 2015. Este cenário indica um conflito

entre as práticas reportadas de sustentabilidade e as ações reais tomadas pela empresa, levantando questões substanciais sobre a integridade e o cumprimento efetivo das obrigações socioambientais da empresa até o ano de 2020.

Além disso, nota-se uma redução nas menções ao projeto básico ambiental nos relatórios subsequentes, o que pode sugerir uma tentativa de desviar a atenção das falhas no cumprimento das condicionantes iniciais. Essa omissão é problemática, pois o projeto básico ambiental é um componente essencial que detalha as ações necessárias para mitigar os impactos ambientais e sociais de grandes projetos de infraestrutura. A falta de transparência ou de enfâse contínua sobre como essas medidas estão sendo implementadas ou revisadas pode indicar uma falha na responsabilidade ambiental e social da empresa.

De fato, a própria Norte Energia destaca em seu relatório de sustentabilidade de 2021 que entre as obrigações atribuídas à empresa estavam a construção de 11 Unidades de Proteção Territorial (UPTs) em terras indígenas, entretanto 3 UPTs ainda não haviam sido construídas. Se justifica dizendo que o conflito fundiário impediu o andamento das ações, mas que junto a Funai havia obtido avanços, porém não relata quase foram esses avanços. Ou seja, uma condicionante que deveria ter sido atendida ainda em 2011, passados 10 anos não foi concluída.

As notícias contradizem a narrativa otimista e proativa da Norte Energia ao destacar um aumento significativo no desmatamento e uma intensificação das pressões sobre as áreas protegidas. “A bacia do Xingu concentrou as quatro Terras Indígenas mais desmatadas na Amazônia” (ISA, 2020). O Instituto Socioambiental com base em dados do Prodes e Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), ressalta ainda que, no período entre agosto de 2019 e julho de 2020, a APA Triunfo do Xingu liderou o ranking das UCs mais desmatadas no Brasil pelo 12º ano consecutivo, conforme apontado em duas de suas reportagens sobre desmatamento, que também ressalta a falta de um plano de manejo adequado e a ausência de áreas prioritárias para a conservação dentro dessa Unidade de Conservação que agravam ainda mais a situação. “A Área de Proteção Ambiental (APA) Triunfo do Xingu, no Pará, concentrou três quartos de todo o desmatamento, com 9,5 mil hectares de floresta destruídos no período” (ISA, 2020).”

Esses fatos, mais uma vez, contradizem a narrativa otimista apresentada no relatório da Norte Energia, que não fornece uma avaliação adequada das questões relacionadas ao desmatamento e à preservação na APA Triunfo do Xingu.

4.2.2 Água

O desmatamento no Brasil é um dos mais importantes responsáveis pela emissão de gases causadores do efeito estufa que tem efeitos desastrosos à vida, como destaca Marques (2018, p. 148) ao afirmar que o "aumento da escassez hídrica explica-se pela sinergia entre desmatamento e mudanças climáticas". Contudo, estranhamente, esse importante tópico só surgirá rapidamente no relatório de 2021, como se verá aqui ao abordar a questão da água.

4.2.2.1 Relatório de Sustentabilidade de 2017

A construção e operação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte apresentaram impactos significativos sobre os recursos hídricos da região (FEARNSIDE, 2016). Como já ressaltado, a usina foi projetada para aproveitar o potencial hidrelétrico da região, o que a torna um exemplo representativo dos desafios e benefícios associados à geração de energia por meio de recursos hídricos na região amazônica (CASTELLO; MACEDO, 2015b; DOS SANTOS et al., 2018).

A inundação de vastas áreas de terra para a construção do reservatório de Belo Monte resultou em modificações significativas no ambiente fluvial (CASTELLO; MACEDO, 2015b). Essa alteração do curso do rio Xingu e a formação do reservatório levaram a mudanças nos padrões hidrológicos, impactando diretamente as comunidades locais, incluindo os povos indígenas, e a biodiversidade aquática da região (FAINGUELERNT, 2020a). O represamento do rio tem efeitos sobre a qualidade da água, os regimes de inundação e a disponibilidade de recursos hídricos para uso humano e industrial (FAINGUELERNT, 2020a).

A disponibilidade de recursos hídricos, como água doce, é de extrema importância para as comunidades que dependem dessas fontes para suas atividades cotidianas, como a pesca, a agricultura e o transporte. As mudanças nos padrões de fluxo de água e a qualidade da água podem afetar negativamente a subsistência dessas comunidades, bem como suas práticas culturais e modos de vida tradicionais (ATKINS, 2020)

A construção da barragem de Belo Monte e a formação do seu reservatório geraram impactos ambientais, como a erosão das margens dos rios e a sedimentação, que por sua vez afetam os ecossistemas aquáticos da região (AGOSTINHO et al., 2016; CAMARGO; GIARRIZZO; ISAAC, 2015a; LIMA et al., 2015b; PELICICE; POMPEU; AGOSTINHO, 2014).

A gestão responsável dos recursos hídricos é, portanto, uma preocupação central em empreendimentos que envolvem a geração de energia, especialmente quando esses projetos estão situados em áreas sensíveis do ponto de vista ambiental e social, como é o caso da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, localizada na região amazônica do Brasil. A gestão da água é um componente crítico da responsabilidade ambiental das empresas e deve ser abordada com

profundidade e transparência em relatórios de sustentabilidade (OLIVEIRA MOTA; MAZZA; DE OLIVEIRA, 2012; WONG, 2014).

Associado às questões específicas à usina levantadas aqui até o momento, deve-se destacar que a importância da água para a vida se encontra presente em discursos vindos de longa data. No ano 80 d. C. já havia sido publicada uma lei romana buscando proteger a água em períodos de seca (BURSZTYN; PERSEGONA, 2008).

Essa preocupação surge timidamente no relatório da empresa, quando no intuito de assegurar a "manutenção da vida, da fauna, da ictiofauna, da flora e das comunidades ribeirinhas ao longo do rio Xingu" (NORTE ENERGIA, 2017; p. 54), a Norte Energia relata a implementação de um programa contínuo de monitoramento da qualidade da água (NORTE ENERGIA, 2017).

A relação entre as florestas e os rios já era bem difundida na França no final do século XVIII por meio da teoria do dessecamento, cuja ideia básica, defendida inclusive por José Bonifácio, é que a derrubada das árvores afetaria o ciclo hidrológico, fazendo com que as chuvas escasseassem e não alimentassem os corpos d'água existentes (PÁDUA, 2002b).. Contudo, conforme evidenciado no tópico sobre desmatamento, essa ligação não é explorada.

Percebe-se assim que, ao analisar o relatório de sustentabilidade de 2017, uma série de limitações em relação à abordagem da gestão da água torna-se evidente. A seção 5.3, dedicada à Gestão da Água, dentro do capítulo quinto de Gestão Ambiental, revela uma falta de profundidade na análise dessa questão crucial.

A preocupação com a qualidade da água vem de longa data também já discutido no livro Primavera Silenciosa é um dos mais importantes documentos ambientalistas já escritos, segundo Visser (2012, p. 23), ele é considerado como "o livro que deu origem ao movimento ambientalista moderno". Nesta publicação de 1962, sua autora Rachel Carson, já demonstrava preocupação com a preservação dos recursos hídricos, uma vez que produtos químicos perigosíssimos se misturavam com a água de rios e lagos, o que a levava afirmar que "um dos aspectos mais alarmantes (...) é o fato de – em rios, lagos ou reservatórios, ou até mesmo nos copos de água servidos à sua mesa de jantar – estarem misturadas substâncias químicas que nenhum químico responsável pensaria em combinar em seu laboratório" (CARSON, 2010b, p. 51).

O relatório destaca a coleta de "57.628 amostras de água superficial para a análise de parâmetros físico-químicos e bacteriológicos" (NORTE ENERGIA, 2017; p. 54), abrangendo áreas que se estendem desde à montante do Reservatório Xingu até a jusante de Belo Monte, no rio e reservatório Xingu, bem como o Canal de Derivação e o Reservatório Intermediário

(NORTE ENERGIA, 2017). Além disso, o relatório menciona a realização de “4.135 medições dos níveis de água subterrânea em poços e cacimbas em 101 pontos distintos”, juntamente com “1.210 coletas de amostras para monitoramento da qualidade da água subterrânea” (NORTE ENERGIA, 2017; p. 54). A magnitude da coleta de dados sugere um compromisso sólido em relação à proteção ambiental. No entanto, ao analisar essas informações, algumas questões críticas merecem destaque.

Primeiramente, a extensiva coleta de amostras e medições, embora impressionante em números, demanda uma avaliação criteriosa da qualidade desses dados, o que não fica demonstrado no relatório como foi realizado esse tratamento. A densidade e a localização das amostras, juntamente com a frequência das medições, são cruciais para a representatividade e precisão do monitoramento. Nesse contexto, a falta de detalhes sobre a estratégia de amostragem e a justificativa para as localidades específicas amostradas levanta preocupações quanto à adequação do programa de monitoramento.

A descrição dos parâmetros avaliados como sendo "físico-químicos e bacteriológicos" (NORTE ENERGIA, 2017; p.53) é ampla, carecendo de uma análise mais aprofundada. A qualidade da água é influenciada por diversos fatores, incluindo poluentes específicos, metais pesados e substâncias químicas nocivas. A falta de especificidade em relação aos parâmetros analisados gera incertezas quanto à abrangência do monitoramento.

O relatório oferece informações sobre a coleta de dados, mas não fornece uma narrativa detalhada sobre a interpretação e as ações tomadas com base nos resultados. O sucesso de um programa de monitoramento depende não apenas da coleta de informações, mas também de sua transformação em ações práticas para mitigar impactos ambientais. A falta de clareza quanto ao uso dos dados coletados levanta dúvidas sobre a eficácia do programa de monitoramento.

Ademais, a transparência na divulgação de resultados e a prestação de contas a órgãos reguladores e à sociedade são componentes fundamentais da gestão ambiental responsável em grandes empreendimentos. A omissão de informações detalhadas sobre os resultados e a falta de informações sobre ações de mitigação ou correção baseadas nesses resultados prejudicam a confiabilidade do programa de monitoramento de qualidade da água.

O relatório de sustentabilidade de 2017 da Norte Energia revela uma abordagem que, embora extensivamente mencione a água, concentra-se primordialmente em sistemas de canalização destinados ao abastecimento populacional. O relatório detalha iniciativas de implementação de infraestrutura de água e saneamento, tais como "a construção de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário” (NORTE ENERGIA, 2017; p.38) para diversas comunidades. A Norte Energia ressalta que na cidade de Altamira “foram instalados 220

quilômetros de rede de esgoto e 170 quilômetros de rede de água potável, com oito reservatórios" (NORTE ENERGIA, 2017; p. 38). Na cidade de Vitória do Xingu, a empresa "concluiu a implantação de 29 quilômetros de rede de esgoto, além de 12 quilômetros de rede de drenagem de águas pluviais e 12,8 quilômetros de rede de água" (NORTE ENERGIA, 2017; p. 38). Essa ênfase em sistemas canalizados é essencial para o bem-estar humano, mas ao mesmo tempo, reflete uma omissão significativa de uma análise profunda sobre os impactos ambientais mais amplos associados ao manancial natural.

Esta omissão pode ser interpretada como um afastamento estratégico do reconhecimento dos impactos desestabilizadores que a construção da usina de Belo Monte exerce sobre os recursos hídricos da região. O relatório, ao evitar uma discussão aprofundada sobre como a usina altera o ecossistema aquático, especialmente em termos de qualidade da água e biodiversidade, parece minimizar a percepção de quaisquer consequências negativas associadas à sua operação. Por exemplo, apesar de mencionar atividades como "o monitoramento da conservação da qualidade da água do rio Xingu" (NORTE ENERGIA, 2017; p. 54), falta no documento uma exposição detalhada dos resultados destas análises e de suas implicações para a vida aquática e as comunidades ribeirinhas.

Focar predominantemente nos aspectos positivos das intervenções de infraestrutura sem discutir os efeitos ambientais diretos da operação da hidrelétrica configura uma narrativa que favorece a imagem corporativa da empresa como promotora do desenvolvimento regional. Essa estratégia discursiva pode ser vista como uma tentativa de controlar a narrativa pública para mitigar preocupações ambientais, um aspecto que pode ser considerado uma prática de 'greenwashing'. Este controle narrativo alinha-se com os achados de Maia e Guerra (2015), que discute o discurso em torno das populações locais e dos projetos hidrelétricos, destacando a tendência de apresentar tais iniciativas como pacificadoras de conflitos e promotoras do progresso, ao mesmo tempo em que desconsideram a expropriação de pessoas e a exacerbação de problemas sociais. injustiças. Além disso, Fearnside (2002) aponta problemas genéricos no processo de licenciamento, incluindo a tendência das empresas de consultoria produzirem relatórios favoráveis e a incapacidade de considerar a cadeia de eventos desencadeada por um projeto, refletindo o potencial de manipulação narrativa para minimizar os impactos negativos.

4.2.2.2 Relatório de Sustentabilidade de 2018

Como foi observado, o relatório de 2017 focou nas melhorias de infraestrutura para abastecimento de água e tratamento de esgoto. Embora essas iniciativas sejam apresentadas como esforços para melhorar a qualidade de vida das comunidades locais, falta uma conexão

clara entre estas ações e uma estratégia integrada para a gestão dos recursos hídricos da região. Além disso, a monitorização da qualidade da água do rio Xingu é mencionada, mas sem detalhes sobre os resultados ou sobre como esses dados influenciam as operações e práticas da empresa. Isso sugere, como ressaltado na seção anterior, uma falta de transparência ou de medidas efetivas baseadas nos dados coletados.

Em 2018, as descrições das iniciativas, especialmente no que se refere ao abastecimento de água e ao tratamento de esgoto, são praticamente idênticas, com apenas algumas atualizações nos números relacionados ao progresso das atividades. Em ambos os relatórios, a empresa se concentra em destacar as melhorias de infraestrutura como forma de demonstrar seu compromisso com as comunidades locais e a gestão ambiental. No entanto, a essência do discurso e a estrutura das informações permanecem as mesmas, indicando uma abordagem padronizada na comunicação de suas ações.

As variações observadas estão, portanto, mais nos detalhes quantitativos, como o aumento de quilômetros de redes de distribuição de água e o acréscimo de estações de tratamento, do que em qualquer mudança significativa na estratégia ou na profundidade da análise dos impactos ambientais.

Capítulo 5 – Recursos Hídricos	2017	2018
Seção 5.3 – Qualidade da Água	Desde o início das obras, foram coletadas **57.628** amostras de água superficial para análise dos parâmetros físico-químicos e bacteriológicos, desde à montante do Reservatório Xingu, até a jusante de Belo Monte, no rio e reservatório Xingu, assim como o Canal de Derivação e o Reservatório Intermediário. Além disso, do total de amostras, **1.395** foram coletadas nos igarapés de Altamira. Desde 2012, foram realizadas **4.135** medições de níveis de água subterrânea em poços e cacimbas em **101** pontos diferentes. Também, foram realizadas **1.210** coletas de amostras para monitoramento da qualidade da água subterrânea.	Desde o início das obras, foram coletadas **60.468** amostras de água superficial para análise dos parâmetros físico-químicos e bacteriológicos, desde a montante do Reservatório Xingu, até a jusante de Belo Monte, no rio e Reservatório Xingu, assim como o Canal de Derivação e o Reservatório Intermediário. Além disso, do total de amostras, **1.971** foram coletadas nos igarapés de Altamira. Desde 2012, foram realizadas **5.615** medições de níveis de água subterrânea em poços e cacimbas em **101** pontos diferentes. Também foram realizadas **1.430** coletas de amostras para monitoramento da qualidade da água subterrânea.
Seção 4.1.3 – Saneamento básico	Segundo informações do 39º Relatório sobre Ligações Domiciliares às Redes de Água e Esgoto de Altamira (janeiro/2018), foram concluídas **28.495** ligações, sendo **13.956** ligações à rede coletora de esgoto e 14.539 ligações à rede de abastecimento de água.	Segundo informações do 15º Relatório Consolidado enviado ao IBAMA sobre Ligações Domiciliares às Redes de Água e Esgoto de Altamira (janeiro/2018), foram concluídas **31.993** ligações, sendo **15.809** ligações à rede coletora de esgoto e 16.184 ligações à rede de abastecimento de água.
	Com foco na promoção do bem-estar social, a Norte Energia já contratou R$ 308,66 milhões em projetos de saneamento básico nos municípios da AID da UHE Belo Monte.	Com foco na promoção do bem-estar social, a Norte Energia já contratou R$ 358 milhões em projetos de saneamento básico nos municípios da AID da UHE Belo Monte.

	Belo Monte - a Norte Energia concluiu 220 metros da rede de drenagem pluvial e 2,3 quilômetros da rede de esgoto sanitário do distrito	Belo Monte: a Norte Energia concluiu 220 metros da rede de drenagem pluvial e 2,3 quilômetros da rede de esgoto sanitário do distrito

A falta de mudança significativa na escrita e na estrutura dos relatórios de sustentabilidade da Norte Energia, especialmente no que diz respeito à gestão da água, contrasta profundamente com a complexidade e a dinâmica dos recursos hídricos na região amazônica. A Amazônia, conhecida por abrigar o maior sistema fluvial do mundo, é um ecossistema rico e vital para a biodiversidade global, o clima e os recursos hídricos (FEARNSIDE et al., 1995; MORÁN et al., 1994; NOGUEIRA et al., 2005; SERRÃO et al., 1990).

De fato, a Amazônia desempenha um papel crucial na circulação atmosférica global, no equilíbrio hídrico e nos ciclos biogeoquímicos (MAEDA et al., 2015) (Maeda et al., 2015). Eventos hidroclimáticos extremos na região, como secas e inundações sazonais, impactam significativamente os padrões espaciais e sazonais de água doce, a dinâmica ecológica, o fluxo de carbono para a atmosfera, a descarga de água nos rios e a inundação sazonal das planícies de inundação (MARENGO; ESPINOZA, 2015). A bacia amazônica é um dos maiores componentes dos ciclos globais de carbono e hidrológico, sendo uma fonte natural significativa de metano e abrigando uma biodiversidade notável (BENDLE et al., 2010).

Além disso, a precipitação na região amazônica desempenha um papel crucial no ciclo hidrológico local e nos ecossistemas, impactando o sistema climático global ao mediar a teleconexão entre os oceanos Pacífico e Atlântico (WANG et al., 2018). A Amazônia é um importante sumidouro natural de ozônio e desempenha um papel vital na química troposférica global (SHUKLA; NOBRE; SELLERS, 1990).

Os relatórios da Norte Energia, ao manterem uma abordagem padronizada e uma estrutura repetitiva, não refletem adequadamente a urgência e a complexidade dos desafios associados à gestão dos recursos hídricos na Amazônia. A repetição de metas e a falta de inovação nas estratégias reportadas contrastam com a necessidade de adaptação contínua e de respostas ágeis aos problemas emergentes que caracterizam a gestão ambiental na região. Por exemplo, dado o papel crítico da Amazônia no sistema hidrológico global, seria esperado que os relatórios detalhassem inovações ou ajustes nas práticas de gestão hídrica em resposta às alterações observadas nos padrões de precipitação e fluxo de água. A proteção das espécies aquáticas e a manutenção dos habitats naturais requerem esforços de conservação e monitoramento adaptativos que devem evoluir com o aumento das ameaças ambientais, algo que a estagnação na narrativa dos relatórios não se preocupa em abordar.

A falta de evolução significativa na abordagem dos relatórios sobre a água sugere uma desconexão entre a estratégia de comunicação da empresa e as realidades ambientais complexas e em rápida mudança da região amazônica. Esta lacuna entre a narrativa reportada e os desafios ambientais reais pode impactar negativamente a percepção da eficácia das iniciativas de sustentabilidade da Norte Energia e questiona se a empresa está verdadeiramente engajada com as melhores práticas de gestão ambiental e responsabilidade socioambiental.

4.2.2.3 Relatório de Sustentabilidade de 2019

No relatório de 2019, a abordagem e a escrita permanecem muito semelhantes, seguindo um padrão que parece focar principalmente em comunicar os avanços numéricos e o cumprimento de metas específicas. A abordagem predominantemente quantitativa e focada no cumprimento de metas é evidente em várias passagens, como a seção que descreve as ações da empresa em prol dos sistemas de saneamento.

Uma dessas passagens a Norte Energia enfatiza que na cidade de Altamira "foram instalados 213 quilômetros de rede de esgoto e 189 quilômetros de rede de água potável" (NORTE ENERGIA, 2019; p. 33). Na mesma seção, referindo-se a cidade de Vitória do Xingu, diz sobre "a implantação de 29 quilômetros de rede de esgoto, além de 12 quilômetros de rede de drenagem de águas pluviais e 12,8 quilômetros de rede de água" (NORTE ENERGIA, 2019; p. 33). Esta passagem ressalta um avanço numérico específico em termos de infraestrutura de esgoto. No entanto, a seção carece de uma análise mais crítica sobre como essas melhorias afetam os ecossistemas locais, especialmente considerando as complexas inter-relações entre saneamento e o equilíbrio hídrico da região.

Além disso, há uma ênfase similar nos números e metas em outras seções do relatório. Enquanto esses dados ajudam a quantificar o progresso e demonstrar os investimentos feitos, eles não são acompanhados de uma narrativa mais ampla que explore os impactos reais e os desafios enfrentados, o que seria crucial para fornecer um entendimento mais completo das ações socioambientais da empresa.

Embora o documento apresente algumas melhorias e investimentos contínuos na infraestrutura de água e saneamento, não há uma mudança substancial na narrativa ou na abordagem para fornecer um entendimento mais completo dos impactos ecológicos da hidrelétrica.

Assim como no ano anterior, a estrutura do relatório enfatiza os programas de proteção territorial, monitoramento e regularização fundiária, que são importantes, mas ainda insuficientes para lidar com a complexidade dos impactos ambientais na região (NORTE

ENERGIA, 2019). A narrativa continua a repetir objetivos padronizados, e os esforços para garantir a transparência e o envolvimento comunitário não parecem acompanhar o ritmo das mudanças necessárias. A falta de diferenciação entre os relatórios sugere que a empresa pode estar buscando manter uma imagem pública consistente, mas isso levanta dúvidas sobre o compromisso genuíno com a responsabilidade socioambiental.

Enquanto os números são atualizados anualmente, como pode ser observado no quadro abaixo, os relatórios não oferecem uma análise crítica de como esses dados influenciam as operações ou de como as práticas da empresa afetam a qualidade da água. A classificação do rio Xingu como um corpo de água de Classe 2 é mencionada no relatório de 2019, mas faltam explicações detalhadas sobre os possíveis impactos das operações da usina sobre a biodiversidade, a ictiofauna e a comunidade ribeirinha.

2017	2018	2019
Desde o início das obras, foram coletadas **57.628** amostras de água superficial para análise dos parâmetros físico-químicos e bacteriológicos, desde à montante do Reservatório Xingu, até a jusante de Belo Monte, no rio e reservatório Xingu, assim como o Canal de Derivação e o Reservatório Intermediário. Além disso, do total de amostras, **1.395** foram coletadas nos igarapés de Altamira. Desde 2012, foram realizadas **4.135** medições de níveis de água subterrânea em poços e cacimbas em **101** pontos diferentes. Também, foram realizadas **1.210** coletas de amostras para monitoramento da qualidade da água subterrânea.	Desde o início das obras, foram coletadas **60.468** amostras de água superficial para análise dos parâmetros físico-químicos e bacteriológicos, desde a montante do Reservatório Xingu, até a jusante de Belo Monte, no rio e Reservatório Xingu, assim como o Canal de Derivação e o Reservatório Intermediário. Além disso, do total de amostras, **1.971** foram coletadas nos igarapés de Altamira. Desde 2012, foram realizadas **5.615** medições de níveis de água subterrânea em poços e cacimbas em **101** pontos diferentes. Também foram realizadas **1.430** coletas de amostras para monitoramento da qualidade da água subterrânea.	Desde o início das obras, foram coletadas **65.414** amostras de água superficial para análise dos parâmetros físico-químicos e bacteriológicos, desde à montante do Reservatório Xingu, até a jusante de Belo Monte, no rio e Reservatório Xingu, assim como o Canal de Derivação, o Reservatório Intermediário **e rio Bacajá**. Além disso, do total de amostras, **2.454** foram coletadas nos igarapés de Altamira. Desde 2012, foram realizadas **7.135** medições de níveis de água subterrânea em poços e cacimbas em 101 pontos diferentes. Também, foram realizadas **1.690** coletas de amostras para monitoramento da qualidade da água subterrânea. O rio Xingu mantém sua classificação como um corpo de água de Classe 2, antes, durante e após o enchimento dos reservatórios, podendo ser utilizado para os seus devidos usos segundo a classificação do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA 357/2005**)**

Castello e Macedo (2015b) discutem a degradação em larga escala dos ecossistemas de água doce da Amazônia, que é um exemplo claro das consequências negativas da gestão inadequada da água. Destacam a perturbação da conectividade nestes ecossistemas devido a

atividades como a construção de barragens, a mineração, as alterações na cobertura do solo e as alterações climáticas. Esta investigação fornece provas dos efeitos prejudiciais da má gestão da água nos ecossistemas de água doce, enfatizando a necessidade de progresso e compromisso com a sustentabilidade nesta área.

Outra referência relevante é o artigo de Latrubesse et al. (2017), que enfoca o represamento de rios na bacia amazônica. Os autores sugerem inovações institucionais para avaliar e evitar o provável empobrecimento dos rios amazônicos causado pela construção de barragens. Esta investigação destaca a importância de considerar os impactos a longo prazo das decisões de gestão da água e a necessidade de abordagens sustentáveis para evitar danos irreversíveis aos ecossistemas.

4.2.2.4 Relatório de Sustentabilidade de 2020

A hidrografia de um local, como o caso específico de Belo Monte, é fundamental para compreender a distribuição e o comportamento da água em uma determinada região. No entanto, a construção de grandes represas, como as hidrelétricas, pode ter impactos significativos no ecossistema aquático e na biodiversidade local. Estudos indicam que a construção de grandes represas pode atuar como barreiras e afetar a migração de peixes neotropicais (PELICICE; POMPEU; AGOSTINHO, 2014). Além disso, a construção de barragens geralmente ocorre em locais onde há potencial para geração de energia hidrelétrica, como em regiões com corredeiras e cachoeiras (WINEMILLER et al., 2016b).

A gestão dos recursos hídricos e a conservação dos ecossistemas aquáticos na região da Amazônia são desafios complexos, especialmente devido à falta de políticas consistentes e à falta de consideração dos efeitos cumulativos e da conectividade hidrológica dos ecossistemas de água doce (CASTELLO; MACEDO, 2015a). A construção de grandes represas, como a hidrelétrica de Belo Monte, pode ter impactos na diversidade de peixes em rios neotropicais, com respostas ecológicas distintas relacionadas às características ambientais dos habitats transformados (LIMA et al., 2015a).

Além disso, a construção de grandes represas pode influenciar a dinâmica populacional de espécies de peixes, com altas taxas de renovação dos estoques e indicativos de alta produtividade para a pesca, mas também com o risco de sobrepesca (CAMARGO; GIARRIZZO; ISAAC, 2015b). Estudos sobre o impacto de grandes represas em áreas como o controle da malária destacam a relação entre projetos de irrigação e o aumento de doenças, como a malária, em determinadas regiões (KEISER et al., 2005).

A comunicação da responsabilidade social corporativa (RSC) e a transparência nas ações das empresas são aspectos importantes a considerar, especialmente em projetos de grande escala como as hidrelétricas. A divulgação das práticas de RSC por parte das empresas pode influenciar sua reputação e a percepção de suas ações pela sociedade (BRANCO; DELGADO, 2012). Além disso, a relação entre gastos políticos, desempenho ambiental e divulgação ambiental também é um aspecto relevante a considerar na análise de projetos como a construção de grandes represas (CHO; PATTEN; ROBERTS, 2006).

Um dos assuntos mais polêmicos que envolveram os órgãos regulamentadores ambientais e os povos indígenas, foi o Hidrograma de Consenso, a principal medida de mitigação proposta pela empresa para os impactos causados pela redução de vazão da água na Volta Grande. Dentre os relatórios analisados, pela primeira vez o assunto foi tratado pela

empresa. O Hidrograma de Consenso refere-se ao regime operacional da usina, especificando como o fluxo de água do rio será controlado ao longo do ano para otimizar a geração de energia (FLEYRY; ALMEIDA, 2013).

A Norte Energia ressalta em seu relatório que a revisão do projeto de Belo Monte para incluir dois reservatórios interligados por um Canal de Derivação, resultando em um Trecho de Vazão Reduzida (TVR) de aproximadamente 100 km do rio Xingu, tem implicações significativas em relação à integridade das áreas indígenas e à conservação das condições ecológicas e dos modos de vida na Volta Grande do Xingu (NORTE ENERGIA, 2020). Além disso, a empresa destaca por meio de uma tabela as vazões médias a serem liberadas para o TVR, "os hidrogramas A e B foram construídos a partir de estudos hidráulicos criteriosos, baseados nas vazões históricas do rio Xingu anotadas desde 1931" (NORTE ENERGIA, 2020; p. 94).

Com o barramento definitivo do rio em 2015, a quantidade, velocidade e nível da água na região não derivam mais do fluxo natural do Xingu, mas dependem do controle da Norte Energia. Por meio do chamado Hidrograma de Consenso, a empresa controla o volume de água que passará pelas comportas da usina, descendo pela Volta Grande do Xingu (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2018b). A notícia aponta que a medida de mitigação deveria começar a ser implementada no ano de 2019, quando foi inaugurada a última das turbinas da hidrelétrica. Além disso, destacou o papel do Ibama que estabeleceu um rigoroso plano de monitoramento dos impactos derivados do controle de vazão prevista no Hidrograma durante seis anos, de 2019 a 2025 (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2018b).

Apesar de ser um assunto de extrema importância tanto para as comunidades ribeirinhas e indígenas quanto para a própria empresa, observou-se que no relatório de sustentabilidade de 2019, o hidrograma de consenso não foi mencionado diretamente. Assim, tentou-se observar como foi tratado o assunto vazão do Rio Xingu. O excerto do relatório em que trata de alguma medida com relação a vazão do rio diz:

Para diminuir o impacto ambiental e socioeconômico decorrente da inundação, a Norte Energia tomou uma série de medidas preconizadas no Projeto Básico Ambiental (PBA). Durante toda sua operação, a Empresa "seguirá a exigência da Agência Nacional de Águas (ANA) de manter uma vazão mínima da hidrelétrica no rio Xingu, como garantia da manutenção da qualidade da água e a navegabilidade no trecho conhecido como Volta Grande do Xingu" (NORTE ENERGIA, 2019b, p. 24).

Observe que faltam de detalhes sobre as medidas adotadas: O excerto menciona que a empresa tomou "uma série de medidas preconizadas no Projeto Básico Ambiental (PBA)" para diminuir os impactos, mas não oferece detalhes sobre quais medidas específicas foram tomadas. Isso implica em poucas informações ao usuário da informação sobre a eficácia das ações com relação a estas medidas mitigatórias.

Além disso, observa-se uma ênfase na conformidade regulatória ao destacar que a empresa seguirá as exigências da Agência Nacional de Águas (ANA) para manter uma vazão mínima da hidrelétrica no rio Xingu. Embora seja importante cumprir as regulamentações, a ênfase nesse aspecto pode ser vista como uma tentativa de demonstrar legitimação de suas ações, sem, no entanto, abordar completamente os impactos ambientais e sociais.

Como mencionado anteriormente, o excerto não faz menção ao "hidrograma de consenso", A omissão deste plano pode ser vista como uma falta de transparência sobre as medidas adotadas para minimizar os impactos da usina. Além disso, essa omissão é significativa, visto que o hidrograma de consenso foi desenvolvido em consulta com várias partes interessadas, incluindo órgãos governamentais, comunidades locais e organizações ambientais, e é parte integral do compromisso de minimizar os impactos ambientais da usina.

A introdução de uma seção de vazão reduzida dessa magnitude pode ter efeitos profundos no fluxo de água do Rio Xingu, levando a impactos significativos nos ecossistemas aquáticos e terrestres da região (LATRUBESSE et al., 2017b). Estas mudanças no regime de fluxo podem afetar diretamente a biodiversidade, incluindo a flora, a fauna e as populações de peixes da área (CAMARGO; GIARRIZZO; ISAAC, 2015a; LATRUBESSE et al., 2017b). Além disso, é crucial considerar os impactos nos meios de subsistência das comunidades indígenas e ribeirinhas que dependem do rio para as suas atividades diárias, como a pesca e o transporte (FEARNSIDE, 2006b).

O relatório de sustentabilidade destaca a anuência de órgãos reguladores e fiscalizadores em uma tentativa de legitimar o processo de licenciamento e funcionamento da usina: “Após a anuência do Ibama e da ANA, o referido Hidrograma passou a fazer parte da Licença Prévia da Usina, emitida em fevereiro de 2010, sendo mantido nas licenças ambientais de Instalação e de Operação do empreendimento.” (NORTE ENERGIA, 2020; p. 95).

Apesar disso, as contradições com órgãos reguladores sempre foram uma realidade do empreendimento, tanto que em 6 de abril de 2017, a Licença de Operação (LO) foi suspensa devido ao descumprimento de Condicionantes Socioambientais de saneamento básico (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2017d). Já em 20 de setembro de 2017 a Licença de

Instalação (LI) da hidrelétrica foi suspensa devido ao descumprimento da ordem judicial de adaptação dos projetos de reassentamento feitos pela Norte Energia S.A., (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2017e). Em novembro de 2018 a Justiça Federal em Altamira multou a Norte Energia e a União no valor de R$ 900 mil por causa de atrasos consideráveis em medidas para reforçar a Funai e pela verificação do descumprimento das condicionantes relacionadas aos povos indígenas (MPF, 2018).

Organizado de modo a levar diversidade de olhares institucionais, científicos e das comunidades que sofreram os impactos diretos da usina, em fevereiro de 2019 o Ministério Público Federal (MPF) realizou uma inspeção in loco do empreendimento por meio de uma vistoria interinstitucional reunindo 60 pessoas representando órgãos públicos, sociedade civil e órgãos da justiça. A vistoria teve objetivo a verificação "das obrigações estatais e das ações previstas como condição para garantia da vida no Trecho de Vazão Reduzida do rio Xingu, bem como para verificar os aspectos naturais e socioambientais merecedores da mais alta proteção na região" (MPF, 2019, p. 9). As constatações do relatório apontaram a necessidade de intervenção imediata (MPF, 2019).

> "Como forma de ruptura de um processo de esvaziamento populacional da Volta Grande do Xingu, por ausência de condições ambientais, sociais e econômicas para reprodução da vida. E como forma de garantir que a implementação do hidrograma previsto para o chamado Trecho de Vazão Reduzida não gere danos irreparáveis ao meio ambiente natural e socioambiental." (MPF, 2019, p. 9)

O relatório da vistoria ressalta ainda a narrativa repetida por todos os moradores, sobre o visível emagrecimento das espécies aquáticas, enquanto os pronunciamentos da Norte Energia não alertavam para a problemática da situação (MPF, 2019).

> "Ao contrário, há mais de um ano e meio sem divulgar relatórios semestrais sobre os impactos do fechamento do rio sobre os indígenas, o que se verifica é um círculo vicioso em que a concessionária Norte Energia afirma não haver transformações significativas na região, nega ação mitigatória e segue livremente com sua intervenção no rio Xingu e na vida das comunidades, hoje desmanteladas." (MPF, 2019, p. 10)

O relatório é enfático nas análises das observações realizadas ao afirmar que "o que se observa no local é que a vida na região da Volta Grande do Xingu está sendo sacrificada, e essas comunidades estão sendo submetidas a testes extremos de resistência" (MPF, 2019). Além disso, destacam o testemunho de mudanças drásticas no ambiente natural de Pescadores, habitantes ribeirinhos, e os povos indígenas Arara, Xipaya e Yudjá, que são conhecidos como o "povo das águas" devido à sua ligação profunda com o rio Xingu (MPF, 2019).

> "Eles permanecem na área, sentindo-se inseguros, sem acesso à comunicação, navegação limitada, estradas inadequadas, falta de fontes de renda para compensar a perda de suas atividades tradicionais, ausência de suporte para o transporte de seus produtos e a falta de políticas públicas que deveriam ter sido implementadas antes da construção da barragem no Xingu. Isso inclui obras de saneamento e o fortalecimento dos serviços de saúde e educação." (MPF, 2019; p. 11).

Nos dias 30 e 31 de maio de 2019, o Ministério Público Federal (MPF) realizou o simpósio técnico "Hidrograma de Acordo para a Usina Hidrelétrica de Belo Monte" nas instalações da Procuradoria-Geral da República (PGR). A conferência contou com a participação de representantes do governo, da empresa Norte Energia, membros da comunidade indígena Juruna (Yudjá) e especialistas independentes, que se reuniram para discutir questões abordadas no documento intitulado "Pré-requisitos para preservar o ciclo sazonal de enchentes, proteger o ecossistema aquático e manter o modo de vida das comunidades na região da Volta Grande do Xingu" (ZUANON et al., 2019a). Esse documento foi publicado pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) e baseado em avaliações independentes realizadas pela comunidade Juruna, apontando a inviabilidade da implementação do Hidrograma de Acordo conforme originalmente previsto no processo de licenciamento (ZUANON et al., 2019a).

Em dezembro de 2019, a equipe técnica do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), levando em consideração as considerações dos especialistas independentes e os resultados do monitoramento independente realizado pela comunidade Juruna, emitiu o Parecer Técnico 133/2019 (IBAMA, 2019). Neste documento, concluiu-se que a implementação do Hidrograma A não era viável e, seguindo o princípio da precaução, recomendou que a partir de 2020 fosse adotado um "Hidrograma Provisório" (IBAMA, 2019). Esse novo plano se basearia nas médias mensais de vazão aplicadas entre 2016 e 2018, até que as informações adicionais solicitadas à empresa Norte Energia fossem fornecidas e avaliadas pelo Ibama (IBAMA, 2019).

Apesar das constatações e fatos fundamentados, a empresa Norte Energia em seu relatório de sustentabilidade 2020 emite um discurso raso baseado em números e informações técnicas, não mencionando no relatório a voz dos povos indígenas e populações ribeirinhas atingidas. Esta crítica alinha-se com as conclusões de (Milne et al., 2009), que argumenta que os relatórios de sustentabilidade apresentam frequentemente um discurso pragmático e intermédio sobre os negócios e o ambiente, centrando-se mais nas palavras do que nas ações. Da mesma forma, Landrum & Ohsowski (2017) destacam a necessidade de relatórios de sustentabilidade corporativa para identificar diferentes visões de mundo e perspectivas.

Ademais, há ainda no relatório uma seção dedicada a explicar sobre a qualidade da água nos reservatórios e descartes, “A Norte Energia desenvolve contínuo trabalho de monitoramento da qualidade da água do rio Xingu.” (NORTE ENERGIA, 2020; 96). Para tanto, faz referência ao indicador GRI 303-4 – Descarte da Água, que requer informações sobre o descarte da água e ressalta a importância de ferramentas e metodologias confiáveis e disponíveis ao público para avaliação do estresse hídrico de uma área.

4.2.2.5 Relatório de Sustentabilidade de 2021

No relatório de sustentabilidade de 2021, a Norte Energia apresenta o tema da água e dos recursos hídricos como uma parte essencial de seu “Plano de Gestão de Recursos Hídricos” A empresa ressalta que, “ciente de seu papel como agente de desenvolvimento sustentável na região do rio Xingu” (NORTE ENERGIA, 2021; p. 62), elaborou o plano para monitorar e minimizar eventuais impactos nos recursos hídricos superficiais e subterrâneos, tanto na fase de construção quanto na fase atual de operação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (NORTE ENERGIA, 2021). Assim como em anos anteriores, a repetição de informações é notória quando ressaltam novamente a coleta de mais de 57 mil amostras de água superficial para análise de parâmetros físico-químicos e bacteriológicos, abrangendo o rio Xingu e seus reservatórios, além do Canal de Derivação e os igarapés de Altamira.

A coleta dessas amostras é parte do Programa de Monitoramento da Qualidade da Água Superficial, que busca avaliar e medir mudanças na qualidade da água resultantes das transformações ambientais decorrentes da implantação e operação da usina. O relatório descreve que o programa "fornece subsídios para tomada de decisões e de políticas públicas", sendo uma ferramenta importante na gestão dos recursos hídricos. No entanto, a falta de uma análise crítica sobre a representatividade dos dados e a abrangência dos impactos não permite uma avaliação completa da eficácia das medidas adotadas.

O relatório ainda afirma que o rio Xingu mantém sua classificação como um corpo de água de Classe 2, de acordo com a classificação do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), indicando que pode ser utilizado para seus fins previstos. Contudo, a explicação sobre os critérios dessa classificação não é suficientemente detalhada, deixando de esclarecer ao leitor como esses padrões se traduzem na saúde do ecossistema aquático e na segurança para o uso humano.

Além do monitoramento, a empresa destaca a publicação do livro "Natureza do Xingu – Plantas de Corredeiras", que reúne dez anos de conhecimento acumulado sobre a flora da região do empreendimento. O livro apresenta as plantas da família Podostemaceae, destacando sua importância ecológica para a Amazônia e fornecendo uma visão sobre as relações entre a flora da região e o funcionamento dos ecossistemas aquáticos locais.

No que diz respeito ao consumo de água, o relatório indica que a Norte Energia utiliza os recursos naturais de maneira a não comprometer o meio ambiente e a garantir seu uso pelas gerações futuras. Em 2021, o consumo total de água pela empresa foi de 106,61 megalitros, medidos por hidrômetro e controlados em planilhas. Além disso, a empresa segue os padrões estabelecidos pela Resolução CONAMA nº 430/2011 e pela International Finance Corporation (IFC) para o descarte de efluentes sanitários e industriais.

4.2.3 Biodiversidade

4.2.3.1 Relatório de Sustentabilidade de 2017

A biodiversidade ocupa uma posição central na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas. Tanto entidades governamentais quanto corporativas são incentivadas a implementar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 14 e 15. O ODS 14 visa a “conservação e o uso sustentável dos oceanos, mares e recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável”, enquanto o ODS 15 foca em “proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir florestas de forma sustentável, combater a desertificação, deter e reverter a degradação do solo e deter a perda de biodiversidade”.

A importância da biodiversidade para as comunidades indígenas não pode ser subestimada, particularmente no contexto do projeto da Hidrelétrica de Belo Monte. A biodiversidade da região, incluindo a biodiversidade aquática e a agrobiodiversidade, que “inclui plantas e animais domesticados, elementos bióticos e abióticos do solo e áreas com vegetação natural” (SILVA; LUCAS, 2022; p. 2) desempenha um papel crucial na sustentação dos modos de vida tradicionais dos povos indígenas e comunidades locais (SILVA; LUCAS, 2022; ZUANON et al., 2020). A agrobiodiversidade cultivada pelos ribeirinhos é parte integrante da biodiversidade local e contribui para o sustento e a subsistência dessas comunidades (SILVA; LUCAS, 2022). Além disso, a biodiversidade aquática e a alta produtividade pesqueira na Bacia Amazônica estão intimamente ligadas à dinâmica anual de inundações e extensas áreas inundadas, que são essenciais para a manutenção dos modos de vida indígenas (ZUANON et al., 2020).

Contudo, a construção e operação da Barragem de Belo Monte tiveram impactos negativos significativos sobre a biodiversidade e os ecossistemas da região (ALONSO, 2015; DE MATTOS; DE SOUZA, 2015; SANTOS; SANTOS; ALBUQUERQUE, 2012). Estudos mostram intensificação do desmatamento em terras indígenas após a instalação da barragem, levando à perda de habitats cruciais e de biodiversidade (TURÍBIO; VELOSO; LOBATO, 2022a). Além disso, a barragem perturbou o fluxo natural dos rios, afetando peixes e os meios de subsistência dos pescadores artesanais e das comunidades indígenas (YANG et al., 2011). A vulnerabilidade social destas comunidades também foi agravada pela ocorrência de cheias sazonais e pela futura estabilização dos níveis de água devido à barragem (FRANCO, 2018).

O discurso em torno do projeto da hidrelétrica de Belo Monte tem sido objeto de análise, revelando as formas como os povos indígenas têm sido retratados na mídia. A análise da cobertura jornalística destacou o retrato negativo dos povos indígenas como “invasores” e “de menor capacidade” (PAES; SARMENTO; PONTES, 2021). Este tipo de discurso contribui para a despolitização e repolitização do projeto da barragem, moldando as percepções públicas e potencialmente influenciando as decisões políticas (ATKINS, 2019).

Essa relação, o discurso em torno do projeto da hidrelétrica de Belo Monte e as representações dos povos indígenas na mídia, ganha ainda mais destaque quando observamos a abordagem do tema biodiversidade nos relatórios mencionados. Destaca-se que a palavra "biodiversidade" é mencionada apenas quatro vezes no Relatório de Sustentabilidade de 2017 e a estrutura de divisão de tópicos permanece consistente nos dois anos subsequentes.

O foco principal nas seções dedicadas à Fauna e Flora, Quelônios, Ictiofauna, Flora, Área de Preservação Permanente, Qualidade da Água e Educação Ambiental destaca a relevância ambiental do empreendimento. No entanto, é crucial analisar como esses discursos, apesar da aparente continuidade estrutural, podem ser moldados e influenciados por representações negativas dos povos indígenas na mídia, conforme discutido anteriormente. Essa conexão proporciona uma visão mais completa da dinâmica entre o discurso midiático, as práticas ambientais e a construção da narrativa sustentável em torno do projeto da hidrelétrica de Belo Monte.

A importância da biodiversidade já era reconhecida em Almanaque de um Condado Arenoso, um dos clássicos da literatura ambientalista publicado na década de 1940, ao narrar a influência do ser humano nas terras norte-americanas que reduzia brutalmente a quantidade de espécies da fauna e flora em função da atividade econômica, trazendo prejuízo para seu próprio sustento (LEOPOLD, 2019).

Na subseção Área de Preservação Permanente o termo biodiversidade é utilizado de forma genérica, sem uma definição clara do que exatamente se entende por isso, "a área que está hoje muito fragmentada será restaurada, com a manutenção e a recuperação da biodiversidade original" (NORTE ENERGIA, 2017b, p. 27).

Além disso, o texto não entra detalhes de como será realizada a manutenção e a recuperação da biodiversidade original. A eficácia das medidas de restauração da biodiversidade depende de estratégias sólidas e baseadas em ciência, como a escolha de espécies nativas apropriadas, técnicas de reflorestamento adequadas, monitoramento de longo prazo, entre outros fatores (GANEM, 2011). A falta de detalhes técnicos levanta questões sobre a viabilidade dessas ações. Por exemplo, qual o critério utilizado para a seleção das espécies nativas que serão plantadas? Como será realizado o monitoramento das áreas reflorestadas ao longo do tempo? Quais medidas serão adotadas para proteger as áreas em processo de restauração contra ameaças como incêndios, invasões, extração ilegal de madeira e caça furtiva? Como as comunidades locais serão envolvidas nas ações de restauração? Qual é o orçamento disponível para as ações de manutenção e recuperação da biodiversidade? Entre outros questionamentos que poderiam melhorar a acuraria e transparência das ações.

A preocupação demonstrada na assinatura da Convenção sobre Diversidade Biológica, em função da Rio 92, com o esforço de "recuperar e restaurar ecossistemas degradados" (ONU, 1992, p. 4). aparece no fragmento onde é dito que "o processo de reflorestamento contará com mudas de espécies nativas oriundas da própria região" (NORTE ENERGIA, 2017), embora haja uma grande carência de informações adicionais que ofereçam um maior esclarecimento ao usuário.

Nesse sentido, a notícia publicada pelo Instituto Socioambiental (ISA) em 19 de fevereiro de 2016 relata que as mulheres indígenas dos povos Juruna e Arara da Volta Grande do Xingu bloquearam a entrada de canteiro de obras da hidrelétrica Belo Monte, no Pará, para cobrar indenizações da empresa Norte Energia pelos danos causados pelo enchimento do reservatório (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2016a). A notícia também denuncia que a barragem principal da usina apresenta rachaduras e infiltrações que colocam em risco a segurança dos povos indígenas e ribeirinhos. Os povos Juruna e Arara são os grupos indígenas que vivem mais próximos dos canteiros de obras de Belo Monte (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2016a).

O bloqueio das mulheres indígenas evidencia os impactos negativos de Belo Monte sobre os povos indígenas e ribeirinhos da Volta Grande do Xingu, que dependem do rio para

sua vida e sua identidade, pois as famílias dependem da pesca artesanal e ornamental para a alimentação e geração de renda, como evidencia o Instituto Socioambiental (2016a). A usina alterou o regime hidrológico do rio Xingu e reduziu drasticamente a vazão de água na região, denuncia o Instituto Socioambiental (2016a). Apesar dessa reivindicação em prol da garantia da pesca artesanal e ornamental, a Norte Energia não menciona em relatório de sustentabilidade de 2017 qualquer manifestação da comunidade ribeirinha e indígena, além de não tratar o impacto pela barragem na biodiversidade do Rio Xingú.

Em outro momento relevante evidenciado pela notícia publicada pelo Instituto Socioambiental (ISA) em 5 de agosto de 2016 relata a realização do Encontro de Sementes da Roça, promovido pela Associação Indígena Tapawia, que reuniu cerca de 40 pessoas da etnia Kawaiwete, que vivem no Parque Indígena do Xingu (PIX) (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2016b).

O encontro teve como objetivo fortalecer a cultura e a segurança alimentar dos Kawaiwete, que detêm a maior diversidade de produtos da roça no PIX. “As atividades da roça são essenciais na organização e articulação das comunidades, e seu sistema agrícola, baseado no pousio da capoeira (roça de coivara) e na abertura de novas áreas para o plantio, promove um refinado mecanismo de enriquecimento da biodiversidade.” (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2016b). Os Kawaiwete enfrentam diversos desafios para manter suas roças produtivas, que incluem o confinamento territorial, as mudanças no clima, o desmatamento e a monocultura no entorno do PIX, a perda de umidade da floresta, o aumento do risco de incêndios, o uso intenso de agroquímicos nas lavouras vizinhas, o desaparecimento de espécies animais e vegetais, o aparecimento de novas pragas e a contaminação dos alimentos (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2016b).

Esta última matéria reforça a importância da diversidade cultural, histórica e de tradições dos povos indígenas conforme preconizado pelo artigo 15 da Declaração das Nações Unidas sobre Direitos dos Povos Indígenas de 2007 (ONU, 2007). Arruda (1999) demonstrava, já na década de 1990, a importância da cultura indígena na proteção das florestas e de sua biodiversidade. Apesar da consolidação desta ideia, o relatório da Norte Energia falha em reconhecer esse importante papel dos povos indígenas, apesar de ter um subtópico inteiro intitulado Componente Indígena.

A notícia publicada pelo Instituto Socioambiental (ISA) em 10 de novembro de 2016, já destacada na seção sobre o desmatamento, relata que a Terra Indígena (TI) Cachoeira Seca, localizada na zona de influência da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, foi a mais desmatada no

Brasil e a mais degradada no Estado do Pará em 2016 (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2017f). A própria notícia destaca a riqueza da biodiversidade na região e os grandes impactos causados pelo desmatamento, a invasão de terras, a poluição dos rios e a perda de espécies vegetais. Entretanto, na narrativa construída no relatório de sustentabilidade, a TI Cachoeira Seca não é mencionada bem como qualquer um dos problemas decorrentes das atividades da hidrelétrica nessa região.

4.2.3.2 Relatório de Sustentabilidade de 2018

Conforme destacado na análise anterior, a continuidade na estrutura e na abordagem dos relatórios de sustentabilidade de 2017 e 2018 da empresa Norte Energia revela uma grande similaridade na forma como a biodiversidade é tratada em ambos os documentos. A empresa manteve a organização, número de seções e divisão de tópicos, sugerindo uma abordagem padronizada ao longo desses anos. No entanto, essa uniformidade na estrutura não reflete necessariamente uma abordagem efetiva ou melhorias substanciais nas práticas de preservação da biodiversidade.

Em 2018, assim como em 2017, a Norte Energia destaca os programas de monitoramento e preservação da biodiversidade que foram implementados “no âmbito do Programa de Conservação dos Ecossistemas Terrestres” (NORTE ENERGIA, 2018; p. 47). Diferentemente do ano anterior o relatório destaca “o monitoramento de abelhas, anfíbios, répteis, aves, mamíferos de médio e grande porte e morcegos” (NORTE ENERGIA. 2018; p. 47). Além disso, a empresa aborda suas ações relacionadas ao Programa de Conservação da Ictiofauna, com destaque para "o estudo de rotas migratórias de peixes por biotelemetria” (NORTE ENERGIA, 2018; p.49). A utilização de “metodologias inéditas para monitoramento da ictiofauna em hidrelétricas, como o monitoramento em ambientes de Praias e Pedrais com método BRUV (Baited Remote Underwater Video) e o estudo de Ecologia Trófica utilizando-se avaliação de isótopos estáveis” (NORTE ENERGIA, 2018; p. 49) demonstra um esforço para entender e mitigar possíveis impactos da usina nas espécies aquáticas. Por último, ressaltam que realizam “o monitoramento do STP utilizando cinco metodologias distintas, sendo considerado o monitoramento mais completo do Brasil” (NORTE ENERIGA, 2018; p. 49).

No entanto, notícias e estudos que precedem o ano do relatório já relatavam impactos alarmantes sobre a biodiversidade na região. A notícia da Mongabay de 2016 pinta um quadro diferente, destacando eventos significativos de mortandade de peixes e impactos negativos

sobre as comunidades indígenas locais que não são adequadamente tratados no relatório corporativo: em novembro de 2015, "peixes começaram a morrer presos na Volta Grande. 'Eles não conseguiram sobreviver no ambiente mais quente e com níveis mais baixos de oxigênio na água remanescente', disse Costa" (Mongabay, 2016). Este evento crítico, decorrente do desvio de 80% do fluxo do rio Xingu, não é abordado no relatório. Além disso, a notícia destaca que em “abril de 2016, o Ibama multou a Norte Energia em R$35,3 milhões pela morte de 16,2 milhões de toneladas de peixe” (BRANFORD, 2016).

Essa falta de correspondência entre o que é relatado e a realidade levanta preocupações em relação ao comprometimento efetivo da empresa com a conservação da biodiversidade e a mitigação de impactos ambientais em sua área de atuação. É fundamental que a empresa tenha reconhecimento de que suas estratégias e ações ou, até mesmo sua estratégia de comunicação, estejam contribuindo efetivamente para a preservação da biodiversidade na região. A transparência e ações concretas são cruciais para lidar com as preocupações legítimas relacionadas a esse importante aspecto da sustentabilidade.

Em uma denúncia descaso para com a população atingida, a notícia publicada pelo Instituto Socioambiental (ISA) em 29 de março de 2017 relata que a Norte Energia não compareceu à audiência pública convocada pelo Ministério Público Federal (MPF) para discutir as condições de vida dos indígenas e ribeirinhos na região da Volta Grande do Xingu, área mais impactada pela instalação da usina (INSITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2017). Cerca de 300 pessoas compareceram à audiência, entre indígenas, ribeirinhos, representantes do governo, setor privado e sociedade civil. A ausência da Norte Energia foi criticada pelos participantes, que denunciaram a ineficácia das medidas de mitigação e compensação de impactos à população da região e a inexistência de outras necessárias. A região foi alvo de invasões, grilagem e desmatamento nos últimos anos, o que impactou a biodiversidade, os modos de vida dos povos indígenas e a integridade dos ecossistemas (INSITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2017).

A notícia de 21 de setembro de 2017 publicada pelo Instituto Socioambiental referiu-se à quarta edição da **Canoada Xingu**, uma expedição que percorreu o rio Xingu, no Pará, com o objetivo de documentar a situação dos povos indígenas que vivem às margens do rio. A expedição contou com a participação de 94 pessoas, entre elas, indígenas, pesquisadores e jornalistas (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2017g). A reportagem destaca a importância do rio Xingu para os povos indígenas, sua luta perante os desafios enfrentados por eles diante da exploração predatória do meio ambiente bem como a importância da preservação do Rio

Xingu para a manutenção da biodiversidade na região. Durante a expedição, foram realizadas entrevistas com os moradores locais, que relataram as dificuldades enfrentadas por eles em relação à saúde, educação e saneamento básico (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2017g).

A construção de barragens hidrelétricas na bacia amazônica, conforme destacado no estudo de (LATRUBESSE et al., 2017), representa uma ameaça significativa à biodiversidade da região. Com mais de 100 barragens já instaladas e mais propostas, o impacto na floresta amazónica e nos seus diversos ecossistemas é uma preocupação crescente. As avaliações de impacto ambiental, conforme discutido por Ritter et al. (2017), desempenham um papel crucial na compreensão dos desafios e perspectivas relacionados à avaliação da biodiversidade na região da Amazônia brasileira. Estas avaliações são essenciais para avaliar as consequências potenciais da construção de barragens sobre a rica biodiversidade da área.

Atkins (2017) investiga o enquadramento multidimensional dos projetos de barragens no Brasil, como a barragem de Belo Monte, enfatizando como a sustentabilidade tem sido entrelaçada com estruturas discursivas que promovem as barragens como símbolos de modernização e desenvolvimento. Este enquadramento por coligações pró-barragens influencia a percepção das barragens como essenciais para o progresso e a energia limpa, moldando o discurso em torno destes projetos. No entanto, Forsberg et al. (2017) esclarecem as possíveis consequências de novas barragens na região andina sobre os ecossistemas fluviais da Amazônia, destacando particularmente as preocupações relacionadas à geologia e ao assoreamento. O aumento da procura de energia é uma força motriz por detrás da construção destas novas barragens, levantando alarmes sobre os possíveis efeitos prejudiciais sobre os intrincados ecossistemas da Bacia Amazónica.

Ao confrontar as informações fornecidas nos relatórios com as preocupações externas, torna-se evidente que a uniformidade na apresentação dos documentos não necessariamente reflete a efetividade das medidas adotadas pela Norte Energia. Assim, a análise seguinte, que se debruçará sobre o relatório de sustentabilidade de 2019, buscará identificar possíveis mudanças, melhorias ou lacunas na abordagem da empresa diante das persistentes questões ambientais e sociais. Será crucial examinar se as práticas da Norte Energia evoluíram em resposta às contínuas demandas por transparência, responsabilidade e efetiva preservação da biodiversidade na região do empreendimento.

4.2.3.3 Relatório de Sustentabilidade de 2019

A desconexão entre o que é apresentado nos relatórios de sustentabilidade da Norte Energia e a realidade na região afetada parece evidente, com base nas preocupações persistentes levantadas por organizações como o Instituto Socioambiental (ISA) e as comunidades locais. A uniformidade na estrutura e abordagem dos relatórios de 2017 e 2018, apesar de apontar avanços numéricos e metas cumpridas, pode não fornecer uma imagem completa das ações de conservação e mitigação que a empresa afirma ter implementado.

Essa desconexão é perceptível quando os relatórios enfatizam o progresso quantitativo nas atividades de saneamento e monitoramento da água, mas não incluem uma análise crítica sobre como essas ações afetam a biodiversidade e as comunidades locais. Além disso, as notícias sobre a ausência da Norte Energia em eventos importantes para discutir os impactos da usina e os desafios enfrentados pelas populações locais reforçam a necessidade de avaliar as práticas da empresa e entender melhor as lacunas entre a narrativa corporativa e os desafios ambientais e sociais da região.

Ao analisar o Relatório de Sustentabilidade de 2019, observamos uma manutenção na estrutura e narrativa adotadas nos anos anteriores, como já ressaltado anteriormente. Por exemplo, quando se referem a flora e fauna citam novamente “o resgate de animais e plantas durante a supressão vegetal e enchimento dos reservatórios” (NORTE ENERGIA, 2019; p.45). Quanto ao monitoramento da fauna terrestre, a Norte Energia insiste em repassar a informação de ações acumuladas até o período do relato, quando afirma que “já acumula 16 campanhas de campo até o ano de 2019” (NORTE ENERGIA, 2019; p. 45). Até 2018, eram “14 campanhas de campo” (NORTE ENERGIA, 2018; p. 47). Quando abordam as ações sobre a Ictiofauna, assim como nos relatórios passados enfatizam que realizam “o monitoramento do STP utilizando cinco metodologias distintas, sendo considerado o monitoramento mais completo do Brasil” (NORTE ENERGIA, 2019; 46).

De acordo com o artigo publicado pelo Instituto Socioambiental (ISA) em 20 de junho de 2018, a hidrelétrica de Belo Monte pode ser responsável pelo desaparecimento de espécies de peixes na Volta Grande do Xingu, no Pará (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2018c). O Instituto Socioambiental destaca o artigo publicado na revista Biological Conservation, o qual ressalta que os impactos que podem ser irreversíveis para a biodiversidade na região. (FITZGERALD et al., 2018; INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2018c). Das 63 espécies endêmicas que são conhecidas na Bacia do rio Xingu, 26 só existem nas corredeiras da Volta Grande (FITZGERALD et al., 2018; INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2018c). Em

específico, a notícia destaca o Acari Zebra, peixe que só vive nas corredeiras do Xingú e está ameaçado de extinção, segundo o estudo de Fitzgerald et al. (2018) e destacado pelo ISA.

Nesse sentido, quando se observa no relatório de sustentabilidade de 2019 as ações efetivas relacionadas à ictiofauna, a Norte Energia ressalta que foram realizadas “centenas de ações de resgate e salvamento” (NORTE ENERGIA, 2019; p.46). Entre elas, “o resgate e salvamento da ictiofauna, totalizando mais de 225.000 kg de peixes resgatados e soltos no rio Xingu e seus tributários" (NORTE ENERGIA, 2019; p. 46). Esse número em 2018 totalizava “mais de 218 mil kg de peixes resgatados” (NORTE ENERGIA, 2018; p. 49). Embora tenha ocorrido um aumento no número de peixes resgatados, o relatório de 2019 não demonstra a eficácia a longo prazo dessas ações. O simples resgate e soltura de peixes não necessariamente garantem a sobrevivência ou a reintegração bem-sucedida desses indivíduos em seus habitats, especialmente se as condições do habitat continuarem degradadas ou alteradas pelas atividades da usina.

Com relação às espécies endêmicas, a companhia destaca que “40 espécies de peixes foram identificadas como endêmicas para a bacia do rio Xingu, sendo 6 espécies novas e 16 ainda não descritas” (NORTE ENERIGA, 2019; p. 46). Enquanto em 2018, a Norte Energia informou que “48 espécies de peixes foram identificadas como endêmicas” (NORTE ENERGIA, 2018; p. 49). Essa diminuição pode implicar falhas no monitoramento ou uma reavaliação do que foi considerado endêmico, no entanto, uma justificativa para tal variação não foi evidenciada no relatório.

“São aproximadamente 100 quilômetros de rio com uma riqueza de plantas e animais incalculável, além de ser morada de centenas de famílias ribeirinhas e duas Terras Indígenas” (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2018c, p. 1). A redução do volume de água e a mudança na dinâmica da vazão podem remover um componente chave que mantém a heterogeneidade do sistema, resultando em fluxo insuficiente para a manutenção da diversidade aquática (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2018c). O pacu, espécie de peixe consumida pelos Jurunas, povo que vive na Terra Indígena Paquiçambá, é uma das espécies afetadas pela alteração da vazão. “Ele se alimenta de frutos de caem na água durante o inverno, época de cheia do rio. Com a diminuição do volume de água e a mudança na dinâmica das vazantes, os frutos caem no seco, o que impossibilita a alimentação e a consequente reprodução da espécie” (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2018c, p. 1). O exemplo do pacu ilustra a complexidade dos processos ecológicos envolvidos e seus impactos na biodiversidade.

Por último, vale destacar dessa notícia o monitoramento independente realizado pela Associação Yudja Mïratu da Volta Grande do Xingu, formada no dia 28 de abril de 2013 pelas famílias que vivem na aldeia Mïratu, inclusive os povos Juruna, na região da Volta Grande do Xingu. O monitoramento é realizado em parceria com Universidade Federal do Pará e pelo Instituto Socioambiental e foi feito por meio da coleta de dados mensais sobre as dinâmicas da pesca e o consumo alimentar das famílias da aldeia Miratu (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2018c).

Diretamente relacionado a esse monitoramento, a notícia "Xingu, o rio que pulsa em nós: Juruna denunciam impacto de Belo Monte" apresenta o lançamento do livro Xingu: o rio que pulsa em nós que apresenta os resultados do monitoramento feito pelos Juruna da Terra Indígena Paquiçamba durante quatro anos na Volta Grande do Xingu (PA) (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2018b).

O livro denuncia os impactos da Usina Hidrelétrica (UHE) de Belo Monte sobre o modo de vida dos indígenas e sobre a Volta Grande. Além da disputa pela água para garantir a sua sobrevivência, os Juruna relatam o risco de desaparecimento de espécies de plantas e animais, algumas delas endêmicas da região, e as consequências para a sobrevivência de seu povo (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2018b).

4.2.3.4 Relatório de Sustentabilidade de 2020

Do conjunto de relatórios do corpus, o relatório de sustentabilidade de 2020 foi o primeiro em que passam a considerar a estrutura proposta pelo GRI Standards 2016, o qual entrou em vigor a partir de 01 de julho de 2018 (GRI, 2016). As Normas GRI são organizadas como um conjunto de normas interconectadas. Elas foram concebidas essencialmente para serem utilizadas em conjunto, visando auxiliar as organizações na elaboração de relatórios de sustentabilidade baseados nos princípios de relato, definidos pelo GRI, com ênfase na abordagem dos tópicos materiais (GRI, 2016).

No relatório de 2020, a Norte Energia faz referências aos indicadores utilizados ao longo do discurso bem como a apresentam pela primeira vez o estudo de materialidade para a definição dos temas materiais. Entre os temas, o tema biodiversidade foi definido como o de "relevância para o negócio e para as partes interessadas" (NORTE ENERGIA, 2020; p. 19).

O tema Biodiversidade e Conservação Natural foi tratado pela Norma Temática GRI 304 – Biodiversidade 2016, a qual é subdividida em quatro conteúdos:

- Conteúdo 304-1 Unidades operacionais próprias, arrendadas ou geridas dentro ou nas adjacências de áreas de proteção ambiental e áreas de alto valor de biodiversidade situadas fora de áreas de proteção ambiental
- Conteúdo 304-2 Impactos significativos de atividades, produtos e serviços na biodiversidade
- Conteúdo 304-3 Habitats protegidos ou restaurados
- Conteúdo 304-4 Espécies incluídas na lista vermelha da IUCN e em listas nacionais de conservação com habitats em áreas afetadas por operações da organização

Para além do próprio GRI, os esforços de organizações não-governamentais (ONGs), como o WWF, em estabelecer parcerias com empresas para proteger espécies ameaçadas de extinção, têm aumentado a conscientização corporativa sobre a necessidade de agir contra a extinção de espécies. De forma mais ampla, várias iniciativas recentes têm fornecido estruturas para que as empresas compreendam como incorporar os riscos relacionados à perda de biodiversidade e ao declínio das espécies em seus modelos de negócios e frameworks de relatórios (ATKINS; MAROUN, 2018b).

As estruturas estabelecidas pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas, pelas metas de Aichi da Convenção das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica (CBD) e pela iniciativa do Conselho de Padrões de Contabilidade de Sustentabilidade dos EUA já serviam como como diretrizes para a divulgação corporativa da biodiversidade, destacando o reconhecimento global da biodiversidade. a importância da conservação nos relatórios corporativos (ADLER; MANSI; PANDEY, 2018).

Na subseção “Supressão de vegetação durante as obras”, a empresa inicia o discurso destacando que “O processo de supressão vegetal nas áreas das obras civis e dos reservatórios da UHE Belo Monte foi concluído em 2015.” (NORTE ENERGIA, 2020; p. 96). Para além da questão temporal, a qual já foi analisada, observa-se que o destaque para a conclusão de um processo que foi finalizado quatro anos antes ao ano de referência do relatório, pode ser uma tentativa de mostrar responsabilidade e compromisso com a conclusão de etapas necessárias mesmo de forma não tempestiva. No entanto, não há menção a detalhes sobre como esse processo foi conduzido, quais áreas específicas foram afetadas e se houve algum impacto ambiental significativo.

No conteúdo do indicador 304-3, no tópico Área de Preservação Permamente, com exatamente o mesmo discurso que foi utilizado nos relatórios de 2017 e 2018, a Norte Energia destaca que "está investindo R$ 135.000.000,00 para a viabilização de Unidades de Conservação novas e apoio às existentes na região amazônica" (NORTE ENERIGA, 2020; p. 96). Isso é uma ação positiva que demonstra um compromisso com a preservação ambiental e a mitigação dos impactos causados pelas atividades da empresa. No entanto, a eficácia desse investimento em termos de preservação ambiental e recuperação de áreas degradadas depende da implementação eficaz dessas ações. Além disso, não há como estimar se essa compensação ambiental é proporcional em relação aos danos causados.

Com relação às unidades de conservação, a empresa listou por meio de uma tabela as unidades de conservação que foram selecionadas para receberem recursos da compensação ambiental. Enfatiza que os recursos são alocados para a regularização fundiária, elaboração de planos de manejo e investimentos na infraestrutura das Unidades de Conservação (UCs), que é uma parte essencial da estratégia de conservação ambiental, mas não fornece informações específicas sobre a distribuição exata dos recursos entre essas atividades e se as prioridades estão alinhadas com as necessidades reais de cada UC.

A conservação da biodiversidade é fundamental para a manutenção dos processos ecológicos e para a prestação de serviços ambientais essenciais, além de ser crucial para a sobrevivência humana e a estabilidade dos ecossistemas globais. Estudos destacam a importância de proteger a diversidade genética, espécies e ecossistemas dentro das unidades de conservação como meio de preservar a saúde dos ecossistemas e sua capacidade de se adaptar a mudanças (COATES; BYRNE; MORITZ, 2018; POLLOCK; THUILLER; JETZ, 2017).

A gestão eficaz da biodiversidade dentro das unidades de conservação requer a alocação cuidadosa de recursos para atender às necessidades específicas de cada unidade, como regularização fundiária, elaboração de planos de manejo e investimentos em infraestrutura. Isso é crucial para garantir que as unidades de conservação possam cumprir seu papel na proteção da biodiversidade e na manutenção da funcionalidade dos ecossistemas (BURTON et al., 1992; RANDS et al., 2010).

Por fim, pela primeira vez na série de relatórios analisados, a empresa Norte Energia divulgou informações relacionadas às espécies ameaçadas de extinção. O conteúdo divulgado é exigido pelo indicador 304-4 do GRI que visa informar sobre as espécies na Lista Vermelha na IUCN e espécies das listas nacionais de conservação com habitats em áreas afetadas pelas operações, como demonstrado na imagem retirada do relatório de sustentabilidade 2020:

Figura 17 - Número de espécies ameaçadas de extinção



NÚMERO DE ESPÉCIES AMEAÇADAS NAS ÁREAS DE ATUAÇÃO | GRI 304-4; ODS 15

Categorias da Lista Vermelha da IUCN e das listagens nacionais e regionais	Flora	Fauna
Em perigo crítico (CR)	1	0
Em perigo (EN)	1	9
Vulneráveis (VU)	10	28
Quase ameaçadas (NT)	4	23
Preocupação menor (LC)	13	625

Fonte: Norte Energia (2020)

Além de fornecer a quantidade de espécies ameaçadas segundo a categorização da IUCN, o relatório dedica tratar do tema nas seções Resgate da Fauna, Quelônios e Ictiofauna. Apesar de apontar a quantidade de espécies ameaçadas pelas categorias da IUCN, a Norte Energia se restringe nas seções apontadas a descrever suas ações, sem, no entanto, apontar quais espécies estão ameaçadas e quais foram as medidas tomadas para reverter o quadro de uma possível extinção das espécies.

O relatório da Norte Energia fornece uma visão geral do número de espécies ameaçadas com base na categorização da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN), mas carece de detalhes específicos sobre as espécies ameaçadas e medidas de conservação correspondentes nas secções dedicadas ao Resgate de Fauna, Tartarugas e Peixe. Esta falta de especificidade contrasta com a importância sublinhada pela UICN nas organizações que reportam os seus esforços para melhorar a biodiversidade (ADLER et al., 2017).

A Bacia Amazônica, onde está localizada a hidrelétrica de Belo Monte, enfrenta desafios ambientais significativos devido às atividades de represamento, levando à perda de habitat, poluição da água e ameaças à biodiversidade (LATRUBESSE et al., 2017). Em 2012, já existiam planos para inúmeras novas barragens na Amazônia, representando um risco substancial para a biodiversidade e a conectividade dos ecossistemas da região (FINER; JENKINS, 2012). O impacto das barragens hidroelétricas nas emissões de gases com efeito de estufa, como o dióxido de carbono e o metano, agrava ainda mais as preocupações ambientais, com emissões significativas provenientes das superfícies dos reservatórios e das saídas das barragens (ABRIL et al., 2005; KEMENES et al., 2007).

O índice de biodiversidade proposto pela IUCN enfatiza a importância de relatórios abrangentes sobre espécies e habitats ameaçados por parte das empresas, alinhando-se com a

noção de que as organizações devem divulgar as suas ações para proteger a biodiversidade para impulsionar esforços de conservação mais eficazes (ADLER et al., 2017; ADLER; MANSI; PANDEY, 2018b). No entanto, o relatório da Norte Energia parece carecer desta divulgação detalhada, concentrando-se mais em descrições gerais das suas iniciativas do que em estratégias específicas de conservação de espécies. A vulnerabilidade dos ecossistemas de água doce da Amazônia, conforme destacado por Castello et al. (2013) , ressalta a urgência de abordar os impactos de desenvolvimentos em grande escala, como barragens hidrelétricas, na biodiversidade aquática. Os potenciais riscos de extinção enfrentados pelas espécies de peixes na América do Sul devido a diversas atividades antrópicas, incluindo represas hidrelétricas, pesca excessiva e perda de habitat, enfatizam ainda mais a necessidade crítica de ações de conservação direcionadas (REIS et al., 2016). O estudo de Benchimol e Peres (2015)sobre a decomposição de conjuntos de árvores em ilhas florestais amazónicas após o isolamento destaca os efeitos em cascata da fragmentação do habitat na biodiversidade, indicando as implicações mais amplas das perturbações dos ecossistemas causadas por projetos de grande escala, como barragens hidroelétricas.

O conceito de contabilidade de extinção revela o número crescente de espécies ameaçadas em todo o mundo e a necessidade de as organizações abordarem esses riscos nos seus relatórios e práticas de conservação (MAROUN; ATKINS, 2018). A Década das Nações Unidas sobre a Biodiversidade sublinha o apelo internacional para melhores relatórios sobre os esforços de conservação da biodiversidade, alinhando-se com as expectativas de organizações como a Norte Energia de se envolverem de forma mais substantiva com a UICN e outros organismos de conservação para salvaguardar espécies ameaçadas (ADLER et al., 2017). A noção de contabilidade sustentável utópica, conforme discutida por, prevê uma mudança de paradigma onde a conservação da biodiversidade se torna parte integrante dos cálculos financeiros, enfatizando o potencial transformador da integração da conservação nas práticas corporativas (ATKINS et al., 2015b). No entanto, as atuais práticas de elaboração de relatórios da Norte Energia podem ficar aquém desta visão transformadora, carecendo da profundidade necessária para abordar as ameaças específicas enfrentadas pelas espécies ameaçadas de extinção na região amazônica.

Os impactos ambientais de grandes barragens, como o projeto de Belo Monte, vão além das ameaças à biodiversidade para abranger vulnerabilidades sociais, conforme destacado em estudos sobre riscos de enchentes e realocações comunitárias (FRANCO, 2018). A ecologia política do licenciamento ambiental no Brasil, conforme discutido por, levanta questões sobre

a participação das partes interessadas e os processos de tomada de decisão em grandes projetos de energia, como barragens hidrelétricas, apontando para as complexidades de equilibrar as necessidades de desenvolvimento com as preocupações ambientais e sociais (HOCHSTETLER, 2011).

O papel das estratégias políticas corporativas na influência do desempenho e da divulgação ambiental, conforme examinado por, sublinha a interligação das práticas empresariais, das influências políticas e dos resultados ambientais, sugerindo a necessidade de maior transparência e responsabilização nas ações corporativas (CHO; TRENT, 2006). O discurso sobre a compensação da biodiversidade, analisado por, ressalta os desafios em quantificar os valores ecológicos e garantir a equivalência nas práticas de compensação, destacando as complexidades envolvidas no equilíbrio do desenvolvimento econômico com a conservação da biodiversidade (TREGIDGA, 2013b).

O relatório menciona o resgate de mais de 390 mil animais silvestres durante as obras, um número impressionante (NORTE ENERGIA, 2020b). No entanto, a magnitude desses números levanta questões quanto à proporção dos esforços de resgate em relação aos impactos ambientais. O tamanho da área afetada e o impacto da supressão de vegetação e do enchimento dos reservatórios suscitam dúvidas sobre se os esforços de resgate foram adequados para compensar tais impactos.

A Norte Energia destaca que “os animais saudáveis (98%) foram devolvidos ao habitat natural, enquanto os demais foram encaminhados a instituições científicas e de conservação da biodiversidade” (NORTE ENERGIA, 2020; p. 99). Embora essa ação seja elogiável, a eficácia da reintrodução dos animais no ambiente natural precisa ser questionada. Além disso, a qualidade do cuidado dispensado aos animais sob os cuidados da empresa e das instituições é fundamental para a integridade do programa.

A informação de que “cerca de 78% dos animais resgatados eram répteis e anfíbios” (NORTE ENERGIA, 2020; p. 98), levanta a preocupação de que outras categorias de animais afetados pelas obras, como aves e mamíferos, não tenham recebido a mesma atenção. A diversidade da fauna afetada exige uma abordagem holística na gestão.

Mesmo nas seções dedicada aos quelônios e a ictiofauna a Norte Energia apresenta ações embasadas em números que sem algum parâmetro podem tornar o discurso uma difícil tarefa para a compreensão. Ou seja, mesmo dedicando parte de sua narrativa a determinadas espécies, algumas que sabidamente são reconhecidas cientificamente como ameaçadas de

extinção, como o peixe zebra (MAGALHÃES, 2018; PONTES JÚNIOR; BARROS, 2016), não é mencionada.

Apesar da Norte Energia ressaltar que “43 espécies de peixes foram identificadas como endêmicas para a bacia do rio Xingu” (NORTE ENERGIA, 2020; p. 101), não especifica quais são algumas dessas espécies e quais delas correm o risco de extinção.

A falta de especificidade dificulta a avaliação do impacto real das ações da empresa sobre essas espécies em particular. A inclusão de espécies específicas, principalmente as ameaçadas de extinção, em relatórios de sustentabilidade é relevante, uma vez que permite às partes interessadas, como órgãos reguladores, organizações de conservação e o público em geral, avaliar a seriedade das ações da empresa em relação à preservação da biodiversidade (JONES, 1996).

Ao contabilizar a biodiversidade (ou seja, divulgar, medir e reportar a biodiversidade), tornamos visível o que antes era invisível. A contabilidade pode mudar o comportamento (NOLA BUHR; 2007). A contabilização da biodiversidade pode moldar a forma como a sociedade percebe e compreende o papel humano na extinção de espécies. Ao reportar sobre a biodiversidade, as empresas podem criar uma sociedade mais informada, gerar a evolução da compreensão do impacto na biodiversidade e transformar atitudes e comportamentos em relação à biodiversidade(JONES; JOHN JONES; FRANCES SOLOMON, 2013).

A degradação em grande escala dos ecossistemas de água doce na Amazônia, incluindo o rio Xingu, tem sido uma preocupação crescente (LATRUBESSE et al., 2017b). A construção de barragens na bacia amazônica, como a barragem de Belo Monte, na bacia do rio Xingu, tem contribuído para essa degradação (FEARNSIDE, 2006b, 2016; LATRUBESSE et al., 2017b). Estas barragens alteram o fluxo natural do rio, provocando alterações na morfologia do rio e impactando as populações de peixes (LATRUBESSE et al., 2017b). Estudos mostram que o Rio Xingu apresenta alta produtividade pesqueira e baixos riscos de sobrepesca, indicando sua importância para a pesca (CAMARGO; GIARRIZZO; ISAAC, 2015a). A construção de barragens pode perturbar a migração dos peixes e os padrões de reprodução, afetando as populações de peixes, os meios de subsistência das comunidades locais e nos modos de vida tradicionais destas comunidades (CAMARGO; GIARRIZZO; ISAAC, 2015a; FEARNSIDE, 2006b, 2016, 2018)

4.2.3.5 Relatório de Sustentabilidade de 2021

A análise do tema biodiversidade no Relatório de Sustentabilidade de 2021 da Norte Energia é essencial para entender o tratamento dado aos impactos contínuos das operações da Usina Hidrelétrica de Belo Monte sobre os ecossistemas locais e regionais ao longo do corte temporal desse estudo. A biodiversidade, que engloba a variedade de formas de vida em um habitat específico, é um indicador vital da saúde ambiental e do equilíbrio ecológico (HANSEN et al., 2013). Castello e Macedo (2015) destaca a degradação em larga escala dos ecossistemas de água doce na Amazônia, evidenciando a perda de biodiversidade, o aumento das temperaturas dos rios, incêndios mais intensos e frequentes nas áreas alagadas, e mudanças na estrutura e função das comunidades de água doce. Esses impactos ressaltam a importância de medidas compensatórias eficazes para minimizar os efeitos negativos sobre a biodiversidade e os ecossistemas afetados pela construção de usinas hidrelétricas.

No contexto da UHE Belo Monte, a importância da preservação da biodiversidade é acentuada pela localização da usina na Amazônia, uma das regiões mais ricas em diversidade biológica no planeta (FEARNSIDE, 1999). A área abrange habitats sensíveis e espécies endêmicas que desempenham papéis essenciais nos processos ecológicos e na manutenção da integridade ambiental(LEES et al., 2016b). Assim, o relatório de 2021 não apenas oferece uma visão sobre as iniciativas e progressos da Norte Energia em relação à conservação da biodiversidade durante este ano específico, mas também culmina uma série de cinco anos de esforços e desafios contínuos.

Esta análise busca explorar as medidas adotadas pela empresa para proteger e restaurar os habitats naturais, conforme detalhado nos indicadores de sustentabilidade, especialmente os indicadores GRI relevantes como 304-1 (Habitats protegidos ou restaurados) e 304-3 (Espécies da lista vermelha e em listas nacionais de conservação com habitats em áreas afetadas pelas operações). Além disso, examina as ações compensatórias implementadas, a eficácia das estratégias de mitigação e a transparência na comunicação desses esforços aos stakeholders ao longo do período de cinco anos.

Ao abordar a importância da biodiversidade e sua relação com a sustentabilidade, é essencial considerar a integração de indicadores de desempenho ambiental, como os propostos pelo Global Reporting Initiative (GRI) no caderno temático GRI 304 - Biodiversidade. O estudo de Adler et al. (2018) destaca a importância da divulgação e reporte de informações sobre biodiversidade e espécies ameaçadas por empresas globais, ressaltando a necessidade de desenvolver listas abrangentes de iniciativas de conservação para minimizar os impactos negativos. Essa abordagem está alinhada com a proposta de correlacionar os Objetivos de

Desenvolvimento Sustentável (ODS) e indicadores do Sustainability Accounting Standards Board (SASB) aos temas materiais, como discutido no relatório.

A empresa Norte Energia ressalta que "os resultados dos monitoramentos realizados em 2021 apontaram alterações sobre os ecossistemas terrestres e aquáticos, porém sem comprometimento à condição ambiental das áreas interferidas pela Usina." (NORTE ENERGIA, 2021; p. 47). Essa abordagem está alinhada com a necessidade de monitorar e relatar os efeitos das atividades de grande escala, como a construção e operação de usinas hidrelétricas, sobre os ecossistemas terrestres e aquáticos. A pesquisa de Moran et al. (2018) sobre a sustentabilidade da energia hidrelétrica destaca a importância de considerar os impactos sociais e ambientais das grandes barragens, ressaltando a necessidade de uma abordagem cuidadosa para mitigar os efeitos adversos. Essa perspectiva reforça a importância da gestão responsável dos recursos naturais e da conservação da biodiversidade em áreas impactadas por empreendimentos como a Usina.

A Usina Hidrelétrica de Belo Monte teve impactos significativos na ictiofauna, ou populações de peixes, na região. A construção e operação da barragem causaram alterações no fluxo natural do Rio Xingu, levando a alterações no habitat e nos padrões de migração das espécies de peixes (BRO; MORAN; CALVI, 2018a). Estas mudanças resultaram num declínio nas populações de peixes e numa perda de biodiversidade nas áreas afetadas (BRO; MORAN; CALVI, 2018a; PEZZUTI et al., 2018b).

No relatório de sustentabilidade de 2021 da Norte Energia, são abordadas as medidas adotadas para mitigar esses impactos e promover a conservação da biodiversidade aquática. A empresa reconhece os desafios impostos à ictiofauna e detalha as ações implementadas para minimizar os efeitos adversos da usina sobre as populações de peixes. Assim como no ano de 2020, essas ações incluem a criação de programas específicos para monitoramento e conservação de espécies aquáticas, além de esforços para restaurar habitats afetados (NORTE ENERGIA, 2021).

Os impactos na ictiofauna podem ser atribuídos a diversos fatores. Em primeiro lugar, a construção da barragem levou à fragmentação do rio, criando barreiras à migração dos peixes e perturbando os seus ciclos de vida naturais (BRO; MORAN; CALVI, 2018a). Isto afetou particularmente as espécies migratórias que dependem do rio para desova e alimentação (BRO; MORAN; CALVI, 2018a). Além disso, a barragem alterou a temperatura da água e os níveis de oxigênio no rio, o que pode impactar negativamente a fisiologia dos peixes e o sucesso reprodutivo (RODRIGUES; CAVALCANTE, 2022).

O reservatório criado pela barragem inundou grandes áreas de floresta e margens de rios, destruindo importantes habitats de peixes, como florestas inundadas e vegetação ribeirinha (ZUANON et al., 2019b). Estes habitats fornecem fontes de alimento, abrigo e locais de reprodução para muitas espécies de peixes, e a sua perda teve um impacto significativo na população geral de peixes da região (BRO; MORAN; CALVI, 2018a; ZUANON et al., 2019b). A investigação mostrou que as populações de peixes diminuíram significativamente nas áreas diretamente afetadas pela barragem (BRO; MORAN; CALVI, 2018a). O declínio das populações de peixes não só afetou o equilíbrio ecológico do rio, mas também teve implicações socioeconómicas para as comunidades locais que dependem da pesca como fonte de subsistência (BRO; MORAN; CALVI, 2018a).

Além dos impactos diretos nas populações de peixes, a construção e operação da barragem também levaram a impactos indiretos na ictiofauna. A limpeza de terrenos para a construção da barragem e infraestruturas associadas resultou na desflorestação e no aumento da sedimentação no rio, degradando ainda mais os habitats dos peixes (ANSAR et al., 2014). O aumento da sedimentação pode sufocar os ovos dos peixes e os organismos bentônicos, levando a um declínio na produtividade global dos peixes (ANSAR et al., 2014).

Esforços têm sido feitos para mitigar os impactos da Hidrelétrica de Belo Monte sobre a ictiofauna. Foram implementadas instalações de passagem para peixes, tais como escadas para peixes e canais de desvio, para permitir que os peixes migrem para além da barragem e cheguem aos seus locais de desova (BRO; MORAN; CALVI, 2018a). No entanto, a eficácia destas medidas na restauração das populações de peixes aos níveis anteriores à barragem ainda é incerta (BRO; MORAN; CALVI, 2018a).

Nesse sentido, a empresa Norte Energia destaca em seu relatório o Programa de Conservação da Ictiofauna estabelecido no contexto do licenciamento ambiental da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (NORTE ENERGIA, 2021) e demonstra um esforço para a proteção de um grupo de fauna de relevância ecológica e socioambiental. Segundo a Norte Energia (2021), este programa compreende uma gama de projetos inter-relacionados, abrangendo desde o monitoramento da ictiofauna até a pesquisa técnico-científica, o desenvolvimento de tecnologias para a criação em cativeiro de espécies de peixes, a implementação de ações de manejo e conservação no ambiente natural, bem como o monitoramento das atividades de pesca, tanto de subsistência quanto de caráter ornamental.

> “Assim, visando a manutenção das populações de peixes, com enfoque naquelas que realizam migração longitudinal, foi implantado um Sistema de Transposição de Peixes (STP) da UHE Belo Monte que possui 1,2 mil metros de extensão, cujo

> monitoramento de sua eficácia utiliza cinco metodologias distintas.” (NORTE ENERGIA, 2021; p. 49).

A implementação de um Sistema de Transposição de Peixes (STP) com 1,2 mil metros de extensão na Usina Hidrelétrica (UHE) Belo Monte é destacada como uma medida significativa para preservar as populações de peixes, especialmente aqueles que realizam migração longitudinal, conforme evidenciado no relatório de sustentabilidade. Contudo, o relatório não fornece detalhes substanciais sobre sua efetividade real para compreender se compreender se o sistema atinge seus objetivos, garantindo a migração segura e eficiente dos peixes.

Além disso, a empresa destaca que o monitoramento da eficácia do STP utiliza cinco metodologias distintas, o que sugere uma abordagem abrangente. No entanto, a robustez e a periodicidade do monitoramento não foram relatadas. Assim, não é possível concluir sobre seu impacto real nas populações de peixes. Por último, ressalta-se a importância da empresa em dar às comunidades ribeirinhas e indígenas voz ativa no processo de tomada de decisões relacionadas à preservação das populações de peixes.

4.2.4 Violência

4.2.4.1 Relatório de Sustentabilidade de 2017

> “Uma parte da Amazônia é floresta cultural, o que significa que foi esculpida durante milhares de anos principalmente por humanes, mas também por não humanes, estes que chamamos “animais”, em sua interação com o ambiente. E não todas as pessoas humanas, mas as mesmas que hoje mantêm o que resta da floresta em pé e são mortas à bala por isso: os indígenas e, nos últimos séculos, os povos que são conhecidos como “beiradeiros” e “quilombolas”.” (BRUM, 2021; p.19)

Os povos indígenas do Brasil foram submetidos a diversas formas de violência ao longo da história. Isto inclui a perda das suas terras tradicionais, o deslocamento forçado e a destruição dos seus recursos naturais (MAIA; GUERRA, 2015). O processo de colonização levou à marginalização e exploração das comunidades indígenas, resultando na perda de seus territórios, recursos e autonomia (SILVA et al., 2017) (SILVA, 2017). Para os que aqui chegaram nos anos de 1500, os povos indígenas “não passavam de seres inferiores que deveriam servir aos empreendimentos coloniais. Para evitar a maior degradação desses quase “animaes”, melhor seria escravizá-los” (PRIORE, 2016; p.19)

Os impactos da expansão agrícola e das mudanças no uso da terra também contribuíram para a degradação dos territórios indígenas, levando a uma maior marginalização e

empobrecimento destas comunidades (GRECCHI et al., 2014). Além disso, a construção de grandes barragens, como a barragem de Belo Monte, teve efeitos prejudiciais sobre as populações locais, incluindo as comunidades indígenas, ao perturbar os seus modos de vida tradicionais e causar perturbações sociais e ambientais (MAIA; GUERRA, 2015).

A imposição de projetos de infraestrutura como barragens levou a negociações que muitas vezes favorecem os interesses do governo e das empresas em detrimento dos direitos e do bem-estar dos povos indígenas (MAIA; GUERRA, 2015). Estas ações não só violaram os direitos das comunidades indígenas, mas também resultaram na perda de biodiversidade e de habitats naturais, exacerbando ainda mais os desafios enfrentados por estes grupos marginalizados (KEISER et al., 2005).

Além desses impactos diretos, a alteração das paisagens devido a fatores como incêndios frequentes e desmatamento também desempenhou um papel na perturbação do equilíbrio ecológico tradicional dos territórios indígenas (HOFFMANN et al., 2009). A dinâmica dos limites entre áreas degradadas e floresta, influenciada por fatores como o fogo, teve implicações generalizadas para a integridade ecológica destas regiões, afetando os meios de subsistência e as práticas culturais das comunidades indígenas (HOFFMANN et al., 2009).

Os impactos socioambientais dessas mudanças vão além do ambiente físico imediato e também afetaram a saúde das populações indígenas. Por exemplo, a construção de grandes barragens e a expansão dos sistemas de irrigação têm sido associadas a um risco aumentado de malária em certas regiões, colocando desafios adicionais de saúde para as comunidades indígenas (KEISER et al., 2005).

De fato, a violência vivida pelos povos indígenas estendeu-se também à propagação de doenças trazidas pelos colonizadores europeus, levando a altas taxas de morbidade e mortalidade entre as populações indígenas (VICENTE FERREIRA; MATSUO; TANNO SOUZA, 2011). Historicamente, as comunidades indígenas no Brasil eram conhecidas pela sua vulnerabilidade a doenças infecciosas e parasitárias (VICENTE FERREIRA; MATSUO; TANNO SOUZA, 2011). “Os invasores exterminaram grande parte deles com vírus e bactérias carregados em seus corpos e também pela violência de suas investidas” (BRUM, 2021; p. 20). A introdução de novas doenças, às quais as populações indígenas não tinham imunidade, causou consequências devastadoras e contribuiu para o declínio das populações indígenas (VICENTE FERREIRA; MATSUO; TANNO SOUZA, 2011).

Além disso, a violência contra os povos indígenas incluiu a destruição das suas práticas culturais e sistemas de conhecimento. O processo de colonização teve como objetivo assimilar

as comunidades indígenas à cultura europeia, apagando suas línguas, tradições e crenças espirituais (SILVA, 2017). Esta violência cultural visava minar a identidade e a autonomia dos povos indígenas, perpetuando um legado de marginalização e discriminação.

A construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte tem sido uma fonte significativa de conflito e violência contra os povos indígenas da região (MILHOMENS; GOHN, 2017). Não somente os povos indígenas, "a irrupção da violência do acontecimento Belo Monte corroeu e corrói a saúde mental da comunidade cujos laços foram rompidos e também de cada família atingida" (BRUM, 2021; p. 298).

Esta violência aparece claramente no desenvolvimento desta análise da prática discursiva, ao remover a cobertura vegetal há um ataque direto aos fundamentos do universo indígena. É da floresta que são retirados os frutos para a alimentação e os medicamentos tradicionais que atendem às necessidades terapêuticas dos indivíduos da tribo. É a floresta que transpira, fortalecendo as chuvas que caem na região são fundamentais para o ecossistema. Essas chuvas são amortecidas pelas folhas das copas e escorrem por galhos e troncos, passando pela serrapilheira, que amortece o impacto do gotejar contínuo, e entranham no solo. Dessa água a floresta se abastece e o excedente forma rios de grande pureza, que fornecem peixes e toda uma imensa biodiversidade que serve aos povos da floresta, cujo o modo de vida está intimamente associado ao equilíbrio ecológico descrito e é reconhecido – desde 2007 quando da aprovação da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas – como uma importante contribuição "para o desenvolvimento sustentável e equitativo e para a gestão adequada do meio ambiente" (ONU, 2009). Atacar a floresta é atacar a água, é atacar a biodiversidade é atacar os indígenas.

As organizações e movimentos indígenas, juntamente com os seus apoiantes e redes de mobilização, têm estado envolvidos em extensas mobilizações para se oporem à construção da barragem (MILHOMENS; GOHN, 2017). Esta foi uma das derrotas mais significativas nos últimos anos, representando um processo complexo e de longo alcance que teve efeitos prejudiciais sobre as comunidades indígenas (MILHOMENS; GOHN, 2017).

Iniciativas da sociedade civil, de movimentos sociais, pessoas de diversas áreas do conhecimento também se mobilizaram para compreender e dar o devido apoio aos que foram atingidos pela barragem, como a criação da Clínica do Cuidado, em 2017, iniciativa que reuniu, psicólogos, psiquiatras, jornalistas e outros profissionais para ouvir os atingidos pela barragem (BRUM, 2021; p. 298).

A violência contra os povos indígenas no contexto de Belo Monte faz parte de um padrão mais amplo de violência e violações dos direitos humanos contra comunidades rurais no Brasil (RIBEIRO; SILVA, 2013). A ascensão da nova extrema direita, a violência contra as comunidades rurais, a criminalização dos movimentos sociais e o genocídio dos povos indígenas são questões interligadas que contribuem para a violência enfrentada pelas comunidades indígenas (NOVAIS, 2022).

O racismo contra os povos indígenas no Brasil é outro aspecto muitas vezes esquecido, mas está profundamente interligado com a violência que enfrentam (MILANEZ et al., 2019). Os povos indígenas estão sujeitos ao racismo e à discriminação, o que agrava ainda mais a sua vulnerabilidade à violência e à marginalização (MILANEZ et al., 2019).

A construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte também teve impactos ambientais significativos, que afetaram ainda mais as comunidades indígenas (FEARNSIDE, 2019). O processo de tomada de decisão em torno da construção da barragem muitas vezes ignorou a exigência de consulta aos povos indígenas e não conseguiu fazer cumprir os requisitos de licenciamento ambiental (FEARNSIDE, 2019).

A luta pela saúde dos povos indígenas no contexto de conflitos ambientais também é um aspecto importante a considerar (ROCHA; PORTO; PACHECO, 2019). A luta pela saúde está intimamente ligada às mobilizações mais amplas dos povos indígenas pelo reconhecimento dos seus direitos (DA ROCHA; DE PORTO; PACHECO, 2019). As estratégias utilizadas pelas comunidades indígenas para defender sua saúde são influenciadas por suas disputas socioambientais e fazem parte de suas mobilizações mais amplas pelo pleno reconhecimento de seus direitos (ROCHA; PORTO; PACHECO, 2019).

A resistência indígena e a luta pelos seus direitos não se limitam aos confrontos físicos, mas também se estendem a outras esferas, como a mídia e a produção cultural (OLIVEIRA, 2018). As comunidades indígenas, particularmente os povos Guarani e Kaiowa, têm-se envolvido em esforços de resistência que desafiam as narrativas dominantes e procuram recuperar as suas vozes e identidades (OLIVEIRA, 2018). A literatura indígena, por exemplo, desempenha um papel crucial na resistência aos estereótipos e na denúncia da violência (OLIVEIRA, 2018).

A violência contra as mulheres indígenas é outra questão crítica que precisa ser abordada. A resolução da violência por parte do Estado reforça frequentemente os imaginários coloniais que retratam os povos indígenas como desprovidos de lei e de ética, levando a exigências de criminalização e prisão de indivíduos indígenas (CEMIN, 2017).

A luta dos povos indígenas pelos seus direitos e territórios não se limita a casos específicos como Belo Monte, mas faz parte de um processo histórico mais amplo e contínuo (ARNAULT, 2016). O Estado brasileiro desempenhou um papel significativo na perpetuação da violência e da marginalização contra os povos indígenas, especialmente durante a ditadura militar (1964-1985) (SOUZA CORNE; SIQUEIRA SILVA, 2022). A ditatura empresarial-militar consumou o primeiro grande projeto de destruição em massa e ampliou, fortaleceu e se serviu amplamente da falsificação de que a Amazônia é uma terra virgem, intocada por humanos, desprovida de vida e de cultura (BRUM, 2021). A mídia também desempenhou um papel na formação da opinião pública e no apoio ou oposição aos direitos indígenas (CRUZ PAES; DE SARMENTO; PONTES, 2019).

Os impactos de grandes projetos de infraestrutura, como a Usina Hidrelétrica de Belo Monte, vão além da violência imediata e do deslocamento sofrido pelas comunidades indígenas. Esses projetos têm implicações mais amplas para o desenvolvimento regional, a justiça social e ambiental e a sustentabilidade dos territórios indígenas (GRISOTTI; FELIPE; RAMOS, 2020). As assimetrias de poder, as relações público-privadas, as fragilidades do pacto federal brasileiro e a falta de coordenação com os mecanismos existentes de participação e controle social contribuem para a baixa efetividade dos planos para garantir a sustentabilidade regional no território afetado (GRISOTTI; FELIPE; RAMOS, 2020).

A violência contra os povos indígenas no contexto da Usina Hidrelétrica de Belo Monte é uma questão complexa que está entrelaçada com padrões mais amplos de violência, racismo e violações de direitos humanos no Brasil (ALONSO, 2015; BRUM, 2014; LOOMIS, 2000; MILANEZ et al., 2019). A construção da barragem teve impactos ambientais e sociais significativos nas comunidades indígenas, e os seus esforços de resistência e mobilização fazem parte de uma luta mais ampla pelos seus direitos e territórios (BRUM, 2014). Enfrentar a violência contra os povos indígenas exige abordar as questões estruturais e sistêmicas que perpetuam a sua marginalização e vulnerabilidade.

Apesar das evidências históricas relatadas acima o relatório de sustentabilidade no ano de 2017 não apresentou uma abordagem que desse a entender que os povos indígenas foram levados em consideração nas decisões da empresa ou que abordou questões sensíveis a esses povos. A Norte Energia (2017) foi reducionista no tratamento dos povos indígenas. A narrativa está calcada na apresentação de valores monetários e números grandiosos. “Um montante de R$ 475,9 milhões já foi investido no Plano Básico Ambiental do Componente Indígena (PBA – CI)” (NORTE ENERGIA, 2017; p. 42).

Esta narrativa calcada em valores representa um choque entre duas visões distintas de mundo, onde a racionalidade capitalista se ancora na quantificação e não consegue enxergar a importância da manutenção do frágil equilíbrio ecológico inerente ao modo de vida tradicional dos povos indígenas. Reproduzem assim o equívoco dos colonizadores europeus do século XVI, que vinculavam os povos originários a ideia de “homens algum tanto fracos e minguados das forças” (GÂNDAVO, 2004, p. 50).

O discurso concentra-se predominantemente em aspectos econômicos, deixando de lado considerações mais amplas sobre o bem-estar, a cultura e os direitos dos povos indígenas. A abordagem centrada em números grandiosos cria a impressão de que a empresa está mais interessada em cumprir obrigações legais ou demonstrar seu compromisso financeiro do que em compreender verdadeiramente as necessidades e preocupações das comunidades indígenas afetadas pelo empreendimento.

No sentido de demonstrar as ações de compensações previstas no PBA – CI, a Norte Energia destaca mais números com relação a finalização de obras. “Das 34 Unidades Básicas de Saúde (UBS) previstas, 18 foram entregues ao Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI)” (NORTE ENERGIA, 2017; p. 42). Observe que nem todas as unidades previstas foram entregues ainda em 2016. Em 2015, o Instituto Socioambiental já denunciava o não cumprimento das condicionantes voltadas para os povos indígenas. As 31 condicionantes, desenhadas pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), de responsabilidade do empreendedor e do poder público, com 35 anos de duração, ainda não haviam saído do papel em 2015 (ISA, 2015). Por outro lado, a Norte Energia afirma que “após comprovar o cumprimento de suas obrigações legais, mantendo o compromisso com o desenvolvimento sustentável, a Norte Energia conquistou, em novembro de 2015, a Licença de Operação (LO Nº 1317/2015), que viabilizou o início da geração de energia” (NORTE ENERGIA, 2017; p.20).

Os questionamentos do Instituto Socioambiental sobre a operação da usina hidrelétrica, frente a voz corporativa, se assemelham a ecos dos anos 1990, quando Ribeiro (2009) proclamava que sua convivência com os indígenas o fizeram ser gente humana, enquanto destacava a irresponsabilidade social dos gestores que se mostravam indiferentes aos males que causavam.

Entretanto, o atraso significativo na plena execução do Programa Básico Ambiental dos Componentes Indígenas (PBA-CI) em relação ao início da instalação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte representa um dos principais pontos de crítica destacados pelo Instituto Socioambiental (ISA) em seu documento "Dossiê Belo Monte Não há condições para a Licença

de Operação". A empresa responsável pela construção, a Norte Energia, afirmou ter destinado aproximadamente R$ 212 milhões em benefício das comunidades indígenas afetadas pelo empreendimento (ISA, 2015).

No entanto, a abordagem adotada pela Norte Energia na alocação desses recursos foi fortemente questionada pelo Instituto Socioambiental. Ao invés de direcionar esses fundos de maneira estruturada para a mitigação e compensação dos impactos ambientais e sociais, a empresa optou por uma abordagem que predominantemente consistiu na aquisição de bens materiais, como motores para barcos, barcos, voadeiras e gasolina (ISA, 2015). Essa prática de distribuição de recursos foi realizada ao longo de um período de dois anos, assemelhando-se a uma "mesada" mensal no valor de R$ 30 mil por aldeia. Isso resultou em um relacionamento problemático entre a empresa e as comunidades indígenas, caracterizado por um padrão clientelista (ISA, 2015).

Essa abordagem financeira não apenas falhou em promover uma mitigação eficaz dos impactos, mas também teve um efeito prejudicial sobre as comunidades indígenas (ISA, 2015). Ela temporariamente enfraqueceu a organização e a resistência das comunidades, resultando na desestruturação social e na diminuição dos sistemas de produção de alimentos nas aldeias. Isso, por sua vez, ameaçou a saúde, a segurança alimentar e a autonomia dos povos indígenas afetados (ISA, 2015).

Além disso, no período subsequente à emissão da licença prévia para a usina, em 2010, houve uma notável falta de ações preventivas ou mitigadoras voltadas para a proteção das comunidades indígenas. Em muitos casos, tais ações só foram implementadas após pressão por meio de protestos, intervenções do Ministério Público Federal (MPF) ou decisões judiciais (ISA, 2015). A Norte Energia não apenas negligenciou o cumprimento das condições estabelecidas pela Fundação Nacional do Índio (Funai), mas também questionou a necessidade dessas condições após a obtenção da licença de instalação da usina (ISA, 2015).

Para forçar o empreendedor a reconhecer a obrigatoriedade de tomar medidas de mitigação, foi necessário recorrer a determinações judiciais. Um exemplo disso ocorreu em relação ao Plano de Fiscalização e Vigilância Territorial, bem como à realocação dos Juruna que habitam o entorno da rodovia Transamazônica (BR-230), conhecidos como Juruna do Km 173 (ISA, 2015). Mesmo com tais determinações judiciais, muitas dessas medidas ainda não foram implementadas. Foi somente após a intervenção do MPF que a assinatura do termo de compromisso para a implementação do PBA-CI, garantindo a aplicação das medidas de mitigação a longo prazo, ocorreu. Esse instrumento deveria ter sido assinado em um prazo de

35 dias após a emissão da licença de instalação da usina, concedida em janeiro de 2011, mas a assinatura foi efetivada apenas três anos depois, em março de 2014, após uma ocupação dos escritórios da Norte Energia em Altamira por mais de 300 indígenas durante dois dias (ISA, 2015).

Observa-se, portanto, a falta de uma análise mais aprofundada das questões indígenas por parte da empresa Norte Energia compromete a avaliação do impacto social e ambiental do projeto, bem como a construção de relações de confiança com as comunidades afetadas. Essa mesma característica se estende pelos relatórios divulgados nos anos de 2018 e 2019.

4.2.4.2 Relatório de Sustentabilidade de 2018

A análise comparativa do relatório de sustentabilidade de 2018 com o de 2017 revela uma preocupante semelhança no discurso da empresa Norte Energia em relação ao tratamento dado às comunidades indígenas. Ambos os relatórios apresentam uma abordagem notavelmente similar, com foco em números grandiosos e valores monetários, destacando a alocação de recursos financeiros em benefício das comunidades indígenas afetadas pelo empreendimento.

Essa abordagem, embora aparentemente enfatizando o compromisso financeiro da empresa, deixa de considerar de forma adequada as necessidades e preocupações mais amplas das comunidades indígenas. A concentração nos aspectos econômicos e na conclusão de obras, como a entrega de Unidades Básicas de Saúde, “As 16 UBS restantes foram equipadas e entregues pela Norte Energia, no primeiro semestre de 2018.” (NORTE ENERIGA, 2018; p. 41) sugere que a empresa está mais interessada em cumprir obrigações legais do que em compreender as complexas realidades enfrentadas pelas comunidades indígenas. Ribeiro (2010), já chamava a atenção para a questão cultural entre os indígenas, destacando a atenção destes povos para com o belo, que se encontrava sempre presente nas atividades do dia a dia, mesmo no mais singelo adorno dado a um amigo.

Além disso, a análise das notícias e documentos, como o Dossiê Belo Monte, organizado pelo Instituto Socioambiental, deixa claro que a implementação efetiva das medidas de mitigação e compensação do Programa Básico Ambiental dos Componentes Indígenas (PBA-CI) enfrentou atrasos significativos e desafios substanciais. As ações foram muitas vezes adiadas e só foram implementadas após pressões externas, como protestos, intervenções do Ministério Público Federal e decisões judiciais. Esse padrão de atrasos e resistência à implementação de medidas de mitigação reforça a desconfiança nas intenções da empresa.

Apesar disso, em 2018, o discurso apresentado de forma idêntica ao que fez no relatório de 2017, continuou enfatizando que "a empresa teve que cumprir o cronograma das condicionantes e desenvolver a maioria das ações previstas no PBA, além de concluir obras estruturantes do PBA-CI." (NORTE ENERGIA, 2018; p. 21).

Condicionantes que surgem de um outro universo cultural, do universo do homem branco opressor, com valores forasteiros que buscam suprimir a marca dos povos originários com seu conhecimento ancestral e sua conexão com a terra, apagando-os do habitat com forma de adaptação ecológica calcada na criação do desequilíbrio (RIBEIRO, 2010).

A violência enfrentada pelos povos indígenas no contexto da construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte é um reflexo das injustiças históricas e estruturais que têm afetado essas comunidades ao longo dos séculos (PRIORE, 2016). Além das violações de direitos relacionadas à construção da usina, o racismo, a discriminação, a perda de territórios ancestrais, a destruição de práticas culturais e a marginalização persistem como desafios que continuam a impactar as vidas dos povos indígenas (MILANEZ et al., 2019).

A construção da usina também teve impactos ambientais significativos, que exacerbaram as dificuldades enfrentadas pelas comunidades indígenas. A falta de consulta adequada às comunidades afetadas e a falta de cumprimento dos requisitos de licenciamento ambiental são preocupações adicionais. No relatório de 2018, assim como no de 2017, a empresa destaca uma sessão chamada "Aberta ao Diálogo" (NORTE ENERGIA, 2018; p. 43). No entanto, não foi apresentada as formas de como a comunicação com os povos indígenas ocorreram. Apesar disso, a condicionante indígena de número 9, que estabelece um plano de comunicação para indígenas, foi atendida, segundo a Funai. Essa constatação veio em reposta à solicitação de informação do Instituto Socioambiental na qual afirmam que "a estrutura completa de comunicação implantada nas aldeias e cidade está em funcionamento" (ISA, 2015).

A luta dos povos indígenas pela defesa de seus direitos e territórios, bem como a resistência à violência, se estende além dos confrontos físicos. Envolve também a mobilização na mídia, na produção cultural e na representação política visando desafiar estereótipos e recuperar suas vozes e identidades. Nesse sentido, as últimas décadas marcam o protagonismo da mulher indígena nas lutas contra a aniquilação. Em 2018, Sônia Guajajara foi candidata a vice-presidência do Brasil na chapa do PSOL – Partido Socialista. Sônia, coordenadora dos Povos Indígenas no Brasil (APIB), tornou-se a maior liderança política nos corredores de Brasília e a fazer oposição ao então governo de direita de Jair Bolsonaro. Também em 2018,

foi eleita pela primeira vez na história do Brasil, uma mulher indígena como deputada federal, Joenia Wapichana (BRUM, 2021).

Além dessas mulheres que enfrentaram e enfrentam "os comedores de floresta" via poder institucional, em Brasília e nas grandes cidades, outras também enfrentam garimpeiros, madeireiros e grandes empresas (BRUM, 2021). As mulheres do Povo Mundukurm, lado a lado com homens, "têm destruído máquinas de garimpeiros que invadem as suas terras ou escavam o fundo do rio para arrancar ouro" (BRUM, 2021; p. 41).

Em 2014, os Povos Mundukurum fizeram a autodemarcação do território Sawré Muybu, já que as autoridades se recusavam a reconhecer seus direitos porque planejavam construir um conjunto de hidrelétricas nessa região do Pará. Um ano antes, os Mundukurum junto com outras etnias invadiram as obras da Usina Hidrelétria de Belo Monte, reivindicando a suspensão de obras e estudos de barragens em seus territórios, exigindo que a consulta prévia, com poder de veto, fosse realizada (CIMI, 2013).

A falta de detalhes sobre o processo de comunicação e consulta com as comunidades indígenas, bem como a ênfase na apresentação de valores financeiros e números grandiosos, caracterizaram tanto o relatório de 2017 quanto o de 2018. Essa consistência no discurso da empresa levanta questões sobre a efetividade e a legitimidade das ações e compromissos afirmados nos relatórios de sustentabilidade. Essa falta de evolução no tratamento das questões relacionadas aos povos indígenas e ao impacto ambiental da usina é um elemento preocupante.

No contexto dessa análise, é fundamental observar que, ao comparar esses relatórios com o de 2019, será possível avaliar se houve algum progresso ou mudança significativa na abordagem da empresa em relação a essas questões. Portanto, a análise do relatório de sustentabilidade de 2019 será fundamental para determinar se a empresa tem respondido de forma eficaz às preocupações relacionadas aos povos indígenas e ao meio ambiente ou se persiste na mesma linha de discurso dos anos anteriores. Além disso, 2019 foi o primeiro ano de governo de direita que teve uma série de valores e discursos radicais e representou uma ameaça àqueles que são considerados periféricos na sociedade, mulheres, LGTQIA+, indígenas, negros etc. (BRUM, 2021).

4.2.4.3 Relatório de Sustentabilidade de 2019

Da mesma forma que ocorreu com o relatório de sustentabilidade de 2018, o relatório de sustentabilidade de 2019 apresentou um texto notavelmente semelhante no tratamento das

questões relacionadas aos povos indígenas. Assim, as mesmas características já apontadas nos anos anteriores são válidas para o ano em questão, foco na linguagem quantitativa e pouca ênfase dada a comunicação e participação dos povos afetados.

Desse modo, a preocupação da Norte Energia foi em demonstrar o seu cumprimento das condicionantes e valores monetários investidos. Na sua forma textual repetida, modificando apenas o valor, a empresa ressalta que “Um montante de R$ 673,43 milhões já foi investido no Plano Básico Ambiental do Componente Indígena (PBA-CI).” (NORTE ENERIGA, 2019; p. 38). Essa declaração fornece uma visão quantitativa aparentemente impressionante do compromisso financeiro da empresa Norte Energia em relação às comunidades indígenas. Em outros momentos do texto a Norte Energia apresenta suas ações com mais números, "as ações do PBA-CI são executadas em 11 (onze) Terras indígenas” (NORTE ENERGIA, 2019; p. 38). “Das 34 (trinta e quatro) Unidades Básicas de Saúde (UBS) previstas, 31 (trinta e uma) foram Concluídas” (NORTE ENERGIA, 2019; p. 38). No entanto, um olhar mais aprofundado revela que a apresentação de números e valores monetários pode ser enganosa, pois não fornece uma compreensão completa do impacto real desses fundos nas comunidades indígenas.

A comunicação eficaz da responsabilidade social corporativa também é crucial, pois a visibilidade pública das ações das empresas pode influenciar as expectativas e demandas da sociedade (BRANCO; RODRIGUES, 2006b; COETZEE; VAN STADEN, 2011). Ademais, a literatura destaca a importância de abordar as injustiças sociais e ambientais contra povos indígenas em projetos de desenvolvimento, como a construção de barragens, e a necessidade de capacitar as comunidades para lidar com informações de forma eficaz (BEBBINGTON; RUSSELL; THOMSON, 2017; DENEDO; THOMSON; YONEKURA, 2019; RIBEIRO; MORATO, 2020b). Portanto, a avaliação do impacto real do compromisso financeiro da empresa Norte Energia, que prevaleceu em todo o texto apresentado nos relatórios em relação às comunidades indígenas deve levar em consideração não apenas os valores monetários, mas também a transparência, a comunicação eficaz e a capacitação das comunidades para lidar com as informações.

A declaração pública feita por Bolsonaro em 6 de julho de 2019, onde ele comparou a Amazônia a uma "virgem que todo tarado de fora quer", levanta questões significativas sobre o desenvolvimento, defesa pela preservação ambiental e pelos direitos dos povos indígenas. Nas palavras de Brum (2021; p. 35), nenhuma outra declaração “foi tão reveladora da forma como Bolsonaro enxerga e trata a maior floresta tropical do planeta. Para Bolsonaro, a Amazônia é uma mulher cujo corpo lhe pertence para fazer dele o que quiser.” Além dessa, outras

declarações "(...) [A Amazônia] permanece praticamente intocada." (AOS FATOS, 2023) demonstravam a necessidade do então presidente em desconsiderar toda a história e vida dos povos originários e propagar ainda mais a ideia de desenvolvimento e progresso por meio da exploração dos recursos naturais a qualquer custo.

A Amazônia tem sido alvo de atenção devido à construção de barragens e seus impactos nos ecossistemas locais. Estudos destacam que a construção de grandes barragens na bacia amazônica tem levado à degradação de ecossistemas de água doce, redução na qualidade da água, diminuição na quantidade de peixes, e impactos negativos na navegação e geração de energia (CASTELLO; MACEDO, 2015a; PELICICE; POMPEU; AGOSTINHO, 2014; SANTOS et al., 2018).

Além disso, a construção de grandes barragens tem sido associada a barreiras ecológicas para a migração de peixes, afetando a subsistência de comunidades locais que dependem da pesca (RIBEIRO; MORATO, 2020b; RODRIGUES; CAVALCANTE, 2022). A declaração de Bolsonaro também levanta preocupações sobre a justiça ambiental e social, especialmente em relação aos povos indígenas da região. Estudos indicam que a construção de barragens na Amazônia tem resultado em violações dos direitos humanos e aumento da vulnerabilidade das comunidades indígenas (DENEDO; THOMSON; YONEKURA, 2019; FINER; JENKINS, 2012).

A declaração de Bolsonaro ressalta a importância de uma abordagem e um debate que seja menos danoso aos povos indígenas quanto ao que chamam de desenvolvimento sustentável da região (BRUM, 2021). Para além de considerarem os impactos ambientais, sociais e culturais das atividades humanas (BRO; MORAN; CALVI, 2018; FRANCO, 2018a), há a necessidade de superação da lógica de exploração violenta e domínio dos corpos, que perpassa pelos pilares morais, patriarcais e da supremacia branca que alavancam o modelo capitalista e instrumental de desenvolvimento (BARIANI JUNIOR, 2008b; SIQUEIRA, 2014b).

A falta de informações sobre a participação das comunidades indígenas no relatório de 2019, assim como ocorreu nos relatórios anteriores levanta uma preocupação quanto ao papel desses relatórios. Nesse sentido, vale ressaltar que a contabilidade também desempenha um papel na avaliação dos impactos sociais e ambientais de grandes projetos, como a construção de barragens, e na consideração dos direitos e necessidades das comunidades afetadas, incluindo minorias étnicas e povos indígenas (FRANCO, 2018).

Além disso, a contabilidade tem sido discutida em relação à criação de valor financeiro para florestas tropicais e à necessidade de considerar as relações entre as pessoas e a natureza,

destacando a importância de abordagens que reconheçam e valorizem as contribuições das comunidades locais e povos tradicionais (CUCKSTON, 2018b).

A continuidade na abordagem adotada nos anos anteriores suscita questões sobre a eficácia das ações e compromissos da empresa, tornando o exame do relatório de 2020 ainda mais significativo para avaliar se houve alguma melhoria ou evolução nas respostas da Norte Energia às preocupações dos povos indígenas e ao impacto ambiental da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Ademais, o ano de 2019 ficou marcado pela inauguração oficial de Belo Monte no dia 27 de novembro, quando do acionamento da última unidade geradora deu início à plena operação do empreendimento.

4.2.4.4 Relatório de Sustentabilidade de 2020

A abordagem da questão indígena demonstrou significativa relevância no contexto do relatório de sustentabilidade de 2020, representando uma mudança notável em relação aos anos anteriores. Pelo menos do ponto de vista quantitativo, observou-se que a palavra indígena foi citada 4 vezes mais do que nos relatórios anteriores. Várias justificativas podem ser apontadas para essa transição, que não necessariamente resultou em uma abordagem com melhora qualitativa no tratamento da questão indígena.

A primeira delas diz respeito à introdução de um estudo de materialidade no ano de 2019, que pela primeira vez foi utilizado como base para definir os temas materiais a serem abordados no relatório de 2020. Esse estudo avaliou a importância dos tópicos em relação às preocupações das partes interessadas e à influência da empresa, e identificou a questão indígena como um tema de alta relevância, refletindo a necessidade de uma abordagem mais aprofundada e responsável.

A segunda justificativa reside no fato de que a empresa estava exposta a um escrutínio público mais intenso no ano de 2020, uma vez que foi o primeiro ano de pleno funcionamento da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Esse marco trouxe consigo uma maior visibilidade e expectativas da sociedade em relação às práticas e ao impacto da empresa, especialmente no que concerne aos povos indígenas.

Por último, o ano de 2020 foi notavelmente marcado pelo início da pandemia global de COVID-19, que impactou de maneira significativa as comunidades indígenas e trouxe à tona a importância de uma abordagem sensível e eficaz às questões de saúde e bem-estar dessas populações. Assim, a conjunção desses fatores pode justificar, em parte, a mudança no

tratamento da questão indígena no relatório de sustentabilidade de 2020, evidenciando, ainda, a necessidade de abordar essas questões de forma mais profunda e responsável no contexto do desenvolvimento e operação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Apesar desse contexto do relatório de sustentabilidade de 2020, os atos de agressão direcionados aos povos indígenas no decorrer de 2020 assumiram características de extrema crueldade e desumanidade (CIMI, 2020). Tais ações foram perpetradas por invasores apoiados pelo governo brasileiro, os quais não hesitaram em fomentar a invasão das terras indígenas visando à exploração de recursos como garimpo, exploração madeireira e grilagem. (CIMI, 2020).

Os incêndios florestais ficarão gravados na memória dos brasileiros, sendo testemunhos de dias, semanas e meses de queimadas deliberadas, resultando na destruição de centenas de milhares de hectares de florestas (CIMI, 2020). Somado a isso, o então presidente do Brasil discursava na Assembleia Geral das Organização das Nações Unidas (ONU), culpando indígenas, caboclos, imprensa e ONGs pelas queimadas na Amazônia e Pantanal e pelas consequências da pandemia de coronavírus durante seu discurso (BRASIL DE FATO, 2020).

As consequências dessas ações não se limitaram apenas à perda de árvores, mas também à extinção de todas as formas de vida que habitavam as regiões afetadas pelas chamas (CIMI, 2020). Os crimes e os danos resultantes foram de proporções inimagináveis, sem precedentes na história do Brasil, ocorrendo em um período notavelmente curto (CIMI, 2020).

Além de encorajar os incêndios florestais, o governo promoveu a invasão de garimpeiros em várias regiões da Amazônia, com destaque para as terras Yanomami e Munduruku, onde dezenas de milhares de garimpeiros ingressaram, perpetrando diversos tipos de violência e causando contaminação ambiental (CIMI, 2020). Dessa forma, após os incêndios, a degradação se voltou para os recursos hídricos, resultando na contaminação de todos os rios, lagos e córregos. Os ataques à vida atingiram tanto as comunidades indígenas quanto todas as demais formas de vida presentes na região (CIMI, 2020).

Devido à severidade da pandemia de COVID-19, o Ministério Público Federal (MPF) emitiu uma recomendação, em 07 de abril de 2020, à Fundação Nacional do Índio (Funai), ao Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) e à empresa Norte Energia para a elaboração de um plano de ação destinado a assegurar a provisão adequada de alimentos, por meio da distribuição de cestas básicas, às populações indígenas da região do Médio Xingu (CIMI, 2020).

Isso abrangeu não apenas os indígenas que residem em áreas demarcadas, mas também aqueles que vivem fora dessas demarcações, com o propósito de viabilizar a adoção do

distanciamento social em suas comunidades e, consequentemente, mitigar o risco de exposição ao vírus SARS-CoV-2 (CIMI, 2020).

Na ação, o MPF explica que os mais de 3 mil indígenas dos 11 povos da região do médio Xingu contam com um subsistema de saúde que não foi readequado às transformações advindas da instalação da UHE Belo Monte (CIMI, 2020). Além disso, o MPF explica que várias das mais de 70 aldeias da região sequer contavam com apoio de técnico de enfermagem, sendo que não havia polos bases estruturados na região para receber os indígenas e as UBS tipo 2 construídas em algumas aldeias não possuíam recursos materiais e humanos suficientes (CIMI, 2020).

As transformações acarretadas pela UHE Belo Monte tiveram impactos severos sobre a saúde dessas populações e sobre o subsistema de saúde indígena. Um dos principais impactos de Belo Monte sobre os povos indígenas do Médio Xingu foi a ruptura das atividades produtivas tradicionais e a transformação de sua base alimentar, que passou a depender substancialmente de alimentos vindos da cidade (CIMI, 2020).

No relatório de sustentabilidade de 2020, a Norte Energia destaca apenas na seção Mensagem da Administração, que foram distribuídas 126 toneladas de alimentos, durante a fase mais crítica da pandemia, às comunidades indígenas (NORTE ENERGIA, 2020). Apesar de louvável à primeira vista, a informação requer detalhes adicionais para que possa ser considerada de fato um ato responsabilidade da empresa. Não são fornecidos detalhes de como a distribuição ocorreu, qual foi a frequência dessa ação e quais comunidades indígenas foram assistidas. Além disso, vale ressaltar que essa foi uma medida emergencial, não foi observado no relatório qualquer outra medida de médio e longo prazo, por parte da empresa Norte Energia, de assistência às necessidades básicas dos povos indígenas.

Essa prática tem precedentes históricos, não difere muito do relato do tratamento destinado aos indígenas norte-americanos que, depois de massacrados ao longo dos séculos e terem seu modo de vida destruído, foram retirados de suas terras e levados a outras que lhes eram desconhecidas e não ofereciam condições de sustentar a população existente (BROWN, 2003).

Outro ponto importante a ser destacado é como a empresa tratou o avanço do vírus COVID-19 nas comunidades indígenas. Após destacar seu compromisso e cumprimento com obrigações legais, a Norte Energia destaca que “a taxa de contaminação pelo Coronavírus, especialmente nas comunidades indígenas atendidas, foi extremamente baixa, com níveis

elevados de recuperação dos infectados na região quando comparados às médias nacionais, sobretudo em relação às demais áreas indígenas brasileiras." (NORTE ENERGIA, 2020; p. 12).

Observe que a empresa não cita a fonte que sustenta essa afirmação o que, consequentemente, prejudica a confiabilidade e a validade da informação. Além disso, a informação requer dados adicionais para a verificação de sua veracidade, como a densidade populacional indígena, como se deu o acesso aos serviços de saúde ou qual foi a estrutura construída para atendimento dos casos de covid, em especial, para a população indígena.

A comparação com as médias nacionais, apesar de ser importante do ponto de vista estatístico, pode passar uma informação falsa, visto a imensidão do território brasileiro e as realidades epidemiológicas diferentes em cada região. A comparação com outras terras indígenas pode ser ainda mais prejudicial. Por fim, a comparação com outras populações indígenas é importante, porém há de se considerar se essas áreas são comparáveis em termos de fatores relevantes, a densidade populacional, a disponibilidade e qualidade dos serviços de saúde, a infraestrutura local, o acesso a recursos de prevenção, a estrutura de apoio da empresa e das autoridades locais, entre outros. A falta de comparação em termos dessas variáveis pode distorcer a avaliação e tornar a comparação menos significativa.

Novamente o encontro de dois mundos distintos, traz consequências daninhas à população indígena. A doença nascida de um modo de vida globalizado traz penúria a uma cultura que não coloca o mercado no centro de sua sociedade, repetindo tragédias que ecoam desde o século XVI. No brutal processo de colonização do Novo Mundo, as pestes tiveram papel fulcral, grassando por entre povos sem anticorpos e eliminando populações inteiras. Mesmo quando os europeus buscavam um tratamento mais justo, como pela atuação do Frei Bartolomé de Las Casas em prol dos nativos, o resultado foi a morte, nesse caso, pela varíola (BUENO, 2001).

Nesse sentido, vale ressaltar que o acompanhamento da evolução da pandemia de COVID-19 entre as populações indígenas no Brasil apresentou e apresenta desafios significativos. Os números oficiais de notificação da doença, embora forneçam informações sobre sua dinâmica, não capturam de forma abrangente a verdadeira extensão da pandemia entre essas populações (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2023). A ausência de dados desagregados torna difícil a identificação das regiões e grupos étnicos indígenas mais afetados. Além disso, a falta de informações sobre indígenas que vivem fora de Terras Indígenas homologadas, incluindo aqueles que residem em áreas urbanas e aguardam a demarcação de suas terras, é uma lacuna significativa (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2023). Para obter

uma compreensão mais precisa da dimensão da epidemia entre os indígenas diversas fontes de dados alternativas estão sendo utilizadas.

A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) tem desempenhado um papel fundamental na coleta e compilação de informações independentes sobre os casos de COVID-19 entre os indígenas (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2023). Além disso, dados da iniciativa Brasil.io, que reúne informações de boletins das Secretarias Estaduais de Saúde em todo o país, têm sido empregados para acompanhar a evolução dos casos (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2023).

Diante da subnotificação nos dados oficiais, segundo o próprio Instituto Socioambiental (2023), a Apib tem identificado um número significativamente maior de casos do que os registrados pela Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), que se limita a contabilizar casos em terras indígenas homologadas. A compilação de dados pela Apib envolve o Comitê Nacional de Vida e Memória Indígena, organizações indígenas de base da Apib e outras iniciativas no Brasil. Diferentes fontes de dados, incluindo dados das Secretarias Municipais e Estaduais de Saúde e do Ministério Público Federal, têm sido utilizadas para fortalecer essa iniciativa de coleta de informações. Essas ações conjuntas visam preencher as lacunas existentes nos dados oficiais e fornecer uma visão mais precisa da situação da COVID-19 entre as populações indígenas no Brasil (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2023).

Em resumo, a análise do relatório de sustentabilidade de 2020 da empresa Norte Energia demonstra uma evolução na abordagem da questão indígena em relação aos anos anteriores. No entanto, é importante enfatizar que ainda foram identificadas lacunas significativas, sobretudo no que diz respeito ao impacto da pandemia de COVID-19 nas populações indígenas.

A ampliação quantitativa das menções à palavra "indígena" reflete uma maior conscientização sobre a relevância dessa questão, impulsionada por diversos fatores, como a introdução do estudo de materialidade, a visibilidade pública decorrente da operação plena da Usina Hidrelétrica de Belo Monte e as complexidades advindas da pandemia de COVID-19. No entanto, a abordagem ainda carece de aprimoramentos qualitativos e de maior profundidade, especialmente no que concerne às medidas efetivas para abordar as necessidades básicas das comunidades indígenas.

A falta de transparência e fontes que sustentem as afirmações da empresa, principalmente em relação aos impactos da pandemia, continua a ser uma preocupação relevante. O uso de comparações estatísticas deve ser realizado com maior cautela, levando em consideração as variações regionais e as diferentes realidades epidemiológicas. Além disso, a

ausência de detalhes sobre a distribuição de alimentos durante a pandemia e a falta de ações de médio e longo prazo voltadas para as necessidades das comunidades indígenas evidenciam lacunas que precisam ser abordadas de forma mais sólida.

Na próxima sessão, será conduzida a análise do relatório de sustentabilidade de 2021 da Norte Energia, com o objetivo de verificar se as lacunas identificadas em 2020 foram abordadas e se houve melhorias substanciais na abordagem da questão indígena, especialmente em relação ao impacto contínuo da COVID-19 nas populações indígenas. Isso permitirá avaliar a evolução do discurso com relação às práticas da empresa relativas a essas comunidades.

4.2.4.5 Relatório de Sustentabilidade de 2021

A abordagem significativamente aprimorada da questão indígena no relatório de sustentabilidade de 2020 por parte da Norte Energia, como discutido anteriormente, suscitou a necessidade de uma análise aprofundada do subsequente relatório de 2021. A evolução quantitativa notável, evidenciada pelo aumento nas menções à palavra "indígena", sugere, a primeira vista, uma maior conscientização e comprometimento com a temática por parte da empresa.

No entanto, diante das lacunas identificadas em 2020, principalmente no que tange ao impacto da pandemia de COVID-19 nas comunidades indígenas, é crucial examinar se o relatório de 2021 aborda de maneira mais abrangente e qualitativa essas questões. A análise se concentrará em identificar melhorias substanciais na transparência das informações fornecidas, na inclusão de dados específicos e na implementação de ações efetivas em resposta aos desafios enfrentados pelas populações indígenas.

No prefácio do Relatório de Sustentabilidade de 2021, o presidente da Norte Energia destacou, inicialmente, a persistente centralidade da pandemia como a principal preocupação da empresa. Afirmou-se que continuam "enfrentando com máximo rigor, colocando as pessoas – dentro e fora da Companhia no topo de nossas prioridades" (NORTE ENERGIA, 2021; p. 6).

A empresa manteve o discurso do relatório anterior ressaltando que o conjunto de medidas adotadas pela Norte Energia, "descritas no relatório, contribuiu para o registro de um número reduzido de óbitos por Covid-19 junto aos povos indígenas e de ribeirinhos" (NORTE ENERIGA, 2021; p.6).

Dados oriundos do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), analisados pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi), apontam para o registro de 847 óbitos de indivíduos indígenas devido à infecção pelo coronavírus no ano de 2021 (CIMI, 2021). Este número

representa mais que o dobro do quantificado pela Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), a qual relata 315 óbitos no mesmo período (CIMI, 2021).

É relevante destacar que o SIM compila informações sobre falecimentos em todo o território brasileiro, enquanto a Sesai se restringe à população indígena assistida pelo Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, estimada em aproximadamente 755 mil pessoas. A abrangência mais ampla dos dados oferece indícios de uma possível subnotificação de casos, indicando a considerável quantidade de indígenas que enfrentaram a pandemia e faleceram de maneira desassistida e invisibilizada em áreas urbanas, acampamentos e retomadas (CIMI, 2021).

Desse modo, é crucial abordar criticamente o discurso apresentado no prefácio do Relatório de Sustentabilidade de 2021 pela Norte Energia. A reiteração do compromisso em enfrentar a pandemia com "máximo rigor" e a alegada priorização das pessoas, tanto internas quanto externas à empresa, demanda uma análise aprofundada da eficácia e impacto concreto dessas medidas. A avaliação da real implementação dessas práticas e sua efetividade na proteção da saúde das comunidades afetadas, especialmente considerando a continuidade do discurso em relação ao ano anterior, revela a necessidade de uma análise criteriosa dos dados.

Além disso, a assertiva de que o conjunto de medidas delineadas no relatório contribuiu para a redução significativa de óbitos por Covid-19 entre os povos indígenas e ribeirinhos recai na mesma avaliação apresentada para o ano anterior. A falta de dados detalhados sobre a implementação específica dessas medidas e a ausência de uma análise comparativa com anos anteriores levantam questionamentos sobre a validade e transparência das alegações da empresa. Essa falta de detalhamento compromete a capacidade de avaliar a eficácia e a abrangência real dessas medidas, resultando em uma lacuna significativa na apresentação do impacto das ações da Norte Energia frente à pandemia.

No entanto, ao examinar as ações específicas apresentadas no Relatório de Sustentabilidade de 2021, a Norte Energia ressalta que continuou a executar “seus compromissos socioambientais, destacando a disponibilização de 120 profissionais de saúde ao Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) de Altamira” (NORTE ENERGIA, 2021, p. 72). Essa iniciativa abrangeu diversas áreas, desde apoio logístico para campanhas de vacinação contra Covid-19 e H1N1, até a construção e manutenção de Unidades Básicas de Saúde, aquisição de veículos, melhorias de acesso e a implementação de um projeto-piloto de telemedicina em uma das áreas indígenas da região do empreendimento (NORTE ENERGIA,

2021). A empresa alega que essas medidas contribuíram para resultados positivos na atenção à saúde dos povos indígenas do Médio Xingu (NORTE ENERGIA, 2021).

A Norte Energia, ao citar dados da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), vinculada ao Ministério da Saúde, destaca que, “apesar da população indígena na região apresentar uma alta incidência de casos de Covid-19 na população indígena da região em 2021, os índices de mortalidade foram muito baixos” (NORTE ENERGIA, 2021; p.72), registrando nenhum óbito em comparação com dois óbitos no ano de 2020 (NORTE ENERGIA, 2021). Além disso, ressalta que o índice de recuperação clínica foi de 99,8% em 2021, classificando-se como um dos melhores resultados em nível nacional. A cobertura vacinal completa é apontada como a melhor da Região Norte do país, atingindo 93,8% da população indígena maior de 18 anos e 79,4% da população acima de 12 anos (NORTE ENERGIA, 2021).

Observa-se que a narrativa apresentada pela empresa destaca o sucesso na implementação de suas ações, na maioria das vezes, por meio de números sem respaldo científico, ressaltando que a falta de detalhes sobre a metodologia de coleta, a fonte dos dados e a ausência de comparações com anos anteriores limitam a capacidade de avaliar a verdadeira eficácia das medidas.

A violência contra os povos indígenas não se limita a ausência de ações por parte da empresa ou do poder público à assistência aos povos indígenas no período pandêmico. Para além dessa notável falta de transparência com relação as ações que destacam com orgulho por meio de números, vale destacar que em 2021, houve um aprofundamento alarmante da violência e das violações contra os povos indígenas no Brasil, como evidenciado no relatório "Violência Contra os Povos Indígenas do Brasil" do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) de 2021. O governo de Jair Bolsonaro, em seu terceiro ano, persistiu na paralisação das demarcações de terras indígenas, exacerbando conflitos e negligenciando a proteção das áreas já demarcadas (CIMI, 2021).

Este cenário resultou em um aumento significativo, pelo sexto ano consecutivo, de casos de invasões, exploração ilegal de recursos e danos ao patrimônio em terras indígenas. Em 2021, foram registrados 305 casos, afetando pelo menos 226 Terras Indígenas em 22 estados, indicando quase o triplo dos casos de 2018 (CIMI, 2021). Além do aumento quantitativo, a presença e a agressividade de invasores intensificaram-se, notavelmente nos territórios dos povos Munduruku no Pará e Yanomami em Roraima e Amazonas. A Terra Indígena Yanomami foi alvo de ataques armados sistemáticos, gerando um clima de terror e resultando em mortes, inclusive de crianças (CIMI, 2021).

Garimpeiros ilegais na Terra Indígena Munduruku, no Pará, perpetraram ataques contra comunidades indígenas e ameaçaram lideranças, enquanto a devastação da terra prosseguia com a destruição de rios e igarapés devido à extração ilegal de ouro (CIMI, 2021). O relatório registrou um aumento em 15 das 19 categorias de violência em relação ao ano anterior, incluindo 176 assassinatos de indígenas e 148 casos de suicídio em 2021 (CIMI, 2021). Esse contexto geral de ataques está diretamente ligado a medidas do poder Executivo que favoreceram a exploração de terras indígenas e à aprovação de leis que desmantelam a proteção constitucional desses povos.

Medidas como a Instrução Normativa 09 e propostas como o Projeto de Lei 490/2007 e o PL 191/2020 contribuíram para a confiança dos invasores, incentivando a infraestrutura de garimpos, o desmatamento e incursões ilegais em territórios indígenas. Além dessas, pode-se destacar outros dispositivos em tramitação que se enquadram nesse propósito: a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) no 215/2000 e o Recurso Extraordinário no 1.017.365/2017. A controvérsia em torno dos direitos territoriais dos povos indígenas está fundamentada em duas teorias distintas.

A primeira é a "teoria do Indigenato," adotada pela Constituição Federal de 1988, a qual reconhece o direito originário dos povos indígenas sobre as terras, ou seja, um direito decorrente da ocupação prévia à formação do Estado brasileiro. Em contrapartida, a "teoria do fato indígena," que questiona essa tradição, define como terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas aquelas que já estavam sob sua posse em 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal de 1988 (BASTIAN et al., 2023).

Diante desse contexto, a década de 2010 e, principalmente, os anos pós eleição do governo Bolsonaro em 2018 foram marcados por intensas reinvindicações dos povos indígenas, realizando acampamentos nacionais em Brasília em defesa de seus direitos. Destaque para as manifestações que se iniciaram em abril de 2021, tanto em Brasília quanto em todas as regiões do Brasil, representaram os maiores e mais intensos eventos mobilizatórios observados nos últimos anos. Este fenômeno ocorreu apesar da truculência, violência e das adversidades pandêmicas enfrentadas pelo país.

As mobilizações indígenas, além de influenciarem a sociedade em âmbito nacional e internacional, exerceram pressão significativa sobre os poderes da República, instigando a adoção de medidas efetivas para a preservação adequada dos direitos da população. No âmbito do Supremo Tribunal Federal (STF), a inclusão na pauta de julgamento e o início do processo

referente às demarcações de terras indígenas em 2021 foram eventos notáveis, cuja ocorrência não estava prevista, mas foi resultante das mobilizações.

O primeiro protesto, em abril de 2021, ocorreu durante uma fase crítica da pandemia, ao mesmo tempo em que os territórios enfrentavam invasões, especialmente por parte de garimpeiros. A negligência e a promoção do governo eram evidentes, sem qualquer constrangimento. Os povos Munduruku, em Itaituba e Jacareacanga, no Pará, e os Yanomami, em Roraima e no Amazonas, entre outros, estavam sujeitos a ataques constantes em seus territórios por parte de garimpeiros. O governo, em colaboração com empresários do setor, orquestrou um evento denominado "Abril Indígena" em Brasília, com pequenos grupos indígenas favoráveis ao garimpo, buscando assim desvirtuar a resistência massiva dos povos em relação aos Projetos de Lei (PLs) 490/2007 e 191/2020 na Câmara Federal (OLIVEIRA, 2021).

Portanto, diante desse contexto mais amplo de violência contra os povos indígenas no Brasil é possível lançar uma luz crítica sobre o comprometimento efetivo da empresa com a proteção dessas comunidades. A intensificação dos ataques e violações aos direitos indígenas, aliada a medidas governamentais que favorecem a exploração de terras indígenas, sugere que as ações da Norte Energia podem não ser suficientes para mitigar os impactos adversos sobre essas populações.

4.3 Análise da Prática Social

A análise da prática social, como proposta por Norman Fairclough, emerge como um arcabouço teórico robusto e sofisticado, enraizado na interseção entre linguagem, poder e estrutura social (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 2010). Este paradigma analítico, fundado na abordagem crítica do discurso, visa transcender as análises convencionais, buscando desvelar as dinâmicas subjacentes que permeiam as práticas sociais. Nesta seção, o enfoque analítico busca elucidar as nuances da relação entre linguagem, poder e prática social, especialmente no que tange aos impactos sobre os povos indígenas e sua relação com o discurso apresentado nos relatórios de sustentabilidade.

A metodologia de Fairclough, inserida no âmbito da análise crítica do discurso, oferece uma lente teórica apropriada para desvendar as dinâmicas discursivas presentes nos relatórios de sustentabilidade (JOUTSENVIRTA, 2011; MILNE; TREGIDGA; WALTON, 2009b). Ao considerar a tríade de texto, prática discursiva e prática social, o objetivo é explorar além das manifestações superficiais desses documentos, adentrando os mecanismos ideológicos que

moldam as representações linguísticas e, por conseguinte, influenciam as práticas sociais. A abordagem de Fairclough enfatiza a interação entre linguagem, poder e ideologia no discurso, permitindo uma análise abrangente de como a linguagem constrói e reflete práticas sociais e relações de poder (HANDAYANI et al., 2018). Para tanto, os conceitos de ideologia e hegemonia são ricas lentes teóricas para a investigação do discurso como prática social (FAIRCLOUGH, 2001).

O termo "ideologia", tal como conceituado por Marx e Engels, tem um significado crítico, representando um conjunto de ideias que procuram ocultar as suas origens nos interesses sociais de um grupo específico dentro da sociedade (FERGUSON et al., 2009). Ideologia para Norman Fairclough é compreendida como um elemento central na análise crítica do discurso (ACD), que é uma abordagem teórico-metodológica para examinar como o discurso reflete e reproduz relações de poder, práticas sociais e ideologias (FAIRCLOUGH, 2001c; ONUMA, 2020).

Fairclough enfatiza que o discurso não apenas reflete a realidade, mas também a (re)produz, influenciando ativamente as práticas sociais e as relações de poder (SALLES; DELLAGNELO, 2019). Ele argumenta que o discurso é uma prática social que molda e é moldada por estruturas sociais e relações de poder, e que a análise do discurso pode revelar como a linguagem é usada para exercer influência e perpetuar ideologias (FAIRCLOUGH, 2001c)

Ele propõe uma abordagem tridimensional para a análise do discurso, que inclui a análise do texto, práticas discursivas e práticas socioculturais mais amplas, enfatizando a interconexão entre linguagem, poder e ideologia (SANTOS; COSTA, 2019). Fairclough argumenta que a análise do discurso pode revelar como as práticas discursivas são usadas para (re)produzir ideologias dominantes e como essas ideologias são internalizadas e perpetuadas na sociedade (FAIRCLOUGH, 2001c).

O conceito de hegemonia, segundo Fairclough (2001; p.127), "é liderança tanto quanto dominação nos domínios econômico, político, cultural e ideológico de uma sociedade". De outra maneira, Fairclough (2001; p.128) resgata o conceito de complexo ideológico proposto por Gramsci (1971), no qual "concebia o campo das ideologias em termos correntes ou formações conflitantes, sobrepostas ou cruzadas". E, a partir disso, descreve seu entendimento sobre luta hegemônica em termos de articulação, desarticulação e rearticulação, referindo-se ao trabalho de Laclau e Mouffe (1985), que constitui um precedente para a aplicação desses

conceitos ao discurso. A luta hegemônica, segundo Fairclough, está em harmonia com sua concepção da relação dialética da relação entre estruturas e eventos discursivos.

O conceito de hegemonia, conforme abordado por Fairclough (2001), emerge como uma ferramenta crucial para desvendar as intricadas conexões entre as práticas sociais que englobam o discurso e a natureza intrínseca de sua expressão verbal. Nesse contexto, o autor destaca a importância de compreender os aspectos sociocognitivos envolvidos tanto na produção quanto na interpretação do discurso (FAIRCLOUGH, 2001). Além disso, a hegemonia oferece uma lente analítica através da qual podemos vislumbrar o discurso como parte integrante de práticas sociais, examinando-o em relação às dinâmicas de poder subjacentes (FAIRCLOUGH, 2001). Mais especificamente, a matriz fornecida pela hegemonia permite investigar se as relações de poder presentes no discurso servem para reproduzir, reestruturar ou desafiar as hegemonias preexistentes na sociedade (FAIRCLOUGH, 2001). Hegemonia é, portanto, "liderança tanto quanto dominação nos domínios econômico, político, cultural e ideológico de uma sociedade" (FAIRCLOUGH, 2001; p. 127).

Para integrar a análise e enriquecer a discussão da prática social adota-se como guia para correlacionar os discursos apresentados aos fatos evidenciados os conceitos de racionalidade substantiva e racionalidade instrumental. Guerreiro Ramos, partindo da distinção entre Zweckrationalität (racionalidade instrumental) e Wertrationalität (racionalidade substantiva) de Weber, enfatizou a prevalência da racionalidade instrumental na teoria social (SERVA, 1997b; SOUZA LIMA, 2012).

A racionalidade substantiva, conforme proposta por Ramos, refere-se a uma forma de racionalidade que considera os valores, objetivos e significados subjacentes às ações humanas (SELL, 2012). Por outro lado, a racionalidade instrumental está mais associada à eficiência e aos meios para atingir determinados fins, muitas vezes desconsiderando as implicações éticas e sociais de tais ações (SELL, 2012).

Ramos argumenta que a racionalidade substantiva é essencial para a compreensão holística das organizações e da sociedade, uma vez que leva em consideração não apenas os aspectos técnicos e econômicos, mas também as dimensões éticas, culturais e humanas das interações sociais (DEN HOND; DE BARKER, 2007) . Ele enfatiza a importância de reconhecer a diversidade de valores e significados que permeiam as relações humanas, e como esses elementos influenciam as decisões e ações individuais e organizacionais.

Essa distinção entre racionalidade substantiva e instrumental também pode ser observada em contextos políticos e de ativismo social. Por exemplo, em um estudo sobre a

construção da represa de Belo Monte, no Brasil, Atkins (2019) destaca como os defensores do projeto enfatizam seus supostos benefícios econômicos, adotando uma abordagem mais instrumental e desconsiderando as preocupações políticas e ambientais levantadas pelos opositores (ATKINS, 2019). Essa abordagem ilustra a prevalência da racionalidade instrumental em certos contextos de tomada de decisão, onde os meios para atingir objetivos específicos são priorizados em detrimento de considerações mais amplas e substantivas.

Por outro lado, a noção de racionalidade substantiva também é relevante em estudos sobre responsabilidade social corporativa e ativismo de grupos. Hond & Bakker (2007) exploram como grupos ativistas podem influenciar as atividades de mudança social corporativa, destacando a importância das ideologias e valores subjacentes às ações desses grupos (DEWI; MANOCHIN; BELAL, 2021). Essa perspectiva ressoa com a ênfase de Ramos na consideração dos valores e significados como componentes essenciais da racionalidade substantiva.

Além disso, a aplicação da racionalidade substantiva e instrumental pode ser observada em estudos sobre ONGs e responsabilidade perante os beneficiários. Dewi et al. (2021) propõem um framework conceitual de accountability dos beneficiários por ONGs, destacando a natureza tanto instrumental quanto substantiva das demandas de prestação de contas. Essa abordagem reconhece a importância de considerar não apenas as ações concretas das organizações, mas também o impacto mais amplo de tais ações na autonomia e no bem-estar dos beneficiários, alinhando-se com a perspectiva de racionalidade substantiva de Guerreiro Ramos.

Em suma, a distinção entre racionalidade substantiva e instrumental proposta por Alberto Guerreiro Ramos é uma lente valiosa para compreender uma variedade de fenômenos sociais, desde a tomada de decisões organizacionais até o ativismo social e a responsabilidade corporativa. Sua ênfase na consideração dos valores, significados e contextos mais amplos das ações humanas ressoa em estudos contemporâneos sobre administração, responsabilidade social e ativismo, demonstrando a relevância contínua de suas ideias para a compreensão das complexidades da vida social.

Fairclough, ao destacar a análise crítica do discurso, propõe uma lente teórica que desvenda as dinâmicas subjacentes nas práticas sociais, ressaltando a influência da linguagem na construção e reflexão dessas práticas. Por outro lado, Guerreiro Ramos, por meio da distinção entre racionalidade substantiva e instrumental, enfatiza a importância de considerar os valores e significados nas ações humanas, proporcionando uma compreensão holística das interações sociais.

A abordagem tridimensional de Fairclough, que inclui a análise do texto, práticas discursivas e práticas sociais, converge com a ênfase de Guerreiro Ramos na consideração dos aspectos éticos, culturais e humanos nas interações sociais. Ambos os teóricos reconhecem a importância de ir além das manifestações superficiais e técnicas, buscando compreender as implicações mais amplas das práticas sociais.

A concepção de ideologia e hegemonia, fundamentais na teoria de Fairclough, alinha-se com a perspectiva de Guerreiro Ramos sobre a liderança e dominação nos segmentos econômico, político, cultural e ideológico da sociedade. Ambos os teóricos reconhecem a influência das estruturas sociais e das relações de poder na construção do discurso e na (re)produção de ideologias.

A introdução do conceito de racionalidade substantiva e instrumental por Guerreiro Ramos enriquece a análise da prática social, oferecendo uma compreensão mais profunda das motivações por trás das ações humanas. Assim, ao integrar as teorias de Fairclough e Guerreiro Ramos, revela-se uma sinergia teórica que amplia a compreensão das complexidades das práticas sociais, reconhecendo a interconexão entre linguagem, poder, estrutura social, valores e significados. Essa abordagem integrada oferece uma perspectiva robusta para analisar e interpretar as dinâmicas sociais contemporâneas, destacando a importância de considerar tanto os aspectos discursivos quanto os fundamentos éticos e culturais nas interações humanas.

Os povos indígenas possuem uma racionalidade diferente daquela desenvolvida no seio da sociedade colonizadora europeia. Apesar de seus inúmeros conflitos, eles viviam em uma sociedade de baixo impacto ambiental, marcada pelo apoio mútuo e, rapidamente, foram lançados em uma sociedade opressora centrada no acúmulo de riquezas. Como bem sintetiza Priore (2016, p. 29), o índio foi lançado por uma fronteira onde deixou "de ser membro de uma sociedade onde o comunitarismo era regra e se tornou parte de uma sociedade dominada pela produção mercantil".

4.3.1 Hidrelétricas como Energia Limpa: Como considerá-las assim em vista da tumba negra da floresta?

O desmatamento, como fenômeno global intrinsecamente relacionado ao desenvolvimento econômico, constitui uma das ameaças mais significativas ao meio ambiente e às comunidades que dependem diretamente dos recursos naturais para sua subsistência (FEARNSIDE, 2022). Neste contexto, a perspectiva de Alberto Guerreiro Ramos proporciona

uma lente analítica valiosa para entender as dinâmicas subjacentes ao desmatamento, especialmente no contexto específico da construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Guerreiro Ramos, ao diferenciar as racionalidades substantiva e instrumental, fornece uma estrutura conceitual útil para abordar o desmatamento como expressão da racionalidade instrumental. No caso específico de Belo Monte, a busca por progresso e desenvolvimento econômico muitas vezes ignora o valor intrínseco das florestas e os modos de vida tradicionais dos povos indígenas. A racionalidade instrumental, orientada para ganhos econômicos imediatos, muitas vezes desconsidera as implicações sociais e ambientais a longo prazo, resultando em impactos adversos significativos para as comunidades indígenas.

O desmatamento associado à construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte exemplifica a prevalência da racionalidade instrumental. Por exemplo, como apresentado na análise da prática discursiva, a empresa destaca em forma de números e desempenho suas medidas compensatórias, ressoando a alma utilitarista da floresta "ficou estabelecido que o entorno dos trechos inundados deve formar uma faixa de Área de Preservação Permanente (APP) com largura média de 500 metros.Isso equivale a aproximadamente 26 mil hectares ..." (NORTE ENERGIA, 2017; p. 24). A exploração desenfreada dos recursos naturais na região amazônica, visando a geração de energia, revela uma lógica utilitária que coloca em segundo plano as preocupações ambientais e sociais. A degradação ambiental resultante e a perda de territórios ancestrais impactam direta e desproporcionalmente as comunidades indígenas, exacerbando sua marginalização e vulnerabilidade (RIBEIRO; MORATO, 2020b).

Os povos indígenas afetados pela construção de Belo Monte enfrentam uma série de desafios decorrentes do desmatamento, que vai além da simples perda de cobertura florestal. A alteração do ambiente natural interfere nos ciclos de subsistência, comprometendo práticas tradicionais de caça, pesca e agricultura (FEARNSIDE, 2022). Além disso, a destruição de ecossistemas afeta a biodiversidade, uma preocupação central para muitas dessas comunidades, cujas identidades culturais estão profundamente entrelaçadas com a natureza (RIBEIRO; MORATO, 2020b; TURGEON; TURPIN; GREGORY-EAVES, 2019; WINEMILLER et al., 2016b).

A resistência das comunidades indígenas diante do desmatamento associado a Belo Monte é um reflexo da agência que Guerreiro Ramos destaca em suas análises. Mobilizações, protestos e a busca por reconhecimento de direitos representam estratégias de resistência que visam preservar não apenas o meio ambiente, mas também a identidade cultural dessas comunidades (ATKINS, 2019; RIBEIRO; MORATO, 2020b; SILVEIRA, 2018). As mulheres

indígenas, em particular, emergem como líderes destacadas nesse cenário, enfrentando não apenas as mudanças ambientais, mas também desafios sociais e políticos (RIBEIRO; MORATO, 2020b).

Ao analisar o desmatamento no contexto de Belo Monte à luz das ideias de Guerreiro Ramos, surge a necessidade premente de repensar o modelo de desenvolvimento predominante. O respeito à racionalidade substantiva, que valoriza a integridade ecológica e a diversidade cultural, é essencial para forjar caminhos sustentáveis. A falta de uma análise aprofundada e ética por parte das autoridades responsáveis pela construção da usina compromete não apenas o meio ambiente, mas também perpetua injustiças históricas contra os povos indígenas.

A construção de Belo Monte não é apenas um projeto de infraestrutura; é um microcosmo de questões sociais, ambientais e éticas que permeiam o desenvolvimento moderno. A perspectiva de Guerreiro Ramos oferece um olhar crítico sobre como a racionalidade instrumental molda esses empreendimentos e destaca a necessidade de abordagens mais inclusivas e sustentáveis. No enfrentamento ao desmatamento e seus impactos, reconhecer e respeitar os conhecimentos tradicionais e os direitos das comunidades indígenas emerge como imperativo para uma coexistência equitativa e ambientalmente responsável.

Especificamente sobre o desmatamento em Terras Indígenas, o relatório do observatório De Olho nos Ruralistas revela uma realidade alarmante e complexa envolvendo a sobreposição de fazendas em terras indígenas no Brasil, com implicações sérias para os direitos territoriais dos povos indígenas, a preservação ambiental e a estabilidade social. Os dados obtidos a partir do cruzamento de bases de dados fundiários do Incra lançam luz sobre uma situação que exige atenção imediata e ação efetiva, mostrando como as hegemonias econômicas influenciam diretamente as decisões sobre o uso da terra e o desmatamento (CASTILHO et al., 2023).

A identificação de 1.692 sobreposições de fazendas em terras indígenas, totalizando 1,18 milhão de hectares, equivale a uma área do tamanho do Líbano. A preocupante constatação de que 95,5% dessas sobreposições ocorrem em territórios pendentes de demarcação ressalta a vulnerabilidade dessas áreas diante da expansão agropecuária (CASTILHO et al., 2023).

A análise da utilização da área sobreposta revela que apenas 18,6% são destinados à produção agropecuária, sendo 55,6% ocupados por pasto e 34,6% por soja. Os setores de grãos, carne, madeira, açúcar, etanol e fruticultura emergem como os principais responsáveis por essas sobreposições, com a presença de grupos multinacionais notáveis, como Bunge, Amaggi, Bom Futuro, Lactalis, Cosan, Ducoco e Nichio (CASTILHO et al., 2023).

O envolvimento direto de bancos e fundos de investimento, como Itaú (Kinea), Bradesco, XP, Gávea Investimentos, IFC e Mubadala, na pressão econômica contra as terras indígenas destaca a dimensão financeira desse problema. Essas instituições exercem influência significativa, contribuindo para a perpetuação das sobreposições e, consequentemente, para conflitos territoriais e, lamentavelmente, assassinatos de líderes indígenas (CASTILHO et al., 2023).

O dado sobre o desmatamento de 46,9 mil hectares entre 2008 e 2021 em áreas de sobreposição ressalta as graves consequências ambientais dessa prática, comprometendo a biodiversidade e a sustentabilidade ambiental. Os estados de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Maranhão emergem como epicentros dessas sobreposições, evidenciando a necessidade de ações coordenadas e urgentes para proteger as terras indígenas e garantir a segurança de suas comunidades (CASTILHO et al., 2023).

A análise da prática discursiva da Norte Energia revelou elementos ideológicos que moldam a percepção pública sobre o projeto, muitas vezes em detrimento das comunidades indígenas e do meio ambiente. Esta ideologia é perceptível através da seleção e apresentação de informações nos relatórios de sustentabilidade, que frequentemente destacam os aspectos positivos das operações e minimizam ou omitem os impactos negativos.

No relatório de 2019, a empresa menciona seu apoio a iniciativas para as comunidades indígenas, mas sem abordar os impactos negativos ou a violência enfrentada por essas comunidades: "A Norte Energia apoia ações voltadas para o desenvolvimento das comunidades indígenas, incluindo projetos de educação, saúde e infraestrutura" (NORTE ENERGIA, 2019, p. 45). Este excerto destaca os aspectos positivos, mas não menciona as dificuldades e os conflitos enfrentados pelas comunidades indígenas, como os deslocamentos forçados, a perda de terras e recursos naturais, e a violência associada às operações do projeto.

No relatório de 2020, a empresa destaca a conclusão do processo de supressão vegetal nas áreas das obras civis e dos reservatórios da UHE Belo Monte, afirmando que "o processo de supressão vegetal nas áreas das obras civis e dos reservatórios da UHE Belo Monte foi concluído em 2015" (NORTE ENERGIA, 2020, p. 96). Essa declaração, embora informe sobre a conclusão de uma etapa do projeto, não fornece detalhes sobre como o processo foi conduzido, quais áreas específicas foram afetadas e se houve algum impacto ambiental significativo. A omissão dessas informações pode ser vista como uma tentativa de projetar uma imagem de responsabilidade e eficiência, enquanto esconde os possíveis danos ambientais causados.

No relatório de 2021, a empresa faz referência às áreas diretamente afetadas, incluindo terras indígenas, mas novamente sem uma discussão detalhada sobre os desafios enfrentados por essas comunidades: "Na Área Diretamente Afetada (ADA) pela UHE Belo Monte existem duas Terras Indígenas e duas áreas de extrema importância biológica: AM 179 - Volta Grande do Xingu e AM 183 - Cavernas da Volta Grande" (NORTE ENERGIA, 2021, p. 56). Aqui, a menção às terras indígenas é feita sem fornecer informações sobre como as operações da usina afetam essas áreas e os povos que nelas vivem, incluindo qualquer ação de mitigação específica adotada pela empresa.

A ênfase nos números e desempenho da empresa, destacando medidas compensatórias, pode ser interpretada como parte de uma ideologia que busca legitimar a exploração dos recursos naturais em nome do progresso econômico. Essa narrativa utilitarista, centrada em ganhos imediatos, pode obscurecer as implicações sociais e ambientais a longo prazo, refletindo a hegemonia de uma perspectiva de desenvolvimento que prioriza interesses econômicos sobre questões socioambientais.

A resistência das comunidades indígenas e suas estratégias, como mobilizações, protestos e busca por reconhecimento de direitos, podem ser vistas como formas de contra-hegemonia. Guerreiro Ramos destaca a agência como um elemento-chave na resistência, e, nesse contexto, as ações das comunidades indígenas representam uma resposta ativa e consciente contra a hegemonia imposta pela racionalidade instrumental (JULIANO; JULIANO; JULIANO, 2019; KRAMER et al., 2022a; LOUREDO, 2019; WEBER; MEDEIROS, 2021)

As mulheres indígenas emergem como líderes destacadas nessa resistência, enfrentando não apenas as mudanças ambientais, mas também desafios sociais e políticos. Suas ações desafiam a narrativa hegemônica que marginaliza as vozes das comunidades afetadas, contribuindo para uma contra-hegemonia que busca preservar não apenas o meio ambiente, mas também a identidade cultural dessas comunidades (KRAMER et al., 2022a; SILVA; LUCAS, 2022)

A análise dos dados do observatório De Olho nos Ruralistas sobre a sobreposição de fazendas em terras indígenas acrescenta uma dimensão econômica à análise, alinhando-se com o conceito de hegemonia econômica de Fairclough. A presença direta de bancos e fundos de investimento, notadamente grandes atores econômicos, na pressão contra terras indígenas destaca como a hegemonia econômica pode perpetuar sobreposições e conflitos territoriais.

Essas instituições financeiras exercem influência significativa sobre as decisões econômicas e políticas, contribuindo para a hegemonia de interesses econômicos sobre os

direitos territoriais indígenas. A conexão entre a expansão agropecuária e a presença de grupos multinacionais revela uma hegemonia econômica que contribui para a exploração de terras indígenas em busca de lucro.

Ao analisar o desmatamento no contexto de Belo Monte sob a perspectiva de Fairclough, torna-se evidente a necessidade premente de repensar o modelo de desenvolvimento predominante. A falta de uma análise ética e a perpetuação de sobreposições em terras indígenas comprometem não apenas o meio ambiente, mas também perpetuam injustiças históricas contra os povos indígenas.

A construção de Belo Monte transcende a mera infraestrutura, sendo um microcosmo de questões sociais, ambientais e éticas associadas ao desenvolvimento moderno. A perspectiva de Fairclough destaca a importância de abordagens mais inclusivas e sustentáveis, reconhecendo que a construção de uma coexistência equitativa e ambientalmente responsável requer a superação das hegemonias econômicas e a promoção de uma ideologia que valorize a diversidade cultural e a integridade ecológica. O discurso em torno do projeto de Belo Monte tem sido um local de despolitização e repolitização, refletindo o terreno mais amplo de antagonismo e conflito político (ATKINS, 2019). Isto sublinha a intrincada dinâmica política e as lutas pelo poder incorporadas no desenvolvimento e implementação do projeto. Além disso, o caso de Belo Monte tem sido estudado no contexto da negação de reconhecimento e de graves injustiças ambientais devido à paridade negativa, particularmente no que diz respeito ao desrespeito aos povos indígenas (SILVEIRA, 2018).

Assim, ao integrar as contribuições teóricas de Guerreiro Ramos e Norman Fairclough, a análise social do desmatamento em Belo Monte oferece uma visão mais abrangente, considerando não apenas as dinâmicas socioambientais, mas também as estruturas ideológicas e hegemonias que moldam e perpetuam esses desafios.

A questão da derrubada das árvores para o erguimento de uma megaestrutura é colocada no relatório analisado como uma questão secundária, ficando escondida sob a evidenciação de medidas compensatórias conforme destacado nas análises anteriores. Trata-se de um desserviço para os seres humanos, uma vez que não lança luz sobre uma dinâmica destrutiva que ameaça a existência da humanidade no planeta: as emissões de gases do efeito estufa.

Desde o início do século XIX a comunidade científica vem discutindo o efeito estufa. O físico francês Fourier se perguntava por que a Terra não era gelada e ele teorizou que a atmosfera funcionava como uma cobertura de vidro nas estufas, mantendo o ar aquecido. Posteriormente, o físico irlandês Tyndall fez experimentos que comprovaram a existência do

efeito estufa abordado por Fourier. No início do século XX o químico suíço Arrhenius demonstrou preocupação com a ação antrópica sobre o nível de gases do efeito estufa. Essa preocupação faz sentido, já que desde o fim do século XX ocorreram os dez anos com as temperaturas mais elevadas já registradas no planeta. Esse aquecimento tem múltiplos efeitos que incluem: elevação dos níveis dos mares, morte de corais, eventos climáticos extremos, alteração na fauna e flora, extinções, incêndios florestais mais longos e fome, entre outros reveses. Se o ritmo for mantido, ao final do século XXI o aquecimento poderá chegar na casa dos 5°C (SCHROEDER, 2020).

Este nível de aquecimento é muito preocupante. Segundo Marques (2018) um aquecimento superior a 3°C é considerado catastrófico, superando uma série de limites que engloba o fim das monções da África ocidental, o colapso das geleiras da Antártida ocidental e a morte de diversas florestas, inclusive a amazônica, entre outras consequências nefastas. Um aumento que supere os 5°C é considerado como catastrófico, com cenários desconhecidos, representando uma realidade não vivenciada nos últimos 20 milhões de anos que trará uma ameaça existencial para a maioria dos habitantes do planeta.

O relatório da Norte Energia, ao abordar tão superficialmente a questão do desmatamento, não oferece aos usuários uma informação útil para determinar o tipo de impacto causado pela usina de Belo Monte na emissão de gases de efeito estufa. Se a sociedade mudasse para uma matriz energética predominantemente limpa, isso ainda seria preocupante para fins de aquecimento global, pois o crescimento na demanda por energia da sociedade atual pode implicar em uma estabilidade de emissões de GEE, mesmo que o consumo de energia renovável cresça a taxas mais elevadas que a energia baseada em combustíveis fósseis (MARQUES, 2023). E ainda resta uma questão, quão limpa é a energia hidrelétrica?

Essa questão é significativa, já que uma importante contribuição para o aquecimento global é o desmatamento. Atualmente esse processo de desmatamento atinge com grande intensidade as florestas tropicais, dentre elas a amazônica, levando a um patamar de derrubada de 35 campos de futebol por minuto no período de 2000 a 2009 (NELLES; SERRER, 2020)

Os relatórios da Norte Energia não ofereceram aprofundamento sobre a limpeza da área a ser submersa, embora essa preocupação já apareça desde os anos 1980. Mello (1986) demonstrou preocupação com a questão da biomassa na área a ser alagada, ao falar da queima da floresta, chamava atenção para o risco de eutrofização em função dos nutrientes das cinzas, para a possibilidade do incêndio das matas ciliares e para o risco de ocorrência de uma queima incontrolada. Ao abordar a submersão da mata destacava o risco da produção de gases nocivos

em função da decomposição da matéria orgânica existente sob as águas da represa. Para minorar esse problema sugeria a derrubada total ou parcial das árvores, embora destacasse o alto custo envolvido na operação, além de não sanar totalmente o problema da produção de gases em função do apodrecimento da biomassa, no caso de uma derrubada parcial.

A preocupação atualmente se centra na emissão de GEE, notadamente na produção de metano – um poderoso gás do efeito estufa – associada à operação das barragens gigantes. Além das emissões de metano no lago da barragem há uma preocupação ainda maior com as águas que passam pelas turbinas, já que a vazão da água em uma represa não ocorre naturalmente pela superfície do lago, mas sim, pelo fundo com águas ricas em metano. Logo, segundo Marques (2018, p. 488), as "estimativas fornecidas pelo governo brasileiro aos órgãos internacionais sobre as emissões nacionais de GEE são falsas porque não contabilizam o metano liberado pelas hidrelétricas".

Só recentemente a importância do metano para o aquecimento global tem recebido o devido reconhecimento. Nos últimos 200 anos as concentrações desse gás na atmosfera quase triplicaram, o que faz com que sua contribuição para o desequilíbrio climático seja avaliada entre 20% e 30% do aquecimento total (MARQUES, 2023).

Belo Monte representa um elemento de grande desequilíbrio para a região, arrastando para suas imediações um contingente de indivíduos de grandes proporções, onde as benesses não parecem se estender para o grosso da população. Belo Monte torna-se assim um caso exemplar "por se tratar de uma batalha crucial, vencida enfim pelas corporações, já que de sua construção dependia o triunfo desse novo negócio das grandes represas" (MARQUES, 2018, p. 491).

Para Malheiro (2023, p. 10) "não se estruturam (...) usinas hidrelétricas, estradas, hidrovias e ferrovias sem mudanças traumáticas nos espaços nos quais essas dinâmicas se instalam e sem a flexibilização e/ou o desrespeito às leis que assegurem qualquer direito aos territórios por elas afetados.

A chegada de tamanho contingente populacional causa mais desmatamento. De 60% a 80% das áreas desmatadas na Amazônia se tornaram pastos, isto é motivo de preocupação já que, após o ano de 2012, quando se registraram as menores taxas de desmatamento, o ritmo de derrubada de árvores voltou a crescer. Este processo acaba se tornando um agente que intensifica o problema do aquecimento global, já que o solo da floresta é rico em microrganismos e a mudança de uso do solo para pastagem não só aumenta o número daqueles que produzem metano, como também afeta aqueles que o consomem. Além disso, o uso da

calagem como técnica para aumento da produtividade pode transformar o solo de sumidouro para produtor de metano (MUNIZ, 2022).

É nesse contexto que Loureiro, Santana e Mendes (2023, p. 9) afirmam que não "é possível que o próprio modelo que provoca os impactos ambientais e toda a destruição que vivemos hoje seja o protagonista e promotor das soluções e saídas para eles. Pelo contrário, as saídas apontadas geram mais contradições e desigualdades".

A análise revela que, apesar das declarações nos relatórios de sustentabilidade, a Norte Energia perpetua uma visão hegemônica de desenvolvimento que marginaliza as comunidades indígenas e desconsidera os a abordagem dos impactos ambientais de forma aprofundada. Além disso, a construção de Belo Monte exemplifica as tensões entre racionalidade instrumental e substantiva, destacando a necessidade de um modelo de desenvolvimento mais inclusivo e sustentável.

4.3.2 A fartura aparente de água: Com esse "marzão" de água doce, pode "fartar" água?

O impacto dos projetos de barragens hidrelétricas na Bacia Amazônica nas comunidades indígenas e nos ecossistemas de água doce tem sido motivo de preocupação (FRANCO, 2018; SANTOS et al., 2018). A construção de grandes barragens tem sido associada a injustiças sociais e ambientais contra os povos indígenas, levando a desafios na manutenção de seus modos de vida tradicionais e no acesso aos recursos naturais (ATKINS, 2019; RIBEIRO; MORATO, 2020b). Além disso, o declínio da pesca nos rios afetados por barragens hidroelétricas destacou o elevado custo dessas infraestruturas para a biodiversidade da Bacia Amazónica e para os meios de subsistência das comunidades indígenas (SANTOS et al., 2018).

O discurso em torno da gestão dos recursos hídricos e da construção de barragens hidroelétricas também tem sido tema de análise crítica. O uso de relatórios de sustentabilidade e as estratégias empregadas pelas organizações para gerenciar sua legitimidade no contexto de projetos ambientais de grande escala, como barragens hidrelétricas, foram examinados (KURUPPU; MILNE; TILT, 2019). Além disso, foram estudadas as implicações desses projetos na interconexão da região Andes-Amazônia e na proliferação de barragens hidrelétricas na Amazônia andina, lançando luz sobre os impactos diretos nas comunidades indígenas (FINER; JENKINS, 2012).

Corroborando com os impactos e a desvalorização do capital natural essencial a vida, a água, o "Relatório High Cost of Cheap Water" destaca a subvalorização histórica da água e de seus ecossistemas e proporciona um contexto crítico que se alinha de maneira reveladora com

a análise dos relatórios de sustentabilidade da Norte Energia. Este alinhamento não é meramente coincidência, mas reflete uma tendência mais ampla na abordagem corporativa em relação aos recursos naturais. A gestão dos recursos hídricos nos relatórios da Norte Energia, caracterizada por uma ênfase em dados quantitativos e medidas de monitoramento, revela uma abordagem que pode ser considerada superficial, focando em aspectos mensuráveis e tangíveis, mas falhando em abordar adequadamente as implicações ecológicas e sociais mais profundas e complexas.

Este padrão de abordagem é um exemplo paradigmático do que Fairclough identifica como a linguagem sendo utilizada como uma ferramenta de poder. A narrativa corporativa, ao se concentrar em dados quantitativos e feitos mensuráveis, pode efetivamente ocultar ou minimizar a complexidade dos desafios ambientais e sociais enfrentados. Isso pode ser visto nos relatórios da Norte Energia, onde a apresentação de grandes volumes de dados sobre a qualidade da água, quando dizem que “foram coletadas 57.628 amostras de água superficial” (NORTE ENERGIA, 2017; p. 54) e o monitoramento de “parâmetros físico-químicos e bacteriológicos” (NORTE ENERGIA, 2017; p. 54) cria uma impressão de diligência e responsabilidade ambiental. No entanto, essa abordagem quantitativa pode obscurecer a realidade subjacente das complexas interações ecológicas e das consequências sociais para as comunidades locais e indígenas.

A subvalorização dos ecossistemas aquáticos e a gestão dos recursos hídricos, conforme apontado no "Relatório High Cost of Cheap Water" produzido pela WWF – World Wide Fund for Nature, é uma preocupação crítica que vai além do mero reconhecimento da água como um recurso vital. Esta subvalorização reflete uma falha mais profunda em reconhecer e integrar os benefícios ecológicos, culturais e sociais proporcionados por ecossistemas aquáticos saudáveis. Em contraste com a abordagem da Norte Energia, que parece tratar os recursos hídricos mais como commodities ou insumos para a produção de energia, o relatório High Cost of Cheap Water argumenta pela necessidade de uma visão mais holística que reconhece os ecossistemas de água doce como sistemas dinâmicos e essenciais para a vida (WWF, 2023)

Nos relatórios da Norte Energia, observa-se uma ênfase em dados quantitativos e medidas de monitoramento, como a coleta de amostras de água e medições de qualidade. Esta abordagem, embora transmita uma impressão de diligência e responsabilidade, muitas vezes carece de uma análise aprofundada sobre os impactos ecológicos e sociais mais amplos. Fairclough argumentaria que essa prática discursiva mantém estruturas de poder existentes, priorizando eficácia técnica e estabilidade operacional em detrimento de discussões mais

profundas sobre as implicações ambientais e sociais. A repetição de conteúdo nos relatórios de 2017 a 2019 e a ausência de progresso significativo na abordagem da gestão dos recursos hídricos refletem uma hegemonia na narrativa corporativa, evidenciando uma ideologia que favorece a continuidade das operações, apesar dos desafios ambientais e sociais crescentes.

A ênfase constante nos processos de monitoramento, sem uma evidência clara dos resultados obtidos ou das ações tomadas com base nas descobertas, sugere uma falta de comprometimento com a transparência e a eficácia das ações ambientais. Esta abordagem cria uma ilusão de responsabilidade e diligência, enquanto evita discussões mais profundas sobre a sustentabilidade dos ecossistemas aquáticos afetados pela operação da usina.

A predominância da racionalidade instrumental, que enfatiza a eficiência e os resultados mensuráveis, é evidente na abordagem dos relatórios. Exemplificando, a descrição da qualidade da água e as ações tomadas são apresentadas de forma a ressaltar a conformidade com normas e regulamentos. Esta abordagem contrasta com a racionalidade substantiva, que valorizaria as experiências, culturas e necessidades das comunidades indígenas e ribeirinhas afetadas pelo projeto. A lacuna no envolvimento e representação das comunidades locais e indígenas nos relatórios é uma prática discursiva que marginaliza vozes importantes, perpetuando uma forma de dominação ideológica e mantendo a narrativa corporativa sobre as experiências locais.

Outro estudo de relevância, o "Atlas da Água" da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA, destaca a complexidade dos ecossistemas de água doce e a importância de uma gestão integrada e sustentável dos recursos hídricos. Esses pontos são cruciais ao considerar a abordagem da Norte Energia na gestão dos recursos hídricos, que, conforme discutido anteriormente, tende a ser quantitativa e superficial. O Atlas oferece uma visão abrangente dos sistemas hídricos, enfatizando a necessidade de considerar as múltiplas funções e valores dos ecossistemas aquáticos, incluindo seu papel na manutenção da biodiversidade, na regulação do clima e na sustentação das culturas e economias locais. Esta visão mais holística desafia a abordagem mais restrita e instrumental dos relatórios da Norte Energia (ANA, 2021)

A ênfase do "Atlas da Água" na interconectividade dos sistemas hídricos e na sua vulnerabilidade às mudanças climáticas e atividades humanas ressalta a importância de uma gestão que vá além do monitoramento técnico. Enquanto os relatórios da Norte Energia focam em ações específicas, como coleta de amostras e monitoramento da qualidade da água, o Atlas sugere a necessidade de uma estratégia mais abrangente que considere os impactos a longo prazo e as interações dinâmicas entre diferentes fatores ambientais e sociais. Isso implica em

uma abordagem que reconheça a água não apenas como um recurso a ser gerenciado, mas como parte integrante de ecossistemas complexos e de comunidades humanas que dela dependem (ANA, 2021)

Além disso, o Atlas enfatiza a importância de abordagens participativas na gestão dos recursos hídricos, envolvendo diversas partes interessadas, incluindo comunidades locais e indígenas, na tomada de decisões. Esta abordagem contrasta com a narrativa dos relatórios da Norte Energia, onde a falta de envolvimento significativo das comunidades indígenas e locais é evidente. A inclusão de várias perspectivas e conhecimentos, especialmente das comunidades que estão diretamente afetadas, é crucial para garantir que a gestão dos recursos hídricos seja sustentável, equitativa e culturalmente apropriada (KRAMER et al., 2022a).

A incorporação de diversas perspectivas e sistemas de conhecimento, conforme defendido por estudiosos como Alberto Guerreiro Ramos, pode levar a uma abordagem mais abrangente e culturalmente sensível à gestão de recursos (JULIANO; JULIANO; JULIANO, 2019; LOUREDO, 2019). O trabalho de Ramos enfatiza a importância de descolonizar a produção de conhecimento e abraçar diversas epistemologias para desafiar paradigmas dominantes e promover práticas mais inclusivas e equitativas (JULIANO; JULIANO; JULIANO, 2019; LOUREDO, 2019). Isto está alinhado com a ideia de que ao reconhecer e valorizar diferentes formas de conhecimento, incluindo sistemas de conhecimento indígenas, a gestão dos recursos hídricos pode ser enriquecida com uma compreensão mais profunda dos contextos locais e práticas sustentáveis (SILVA; LUCAS, 2022; VAN KOOTEN; NIJNIK; BRADFORD, 2019).

Fairclough argumenta que o discurso não é apenas uma forma de comunicação, mas uma prática social que tem o poder de moldar e ser moldada pelas estruturas sociais. No caso do "Hidrograma de Consenso", o discurso em torno deste plano pode ser analisado como uma forma de exercício de poder e controle. Este hidrograma, que define as vazões do rio Xingu, é apresentado nos relatórios como um resultado de estudos hidráulicos e decisões técnicas. No entanto, essa apresentação técnica e aparentemente neutra pode ocultar as relações de poder subjacentes e as consequências sociais e ambientais desse projeto.

A narrativa corporativa em torno do hidrograma enfatiza a legitimidade técnica e a conformidade com as normas regulatórias, o que pode ser visto como uma tentativa de legitimar as ações da empresa e de minimizar a resistência ou crítica. Isso reflete uma prática discursiva que busca manter e reforçar a hegemonia da visão corporativa, potencialmente à custa de vozes alternativas, como as das comunidades locais e indígenas.

A teoria de Guerreiro Ramos sobre racionalidade substantiva versus instrumental oferece uma lente adicional para entender o hidrograma. A abordagem da Norte Energia ao lidar com o hidrograma parece se alinhar mais com a racionalidade instrumental, focada na eficiência e na otimização dos recursos para a produção de energia. Este foco pode levar a uma negligência das implicações sociais e culturais mais amplas do projeto, que são cruciais para as comunidades locais e indígenas.

A racionalidade substantiva, por outro lado, exigiria uma consideração mais profunda dos impactos sociais, culturais e ambientais do hidrograma, reconhecendo a água não apenas como um recurso técnico, mas como parte integral de ecossistemas vivos e de culturas humanas. Isso implicaria em um envolvimento mais significativo com as comunidades afetadas e em uma avaliação mais holística das consequências do projeto.

Tais aspectos podem ser observados quando a Norte Energia descreve o Hidrograma de Consenso da seguinte maneira:

> "A revisão do projeto de Belo Monte para incluir dois reservatórios interligados por um Canal de Derivação, resultando em um Trecho de Vazão Reduzida (TVR) de aproximadamente 100 km do rio Xingu, tem implicações significativas em relação à integridade das áreas indígenas e à conservação das condições ecológicas e dos modos de vida na Volta Grande do Xingu" (NORTE ENERGIA, 2020, p. 94).

Esta passagem indica uma conscientização sobre as implicações do hidrograma, mas o discurso permanece focado nas justificativas técnicas e na legitimação do projeto. Fairclough (2001) veria isso como um exemplo de como a linguagem técnica e corporativa pode ser utilizada para moldar a percepção pública, enfatizando a racionalidade instrumental e minimizando possíveis controvérsias ou resistências.

Em outra parte, o relatório afirma: "Após a anuência do Ibama e da ANA, o referido Hidrograma passou a fazer parte da Licença Prévia da Usina, emitida em fevereiro de 2010, sendo mantido nas licenças ambientais de Instalação e de Operação do empreendimento" (NORTE ENERGIA, 2020, p. 95).

Esta citação reflete o esforço da empresa em destacar a conformidade regulatória e a aprovação oficial, sugerindo uma tentativa de legitimar suas ações sob o manto da legalidade e da aprovação governamental. A ênfase em processos regulatórios e aprovações oficiais pode ser vista como uma forma de reforçar a hegemonia da narrativa corporativa, alinhando-se com a abordagem de Fairclough sobre o discurso como prática social.

Considerando a teoria de Guerreiro Ramos, essas passagens indicam uma inclinação para a racionalidade instrumental, focando em aspectos técnicos e regulatórios, ao invés de abordar de forma mais substantiva as preocupações sociais, culturais e ambientais mais amplas.

A abordagem da Norte Energia parece minimizar a complexidade das interações ecológicas e dos impactos sociais do projeto, refletindo uma falha em reconhecer plenamente a importância dos ecossistemas aquáticos como sistemas dinâmicos e vitais para a vida e a cultura das comunidades locais.

Em conclusão, a análise do discurso em torno do "Hidrograma de Consenso" nos relatórios da Norte Energia revela uma tensão entre uma apresentação técnica e regulatória e as necessidades mais amplas e complexas dos ecossistemas e comunidades afetados. Esta análise sugere a necessidade de abordagens mais holísticas e inclusivas na gestão de recursos hídricos, que vão além da racionalidade instrumental e consideram as implicações sociais, culturais e ambientais de tais projetos.

Um dos principais impactos está relacionado à alteração da vazão do rio Xingu, especialmente no trecho conhecido como Volta Grande. A redução do fluxo de água tem provocado mudanças na ecologia do rio, afetando a reprodução e sobrevivência de diversas espécies de peixes e tartarugas. A modificação no regime hídrico, como a redução das inundações sazonais, compromete a pesca, uma atividade crucial para a subsistência das comunidades ribeirinhas e indígenas (MONGABAY, 2023)

A construção de grandes represas no Brasil tem provocado sérios impactos nas comunidades indígenas, tanto ambientais quanto socioeconômicos. A construção da Barragem Norte, localizada no Vale do Itajaí em Santa Catarina, resultou no deslocamento forçado do povo Xokleng da Terra Indígena Ibirama-La Klanõ, que foram alagadas e aldeias destruídas com o evento da construção. Essa perda territorial não é apenas física, mas também cultural, já que os territórios são fundamentais para a identidade e a sobrevivência cultural desses povos (CIMI, 2020)

O deslocamento forçado e a perda de terras resultam em insegurança alimentar e econômica, forçando muitos indígenas a migrarem para áreas urbanas onde enfrentam discriminação e falta de oportunidades. Além disso, a ausência de consulta prévia, livre e informada, conforme preconizado pela Convenção 169 da OIT, viola direitos fundamentais dessas comunidades(CIMI, 2020)

Em 2022, a Assembleia de Meio Ambiente da ONU discutiu a Agenda de Ação para a Água, a qual reuniu 8.371 compromissos, evidenciando uma mobilização global significativa para melhorar a gestão da água e do saneamento. Esses compromissos, provenientes de uma diversidade de partes interessadas, incluindo organizações da sociedade civil, governos nacionais, instituições acadêmicas e o setor privado, abrangem várias regiões, com

contribuições notáveis da África, Ásia, América Latina e Caribe. Essa diversidade geográfica e de partes interessadas sublinha o reconhecimento universal das questões relacionadas à água e o esforço coletivo para abordá-las (ONU, 2023).

A ONU destaca que os compromissos relativos aos povos indígenas e às questões hídricas são fundamentados em um engajamento respeitoso com as comunidades indígenas, reconhecendo seu conhecimento tradicional, valores culturais e direitos inerentes à água. Esses esforços são diversos, incluindo a criação de conselhos consultivos, investimentos em infraestrutura para melhorar o acesso à água e a promoção da governança hídrica liderada por indígenas. Um foco importante é assegurar que as comunidades indígenas tenham voz nas decisões estratégicas sobre água e sejam participantes ativos na identificação e priorização de projetos. Há uma forte ênfase em reconhecer a posse indígena e a necessidade de direitos hídricos que sustentem seu bem-estar espiritual, cultural e socioeconômico (ONU, 2023).

Adicionalmente, essas iniciativas envolvem esforços educacionais para aumentar a conscientização sobre os desafios que as comunidades indígenas enfrentam em relação ao acesso à água, e colaborações de pesquisa que combinam conhecimento tradicional e ocidental. Para tanto, a ONU ressalta que o objetivo é criar práticas de gestão hídrica sustentáveis e equitativas que respeitem os direitos e conhecimentos indígenas (ONU, 2023).

Além de reduzir o volume de água, as grandes represas criam grandes segmentos do rio com água estagnada, eutrofizada – com baixo nível de oxigênio – onde as algas se multiplicam, levando a uma verdadeira degradação da bacia hidrográfica que redunda em uma disponibilidade de água de água em menor quantidade e pior qualidade (MARQUES, 2018).

Marques (2018) destaca ainda que cerca da metade dos elevados índices pluviométricos amazônicos são produzidos pela evapotranspiração de seu conjunto de árvores, formando os rios aéreos que alimentam a riqueza hidrográfica do Brasil em geral e da região especificamente. Essa riqueza é prejudicada, portanto, pelo desmatamento mencionado no subtópico anterior.

A relação entre os rios pode ser percebida pelas palavras de Krenak (2020, p. 40), ao dizer que o rio de sua terra “não é algo de que alguém possa se apropriar; é uma parte de nossa construção como coletivo que habita um lugar específico”. E o autor arremata, o rio sustentou a todos, ele não é um bem material como pontifica a economia, ele “é uma pessoa” (KRENAK, 2020, p. 40).

Essa visão converge para o texto construído da constituição equatoriana, onde a concepção de natureza é fruto da herança dos povos originários, que não via a humanidade

dissociada de sua Pacha Mama, ao contrário do conceito antropocêntrico dos europeus que declarava os segmentos do mundo natural como “áreas ‘vazias’, ‘selvagens’, potencialmente perigosas ou nocivas, que deveriam ser dominadas” (GUDYNAS, 2019, p. 95).

Portanto, observa-se que o discurso apresentado pela Norte Energia em seus relatórios de sustentabilidade é predominantemente superficial com relação a profundidade dos impactos na água e tecnicamente orientada, priorizando a conformidade regulatória sobre as implicações sociais e culturais mais amplas.

4.3.3 Árvores e Bichos de todos os tipos: Essa diversidade não tem mais fim?

A intersecção entre a teoria de Guerreiro Ramos e o tema da biodiversidade é particularmente relevante no contexto da barragem de Belo Monte. A riqueza biológica da região amazônica não só desempenha um papel crucial na manutenção do equilíbrio ambiental global, mas também representa um aspecto vital para as comunidades indígenas que coexistem harmoniosamente com este ecossistema há séculos (LATRUBESSE et al., 2017a).

Esta intersecção traz à luz a complexa dinâmica de poder, agência e impacto ambiental associados a projetos de infraestrutura de grande escala, como a barragem de Belo Monte (BRO; MORAN; CALVI, 2018b). Foi demonstrado que a construção e operação de tais barragens hidroelétricas têm impactos sociais, ambientais e económicos significativos nas comunidades locais, incluindo deslocamento, problemas de saúde e perturbação dos meios de subsistência tradicionais (FAINGUELERNT, 2020b). Além disso, o discurso em torno do desenvolvimento de tais projetos envolve frequentemente narrativas concorrentes de sustentabilidade, desenvolvimento e conservação ambiental (LARA; OLIVEIRA, 2017b).

O debate em torno da sustentabilidade em projetos de grande impacto, como a Hidrelétrica de Belo Monte, suscita reflexões críticas sobre as práticas empresariais, particularmente no que diz respeito à relação entre a empresa Norte Energia e a preservação da biodiversidade. A análise do discurso presente nos relatórios de sustentabilidade à luz da teoria de Alberto Guerreiro Ramos, que distingue a racionalidade substantiva da instrumental, revela complexidades nas abordagens adotadas pela empresa.

A importância inquestionável da biodiversidade para as comunidades indígenas é reconhecida na literatura científica (CHOUERI; NASCIMENTO, 2019; REIS; FARIA; FRAXE, 2017; TURÍBIO; VELOSO; LOBATO, 2022a; ZUANON et al., 2019b), sinalizando um alinhamento com a racionalidade substantiva. A interdependência entre a biodiversidade

local e os modos de vida tradicionais ressalta uma visão que vai além de meros aspectos econômicos, enfatizando valores culturais e sociais intrínsecos.

Entretanto, ao analisar as práticas efetivas, surgem questionamentos que evidenciam a necessidade de uma abordagem mais substantiva nos relatórios analisados. A falta de detalhes técnicos sobre medidas compensatórias para a biodiversidade, como seleção de espécies nativas e estratégias de reflorestamento, levanta dúvidas sobre a eficácia das ações propostas. A denúncia das comunidades indígenas sobre danos causados pelo enchimento do reservatório destaca uma lacuna na consideração da racionalidade substantiva dos impactos sociais.

Por outro lado, a análise revela elementos de racionalidade instrumental nas práticas da Norte Energia. O discurso apresentado nos relatórios de sustentabilidade da Norte Energia frequentemente destaca a importância ambiental do empreendimento e as medidas adotadas para minimizar os impactos negativos. Por exemplo, no Relatório de 2017, a empresa afirma:

> "A UHE Belo Monte gera riquezas, desenvolvimento social e econômico. E com o intuito de reduzir o impacto ambiental, o projeto foi licitado pela ANEEL com a operação do tipo ‘fio d’água’, uma tecnologia moderna e preservacionista que atende aos mais rígidos princípios de sustentabilidade, respeitando o meio ambiente e as comunidades do entorno." (NORTE ENERGIA, 2017; p. 17).

No entanto, essa narrativa contrasta com críticas externas que apontam impactos significativos e insuficiências nas medidas de mitigação. Notícias e relatórios independentes destacam a violação de direitos das comunidades indígenas e os efeitos adversos sobre o meio ambiente, sugerindo que a empresa instrumentaliza seu discurso para legitimar suas operações e alcançar resultados práticos.

A análise das práticas discursivas revela a ausência da Norte Energia em audiências públicas, uma crítica recorrente nas avaliações externas. Esta ausência é indicativa de uma abordagem orientada para resultados práticos e desempenho, desconsiderando valores de bem-estar social e autonomia dos povos indígenas. O Relatório de 2018 menciona que "Toda a fase de implantação da UHE Belo Monte vem sendo marcada pelo diálogo social constante e pela transparência nas informações fornecidas pela Norte Energia às comunidades locais." (NORTE ENERGIA, 2018; p. 20). Por outro lado, relatos de organizações sociais e ambientais apontam que as comunidades afetadas tiveram pouco ou nenhum espaço efetivo para participação e consulta.

Ações como "monitoramento dos elementos-chave do meio biótico" (NORTE ENERGIA, 2021; p. 47) e "o manejo de 5,5 milhões de filhotes" (NORTE ENERGIA, 2021; p. 48) de quelônios refletem a racionalidade instrumental focada na gestão e eficácia.

Simultaneamente, a Norte Energia afirma que “as populações indígenas e ribeirinhas participam ativamente" (NORTE ENERGIA, 2021; p. 47) nas discussões e ações em seus territórios indica uma consideração por valores éticos e sociais mais amplos, alinhando-se com a racionalidade substantiva. O “diálogo direto e permanente foi um compromisso reafirmado pela Companhia no âmbito da sua Política de Sustentabilidade” (NORTE ENERGIA, 2021; p. 47).

No entanto, não há consenso sobre a efetividade desse envolvimento. Críticas de organizações como o Instituto Socioambiental, Mongabay, CorpWatch e The World from PRX apontam que as ações da empresa frequentemente falham em assegurar uma participação genuína e significativa das comunidades locais. Essas organizações destacam que muitas das medidas de mitigação implementadas foram insuficientes e que a falta de consulta adequada resultou em impactos adversos significativos sobre os meios de subsistência e a cultura dessas populações.

No artigo de Mongabay, a falta de participação significativa das comunidades indígenas e ribeirinhas é destacada:

> "Um grande problema das pessoas locais é que elas não foram incluídas na tomada de decisões sobre Belo Monte. 'Acreditamos que a revisão desses critérios científicos deve ser feita principalmente com a participação de povos indígenas e ribeirinhos que conhecem as consequências da redução do fluxo [do rio] e da interrupção dos ciclos ecológicos dos quais a continuidade de seu modo de vida depende', disse Biviany Rojas, advogada do ISA, uma ONG socioambiental." (NATHANSON, 2018)

> "em setembro de 2022, usando informações coletadas por comunidades indígenas e cientistas, procuradores públicos ganharam um caso na Suprema Corte do Brasil, que reconheceu que o projeto Belo Monte violou o direito das comunidades indígenas à consulta prévia, livre e informada (FPIC)" (SELIBAS, 2023).

No relatório da CorpWatch, é mencionado que as comunidades locais sofreram impactos graves e não foram adequadamente consultadas ou compensadas:

> "O testemunho confirmou as conclusões de um relatório de julho de 2015 do Ministério Público Federal, que descobriu que os ribeirinhos reassentados receberam compensações inadequadas. Também documentou a desnutrição de crianças indígenas, aumento de doenças crônicas, consumo de álcool e drogas ilegais, bem como um aumento de doenças sexualmente transmissíveis como resultado de mulheres indígenas se envolverem em trabalho sexual."(REISDORF, 2023).

O artigo de PRX destaca que a decisão de implementar o "Hydrograma B" foi tomada sem evidências científicas adequadas e sem a devida consulta às comunidades:

> "Na época, a equipe técnica do IBAMA criticou especificamente o Hydrograma B. Essencialmente, o Hydrograma B indica que a maior quantidade de água liberada para a Volta Grande será de 8.000 metros cúbicos por segundo em abril, que é sempre o

> pico do rio. A média histórica em abril na Volta Grande é de cerca de 20.000 metros cúbicos por segundo." (BASCOMB; HIGGINS, 2021)

Outro exemplo é a reportagem do Instituto Socioambiental (ISA), que aponta que desde 2013, as comunidades indígenas e ribeirinhas têm realizado seu próprio monitoramento ambiental independente porque "ficou claro que a Norte Energia tinha interesse nos resultados do monitoramento que realizava" (ROMAN, 2023). Isso evidencia uma falta de confiança nas ações da empresa e uma necessidade das comunidades de provar os impactos ambientais por conta própria (ROMAN, 2023).

Essas passagens demonstram que, apesar das declarações nos relatórios de sustentabilidade da Norte Energia sobre o envolvimento das comunidades, há uma discrepância significativa entre o discurso oficial e a realidade enfrentada pelas populações locais. As críticas apontam para a falta de consulta adequada e a implementação de medidas insuficientes para mitigar os impactos negativos do projeto Belo Monte.

A relação entre o discurso midiático e a abordagem da biodiversidade nos relatórios destaca uma prevalência da racionalidade instrumental com o intuito de moldar percepções públicas. Por exemplo, a não inclusão adequada das manifestações das comunidades indígenas nos relatórios levanta questões sobre a representatividade efetiva dessas comunidades.

As vozes indígenas expressam claramente os impactos negativos e a falta de participação genuína nas decisões. Bel Juruna, do povo Juruna, afirmou: "Isso será um cemitério de árvores; isso será um cemitério de peixes. E assim nós, Juruna, estaremos aqui lutando para que nós também não nos tornemos um cemitério em nossa aldeia" (BASCOMB; HIGGINS, 2021). Gilliard Juruna, chefe da Terra Indígena Paquiçamba, reforçou: "Não estamos aqui por compensação, estamos aqui pela água, porque precisamos de vida naquela região" (ROMAN, 2023).

Esses relatos e testemunhos evidenciam que, apesar das declarações da Norte Energia sobre o envolvimento das comunidades locais, a realidade no terreno revela uma falha significativa em assegurar uma participação genuína e significativa. As comunidades afetadas continuam a enfrentar graves impactos socioambientais, e a luta por seus direitos permanece uma constante.

O relatório emprega uma linguagem que atua não apenas como uma ferramenta de descrição, mas como um mecanismo ativo na construção da realidade social. Ao descrever as ações de conservação da biodiversidade e a participação das comunidades indígenas, o relatório projeta uma imagem de responsabilidade ambiental e social. Por exemplo, a afirmação de que "o Projeto Básico Ambiental - PBA foi concebido e estruturado para além da aferição de

impactos" (NORTE ENERGIA, 2021; p. 47) sugere uma abordagem proativa e abrangente. No entanto, essa linguagem pode mascarar a complexidade dos impactos ambientais e sociais reais, enfatizando os esforços positivos e potencialmente minimizando os desafios enfrentados pela biodiversidade e pelas comunidades.

A relação de poder hegemônica é evidenciada na forma como a empresa se posiciona como líder nas ações de conservação e envolvimento comunitário. Por exemplo, o relatório menciona que "a Norte Energia promove ações em que as populações indígenas e ribeirinhas participam ativamente das discussões" (NORTE ENERGIA, 2021; p. 47), o que pode sugerir uma dinâmica onde a empresa detém o conhecimento e os recursos necessários, potencialmente marginalizando saberes locais.

Além disso, a ideologia corporativa se manifesta na maneira como as informações são apresentadas, enfatizando iniciativas positivas e possivelmente omitindo os desafios completos. A descrição de programas como o "Programa de Conservação e Manejo de Quelônios" (NORTE ENERGIA, 2021; p. 48) e o "PAN-Xingu" (NORTE ENERGIA, 2021; p. 48) para a conservação de espécies ameaçadas destaca os esforços da empresa, mas não aborda integralmente os impactos diretos nas comunidades indígenas e na biodiversidade.

Belo Monte, pelo seu gigantismo, representa um fator de desequilíbrio em uma região de grande sensibilidade e, consequentemente, dá sua contribuição a uma queda da biodiversidade patrocinada pelos impactos antrópicos globais. Marques (2018) destaca que a humanidade caminha para uma sexta extinção com particularidades que a distingue das cinco primeiras já ocorridas no planeta. Primeiramente, por não ser desencadeada por um evento externo, mas sim pela ação consciente vindo de dentro da biosfera. Em segundo lugar, porque a responsabilidade por sua existência recai sobre uma das espécies que se arvora como dominante e que, no processo, corre sério risco de extinção. Por fim, sua evolução se dá com extrema celeridade, podendo, nos dias de hoje, ser medida em dias.

Marques (2023) destaca, mais recentemente, que a aniquilação biológica terá como ponto fulcral as florestas tropicais, que respondem por menos de 10% da cobertura terrestre, mas abrigam em seus bojos, aproximadamente, dois terços da diversidade animal e vegetal. Constata ele ainda que a taxa de destruição global vem crescendo no século XXI.

4.3.4 Avanço de um mundo sobre o outro: isso pode ser considerado progresso?

Belo Monte revela um impacto significativo e desestruturante sobre as comunidades locais, especialmente os povos indígenas, que viram suas vulnerabilidades aumentarem com a

construção da usina (RIBEIRO; MORATO, 2020b). A controvérsia em torno de Belo Monte foi encerrada com a demarcação política de que a usina é sustentável, apoiada por diretrizes científicas e estudos sobre o rio, perpetuando um modelo predatório de apropriação da natureza (PRATES; ALMEIDA, 2021).

A usina foi transformada em um símbolo do desenvolvimento brasileiro, multiplicando investimentos e serviços, mas também perpetuando um modelo predatório de apropriação da natureza (VICENTINI; ALBUQUERQUE, 2021). Além disso, a usina foi posicionada dentro do "interesse nacional", o que desencadeou processos de depolitização e repolitização do projeto, ocultando os conflitos políticos subjacentes (ATKINS, 2019). A instalação da hidrelétrica deslocou mais de 40 mil pessoas e ameaçou os modos de vida de milhares de famílias na região, evidenciando os impactos sociais e ambientais (CHAVES, 2021).

A cidade de Altamira carrega uma série de impactos negativos, desde antes da constituição do lago, que inclui aumento no consumo de drogas, desemprego elevado, altas taxas de homicídio e luta entre facções criminosas (DOLCE, 2023). Como contraponto a seu efeito desestruturante, a usina coloca em seus relatórios uma série de ações no âmbito social que incluem infraestrutura de água e esgoto, serviços de saúde e segurança pública, entre outras – muitas delas de vulto insignificante. Trata-se de uma clara estratégia utilizada em processos de gerenciamento de imagem.

Guerreiro Ramos argumentaria que a violência contra os povos indígenas e comunidades locais em Belo Monte podem ser associadas a uma racionalidade instrumental, onde os interesses econômicos, muitas vezes representados pela construção da usina, prevalecem sobre considerações substantivas relacionadas ao bem-estar, cultura e direitos dos indígenas. A busca pela eficiência econômica pode obscurecer questões éticas e sociais mais amplas (BARIANI JUNIOR, 2008b).

A busca incessante pela eficiência econômica, muitas vezes representada pela construção da usina, pode ser associada à violência contra os povos indígenas. Nessa lógica de meio-fim, os objetivos econômicos superam as preocupações com o bem-estar, a cultura e os direitos dos indígenas. A consequência é uma priorização desproporcional dos ganhos econômicos em detrimento de aspectos humanos e sociais mais amplos.

Contrastando com a racionalidade instrumental, Guerreiro Ramos introduz a racionalidade substantiva, que destaca a importância dos valores éticos e sociais nas ações (SELL, 2012). No entanto, a falta de consideração da racionalidade substantiva para as comunidades indígenas em Belo Monte, reflete uma priorização inadequada dos valores

substantivos em prol da eficiência econômica, resultando em um contexto de violência contra os indígenas.

No corpus analisado, o discurso apresentado na maioria das vezes embasado em números, quantificações e exaltação de números exorbitantes, como pôde ser visto na análise textual e na prática discursiva, acentua a negligência da empresa Norte Energia no tratamento de impactos sociais e culturais relacionados aos povos indígenas. Em Belo Monte, a violência contra os povos indígenas revela um silêncio que emerge como uma consequência direta dessa abordagem, onde o progresso econômico é priorizado em detrimento das nuances sociais e culturais das comunidades indígenas.

Por exemplo, no Relatório Anual e Socioambiental de 2021, a empresa destaca a geração de riqueza e desenvolvimento econômico e social como parte de sua missão, mencionando também a adesão aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 2030. O mesmo relatório de 2021 menciona investimentos de mais de R$ 300 milhões em ações e projetos direcionados ao Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu (PDRSX). O Relatório Anual de 2020 destaca o desenvolvimento econômico dos municípios nas áreas de influência direta e indireta da Usina Hidrelétrica Belo Monte.

Ou seja, há uma ênfase nos aspectos de desenvolvimento econômico e social, com uma visão de que a contribuição da empresa para a região é predominantemente positiva, mas sem uma análise crítica profunda dos impactos sociais e culturais específicos sobre os povos indígenas. Isso sugere uma tendência a retratar a empresa e suas atividades de uma forma que prioriza a narrativa de desenvolvimento e progresso, potencialmente em detrimento do reconhecimento e tratamento adequado dos desafios e adversidades enfrentadas pelas comunidades indígenas locais.

A análise de Guerreiro Ramos sugere a necessidade de repensar as abordagens de desenvolvimento (SILVA, 2023). Uma alternativa mais sustentável e socialmente consciente implicaria em considerar aspectos sociais e culturais desde as fases iniciais do planejamento, dando voz às comunidades indígenas afetadas e incorporando uma perspectiva mais substancial no processo de desenvolvimento. A conscientização sobre os valores humanos e culturais, aliada a uma abordagem mais equitativa, poderia atenuar a violência associada à construção de megaprojetos como Belo Monte, buscando uma coexistência mais harmoniosa entre desenvolvimento econômico e respeito aos direitos indígenas (HASSAN; ROBERTS; ATKINS, 2020b; KRAMER et al., 2022b).

Junto a isso, a análise do corpus demonstrou que o tratamento para as questões indígenas fora em quase sua totalidade feita de forma superficial. Especificamente quanto a violência, pouco se observou na narrativa dos relatórios o posicionamento da empresa. Na abordagem da violência contra os povos indígenas nos relatórios de sustentabilidade observa-se a manifestação da ideologia.

No relatório de 2019, a empresa menciona o apoio a iniciativas voltadas para os povos indígenas, mas não aborda de maneira detalhada as questões de violência ou os impactos específicos das operações sobre essas comunidades, "A Norte Energia apoia ações voltadas para o desenvolvimento das comunidades indígenas, incluindo projetos de educação, saúde e infraestrutura" (NORTE ENERGIA, 2019, p. 45).

No relatório de 2020, há uma menção à reestruturação da Fundação Nacional do Índio (Funai), mas novamente, sem detalhes sobre as ações específicas relacionadas à proteção dos povos indígenas contra a violência, "Na ocasião, a sede própria do órgão indigenista, que deveria estar pronta antes do início da instalação da usina, estava sendo reformada com previsão de conclusão em meados de 2018" (NORTE ENERGIA, 2020, p. 69).

No relatório de 2021, embora a empresa faça referência às áreas diretamente afetadas, incluindo terras indígenas, não há uma discussão aprofundada sobre os desafios enfrentados por essas comunidades, especialmente no que diz respeito à violência: "Na Área Diretamente Afetada (ADA) pela UHE Belo Monte existem duas Terras Indígenas e duas áreas de extrema importância biológica: AM 179 - Volta Grande do Xingu e AM 183 - Cavernas da Volta Grande" (NORTE ENERGIA, 2021, p. 56).

A ideologia manifesta-se na maneira como a empresa escolhe destacar certas informações enquanto minimiza ou omite outras. A ênfase em projetos de desenvolvimento e infraestrutura para as comunidades indígenas, sem abordar de maneira detalhada e transparente os problemas de violência e outros impactos negativos, sugere uma tentativa de projetar uma imagem positiva enquanto esconde aspectos mais problemáticos. Este tipo de narrativa é característico de uma prática discursiva que visa moldar a percepção pública de maneira favorável à empresa, evitando discussões que poderiam gerar críticas ou exigir maior accountability.

Por exemplo, a menção ao apoio a iniciativas de educação e saúde (2019) e à reestruturação da Funai (2020) são exemplos de como a empresa tenta mostrar uma preocupação com os povos indígenas. No entanto, a falta de detalhes sobre a violência e os impactos negativos das operações da usina de Belo Monte sobre essas comunidades revela uma

omissão significativa. Esta omissão é uma manifestação da ideologia corporativa que prioriza a manutenção de uma imagem positiva e minimiza as discussões sobre os problemas enfrentados pelas comunidades indígenas.

Povos indígenas e ribeirinhos declaram viver uma guerra pela água em função de Belo Monte. Dezenas de milhares de pessoas foram deslocadas, mais de 85 mil peixes foram mortos, madeireiros ilegais se instalaram na região e os rios foram impactados. As linhas de energia rasgam a floresta, mas as comunidades vivem no escuro. Uma área alagada na região, que outrora era de grande beleza, é conhecida hoje como cemitério de floresta. A dor daqueles que viviam em comunhão com o rio, solta um brado já conhecido: o "rio era meu pai e minha mãe. Hoje, tudo acabou." (BATISTA, 2024).

Além desses exemplos, à luz dos modos de manifestação da ideologia propostos por Thompson, o relatório evidencia estratégias de legitimação. A empresa destaca sua atuação conforme "melhores práticas de governança" (NORTE ENERGIA, 2021; p. 72) e sua integração com "padrões internacionais estabelecidos pela Corporação Financeira Internacional" (NORTE ENERGIA, 2021; p. 72). Isso sugere uma tentativa de legitimar suas ações perante padrões globalmente reconhecidos, possivelmente para garantir aceitação e aprovação.

Por outro lado, a dissimulação, que se refere à prática de esconder ou camuflar intencionalmente certas ideias, valores ou intenções para alcançar objetivos específicos (THOMPSON, 2013), também está presente. Embora o relatório destaque programas e ações supostamente voltados para os direitos dos povos indígenas ao apoiar projetos socioambientais, valorizando a cultura, protegendo terras indígenas e promovendo atividades econômicas sustentáveis, há uma omissão de informações críticas.

Observa-se a ênfase nos aspectos positivos como na passagem em que diz sobre a quantia monetária para projetos voltados aos povos indígenas "O aporte financeiro da Norte Energia até o ano de 2021 já soma aproximadamente R$ 18 milhões..." (NORTE ENERGIA, 2021; p. 59). Não menciona explicitamente quaisquer conflitos ou violência. Em vez disso, enfatiza os esforços de apoio a projetos socioambientais e a contribuição dos povos Kayapó para a conservação da bacia hidrográfica (NORTE ENERGIA, 2021).

> "Como uma das ações de governo, foi estabelecida a obrigação de apoio a projetos/programas socioambientais junto ao povo Kayapó. Apesar de não ocuparem área interferida pelo empreendimento, o órgão interveniente, Funai, avaliou ser necessário trabalhar com os impactos psicossociais ocorridos junto a esse povo desde o projeto do Complexo Kararaô, a considerar que, para os povos indígenas da região, o primeiro projeto do AHE ainda persistia no imaginário e sistema de representações simbólicas a respeito do empreendimento" (NORTE ENERGIA, 2021; p. 59).

A decisão de incluir o povo Kayapó em programas socioambientais, apesar de não estarem diretamente na área impactada pelo projeto atual, reflete um reconhecimento importante dos impactos prolongados e muitas vezes invisíveis que tais empreendimentos podem ter sobre as comunidades indígenas. Esses impactos incluem mudanças no sistema de representações simbólicas e no imaginário coletivo dessas comunidades, que podem afetar profundamente sua cultura e bem-estar social.

O texto indica que os impactos do projeto anterior, o Complexo Kararaô, ainda persistem no imaginário dos povos indígenas da região. Isso sublinha a importância de considerar a memória coletiva e a história dos povos indígenas nas avaliações de impacto ambiental e social. Os projetos não são percebidos isoladamente pelas comunidades afetadas, mas como parte de uma continuidade histórica que pode acumular traumas, resistências e expectativas.

A obrigação imposta de apoiar projetos socioambientais é um passo positivo, mas também levanta questões sobre a eficácia e a suficiência dessas medidas. A responsabilidade de mitigar impactos não deve recair apenas sobre intervenções governamentais ou corporativas pontuais, mas deve ser parte de uma abordagem integrada que inclui participação ativa e significativa das comunidades indígenas no planejamento e implementação de projetos.

Não se pode esquecer que a justiça considerou, em decisão não definitiva, que a Norte Energia é responsável por um etnocídio em relação aos povos indígenas da região de Volta Grande do Xingu, causando uma série de interferências no modo de vida e na cultura dos povos originários resultando em fragmentação de aldeias, alcoolismo, consumo de drogas ilícitas e precariedade alimentar, entre outros impactos negativos (GIMENES, 2020).

A implementação da Usina de Belo Monte foi marcada pela falta de consulta prévia e informada às comunidades indígenas, uma violação direta da Convenção 169 da OIT. Esta ausência de diálogo e consentimento gerou protestos e manifestações, frequentemente reprimidas de maneira violenta pelas forças de segurança. Em 2021, foi relatado que as medidas compensatórias e de mitigação acordadas com as comunidades indígenas não foram devidamente cumpridas, com a maioria das ações prometidas ainda pendentes ou inadequadamente executadas. Este cenário reforça a marginalização e a vulnerabilidade dos povos indígenas frente aos grandes projetos de desenvolvimento. O relatório do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) sobre a violência contra os povos indígenas no Brasil em 2021 revela um cenário alarmante de aumento das violações e agressões aos direitos indígenas. O

documento detalha as diversas formas de violência enfrentadas pelas comunidades indígenas, categorizando-as em violências contra o patrimônio, violências contra a pessoa, violências por omissão do poder público e violências contra povos indígenas livres e de pouco contato (CIMI, 2021).

O relatório registra 1.294 casos de violências contra o patrimônio indígena, divididos entre a omissão e morosidade na regularização de terras (871 casos), conflitos relativos a direitos territoriais (118 casos) e invasões possessórias, exploração ilegal de recursos naturais e danos diversos ao patrimônio (305 casos). Destaca-se que a maioria das terras indígenas no Brasil ainda não foi devidamente regularizada, exacerbando conflitos e invasões (CIMI, 2021).

Apesar da Terra Indígena Paquiçamba ter sido demarcada e homologada desde 1991, a comunidade Juruna continua a buscar a revisão dos limites de sua área. Isso ocorre porque a construção da Usina Hidrelétrica Belo Monte causou uma redução drástica no volume de água na Volta Grande do rio Xingu, afetando diretamente parte de seu território. A revisão dos limites foi uma das condicionantes para o licenciamento de Belo Monte. No entanto, as obras do Projeto Volta Grande de Mineração e da UHE Belo Monte prosseguem, enquanto a revisão dos limites solicitada ainda não havia sido implementada pela Funai (CIMI, 2021).

A omissão do poder público em áreas como saúde, educação e saneamento básico foi amplamente documentada, com 221 casos de desassistência registrados. A pandemia de Covid-19 agravou essas condições, com relatos de falta de atendimento médico adequado e desinformação sobre vacinas. A desassistência na saúde resultou em um aumento significativo na mortalidade infantil e em suicídios entre os povos indígenas (CIMI, 2021).

Apesar desse cenário, a Norte Energia adota um discurso que favorece sua própria atuação, destacando seu apoio financeiro a projetos voltados para comunidades indígenas, particularmente instituições do povo Kayapó. A empresa afirma que esse apoio começou em 2013 e enfatiza a continuidade da gestão e acompanhamento por parte da Eletrobrás. Conforme declarado no relatório: “Em 2013, a Norte Energia iniciou seu apoio, por meio de aporte financeiro, para que ambas as instituições indígenas dessem continuidade aos projetos então em curso, e a Eletrobrás permaneceu na gestão e acompanhamento” (NORTE ENERGIA, 2021, p. 59).

Os relatórios apresentam uma tendência à naturalização das transformações sociais e culturais decorrentes da implementação da Usina Belo Monte, destacando os aspectos econômicos e os benefícios trazidos pelo projeto. Esta abordagem tende a justificar tais transformações como positivas e inevitáveis, marginalizando os custos sociais e culturais e

subestimando os impactos reais dessas mudanças nas comunidades indígenas. Esse tipo de discurso minimiza a necessidade de uma discussão crítica e abrangente sobre os desafios enfrentados por essas comunidades, promovendo, assim, a ideologia de que o progresso econômico justifica os custos sociais e culturais. Como afirma Malheiro (2023, p. 11), o "colapso metabólico se apresenta a todos. No entanto, ele está ancorado em saberes e práticas, em uma racionalidade que normaliza a barragem de um rio por uma hidrelétrica, como um acerto de engenharia". Trata-se da racionalidade instrumental desempenhando seu papel.

Por exemplo, no "Relatório Anual e Socioambiental 2017", a empresa afirma que a Usina Hidrelétrica Belo Monte gera riquezas, desenvolvimento social e econômico, e que o projeto foi licitado com a operação do tipo "fio d'água" para reduzir o impacto ambiental, "outra medida foi a opção pelo projeto de usina a fio d'água – que não possui reservatório de acumulação e opera em quedas de água" (NORTE ENERGIA, 2017; p. 32), destacando que não alagou terras indígenas e não prejudicou a vida e a rotina das populações ribeirinhas, pois não comprometeu a pesca, a navegação, o comércio de produtos regionais e a cultura dos povos da região (NORTE ENERGIA, 2017; p. 17).

Adicionalmente, é mencionado que até o final de 2017, foram investidos "R$ 2,9 bilhões em ações socioeconômicas nas áreas de influência direta e indireta do empreendimento" (NORTE ENERGIA, 2017; 36), reafirmando, segundo a Norte Energia (2017; p.36) "o compromisso da empresa com o desenvolvimento social, econômico e humano da região do médio Xingu."

No "Relatório Anual e Socioambiental 2018", a empresa reitera seu compromisso em contribuir para o desenvolvimento econômico e social do país por meio da geração de energia elétrica limpa, renovável e confiável, utilizando o potencial hidrelétrico do rio Xingu. Além disso, afirma que a empresa mantém o investimento na construção da Usina Hidrelétrica Belo Monte, custeando "ações de organização, desenvolvimento e pré-operação" (NORTE ENERGIA, 2018; p. 54), com a expectativa de que esses investimentos sejam compensados pelas "receitas geradas na operação do empreendimento" (NORTE ENERGIA, 2018; p. 54).

No Relatório Anual 2020 ressalta o desenvolvimento social e econômico dos municípios nas áreas de Influência Direta (AID) e de Influência Indireta (AII) da usina, "com foco no atendimento aos direitos e demandas da população indígena afetada, elaborando um Plano Básico Específico direcionado ao Componente Indígena (PBA-CI), aprovado em 2012 pela FUNAI" (NORTE ENERGIA, 2020; p. 41).

No Relatório Anual 2021, a Norte Energia continuou a enfatizar seu compromisso com o desenvolvimento sustentável e a responsabilidade socioambiental. O relatório destacou os investimentos contínuos em projetos de infraestrutura e programas sociais para melhorar a qualidade de vida das comunidades locais.

> "No âmbito do PDRSX, as ações visam promover o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida nos municípios paraenses de Altamira, Anapu, Brasil Novo, Gurupá, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto de Moz, São Félix do Xingu, Senador José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingu" (NORTE ENERGIA, 2021; p. 66).

A Norte Energia reforça suas ações em prol do que é considerado desenvolvimento da região ao dizer, por exemplo, que "deu continuidade a ações de saneamento básico, saúde, educação, moradia, segurança pública, assistência social, cultura e lazer com ênfase na região da Volta Grande do Xingu" (NORTE ENERGIA, 2021; p. 72). Em outra passagem ressalta que o compromisso da Norte Energia também no campo da comunicação quando "foram instaladas pelo #Conecta Xingu 59 antenas de internet satelital em 32 comunidades indígenas e não indígenas, garantindo acesso à Internet nas comunidades da Volta Grande do Xingu e viabilizando a implantação da telemedicina." (NORTE ENERGIA, 2021; P. 53).

A omissão de narrativas claras sobre a violência contra os povos indígenas e o tratamento superficial das questões indígenas refletem uma marginalização dessas comunidades no discurso corporativo. Essa marginalização não apenas silencia as vozes indígenas, mas também revela uma ideologia que prioriza visões econômicas e corporativas em detrimento das realidades vivenciadas por esses povos. Este silêncio sobre a violência e a simplificação das complexidades das experiências indígenas reduzem sua presença a meras notas em um discurso maior de desenvolvimento.

Além disso, a representação dos povos indígenas como beneficiários passivos dos projetos de desenvolvimento reflete e reforça desigualdades de poder. Essa construção discursiva posiciona a empresa como um agente ativo de desenvolvimento, enquanto os povos indígenas são retratados como passivos e dependentes. Esta estrutura discursiva perpetua relações de dependência e enfraquece a agência e a voz dos povos indígenas. Esta representação pode ser observada em várias passagens dos relatórios, onde se destaca a participação das comunidades indígenas em diferentes programas e iniciativas, muitas vezes enfatizando os benefícios trazidos pela empresa.

Por exemplo, no Relatório Anual de 2020, é mencionada a satisfação dos indígenas da Aldeia Boa Vista com a adoção da telemedicina, onde 93% aprovaram a ação e 100% dos que realizaram consulta recomendam a utilização do atendimento pela plataforma digital (NORTE

ENERGIA, 2020; p. 79). Além disso, o mesmo relatório discute o Programa de Atividades Produtivas, que tem como objetivo fortalecer atividades produtivas dos povos indígenas visando a segurança alimentar e geração de renda para melhoria da qualidade de vida destas comunidades (NORTE ENERGIA, 2020).

Apesar disso, a insegurança alimentar tem afetado os moradores da região impactada pela construção da hidrelétrica de Belo Monte, como mostra o estudo de Johansen et al. (2024) citado na reportagem do jornal O Eco (ARANTES, 2024). Desde a implementação do projeto, houve uma queda na disponibilidade de alimentos tradicionais, como peixes e frutas, devido às mudanças no ecossistema local. Comunidades ribeirinhas e indígenas relatam dificuldades em acessar alimentos adequados, e as promessas de compensação e desenvolvimento sustentável não foram cumpridas. As mudanças nos modos de vida tradicionais têm agravado a situação, levando à desnutrição e outros problemas de saúde (JOHANSEN et al., 2024).

Apesar disso, ações e medidas são destacadas nos relatórios analisados, como "a celebração do Termo de Compromisso Ambiental (TCA) nº 03/2021 com o Ibama, com o conjunto de medidas adicionais de mitigação e compensação aos impactos do empreendimento já previstos e observados no TVR, denominadas" (NORTE ENERGIA, 2021, p. 51), e a "Pactuação da retomada parcial da execução do PBA-CI, em campo, no contexto de Pandemia, com plano de trabalho aprovado em reuniões tripartites, promovidas num processo de corresponsabilidade entre os envolvidos" (NORTE ENERGIA, 2020; p. 76)

Além disso, a Norte Energia destaca o Programa de Comunicação para Indígenas, que "assegura participação ativa das comunidades nas discussões para definir as ações que serão executadas em seus territórios" (NORTE ENERGIA, 2020; p. 85). A companhia ressalta ainda que "com esse diálogo esse diálogo direto e permanente, a Norte Energia vem assegurando protagonismo dos indígenas" (NORTE ENERGIA, 2020; p. 85).

Apesar do discurso de participação e protagonismo, a realidade vivida pelas comunidades indígenas pode ser bastante diferente. A literatura e os relatórios de campo frequentemente destacam que o envolvimento das comunidades indígenas nos processos de tomada de decisão é frequentemente limitado a consultas formais que não levam a mudanças substanciais nas decisões já tomadas pelas empresas (ALKMIN, 2023; BONIN et al., 2022). A menção ao "Programa de Comunicação para Indígenas" pode ser uma estratégia para atender a requisitos regulatórios e melhorar a imagem pública da empresa, sem necessariamente assegurar um envolvimento genuíno e significativo das comunidades indígenas nas decisões que afetam diretamente suas vidas e territórios.

A resistência contra a violência sistemática e a opressão colonial enfrentada pelos povos indígenas no Brasil, incluindo a violência extrema contra as mulheres indígenas como forma de genocídio, mostra os desafios profundamente enraizados que as comunidades indígenas enfrentam na afirmação dos seus direitos e autonomia (NASCIMENTO; DE AZEVEDO, 2023; RIBEIRO; MORATO, 2020b). É reconhecido que os impactos de projetos como a hidrelétrica de Belo Monte não só afetam negativamente o meio ambiente, mas também infringem os direitos das comunidades indígenas e tradicionais, desconsiderando seus direitos de expressão cultural e consulta (RIBEIRO; MORATO, 2020b).

A luta pelo reconhecimento e inclusão das perspectivas indígenas nos processos de tomada de decisão relacionados a projetos como Belo Monte reflete questões mais amplas de dinâmica de poder e marginalização enfrentadas pelas comunidades indígenas (LACERDA, 2021; RIBEIRO; MORATO, 2020b).

Além disso, a natureza seletiva e tendenciosa das divulgações sociais e ambientais das empresas, que muitas vezes carecem de responsabilização e transparência, contribui para os desafios enfrentados pelas comunidades indígenas na influência nos processos de tomada de decisão (MARTINS; GOMES; BRANCO, 2021),

Desse modo, apear da Norte Energia, demonstrar uma ênfase nos benefícios proporcionados pela empresa às comunidades indígenas, eles podem ser interpretados como uma representação dos povos indígenas em um papel passivo, recebendo as ações desenvolvidas pela empresa, ao invés de serem atores ativos na determinação de suas próprias necessidades e no desenvolvimento de suas próprias soluções.

O uso predominante de uma linguagem técnica e impessoal pode ser interpretado como uma estratégia para despolitizar as questões indígenas, tratando-as como problemas gerenciais ou técnicos, em vez de questões de direitos humanos e justiça social. Essa abordagem desvia a atenção das implicações mais profundas dessas questões, reduzindo-as a meras questões administrativas.

Por fim, a vinculação das atividades da empresa a frameworks internacionais como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável funciona como uma estratégia de legitimação. Essa estratégia pode servir para justificar as práticas da empresa, mas ao mesmo tempo, pode mascarar as contradições e conflitos inerentes ao seu modelo de desenvolvimento, especialmente em relação aos impactos sobre as comunidades indígenas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente tese teve como objetivo analisar criticamente o discurso apresentado nos relatórios socioambientais da Norte Energia, empresa responsável pela Usina Hidrelétrica de Belo Monte. A análise buscou revelar como as práticas discursivas refletiram a ideologia e hegemonia dominante, utilizando o quadro teórico da contabilidade contra-hegemônica, a qual está enraizada em teorias críticas e interdisciplinares, entre elas a análise crítica do discurso. Desse modo, foi adotado como modelo de análise a abordagem de Fairclough (2001), o qual compreende o evento discursivo simultaneamente como um texto, uma prática discursiva e uma prática social. A análise, portanto, foi dividida sobre essas dimensões, nas quais a análise da prática discursiva e da prática social teve como foco os impactos sobre os povos indígenas nos temas de desmatamento, uso da água, biodiversidade e violência.

A análise textual revelou técnicas discursivas usadas pela Norte Energia para moldar a percepção pública, incluindo o uso predominante da voz passiva, inconsistência de dados entre anos diferentes e narrativas acumulativas sem delimitação temporal clara. Essas estratégias indicam uma tentativa de controlar o discurso sobre os impactos ambientais e sociais, perpetuando uma imagem de responsabilidade e sustentabilidade que não corresponde à realidade observada. É contraditório perceber que, em uma sociedade dominada por uma racionalidade instrumental, o texto dos relatórios busque tão pouco oferecer parâmetros quantitativos relacionados às questões socioambientais que permitam aos usuários perceberem a evolução, ou involução, do perfil social da empresa.

Na análise da prática discursiva, foi evidenciado por meio da intertextualidade como o discurso dos relatórios de sustentabilidade são construídos para legitimar as práticas da empresa. A racionalidade instrumental, que prioriza a eficiência e os resultados mensuráveis, é amplamente utilizada, enquanto a racionalidade substantiva, que consideraria os valores culturais e sociais das comunidades impactadas, é negligenciada. A análise demonstrou a superficialidade das alegações de sustentabilidade da empresa, destacando a desconexão entre a narrativa oficial e as realidades vividas pelas comunidades indígenas.

A análise da prática social conectou as práticas discursivas às estruturas sociais e relações de poder, revelando que as políticas públicas e práticas empresariais frequentemente refletem e perpetuam a ideologia dominante de desenvolvimento, que valoriza a racionalidade instrumental e o crescimento econômico em detrimento das necessidades e direitos das comunidades locais.

Ao conectar discurso e prática social, a análise demonstrou que os relatórios de sustentabilidade da Norte Energia utilizam uma linguagem técnica e quantitativa que serve para legitimar as ações da empresa e obscurecer os impactos negativos de seus projetos. Esta abordagem discursiva é uma manifestação da hegemonia da ideologia de desenvolvimento predominante, que prioriza a eficiência econômica e a conformidade regulatória sobre considerações sociais e ambientais mais amplas. Conforme Fairclough (2001) argumenta, o discurso não é apenas um reflexo da realidade, mas uma prática que ajuda a construir e manter relações de poder e dominação.

A análise dos relatórios mostrou que a apresentação técnica e a ênfase em medidas compensatórias e monitoramento quantitativo servem para manter a hegemonia da narrativa corporativa, minimizando a visibilidade das vozes dissidentes e das críticas. Isso é evidente na forma como os impactos negativos são marginalizados ou omitidos, e os sucessos técnicos são amplificados, perpetuando a dominação ideológica e econômica sobre as comunidades afetadas.

Para enfrentar esses desafios é necessário a adoção de medidas que garantam a transparência e clareza nos relatórios de sustentabilidade, incluindo dados específicos e contextualmente relevantes, evitando manipulações narrativas. Além disso, foi possível observar o quão é necessário incorporar a racionalidade substantiva nas práticas empresariais, considerando os valores culturais e sociais das comunidades indígenas e garantindo que suas vozes sejam ouvidas e respeitadas. Implementar monitoramento independente é essencial para assegurar a veracidade das informações divulgadas e desenvolver mecanismos efetivos de consulta e participação das comunidades indígenas no planejamento e execução dos projetos.

Uma das principais limitações do presente estudo é o escopo temporal da análise, que se concentra nos relatórios de sustentabilidade dos anos de 2017 a 2021. Embora essa escolha permita uma análise detalhada e atual dos discursos corporativos, ela pode não capturar mudanças ou continuidades importantes em períodos anteriores bem como posteriores. A inclusão de um período temporal mais extenso poderia fornecer uma visão mais holística das transformações e persistências nos discursos da empresa. A análise da prática discursiva e social tentou incluir as vozes das comunidades indígenas e locais afetadas pela construção e operação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. No entanto, a representatividade dessas vozes nos documentos analisados é limitada. Os relatos e percepções das comunidades não estão adequadamente refletidos nos relatórios de sustentabilidade ou em fontes independentes, o que pode levar a uma sub-representação das suas reais preocupações e experiências. Além disso, a

abordagem metodológica focada na análise crítica do discurso pode não capturar todas as nuances dos impactos ambientais e sociais.

À luz do exposto neste extenso documento, se declara como válida a proposição assumida como princípio orientador deste estudo que os relatórios socioambientais da referida empresa são instrumentos ideológicos, assim entendidos por distorcer a realidade por intermédio de um conjunto de estratégias de construção discursiva. Essas estratégias envolvem o mascaramento do intenso desmatamento da região decorrente da implantação da usina, a supressão de informações relativas ao aumento de dificuldade de acesso à água de qualidade por parte da população, o obscurecimento da degradação da diversidade biológica amazônica e o abafamento das vozes locais que se levantam contra um viver precário que ameaça a sobrevivência física, social e cultural.

Esses documentos tornam-se assim instrumentos de gerenciamento de imagem para projetos de grande porte que geram privilégios para frações mínimas da população brasileira em detrimento da maioria da população, constituída pelos indivíduos mais vulneráveis da sociedade, que sentem novamente os efeitos deletérios das injustiças sociais associadas à geração de energia requisitada por um modelo de desenvolvimento destrutivo e não discutido democraticamente.

Pesquisas futuras poderiam expandir esta análise incorporando métodos de coleta de dados primários, como entrevistas aprofundadas e estudos de campo nas comunidades indígenas afetadas. Além disso, estudos comparativos entre diferentes projetos de infraestrutura em diversas regiões poderiam fornecer uma visão mais ampla das práticas empresariais, seus impactos socioambientais e suas práticas de relato. A integração de outras teorias críticas também poderia enriquecer a análise e fornecer novas perspectivas sobre os desafios da sustentabilidade e responsabilidade corporativa.

Esta tese contribui significativamente para o campo da contabilidade crítica e da análise crítica do discurso, proporcionando uma compreensão aprofundada de como os discursos de sustentabilidade podem ser manipulados para perpetuar a ideologia dominante. Por meio da aplicação da teoria de Fairclough, foi possível desvelar as complexas dinâmicas de poder e ideologia subjacentes aos relatórios de sustentabilidade da Norte Energia. As recomendações propostas visam promover uma mudança significativa nas práticas empresariais de relato, direcionando-as para uma maior transparência, responsabilidade e justiça socioambiental. Para alcançar um desenvolvimento verdadeiramente sustentável, é imperativo que as empresas reconheçam e integrem as perspectivas e os direitos das comunidades indígenas afetadas por

suas operações. Essa integração é essencial não apenas para a justiça social, mas também para a preservação do meio ambiente e a sustentabilidade a longo prazo.

6 REFERÊNCIAS

ABDALLA, M. M.; ALTAF, J. G. Análise Crítica do Discurso em Administração e em Gestão: Sistematização de um Framework Metodológico. **Revista ADM.MADE**, v. 22, n. 2, p. 35–47, 2018.

ABDULMAJID, A. Media and Ideology in the Middle East: A Critical Discourse Analysis. **Digest of Middle East Studies**, v. 28, n. 1, p. 23–47, 2019.

ABRÃO, B. S. **História da Filosofia**. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

ABRIL, G. et al. Carbon dioxide and methane emissions and the carbon budget of a 10-year old tropical reservoir (Petit Saut, French Guiana). **Global Biogeochemical Cycles**, 2005.

ADAMS, C. A. The ethical, social and environmental reporting-performance portrayal gap. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 17, n. 5, p. 731–757, 2004.

ADGER, W. N. et al. Advancing a political ecology of global environmental discourses. **Development and Change**, v. 32, n. 4, p. 681–715, 2001.

ADLER, R. et al. United Nations Decade on Biodiversity: A study of the reporting practices of the Australian mining industry. **Accounting, Auditing and Accountability Journal**, v. 30, n. 8, p. 1711–1745, 2017.

ADLER, R.; MANSI, M.; PANDEY, R. Biodiversity and threatened species reporting by the top Fortune Global companies. **Accounting, Auditing and Accountability Journal**, v. 31, n. 3, p. 787–825, 2018.

ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos.** Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

AGOSTINHO, Â. A. et al. Fish Assemblages in Neotropical Reservoirs: Colonization Patterns, Impacts and Management. **Fisheries Research**, 2016.

ALENCAR, A. M. P. G. et al. Desmatamento na Amazônia: indo além da "emergência crônica". **null**, 2004.

ALKMIN, F. M. Colonialismo climático e financeirização do carbono: Reflexões sobre o REDD+ e a autonomia socioterritorial dos povos indígenas na Amazônia. **AMBIENTES: Revista de Geografia e Ecologia Política**, 2023.

ALONSO, S. **Belo Monte e a questão indígena**. [s.l: s.n.]. v. 18

ALTHUSSER, L. Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado. Em: **Um Mapa da Ideologia**. Edição do ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

ALVES, A. R. C. O conceito de hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe Ana Rodrigues Cavalcanti Alves. **Lua Nova**, v. 80, p. 71–96, 2010.

ANSAR, A. et al. Should We Build More Large Dams? The Actual Costs of Hydropower Megaproject Development. **Energy Policy**, 2014.

APOSTOL, O. M. “A project for Romania? The role of the civil society’s counter- accounts in facilitating democratic change in society”. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 1, n. 2, p. 210–241, 2015.

AQUINO, R. DO N. M. A estrutura argumental e a polissemia em nominalizações. **Revista LinguíStica**, 2022.

ARNAULT, R. P. P. **Altamira indígena em Belo Monte: experiências Xipaya e Kuruaya em transformação**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 14 mar. 2016.

ARRUDA, J. R. DE. **História Antiga e Medieval**. Ática ed. São Paulo: [s.n.].

ARRUDA, R. Populações tradicionais e a proteção de recursos naturais em unidades de conservação. **Ambiente & Sociedade**, v. 2, n. 5, p. 79–92, 1999.

ATKINS, E. Disputing the ‘National Interest’: The Depoliticization and Repoliticization of the Belo Monte Dam, Brazil. **Water**, 2019.

ATKINS, J. et al. “Good” news from nowhere: Imagining utopian sustainable accounting. **Accounting, Auditing and Accountability Journal**, v. 28, n. 5, p. 651–670, 2015a.

ATKINS, J.; MAROUN, W. Integrated extinction accounting and accountability : Building an Ark. **Journal on Extinction Accounting & Accountability**, 2018a.

BARBOSA, R. I. et al. Incêndios na Amazônia Brasileira: estimativa da emissão de gases do efeito estufa pela queima de diferentes ecossistemas de Roraima na passagem do evento “El Nino” (1997/98). **Acta Amazonica**, 1999.

BARIANI JUNIOR, E. **Guerreiro Ramos e a redenção sociológica: capitalismo e sociologia no Brasil**. Araraquara: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2008a.

BARRETO, M. P. A MATA ATLÂNTICA E O ENSINO DE HISTÓRIA: da pré-história ao período colonial brasileiro. **Movimento-Revista De Educação**, n. 6, p. 272, 2017.

BARRETT, M. Ideologia, Política e Hegemonia: de Gramsci a Laclau. Em: **Um Mapa da Ideologia**. Kindle ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. p. 337.

BARROS, M. Tools of Legitimacy: The Case of the Petrobras Corporate Blog. **Organization Studies**, v. 35, n. 8, p. 1211–1230, 2014.

BASCOMB, B.; HIGGINS, T. **Plan to divert water to Brazil’s Belo Monte dam threatens Indigenous peoples and wildlife**. Disponível em: <https://theworld.org/stories/2021/04/06/belo-monte-dam>. Acesso em: 14 jun. 2024.

BASTIAN, L. et al. TD 2868 - A Questão indígena e a flexibilização de direitos no Brasil : ameaças legislativas em um contexto de fragilização política. **Texto para Discussão**, p. 1–31, 11 abr. 2023.

BATISTA, B. **Belo Monte desestruturou um ecossistema e as vidas de indígenas, ribeirinhos e pescadores**. Disponível em: <https://climainfo.org.br/2024/02/23/belo-monte-desestruturou-um-ecossistema-e-as-vidas-de-indigenas-ribeirinhos-e-pescadores/>. Acesso em: 4 abr. 2024.

BEBBINGTON, J. et al. Theorizing engagement: The potential of a critical dialogic approach. **Accounting, Auditing and Accountability Journal**, v. 20, n. 3, p. 356–381, 2007.

BEBBINGTON, J.; LARRINAGA, C. Accounting and sustainable development: An exploration. **Accounting, Organizations and Society**, v. 39, n. 6, p. 395–413, 2014.

BEBBINGTON, J.; RUSSELL, S.; THOMSON, I. Accounting and sustainable development: Reflections and propositions. **Critical Perspectives on Accounting**, v. 48, p. 21–34, 2017.

BEBBINGTON, J.; UNERMAN, J. Achieving the United Nations Sustainable Development Goals: An enabling role for accounting research. **Accounting, Auditing and Accountability Journal**, v. 31, n. 1, p. 2–24, 2018.

BECHARA, E. **Moderna Gramática Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.

BEER, M. **História do socialismo e das lutas sociais**. [s.l.] Expressão Popular, 2007.

BELAL, A. R.; COOPER, S. M.; KHAN, N. A. Corporate environmental responsibility and accountability: What chance in vulnerable Bangladesh? **Critical Perspectives on Accounting**, v. 33, p. 44–58, 2015.

BENDLE, J. et al. Major Changes in Glacial and Holocene Terrestrial Temperatures and Sources of Organic Carbon Recorded in the Amazon Fan by Tetraether Lipids. **Geochemistry Geophysics Geosystems**, 2010.

BENJAMIN, W. **O capitalismo como religião**. São Paulo: Boitempo, 2013.

BERMANN, C. O projeto da usina hidrelétrica Belo Monte: a autocracia energética como paradigma. **Novos Cadernos NAEA**, v. 15, n. 1, p. 5–23, 2012.

BERNARD, T. Corporate social responsibility in postcolonial contexts: a critical analysis of the representational features of South African corporate social responsibility reports. **Critical Discourse Studies**, v. 0, n. 0, p. 1–18, 2020a.

BIN, D.; CASTOR, B. V. J. Racionalidade e política no processo decisório: estudo sobre orçamento em uma organização estatal. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 11, n. 3, p. 35–56, 2007.

BOFF, L. **A voz do arco-íris**. Rio de Janeiro: Sextante, 2004.

BOFF, L. **Cuidar da Terra, proteger a vida: Como evitar o fim do mundo**. Rio de Janeiro: Record, 2010.

BOFF, L. **Sustentabilidade: O que é - O que não é**. Petrópolis: Vozes, 2012.

BOIRAL, O. Sustainability reports as simulacra? A counter-account of A and A+ GRI reports. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 26, n. 7, p. 1036–1071, 2013a.

BONIN, I. T. et al. Necropolítica e violências contra os povos indígenas no Brasil. **Caminhos de Diálogo**, 2022.

BRAGA, O. J.; NETO, E. A. Ideologia Burguesa e Dominação Capitalista como Movimento Científico e Político-Filosófico na Dialética do Esclarecimento. **Revista Labor**, v. 1, n. 8, p. 34–47, 2012.

BRANCO, M. C. et al. Comparing CSR communication on corporate web sites in Sweden and Spain. **Baltic Journal of Management**, v. 9, n. 2, p. 231–250, 2014.

BRANCO, M. C.; DELGADO, C. Business, social responsibility, and corruption. **Journal of Public Affairs**, v. 12, n. 4, p. 357–365, 2012.

BRANCO, M. C.; RODRIGUES, L. L. Communication of corporate social responsibility by Portuguese banks: A legitimacy theory perspective. **Corporate Communications**, v. 11, n. 3, p. 232–248, 2006a.

BRANCO, M. C.; RODRIGUES, L. L. Corporate social responsibility and resource-based perspectives. **Journal of Business Ethics**, v. 69, n. 2, p. 111–132, 2006b.

BRANFORD, S. **Morte de peixes na barragem de Belo Monte aponta falhas de construção**. Disponível em: <https://brasil.mongabay.com/2016/12/morte-de-peixes-na-barragem-de-belo-monte-aponta-falhas-de-construcao/>. Acesso em: 20 fev. 2024.

BRASIL. **Decreto-lei n° 1.179, de 6 de julho de 1971** . , 1971. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del1179.htm>. Acesso em: 11 fev. 2024

BRASIL. **Lei n° 8.629, de 25 de fevereiro de 1993**.

BRASIL. **Agenda 21 e Sustentabilidade**. **Caderno de Debate**Brasília - DFMinistério do Meio Ambiente, , 2000. Disponível em: <https://antigo.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/CadernodeDebates9.pdf>. Acesso em: 9 jun. 2024

BRO, A. S.; MORAN, E. F.; CALVI, M. F. Market Participation in the Age of Big Dams: The Belo Monte Hydroelectric Dam and Its Impact on Rural Agrarian Households. **Sustainability**, 2018a.

BRO, A. S.; MORAN, E. F.; CALVI, M. F. Market Participation in the Age of Big Dams: The Belo Monte Hydroelectric Dam and Its Impact on Rural Agrarian Households. **Sustainability**, 2018b.

BRONNER, G.; DI IORIO, F. **The mystery of rationality: Mind, beliefs and the social sciences**. [s.l.] Springer International Publishing, 2018.

BRUCKMEIER, K. **Economics and Sustainability: Social Ecological Perspectives**. e-book ed. Berlin: [s.n.].

BRUM, E. Belo Monte: a anatomia de um etnocídio. **El Pais**, 2014.

BRUM, E. **Banzeiro òkòtó Uma viagem à Amazônia centro do mundo**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

BURSZTYN, M.; PERSEGONA, M. **A grande transformação ambiental: uma cronologia da dialética homem-natureza**. [s.l.] Editora Garamond, 2008a.

BURSZTYN, M.; PERSEGONA, M. **A Grande Transformação Ambiental: Uma cronologia da dialética homem-natureza.** . Rio de Janeiro: Garamons, 2008b.

BURTON, P. J. et al. The value of managing for biodiversity. **The Forestry Chronicle**, v. 68, n. 2, p. 225–237, 1 abr. 1992.

CALABRESE, A. et al. Materiality analysis in sustainability reporting: A tool for directing corporate sustainability towards emerging economic, environmental and social opportunities. **Technological and Economic Development of Economy**, 2019.

CAMARGO, M.; GIARRIZZO, T.; ISAAC, V. J. Population and Biological Parameters of Selected Fish Species From the Middle Xingu River, Amazon Basin. **Brazilian Journal of Biology**, 2015a.

CAMARGO, M.; GIARRIZZO, T.; ISAAC, V. J. Population and Biological Parameters of Selected Fish Species From the Middle Xingu River, Amazon Basin. **Brazilian Journal of Biology**, 2015b.

CAMARGO, S. Os primeiros anos da “Escola de Frankfurt” no Brasil. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 91, p. 105–133, 2014.

CAMOLETTO, S. et al. Corporate Social Responsibility due diligence among European companies: The results of an interventionist research project with accountability and political implications. **Corporate Social Responsibility and Environmental Management**, n. February, p. 1–12, 2022.

CANTISTA, M. J. Passado e presente da ilustração. v. 3, p. 307–324, 1982.

CARDOSO, C. F. S. **Sociedades do antigo oriente próximo**. [s.l.] Ática, 2002.

CARSON, R. **Primavera Silenciosa**. São Paulo: Gaia, 2010a.

CARSON, R. **Primavera Silenciosa**. São Paulo: Gaia, 2010b.

CARVER, L. E. **Assembling the value of nature: A performative analysis of English biodiversity offsetting and the**. London: The University of London, 2017.

CASTELLO, L. et al. The vulnerability of Amazon freshwater ecosystems. **Conservation Letters**, 2013.

CASTELLO, L.; MACEDO, M. N. Large-scale Degradation of Amazonian Freshwater Ecosystems. **Global Change Biology**, 2015a.

CASTELLO, L.; MACEDO, M. N. Large-scale Degradation of Amazonian Freshwater Ecosystems. **Global Change Biology**, 2015b.

CASTILHO, A. L. et al. **Os Invasores: Quem são os empresários brasileiros e estrangeiros com mais sobreposições em terras indígenas**. **De olho nos ruralistas - Observatório do Agronegócio no Brasil**, 2023.

CAVALCANTE, A. N. A. **Sustentabilidade: Análise de Discurso Crítica de Relatórios de Sustentabilidade**. Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 2018.

CEMIN, A. B. Denúncias De Estupro Contra a Mulher Indígena: Bioética Intercultural Feminista, Saúde Coletiva E Justiça. **Amazônica - Revista De Antropologia**, 2017.

CERBONE, D. et al. Materiality in an integrated reporting setting: Insights using an institutional logics framework. **British Accounting Review**, 2019.

CERQUEIRA, D. et al. **Atlas da Violência: retrato dos municípios brasileiros**. **IPEA**Rio de JaneiroIPEA, , 2019.

CERRI, L. T.; MARANHÃO, C. M. S. DE A.; PEREIRA, J. J. AS RACIONALIDADES SUBSTANTIVA E INSTRUMENTAL NA PRÁTICA ORGANIZACIONAL: um olhar sobre Guerreiro Ramos e os estudos organizacionais. **Revista Foco**, v. 10, n. 2, p. 125, 2017.

CHAVES, K. A. Povos tradicionais, vida nua e expropriação: O caso dos duplamente atingidos pela UHE Belo Monte e Mineração Belo Sun. **Revista da ANPEGE**, 2021.

CHO, C. H.; PATTEN, D. M. The role of environmental disclosures as tools of legitimacy: A research note. **Accounting, Organizations and Society**, v. 32, n. 7–8, p. 639–647, 2007.

CHO, C. H.; PATTEN, D. M.; ROBERTS, R. W. Corporate political strategy: An examination of the relation between political expenditures, environmental performance, and environmental disclosure. **Journal of Business Ethics**, v. 67, n. 2, p. 139–154, 2006.

CHO, J.; TRENT, A. Validity in qualitative research revisited. **Qualitative Research**, v. 6, n. 3, p. 319–340, 2006.

CHOUERI, R. B.; NASCIMENTO, E. P. DO. O papel do licenciamento ambiental federal como ferramenta para gerir conflitos relacionados à biodiversidade aquática e pesca: o caso da UHE Belo Monte. **Novos Cadernos NAEA**, v. 22, n. 2, p. 143–163, 2019.

CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. Critical discourse analysis in organizational studies: Towards an integrationist methodology. **Journal of Management Studies**, v. 47, n. 6, p. 1213–1218, 2010.

CIMI. **Desalojados no próprio território: a Barragem Norte e o deslocamento forçado do povo Xokleng**. [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://cimi.org.br/2020/10/desalojados-proprio-territorio-barragem-norte-deslocamento-forcado-povo-xokleng/>. Acesso em: 28 maio. 2024.

CIPRO NETO, P. **Português passo a passo**. Barueri: Gold, 2007. v. 1

COATES, D. J.; BYRNE, M.; MORITZ, C. Genetic Diversity and Conservation Units: Dealing With the Species-Population Continuum in the Age of Genomics. **Frontiers in Ecology and Evolution**, v. 6, 23 out. 2018.

COETZEE, C. M.; VAN STADEN, C. J. Disclosure responses to mining accidents: South African evidence. **Accounting Forum**, v. 35, n. 4, p. 232–246, 2011.

CORAZZA, L. et al. Sustainability reporting after the Costa Concordia disaster: a multi-theory study on legitimacy, impression management and image restoration. **Accounting, Auditing and Accountability Journal**, v. 33, n. 8, p. 1909–1941, 2020.

COSTA, A. M. DA; BARROS, D. F.; MARTINS, P. E. M. A alavanca que move o mundo: o discurso da mídia de negócios sobre o capitalismo empreendedor. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 10, n. 2, p. 357–375, 2012a.

COSTA, A. M. DA; BARROS, D. F.; MARTINS, P. E. M. A alavanca que move o mundo: o discurso da mídia de negócios sobre o capitalismo empreendedor. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 10, n. 2, p. 357–375, 2012b.

COUTO, S. P. **A extraordinária história da China**. [s.l.] Universo dos Livros Editora, 2008.

CRUZ PAES, R. DA; DE SARMENTO, P. S.; PONTES, A. N. Jornais the Guardian, El País E O Globo: O Que Apresentam Sobre Os Povos Indígenas De Belo Monte. **Aturá - Revista Pan-Amazônica De Comunicação**, 2019.

CUCKSTON, T. Making Accounting for Biodiversity Research a Force for Conservation. **Social and Environmental Accountability Journal**, v. 38, n. 3, p. 218–226, 2018a.

CUCKSTON, T. Creating financial value for tropical forests by disentangling people from nature. **Accounting Forum**, v. 42, n. 3, p. 219–234, 2018b.

CUMMINGS, S.; SEFERIADIS, A. A.; DE HAAN, L. **Getting down to business? Critical discourse analysis of perspectives on the private sector in sustainable development**. **Sustainable Development**, 2020.

DAMODARAN, V. Colonialism, Imperialism and Environmental History. **World Environmental History**, 2012.

D'ANGELO, M. **Pensadores Contemporâneos**. Aparecida: Ideias & Letras, 2011.

DE MATTOS, K. D. G.; DE SOUZA, G. A. O CONFLITO ENTRE A PRESERVAÇÃO DAS TERRAS INDÍGENAS NO BRASIL E A IMPLANTAÇÃO DA USINA DE BELO MONTE. **null**, 2015.

DE VILLIERS, C.; TORRE, M. LA; MOLINARI, M. The Global Reporting Initiative's (GRI) past, present and future: critical reflections and a research agenda on sustainability reporting (standard-setting). **Pacific Accounting Review**, 2022.

DEEGAN, C. **Introduction**. [s.l: s.n.]. v. 15

DELLAGNELO, E. L.; MACHADO-DA-SILVA, C. L. Novas formas organizacionais: onde se encontram as evidências empíricas de ruptura com o modelo burocrático de organizações? **Organizações & Sociedade**, v. 7, n. 19, p. 19–33, 2000.

DEN HOND, F.; DE BARKER, F. G. A. Ideologically motivated activism: How activist groups influence corporate social change activities. **Academy of Management Review**, v. 32, n. 3, p. 901–924, 2007.

DENEDO, M.; THOMSON, I.; YONEKURA, A. International Adovocacy NGOs, Counter Accounting, Accountability and Engagement. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, 2017.

DENEDO, M.; THOMSON, I.; YONEKURA, A. **Ecological damage, human rights and oil: local advocacy NGOs dialogic action and alternative accounting practices**. **Accounting Forum**, 2019.

DEWI, M. K.; MANOCHIN, M.; BELAL, A. Towards a conceptual framework of beneficiary accountability by NGOs: An Indonesian case study. **Critical Perspectives on Accounting**, v. 80, p. 102130, 2021.

DEY, C.; RUSSELL, S. Who speaks for the river?: Exploring biodiversity accounting using an arena approach. **Active Ageing in Asia**, n. May, p. 215–266, 2014.

DIAS, G. F. **Educação Ambiental: Princípios e Práticas**. 10ª ed. São Paulo: [s.n.].

DIAS, V. DE S. et al. An overview of hydropower reservoirs in Brazil: Current situation, future perspectives and impacts of climate change. **Water (Switzerland)**, v. 10, n. 5, 2018.

DOBSON, A. Global biodiversity assessment. **Trends in Ecology & Evolution**, v. 12, n. 1, p. 39–40, 1997.

DOLCE, J. **Como tragédias e conflito de Belo Monte unem histórias de sindicalista e Altamira**. Disponível em: <https://apublica.org/2023/09/como-tragedias-e-conflito-de-belo-monte-unem-historias-de-sindicalista-e-de-altamira/>. Acesso em: 9 fev. 2024.

DOS SANTOS, R. V. et al. The Decline of Fisheries on the Madeira River, Brazil: The High Cost of the Hydroelectric Dams in the Amazon Basin. **Fisheries Management and Ecology**, 2018.

DRAGO, P. A. Teoria crítica e teoria das organizaçoes. **Revista de Administração de Empresas**, v. 32, n. 2, p. 58–64, 1992.

DYLLICK, T.; MUFF, K. Clarifying the Meaning of Sustainable Business: Introducing a Typology From Business-as-Usual to True Business Sustainability. **Organization and Environment**, v. 29, n. 2, p. 156–174, 2016.

EAGLETON, T. **Ideologia. Uma Introdução. Tradução Silvana Vieira, Luís Carlos Borges**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 2019.

EDGLEY, C. et al. The adoption of the materiality concept in social and environmental reporting assurance: A field study approach. **British Accounting Review**, 2015.

EJIOGU, A.; EJIOGU, C.; AMBITUUNI, A. The dark side of transparency: Does the Nigeria extractive industries transparency initiative help or hinder accountability and corruption control? **British Accounting Review**, v. 51, n. 5, p. 100811, 2019.

FAINGUELERNT, M. B. Impactos Da Usina Hidrelétrica De Belo Monte: Uma Análise Da Visão Das Populações Ribeirinhas Das Reservas Extrativistas Da Terra Do Meio. **Civitas - Revista De Ciências Sociais**, 2020a.

FAINGUELERNT, M. B. Impactos Da Usina Hidrelétrica De Belo Monte: Uma Análise Da Visão Das Populações Ribeirinhas Das Reservas Extrativistas Da Terra Do Meio. **Civitas - Revista De Ciências Sociais**, 2020b.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e Mudança Social**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001a.

FAIRCLOUGH, N. **Analysing Discourse: Textual analysis for social research**. New York: Routledge, 2003.

FARIA, J. H. DE. Consciência crítica com ciência idealista: paradoxos da redução sociológica na fenomenologia de Guerreiro Ramos. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 7, n. 3, p. 420–446, 2009.

FARINA, M. **Teoria crítica e pensamento negativo**. São Paulo: Salvat do Brasil, 2017.

FAUSTO, B. **História Concisa do Brasil**. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 2002.

FEARNSIDE, P. M. ET AL. Modelagem de desmatamento e emissões de gases de efeito estufa na região sob influência da Rodovia Manaus-Porto Velho (BR-319). **Revista Brasileira de Meteorologia**, v. 24, n. 2, p. 208–233, 2009.

FEARNSIDE, P. M. et al. A Conservation Gap Analysis of Brazil's Amazonian Vegetation. **Conservation Biology**, 1995.

FEARNSIDE, P. M. Biodiversity as an environmental service in Brazil's Amazonian forests: risks, value and conservation. **Environmental Conservation**, 1999.

FEARNSIDE, P. M. Avança Brasil: environmental and social consequences of Brazil's planned infrastructure in Amazonia. **Environmental Management**, 2002.

FEARNSIDE, P. M. et al. Tropical deforestation and greenhouse-gas emissions. **Ecological Applications**, 2004.

FEARNSIDE, P. M. Desmatamento na Amazônia: dinâmica, impactos e controle. **Acta Amazonica**, 2006a.

FEARNSIDE, P. M. Dams in the Amazon: Belo Monte and Brazil's Hydroelectric Development of the Xingu River Basin. **Environmental Management**, 2006b.

FEARNSIDE, P. M. Quantificação do Serviço Ambiental do Carbono nas Florestas Amazônicas Brasileiras. **Oecologia Brasiliensis**, 2008.

FEARNSIDE, P. M. Gases De Efeito Estufa No EIA-RIMA Da Hidrelétrica De Belo Monte. **Novos Cadernos Naea**, 2011.

FEARNSIDE, P. M. Belo Monte: Atores e argumentos na luta sobre a Barragem Amazônica mais controversa do Brasil. **Revista NERA**, v. 147, n. 4, p. 275–283, 2016.

FEARNSIDE, P. M. Brazil's Belo Monte Dam: Lessons of an Amazonian resource struggle. **Erde**, v. 148, n. 2–3, p. 167–184, 2017.

FEARNSIDE, P. M. Belo Monte: atores e argumentos na luta sobre a Barragem Amazônica mais controversa do Brasil. **Revista NERA**, v. 21, n. 42, p. 162–185, 2018.

FEARNSIDE, P. M. Impactos Das Hidrelétricas Na Amazônia E a Tomada De Decisão. **Novos Cadernos Naea**, 2019.

FEARNSIDE, P. M. Desmatamento na Amazônia brasileira: História, índices e consequências. Em: **Fearnside, P.M. (ed.) Destruição e Conservação da Floresta Amazônica. Editora do INPA, Manaus, Amazonas. 356 p.** [s.l: s.n.]. p. 356.

FERGUSON, J. et al. Constructing meaning in the service of power: An analysis of the typical modes of ideology in accounting textbooks. **Critical Perspectives on Accounting**, v. 20, n. 8, p. 896–909, 2009.

FERNANDEZ, F.; ARAÚJO, B. B. A. As Primeiras Fronteiras: impactos ecológicos da expansão humana pelo mundo. Em: GARAMOND (Ed.). **História ambiental: Fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza**. Rio de Janeiro: [s.n.]. p. 97–117.

FICO, C. **O grande irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo – o governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FINER, M.; JENKINS, C. N. Proliferation of Hydroelectric Dams in the Andean Amazon and Implications for Andes-Amazon Connectivity. **Plos One**, 2012.

FIORIN, J. L. **Linguagem e Ideologia**. 8. ed. São Paulo: Ática, 2007.

FISCHER, R. M. B. Foucault e a análise do discurso em educação. **Cadernos de Pesquisa**, n. 114, p. 197–223, 2001.

FITZGERALD, D. B. et al. Diversity and community structure of rapids-dwelling fishes of the Xingu River: Implications for conservation amid large-scale hydroelectric development. **Biological Conservation**, v. 222, n. August 2017, p. 104–112, 2018.

FLEURY, L. C.; ALMEIDA, J. A construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte: conflito ambiental e o dilema do desenvolvimento. **Ambiente & Sociedade**, v. 16, n. 4, p. 141–156, dez. 2013a.

FLEURY, L. C.; ALMEIDA, J. A construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte: conflito ambiental e o dilema do desenvolvimento. **Ambiente & Sociedade**, v. 16, n. 4, p. 141–156, dez. 2013b.

FONTES, P. V. A Escola de Frankfurt e seu legado. **International Journal of Philosophy & Social Values**, v. 2, n. 2, 2019.

FORSBERG, B. R. et al. The potential impact of new Andean dams on Amazon fluvial ecosystems. **PLOS ONE**, 2017.

FOUCAUTL, M. **A Arqueologia do Saber; tradução de Luiz Felipe Baeta Neves**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forence Universitária, 2008.

FRANCO, S. Cheias E Vulnerabilidade Social: Estudo Sobre O Rio Xingu Em Altamira/Pa. **Cheias E Vulnerabilidade Social: Estudo Sobre O Rio Xingu Em Altamira/Pa**, v. 21, 2018.

FRANÇOSO, R. D. DINÂMICA DA PAISAGEM NO ENTORNO DA RESERVA NATURAL SERRA DO TOMBADOR, NORTE DE GOIÁS. **Caminhos de Geografia**, 2013.

FREIRE, L. M. Impactos Ambientais No Rio Xingu Diante Da Implantação Da Usina Hidrelétrica De Belo Monte No Estado Do Pará: Subsídios Para O Planejamento Ambiental. Impactos Ambientais No Rio Xingu Diante Da Implantação Da Usina Hidrelétrica De Belo Monte No Estado Do. **Geonorte**, v. 4, n. 1, p. 490–493, 2014.

FREITAG, B. A Questão da Moralidade: da razão prática de Kant à ética discursiva de Habermas. **Tempo Social; Revista de Sociologia da USP**, v. 1, n. 2, p. 7–44, 1989.

FREITAG, BARBARA. **A teoria crítica, ontem e hoje**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

FUNES, E. A.; RIOS, K. S. História Ambiental: alguns desafios conceituais e políticos. Em: MILFONTES (Ed.). **História Ambiental: Configurações do Humano e Tessituras Teórico-Metodológicas. Kmitta, Ilsyane do Rocio; Arakaki, Suzana; Zimmermann, Tânia Regina (organizadoras)**. Kindle ed. Vitória: [s.n.]. p. 218.

FUNNELL, W.; JUPE, R. The architecture of accounting and the neoliberal betrayal of life. **Critical Perspectives on Accounting**, n. xxxx, p. 102329, 2021.

FUZER, C.; CABRAL, S. R. S. **Introdução á gramática sistêmico funcional em língua portuguesa**. Campinas, SP: Mercado de Letras - (Coleção as Faces da Línguística Aplicada), 2014.

GALLHOFER, S. et al. The emancipatory potential of online reporting: The case of counter accounting. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 19, n. 5, p. 681–718, 2006.

GALLHOFER, S.; HASLAM, J.; KAMLA, R. The accountancy profession and the ambiguities of globalisation in a post-colonial, Middle Eastern and Islamic context: Perceptions of accountants in Syria. **Critical Perspectives on Accounting**, v. 22, n. 4, p. 376–395, 2011.

GALLHOFER, S.; HASLAM, J.; VAN DER WALT, S. Accountability and transparency in relation to human rights: A critical perspective reflecting upon accounting, corporate responsibility and ways forward in the context of globalisation. **Critical Perspectives on Accounting**, v. 22, n. 8, p. 765–780, 2011.

GÂNDAVO, P. DE M. DE. **A primeira história do Brasil: História da província de Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil.** . Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

GANEM, R. S. **Conservação da biodiversidade: legislação e políticas públicas**. Brasília: [s.n.].

GARNETT, S. T. et al. A spatial overview of the global importance of Indigenous lands for conservation. **Nature Sustainability**, v. 1, n. 7, p. 369–374, 1 jul. 2018.

GASPARI, E. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GEORGAKOPOULOS, G.; THOMSON, I. Social reporting, engagements, controversies and conflict in an arena context. **Accounting, Auditing and Accountability Journal**, v. 21, n. 8, p. 1116–1143, 2008.

GIMENES, E. **Justiça reconhece etnocídio causado por Belo Monte a indígenas e ordena mudanças**. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/11/18/justica-reconhece-etnocidio-causado-por-belo-monte-a-indigenas-e-ordena-mudancas>. Acesso em: 29 nov. 2023.

GOMES, F. DOS S.; JAIME, L.; SCHWARCZ, L. M. **Enciclopédia Negra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

GORE, AL. **Uma verdade inconveniente: o que devemos saber (e fazer) sobre o aquecimento global.** Barueri: Manole, 2006.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere Vol. 1: Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce**. Carlos Nel ed. Rio de Janeiro: [s.n.]. v. 1

GRAY, R. Taking a Long View on What We Now Know About Social and Environmental Accountability and Reporting. **Issues In Social And Environmental Accounting**, v. 1, n. 2, p. 169, 2005.

GRAY, R. Social, environmental and sustainability reporting and organisational value creation? **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 19, n. 6, p. 793–819, 2006.

GRAY, R. Is accounting for sustainability actually accounting for sustainability . . . and how would we know ? An exploration of narratives of organisations and the planet. **Accounting, Organizations and Society**, v. 35, n. 1, p. 47–62, 2010.

GRAY, R. The silent practice of social accounting and corporate social reporting in companies. Em: **Building Corporate Accountability: Emerging Practices in Social and Ethical Accounting, Auditing and Reporting**. [s.l: s.n.]. v. 66p. 37–39.

GRAY, R. Back to basics: What do we mean by environmental (and social) accounting and what is it for?-A reaction to Thornton. **Critical Perspectives on Accounting**, v. 24, n. 6, p. 459–468, 2013.

GRAY, R.; BRENNAN, A.; MALPAS, J. New accounts: Towards a reframing of social accounting. **Accounting Forum**, v. 38, n. 4, p. 258–273, 2014.

GRECCHI, R. C. et al. Land use and land cover changes in the Brazilian Cerrado: A multidisciplinary approach to assess the impacts of agricultural expansion. **Applied Geography**, 2014.

GRISOTTI, M.; FELIPE, M. R.; RAMOS, A. M. Desenvolvimento Regional E Aceitabilidade Social De Grandes Projetos De Infraestrutura: O Caso Da Câmara Técnica De Saúde Do PDRS Do Xingu. **Civitas - Revista De Ciências Sociais**, 2020.

GUDYNAS, E. **Direitos da natureza: ética biocêntrica e políticas ambientais**. São Paulo: Elefante, 2019.

HALLIDAY, M. A. K.; MATTHIESSEN, C. **An Introduction to Functional Grammar**. London: [s.n.].

HANDAYANI, D. et al. Fairclough's three dimension framework used on trump's political speech: a critical discourse analysis (a case study of historic speech related to jerussalem as israel's capital). **null**, 2018.

HANSEN, M. C. et al. High-Resolution Global Maps of 21st-Century Forest Cover Change. **Science**, 2013.

HARDY, C. Research on Organizational Discourse: Challenges and Contributions. **Special Issue on Organizational Discourse**, p. 1–34, 2001.

HARDY, C. Scaling up and bearing down in discourse analysis: Questions regarding textual agencies and their context. **Organization**, v. 11, n. 3, p. 415–425, 2004.

HARDY, C.; BHAKOO, V.; MAGUIRE, S. A New Methodology for Supply Chain Management: Discourse Analysis and its Potential for Theoretical Advancement. **Journal of Supply Chain Management**, v. 56, n. 2, p. 19–35, 2020.

HASLAM, J.; CHABRAK, N.; KAMLA, R. Emancipatory accounting and corporate governance: Critical and interdisciplinary perspectives. **Critical Perspectives on Accounting**, v. 63, n. xxxx, p. 102094, 2019.

HASSAN, A. M.; ROBERTS, L.; ATKINS, J. Exploring factors relating to extinction disclosures: What motivates companies to report on biodiversity and species protection? **Business Strategy and the Environment**, v. 29, n. 3, p. 1419–1436, 2020a.

HASSAN, A. M.; ROBERTS, L.; ATKINS, J. Exploring factors relating to extinction disclosures: What motivates companies to report on biodiversity and species protection? **Business Strategy and the Environment**, v. 29, n. 3, p. 1419–1436, 2020b.

HIGGINS, C.; COFFEY, B. Improving how sustainability reports drive change: a critical discourse analysis. **Journal of Cleaner Production**, v. 136, p. 18–29, 2016.

HILÁRIO, L. C.; CUNHA, E. L. Crítica, razão e sociedade: convergência e paralelismo entre Foucault e Adorno & Horkheimer. **Fractal : Revista de Psicologia**, v. 26, n. 3, p. 877–899, 2014.

HILGARTNER, S.; BOSK, C. L. The Rise and Fall of Social Problems: A Public Arenas Model. **American Journal of Sociology**, v. 94, n. 1, p. 53–78, 1988.

HILSON, G. Corporate Social Responsibility in the extractive industries: Experiences from developing countries. **Resources Policy**, v. 37, n. 2, p. 131–137, 2012.

HOCHSTETLER, K. The Politics of Environmental Licensing: Energy Projects of the Past and Future in Brazil. **Studies in Comparative International Development**, 2011.

HOFFMANN, W. A. et al. Tree topkill, not mortality, governs the dynamics of savanna–forest boundaries under frequent fire in central Brazil. **Ecology**, 2009.

HONNETH, A. **Patologías de la razón: historia y actualidad de la teoría crítica**. [s.l.] Katz Editores, 2009.

HOUAISS, A. **Houaiss Eletrônico** . Versão 3.0 ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

HUISMAN, D. **Dicionário de Obras Filosóficas**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

HUME, J. P. The history of the Dodo Raphus cucullatus and the penguin of Mauritius. **Historical Biology**, v. 18, n. 2, p. 69–93, 2006.

IASI, M. L. Ideologia...Quer uma para viver? Em: **Ensaios sobre consciência e emancipação**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

IASI, M. L. ALIENAÇÃO E IDEOLOGIA: A CARNE REAL DAS ABSTRAÇÕES IDEAIS I. Em: **Marx e a Dialétida da Sociedade Civil**. [s.l: s.n.]. p. 350.

IBAMA. **Parecer Técnico nº 133/2019-COHID/CGTEF/DILIC Número - Análise parcial do Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu**. , 2019.

INSITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Norte Energia nega-se a prestar contas a comunidades afetadas por Belo Monte**. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/norte-energia-nega-se-a-prestar-contas-a-comunidades-afetadas-por-belo-monte>. Acesso em: 1 set. 2023.

INSITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Desmatamento avança sobre Terras Indígenas impactadas por Belo**. Disponível em: <https://site-antigo.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/desmatamento-avanca-sobre-terras-indigenas-impactadas-por-belo-monte>. Acesso em: 1 set. 2023.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Mulheres indígenas bloqueiam entrada de canteiro de obras em Belo Monte**. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/mulheres-indigenas-bloqueiam-entrada-de-canteiro-de-obras-em-belo-monte%0Ahttp://files/597/mulheres-indigenas-bloqueiam-entrada-de-canteiro-de-obras-em-belo-monte.html>. Acesso em: 7 set. 2023a.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Kawaiwete lutam para manter suas roças tradicionais**. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/kawaiwete-lutam-para-manter-suas-rocas-tradicionais>. Acesso em: 6 out. 2023b.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Belo Monte completa dois anos de operação com licença ambiental suspensa | ISA - Instituto Socioambiental**. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/belo-monte-completa-dois-anos-de-operacao-com-licenca-ambiental-suspensa>. Acesso em: 1 set. 2023a.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Encontro reúne indígenas , ribeirinhos e parceiros em defesa do Xingu**.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Indígenas e ribeirinhos rmam aliança em defesa do Xingu**.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Licença de Operação de Belo Monte é suspensa em decisão histórica**.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Licença de Belo Monte é novamente suspensa**.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Terra Indígena impactada por Belo Monte é a mais desmatada no Brasil**. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/terra-indigena-impactada-por-belo-monte-e-a-mais-desmatada-no-brasil>. Acesso em: 7 set. 2023f.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Os “ donos ” do rio**. Disponível em: <https://medium.com/histórias-socioambientais/os-donos-do-rio-aba9a693a4b9>. Acesso em: 1 set. 2023g.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. Povo Arara luta para proteger seu território. 2018a.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Xingu , o rio que pulsa em nós : Juruna denunciam impactos de Belo**.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Belo Monte coloca biodiversidade do Xingu em risco**. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/belo-monte-coloca-biodiversidade-do-xingu-em-risco>. Acesso em: 23 ago. 2023c.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Babaçu com cacau : a mistura que pode mudar a merenda no Pará**.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Amazônia Centro do Mundo**. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/11/15/opinion/1573820553_621324.html>.

IPBES. **Global assessment report on biodiversity and ecosystem services of the Intergovernmental Science-Policy Platform on Biodiversity and Ecosystem Services**. Bonn, Germany: IPBES secretariat, 2019.

IRA BENCHIMOL, M. et al. Edge-mediated compositional and functional decay of tree assemblages in Amazonian forest islands after 26 years of isolation. **Journal of Ecology**, 2015.

ISA. **Dossiê Belo Monte: Não há condições para a Licença de Operação**. [s.l: s.n.]. Disponível em: <www.socioambiental.org>.

JESSOP, B. Critical discourse analysis in Laclau and Mouffe's post-Marxism. **Simbiotica**, v. 6, n. 2, p. 8–30, 2019.

JOHANSEN, I. C. et al. Poverty–Food Insecurity Nexus in the Post-Construction Context of a Large Hydropower Dam in the Brazilian Amazon. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, 2024.

JONES, M. J. Accounting for biodiversity: A pilot study. **British Accounting Review**, v. 28, n. 4, p. 281–303, 1996.

JONES, M.; JOHN JONES, M.; FRANCES SOLOMON, J. Problematising accounting for biodiversity. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 26, n. 5, p. 668–687, 2013.

JONES, P. et al. Managing materiality: a preliminary examination of the adoption of the new GRI G4 guidelines on materiality within the business community. **Journal of Public Affairs**, 2016.

JOUTSENVIRTA, M. Setting Boundaries for Corporate Social Responsibility: Firm-NGO Relationship as Discursive Legitimation Struggle. **Journal of Business Ethics**, v. 102, n. 1, p. 57–75, 2011.

JULIANO, R. A. R.; JULIANO, R. A.; JULIANO, F. R. Um século de Alberto Guerreiro Ramos – teórico das organizações. **null**, 2019.

JUNIOR, H. A. S. Indústria Cultural E Ideologia. **Caderno CRH**, v. 32, n. 87, p. 505, 2019.

KEISER, J. et al. Effect of Irrigation and Large Dams on the Burden of Malaria on a Global and Regional Scale. **American Journal of Tropical Medicine and Hygiene**, 2005.

KEMENES, A. et al. Methane release below a tropical hydroelectric dam. **Geophysical Research Letters**, 2007.

KONDER, L. **A questão da Ideologia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

KPMG. **The time has come: The KPMG Survey of Sustainability Reporting 2020KPMG Impact**. [s.l.] KPMG, 2020.

KRAMER, G. et al. Usina hidrelétrica de Belo Monte: empreendimento grandioso e (in) sustentável? **Revista Brasileira de Geografia Física**, 2022a.

KRAMER, G. et al. Belo Monte hydroelectric plant: grandiose and (un) sustainable enterprise? **Revista Brasileira de Geografia Fisica**, v. 15, n. 2, p. 1024–1034, 2022b.

KURUPPU, S. C.; MILNE, M. J.; TILT, C. A. Gaining, maintaining and repairing organisational legitimacy: When to report and when not to report. **Accounting, Auditing and Accountability Journal**, v. 32, n. 7, p. 2062–2087, 2019.

LACERDA, P. Reassentar e indenizar: formas de governo no contexto da implantação da usina hidroelétrica de Belo Monte, em Altamira, Brasil. **Etnografica**, 2021.

LACLAU, E.; MOUFFE, C. **Hegemonia e Estratégia Socialista: por uma política democrática radical**. 6. ed. Brasília: CNPQ, 2015.

LANDRUM, N. E.; OHSOWSKI, B. Identifying Worldviews on Corporate Sustainability: A Content Analysis of Corporate Sustainability Reports. **Business Strategy and the Environment**, v. 27, n. 1, p. 128–151, 2018a.

LANDRUM, N. E.; OHSOWSKI, B. Identifying Worldviews on Corporate Sustainability: A Content Analysis of Corporate Sustainability Reports. **Business Strategy and the Environment**, v. 27, n. 1, p. 128–151, 2018b.

LARA, L. G. A. DE; OLIVEIRA, S. A. DE. A ideologia do crescimento econômico e o discurso empresarial do desenvolvimento sustentável. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 15, n. 2, p. 326–348, 2017a.

LARA, L. G. A. DE; OLIVEIRA, S. A. DE. A ideologia do crescimento econômico e o discurso empresarial do desenvolvimento sustentável. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 15, n. 2, p. 326–348, 2017b.

LATRUBESSE, E. M. et al. Damming the Rivers of the Amazon Basin. **Nature**, 2017a.

LATRUBESSE, E. M. et al. Damming the Rivers of the Amazon Basin. **Nature**, 2017b.

LEAVY, P. **Research Design**. New York, NY: The Guilford Press, 2017.

LEES, A. C. et al. Hydropower and the future of Amazonian biodiversity. **Biodiversity and Conservation**, v. 25, n. 3, p. 451–466, 2016a.

LEES, A. C. et al. Hydropower and the future of Amazonian biodiversity. **Biodiversity and Conservation**, v. 25, n. 3, p. 451–466, 2016b.

LEITCH, S.; PALMER, I. Analysing texts in context: Current practices and new protocols for critical discourse analysis in organization studies. **Journal of Management Studies**, v. 47, n. 6, p. 1194–1212, 2010.

LEWIS, S. L.; MASLIN, M. A. Defining the Anthropocene. **Nature**, v. 519, n. 7542, p. 171–180, 2015.

LIMA, A. C. et al. The Rise and Fall of Fish Diversity in a Neotropical River After Impoundment. **Hydrobiologia**, 2015a.

LIMA, A. C. et al. The Rise and Fall of Fish Diversity in a Neotropical River After Impoundment. **Hydrobiologia**, 2015b.

LIMA, B. D. T. DE C.; SANTOS, E. A. C. Socialização e dominação: A Escola de Frankfurt e a cultura. **Tempo Social**, v. 30, n. 3, p. 123–141, 2018.

LOOMIS, T. M. Indigenous populations and sustainable development: Building on indigenous approaches to holistic, self-determined development. **World Development**, v. 28, n. 5, p. 893–910, 2000.

LOPES, J. C.; DEMAJOROVIC, J. Responsabilidade Social Corporativa: uma visão crítica a partir do estudo de caso da tragédia socioambiental da Samarco. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 18, n. 2, p. 308–322, 2020.

LOUREDO, F. M. Repensando as bases da administração pública brasileira: revisitando Guerreiro Ramos sob o olhar decolonial. **null**, 2019.

LOUREIRO, B.; SANTANA, C.; MENDES, MATHEUS. A financeirização da natureza não solucionará as crises ambientais. **Le Monde Diplomatique Brasil**, v. 16, n. 196, nov. 2023.

LOURENÇO, D. B. **Qual o Valor da Natureza? Uma Introdução à Ética Ambiental**. São Paulo: Elefante, 2019.

LÖWY, M.; DUMÉNIL, G.; RENAULT, E. **100 palavras do marxismo**. [s.l.] Cortez editora, 2015.

MACHADO, B. A. A. et al. Transparency of materiality analysis in GRI-based sustainability reports. **Corporate Social Responsibility and Environmental Management**, 2020.

MAEDA, E. E. et al. Disruption of Hydroecological Equilibrium in Southwest Amazon Mediated by Drought. **Geophysical Research Letters**, 2015.

MAGALHÃES, C. M. **Reflexões sobre a análise crítica do discurso**. Belo Horizonte: Estudos Linguísticos, 2001.

MAGALHÃES, M. G. P. DESCRIÇÃO DA BIODIVERSIDADE MOLECULAR DE Hypancistrus zebra (LORICARIIDAE : SILURIFORMES), UMA ESPÉCIE DE PEIXE ORNAMENTAL AMEAÇADA DE EXTINÇÃO. p. 57 f., 2018.

MAIA, R. E. DE F.; GUERRA, G. A. D. Populações locais e hidrelétricas: o caso de duas localidades atingidas pela barragem de Belo Monte, Pará, Brasil. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, v. 10, n. 20, p. 362–392, 2015.

MALHEIRO, B. O Brasil que escolheu as commodities e esqueceu a vida. **Le Monde Diplomatique Brasil**, v. 16, n. 196, p. 10–11, nov. 2023.

MALHI, Y. et al. The regional variation of aboveground live biomass in old-growth Amazonian forests. **Global Change Biology**, 2006.

MANETTI, G.; MANETTI, G. The quality of stakeholder engagement in sustainability reporting: empirical evidence and critical points. **Corporate Social Responsibility and Environmental Management**, 2011.

MARCUSE, H. Todo poder aos estudantes. Em: **SOARES, Jorge Coelho (Org.). Escola de Frankfurt: Inquietudes da razão e da emoção**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2010.

MARENGO, J. A.; ESPINOZA, J. C. Extreme Seasonal Droughts and Floods in Amazonia: Causes, Trends and Impacts. **International Journal of Climatology**, 2015.

MAROUN, W.; ATKINS, J. The emancipatory potential of extinction accounting: Exploring current practice in integrated reports. **Accounting Forum**, v. 42, n. 1, p. 102–118, 2018.

MARQUES, L. **O decênio decisivo: propostas para uma política de sobrevivência**. São Paulo : Elefante, 2023.

MARQUES, LUIZ. **Capitalismo e Colapso Ambiental.** Campinas: Editora da Unicamp, 2018.

MARTINS, A.; GOMES, D.; BRANCO, M. C. Managing corporate social and environmental disclosure: An accountability vs impression management framework. **Sustainability (Switzerland)**, v. 13, n. 1, p. 1–16, 2021.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

MATOS, O. C. F. Para que filosofia? **Contemporaneidade e Educação**, v. 1, n. setembro, p. 22–26, 1996.

MELLO, J. A. B. DE. A construção de barragens e o meio ambiente. . **Revista do Serviço Público**, v. 114, n. 43, p. 54–57, 1986.

MELLO, J. A. B. DE. A construção de barragens e o meio ambiente. **Revista do Serviço Público**, v. 114, n. 43, p. 54–57, 1987.

MELO, I. F. DE. Análise do discurso e análise crítica do discurso: desdobramentos e intersecções. **Letra Magna: Revista Eletrônica de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Lingüística e Literatura**, v. 05, n. 11, p. 1–18, 2009.

MENDES, A. A. Reestruturações produtivas e organizacionais na atividade industrial e gerenciamento ambiental. Em: ACADÊMICA, C. (Ed.). **Da produção ao consumo: impactos socioambientais no espaço urbano**. São Paulo: [s.n.]. p. 63–90.

MILANEZ, F. et al. Existência E Diferença: O Racismo Contra Os Povos Indígenas. **Revista Direito E Práxis**, 2019.

MILHOMENS, L.; GOHN, M. DA G. Movimientos indígenas y redes de movilización: El caso de la Usina Hidroeléctrica de Belo Monte en Brasil. **Eutopia: Revista de Desarrollo Economico Territorial**, 2017.

MILLER, T. G.; SPOOLMAN, S. E. **Ecologia e Sustentabilidade**. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

MILNE, M. J.; TREGIDGA, H.; WALTON, S. Words not actions! The ideological role of sustainable development reporting. **Accounting, Auditing and Accountability Journal**, v. 22, n. 8, p. 1211–1257, 2009a.

MILNE, M. J.; TREGIDGA, H.; WALTON, S. WORDS NOT ACTIONS! THE IDEOLOGICAL ROLE OF SUSTAINABLE DEVELOPMENT REPORTING. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, 2009b.

MOGENDORFF, J. R. A Escola de Frankfurt e seu legado. **Verso e Reverso**, v. 26, n. 63, 2012.

MONGABAY. Belo Monte e Rio Xingu. **Mongabay Series: Uma tempestade perfeita na Amazônia**, 29 maio 2023.

MORÁN, E. F. et al. INTEGRATING AMAZONIAN VEGETATION, LAND-USE, AND SATELLITE DATA. **BioScience**, 1994.

MORAN, E. F. et al. Sustainable Hydropower in the 21st Century. **Proceedings of the National Academy of Sciences**, 2018.

MOREIRA, F. DO N. et al. Sombras e Silêncio: Análise dos Relatórios Socioambientais do Setor Elétrico. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v. 11, n. 1, p. 46–69, 2016.

MORI, R. et al. Sustainability Reporting and Assurance: A Historical Analysis on a World-Wide Phenomenon. **Journal of Business Ethics**, 2014.

MPF, ET AL. **Relatório de Vistoria Interinstitucional: Garantia da vida e proteção do patrimônio natural e socioambiental da Volta Grande do rio Xingu**. [s.l: s.n.].

MST. **Nossa Produção**. https://mst.org.br/nossa-producao/, , 2024.

MUNIZ, R. Manejo adequado de pastagens na Amazônia pode estimular a captura de metano pelo solo. **Agência Fapesp**, 18 nov. 2022.

MUZZIO, H. A condição paradoxal da administração de recursos humanos: entre a racionalidade instrumental e a racionalidade substantiva. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 12, n. 3, p. 706–718, 2014.

NASCIMENTO, I. S. O.; DE AZEVEDO, T. A. G. A Violência Colonial contra Mulheres Indígenas como Crime de Genocídio. **Revista de Sociologia, Antropologia e Cultura Jurídica**, 2023.

NATHANSON, M. **Belo Monte dam Xingu River Management Plan violates human rights: finding**. Disponível em: <https://news.mongabay.com/2018/12/belo-monte-dam-xingu-river-management-plan-violates-human-rights-finding/>. Acesso em: 14 maio. 2024.

NEGRO, R.; MONTE, B. ISA entrega à relatora da ONU dados do aumento de invasões e desmatamento na Terra do Meio (PA). 2016.

NELLES, D.; SERRER, CHRISTIAN. **Mudança climática: Os fatos como você nunca viu antes.** . Rio de Janeiro: Sextante, 2020.

NOBRE, M. Teoria crítica: Uma nova geração. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 93, p. 23–27, 2012.

NOGUEIRA, E. M. et al. Wood density in dense forest in central Amazonia, Brazil. **Forest Ecology and Management**, 2005.

NOGUEIRA, E. M. et al. Tree height in Brazil's 'arc of deforestation' : Shorter trees in south and southwest Amazonia imply lower biomass. **Forest Ecology and Management**, 2008.

NOLA BUHR, S. R.; ARTICLE. Ideology, the Environment and One World View: A Discourse Analysis of Noranda's Environmental and Sustainable Development Reports. 2006.

NORTE ENERGIA. **Relatório Anual e Socioambiental**. [s.l.] UHE Belo Monte Norte Energia S.A., 2017. Disponível em: <www.norteenergiasa.com.br>.

NORTE ENERGIA. **Relatório Anual e Socioambiental**. [s.l.] UHE Belo Monte Norte Energia S.A., 2018. Disponível em: <www.norteenergisasa.com.br>.

NORTE ENERGIA. **Relatório Anual e Socioambiental**. [s.l.] UHE Belo Monte Norte Energia S.A., 2019. Disponível em: <www.norteenergiasa.com.br>.

NORTE ENERGIA. **Relatório Anual**. [s.l.] UHE Belo Monte Norte Energia S.A., 2020a. Disponível em: <www.nortenergiasa.com.br>.

NORTE ENERGIA. **Relatório Anual**. UHE Belo Monte Norte Energia S.A., , 2020b.

NORTE ENERGIA. **Relatório de Sustentabilidade**. [s.l.] UHE Belo Monte Norte Energia S.A., 2021. Disponível em: <www.norteenergiasa.com.br>.

NOVAIS, A. R. Ditadura E Violações Aos Direitos Humanos Dos Povos Do Campo: Um Ensaio Sobre O Caso Brasileiro. **Revista Ñanduty**, 2022.

OLIVEIRA, A. E. C. DE. 2021: em contraponto ao projeto de morte e suas crises, a mobilização da Esperança. Em: **Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil Dados de 2021**. [s.l.] Publicação do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), organismo vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), 2021.

OLIVEIRA, L. DE. Na Aldeia, Na Mídia, Na Rua: Reflexões Sobre a Resistência Kaiowa E Guarani Em Diálogo Com O Contexto De Golpe Político No Brasil E Com O Campo Hegemônico Da Comunicação. **Revista Mídia E Cotidiano**, 2018.

OLIVEIRA MOTA, M. DE; MAZZA, A.; DE OLIVEIRA, F. C. Uma Análise Dos Relatórios De Sustentabilidade No Âmbito Ambiental Do Brasil: Sustentabilidade Ou Camuflagem? **Base - Revista De Administração E Contabilidade Da Unisinos**, 2012.

ONU. **Convenção sobre Diversidade Biológica**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1998/anexos/and2519-98.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2024.

ONU. **Declaração das Nações Unidas sobre Direitos dos Povos Indígenas**. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000185079>. Acesso em: 14 fev. 2024.

ONU. **Declaração das Nações Unidas sobre os Povos Indígenas: perguntas e respostas**. **UNESCO**Rio de JaneiroUNIC, , 2009.

ONU. **Mapping and Progress of the UN 2023 Water Conference Water Action Agenda**. [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/218239-confer%C3%AAncia-da-onu-sobre-%C3%A1gua-acelerando-a%C3%A7%C3%A3o-para-futuro-sustent%C3%A1vel>. Acesso em: 14 jun. 2024.

ONUMA, F. M. S. Contribuição da Análise Crítica do Discurso em Norman Fairclough para além de seu uso como método: novo olhar sobre as organizações. **null**, 2020.

ORTIZ, R. Durkheim: arquiteto e herói fundador. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 4, n. 11, p. 5–22, 1989.

ORTWIN, R. The Social Arena Concept of Risk Debates. **Social Theories of Risk**, 1992.

PÁDUA, J. A. **Um Sopro de Destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002a.

PÁDUA, J. A. **Um Sopro de Destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002b.

PAES, R. DA C.; SARMENTO, P. S. DE M.; PONTES, A. N. Análise da cobertura de sites jornalísticos da América do Sul, Europa e Ásia sobre os povos indígenas atingidos pela UHE Belo Monte. **Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 44, n. 1, p. 103–129, 2021.

PELICICE, F. M.; POMPEU, P. S.; AGOSTINHO, Â. A. Large Reservoirs as Ecological Barriers to Downstream Movements of Neotropical Migratory Fish. **Fish and Fisheries**, 2014.

PEREIRA, É. G. S. Metáfora, metonímia, sinédoque e ironia: elementos retóricos de racionalidade no discurso jurídico. **Scripta**, v. 20, n. 40, p. 346, 2016.

PEZZUTI, J. C. B. et al. **Xingu, o rio que pulsa em nós: monitoramento independente para registro de impactos da UHE Belo Monte no território e no modo de vida do povo Juruna (Yudjá) da Volta Grande do Xingu**. [s.l: s.n.].

PINSKY, J. **As primeiras civilizações**. São Paulo: Editora Contexto, 2005.

PIROVANI, D. B. et al. Análise da paisagem e mudanças no uso da terra no entorno da RPPN Cafundó, ES. **Cerne**, 2015.

PITTON, S. E. C. Prejuízos Ambientais do Consumo sob a Perspectiva Geográfica. Em: ACADÊMICA, C. (Ed.). **Da produção ao consumo: impactos socioambientais no espaço urbano**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. p. 91–110.

PIZZI, S. et al. Material sustainability information and reporting standards. Exploring the differences between GRI and SASB. **Meditari accountancy research**, 2022.

POLANYI, K. **A subsistência do homem e ensaios correlatos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

POLANYI, K. **A grande transformação: As origens políticas e econômicas de nossa época**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2021.

POLLOCK, L. J.; THUILLER, W.; JETZ, W. Large conservation gains possible for global biodiversity facets. **Nature**, v. 546, n. 7656, p. 141–144, 24 jun. 2017.

PONTES JÚNIOR, F. DE A.; BARROS, L. V. A Natureza como sujeito de direitos: a proteção do Rio Xingu em face da construção de Belo Monte. Em: **Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento**. [s.l: s.n.]. p. 427–442.

PORTELLI, H. **Gramsci e o Bloco Histórico**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

POTT, C. M.; ESTRELA, C. C. Histórico ambiental: Desastres ambientais e o despertar de um novo pensamento. **Estudos Avancados**, v. 31, n. 89, p. 271–283, 2017.

POULLAOS, C. Globalisation, accounting critique and the university. **Critical Perspectives on Accounting**, v. 15, n. 4–5, p. 715–730, 2004.

PRATES, C.; ALMEIDA, J. Como Belo Monte se tornou sustentável? Ponderações baseadas no estudo da controvérsia da pesca na região de Altamira/PA. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, 2021.

PRIBERAM. **Dicionário Priberam da língua portuguesa [e-book]. Lisboa: , 2011.** Lisboa: Priberam Informática, 2011.

PRIORE, M. DEL. **Histórias da gente brasileira: colônia**. São Paulo: [s.n.]. v. Vol. 1

PWC; WWF. **Nature is too big to fail**. [s.l: s.n.].

RAMALHO, V.; RESENDE, V. DE M. Análise De Discurso Crítica , Do Modelo Tridimensional (Fairclough) À Articulação Entre Práticas : p. 185–207, 2004.

RAMOS, A. G. **A nova ciência das organizações: uma reconceituação da riqueza das nações**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1989.

RAMOS, A. G. **Mito e verdade da revolução brasileira**. Florianópolis: Insular, 2016.

RAMOS, G. A sociologia de Max Weber: sua importância para a teoria e a prática da administração. **Revista do Serviço Público**, v. 57, n. 2, p. 267–282, 2006.

RAMOS, V. R. D. S. DE A. **Teoria Crítica e Escola de Frankfurt: Uma Análise Interdisciplinar da Sociedade**. Eletrônica ed. Curitiba: Intersaberes, 2019.

RANDS, M. R. W. et al. Biodiversity Conservation: Challenges Beyond 2010. **Science**, v. 329, n. 5997, p. 1298–1303, 10 set. 2010.

REAR, D.; JONES, A. Operationalising Laclau and Mouffe ' s Discourse Theory as a Practical Method for Text Analysis Discursive struggle and contested signifiers in the arenas of education policy and work skills in Japan. **Critical Policy Studies**, v. 7, n. 4, p. 375–394, 2013.

REIS, J. R. L. DOS; FARIA, I. F. DE; FRAXE, T. DE J. P. Compensação Ambiental De Megaempreendimentos No Estado Do Amazonas: Relação Entre Conservação Da Biodiversidade E Desenvolvimento. **Sociedade & Natureza**, v. 29, n. 1, p. 137–154, 2017.

REIS, R. E. et al. Fish biodiversity and conservation in South America. **Journal of fish biology**, v. 89, n. 1, p. 12–47, 2016.

REISDORF, P. **Norte Energia yet to Properly Compensate Victims of Belo Monte Dam in Brazil**. Disponível em: <https://www.corpwatch.org/article/norte-energia-yet-properly-compensate-victims-belo-monte-dam-brazil>. Acesso em: 14 jun. 2024.

RESENDE, V. DE M.; RAMALHO, V. C. V. S. Análise de Discurso Crítica, Do Modelo Tridimensional à Articulação entre Práticas: Implicações Teórico-Metodológicas. **Linguagem em Discurso**, v. 5, n. 1, p. 185–207, 2004.

RIBEIRO, D. **Crônicas brasileiras**. Rio de Janeiro: Desiderata, 2009.

RIBEIRO, D. **Falando dos índios**. Brasília: Fundação Darcy Ribeiro, 2010.

RIBEIRO, D. **Coerência. Dicio – Dicionário Online de Português.**, 2023. (Nota técnica).

RIBEIRO, H. M.; MORATO, J. R. Social Environmental Injustices Against Indigenous Peoples: The Belo Monte Dam. **Disaster Prevention and Management an International Journal**, 2020a.

RIBEIRO, H. M.; MORATO, J. R. Social Environmental Injustices Against Indigenous Peoples: The Belo Monte Dam. **Disaster Prevention and Management an International Journal**, 2020b.

RIBEIRO, J. A. R.; SILVA, C. T. R. Imperialismo Dos Direitos Humanos: Reificação E Retórica – Estudo Acerca Da Usina De Belo Monte. **Revista Thesis Juris**, 2013.

RITTER, C. D. et al. Environmental impact assessment in Brazilian Amazonia: Challenges and prospects to assess biodiversity. **Biological Conservation**, 2017.

ROCHA, D. F. DA; PORTO, M. F. DE; PACHECO, T. A Luta Dos Povos Indígenas Por Saúde Em Contextos De Conflitos Ambientais No Brasil (1999-2014). **Ciência & Saúde Coletiva**, 2019.

RODRIGUES, M. M. B.; CAVALCANTE, M. M. DE A. Impacts of the Belo Monte Dam on the artisanal fishermen of Colony Z-57, in Altamira, PA, Brazil. **Terr Plural**, v. 16, p. 1–20, 2022.

ROMAN, C. **The solution to Belo Monte's environmental chaos is on Ibama's table**. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/en/socio-environmental-news/The-solution-to-the-environmental-chaos-in-Belo-Monte-is-on-the-table-at-IBAMA>. Acesso em: 14 jun. 2024.

ROSSETTI, J. P. **Introdução à Economia**. [s.l.] Atlas, 2016.

ROUX, P. LE. **Império Romano**. Porto Alegre: L & PM, 2009.

SAATCHI, S. et al. Distribution of Aboveground Live Biomass in the Amazon Basin. **Global Change Biology**, 2007.

SALGADO JUNIOR, A. P. et al. O Impacto nas Variações das Matrizes Energéticas e Uso da Terra: Estudo sobre a Eficiência Ambiental do G20. **REAd. Revista Eletrônica de Administração (Porto Alegre)**, v. 23, n. 2, p. 306–332, ago. 2017.

SALLES, H. K. DE; DELLAGNELLO, E. H. L. A Análise Crítica do Discurso como Alternativa Teórico-Metodológica para os Estudos Organizacionais: Um Exemplo da Análise do Significado Representacional. **Revista Organizações & Sociedade**, v. 26, n. 90, p. 414–434, 2019.

SANTOS, C. A. DA S.; COSTA, A. DE S. M. DA. Imprensa, Discurso Ideológico e Golpe de Estado: uma Análise Crítica do Discurso. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, 2019.

SANTOS, R. V. V. DOS et al. The Decline of Fisheries on the Madeira River, Brazil: The High Cost of the Hydroelectric Dams in the Amazon Basin. **Fisheries Management and Ecology**, 2018.

SANTOS, T.; SANTOS, L.; ALBUQUERQUE, R. BELO MONTE: IMPACTOS SOCIAIS, AMBIENTAIS, ECONÔMICOS E POLÍTICOS Belo Monte: Social, Environmental, Economic and Policy Implications. v. XIII, n. 2, p. 214–227, 2012.

SCHROEDER, J. **O livro da Ecologia**. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2020.

SEILONEN, J. **What Is Sustainability? A Discourse Analysis of Oil Companies Sustainability Reports**. Helsinki: Hanken School of Economics, 2020.

SELL, C. E. Racionalidade e racionalização em max weber. **Revista Brasileira de Ciencias Sociais**, v. 27, n. 79, p. 153–172, 2012.

SERRÃO, E. A. S. et al. The search for sustainability in Amazonian pastures. **null**, 1990.

SERVA, M. A racionalidade substantiva demonstrada na prática administrativa. **Revista de Administração de Empresas**, v. 37, n. 2, p. 18–30, 1997a.

SERVA, M. et al. A análise da racionalidade nas organizações – um balanço do desenvolvimento de um campo de estudos no Brasil Rationality analysis in organizations – the development of a field of studies in Brazil. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 13, n. 1, p. 414–437, 2015.

SERVA, M. R. **Racionalidade e Organizações: o fenômeno das organizações substantivas**. São Paulo: FGV, 1996.

SHUKLA, J.; NOBRE, C. A.; SELLERS, P. J. Amazon Deforestation and Climate Change. **Science**, 1990.

SIDDIQUI, J.; UDDIN, S. Human rights disasters, corporate accountability and the state: Lessons learned from Rana Plaza. **Accounting, Auditing and Accountability Journal**, v. 29, n. 4, p. 679–704, 2016.

SILVA, J. B. A. DA. Nacionalismo e revolução no terceiro mundo: as propostas anticoloniais de Guerreiro Ramos e Frantz Fanon. **Sociologias Plurais**, 2023.

SILVA, E. F. et al. O caso Belo Monte: desenvolvimento humano de povos indígenas e tecnopolítica de geração de energia. **Espaço Jurídico: Journal of Law**, 2017.

SILVA, E. H. Os Índios Na História E O Ensino De História: **História Histórias**, 2017.

SILVA, G. C. E; LUCAS, F. C. A. Agroecossistemas Ribeirinhos No Xingu E O Seu Papel Na Conservação Da Biodiversidade. **Revista Agroecossistemas**, v. 14, n. 1, p. 1, 2022.

SILVEIRA, P. G. Paridade participativa no Estado de Direito Ecológico: a negação de reconhecimento aos povos indígenas no caso Belo Monte. **Teoria Jurídica Contemporânea**, 2018.

SIQUEIRA, G. Epistemologia da Razão Substantiva de Guerreiro Ramos. **IV Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração**, n. March, p. 1–18, 2014a.

SOBRAL, K. M.; RIBEIRO, E. C. DOS S. A concepção de hegemonia no pensamento de Antonio Gramsci. **Cadernos do GPOSSHE On-line**, v. 3, n. 2, p. 90–106, 2020.

SOLOMON, J. F. et al. Impression management, myth creation and fabrication in private social and environmental reporting: Insights from Erving Goffman. **Accounting, Organizations and Society**, v. 38, n. 3, p. 195–213, 2013.

SOUZA CORNE, J. DE; SIQUEIRA SILVA, J. F. Questão Indígena E Ditadura Cívico-Militar (1964-1985) No Brasil. **Serviço Social Em Revista**, 2022.

SOUZA LIMA, J. E. DE. A Racionalidade e o Debate Ambiental Contemporâneo. **Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas**, v. 13, n. 102, p. 100–118, 2012.

SPENCE, C. Social and environmental reporting and hegemonic discourse. **Accounting, Auditing and Accountability Journal**, v. 20, n. 6, p. 855–882, 2007.

STIGLITZ, J. E. Prefácio. Em: CONTRAPONTO (Ed.). **POLANYI, Karl. A grande transformação: As origens políticas e econômicas de nossa época**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2021.

SUCENA, E.; MARINHO, M. M. DE O. Environmental disclosure analysis of sustainability reports the brazilian and international brewing industry based on Global Reporting Initiative - GRI. **Gestão & Produção**, v. 26, n. 3, p. 1–10, 2019.

TAHERDOOST, H. What are Different Research Approaches? Comprehensive Review of Qualitative, Quantitative, and Mixed Method Research, Their Applications, Types, and Limitations. **Journal of management science & engineering research**, 2022.

TAMARATI, J. **Educar o Soberano. Crítica ao Iluminismo pedagógico de ontem e hoje**. 2. ed. São Paulo: [s.n.].

THIRY-CHERQUES, H. R. Max Weber: o processo de racionalização e o desencantamento do trabalho nas organizações contemporâneas. **Revista de Administração Pública**, v. 43, n. 4, p. 897–918, 2009.

THOMPSON, J. B. **Ideology and modern culture: Critical social theory in the era of mass communication**. Kindle ed. [s.l.] John Wiley & Sons, 2013.

THOMSON, I.; DEY, C.; RUSSELL, S. Activism, arenas and accounts in conflicts over tobacco control. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 28, n. 5, p. 809–845, 2015.

TREGIDGA, H. Biodiversity offsetting: Problematisation of an emerging governance regime. **Accounting, Auditing and Accountability Journal**, v. 26, n. 5, p. 806–832, 2013a.

TREGIDGA, H. “Speaking truth to power”: analysing shadow reporting as a form of shadow accounting. **Accounting, Auditing and Accountability Journal**, v. 30, n. 3, p. 510–533, 2017.

TREGIDGA, H.; MILNE, M.; KEARINS, K. (Re)presenting “sustainable organizations”. **Accounting, Organizations and Society**, v. 39, n. 6, p. 477–494, 2014.

TURGEON, K.; TURPIN, C.; GREGORY-EAVES, I. Dams Have Varying Impacts on Fish Communities Across Latitudes: A Quantitative Synthesis. **Ecology Letters**, 2019.

TURÍBIO, L. M. DE; VELOSO, G. A.; LOBATO, M. M. Análise Do Índice De Desflorestamento Das Terras Indígenas Paquiçamba E Arara Da Volta Grande Do Xingu, Da Área Diretamente Afetada Pela UHE Belo Monte Entre Os Anos De 2000 E 2020. **Universidade E Meio Ambiente**, 2022a.

UNERMAN, J.; BENNETT, M. Increased stakeholder dialogue and the internet: Towards greater corporate accountability or reinforcing capitalist hegemony? **Accounting, Organizations and Society**, v. 29, n. 7, p. 685–707, 2004.

VAN KOOTEN, G. C.; NIJNIK, M.; BRADFORD, K. **Can carbon accounting promote economic development in forest-dependent, indigenous communities? Forest Policy and Economics**, 2019.

VASCONCELLOS, C. A teoria crítica e Max Weber. p. 1–254, 2014.

VASCONCELOS, F. C. DE. Racionalidade , autoridade e burocracia : as bases da definição de um tipo organizacional pós- burocrático * Flávio Carvalho de Vasconcelos **. **RAP**, v. 38, n. 2, p. 199–219, 2004.

VEIGA, J. E. DA. **Meio Ambiente & Desenvolvimento**. São Paulo: [s.n.].

VEYNE, P. Império Romano. Em: LETRAS, C. DAS (Ed.). **História da vida privada: do Império Romano ao ano mil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

VICENTE FERREIRA, M. E.; MATSUO, T.; TANNO SOUZA, R. K. Aspectos Demográficos E Mortalidade De Populações Indígenas Do Estado Do Mato Grosso Do Sul, Brasil. **Cadernos De Saúde Pública**, 2011.

VICENTINI, J. DE O.; ALBUQUERQUE, C. DE. O Discurso Desenvolvimentista sobre a Usina Hidrelétrica de Belo Monte no Contexto do Programa de Aceleração de Crescimento (PAC). **null**, 2021.

VIEIRA, D. M. Gradual and Transformative Institutional Change: The Influence of Stakeholders and Advocacy Coalitions at the Belo Monte Hydroelectric Power Plant. **Organizações & Sociedade**, 2021.

VISSER, W. **Os 50 +importantes livros em sustentabilidade.** . São Paulo: Peirópolis, 2012.

WANG, X. et al. The Strengthening of Amazonian Precipitation During the Wet Season Driven by Tropical Sea Surface Temperature Forcing. **Environmental Research Letters**, 2018.

WEBER, P. A.; MEDEIROS, P. M. Sobre a zona de não-ser e o negro-tema: um debate acerca da produção do conhecimento a partir de Frantz Fanon e Guerreiro Ramos. **null**, 2021.

WEF. **The Global Risks Report 2021: 16th Edition**. [s.l: s.n.].

WINEMILLER, K. O. et al. Balancing hydropower and biodiversity in the Amazon, Congo, and Mekong. **Science**, v. 351, n. 6269, p. 128–129, 2016a.

WINEMILLER, K. O. et al. Balancing hydropower and biodiversity in the Amazon, Congo, and Mekong. **Science**, v. 351, n. 6269, p. 128–129, 2016b.

WODAK, R.; BLOMMAERT, J.; BULCAEN, C. Critical Discourse Analysis. **Annual Review of Anthropology**, 2003.

WONG, A. Corporate Sustainability Through Non-Financial Risk Management. **Corporate Governance**, 2014.

WOOD, L. The Environmental Impacts of Events. **Cuckoo Events**, 2017.

WORSTER, D. Para fazer história ambiental. **Estudos Históricos**, v. 4, n. 8, p. 198–215, 1991.

WWF. **The nature of risk: A Framework for Understanding Nature-Related Risk to Business**. [s.l: s.n.].

YANG, S. et al. Interannual Variations of the Fish Assemblage in the Transitional Zone of the Three Gorges Reservoir: Persistence and Stability. **Journal of Applied Phycology**, 2011.

YU, X.; HORNBORG, A. **A Study of Discourse and Meaning-Making in Corporate Sustainability Reporting**. [s.l.] Lund University, 2020.

ZIZEK, S. O Espectro da Ideologia. Em: **Um Mapa da Ideologia**. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. p. 337.

ZUANON, J. et al. Condições para a manutenção da dinâmica sazonal de inundação, a conservação do ecossistema aquático e manutenção dos modos de vida dos povos da volta grande do Xingu. **Papers do NAEA**, v. 1, n. 2, 2019a.